

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**Instabilidade política e
quedas presidenciais na
América Latina**

Volume 49—número 1—2018

Universidade Federal do Ceara—UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Revista de Ciências Sociais

Instabilidade política e quedas presidenciais
na América Latina

ISSN, v. eletrônica 2318-4620. Fortaleza, v.49, n. 1, p.01—618, mar./jun., 2018

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

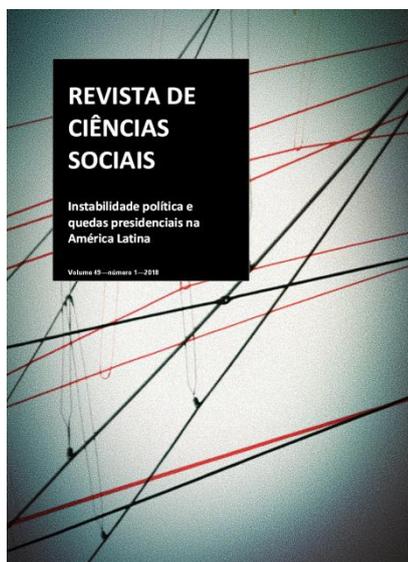
n.1 (1970) - Fortaleza, UFC, 2018

Quadrimestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

1. Instabilidade; 2. América Latina

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 49. número 1—2018

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

Comissão Editorial

Irllys de Alencar Firmo Barreira,
Irapuan Lima Peixoto Filho,
Clayton Mendonça Cunha Filho.

Conselho Editorial

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP),
Boaventura de Sousa Santos
(Universidade de Coimbra), Céli
Regina Jardim Pinto (UFRGS),
César Barreira (UFC), Fernanda
Sobral (UnB), François
Laplantine (Universidade de
Lyon 2), Inaiá Maria Moreira de
Carvalho (UFBA), Jawdat Abu-
El-Haj (UFC), João Pacheco de
Oliveira (UFRJ), José Machado
Pais (ICS, Universidade de
Lisboa), Linda Maria de Pontes
Gondim (UFC), Lucio Oliver
Costilla (UNAM), Luiz Felipe
Baeta Neves (UERJ), Manfredo
Oliveira (UFC), Maria Helena
Vilas Boas Concione (PUC-SP),
Moacir Palmeira (UFRJ, Ruben
George Oliven (UFRGS), Ralph
Della Cava (ILAS), Ronald H.
Chilcote (Universidade da
Califórnia), Véronique Nahoum-
Grappe (CNRS)

Edição

Projeto gráfico;
Vibri Design & Branding

Editoração eletrônica

Ana Paula Lima

Organização

André Luiz Coelho Farias

Revisão

Ana Paula Lima
Irapuan Peixoto Lima Filho
Clayton Mendonça Cunha Filho

Endereço para Correspondência

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências
Sociais

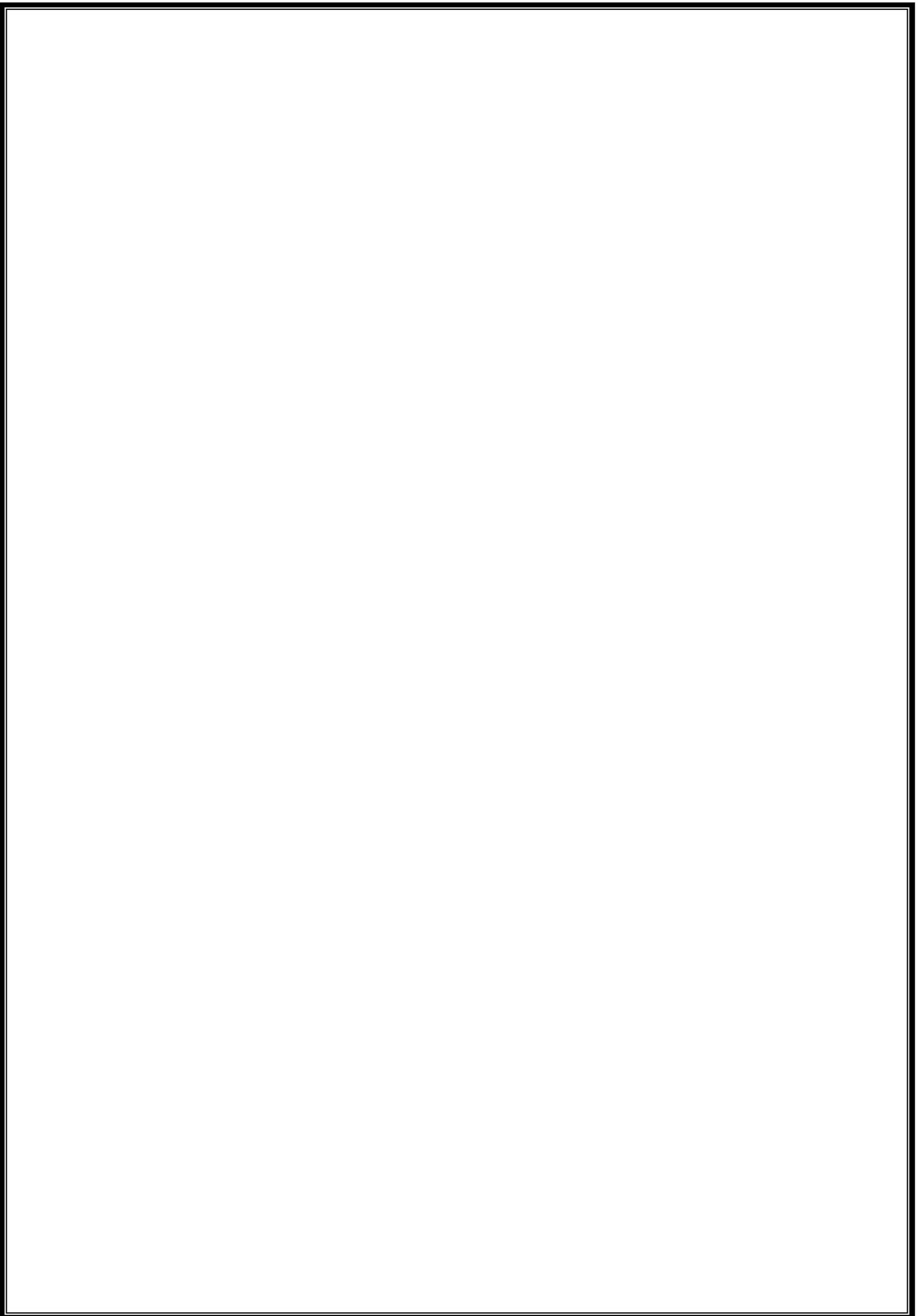
Centro de Humanidades —
Universidade Federal do Ceará

Endereço postal:
Av. da Universidade,
2995, 1o andar (Benfica)
60.020-181
Fortaleza, Ceará/BRASIL

Tel.Fax: (85) 3366.7536/
3366.7416

E-mail: rcs@ufc.br

Publicação Quadrimestral



Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 49
n.1, 2018

// DOSSIÊ – OS SIGNIFICADOS DAS NOVAS QUEDAS PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA: INSTABILIDADE DOS GOVERNOS OU DOS REGIMES?

- 14 Apresentação**
André Luiz Coelho
- 30 Presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios?
Impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina**
Yuri Kasahara, Leiv Marsteintredet
- 55 Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na
América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil**
Leonardo Valente Monteiro
- 98 Regressão democrática na América Latina: do ciclo político
progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário**
Josué Medeiros
- 134 Aprovação presidencial (1996-2015) na América Latina: mais
participação pode ser uma saída quando a economia vai mal?**
Daiane Boelhouver Menezes
- 166 Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital:
Elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a
crise política brasileira.**
Mayra Goulart da Silva, Beatriz Soares Lourenço, Júlio César Pereira de
Carvalho
- 202 Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do
componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil**
Pedro Luiz Lima, Jorge Chaloub

- 253 O impeachment de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina: a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan**
Gabriel Gutierrez Mendes
- 279 O nome das coisas: a disputa simbólica impeachment versus golpe na mídia internacional**
Monalisa Soares Lopes, Grazielle Albuquerque
- 317 Da instabilidade política ao mau desempenho constitucional: uma análise dos processos de destituição presidencial paraguaios após 1990**
Gustavo Silva Mattos

// ARTIGOS

- 349 Instabilidade político-militar, deslocamentos compulsórios e a vida cotidiana em Moçambique: uma agenda de pesquisa**
Albino José Eusébio, Sônia Barbosa Magalhães
- 375 O auge e o declínio: a trajetória institucional da Sudene e o futuro do planejamento no Nordeste**
Luciléia Aparecida Colombo
- 400 Sociologia das ausências e das emergências na análise teórico-epistemológica de uma política pública participativa**
Adriane Vieira Ferrarini
- 426 O imaginário como algo inimaginável. A sociologia rez de chaussée de Roger Bastide**
Dora Vianna Vasconcellos

// ESPECIAL: O AMAPÁ COMO DESAFIO SOCIOLÓGICO

458 **Apresentação**

Antonio Cristian Saraiva Paiva, Eliane Superti

461 **Das ribeiras ao cais de Macapá: a cidade vista sob a trajetória de um migrante**

Verônica Xavier Luna, Antonio George Lopes Paulino

498 **Experiências de perda e ressignificação da moradia: Sobre sofrimento social de mulheres macapaenses no contexto de uma tragédia urbana**

Roberta Scheibe, Leonardo Damasceno de Sá

535 **O pathos docente em narrativas: relações entre trabalho, subjetividades docentes e adoecimento psíquico**

Selma Gomes Silva, Antonio Cristian Saraiva Paiva

// RESENHAS

580 **A Democracia na Periferia: uma análise de “La difícil democracia: una mirada desde la periferia europea” de Boaventura de Sousa Santos.**

Marcos Antonio da Silva

589 **A democracia impedida**

Clayton Mendonça Cunha Filho

594 **Para além do objeto: método etnográfico em pesquisa sociológica de torcidas organizadas de futebol**

Marcílio Dantas Brandão

599 **Gênero e sexualidade para iniciantes**

Gislene Oliveira Rodrigues, Wagner Xavier de Camargo

// INSTRUÇÕES AOS AUTORES

610 **Normas de publicação**

Contents

Social Sciences Journal, Fortaleza, v. 49

n. 1, 2018

// DOSSIER – THE MEANINGS OF NEW PRESIDENTIAL FALLS IN LATIN AMERICA: INSTABILITY OF GOVERNMENTS OR OF REGIMES?

- 14 Presentation**
André Luiz Coelho
- 30 Presidentialism in crisis or Parliamentarism by other means?
Presidential impeachments in Brazil and Latin America**
Yuri Kasahara, Leiv Marsteintredet
- 55 The neo coups and the interruptions of presidential terms in Latin
America: the cases of Honduras, Paraguay and Brazil**
Leonardo Valente Monteiro
- 98 Democratic setback in Latin America: from a progressive political
cycle towards a neoliberal and authoritarian political cycle**
Josué Medeiros
- 134 Presidential approval in Latin America (1996-2015): can more
participation be a solution when the economy is going bad?**
Daiane Boelhouver Menezes
- 166 Hegemony, class fraction and financialization of capital: elements
for a Marxist and systemic approach to the Brazilian political
crisis**
Mayra Goulart da Silva, Beatriz Soares Lourenço, Júlio César Pereira de
Carvalho
- 202 Political jurists and their convictions: towards an anatomy of the
juridical component in Brazil's 2016' Coup**
Pedro Luiz Lima, Jorge Chaloub

- 253 The impeachment of Dilma Rousseff and the political instability in Latin America: the applicability of the Perez-Liñan's model**
Gabriel Gutierrez Mendes
- 279 The name of things: the 'impeachment versus coup' symbolic dispute in the international media**
Monalisa Soares Lopes, Grazielle Albuquerque
- 317 From political instability to constitutional poor performance: An analysis of the Paraguayan presidential recall processes after 1990**
Gustavo Silva Mattos

// ARTICLES

- 349 Political and military instability, compulsory displacement and daily life in Mozambique: a research agenda**
Albino José Eusébio, Sônia Barbosa Magalhães
- 375 The boom and the decline: the institutional trajectory of Sudene and the future of planning in the Northeast**
Luciléia Aparecida Colombo
- 400 Sociology of absences and emergencies in the theoretical-epistemological analysis of a participatory public policy**
Adriane Vieira Ferrarini
- 426 The unimaginable Imaginarium. The sociology rez de chaussee of Roger Bastide**
Dora Vianna Vasconcellos

// SPECIAL: AMAPÁ AS A SOCIOLOGICAL CHALLENGE

458 Presentation

Antonio Cristian Saraiva Paiva, Eliane Superti

461 From the rivers to the pier of Macapá: the city seen from a migrant's trajectory

Verônica Xavier Luna, Antonio George Lopes Paulino

498 Experiences of loss and resignification of housing: on the social suffering of Macapaense women victims of an urban tragedy

Roberta Scheibe, Leonardo Damasceno de Sá

535 The teaching pathos in narratives: the relationship between work, teachers subjectivities and stories of psychological illness

Selma Gomes Silva, Antonio Cristian Saraiva Paiva

// REVIEWS

580 Democracy on the periphery: an analysis of Boaventura de Sousa Santos' "La difícil democracia: una mirada desde la periferia europea".

Marcos Antonio da Silva

589 Impeded democracy

Clayton Mendonça Cunha Filho

594 Beyond the object: ethnographic method in sociological research of organized football supporters

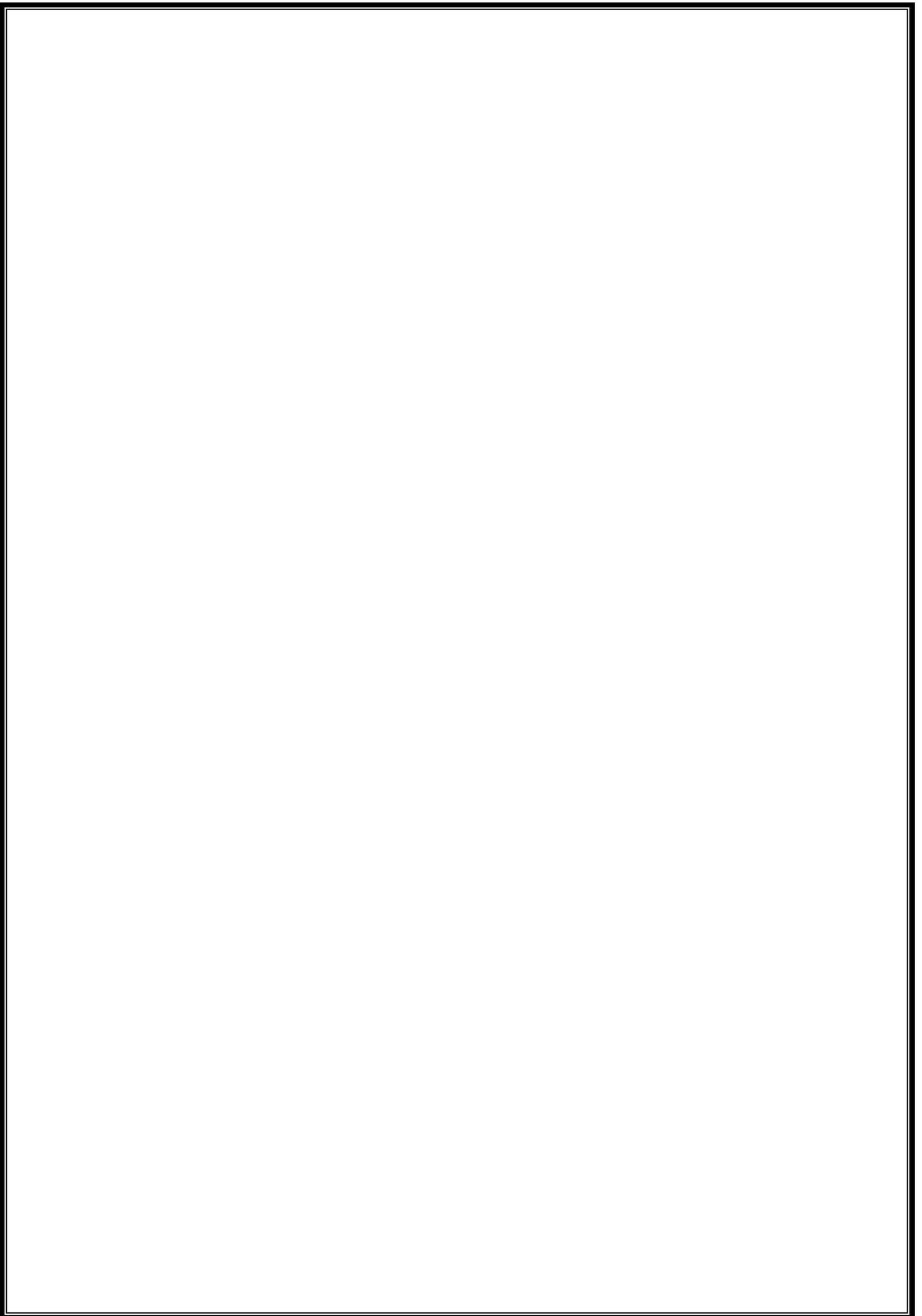
Marcílio Dantas Brandão

599 Gender and Sexuality for beginners

Gislene Oliveira Rodrigues, Wagner Xavier de Camargo

// INSTRUCTIONS TO AUTHORS

610 Posting Rules



Apresentação

A manutenção da democracia tem sido um dos maiores desafios da América Latina nas últimas décadas. A redemocratização (iniciada a partir do fim dos anos 1970) e o advento das reformas políticas e econômicas (com início na década seguinte) caracterizaram a emergência de um novo momento histórico para a América Latina. Na virada de 1980 para 1990, o otimismo das promessas de melhoria nas condições de vida animou os cidadãos a acreditarem na mediação realizada pela política, elegendo seus representantes, membros do Executivo e do Legislativo, para mandatos fixos de quatro ou cinco anos.

A busca pelo aprofundamento da democracia trouxe a reboque o desenvolvimento das instituições políticas, a organização de novos sistemas partidários e o aumento da participação popular. A renovação da esperança dos latino-americanos nos fez acreditar que estávamos vivendo o período mais longo da nossa história sob a égide da democracia. A realidade, contudo, nem sempre foi tranquila. Presenciamos um grande número de eventos de instabilidade política e presidencial na região nas últimas décadas, por vezes resolvidos de maneira pactuada e consensual entre os envolvidos. Muitas outras vezes, entretanto, não. Aquelas promessas,

oriundas do binômio “redemocratização + neoliberalismo”, em grande parte, não foram cumpridas. Golpes de Estado e mesmo flertes com o autoritarismo também estiveram presentes, realizados de formas distintas e por atores diferentes.

Assim, o aumento da participação política e o desenvolvimento da democracia na América Latina não trouxeram, necessariamente, mais estabilidade política. Se, por um lado, grupos historicamente fora do processo político passaram a participar e a eleger seus representantes – muitos até mesmo identificados à sua imagem e semelhança (como na eleição de um indígena para a presidência da Bolívia ou de um operário no Brasil) –; por outro, a estabilidade política artificial do passado, baseada no comando quase que exclusivo das elites, não se sustenta mais. Não podemos esquecer que contar a história da região significa narrar uma infinidade de pactos entre as elites, que impediam forças subalternas de concorrerem às eleições ou, em caso de vitória, de assumirem o poder. Um dos casos mais clássicos é o chamado “Pacto de *Punto Fijo*”, na Venezuela¹.

Se, no histórico recente da América Latina, as elites civis conservadoras aliaram-se aos militares e governaram por longos períodos autoritários, a realidade atual é diferente. A instabilidade política contemporânea chega até mesmo a ser desejada se comparada ao medo que dominava o passado e impedia a manifestação dos anseios da soberania popular. Não há instabilidade presidencial nas ditaduras porque esse tipo de arranjo não permite o consenso e a participação.

Hochstetler (2007) afirma que 23% dos presidentes latino-americanos eleitos democraticamente desde a década de 1970 foram forçados a deixar seus cargos antes do fim de seus mandatos. A autora chama atenção para a importância desses números e para a pouca atenção

¹ O pacto de *Punto Fijo* foi um acordo realizado após o fim do regime militar, em 1958, na cidade venezuelana de *Punto Fijo*, entre os partidos Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), dando origem ao celebrado e pouco inclusivo sistema bipartidário venezuelano

sistemática recebida pelas quedas presidenciais nos debates acerca da qualidade da democracia e da instabilidade nos sistemas presidenciais. Já Marsteintredet (2009) salienta que as diferenças entre os casos de interrupção de mandatos presidenciais na América Latina foram pouco exploradas pela literatura – que, ao tratar todos os casos de interrupção da mesma maneira, não explica corretamente as causas e efeitos do referido fenômeno².

Segundo Hochstetler (2007), dos 40 presidentes eleitos na região entre 1970 e 2003, 16 (40%) enfrentaram contestações à sua permanência no cargo e nove (23%) tiveram seus mandatos “fixos” encerrados prematuramente. Assim, os presidentes da região, ainda que eleitos, não podem pressupor que terão o exercício de um mandato fixo e determinado. Do mesmo modo, a autora sugere que as eleições presidenciais diretas na América do Sul não dão aos presidentes legitimidade consistente que dure todo o período de seu mandato constitucional.

A própria literatura especializada da Ciência Política também passou por várias fases no estudo do tema. O pessimismo de autores como Linz (1990), Valenzuela (1993) e Mainwaring (1993), entre outros – para os quais a configuração do presidencialismo na região geraria inevitavelmente crises de governabilidade –, foi suplantado pela geração posterior de Chasquetti (2001), Cheibub (2002), Negretto (2003) e Badillo (2007) – que, por sua vez, acreditavam que governos minoritários não redundariam necessariamente em crises políticas e de governabilidade, uma vez que os presidentes seriam capazes de formar coalizões majoritárias com uma taxa de insucesso relativamente baixa e aceitável.

De acordo com Marsteintredet (2008, 2009), as quedas presidenciais foram relacionadas, nos últimos anos, a escândalos de

² Cheibub (2006) afirma a necessidade de pesquisas que demonstrem que o presidencialismo não gera necessariamente instabilidade democrática e que se inicie a busca por outros fatores institucionais que nos levem a entender como esses regimes funcionam contemporaneamente, substituindo as análises apoiadas apenas pelos princípios constitucionais do regime.

corrupção (Pérez-Liñán, 2008), a apelo das ruas (mais do que desafios institucionais – Hochstetler, 2007), à força presidencial no Congresso (Kim e Bahry 2008) e à incapacidade de controle do mediano do Congresso (Negretto, 2006). Refletindo sobre os mesmos acontecimentos, Pérez-Liñán (2008) lista um vasto repertório de termos e autores que trazem explicações pouco divergentes sobre a queda de presidentes na América Latina: instabilidade presidencial (Ollier, 2008), quedas presidenciais (Hochstetler, 2007), fracassos presidenciais (Edwards), remoção do presidente (Pérez-Liñán, 2007) ou presidências interrompidas (Kim e Bahry, 2008; Negretto, 2006; Valenzuela, 2004).

Em trabalho recente (Coelho, 2013), propus uma análise do fenômeno da instabilidade política e presidencial lançando mão de duas das vertentes mais clássicas do estudo do tema: 1) a ação da sociedade civil e dos movimentos sociais, 2) a explicação institucional. Um dos principais argumentos seria o de que nenhuma das duas dimensões possui um caráter predominantemente explicativo sobre a outra, mas que seria exatamente a interação de ambas que aumentaria o poder elucidativo da análise do surgimento das crises presidenciais, do seu desenvolvimento e, principalmente, da previsão de possíveis resultados. A queda dos governos geralmente envolveria uma “*interação dialética*” entre o povo e as instituições, nas quais os protestos das ruas adquiriram um papel determinante. Assim, o pior cenário para um mandatário seria o de manifestações nas ruas pedindo sua saída do poder ao mesmo tempo em que conflitos institucionais estivessem acontecendo. Se o clamor das ruas consegue efetivamente chegar até o Legislativo (e o presidente passa a ter dificuldades para controlar seu apoio majoritário no Congresso), a chance de uma queda é muito grande.

Dessa forma, o padrão de destituição de mandatários mais usual das três últimas décadas ocorreria principalmente em razão dos conflitos entre o chefe do Executivo e os demais poderes do país (principalmente o

Legislativo), em um contexto de forte pressão das ruas pela saída dos presidentes – geralmente identificados pela maioria da população como os principais culpados pelas crises políticas e econômicas, dentro das normas constitucionais vigentes (Coelho, 2017, p. 15).

Se tentarmos estabelecer um tipo ideal de queda presidencial nos anos 1990, podemos dizer que – na grande maioria dos casos em que um mandatário não chegou ao fim de seu mandato constitucional – ele assumiu uma campanha eleitoral na centro-esquerda; mas, uma vez no poder, governou na direção da centro-direita. Assim, o emprego da *policy switch* (estelionato eleitoral) por presidentes legitimamente eleitos contrariou os anseios populares e o exercício do respectivo *accountability* vertical. As aspirações do eleitorado, traduzidas no voto em propostas de mudança, nem sempre tiveram correspondência na arena política real.

Todavia, se considerarmos a possibilidade do *accountability* vertical ser relacionado não somente ao sufrágio, mas a qualquer manifestação popular de controle dos atos dos governantes, veremos que as mobilizações populares contrárias aos presidentes que efetuaram o estelionato eleitoral, por meio da ação da sociedade civil e dos movimentos sociais, fiscalizaram e puniram os mandatários que não corresponderam às suas expectativas. Logo, a atuação da sociedade civil e dos movimentos sociais refinou ainda mais o conceito de O'Donnell (1998), indo além da participação na arena eleitoral a cada quatro ou cinco anos. Tais atores, portanto, exerceram seu poder de fiscalização e decisão nos momentos que julgaram necessário, tornando-se um dos principais artífices das quedas presidenciais.

No entanto, cabe ressaltar que a *policy switch* não resulta necessariamente em crise política e derrocada da coalizão, como parece ser o caso de alguns países na América do Sul – até porque o fenômeno do chamado estelionato eleitoral não pode ser considerado exclusivo da região. Devemos levar em consideração, ainda, que o chamado “estelionato

eleitoral” na América Latina teria diminuído consideravelmente a partir dos anos 2000. Os novos presidentes eleitos pareciam ter aprendido com as experiências desastrosas do passado, ou efetivamente modificaram o teor de suas ações em uma guinada de centro-esquerda; de modo que, em sua atuação política e econômica, procuraram adotar trajetórias mais lineares (Panizza, 2006; Silva, 2011).

Nesse contexto, os três casos mais recentes de instabilidade presidencial na América Latina devem ser percebidos como inspiradores para a deposição de Dilma Rousseff no Brasil, em 2016 (Coelho, 2017, p.13). Dessa forma – seguido da expulsão de um presidente vestindo pijamas (deposição de Manuel Zelaya – Honduras, 2009); da trajetória vitoriosa de Rafael Correa sobre a instabilidade crônica equatoriana e o malfadado golpe policial de 2010 e, ainda, do “juízo político *Express*” (derrubada de Fernando Lugo – Paraguai, 2012) – o “golpe cívico-militar” deve ser encarado como uma estratégia de golpes ilegais contra os mandatários identificados com ideologias de esquerda, consistindo em um novo modelo possível da ação política das elites conservadoras e antidemocráticas na região.

Uma possível explicação para essa nova estratégia seria a percepção e posterior aprendizagem (pelas elites conservadoras) de que o sistema político dos países latino-americanos, no decorrer das últimas décadas, depois de longos períodos conturbados geralmente voltava ao equilíbrio somente após a queda dos mandatários (Coelho, 2017, p. 47) – como foi presenciado nos anos 1990 e início dos 2000, quando presidentes de centro-direita foram retirados do poder. Contudo, após uma relativa estabilização política inscrita em um momento em que a América Latina vivia o *boom* eleitoral de governos progressistas (Soares de Lima, 2008) – ou da chamada *mareia rosa* (Panizza, 2006) –, as elites conservadoras da região passaram a atuar de maneira objetiva para retirar os presidentes identificados com valores de esquerda. No entanto, conscientes de que não

poderiam contar com o apoio popular para isso, elas se uniram a setores oposicionistas dos respectivos Congressos, das Cortes Supremas e das Forças Armadas para efetivar suas ações, realizadas de forma extraconstitucional.

Os recentes episódios de instabilidade política e presidencial, em boa parte dos países da América Latina, e suas consequências para os cidadãos e para a região como um todo indicam, portanto, a importância da publicação do dossiê “Os significados das novas quedas presidenciais na América Latina: instabilidade dos governos ou dos regimes?”; possibilitando uma reflexão acurada sobre conceitos como *crise política*, *estabilidade presidencial*, *governabilidade* e, principalmente, sobre o estado da democracia na região. A ocorrência de seguidas crises políticas e econômicas, das quedas do Executivo, das diferentes respostas do sistema político e da atuação da sociedade civil organizada junto aos movimentos sociais nos leva à necessidade de um aprofundamento teórico sobre os graus de liberdade de ação dos mandatários dos países em questão.

O dossiê está dividido em dois momentos. Os primeiros artigos possuem um caráter mais teórico e geral, estabelecendo – por meio de abordagens comparativas – reflexões que discutem, por exemplo, temas como: a possibilidade de uma crescente “parlamentarização” do presidencialismo latino-americano; a emergência de um novo conceito para explicar as quedas presidenciais mais recentes – o “neogolpismo”; o fato de que estaríamos presenciando um momento de “regressão democrática na América Latina” e o possível ocaso do ciclo político progressista recente (que estaria sendo substituído por um novo ciclo político neoliberal e autoritário); a relação entre aprovação presidencial e desempenho da economia e, finalmente, um artigo de abordagem marxista que debate hegemonia, fração de classe e financeirização do capital na América Latina.

A segunda parte é dedicada a textos que elaboram cuidadosos estudos de caso, sendo a maioria deles sobre o processo de destituição de

Dilma Rousseff da presidência do Brasil, em 2016. A seguir, destaco de forma resumida os principais temas debatidos nessa seção: o componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil; a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan ao *impeachment* de Dilma Rousseff; a disputa simbólica entre *impeachment versus* golpe na mídia internacional e, finalmente, uma análise dos processos paraguaios de destituição presidencial após 1990.

O primeiro artigo do dossiê conta com a valiosa contribuição do cientista político norueguês Leiv Marsteintredet (University of Bergen) – uma das principais referências mundiais sobre o estudo das crises políticas e presidenciais –, que, em parceria com Yuri Kasahara (Norwegian Institute for Urban and Regional Research), escreve o artigo *Presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios? Impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina*. Os autores buscam contextualizar o *impeachment* de Rousseff na literatura mais ampla sobre interrupções de mandatos presidenciais na América Latina, argumentando que os sistemas presidencialistas latino-americanos têm encontrado vias institucionais para lidar com crises entre os poderes Executivo e Legislativo, ainda que tais soluções não sejam despidas de controvérsias.

Levando em consideração um contexto em que as quedas presidenciais são motivadas pela ação do Legislativo (na maior parte dos casos), Marsteintredet e Kasahara propõem a introdução de alguns mecanismos institucionais em regimes presidencialistas, com o objetivo de facilitar a resolução de impasses político-institucionais. Suas duas principais propostas são polêmicas, mas instigantes. A primeira sugere a possibilidade de destituição do presidente por motivações exclusivamente políticas, tal qual um *voto de desconfiança* no parlamentarismo³, mas com um desenho

³ Uma das principais diferenças entre parlamentarismo e presidencialismo consiste na inexistência, no presidencialismo, do chamado *voto de desconfiança* do Parlamento ao chefe do Executivo. O voto de desconfiança aconteceria nos sistemas parlamentaristas, em momentos de crise e paralisa decisória, consistindo em uma votação na qual o controle da coalizão de governo pelo Primeiro Ministro é questionado. Se, após a referida votação, a maior parte dos legisladores votar contra o presidente, o mesmo é destituído do poder. Seria

institucional que busque aumentar os custos para tal, contando com a manutenção do quórum de 2/3 dos membros do Legislativo para sua aprovação combinada com a inclusão de uma cláusula de dissolução simultânea do Congresso. A segunda faz referência à ordem sucessória em casos de afastamento presidencial: os autores afirmam que, quando presidentes são removidos por motivações políticas, vice-presidentes não deveriam estar aptos a assumirem o poder, uma vez que a ascensão de um vice-presidente não traria necessariamente uma resolução ao conflito existente. Assim, tanto o presidente como o vice deveriam ser afastados simultaneamente.

Leonardo Valente, em “os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil”, propõe a adoção de um novo conceito para explicar as quedas presidenciais mais recentes na América Latina: o “neogolpismo”. Valente busca caracterizar conceitualmente as deposições dos presidentes do Brasil (Dilma Rousseff), do Paraguai (Fernando Lugo) e de Honduras (Manuel Zelaya) como “neogolpes”, mostrando que tal prática teria se tornado um novo *modus operandi* regional, substituindo os golpes clássicos dos anos 1960 e 1970. Essa nova estratégia teria o objetivo de derrubar governos progressistas e restaurar forças políticas conservadoras por vias não eleitorais no comando dos Poderes Executivos desses países. O autor diferencia ainda o que chama de “golpes clássicos de Estado” e os “neogolpes”, delimitando as características de cada um e identificando suas áreas de intersecção.

O artigo de Josué Medeiros, *Regressão democrática na América Latina: do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e*

uma espécie de destituição por desempenho no meio do mandato, algo que não é previsto no presidencialismo, uma vez que a principal diferença do presidencialismo para o parlamentarismo são os mandatos fixos dos presidentes em relação aos mandatos flexíveis dos primeiros-ministros. Assim, os defensores do sistema parlamentarista argumentam que o voto de desconfiança é um dos seus principais trunfos, por permitir a destituição legal de um mandatário que perdeu seu caráter majoritário.

autoritário, dialoga diretamente com as reflexões de Leonardo Valente. Josué Medeiros apresenta o quadro político contemporâneo da América Latina a partir da noção de ciclo político – afirmando que, desde 2015, estaríamos presenciando o ocaso do ciclo progressista que marcou a região desde o fim do século XX, que estaria sendo substituído por um novo ciclo político neoliberal e autoritário. Os mesmos casos debatidos no artigo de Leonardo Valente são analisados por Medeiros (Honduras, 2009; Paraguai, 2012 e Brasil 2016), acrescidos ainda do que o autor denominou de “um processo político mais amplo de avanço do neoliberalismo e das forças oligárquicas”: a vitória de Macri na Argentina, em 2015; a derrota de Evo Morales no plebiscito sobre uma nova reeleição, em 2016, e a grave crise política em curso na Venezuela de Nicolás Maduro. Com o objetivo de clarificar e complexificar seus argumentos, Medeiros caracteriza o que seria um ciclo político para, em seguida, aprofundar as características do novo ciclo político, em um contexto de “redução do alcance da democracia representativa”, nos termos que alguns autores (Wanderley Guilherme dos Santos, Luís Felipe Miguel, José Maurício Domingues) estão apresentando para o Brasil.

O artigo *Aprovação presidencial (1996-2015) na América Latina: mais participação pode ser uma saída quando a economia vai mal?*, de Daiane Menezes, mostra-nos como a aprovação presidencial pode variar com o uso de mecanismos de democracia direta e de acordo com distintos eventos políticos. A autora utiliza dados da Corporação *Latinobarómetro* que englobam pesquisas de opinião realizadas anualmente, em 16 países, entre 1996 e 2015 – analisadas por meio de modelos multiníveis. Os resultados da pesquisa indicam que “entre as variáveis *micro*, a percepção da situação econômica corrente do país é a mais importante; ao passo que, entre as de nível *macro* – eleições, referendos e plebiscitos facultativos, assim como eventos políticos positivos –, são as que mais influenciam a aprovação do chefe do Executivo”. Dessa maneira, Menezes nos traz uma

importante contribuição para o entendimento de quais variáveis afetariam a popularidade dos presidentes na região de forma mais relevante, ajudando tanto mandatários quanto cidadãos na avaliação dos atos realizados pelos chefes do Executivo.

O último artigo da primeira parte do dossiê, escrito por Mayra Goulart da Silva em parceria com Beatriz Soares Lourenço e Júlio César Pereira de Carvalho, tem título *Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: Elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira*. Nas palavras dos autores, “o objetivo do artigo é oferecer um enquadramento analítico para a compreensão dos fenômenos que levaram à interrupção do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), considerando a conjuntura de dissolução da era *Bretton Woods* e o subsequente processo de financeirização do capitalismo global”. Para a pesquisa, são utilizadas variáveis endógenas e exógenas que analisam não só o caso brasileiro, mas também o contexto regional e global. Dessa forma, observam que tais variáveis atuaram na ascensão e no refluxo de lideranças progressistas na América Latina, possibilitando – em um primeiro momento – a realização de projetos de crescimento e de distribuição até seu limite, quando tais dinâmicas passam a apresentar ameaças à rentabilidade dos investimentos financeiros.

A hipótese estruturada no referido trabalho parte do pressuposto de que a derrocada do governo Dilma está associada à prevalência do capital financeiro sobre o produtivo, ainda que os atores sociais que atuam nessas duas esferas muitas vezes sejam os mesmos. A partir dessa perspectiva, sustentam que o “esfacelamento da base aliada” de Rousseff possui relação com a prevalência de uma lógica rentista sobre uma lógica produtiva de acumulação capitalista.

Em *Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil*, Jorge Chaloub e Pedro

Luiz Lima investigam o protagonismo contemporâneo da figura do jurista político no Brasil, tendo como ponto de partida a nova feição do Judiciário após 1988. Assim, desenvolvem importantes reflexões sobre as relações históricas entre os juristas, o Judiciário e a política no Brasil. Para tal, utilizam o método da análise de discurso “tendo como objeto a atuação na esfera pública de dois dos mais relevantes personagens desse tipo: o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, e o juiz Sérgio Moro”.

Mesmo considerando as diferenças no modo de atuação de ambos, Chaloub e Luiz Lima defendem a hipótese de que eles convergem em determinadas percepções, que acabaram determinando a “formação do contexto ideológico do golpe de 2016” – como, por exemplo, na legitimação das instâncias judiciais sobre a política e sobre a sociedade, o que acabaria deslegitimando as instâncias políticas sob o discurso de combate à corrupção. Jorge Chaloub e Pedro Luiz Lima terminam seu texto afirmando que foram numerosos “os protagonistas do mundo jurídico que atuaram no sentido de ora conferir uma chancela sobranceira ao desenrolar dos acontecimentos, ora insuflar diretamente as disputas políticas para que elas corressem em uma determinada direção”.

Gabriel Gutiérrez Mendes realiza o esforço de testar o trabalho de um dos mais influentes cientistas políticos contemporâneos em *O impeachment de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina: a aplicabilidade do modelo de Pérez-Liñán*. O cientista político argentino Aníbal Pérez-Liñán, atualmente professor da Universidade de Pittsburgh, é autor de um dos livros mais influentes no estudo das crises políticas e quedas presidenciais na América Latina, justamente a obra utilizada como referência na análise de Gutiérrez Mendes. Como o livro *Presidential impeachment and the new political instability in Latin America* foi originalmente publicado em 2007, Gabriel Gutiérrez Mendes busca verificar, em seu trabalho, em que medida os traços característicos do

modelo de Pérez-Liñán podem ser encontrados na destituição de Dilma Rousseff, em 2016. Dentre os eixos explicativos do modelo estariam o momento de crise econômica, a presença massiva do escândalo político na mídia corporativa, a indignação popular com o tema da corrupção e a relação conflituosa entre o Poder Legislativo e o Executivo.

O último texto do dossiê dedicado à queda de Dilma Rousseff é redigido por Monalisa Soares Lopes e Grazielle Albuquerque, com o título *O nome das coisas: a disputa simbólica impeachment versus golpe na mídia internacional*. As autoras avaliam a pauta da destituição de Dilma Rousseff em 2016 na imprensa internacional como estratégia de denúncia e disputa simbólica e – por meio de uma análise focada na comunicação – reconstróem o “movimento usado pelo Executivo para romper a espiral do silêncio presente na imprensa nacional”. Soares Lopes e Albuquerque realizam uma análise de conjuntura dos eventos que antecederam a abertura do processo de *impeachment*, bem como o posterior acirramento discursivo em torno do *impeachment/golpe*. Nesse contexto, mostram como muitas vezes Rousseff utilizou alguns veículos de mídia estrangeira como estratégia de produção de uma contranarrativa ao enredo estruturado pela mídia nacional.

Gustavo Silva Mattos nos brinda com o único estudo de caso que não tem como principal referência o caso brasileiro. Em *Da instabilidade política ao mau desempenho constitucional: uma análise dos processos de destituição presidencial paraguaios após 1990*, são analisados os vários casos de instabilidade presidencial ocorridos no país nas últimas três décadas, com especial atenção para a destituição de Fernando Lugo, em 2012. Por meio de uma abordagem comparativa, o caso de Lugo é tomado como base para a análise dos demais eventos de crises presidenciais anteriores. O principal achado da pesquisa, de acordo com o autor, reside no fato de que o processo instaurado contra Fernando Lugo “apresenta características similares com outras tentativas de deposição no país, mas a

ausência de ‘crime de responsabilidade’ e a falta de apoio internacional apontam novas formas de resolução do conflito de poderes que ferem as regras do jogo democrático”.

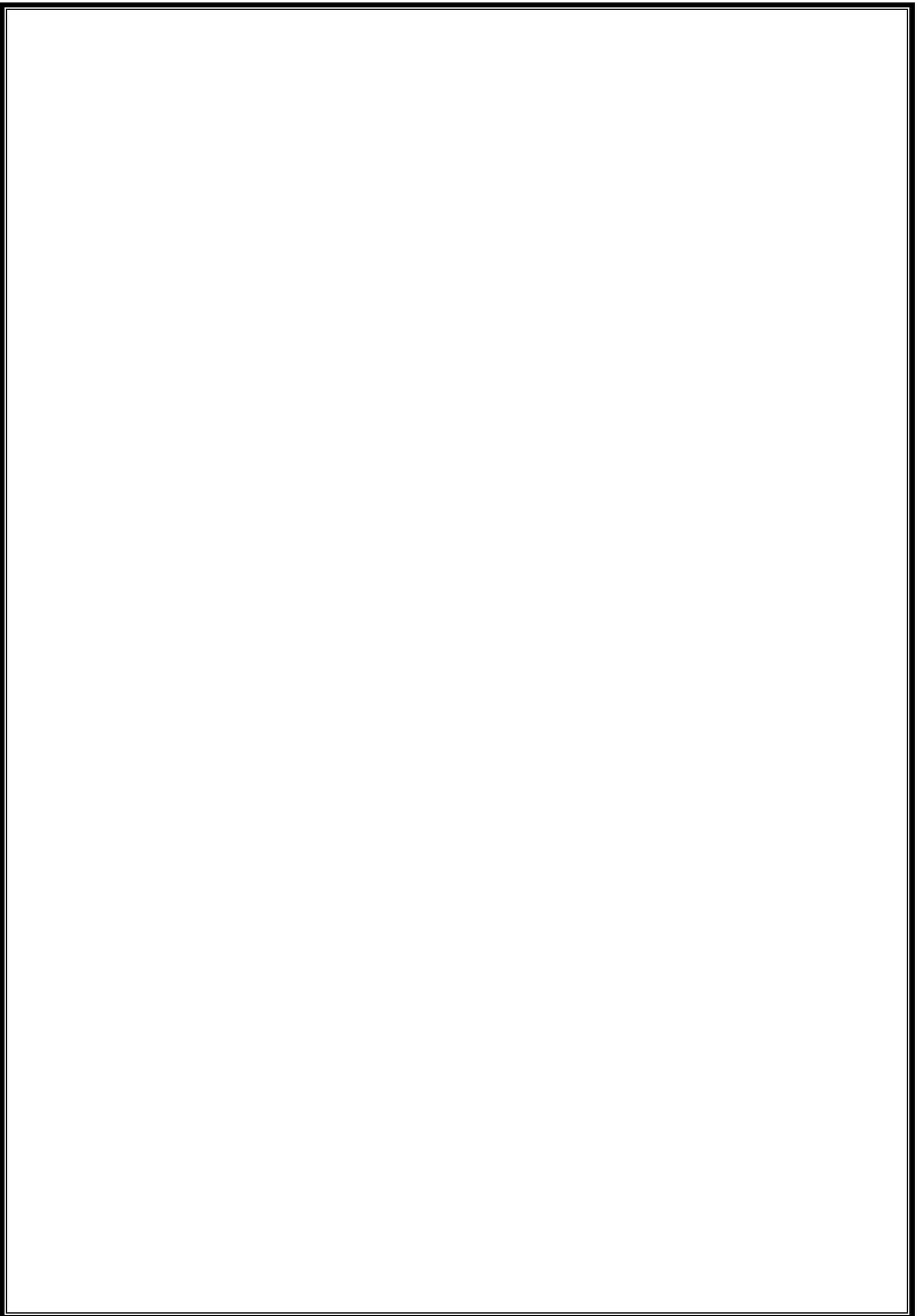
Finalmente, esperamos que a leitura possa ser proveitosa e que inspire muitas outras análises e reflexões sobre o estado da democracia na América Latina.

André Luiz Coelho

organizador

// DOSSIÊ

**Os significados das novas quedas presidenciais na América Latina:
instabilidade dos governos ou dos regimes?**



Presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios?

Impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina

Yuri Kasahara

Oslo Metropolitan University (NOR)

Leiv Marsteintredet

University of Bergen (NOR)

Introdução

Observando a trajetória da recente crise política brasileira – que culminou com a perda de mandato da presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016 – é impossível não retornarmos ao clássico debate sobre os “perigos” do presidencialismo. Elencadas por Juan Linz, em 1990, o sistema presidencialista apresentaria sérias limitações estruturais, em comparação com o sistema parlamentarista, para lidar com impasses políticos entre os poderes Executivo e Legislativo. Devido ao fato de os poderes Executivo e Legislativo terem, ambos, legitimidade eleitoral e mandatos independentes,

conflitos entre os dois poderes frequentemente levariam a impasses que mais facilmente se desdobrariam em ruptura das regras democráticas (Linz, 1990). Sem a possibilidade de remover presidentes por meio de um “voto de desconfiança”, ou convocar novas eleições para a formação de uma nova legislatura (e eleição de um novo presidente), atores políticos tenderiam a buscar soluções “extraconstitucionais” em casos de graves crises políticas. No caso de países latino-americanos, repetidos episódios de golpes militares, ao longo de períodos democráticos da região, ilustrariam de forma trágica esse argumento.

Contrariando essa lógica, rupturas democráticas não têm sido mais episódios recorrentes na América Latina durante as últimas décadas. Desde a onda de redemocratização da região, iniciada nos anos 1980, somente dois presidentes foram removidos inconstitucionalmente de seus cargos por forças militares: o presidente equatoriano Jamil Mahuad, em 2000, e o hondurenho Manuel Zelaya, em 2009¹. Isso não significa, porém, que a interrupção de mandatos presidenciais tenha se tornado menos frequente na região. Excluindo a recente cassação de mandato de Dilma Rousseff, como a **tabela 1** mostra, tivemos 16 presidentes em países latino-americanos cujos mandatos foram interrompidos desde 1985.

Se, por um lado, esse número mostra uma recorrente instabilidade de presidentes na região; por outro, ela demonstra certa capacidade dos sistemas presidencialistas em solucionar conflitos políticos internos sem fazer uso de uma traumática ruptura constitucional. Enquanto a renúncia presidencial ainda é o meio mais comum para apaziguar graves crises políticas em países latino-americanos, o afastamento presidencial pelo legislativo (popularmente conhecido como *impeachment*) tem sido um mecanismo utilizado de forma mais frequente em tempos recentes. Em 2012, o presidente paraguaio, Fernando Lugo, foi afastado e cassado com

¹ Felizmente, essas interrupções não resultaram em regimes ditatoriais, visto que eleições foram rapidamente retomadas.

base em acusações de governar de modo “impróprio, negligente e irresponsável”. O presidente guatemalteco, Otto Pérez Molina, teve sua imunidade removida em 2015 por acusações de envolvimento direto em corrupção; enquanto a presidente brasileira Dilma Rousseff foi afastada, em 2016, com base em descumprimento de leis fiscais e orçamentárias. No contexto brasileiro, o impeachment presidencial não é inédito. Em 1992, o primeiro presidente eleito desde o retorno à democracia, Fernando Collor de Mello, foi afastado por corrupção e teve seu mandato cassado pelo Legislativo.

Tabela 1: Mandatos presidenciais interrompidos desde 1985

| Via institucional | | Decisão unilateral do presidente | | Via ação militar |
|--|--|---|---|--|
| Impeachment | Incapacidade/abandono de cargo | Renúncia | Renúncia e eleições antecipadas | Golpe |
| Collor, 1992 Brasil; Pérez, 1993 Venezuela; Cubas, 1999; Lugo 2012, Paraguai; Pérez Molina 2015 ² , Guatemala; Rousseff, Brasil 2016; | Bucaram, 1997; Gutiérrez 2005, Equador | Alfonsín 1989; de la Rúa, 2001 Argentina; Serrano, 1993 Guatemala; Fujimori 2000 Peru; Sánchez de Lozada, 2003, Mesa, 2005 Bolívia. | Siles Zuazo, 1985 Bolívia; Balaguer, Rep. Dom. 1996 | Mahud, Equador 2000; Zelaya, Honduras 2009 |

Fonte: Marsteintredet, Llanos e Nolte, 2013.

² Oficialmente, o presidente guatemalteco Pérez-Molina renunciou após o Congresso ter removido sua imunidade contra processos judiciais.

Na perspectiva crítica de Linz, renúncias são, em última instância, atos discricionários de presidentes; são o resultado de uma decisão individual e não de mecanismos institucionais. Desse modo, casos de renúncia não deveriam ser vistos como soluções naturais para crises políticas. Um impeachment presidencial (e eventual cassação de mandato), por outro lado, representaria o uso de prerrogativas institucionais normalmente concedidas ao legislativo para a remoção de presidentes. Apesar de ser concebido como um instrumento para a remoção de presidentes que atentassem diretamente contra a ordem constitucional (e, por isso, um recurso de última instância), alguns casos recentes de impeachment mostram sua utilização como instrumento *de facto* de solução de conflitos entre Executivo e Legislativo. Em outras palavras, um uso que o aproxima de um voto de desconfiança, típico de regimes parlamentaristas.

Em termos formais, o impeachment presidencial apresenta, no entanto, custos mais significativos do que um voto de desconfiança em sistemas parlamentares. O requisito frequente de que um presidente tenha cometido um crime ou delito considerado grave durante o exercício de seu mandato e a necessidade de quóruns qualificados, no Legislativo, para sua aprovação fazem do impeachment um mecanismo extremo de solução de conflitos políticos. Apesar de seu alto custo, o recente caso brasileiro revela, sobretudo, um uso do impeachment como meio para destituir chefes do Executivo com graves problemas de relacionamento com o Legislativo. Contrariando o argumento de Linz, o presidencialismo teria suas válvulas de escape *de facto*. O acirramento do conflito entre presidente e Congresso não levaria necessariamente a um impasse e à ruptura democrática, mas sim à consolidação de uma maioria legislativa qualificada, capaz de afastar um presidente. O presidencialismo, dessa forma, parece não ser um sistema tão rígido quanto Linz argumentava.

Diante desse contexto e tomando como principal referência empírica o recente caso brasileiro, este ensaio tem três objetivos: o primeiro,

discutir como sistemas presidencialistas, na prática, possibilitam a remoção do Executivo em moldes similares a um “voto de desconfiança” no sistema parlamentar; o segundo, analisar as condições que levam legislativos a se valer do impeachment para afastar presidentes do cargo; por último, argumentar que, apesar de ser uma alternativa constitucional para a solução de crises políticas no presidencialismo, o recurso ao impeachment importa custos elevados e gera controvérsias que frequentemente colocam a legitimidade de seu uso em xeque. Afastar presidentes pode ser um recurso legal-constitucional utilizado para solucionar crises, porém nem sempre considerado legítimo ou consensual. Com isso, concluímos apresentando algumas propostas de alteração no desenho institucional do presidencialismo que facilitariam a resolução de conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo.

Variedades de Presidencialismo e Impeachment

Uma das críticas mais contundentes ao dualismo proposto por Linz é justamente sua concepção de presidencialismo como um tipo ideal cuja validade é limitada quando contrastada com a institucionalização concreta desses tipos de governo. Apesar de a origem do poder Executivo ser uma característica distintiva entre os sistemas presidencialista e parlamentarista, há outras características normalmente atribuídas a um dos dois sistemas que não são corroboradas pela realidade. Enquanto diversas análises tomam como referência para o presidencialismo o modelo norte-americano, institucionalizado ao longo do século XIX, sistemas presidenciais ao redor do mundo apresentam importantes particularidades institucionais que amenizam (ou aumentam) os potenciais conflitos identificados por Linz.

Segundo autores como Shugart e Carey (1992) e Mainwaring (1993), ao ignorar essa diversidade, a tipologia de Linz subestimaria a capacidade de regimes específicos resolverem crises sem rupturas constitucionais. Em relação a particularidades institucionais que

aumentariam o risco de impasses, é importante destacar que esses autores enfatizam o nível de fragmentação do sistema partidário. Quanto maior a fragmentação, maior seria o risco de presidentes com apoio legislativo minoritário enfrentarem a oposição de maiorias congressuais e, conseqüentemente, as situações de imobilidade decisória. Todavia, os mesmos autores sustentam que particularidades institucionais poderiam contornar esses problemas. Shugart e Carey, por exemplo, argumentam que impasses poderiam ser resolvidos em situações com presidentes fortes, capazes de se sobrepor a maiorias legislativas beligerantes; ou em situações nas quais presidentes fracos convivessem com partidos fortes capazes de manter uma coalizão legislativa que garantisse a governabilidade.

Recentemente, Cheibub, Elkins e Ginsburg (2012) retomam essas críticas a Linz com base na identificação de vertentes regionais de presidencialismo. Apesar de inspirado no recém-nascido presidencialismo norte-americano, sistemas presidencialistas latino-americanos teriam desenvolvido, desde o século XIX, características próprias. Ao contrário do modelo norte-americano, no qual o Executivo tem relativamente poucos poderes legislativos formais, a vertente latino-americana seria caracterizada atualmente por conceder maiores prerrogativas legislativas ao Executivo. Nas últimas décadas, praticamente todos os presidentes latino-americanos passaram a contar (em graus variados) com poderes de decreto, possibilidade de iniciar processos legislativos (em alguns casos, de modo exclusivo) e amplos poderes emergenciais. Além disso, quatro das vinte constituições vigentes na América Latina, desde 1979, possibilitam que o Executivo dissolva o Legislativo e convoque novas eleições. Ironicamente, todas essas são características normalmente atribuídas ao poder Executivo em sistemas parlamentaristas (*Ibid.*, p.81).

Essas ressalvas vão justamente ao encontro do *presidencialismo de coalizão* consolidado no Brasil desde o fim da ditadura militar (Abranches, 1988). A combinação potencialmente perigosa entre presidencialismo e um

sistema partidário altamente fragmentado seria compensada por um Executivo com consideráveis poderes legislativos capazes de aumentar a capacidade de coordenação do processo legislativo. Dessa forma, no caso brasileiro, a possibilidade de editar medidas provisórias³, requerer pedidos de urgência para acelerar projetos de lei de seu interesse e a possibilidade de vetos parciais seriam características típicas desse fortalecimento do Executivo. Somando-se à capacidade de controlar o ritmo de execução orçamentária, presidentes brasileiros têm desse modo alto poder de agenda e barganha em relação ao Legislativo e seriam capazes de construir maiorias legislativas, apesar da alta fragmentação partidária (Figueiredo e Limongi, 1999).

Servindo como contraponto a esse fortalecimento do Executivo, o poder Legislativo nesses países também mantém importantes prerrogativas de fiscalização e de controle. Como Cheibub, Elkins e Ginsburg (2012) elencam, ao tradicional poder de derrubar vetos presidenciais, incluem-se: capacidade de criar comissões de investigação, pedir esclarecimento público a ministros, acompanhar e aprovar a execução orçamentária e, em muitos casos, possibilidade de destituir ministros à revelia do presidente.

No contexto latino-americano recente, a consolidação desse tipo de presidencialismo foi acompanhada por uma drástica redução de golpes militares e rupturas constitucionais. Apesar da aparente estabilidade e do senso comum de que presidentes latino-americanos são institucionalmente fortes, o fenômeno de presidentes que não conseguem terminar seus mandatos, porém, tornou-se mais frequente e alvo de um intenso debate acadêmico. Para autores como Valenzuela (2004), a recorrência do fenômeno na América Latina confirmaria o argumento linziano segundo o qual a interrupção abrupta de mandatos presidenciais seria a manifestação contemporânea de rupturas democráticas.

³ Após 2001, medidas provisórias tornaram-se decretos presidenciais com validade de lei e que devem ser votados de modo compulsório pelo Congresso, sob pena de bloquear a pauta de votações.

Outros autores, no entanto, apresentam argumentos mais otimistas sobre interrupções presidenciais, ao afirmar que a remoção (voluntária ou institucional) de um presidente seria um desfecho melhor do que a perpetuação de um impasse que poderia levar a uma ruptura democrática. Dessa forma, presidentes cujos mandatos são interrompidos seriam casos que desafiarão a lógica do argumento linziano, uma vez que a instabilidade de governos não implicaria necessariamente a instabilidade do regime presidencialista. Na prática, regimes presidenciais seriam capazes agora de resolver impasses que anteriormente poderiam levar a interrupções democráticas (Marsteintredet e Berntzen, 2008). Nessa perspectiva mais positiva, Hochstetler (2006) enfatiza a ação de mobilizações populares como um elemento que precede e ajuda a decidir boa parte das interrupções presidenciais na região. Nesse sentido, as ruas – em vez dos militares – tornam-se o novo “poder moderador”, fiscalizando as ações presidenciais e servindo como mecanismo de *accountability* vertical.

Apesar de mobilizações populares serem um fator que, sem dúvida, contribui para a interrupção de um mandato presidencial (sobretudo para renúncias), são as legislaturas de todos os países latino-americanos que detêm a prerrogativa constitucional de remover presidentes⁴. Formalmente, os meios mais comuns são o *impeachment* e, em menor número, várias formas da chamada *declaração de incapacidade e abandono de cargo*. Mesmo sendo mecanismos altamente controversos, como no caso da presidente Dilma Rousseff, eles podem ser considerados como importantes recursos para garantir a *accountability* horizontal do Executivo em relação ao Legislativo (Marsteintredet e Berntzen, 2008). Apesar de estar além do escopo desse ensaio estabelecer uma análise detalhada desses instrumentos, é importante destacar como diferentes modos de institucionalização e operacionalização impõem custos mais ou menos elevados para que

⁴ A exceção era Honduras. Porém, após a cassação inconstitucional do mandato do presidente Manuel Zelaya, o país aprovou recentemente uma legislação específica para regular o uso do impeachment presidencial.

Legislativos possam destituir presidentes. Três aspectos formais, em particular, merecem ser destacados.

Uma primeira distinção importante é a definição das ações (ou inações) do presidente que podem dar início a um juízo político pelo Legislativo⁵. Muitos textos constitucionais não especificam atos que poderiam levar a um juízo político, permitindo que Legislativos possam adotar interpretações mais livres sobre o que constituiria um “crime grave” ou um “desrespeito à Constituição e às leis”. Quanto mais genérica a razão – como “mau desempenho de seus cargos” descrita no artigo 225 da Constituição Paraguaia vigente – maior a liberdade de interpretação concedida a Legislativos; logo, maior a liberdade para acionar esse instrumento. Essa amplitude conceitual foi claramente usada pelo Congresso paraguaio para destituir Fernando Lugo da presidência com acusações controversas sobre mau desempenho do cargo, a partir do caso de um conflito de terras. No caso brasileiro, as condutas são especificadas na lei complementar 1.079 de 1950. Em contraste com o caso paraguaio, a legislação brasileira, além de prever condutas vagas como “quebra de decoro”, pautava uma lista detalhada de atos presidenciais (ou crimes de responsabilidade, como denominados na lei) que podem ensejar um impeachment. No caso do impeachment da presidente Rousseff, esse detalhamento – especificamente em relação ao cumprimento da lei orçamentária e de práticas contábeis – foi utilizado para fundamentar a cassação de seu mandato. Desse modo, listas detalhadas de práticas também podem facilitar o uso do impeachment pelo Legislativo.

Um segundo aspecto importante a ser considerado é a definição da instituição responsável pelo juízo político. Em países onde o juízo político é realizado pela instância judiciária mais elevada, como uma Corte Constitucional, o processo para cassação de um mandato presidencial

⁵ Para uma apresentação mais ampla das regras de impeachment na América Latina, ver Pérez-Liñán (2007, p.140-141).

adquire uma dinâmica jurídica em que se espera que o processo seja mais imparcial. O mais comum na região, porém, é que uma segunda casa legislativa, como o Senado, seja responsável por realizar o julgamento. Nesse caso, torna-se praticamente impossível excluir as motivações políticas que muito provavelmente nortearão esse julgamento. A fim de mitigar essa dinâmica política, algumas constituições vigentes – como a equatoriana – requerem a admissibilidade prévia da acusação pela instância judiciária máxima do país. No caso brasileiro, a constituição de 1988 definiu a Câmara dos Deputados como instância que acolhe e inicia o juízo político, autorizando o Senado Federal a agir como instância julgadora.

Um terceiro elemento de fundamental relevância são os quóruns necessários para a abertura de um processo de impeachment e para a condenação de um presidente. Na América Latina, há maior diversidade em relação ao quórum necessário para instaurar um juízo político de um presidente. Em países como Peru e Chile, basta uma maioria simples dos membros da Comissão Permanente e da Câmara dos Deputados, respectivamente, para que a acusação seja oficializada. Em países como Brasil e Argentina, é necessária uma maioria qualificada de dois terços. Em relação à condenação, porém, todos os países estabelecem o quórum de dois terços como requisito. Essa é uma diferença significativa em relação aos sistemas parlamentaristas, nos quais normalmente um voto de desconfiança aprovado por maioria simples é suficiente para destituir um governo⁶.

Mesmo que o *impeachment* de presidentes seja relativamente pouco usual como solução para crises políticas na região, é importante considerar que esse número pode ser baixo devido ao comportamento estratégico de presidentes. Renúncias não levam a nenhuma punição, além da perda do mandato. Ao ter o mandato cassado pelo Legislativo, no entanto, presidentes também sofrem punições de perda de direitos políticos e de impossibilidade

⁶ O requisito frequente de que o voto de desconfiança seja acompanhado pela proposição de um novo governo obviamente aumenta os custos dessa ação.

de ocupar cargos públicos por diferentes períodos de tempo. Desse modo, a punição decorrente do impeachment é uma última dimensão a ser considerada. Principalmente porque algumas renúncias presidenciais podem ser consideradas reações estratégicas à perda de apoio legislativo e ao consequente aumento da possibilidade de uma destituição por impeachment⁷. Os casos de renúncia do presidente boliviano Sánchez de Lozada, em 2003, e do presidente argentino De la Rúa, em 2001, enquadram-se nessa lógica, uma vez que renunciaram devido à ameaça de impeachment em conjunto com intensos protestos populares⁸. No caso do impeachment da presidente Rousseff, a decisão inesperada do Senado brasileiro de cassar seu mandato, mas não seus direitos políticos, aproxima o impeachment de um mero voto de desconfiança.

De modo geral, portanto, o impeachment pode ser considerado, na prática, como um instrumento adicional de controle do Legislativo sobre o Executivo. Sobretudo quando o Legislativo detém exclusivamente o poder decisório sobre a condenação e quando presidentes passam a ter um apoio parlamentar bastante reduzido. A partir dessas condições, um Legislativo majoritariamente opositor pode mais facilmente utilizar o juízo político nos moldes de um voto de desconfiança parlamentar a fim de interromper o mandato de um presidente.

O impeachment e suas motivações

Apesar da possibilidade de Legislativos usarem o impeachment como um instrumento para a remoção de presidentes, sua aplicação não é trivial, mesmo em contextos de elevado conflito entre o Executivo e Legislativo. Além da necessidade de um quórum elevado de 2/3 dos membros do Legislativo para sua aprovação e de alguma ação presidencial

⁷ O presidente Fernando Collor de Mello, por exemplo, formalmente renunciou ao cargo logo antes de seu julgamento pelo Senado brasileiro. Todavia, o Senado brasileiro decidiu continuar com seu julgamento e o condenou à perda de seus direitos políticos por oito anos.

⁸ No caso argentino, a constituição vigente prevê a perda perpétua de direitos políticos de presidentes afastados do cargo.

considerada crime ou violação de deveres constitucionais, os aspectos procedimentais do impeachment o tornam uma prática extremamente custosa quando comparada com o voto de desconfiança parlamentarista. Em termos procedimentais, o impeachment apresenta a estrutura de um julgamento, com espaços para acusação e defesa e regulação do processo por tribunais constitucionais⁹. O aspecto controverso do impeachment como instrumento para a remoção de presidentes reside no fato de que, a despeito de sua forma jurídica, o julgamento de presidentes é feito por membros do legislativo e não por juízes profissionais, tornando o processo invariavelmente político¹⁰.

Como os recentes casos paraguaio e brasileiro mostram, a natureza política do impeachment pode fundamentar processos baseados em acusações juridicamente controversas e expostas a críticas de casuísmo. Do mesmo modo, decisões de agentes políticos sobre a responsabilidade política de um presidente são invariavelmente tomadas com bases em considerações que extrapolam a análise imparcial das evidências, fatos e argumentos técnicos. Políticos estão mais preocupados com suas carreiras, com possibilidades de reeleição, com acesso a cargos e recursos e, eventualmente, com questões ideológicas do que julgar com imparcialidade. Além de preocupações políticas estritamente individuais, esses atores também são influenciados por lideranças partidárias e seus redutos eleitorais. No caso do afastamento da presidente Dilma Rousseff, um fato representativo dessa lógica política é a divisão claramente partidária dos

⁹ A partir de seu formato judicial, espera-se que presidentes também tenham tempo para preparar suas defesas. Logo, a celeridade exagerada do processo aumenta as controvérsias em relação a sua adoção. O presidente paraguaio Fernando Lugo, por exemplo, teve algumas horas para elaborar e apresentar sua defesa antes da votação que levou à cassação de seu mandato.

¹⁰ Como mencionamos acima, Legislativos também podem declarar presidentes incapazes de exercer suas funções. Originalmente, essa é uma medida pensada para casos em que presidentes apresentem alguma doença ou condição médica que o impossibilita de ocupar o cargo. Porém, essa cláusula também pode ser usada como um instrumento político para remover presidentes, como ocorreu no Equador em 1997. Nesse caso, a maioria do Legislativo afastou o Presidente Bucaram por insanidade a fim de contornar o requisito de quórum mais elevado necessário para um impeachment.

votos. A presidente Rousseff recebeu o apoio de seu partido, o Partidos dos Trabalhadores (PT), e de outros partidos historicamente aliados; enquanto a oposição se uniu a partidos desertores da antiga base governista para aprovar o impeachment e a posterior cassação de seu mandato¹¹.

Essas considerações políticas produzem claramente resultados que passam ao largo de um desejável processo imparcial. Por um lado, elas podem também seguir a direção oposta, permitindo que presidentes potencialmente “culpados”, do ponto de vista jurídico, sobrevivam a um *impeachment* ou simplesmente não cheguem a ser submetidos a um processo do tipo. Diante de presidentes altamente populares, por exemplo, congressistas teriam receios de os ataquem e, posteriormente, serem punidos pelo eleitorado. Por outro, presidentes “inocentes” podem facilmente ser punidos por razões puramente políticas, em especial se forem impopulares. Na ausência de apoio popular, congressistas teriam custos políticos mais baixos para utilizar o impeachment para afastar presidentes indesejados.

A fim de obter uma melhor visualização do fenômeno, voltemos à **tabela 1**. Como podemos ver, a maioria dos casos são de renúncias. Em praticamente todos eles, as renúncias ocorreram após pressões populares, provocadas ora por uma combinação de crises políticas com crises econômicas (como na Argentina em 1989 e 2001); ora por reformas e políticas impopulares (como na Bolívia em 2003 e 2005); ora por ataques diretos a instituições democráticas (como no caso do fracassado *autogolpe*, promovido em 1993, na Guatemala). Nos casos específicos de impeachments, apesar de alguns processos serem movidos por razões

¹¹ No caso brasileiro, a dinâmica política do impeachment também pode ser identificada no fato de que o próprio PT, enquanto parte da oposição, protocolou pedidos de afastamento de todos os presidentes desde Fernando Collor de Mello. O único caso bem-sucedido foi justamente o pedido contra Collor de Mello, que já apresentava sérios problemas de relacionamento com o Congresso antes da eclosão do escândalo de corrupção que levou a seu afastamento.

claramente políticas, a maioria dos presidentes esteve envolvida pessoalmente em algum escândalo político ou atividade criminosa.

O caso do ex-presidente brasileiro Fernando Collor de Mello não é só o primeiro caso de impeachment na América Latina, como também é particularmente representativo dessa dinâmica. O escândalo envolvendo o recebimento de propinas em troca de contratos governamentais a empresas privadas serviu como estopim para que uma maioria congressual insatisfeita com seu estilo isolacionista de governar abrisse um processo de impeachment com forte apoio popular¹². Nessa mesma linha, o ex-presidente venezuelano, André Pérez, foi afastado pelo Congresso, em 1993, após revelações de que teria se apropriado de fundos públicos administrados pelo Executivo. A insatisfação de seu próprio partido com a guinada neoliberal adotada por Pérez e a baixa popularidade desde o massacre de *Caracazo* – promovido em 1989 por policiais e militares sob ordens do governo – catalisaram o escândalo em um processo de impeachment. Mais recentemente, o presidente guatemalteco Otto Pérez Molina teve sua imunidade suspensa pelo Congresso após uma investigação comandada pela Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG). A investigação encontrou evidências de que Pérez Molina estava envolvido em um esquema de pagamento de propinas por importadores em troca de reduções tarifárias, desencadeando uma onda de protestos populares decisiva para que deputados o afastassem. Em todos esses casos, escândalos de corrupção foram o catalisador para que Legislativos cassassem presidentes com sérios problemas para construir maiorias congressuais, enfrentassem graves crises econômicas e/ou tivessem níveis extremamente baixos de popularidade¹³.

¹² Para análises sobre o impeachment do Presidente Collor de Mello, ver Weyland (1993), Flynn (1993), Figueiredo (2010) e Sallum jr. e Casarões. (2011).

¹³ Ver Pérez-Liñán (2007) para uma discussão comparativa dos casos de impeachment na América Latina.

Enquanto todos os casos de impeachment mencionados acima foram percebidos como importantes passos no combate a corrupção – e até mesmo para o processo de redemocratização de seus respectivos países – o mesmo não pode ser dito sobre o recente impeachment da presidente Dilma Rousseff. Chamado de golpe parlamentar por apoiadores da presidente, o afastamento de Dilma tem sido comparado ao Golpe Militar de 1964 – sofrido pelo então presidente brasileiro, João Goulart – e apontado como um episódio de deterioramento da democracia brasileira. Ao contrário do relativo alto grau de consenso social existente nos casos discutidos anteriormente, o processo de impeachment da presidente Rousseff tem dividido a sociedade brasileira, a comunidade acadêmica e jurídica e a mídia internacional. As diferenças entre Dilma e João Goulart não se deve a aspectos políticos conjunturais. Nos dois casos, os presidentes eram impopulares e enfrentavam constantes manifestações públicas pedindo sua renúncia, mostravam-se incapazes de melhorar suas relações com o Legislativo e enfrentavam condições econômicas adversas. No caso de Dilma, uma primeira diferença é o fato de que seu pedido de afastamento não foi formulado a partir de acusações sobre seu envolvimento direto no atual escândalo de corrupção, iniciado pela operação Lava-Jato, que vem abalando os mundos político e empresarial brasileiros. Enquanto diversos políticos que apoiaram o afastamento de Rousseff estão implicados diretamente nas investigações promovidas pela Lava-Jato¹⁴, Dilma teve seu pedido de impeachment fundamentado em acusações de manipulação contábil do orçamento (as “pedaladas fiscais”) e de edição de decretos fiscais sem autorização prévia do Congresso – atos considerados como violações à lei de responsabilidade fiscal e à lei orçamentária¹⁵. Uma

¹⁴ O caso mais expressivo é o do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, responsável por colocar o pedido de impeachment da presidente Dilma em votação. Meses depois, ele foi afastado do cargo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por interferir nas investigações da operação Lava-Jato que o implicam de maneira direta. Atualmente, cumpre prisão preventiva.

¹⁵ Entre juristas, há sérias divergências sobre a legitimidade dessas acusações para fundamentar um processo de impeachment. Apesar dos montantes de recursos envolvidos

segunda diferença importante é que a fundamentação pouco usual e casuística do impeachment alia-se às justificativas da grande maioria dos congressistas para afastar a presidente. Menos preocupados com os eventuais crimes de responsabilidade cometidos, o afastamento de Dilma seria justificado por sua incapacidade de estabelecer maioria congressual e de governar o país ou por críticas a sua condução da política econômica. Esses discursos caracterizam uma motivação clara do impeachment em assegurar uma mudança de *policy* do governo – a motivação mais comum para um voto de desconfiança no parlamentarismo. Por essa razão, o processo de impeachment contra Dilma poderia ser visto como uma espécie de resposta parlamentarista à crise atual, na qual um voto de desconfiança requer a aprovação de 2/3 dos membros de ambas as casas legislativas.

Apesar da legalidade do processo – confirmada até o fim pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, em suas várias manifestações durante o processo – por que as motivações para o afastamento de um presidente são relevantes? A motivação para o afastamento do chefe do Executivo em um regime presidencialista importa para a legitimidade tanto doméstica quanto internacional do processo. A remoção de presidentes por motivos abertamente políticos e com fundamentações controversas têm custos não triviais, podem gerar efeitos colaterais não desejados e, simultaneamente, não resolver os impasses que levaram ao próprio impeachment. Internacionalmente, por exemplo, o caso brasileiro tem sido visto pela mídia estrangeira como um processo extremamente controverso e chamado de ruptura da ordem democrática por acadêmicos e políticos de esquerda ao redor do mundo¹⁶. Claramente, a importância regional e internacional do

terem sido bastante expressivos em 2014, as pedaladas fiscais e a edição de decretos fiscais sem autorização prévia do Congresso eram práticas adotadas por presidentes anteriores e que nunca haviam sido questionadas pelo Congresso.

¹⁶ Para referências internacionais, ver, por exemplo, os editoriais do jornal francês *Le Monde* do dia 26 de agosto de 2016 ou o editorial do *New York Times* de 31 de agosto de 2016.

Brasil garante que o país não sofrerá sanções como as experimentadas pelo Paraguai após o igualmente controverso afastamento do presidente Fernando Lugo, em 2012. A imagem do Brasil no exterior como uma democracia vibrante e estável, porém, foi arranhada, principalmente após a performance tragicômica de deputados durante a sessão que aprovou a abertura do processo de cassação de Dilma e o novo ministério anunciado pelo presidente interino, Michel Temer – o primeiro sem mulheres desde 1979. No plano doméstico, apesar da baixíssima popularidade da presidente, o comportamento claramente oportunista de congressistas que apoiaram o impeachment levou a uma gradual rejeição ao processo de afastamento e ao governo recém-empossado de Temer pela maioria da população, cuja preferência majoritária é a realização de novas eleições presidenciais. Apesar de responsabilizar a presidente pela atual situação econômica do país, a manipulação do mecanismo do impeachment pelo Congresso aumentou o descrédito da população em relação a suas instituições representativas, uma vez que o afastamento contribuiu muito pouco, por exemplo, para a redução da corrupção sistêmica identificada a partir da operação Lava Jato. Ao mesmo tempo, o perfil das reformas conduzidas pelo atual governo de Michel Temer mostra uma mudança abrupta na plataforma que elegeu Dilma Rousseff, aumentando ainda mais os problemas de legitimidade relacionados ao processo de impeachment.

No atual contexto brasileiro, o afastamento de Dilma tampouco significa uma superação da atual crise política enfrentada pelo país, gerada pelo aprofundamento das investigações da Lava Jato. O envolvimento de diversos políticos de partidos que apoiaram o impeachment no gigantesco esquema de pagamento de propinas e financiamento ilegal de campanhas por grandes construtoras nacionais em troca de contratos com a Petrobrás e outras empresas estatais só contribuiu para a sensação de que o impeachment é uma cortina de fumaça do Congresso para encobrir problemas mais

estruturais. Desse modo, mesmo com o afastamento da presidente Dilma, as pressões sobre o governo Temer continuam, com as investigações trazendo novos fatos que implicam não só membros do núcleo político do governo, mas o próprio presidente. Ao mesmo tempo, a incapacidade de implementar reformas capazes de tornar o sistema político mais transparente e menos vulnerável a conluios contribui para seu próprio descrédito e para a possibilidade de eleição futura de *outsiders* políticos, cujos efeitos são ainda mais potencialmente disruptivos para o sistema. Ao menos, esse tem sido o resultado de presidências interrompidas por motivos prioritariamente políticos em países da região como Bolívia, Equador e Venezuela (Marsteintredet, 2014). Em suma, o afastamento definitivo da presidente Dilma está longe de ser uma solução satisfatória para a crise brasileira.

Conclusão: presidencialismo parlamentarizado?

O uso do impeachment para afastar presidentes cujos governos desagradam a maioria do Legislativo e que são destituídos com base em acusações vagas ou relativamente brandas levanta importantes questões sobre os impactos dessa prática no modo como definimos regimes presidenciais. Se Legislativos podem usar o impeachment para afastar presidentes com o intuito de resolver impasses políticos, isso poderia ser visto como uma evolução positiva do presidencialismo latino-americano que minimizaria os potenciais problemas sistêmicos identificados por Linz? Ou deveríamos considerar esse uso do impeachment como um preocupante desvirtuamento de sua função original e uma forma contemporânea de golpe, como críticos mais severos postulam?

Claramente, não há uma resposta inequívoca a essas perguntas. Se, por um lado, usos mais flexíveis do impeachment podem reduzir as chances de rupturas constitucionais mais drásticas; por outro, seu uso leviano representa manipulações que claramente distorcem a vontade popular. Em análise recente, Llanos e Nolte (2016) resumem esse dilema com base em

observações sobre o recente caso brasileiro. Enquanto os autores defendem que as cláusulas do impeachment não deveriam ser manipuladas como no caso da presidente Dilma, eles também ressaltam a impossibilidade de esperar que atores políticos se restrinjam a um uso comedido dos recursos de poder a sua disposição. Desse modo, a lição mais produtiva desse episódio seria pensar em reformas institucionais que reduzissem o risco de manipulação do impeachment e consolidasse mecanismos de afastamento de presidentes por motivações exclusivamente políticas. A proposta visa justamente reduzir as tensões em volta das interpretações sobre a legalidade e legitimidade do uso do impeachment pelo Legislativo, apesar de que, obviamente, qualquer caso de destituição presidencial – constitucional ou não – cria certo nível de tensão e polarização social.

A proposta de Llanos e Nolte (2016) é interessante, pois abre espaço para uma agenda que vai além da discussão sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff (e também do presidente paraguaio Fernando Lugo) ser constitucional ou não, se é um *golpe* ou não. Porém, essa proposta não estabelece um diagnóstico suficientemente compreensivo sobre a atual crise brasileira. Mais do que uma crise típica de um regime presidencialista, a atual crise é mais abrangente e envolve todo o sistema político. A principal distinção é que a crise desencadeada pelas investigações da operação Lava-Jato não envolvem somente a presidente, mas boa parte da classe política brasileira, uma vez que praticamente todos os principais partidos e políticos do país receberam contribuições eleitorais ilegais de grandes construtoras nacionais. Enquanto defensores do impeachment argumentam que a remoção da presidente Dilma é necessária para solucionar a crise econômica, sua saída efetivamente contribuirá muito pouco para arrefecer a crise de legitimidade do sistema político brasileiro. Aqui, o contraste com o recente caso guatemalteco (e mesmo do ex-presidente Collor de Mello) é claro, uma vez que o impeachment do

presidente Otto Pérez Molina efetivamente abriu espaço para a solução da crise gerada por envolvimento presidencial direto em casos de corrupção.

Diante desse cenário, sugerimos duas propostas de reforma, cada qual com consequências distintas, mas que visam aumentar o leque de opções institucionais e a legitimidade de processos de destituição presidencial. A primeira envolveria a instituição da possibilidade de destituição do presidente por motivações exclusivamente políticas, tal qual um voto de desconfiança parlamentarista. Porém, a fim de aumentar os custos para o uso de tal instrumento e evitar que presidentes sejam removidos corriqueiramente – além da manutenção do quórum de 2/3 dos membros do Legislativo para sua aprovação – seria desejável a inclusão de uma cláusula de dissolução simultânea do Congresso. Assim, ao aprovar a destituição de um presidente com base em motivações exclusivamente políticas, legisladores também dividiriam com o Executivo os custos da remoção, uma vez que deveriam se submeter a novas eleições. Complementarmente, presidentes também poderiam ter a possibilidade de convocar novas eleições gerais (simultaneamente para o Executivo e para o Legislativo) quando ameaçados por remoção. A intenção aqui seria oferecer a presidentes a possibilidade de conter as aspirações – de um Legislativo eventualmente controlado pela oposição – em remover um presidente impopular. A vantagem desse arranjo seria a divisão dos custos de uma eventual crise política entre os poderes. E o mais importante: ao instituir a obrigatoriedade de novas eleições, esse tipo de mecanismo transferiria ao eleitorado a possibilidade de decidir os rumos políticos do país. Os reiterados pedidos de novas eleições no recente caso brasileiro (ou mesmo em 2001, na Argentina) nos leva a crer que esse tipo de mecanismo seria um modo de criar alternativas legítimas para a resolução de impasses em regimes presidenciais. O problema dessa proposta obviamente é que os custos adicionais para a remoção de um presidente a partir de motivações exclusivamente políticas podem fazer com que o Legislativo continue a

utilizar o impeachment (ou outras modalidades de perda de mandato) como um modo mais fácil de afastar presidentes indesejados.

A segunda proposta diz respeito à ordem sucessória em casos de afastamento presidencial. Apesar de o tema receber pouca atenção em debates constitucionais recentes, a sucessão presidencial passa a ter importância renovada com o aumento da frequência de casos de presidentes que não terminam seus mandatos; uma vez que políticos e partidos atuam estrategicamente em relação a quem ocupará a presidência vacante. Ao analisar a crise argentina de 2001, por exemplo, Malamud (2015) descreve como o Partido Peronista – opositor ao governo do presidente De la Rúa – não atuou aberta e diretamente para a sua renúncia, mas sim para controlar a linha sucessória. Com a renúncia prévia do vice-presidente, Carlos Álvarez, os peronistas concentraram esforços em organizar um bloco legislativo capaz de indicar indiretamente o novo presidente. Do mesmo modo, no atual caso brasileiro, é difícil imaginar que o principal partido da base aliada da presidente Dilma Rousseff, o PMDB, apoiasse o processo de impeachment sem que ocupasse a vice-presidência e tivesse o controle de ambas as casas legislativas. Acreditamos que, se um presidente é afastado com base em crimes cometidos pessoalmente, sem participação do vice-presidente, a linha sucessória deveria ser mantida. No entanto, quando presidentes são removidos por motivações políticas – como no mecanismo proposto acima – vice-presidentes não deveriam assumir; não só pelo fato de que novas eleições deveriam ser convocadas; mas, sobretudo, porque – em casos de afastamento político do presidente – a ascensão de um vice-presidente não traria necessariamente uma resolução ao conflito, considerando que (pelo menos em teoria) presidente e vice compartilham vários posicionamentos sobre os rumos do governo. Desse modo, tanto o presidente quanto o vice deveriam ser afastados. A vantagem dessa proposta é que ela não traria custos adicionais para o uso de um voto de não confiança pelo Legislativo quando apropriado, o que evitaria possíveis

manipulações do impeachment para favorecer vice-presidentes. Consequentemente, ao aumentar a incerteza sobre a sucessão presidencial, atores políticos podem se ver menos inclinados a destituir presidentes.

Essas duas propostas têm por objetivo animar o debate sobre o que a prática de regimes presidencialistas na América Latina mostrou ser recorrente: presidentes podem e são removidos dos seus cargos por meios institucionais. Contrariando Linz, Legislativos latino-americanos têm lançado mão de vários mecanismos para afastar presidentes indesejados politicamente. O recente caso brasileiro é apenas mais uma manifestação dessa tendência. Porém, o uso de instrumentos como o impeachment, que não foram pensados originalmente para o afastamento de presidentes por motivações claramente políticas, tem sérios problemas de legitimidade e não levam necessariamente à solução de impasses. Por isso, propomos quebrar o tabu das distinções entre presidencialismo e parlamentarismo e trazer ao debate algumas propostas de reformas que permitam a remoção de presidentes com bases estritamente políticas; mas que, ao mesmo tempo, dividam os custos dessa ação entre os poderes. O cerne dessas propostas, porém, é envolver eleitores no processo e torná-los os principais juízes para a arbitragem de crises políticas.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro*. Dados, Rio de Janeiro, n.1, ano 31, p. 1-34, 1988.

CHEIBUB, José Antonio, ELKINS, Zachary e GINSBURG, Tom. *Still the land of presidentialism? Executives and the Latin American constitution*, In NOLTE, Detlef e SCHILLING-VACAFLO, Almut (orgs.). *New constitutionalism in Latin America – Promises and practices*. Londres: Routledge, 2012. p. 73-98.

FIGUEIREDO, Argelina C. e LIMONGI, Fernando. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina C. *The Collor impeachment and presidential government in Brazil*, In LLANOS, Mariana e MARSTEINTREDET, Leiv (orgs.). *Presidential breakdowns in Latin America. Causes and outcomes of executive instability in developing democracies*. New York, London: Palgrave Macmillan, 2010. p. 111-128.

FLYNN, Peter. *Collor, Corruption and crisis: Time for reflection*. Journal of Latin American Studies, n.2, ano 25, p. 351-371. 1993.

HOCHSTETLER, Kathryn. *Rethinking presidentialism: Challenges and presidential falls in South America*. Comparative Politics, n.4, ano 38, p. 401-418, 2006.

LINZ, Juan J. *The perils of presidentialism*. Journal of Democracy, n.1, ano 1, p. 51-69, 1990.

LLANOS, Mariana e NOLTE, Detlef. *The many faces of Latin American presidentialism*. GIGA Focus Latin America, n. 1, ano 12, p. 1-12, 2016.

MAINWARING, Scott. *Presidentialism, multipartism, and democracy - The difficult combination*. Comparative Political Studies, n.2, ano 26, p. 198-228, 1993.

MALAMUD, Andrés. *Social revolution or political takeover? The Argentine collapse of 2001 reassessed*. Latin American Perspectives, n.1, ano 42, p. 11-26, 2015.

MARSTEINTREDET, Leiv. *Explaining variation of executive instability in presidential regimes: presidential interruptions in Latin America*. International Political Science Review, n.2, ano 35, p. 175-196, 2014.

MARSTEINTREDET, Leiv e BERNTZEN, Einar. *Reducing the perils of presidentialism in Latin America through*

presidential interruptions. Comparative Politics, n.1, ano 41, p. 83-101, 2008.

MARSTEINTREDET, Leiv, LLANOS, Mariana e NOLTE, Detlef. *Paraguay and the politics of impeachment*. Journal of Democracy, n.4, ano 24, p. 110-123, outubro 2013.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Presidential impeachment and the new political instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SALLUM Jr., Brasílio e CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. *O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo*. Lua Nova, São Paulo, n.82, p. 163-200, 2011.

SHUGART, Matthew S. e CAREY, John M. *Presidents and assemblies: Constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

VALENZUELA, Arturo. *Latin American presidencies interrupted*. Journal of Democracy, n.4, ano 15, p. 5-19, 2004.

WEYLAND, Kurt. *The rise and fall of president Collor and its impact on Brazilian democracy*. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, n.1, ano 35, p. 1-37, 1993.

Palavras-chave:

Presidencialismo,
América Latina,
Brasil,
Interrupção de
mandato,
Política
comparada

Resumo: O objetivo desse artigo é contextualizar o impeachment da presidente brasileira Dilma Rousseff na literatura mais ampla sobre interrupções de mandatos presidenciais na América Latina. Contrariando a tese linziana de instabilidade sistêmica, argumentamos que sistemas presidencialistas latino-americanos têm encontrado vias institucionais para lidar com crises entre os poderes Executivo e Legislativo. Isso não significa, porém, que as soluções para os impasses são despidas de controvérsias. Problemas de legitimidade, questionamentos legais e elevados níveis de polarização política permeiam boa parte dos casos de presidentes cujos mandatos são interrompidos por ação do poder Legislativo. Diante desse contexto, e inspirados no recente caso brasileiro, propomos a introdução de alguns mecanismos institucionais em regimes presidencialistas destinados a facilitar a resolução de impasses político-institucionais.

Keywords

Presidentialism,
Latin America,
Brazil,
Presidential
Breakdown,
Comparative
Politics.

ABSTRACT: The goal of this article is to set the impeachment of Brazilian president Dilma Rousseff in the context of the broader literature on presidential breakdowns in Latin America. Going against the Linzian thesis of systemic instability, we argue that presidential systems in Latin America have found institutional mechanisms to deal with crisis between the Executive and legislative branches. It does not mean, however, that the solutions for the deadlocks are uncontroversial. Issues of legitimacy and legality, as well as a highly polarized political environment, characterize the majority of cases of presidential breakdowns mobilized by the Legislative. Taking this broader context and the recent Brazilian case, we propose some institutional mechanisms in presidential systems that could facilitate solving political deadlocks between branches of government.

Recebido para publicação em junho/2017

Aceito para publicação em agosto/2017

Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil

Leonardo Valente Monteiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (BRA)

A América Latina é historicamente marcada por golpes de Estado, que são, ao mesmo tempo, causa e consequência de grandes períodos de instabilidade política, além de responsáveis por uma estatística extremamente desfavorável de não cumprimento de mandatos presidenciais. Desde o início do século XX, ocorreram mais de 200 golpes na região¹, e os

¹ Diferentes levantamentos divergem sobre os números, em razão da metodologia, chegando alguns estudos a apontarem mais de 300 golpes na América Latina, desde o início do século XX, como o feito pelo historiador venezuelano Virgilo Rafael Beltrán, em seu livro *“El político y social de las Fuerzas Armadas en America Latina: ensayos”*. A maior parte, no entanto, aponta ao menos 200 desde 1901.

países mais instáveis chegaram a ter dezenas de deposições no mesmo período, como é o caso da Bolívia (56), Guatemala (36) e Peru (31).

Em vários momentos, os golpes de Estado ocorreram em ondas regionais, atingindo vários países simultaneamente em um curto período de tempo, motivados pelas diferentes realidades locais combinadas às conjunturas hemisféricas de suas épocas. A última dessas ondas começou na década de 1960, no pós-Revolução Cubana de 1959, em meio à Guerra Fria. Nesse contexto, o golpe militar brasileiro, em 1964, é apontado como o mais relevante e também o estopim de uma série de outras iniciativas semelhantes (República Dominicana, em 1965; Peru, em 1968; Chile e Uruguai, em 1973; Argentina, em 1976) que levaram a longos regimes ditatoriais. Os golpes militares paraguaio (perpetrado pelo general Alfredo Stroessner, em 1954), guatemalteco (no mesmo ano) e argentino (em 1962) – apesar de terem ocorrido anos antes da deposição do presidente João Goulart no Brasil – são considerados muito mais como laboratórios de uma tendência que se confirmaria na década seguinte do que propriamente como estimuladores de uma nova onda de golpes, sendo este papel atribuído comumente ao caso brasileiro.

A redemocratização da América Latina – iniciada nos anos 1980 e consolidada nos anos 1990 (após o fim da Guerra Fria) – marcou o quase total desaparecimento dos golpes, sendo as exceções mais significativas as duas tentativas frustradas na Venezuela (1992 e 2002), e o autogolpe do presidente Fujimori, no Peru, em 1992 (este último não podendo ser classificado como uma iniciativa militar).

O fim da Guerra Fria não só marcou o fim do período dos regimes militares frutos de golpes na América Latina, como representou também a ascensão em quase toda a AL de governos democráticos neoliberais, marcados tanto por uma orientação econômica centrada no chamado Consenso de Washington, quanto por uma política externa de grande

alinhamento com os Estados Unidos – que figuraram como a grande potência unipolar nos primeiros anos do cenário pós-Muro de Berlim. Em um contexto marcado pelo fim da ameaça comunista, por governos que tinham como orientação a redução do Estado e, ainda, por um notório papel exercido pelos Estados Unidos de principal formulador da agenda internacional nas questões de segurança; os setores militares latino-americanos rapidamente perderam relevância, capacidade de influência e de penetração social e também recursos – o que reduziu ainda mais as chances de manterem algum tipo de protagonismo na nova arena política regional. A combinação de uma nova agenda internacional, marcada pelo estímulo à propagação das democracias liberais e de receitas econômicas ortodoxas adotadas na maior parte dos países latino-americanos foi a pá-de-cal tanto para muitos projetos militares, quanto para ambições políticas que ainda tinham alguns de seus oficiais.

A onda de democracias neoliberais na América Latina durou até o fim dos anos 1990; quando a chegada de Hugo Chávez à Presidência da Venezuela, em 1998, marcou o início de outro movimento, dessa vez de orientação progressista. Movimento este que ganhou forte impulso com a eleição, no Brasil, de Luís Inácio Lula da Silva, em 2001. No ano seguinte, Lula assumiu o maior e mais importante país latino-americano, após uma série de crises econômicas que provocaram grande frustração regional com o modelo neoliberal. O período também é marcado pela guinada da política externa norte-americana pós-11 de setembro (que se voltou essencialmente para a guerra contra o terrorismo e para os conflitos no Iraque e no Afeganistão, dando muito pouca atenção aos assuntos hemisféricos, orientação política conhecida como *Doutrina Bush*). Após a chegada de Lula à Presidência do Brasil, a maior parte dos países da América Latina elegeu governos progressistas, que repensaram a dimensão do Estado, focaram suas atenções em programas sociais e promoveram, em alguns

casos, políticas externas revisionistas em relação aos EUA, que, por sua vez, manteve-se distante, ainda que atento.

A transição da fase neoliberal para a progressista – feita de forma pacífica e por meio de vitórias em eleições diretas – contribuiu ainda mais para a sensação de que os tempos turbulentos dos golpes de Estado e de instalação de regimes autocráticos haviam realmente ficado para trás. Salvo por instabilidades pontuais – devidas especialmente às enormes assimetrias institucionais entre os seus países – a América Latina passou a ser considerada, em todo o mundo, como uma região com relativa e crescente estabilidade política e democrática e com notório fortalecimento de suas instituições.

A crise econômica de 2009 (que afetou de forma mais intensa os Estados Unidos e a Europa), a chegada do democrata Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos (mudando de forma considerável os objetivos da política externa norte-americana), a ascensão da China como grande potência global (e sua maior presença em áreas antes sob total influência dos EUA), o endurecimento da Rússia em relação à sua periferia (num claro movimento de recuperação de áreas de influência) e as articulações internacionais ditas emergentes (especialmente a do grupo dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); porém, não apenas deram a sensação de que o mundo caminhava de forma mais acelerada para uma nova arquitetura de poder, como também provocaram uma forte reação dos Estados Unidos a essas ameaças. Entre as muitas ações, destaca-se a clara mudança de seu olhar para a América Latina. Se, no governo Bush – exceto por questões pontuais como as relações com a Venezuela – a AL passou por quase uma década praticamente desaparecida; no governo Obama, as atenções da Casa Branca voltaram-se de forma mais engajada, com clara intenção de recuperar terreno e prestígio perdidos nos anos anteriores.

Ao mesmo tempo, além da perda de popularidade – mais acentuada especialmente em países como Argentina e Brasil, resultado dos vários anos no poder –, os governos progressistas da região passaram a enfrentar uma série de dificuldades estruturais, frutos tanto dos diferentes problemas domésticos quanto dos rescaldos da crise econômica de 2009 sentidos após os efeitos sobre os países ricos – e que encerraram um período de benesses proporcionadas principalmente pelos altos preços das *commodities*. Problemas estruturais estes que serviram como motor de insatisfação, especialmente dos segmentos de renda média da população, por conta da deterioração dos serviços públicos e do recrudescimento de problemas como a violência urbana e o aumento da inflação. Diversas manifestações ocorridas em vários países – especialmente no Brasil e no Chile, em 2013 – foram resultado direto dessas insatisfações (ainda que sem reivindicações claras) e, politicamente, fragilizaram ainda mais seus governos já em franco processo de desgaste.

Simultaneamente a esses problemas, países como Brasil, Argentina, Colômbia e Peru se viram em meio a escândalos de corrupção envolvendo políticos de primeiro escalão e empresários – vindos à tona a partir de operações e atuações da Polícia e do Judiciário desses países (até então inéditas), com ampla repercussão midiática e em meio a um crescente sentimento de indignação por parte da população, especialmente dos segmentos de renda média e alta.

A combinação dos problemas de origem interna e externa, a perda de popularidade, os escândalos de corrupção e a emergência de uma conjuntura internacional marcada por intensa disputa de poder entre grandes potências – e por um evidente chamamento feito pelos Estados Unidos à sua tradicional área de influência a se reposicionar no tabuleiro das alianças – deram vigor novo às elites políticas, sociais e econômicas que eram rivais aos governos progressistas em vários países latino-americanos – muitas delas, até aquele momento, enfraquecidas e desestimuladas devido às

derrotas eleitorais e à perda de prestígio nos anos anteriores. Vigor novo que as estimulou a novas articulações sociais e à recuperação do espaço político há anos perdido.

A partir de 2009, gradativamente, as forças de oposição conservadoras foram se reorganizando e reconquistando terreno em vários países, especialmente em eleições legislativas e regionais. Tais resultados criaram, entre essas forças, uma expectativa de que uma nova transição regional (dessa vez do progressismo para a centro-direita de tradição neoliberal) aconteceria, por via eleitoral, na leva seguinte de eleições presidenciais. Tal cenário, no entanto, não se confirmou. As eleições de Ollanta Humala, em 2011, no Peru; de Michelle Bachelet, em 2013, no Chile²; a acirrada eleição de Nicolás Maduro, na Venezuela, também em 2013; a de Tabaret Vázquez, em 2014, no Uruguai; e a apertadíssima reeleição de Dilma Rousseff no Brasil, também em 2014; indicaram que – apesar do notório fortalecimento das forças opositoras – estas não haviam conseguido reverter a tendência de governos progressistas em países considerados centrais para a região.

As disputas apertadas podem não ter resultado em vitórias da oposição, mas provocaram – especialmente no Brasil, na Venezuela e no Chile – um enorme acirramento político, a formação de novas alianças partidárias e um poder maior de ação dos opositores, especialmente nos Legislativos, contribuindo para um cenário de maiores dificuldades econômicas e crises de governabilidade.

O Brasil sofreu com muito mais intensidade a escalada desses acirramentos e dificuldades, que resultaram, em 2016 (um ano e meio após as eleições que reelegeram Dilma Rousseff), na ruptura da ordem institucional e na interrupção do mandato presidencial. Ruptura esta que não foi feita aos moldes dos golpes de Estado clássicos, mas por meio de um

² Eleição esta que retomou para a centro-esquerda a Presidência, vencidas anteriormente pelo liberal Sebastián Piñera.

neogolpe, uma forma de destituição complexa, relativamente nova na literatura política, que tem como principal característica a ausência do uso da força e a aparente manutenção da ordem institucional, por meio de um estrito, porém deturpado, respeito ao rito constitucional; mas que se apresenta, contudo, como uma das maiores ameaças contemporâneas ao cumprimento de mandatos presidenciais democraticamente eleitos.

O caso brasileiro, exemplar por sua importância e complexidade, não foi o primeiro da região na história recente, mas pode se configurar como um perigoso estopim regional para uma nova onda de destituições, dessa vez amparadas pela roupagem da legalidade e do respeito à democracia, mas que se caracterizam, *a priori*, como formas não eleitorais de transição de poder e de reposicionamento de elites políticas nacionais.

Assim como na década de 1960 – período em que, anos antes do golpe militar brasileiro, experiências semelhantes ocorreram em países menores da região –, dois casos de neogolpes anteriores à destituição de Dilma Rousseff despertam a atenção: a deposição dos presidentes Manuel Zelaya, em Honduras, em 2009; e de Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012. Ambos corroboram tanto para a hipótese de que foram espécies de balão de ensaio deste tipo de golpe quanto para a tese de que, somados ao caso brasileiro, os neogolpes são um fenômeno regional.

A partir do exposto, este artigo tem como objetivo caracterizar conceitualmente as deposições dos presidentes do Brasil (Dilma Rousseff), do Paraguai (Fernando Lugo), e de Honduras (Manuel Zelaya) como neogolpes; mostrando, ao mesmo tempo, que tal prática tornou-se um novo *modus operandi* regional, em substituição aos golpes clássicos, levados a cabo com êxito pela última vez nos anos 1960 e 1970, com o objetivo de derrubar governos progressistas e restaurar forças políticas conservadoras, por vias não eleitorais, no comando dos Poderes Executivos desses países.

Tal objetivo decorre para o cumprimento de outro secundário, porém não menos importante, que é o de apontar a correlação entre os neogolpes na América Latina e a atual conjunta geopolítica regional e internacional – marcada por uma intensa reação norte-americana ao avanço global de polos alternativos de poder, por uma política forte de realinhamento de sua área de influência direta – o continente americano – e pelo revigoramento de forças políticas latino-americanas conservadoras, tradicionalmente mais próximas dos Estados Unidos que das progressistas.

Para o cumprimento dos objetivos, torna-se necessária, inicialmente, a separação conceitual entre golpes clássicos de Estado e neogolpes, delimitando as características de cada um e identificando suas áreas de intersecção. Em seguida, são apresentados, em ordem cronológica, os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. Não se trata de descrições exaustivamente detalhadas, mas focadas prioritariamente em fatos que se correlacionam com a parte conceitual anterior, com o claro objetivo de configurar os exemplos como casos de neogolpes. Nos comentários finais, os exemplos relatados são relacionados à conjuntura hemisférica e internacional, mostrando que a quebra da ordem institucional nesses países é resultado de uma combinação de fatores internos com condicionantes externas. Compreender as características dessas novas formas de interrupção de mandatos presidenciais na América Latina torna-se de fundamental importância tanto para o estudo sobre as instituições e regimes regionais quanto para a reflexão sobre que caminhos devem ser percorridos para a manutenção da estabilidade democrática.

Os neogolpes como nova forma de tomada do poder

Apesar de não ser tão ampla quanto a literatura sobre os golpes de Estado – especialmente por se constituírem como fenômeno relativamente recente – a conceituação e a delimitação teórica dos neogolpes (também conhecidos como golpes brancos e, em alguns casos, golpes parlamentares

ou jurídico-parlamentares) já aparecem em diferentes estudos e trabalhos, o que nos permite não apenas reproduzir tal arcabouço, como desdobrá-lo à luz dos casos recentes, destrinchando ainda mais sua arquitetura conceitual, *vis à vis* à noção clássica de golpes de Estado.

Na teoria política, a expressão *coup d'État*, como ficou conhecido internacionalmente o conceito de golpe de Estado, foi formulada inicialmente pelo francês Gabriel Naudé e publicada em 1693 na obra “*Considerations politiques sur le coups d'Etat*”. Nela, Naudé define o termo como uma violação feita pelo governante das regras e das leis estabelecidas, porém sempre perpetrada em defesa do interesse público. A mudança dessa interpretação alinhada ao Poder Absolutista só começou a ocorrer após o episódio que pôs fim à Revolução Francesa e alçou Napoleão Bonaparte ao comando da França, que ficou conhecido como “Golpe do 18 Brumário”, ocorrido em 1799. A partir de então, golpe de Estado passou a significar, de forma geral, a tomada de poder e a conseqüente queda do governante, a partir de uma brusca e violenta ruptura institucional. Importante ressaltar que nesses mais de cem anos entre a definição de Naudé e o golpe de Napoleão, também era comum encontrar na literatura o termo “revolução” para se referir a eventos responsáveis por quebras institucionais bruscas, o que caiu em desuso após a Tomada da Bastilha, em 1789 – quando o termo passou a ser usado essencialmente para retratar mudanças profundas provocadas necessariamente por uma intensa participação popular³.

Com o desenvolvimento de regimes políticos complexos nos séculos posteriores, com governos democráticos e baseados em eleições, a definição geral de golpe de Estado foi se tornando igualmente mais complexa e incorporando novos mecanismos e *modus operandi*, ainda que mantendo sua essência. Importante ressaltar, contudo, que se trata de definição, *a priori*, elaborada a partir da observação da realidade política, o

³ O termo revolução é objeto de amplo e sistemático estudo da teoria política, e adquire uma série de significados a partir de diferentes visões conceituais e de processos históricos, que não são alvo deste trabalho.

que permitiu (e ainda permite) releituras sobre eventos históricos que não tinham em tempos passados sido definidos como tal; como, por exemplo, o golpe de Cesar, em 49 a.C, que feriu de morte a República Romana.

Do mesmo modo com que a definição do conceito mudou radicalmente a partir do 18 Brumário – e que este só passou a ser caracterizado como um golpe a partir dessa mudança de olhar – outras alterações também ocorreram ao longo dos anos, a partir da observação e da análise de diferentes eventos que resultaram em deposições de governos. A intensa participação das Forças Armadas em quedas de governos latino-americanos no século XX, por exemplo, resultou no uso corrente da expressão “golpe militar”, que é um golpe de Estado levado a cabo por militares e que, comumente, é seguido pela instalação de um regime de exceção controlado por militares. Para Bonavides (2000), no entanto, independentemente das variáveis históricas e de alguns *modus operandi*, os golpes de Estado se diferem claramente de outras formas de instabilidade institucional.

Não obstante as afinidades que tem com os conceitos de revolução, guerra civil, conjuração e putsch, o golpe de Estado não se confunde com nenhuma dessas formas e significa simplesmente a tomada do poder por meios ilegais. Seus protagonistas tanto podem ser um governo como uma assembleia, bem assim autoridades já alojadas no poder. São características do golpe de Estado: a surpresa, a subtaneidade, a violência, a frieza do cálculo, a premeditação, a ilegitimidade. Faz-se sempre às expensas da Constituição e se apresenta qual uma técnica específica de apoderar-se do governo, independente das causas e dos fins políticos que a motivam. (2000: 549)

Malaparte (2002), por sua vez, em seu clássico livro “A Técnica do Golpe de Estado”, alerta para dois pontos fundamentais: o primeiro, que – para ser bem-sucedido – um golpe precisa ter a capacidade de paralisar o que ele define como centros nervosos de uma nação, por meio do controle de áreas estratégicas de infraestrutura como rede elétrica, estradas e estações de TV; o segundo ponto é que, no decorrer do golpe, o público tem apenas

informações escassas e impressões de que algo anormal está acontecendo, sendo a deposição do antigo governo e a ascensão dos novos donos do poder perpetradas de maneira repentina, noticiadas como fatos consumados.

Já para Nogueira Pinto (1985: 66), os golpes de Estado diferenciam-se de outras formas de ruptura institucional “por serem feitos por órgãos do Estado, usando meios do Estado”. Além disso, para o autor, outro elemento diferenciador é a velocidade: golpes de Estado são, em regra, rápidos, pois a lentidão no processo é uma ameaça ao seu êxito, característica também descrita por Malaparte.

Galbraith (1979), por sua vez, tem como preocupação principal a descrição do ambiente em que um golpe de Estado tem chances de êxito. Em “A era da incerteza”, ele aponta três pré-requisitos fundamentais para o êxito de um golpe: o governo a ser derrubado precisa estar fraco, decadente e impopular – o que, segundo ele, permite a ação que denomina “pontapé em porta podre” –; é preciso haver um líder do golpe, capaz de levantar e arregimentar a população; é preciso, ainda, formar uma massa de aliados desse líder, favorável ao golpe e capaz de morrer por essa ação.

Mais do que uma disputa de caráter personalista, os golpes de Estado envolvem essencialmente disputas entre elites – a elite governante e as que estão fora do núcleo duro do governo, mas geralmente entranhadas nos aparelhos de Estado, como aponta Nogueira Pinto.

O desenvolvimento das democracias representativas e a consolidação do voto popular como meio de escolha dos governantes – na Europa, nos Estados Unidos e, mais recentemente, em outras partes do mundo, com destaque para a América Latina – tornaram as rupturas abruptas e os uso da força para deposições de governo mais difíceis, especialmente nos países mais desenvolvidos, onde a estabilidade política, o fortalecimento das instituições, o protagonismo crescente dos meios de comunicação e a formação de uma sociedade civil complexa e com

interesses cada vez mais distintos e conflitantes dificultam de forma exponencial ações autoritárias e violentas exitosas para a obtenção do controle sobre os governos. Isto não quer dizer que golpes de Estado não tenham ocorrido em países onde vigorava de forma relativamente estável o sistema democrático representativo, mas é fato notório que a disseminação desses sistemas de governo, o apoio dado a eles por países do núcleo duro do sistema internacional, e o aumento da complexidade das sociedades civis inibiram de forma considerável as iniciativas de caráter violento.

Tal dificuldade, no entanto, não deve ser interpretada como uma estabilidade fruto da conscientização dessas elites políticas de que não há mais outro caminho para se chegar ao poder a não ser pela via eleitoral. Seria ingenuo imaginar que a democracia representativa sufocou completamente, em nome da vontade da maioria, toda e qualquer iniciativa de se derrubar governos não alinhados às elites insatisfeitas com o que fora decidido nas urnas. Se o processo violento e abrupto tornou-se obsoleto e ineficaz frente às democracias contemporâneas, é fato também que essas mesmas elites insatisfeitas procuraram e ainda procuram instrumentos mais sofisticados e adequados à nova realidade para chegarem a esse fim. É exatamente neste contexto que surgem os neogolpes, novas formas de se derrubar governos, adaptadas para serem exitosas em sociedades democráticas, diversas e informacionais.

O conceito de neogolpe tem sido empregado por autores em diferentes situações de instabilidade institucional que resultaram em mudanças de governo desde meados do século XX. O termo se refere geralmente a uma conspiração ou trama, com diferentes graus de complexidade, que tem como objetivo a mudança da liderança política, em alguns casos por meios aparentemente legais. Scaruffi (2002), em *“The mechanics of political destabilization and Constitutional subversion in the 1990’s Italy”* emprega o conceito para definir as bruscas mudanças de governo parlamentarista na Itália dos anos 1990, provocadas pelo combate à

corrupção e pela queda de braço entre o Judiciário e as elites políticas do país. Juan Gabriel Tokatian (2010), por sua vez, preocupa-se com as características dessa forma de golpe no presidencialismo, especialmente em países latino-americanos.

Varios elementos caracterizan el neogolpismo. Por lo general, se trata de fenómenos graduales: no tienen la dinámica vertiginosa que les imprimían los militares a los golpes de Estado sino que poseen la lentitud de los procesos intrincados en los que acciones variadas de diversos grupos civiles van configurando precondiciones para la inestabilidad. En el caso del golpe de Estado convencional sobresale la ejecución de un alzamiento expeditivo; en el caso del neogolpismo, la gestación de un caos dilatado. En el primero, prevalece el cuartel; en el segundo, la calle. A su vez el “lenguaje” neo-golpista no remite a proclamas y provocaciones abiertas típicas del golpismo tradicional. Se tiende a invocar la noción de una imperiosa salida “institucional”, “constitucional” o “legal” ante los presuntos equívocos, arbitrariedades y dislates del gobierno establecido. Los viejos golpistas descreían de la democracia y suponían que el Estado y la sociedad debían ser plenamente reorganizados. Los neogolpistas remarcan que el empujón final para destituir al gobernante y la coalición de turno es necesario para salvaguardar la democracia. Los golpistas del pasado y los actuales abrazan, con discursos retóricamente distintos pero sustantivamente idénticos, el llamado “cambio de régimen”⁴.

Tanto para Scaruff quanto para Tokatian, uma das principais características desse tipo de golpe é a manutenção de uma aparente normalidade institucional durante todo o seu processo e após sua consumação, com a construção de um discurso de transição legal.

Kalina Vanderlei Sila e Maciel Henrique Silva (2005:156) tem definição semelhante, afirmando que o golpe branco acontece quando “grupos políticos e sociais usam de pressão – e não de força – para forçar uma decisão governamental ou impor um governante”. Segundo os autores, um exemplo de golpe branco perpetrado no Brasil foi a implantação do regime parlamentarista, em 1961 – após a renúncia do presidente Jânio Quadros – e a recusa das elites militares, sociais e políticas do país em

4 Diretor do Departamento de Ciência Política da Universidad di Tella. Em “El Neogolpismo” Le Monde Diplomatique Edición Nro 178 - Abril de 2014. Disponível em <http://www.eldiplo.org/archivo/178-la-nueva-guerra-fria/el-neogolpismo?token=&nID=1>

aceitar que João Goulart, um político de esquerda, assumisse o governo com plenos poderes de um presidente em um regime presidencialista. O episódio foi também caracterizado como golpe branco em vasta literatura específica sobre o tema⁵.

As definições apresentadas pelos autores citados nos permitem não apenas reconhecer essa forma de golpe, mas também – combinadas à observação de diferentes casos em países distintos e ao desdobramento do conceito – compreender algumas de suas principais características e os requisitos e contextos necessários à sua execução. Entre as características, podemos apontar:

Ausência do uso da força para a tomada do poder

Esta é a principal diferença entre a definição clássica de golpes e os neogolpes. O uso da força para a destituição de um governante ou mudança de regime é sinal inequívoco de um golpe, e uma das principais características de um golpe branco é não aparentar ser um golpe. Neogolpes surgiram para substituir os golpes, em um contexto histórico em que estes perderam sua eficácia em boa parte do mundo. Por isso, não podem, em hipótese alguma, se parecer com eles.

Aparente legalidade, transmitida por meio do respeito aos ritos constitucionais, mas com interpretação casuística das leis

Este é um dos pontos mais importantes para o êxito de um neogolpe. A manutenção do rito legal – ainda que o conteúdo da lei seja deturpado por meio de interpretações casuísticas e distorcidas de forma deliberada – serve de sustentação para o discurso da manutenção da legalidade no processo de destituição. Importante ressaltar que é tênue a fronteira entre o que as leis de diferentes países, especialmente

⁵ Definição feita tanto por historiadores e cientistas políticos, quanto por jornalistas. Entre eles destacam-se José Paulo Netto, em *Pequena história da ditadura Brasileira (1964-1985)* e Durango Duarte, em *61 dias em 1964: 50 anos de golpe militar*.

presidencialistas, definem como processos de destituições legítimos do chefe de Estado e o extrapolamento dessas leis que caracteriza o golpe. Mas não é tarefa impossível identificar as estratégias golpistas, que devem ser analisadas caso a caso, não apenas por meio de um exame das legislações, como também do contexto político em que as destituições e mudanças de regimes são levadas a cabo. Apesar de, em essência, violarem a Constituição e o Estado de Direito, especialmente, no caso do presidencialismo, ao desrespeitarem o cumprimento dos mandatos estabelecidos por eleições livres, os golpes brancos não necessariamente resultam em Estado de Exceção. Ao contrário, na grande maioria dos casos, há um esforço grande por parte de seus perpetradores de mandar a mensagem de que todos os direitos constitucionais estão e serão mantidos.

Em quase todos os casos de golpes brancos ocorridos em regimes presidencialistas, observa-se a preservação do rito legal por meio de processos de impeachment, geralmente previstos em textos constitucionais de regimes presidencialistas que se espelharam no modelo norte-americano, ou pela ação judicial da mais alta corte do país. Nos dois casos, a manutenção do rito não impede a identificação, tanto de distorções de interpretação dos textos constitucionais quanto de procedimentos considerados pouco usuais (ainda que legais) como aceleração atípica de processos e trâmites burocráticos, rejeição de provas e elementos que beneficiariam a defesa, entre outros que não seriam observados em contextos não propícios à destituição.

Os contextos social e político, capazes de propiciarem a execução de um neogolpe, têm semelhanças com as conjunturas do século XX que historicamente resultaram em golpes clássicos de Estado, apesar de particularidades que tornam este tipo de deposição dependente de um cenário ainda mais complexo.

Entre os requisitos conjunturais, destacam-se:

Governo frágil, impopular e com altos índices de rejeição

Trata-se de cenário idêntico ao apontado por Galbraith (1979) como necessário para a execução de um golpe de Estado em seu sentido clássico. A tomada de poder pela via não eleitoral requer uma perda da capacidade de adesão ao governo, o que geralmente acontece em razão de crises de ordem econômica e/ou política. A diferença é que em um golpe com o uso da força, a queda do governo frágil ocorre, como aponta o autor, com um “pontapé em porta podre”, de forma rápida e abrupta; ao passo que, em um golpe branco, a estratégia é o discreto arrombamento da fechadura, o que, em alguns casos, pode se estender por semanas ou mesmo meses.

Acordo entre forças parlamentares e apoio popular à destituição

No pacote de fragilidades de um governo presidencialista para ser alvo de um neogolpe, a perda de apoio do Poder Legislativo e a incapacidade de reverter a situação é fator crucial, mesmo em casos onde a deposição não tem condições de ocorrer pela via parlamentar, mas apenas pela judicial. Governos em crise podem (e geralmente conseguem) sobreviver à perda de maioria em seus parlamentos. O cenário para um golpe branco, no entanto, requer não apenas uma ausência ou perda expressiva de apoio, quanto um acordo entre as principais lideranças parlamentares, seja para levar a cabo um processo formal de destituição ou para não se mobilizar e acatar eventual decisão de uma corte superior sobre o tema. Enquanto golpes clássicos, em regra, ameaçam o Poder Legislativo e muitas vezes também o destituem; os neogolpes requerem o apoio parlamentar, o que faz com que, dependendo da forma como sejam executados, passem também a ser chamados de golpes parlamentares.

Neogolpes necessitam de apoio de parcela considerável da população, que serve como estimulador das forças políticas interessadas na destituição. Quanto mais fortes forem as instituições do Estado e mais complexo seu regime político, maior a necessidade de respaldo popular para

o êxito do golpe. Altos índices de rejeição e, especialmente, protestos populares, diminuem ou anulam o desgaste político dos atores políticos envolvidos no neogolpe, facilitam a construção de uma visão de legalidade e se contrapõem a eventuais movimentos de defesa do governo, que – em uma conjuntura de alta impopularidade – não consegue fazer frente ao número de descontentes. Em países onde as instituições democráticas são mais frágeis, o apoio popular, ainda que relevante, não tem papel tão crucial quanto nos regimes políticos mais complexos e com instituições mais fortes, podendo a destituição ocorrer sem que para isso ocorram grandes manifestações com esse fim.

Apoio da mídia e participação efetiva, colaboração ou omissão da mais alta corte do Poder Judiciário no processo

A construção de uma narrativa verossímil da destituição e a desqualificação das vozes denunciantes do processo é ponto fundamental para o êxito de um golpe branco. Os principais veículos de comunicação assumem, neste processo, papel fundamental e precisam estar alinhados à tentativa de destituição. Quanto maior a complexidade social e institucional de um país, mais importante se torna a participação da mídia no golpe branco – seja apenas como apoiadora, ou como aliada política mais ativa das forças engajadas no processo.

Enquanto os golpes clássicos não precisam do Judiciário e, uma vez executados, geralmente se voltam contra ele; nos neogolpes, a mais alta corte do país torna-se primordial no processo, seja como garantidora do golpe concretizado no Parlamento, seja como ator efetivo no processo de destituição. O principal motivo é a necessidade de aparência da legalidade e de manutenção do rito legal. Supremas cortes são as guardiãs do respeito à Constituição e suas interpretações favoráveis aos processos de destituição constituem-se no mais forte elemento de construção de uma narrativa discursiva em defesa do processo. Em regra, tal discurso tem como base o

princípio de lisura técnica da corte, o que desqualifica qualquer denúncia sobre envolvimento de seus juízes ao contexto político e partidário. A participação ou pelo menos a omissão do Poder Judiciário no processo de golpe branco é o único pré-requisito que, se não cumprido, inviabiliza completamente a iniciativa, a despeito de todas as outras situações. Neogolpes podem até não ser perpetrados diretamente sem o Poder Judiciário, mas não existem sem sua conivência.

Outro ponto importante a ser ressaltado está na diferença entre golpes e neogolpes quanto ao controle sobre a situação pós-golpe. Enquanto nos golpes clássicos, os golpistas têm grande controle sobre o estabelecimento do governo seguinte; no neogolpe, esse controle é mais frágil, geralmente com a chegada ao poder de um governo tampão, que precisa obedecer à legislação sobre sucessão, até a realização de novas eleições. Os neogolpes, portanto, são muito mais controladores da destituição do governo em curso do que da formação do governo seguinte. Por mais que as forças responsáveis por sua execução tenham alguma indicação mais ou menos precisa de que tipo de elite assumirá o poder, o foco principal é concentrado na retirada de uma determinada força política do poder.

Também como observado, tanto os golpes clássicos quanto os golpes brancos precisam da convergência de uma série de fatores para se concretizarem de forma eficiente. Contudo, necessitam de condicionantes ainda mais complexas. Tamanha complexidade e necessidade de conjunção de fatores faz crer que a ocorrência desse tipo de golpe é necessariamente rara. No entanto, entre 2009 e 2016, três neogolpes ocorreram na América Latina: em Honduras, no Paraguai e no Brasil. O alto índice de incidência na região em pouco tempo sugere, portanto, a existência de fatores externos a esses países, regionais e sistêmicos, que podem ter contribuído para que suas conjunturas políticas internas resultassem nas deposições de seus

governos. A análise dos três casos em questão, no entanto, ainda que resumidamente, torna-se fundamental para a construção desta conclusão.

O neogolpe judiciário em Honduras, em 2009

Apesar de ser considerada por alguns analistas como um golpe militar, a deposição do presidente de Honduras, Manuel Zelaya, em junho de 2009, tem muito mais características de um neogolpe protagonizado pelo Poder Judiciário do país, ainda que com características mais duras, do que de um golpe militar clássico, como os perpetrados na América Latina, especialmente nas décadas de 1960 e 1970.

Zelaya teve prisão preventiva decretada pelo Ministério Público hondurenho, que o acusou de crime de traição à pátria, previsto na Constituição do país, por ter organizado um referendo popular não aprovado pelo Parlamento, proibido pela Suprema Corte de Justiça e não organizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (o que é obrigatório, de acordo com as leis hondurenhas). Na consulta, organizada pelo Instituto Nacional de Estatística de Honduras (INE) e marcada para o dia 28 de junho, seria perguntado ao eleitor se, nas eleições gerais que ocorreriam em novembro daquele mesmo ano, ele gostaria de ser consultado sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte para fazer uma nova Carta Magna do país, que substituísse a de 1982.

Na madrugada do dia 28, no entanto, horas antes do início do referendo, Zelaya foi preso em casa, por militares e ainda de pijama, levado para o aeroporto de Tegucigalpa e enviado para a Costa Rica. A deportação de cidadãos hondurenhos, no entanto, é vedada pela Constituição e não estava na ordem judicial a ser executada.

A medida gerou denúncias de golpes feitas por vários países e em órgãos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e as Nações Unidas. Os Estados Unidos, que adotaram uma postura dúbia em todo o

processo, inicialmente se manifestaram contra a deposição, afirmando que ela teria sido um golpe.

A extradição ilegal não contou com protestos ou qualquer outra medida tanto da Suprema Corte, quanto do Congresso – que alegou ainda ter vários outros processos de corrupção contra o presidente em tramitação. Este, por sua vez, empossou imediatamente o presidente da Casa, Roberto Micheletti, como presidente interino de Honduras, o que provocou rejeição de muitos países, entre eles o Brasil, mas foi respaldado pelo Poder Judiciário hondurenho. Micheletti confirmou eleições presidenciais para novembro do mesmo ano, para que o novo presidente tomasse posse em janeiro de 2010, data do término do mandato de Zelaya.

Três meses depois da ação, no entanto, no dia 21 de setembro, o presidente deposto entrou em segredo em território hondurenho, e buscou refúgio na Embaixada do Brasil, com o objetivo de restaurar a ordem constitucional, o que aumentou a tensão no país. A partir de então, os Estados Unidos se mostraram contrários ao retorno de Zelaya ao poder e favoráveis ao cumprimento do mandato pelo presidente interino. Chegaram, inclusive, a forçar a rejeição de uma proposta de resolução feita pelo Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas de condenação de Honduras pelo golpe, alegando que tal questão era da esfera da OEA. As negociações do presidente deposto, alojado na embaixada, com o governo hondurenho duraram até dezembro, após as eleições vencidas por Porfirio Lobo, quando o Congresso rejeitou em votação a volta de Zelaya ao poder.

Em 2010, após uma intensa barganha diplomática envolvendo a Venezuela, o Tribunal de Apelações da Corte Suprema de Justiça considerou nulos todos os processos contra Zelaya, o que possibilitou sua repatriação e o resgate de seus direitos civis e políticos. Após a decisão do tribunal, o governo venezuelano reconheceu Porfirio Lobo como novo presidente de Honduras.

A partir das características já expostas, pode-se afirmar que a deposição de Zelaya não foi um golpe de Estado militar pelas seguintes razões:

- Apesar de a prisão ter sido feita por militares e destes terem extrapolado o que teria sido determinado, a detenção ocorreu a partir de ordem judicial da Suprema Corte, que não sofreu qualquer tipo de intervenção direta dos militares.
- A destituição não resultou no fechamento do Congresso e nem em substituições de juízes ou fechamento de cortes superiores, o que é comum nestes tipos de golpes. Exceto pela prisão, também não houve episódios de uso da força para a tomada de poder.
- Os militares não tomaram o governo, nem mesmo para um período de transição, ficando este a cargo do presidente do Congresso, o que é previsto da Constituição do país. As eleições presidenciais previstas para novembro foram mantidas e a transição para o novo governo eleito foi feita normalmente.

No entanto, várias características qualificam o episódio como um neogolpe, entre elas as principais são:

- A omissão do Judiciário e do Legislativo diante da expulsão ilegal do presidente do país, que deveria ter apenas sua prisão preventiva executada. Prisão esta que, ainda que permitida pela legislação, caracterizou-se como decisão drástica e desproporcional, especialmente por ter como alvo o chefe de Estado e de governo. Com a expulsão, Zelaya teve cerceados todos os seis direitos à ampla defesa e à permanência em seu cargo.
- A nomeação imediata do presidente do Congresso como presidente interino do país, com anuência da Suprema Corte, o que não mostra apenas a omissão em relação à expulsão do presidente,

como uma predisposição a uma transição rápida e sem chance de retorno. Os dois episódios, portanto, tornam evidente que a deposição decorrente da expulsão do presidente teve a aprovação e a atuação direta dos poderes Legislativo e Judiciário, além das Forças Armadas.

- A recusa do Congresso, em dezembro de 2009, de reconhecer os erros cometidos na expulsão ocorrida em junho; a anulação de todos os processos contra Zelaya pela Suprema Corte em janeiro (após as eleições) e a posse do novo presidente eleito não deixam dúvidas da motivação política (e não criminal) do episódio.

Honduras foi o primeiro caso de golpe branco na América Latina após a redemocratização da região, o que resultou na queda de um governo de orientação progressista – próximo da Venezuela e mais voltado para as relações com países sul-americanos – e na ascensão de forças conservadoras, notoriamente mais próximas dos Estados Unidos.

O golpe parlamentar relâmpago no Paraguai, em 2012

A destituição do presidente paraguaio Fernando Lugo, em 2012, é o caso mais claro de golpe branco, a partir das características apresentadas anteriormente. Lugo perdeu seu cargo em um processo de impeachment aberto e levado a cabo no Senado paraguaio em menos de 48 horas, cujo direito à ampla defesa foi ignorado. Bispo católico, Lugo foi o primeiro presidente paraguaio de orientação progressista, em meio a um cenário político marcado por ditaduras e pelo domínio político conservador de 61 anos do Partido Colorado. Venceu as eleições, em 2008, pela Aliança Patriótica, que não conseguiu maioria no Congresso (o que lhe rendeu, desde o início, dificuldades para manter a governabilidade).

Apesar de ter mantido uma política econômica ortodoxa e com forte apoio à agroindústria, graças aos preços favoráveis das commodities

no âmbito internacional, conseguiu aumentar a receita do país e beneficiar milhões de paraguaios com programas sociais e de distribuição de renda. Entre as medidas, universalizou o sistema de saúde, que pela primeira vez se tornou público e gratuito; entregou notebooks para todos os estudantes do ensino fundamental e seus professores e criou projetos comunitários de assistência social em vários pontos do país. Conseguiu ainda fazer com que o então presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, aceitasse triplicar o montante que pagava ao Paraguai pela venda de energia elétrica da central de Itaipu e, assim, aumentar ainda mais os cofres do Estado. Em 2010, o Paraguai chegou ao seu recorde histórico de crescimento econômico: 15% de seu PIB.

Apelidado de o “bispo dos pobres”, ganhou considerável apoio entre as classes mais baixas, especialmente entre os camponeses sem-terra, mas desagradou a elite conservadora – temerosa de um afastamento mais prolongado dos aparelhos de Estado – e grandes empresas nacionais e estrangeiras de agronegócios, que temiam que seu governo pusesse em prática uma ampla reforma agrária, sob pressão dos camponeses, o que foi promessa de campanha. Com uma política externa extremamente focada na integração regional e no bom relacionamento com seus maiores vizinhos, Brasil e Argentina, além da aproximação com a Venezuela, Lugo também provocou desconfianças, ainda que discretas, dos Estados Unidos, incomodados com a perda relativa de influência.

Seu governo enfrentou vários pedidos de impeachment que foram arquivados, mas o estopim do processo que resultou em sua destituição ocorreu em maio de 2012, quando cerca de 150 manifestantes sem-terra ocuparam a propriedade *Campos Morombi*, do ex-senador Colorado, Blas Riquelme. Os sem-terra alegaram que a propriedade, na região de Curuguaty, havia sido tomada ilegalmente durante o governo do ditador Alfredo Stroessner. A ação dos sem-terra enfureceu os conservadores, que acusaram Lugo de ser permissivo com a invasão. Para piorar a situação, no

dia 15 de junho, uma operação policial para remover os sem-terra, ordenada por uma decisão judicial a pedido de Riquelme, acabou com a morte de 6 policiais e 11 manifestantes, o que resultou nos pedidos de demissão do ministro do interior, Carlos Filizzola, e do Chefe Nacional da Polícia, Paulino Rojas, transformando o incidente em uma crise no primeiro escalão do governo.

Em 19 de junho, após todos os camponeses terem sido retirados, foi confirmado que o ex-senador Riquelme realmente não tinha o título dos dois mil hectares em disputa, e no dia 20, Lugo anunciou uma comissão especial para investigar o incidente, que contaria com apoio da Organização dos Estados Americanos, dando sinais de que poderia utilizar as terras para reforma agrária. No mesmo dia, o deputado colorado Luis Gneiting, apresentou a proposta de submeter a julgamento político o Presidente da República por responsabilidade política a respeito dos acontecimentos de Curuguaty. O parlamentar recebeu o apoio imediato tanto de seu partido quanto das bancadas dos partidos Pátria Querida e do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), membros da coalizão política que levou Fernando Lugo e seu vice-presidente, Federico Franco, ao poder em 2008, mas já afastados do presidente e de olho na possível posse de Franco, que era do PLRA. Em poucas horas, a proposta foi aprovada com 76 votos a favor, um contra e três ausências.

Logo após o julgamento no Congresso, o pedido foi enviado ao Senado, e o PLRA pediu a seus filiados com cargos no gabinete de Lugo que renunciassem, o que provocou uma debandada relâmpago e em massa, com as saídas, no mesmo dia, dos titulares das pastas de Justiça, Indústria, Esportes, Educação e Cultura e Agricultura e Pecuária. A acusação apresentada ao Senado alegava que Lugo governou de maneira "imprópria, negligente e irresponsável", gerando "a constante confrontação e luta de classes, que como resultado final trouxe o massacre entre compatriotas, fato atual, em tempo de paz".

Os pontos para a perda de mandato, apontados no documento, foram: falta de reação frente à morte dos 11 camponeses e seis policiais no enfrentamento de Curuguaty; autorização do uso das dependências do Comando de Engenharia das Forças Armadas da Nação, em 2009, para um ato político; autorização do uso de forças militares contra colonos em um conflito de terras localizadas em Nacunday; não ter posto em prática uma política eficaz para diminuir a violência e, por último, ter apoiado o protocolo regional sobre o compromisso com a democracia no Mercosul sem ratificação parlamentar. Os deputados e senadores acusadores alegaram no documento que, com o protocolo, os países vizinhos poderiam cortar o abastecimento de energia ao país.

Lugo entrou com um recurso na Suprema Corte, alegando a inconstitucionalidade do processo, pois não havia tido tempo para preparar sua defesa, mas a corte rapidamente o negou. Também em questão de horas, no dia 22 de junho, o Senado aceitou, votou e aprovou o impedimento do presidente, com 39 votos a favor e quatro votos contra.

Entre as principais características que enquadram a destituição de Lugo como um neogolpe, podemos destacar:

- Interpretação casuística de lei e tentativa de criminalização do presidente de forma desproporcional.
- Falta de apoio político no Parlamento e notória conspiração política para a deposição.
- Omissão da mais alta corte do país em relação ao direito de ampla defesa do presidente, previsto na Constituição, declarando legal um processo de destituição do chefe de Estado e de governo realizado em questão de horas.
- Ausência de interrupções no processo de transição presidencial por meio de eleições, realizadas no período previsto.

O neogolpe jurídico-parlamentar no Brasil, em 2016

As manifestações de junho e julho de 2013 – deflagradas inicialmente como protestos contra aumentos de passagens de ônibus nas grandes capitais, mas que tomaram dimensões e pautas de contestação inesperadas logo em seguida – marcaram simbolicamente o início de uma relevante perda de adesão social e política dos governos progressistas brasileiros, iniciados com o presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002; naquele momento sob chefia de sua sucessora, Dilma Rousseff. Sem lideranças identificáveis, com uma agenda repleta de insatisfações, mas sem exigências claras e uma forte rejeição aos partidos políticos, os movimentos – que juntaram milhões de pessoas nas ruas de todo o país – mobilizaram tanto setores da esquerda quanto da direita, mas foi esta última, e suas variantes mais extremas, que ganharam a partir delas fôlego novo, mais organicidade nas redes virtuais e uma maior disposição em aderir de forma mais intensa – ainda que naquele momento sem muita organicidade – à oposição ao governo Dilma.

Em março do ano seguinte, outro acontecimento, aliado à insatisfação já exposta nas ruas, serviu como combustível altamente inflamável para a fogueira da indignação crescente em relação ao governo: a deflagração pela Polícia Federal da Operação Lava-Jato, com a prisão em Curitiba do doleiro Alberto Youssef e o início de uma série de descobertas de escândalos de corrupção envolvendo a gigante Petrobrás, grandes empreiteiras e políticos do primeiro escalão. Apesar de ainda não envolverem diretamente o governo em um primeiro momento, as investigações serviram como aditivo extra – bem explorado pelos grandes meios de comunicação, quase todos contrários ao governo – para que os descontentes ganhassem paulatinamente mais organicidade e apoios importantes de setores políticos e empresariais.

A crescente rejeição ao governo, até então sem desenho institucional claro, ganhou corpo partidário nas eleições presidenciais de 2014, especialmente quando o candidato à Presidência pelo PSDB, Aécio Neves, surpreendeu ao tirar o posto de segundo lugar da candidata da Rede Sustentabilidade, Marina Silva, habilitando-se a enfrentar a presidente Dilma Rousseff no segundo turno. Desde então, uma até então rara polarização política, penetrada nos meios sociais e culturais por meio das mídias sociais, passou a ganhar corpo. De um lado, os insatisfeitos com o governo de Dilma Rousseff, em número cada vez maior, voltados circunstancialmente para o apoio a Aécio Neves; do outro, os que ainda apoiavam o governo ou temiam retrocessos com o fim de uma era de governos progressistas e com a volta dos conservadores ao Palácio do Planalto. A rejeição ao governo cresceu de forma acelerada nas semanas que antecederam às eleições, a polarização tornou-se ainda mais acirrada, especialmente por conta de uma clara e feroz campanha dos meios de comunicação em prol do candidato do PSDB, o que rendeu um empate técnico entre eles nas pesquisas de intenção de voto às vésperas das eleições. A tendência, no entanto, não foi suficiente para virar o quadro eleitoral, que terminou com a reeleição de Dilma Rousseff – no mais apertado resultado eleitoral para a Presidência desde a redemocratização, com apenas quatro milhões de votos a mais para a vencedora. Dilma, no entanto, perdeu ao vencer.

A vitória apertada – em meio a uma rejeição que não parou de crescer após as eleições, aliada a uma crise econômica aguda, fundamentada por problemas internos, externos e por uma intensa campanha midiática que devastou o ânimo dos atores econômicos em questão de meses –, fortaleceu e incentivou ainda mais a reorganização de alguns setores políticos e empresariais rivais às políticas progressistas, que viram na fragilidade do recém-vitorioso governo uma oportunidade. Essa conjunção de fatores, combinada à inabilidade do governo em reconhecer a gravidade do

problema e a elaborar estratégias de ação para conter sua sangria, tornou a coesão política para a governança impraticável e abriu as portas para o neogolpe, que passou a ser vislumbrado, mesmo que de forma incipiente, ainda nos primeiros momentos do novo mandato.

Por ter condicionantes estruturais e um regime político mais complexos – além de instituições tradicionalmente mais estáveis que Honduras e Paraguai – a execução bem-sucedida do neogolpe no Brasil exigiu mais tempo (um ano e oito meses desde o início do segundo mandato, sendo nove meses em processo formal de destituição) e mais características conjunturais favoráveis para sua conclusão. Manteve-se, ainda, durante boa parte de seu desenvolvimento com um alto grau de imprevisibilidade, especialmente quanto aos papéis dos atores políticos envolvidos em sua execução, especialmente o Senado e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Como já citado, não se pretende neste trabalho fazer uma minuciosa cronologia, nem uma análise político-conceitual mais aprofundada da crise política deflagrada entre 2013 e 2014 (que ainda se prolonga). Esta, por si só, é merecedora – e também já alvo – de artigos e outros extensos materiais analíticos. Tantos os aspectos cronológicos, quanto a análise político-conceitual serão utilizados na medida em que contribuem para a compreensão do processo de impeachment como um golpe não clássico, mas de natureza jurídico-parlamentar.

As correlações entre os requisitos necessários para a execução de um neogolpe, descritos na parte conceitual deste artigo, e o histórico recente da política brasileira, contudo, são diretas, como podemos verificar a seguir.

Apoio popular à destituição

Trata-se de uma característica, como visto anteriormente, de grande relevância, especialmente em democracias mais complexas, para que os atores políticos e sociais interessados em derrubar o governo invistam neste tipo de empreitada. A transformação dos protestos – inicialmente deflagrados com aparência progressista em manifestações de direita; numa segunda fase, tendo como pauta principal o combate à corrupção – não foram suficientes para virar o quadro eleitoral de 2014, mas resultaram em danos de imagem que o governo não conseguiu mais reparar. Como aponta Singer (2013), o uso da corrupção como motivo de indignação foi um dos principais fatores.

A direita buscou tingir as manifestações de um sentimento anticorrupção. Convém lembrar que, no Brasil, essa é sempre a arma favorita da oposição, e o objetivo quase único da direita, nesta quadra, é opor-se ao governo federal, tirando o PT do poder e, se puder, impedindo-o para sempre de voltar. Como a corrupção é um fluxo de transações indevidas entre os bens públicos e os interesses privados, os governos, enquanto gestores da riqueza coletiva, estão constantemente no centro das denúncias. (2013: 2)

Os protestos, a vitória nas eleições por margem apertada, a forte atuação dos grandes veículos de comunicação em oposição ao governo e o agravamento da crise econômica desembocaram em índices desastrosos de popularidade do governo Dilma – registrados em 2015 e início de 2016 – e em novas manifestações, dessa vez claramente de direita desde o início, primeiramente com a pauta contra a corrupção e, numa segunda fase, pela destituição da presidente. Insuflada por uma campanha midiática poucas vezes vistas naquela dimensão, grandes contingentes da população, ainda que a maioria formada por quem já havia rejeitado o governo, foram para as ruas como os primeiros apoiadores declarados pela interrupção do mandato presidencial. Forças políticas de oposição e antigos aliados entenderam o recado, e viram nele um grande estímulo para a busca de alternativas para que esse processo fosse consolidado.

Governo frágil, com dificuldades para a governabilidade, e existência de acordo entre forças parlamentares para a destituição

Como já analisado, tanto golpes clássicos como os neogolpes atingem especialmente governos frágeis, impopulares e com problemas de governabilidade. A queda vertiginosa nos índices de aprovação do governo Dilma, especialmente a partir de seu segundo mandato, em 2015, e as manifestações de rua pedindo sua destituição atingiram em cheio o frágil equilíbrio do governo no Congresso Nacional, fazendo com que a oposição – liderada pelo PSDB, mas principalmente parte relevante do PMDB, base de sustentação da presidente na Câmara e no Senado – partisse, primeiro, para arranjos que inviabilizaram o governo, impedindo a aprovação de toda a sorte de medidas, aumentando ainda mais as crises política e econômica, o que alimentou ainda mais a impopularidade; segundo, para um rearranjo de forças que vislumbrou a sucessão por meio do impeachment, ou por impugnação da chapa vencedora nas eleições, a partir denúncias de irregularidades junto ao Supremo Tribunal Eleitoral (STE), caso as tentativas de impedimento fossem por algum motivo frustradas.

O governo Dilma teve seu final sentenciado a partir do momento em que seu principal partido aliado viu em uma guinada à oposição e na aproximação com outras forças conservadoras mais oportunidades que em sua permanência no governo. A saída oficial do PMDB do governo, em março de 2016, foi, portanto, o início de um caminho sem volta, marco da definitiva perda de governabilidade e sinal para que o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitasse um dos muitos pedidos de abertura de processo de impeachment. Sob a alegação de que a presidente teria cometido crime de responsabilidade ao assinar seis decretos de suplementação orçamentária sem autorização do Congresso, em 2015, e por atrasar o repasse de R\$ 3,5 bilhões ao Banco do Brasil para pagamento do programa de crédito agrícola Plano Safra, no que ficou conhecido como

“pedaladas fiscais”, a Câmara dos Deputados autorizou, no dia 17 de abril de 2016, por 367 votos a favor e 137 contra, a instauração de processo de impeachment no Senado. No dia 12 de maio, o Senado aceitou o processo contra a presidente, por 55 votos a favor e 22 contra, o que resultou em seu afastamento do cargo, e fez o vice-presidente, Michel Temer, assumir na condição de interino.

Respeito ao rito constitucional (com interpretação casuística da lei) e apoio dessa interpretação por segmentos jurídicos, políticos e midiáticos

O afastamento por impeachment de um presidente no Brasil é um recurso, por si só, repleto de controvérsias jurídicas. Põe de um lado o texto da Constituição de 1988 e, do outro, a Lei 1.079/1950 (Lei dos Crimes de Responsabilidade – LCR), pré-existente e recepcionada pela última Carta Magna. Os dois textos enviam mensagens muito mais que contraditórias, antagônicas, sobre como se deve entender juridicamente e politicamente o impeachment.

Segundo a Constituição, o regime político brasileiro é o presidencialismo de mandato fixo, em que o presidente – chefe de Estado e de governo – só pode ser afastado de seu cargo em casos excepcionais e notoriamente de extrema gravidade. A responsabilidade de se definir que casos são esses fica por conta da Lei 1.079/1950. O problema é que os casos previstos pela lei não são nada excepcionais. Pelo contrário, são tão amplos que, em alguns casos, sequer se parecem com o que se chama de crime. Importante ressaltar que não se trata de um simples conflito entre a Constituição e uma lei (existem outros inúmeros casos de conflitos desta natureza). O fato grave é que a Constituição necessita do complemento de uma lei que aponte o que são crimes de responsabilidade, mas o complemento da lei vigente é contraditório e entra em notório choque com

um dos pilares do regime de governo que a mesma Constituição adotou, que é o presidencialismo.

Esse desacordo tem motivo histórico. A LCR de 1950, adotada pela Constituição de 1988, começou a tramitar em junho de 1948 e fazia parte de uma ofensiva política muito forte, liderada pelo médico e político gaúcho Raul Pilla, para implementar o parlamentarismo no Brasil. Pilla era conhecido como o “Doutor Parlamentarismo”. Muitos opositores a Getúlio Vargas viam desde o início da década de 1940 o parlamentarismo como uma possível solução contra o centralismo federativo inaugurado no Estado Novo, ideia esta que permaneceu. Em 1949, Pilla teve seu projeto de emenda constitucional para mudar o regime barrado em uma das comissões especiais pelas quais precisava passar, mas isso não o impediu de seguir em frente, tentando estabelecer uma espécie de “parlamentarismo branco”, por meio de legislação ordinária. E conseguiu, com a ajuda de notáveis defensores da ideia – como Gustavo Capanema e João Mangabeira. Foi dessa forma que Lei 1.079/1950 foi aprovada, construindo-se a possibilidade de juízo político do presidente, típico do parlamentarismo, entrar pela porta dos fundos do regime brasileiro, para nunca mais sair.

A fragilidade das leis que regulam o impeachment tornou mais fácil as interpretações casuístas de crime em contextos políticos de fragilidade do governo, e foi o que aconteceu no caso da presidente Dilma. Além dos motivos alegados para a abertura de processo serem passíveis de controvérsia jurídica, o que por si só já deveria ser motivo para não se ir à frente na destituição de uma chefe de Estado e de governo, os decretos assinados pela presidente – um dos motivos do processo – não ampliaram gastos, apenas os remanejaram, como foi comprovado e amplamente divulgado por sua defesa durante o processo. Dilma assinou os decretos por solicitação de órgãos do Judiciário e do Tribunal de Contas da União (TCU), apenas após avaliação do corpo técnico. Já o que ficou conhecido como pedaladas fiscais foram, na verdade, atrasos em pagamentos, e não

configuram empréstimos, como alegou a acusação. Nenhuma dessas alegações, no entanto, foram suficientes para reverter uma decisão de cunho político já acertada no Legislativo e, ainda, na mais alta corte do país. Em uma clara penalidade desproporcional e contraditória às prerrogativas de um chefe de Estado, no dia 31 de agosto de 2016, o Senado – por 61 votos a favor e 20 contrários – considerou Dilma culpada e a destituiu de forma definitiva da Presidência. Em um estranho e surpreendente procedimento interno, no entanto, o mesmo Senado votou pela não cassação dos direitos políticos da presidente, o que – pela Constituição – seria decorrente de sua condenação. Tal fato fortaleceu ainda mais o fato de que se tratou de uma condenação exclusivamente política, e não jurídico-política, como prevê a Constituição.

Participação efetiva do Supremo Tribunal Federal no processo

O desafio feito à democracia foi respondido vigorosamente. Sua recuperação tornou-se legítima através do movimento realizado pelas Forças Armadas, já estando restabelecido o poder do governo pela forma constitucional. (Alvaro Moutinho Ribeiro da Costa, presidente do STF, em 2 de abril de 1964)

Também como já analisado anteriormente, não existe a possibilidade de perpetração de um golpe branco sem a participação da mais alta corte do país, seja ela atuando de forma ativa no processo – como no caso de Honduras – seja por omissão, como no caso do Paraguai, ou por ambos os papéis alternadamente, como no caso do Brasil.

No caso brasileiro, a participação ativa deu-se na intervenção do Supremo Tribunal Federal, em abril de 2016, limitada ao estabelecimento dos ritos de tramitação do processo na Câmara e no Senado, e na participação do então presidente do STF, ministro Teori Zavascky, na condução, como presidente da mesa diretora, nas sessões do Senado que resultaram na destituição.

A omissão, por sua vez, ocorreu na rejeição de todos os recursos contra o processo de impeachment, sob a alegação, em quase todos os casos, de que tal decisão consistiria em uma interferência do Poder Judiciário no Poder Legislativo, apesar de todas as irregularidades já apontadas. Ignoraram, no entanto, outro fato: o de que, ao negar a interferência nas ações do Legislativo, permitiram não apenas uma interferência no Executivo, mas a destituição da chefe de Estado e de governo a partir de pena, no mínimo, desproporcional.

Comentários finais: os neogolpes como fenômeno regional

Em discurso proferido no Parlamento Britânico, em 2011, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, não deixou dúvidas quanto à preocupação norte-americana com a ascensão de novos países ao papel de lideranças mundiais, enfatizando ao mesmo tempo sua disposição em manter a aliança entre Estados Unidos e Reino Unido como o principal eixo de poder e em traduzir esse objetivo em ações efetivas de política externa.

No decorrer dessa rápida mudança, tornou-se moda em alguns lugares questionar se a ascensão dessas nações (China, Índia e Brasil) implicará no declínio da influência americana e europeia no mundo. Talvez, de acordo com o argumento, essas nações representem o futuro, e a época da nossa liderança tenha passado. Mas o argumento está errado. O momento para a nossa liderança é agora. Foram os Estados Unidos e o Reino Unido e nossos aliados democráticos que moldaram um mundo no qual novas nações pudessem emergir e as pessoas pudessem prosperar. E mesmo com mais nações assumindo responsabilidades da liderança global, nossa aliança continuará indispensável para a meta de um século mais pacífico, mais próspero e mais justo⁶.

Nessa clara estratégia de manutenção do status quo, a América Latina ganhou, após mais de uma década relegada a segundo plano, destaque especial. Governos democratas sempre viram com mais atenção a

⁶ Discurso disponível na íntegra em:

<http://iipdigital.usembassy.gov/st/portuguese/texttrans/2011/05/20110526135538x0.5210644.html#ixzz4A42UzUEA>

região, considerada área de influência direta dos EUA, do que os republicanos, mais interessados na agenda dura de segurança global. Importante ressaltar que foi durante os mandatos de George W. Bush, com sua estratégia de combate ao terrorismo e seu decorrente distanciamento hemisférico, que praticamente todos os governos latino-americanos recentes de orientação progressista chegaram ao poder.

Obama se empenhou de forma particular durante seus dois mandatos para reverter a perda de influência na região e para recuperar terreno perdido para países como China e Rússia. Intensificou as visitas de Estado, reavivou acordos militares com a Colômbia, intensificou acordos de comércio com Chile e Peru, reaproximou o país da Argentina após a eleição de Maurício Macri e promoveu uma história e simbólica reaproximação com Cuba. Foram tantas mudanças em tão pouco tempo que o jornal espanhol “El País” chegou a afirmar que o presidente norte-americano “consolidou a reconciliação com a América Latina” e transformou 2016 “no ano do reposicionamento dos EUA no continente”⁷.

A maior presença dos EUA na região e o claro sinal dado pela Casa Branca à intensificação da cooperação serviram como um estímulo a mais para as oposições conservadoras latino-americanas – quase todas declaradamente insatisfeitas com o pragmatismo diplomático adotado pelos governos progressistas em relação à grande potência e desejosas do reestabelecimento de relações políticas mais próximas com Washington. A correlação entre forças políticas internas e forças externas não é novidade nos estudos políticos. Putnam (2008), na análise que denomina como um “jogo de dois níveis”, estabelece que, apesar das dificuldades em se estabelecer os níveis de influência da política externa sobre os assuntos domésticos (e vice-versa), ela existe, é perceptível e deve fazer parte de um todo interpretativo.

⁷ Edição online do “El País” Brasil de 20 de março de 2016, disponível no link http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/19/internacional/1458363634_714219.html

No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos. Cada líder político nacional está presente em ambos os tabuleiros. (2008: 151)

A convergência entre as orientações e interesses internos das elites conservadoras latino-americanas, o que inclui pelos mais diferentes motivos econômicos, históricos e sociais uma reaproximação com os EUA e a tentativa conjuntural de maior presença da Casa Branca na região, ficou ainda mais evidente após os três neogolpes, entre 2009 e 2016, pelas seguintes razões:

1- Nos três casos, em Honduras, Paraguai e Brasil, os governos conservadores e liberais que chegaram ao poder após as destituições dos presidentes promoveram uma rápida guinada na política externa, com clara tentativa de maior aproximação com os EUA em detrimento do relacionamento com centros alternativos de poder, especialmente a China. Mudança esta que não significou, por razões óbvias, uma mudança brusca nas relações comerciais com Pequim, mas, sem dúvida, no rápido, ainda que discreto, esvaziamento dos relacionamentos político-estratégicos.

2- Apesar da postura oscilante no início da crise política hondurenha, nenhum dos três casos foi considerado pelos EUA como um golpe; e nenhum tipo de retaliação, sanção ou crítica foi feita de forma mais enfática. No caso de Honduras, as acusações de golpe foram rapidamente minimizadas e o reconhecimento do novo governo foi rápido. Os governos paraguaio e brasileiro, após as

deposições, também foram reconhecidos imediatamente, sem qualquer restrição.

3- Também nos três casos, observa-se uma importante e quase imediata regressão de políticas desenvolvimentistas e de assistência social, e um forte incentivo a políticas de cunho liberal, capitaneadas especialmente pelas privatizações e pela redução dos gastos do Estado em áreas como saúde e educação – políticas esta tradicionalmente defendidas pelos Estados Unidos como as mais adequadas para o desenvolvimento regional.

4- Tanto Honduras quanto Paraguai e Brasil promoveram mudanças substanciais em suas políticas regionais de integração, tradicionalmente vistas com reservas pelos EUA, revendo seus papéis em organizações regionais e alterando acordos e prioridades antes concedidas ao relacionamento com países vizinhos.

As mudanças nas políticas externa e econômica, promovidas de forma acelerada nos três países após os neogolpes, têm características muito próximas às que foram adotadas pelos governos neoliberais latino-americanos dos anos 1990, convergem com as diretrizes dos EUA adotadas partir do governo Obama e – especialmente por causa do Brasil – levam a grande potência mais uma vez para o lugar mais central das prioridades e das ações regionais. Se as destituições ocorridas em Honduras e Paraguai acenderam um alerta para um possível novo método regional de interrupção de mandatos presidenciais, o neogolpe ocorrido no Brasil não apenas confirma esta tendência, como se apresenta como possível foco irradiador, especialmente para os países onde os governos progressistas ainda estão no poder, constituindo-se como importante ameaça ao cumprimento de mandatos presidenciais. Os países da América Latina, mais uma vez, são rodeados pelo fantasma da ruptura institucional e do desrespeito aos mandatos eleitos de forma democrática; e para reconquistarem a

estabilidade, precisarão desenvolver mecanismos constitucionais de proteção contra essas novas formas de tomada de poder.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. (2004), *Estado de exceção: homo sacer II, 2 ed.* São Paulo, Boitempo.

ALVES, Maria Helena Moreira. (2005), *Estado e oposição (1964-1984)*. Petrópolis, Edusc.

BELTRAN, Virgílio Rafael. (2001), *El papel político y social de las Fuerzas Armadas en América Latina : ensayos*. Caracas, Monte Avila.

BETHELL, Leslie (org.) [2002], *História de América Latina. Tomo 15*. Barcelona, Editorial Crítica.

BONAVIDES, Paulo. (2000), *Ciência Política*. São Paulo, Melheiros Editores.

BUZAN, Barry. (1991), "New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century". *International Affairs*, vol. 67, nº. 3.

CARR, Edward H. (1964) [1939], *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*. Nova Iorque, Harper & Row, Publishers, Inc.

DEL RÍO, Andrés. (2010), *El Desarrollo Institucional de la Corte Suprema de Justicia Nacional y del Supremo Tribunal Federal. Trayectorias Comparadas desde el Establecimiento a la Redemocratización*. Tesis de Doctorado, IESP-UERJ, Rio de Janeiro.

DELLA PORTA, Donatella. (2001), "A judges revolution? Political corruption and the judiciary in Italy". *European Journal of Political Research*, 39, 1021.

GALBRAITH, John Kenneth. (1979), *A Era da Incerteza*. São Paulo, Editora Pioneira.

GILPIN, Robert. (1981), *War and Change in World Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.

HALLIDAY, Fred. (1994), "A Guerra Fria e seu Fim: Consequências para a Teoria das Relações Internacionais". *Contexto Internacional*, vol. 16, nº. 1.

KENNEDY, Paul. (1989), *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro, Editora Campus.

KEOHANE, Robert O. (1982), "Hegemonic Leadership and U.S. Foreign Economic Policy in the 'Long Decade' of the 1950s", in W. P. Avery e D. P. Rapkin (eds.), *America in a Changing World Political Economy*. Nova Iorque, Longman.

KRAUTHAMMER, Charles. (1990/91), "The Unipolar Moment". *Foreign Affairs: America and the World*, vol. 70, nº. 1.

LEWIS, Paul. (2002), "Paraguay – 1930c – 1990". In: BETHELL, Leslie (org.). *História de América Latina. Tomo 15*. Barcelona, Editorial Crítica, p. 187-218.

LINZ, Juan J., STEPAN, Alfred. (1999), *A transição e a consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do sul*. São Paulo, Paz e Terra.

LIPSET, Seymour. (1959), "Some Social Requisites from Democracy: Economic Development and Political Legitimacy." In: *The American Political Science Review*. No. 53, p. 69-105.

MALAPARTE, Curzio (2002), "*Tecnica del colpo di Stato*". Roma, Oscar Mondadori

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. (2014) *Democracies and Dictatorships in Latin America: Emergence, Survival, Fall*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.

MEJÍA R., Joaquín, FERNÁNDEZ, Víctor (org) [2010], *El golpe de Estado en Honduras desde una perspectiva de los Derechos Humanos*. Tegucigalpa, Editorial Casa San Ignacio.

MEZAROBBA, Glenda. (2004), "Entre Reparaciones, Medias Verdades e Impunidade: La Difícil Ruptura con el Legado de la Dictadura en Brasil". *SUR - Revista Internacional de Derechos Humanos*, vol.7, nº 13, pp. 7-26.

MORAES, João C. K. (2001), *Quartim de Liberalismo e ditadura no cone sul*. Campinas, Unicamp.

NAPOLITANO, Marcos. (2014), *1964 – História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo, Contexto.

NAUDÉ, Gabriel (1993), "*Considérations Politiques Sur Les Coups d'Etat*". Hildesheim, Georg Olms.

NOGUEIRA PINTO, Jaime (1985), "*Golpe de Estado*". *Polis - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado* 3. Verbo. 66-68.

NYE JR., Joseph S. (1990), *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. Nova Iorque, Basic Books.

PEREIRA, Anthony W. (2010), *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo, Paz e Terra.

PINTO SERRANO, Pedro Estevam Alves. (2016), *Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção*. São Paulo, Alameda Editorial.

POLANYI, Karl. (1957) [1944], *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston, Beacon Press.

PRONER, Carol, CITTADINO Gisele et al (orgs) [2016]. *A resistência ao golpe de 2016*. São Paulo, Projeto Editorial Praxis.

PUTNAM, Robert. (2008), “Diplomacia e política doméstica: a lógica do jogo de dois níveis”. *Revista de Sociologia Política*, V 18, N 36, p. 147-174.

RAMA, Ángel. (1976), *Los Dictadores Latinoamericanos*. México, Fondo de Cultura Económica.

ROUQUIÉ, Alain. (1987), *The Military and the State in Latin America*, Berkeley, University of California Press.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2003), *O Cálculo do Conflito: Estabilidade e Crise na Política Brasileira*. Belo Horizonte: EDUFMG.

SARAVIA, Mariano, SOLANS, Pedro Jorge. (2012), *El golpe paraguayo*. Assunción: Dypra.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. (2005), *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo, Contexto.

SINGER, André. (2013), “Brasil, junho de 2013: classes de ideologias cruzadas”. *Novos Estudos – CEBRAP*, n 97. 44-77.

SOARES, Gláucio Ary Dillon y D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). (1994), *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV Editora.

TOLEDO, Caio Navarro. (2004), “1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, v. 19, 2004. 27-49.

TOKATIAN, Juan Gabriel. (2014), El Neogolpismo. *Le Monde Diplomatique*, edição 178 em espanhol, abril. Disponível em <http://www.eldiplo.org/archivo/178-la-nueva-guerra-fria/el-neogolpismo?token=&nID=1>. Data de acesso: 20/07/2016.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. (1976), *O Supremo Tribunal Federal e a Instabilidade Político-institucional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

VELÁSQUEZ, Romeo. (2015), *Ambiciones peligrosas. Las tentaciones del poder*. Tegucigalpa, Planeta.

VILHENA VIEIRA, Oscar. (1994), *Supremo Tribunal Federal: Jurisprudência Política*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.

ZAVERUCHA, Jorge. “Relações civis militares; o legado autoritário da Constituição de 1988”. In: SAFATLE, Vladimir; TELLES, Edson. (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, p. 41-77.

**Palavras-
chave:**

Neogolpes;
América Latina;
Brasil; Paraguai;
Honduras.

Resumo: Este artigo tem como objetivo caracterizar conceitualmente as deposições dos presidentes do Brasil Dilma Rousseff, do Paraguai Fernando Lugo, e de Honduras Manuel Zelaya, como neogolpes; mostrando, ao mesmo tempo, que tal prática tornou-se um novo modus operandi regional, em substituição aos golpes clássicos levados a cabo com êxito pela última vez nos anos 1960 e 1970, com o objetivo de derrubar governos progressistas e restaurar forças políticas conservadoras, por vias não eleitorais, no comando dos Poderes Executivos desses países. Tal objetivo decorre para o cumprimento de outro secundário, porém não menos importante, que é o de apontar a correlação entre os neogolpes na América Latina e a atual conjunta geopolítica regional e internacional, marcada por uma intensa reação norte-americana ao avanço em nível global de polos alternativos de poder, por uma política forte de realinhamento de sua área de influência direta (o continente americano) e pelo revigoramento de forças políticas latino-americanas conservadoras, tradicionalmente mais próximas aos Estados Unidos que as progressistas.

Keywords

Neo coups;
Latin America;
Brazil.
Paraguay,
Honduras

ABSTRACT: The neo coups and the interruptions of presidential terms in Latin America: the cases of Honduras, Paraguay and Brazil This paper aims to characterize the depositions of the presidents of Brazil Dilma Rousseff, Paraguay Fernando Lugo, and Honduras Manuel Zelaya as neo coups, showing at the same time that this practice has become a new regional modus operandi, replacing the coups that were successfully for the last time in the 1960s and 1970s, with the goal of overthrowing progressive governments and restoring conservative political forces through non-electoral leadership to the Executive Powers of these countries. Not less important is the correlation between the neo coups in Latin America and the regional and international geopolitics, marked by an intense American reaction to the advance at the global level alternative poles of power, a strong policy of realignment of its direct area of influence, the American continent, and the reinvigoration of conservative Latin American political forces, traditionally closer to the United States than progressive ones

Recebido para publicação em junho/2017

Aceito para publicação em outubro/2017

Regressão democrática na América Latina:

do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário

Josué Medeiros

Universidade Federal do Rio de Janeiro (BRA)

Esse artigo é dedicado a Eduardo Galeano e Gabriel Garcia Marquez, dois latino-americanos que nos ajudam a imaginar nossa identidade coletiva na América Latina.

Em abril de 2014, o uruguaio Eduardo Galeano esteve no Brasil e declarou – ao ser perguntado sobre seu livro mais vendido, *As Veias Abertas da América Latina* (1971) – que “não seria capaz de ler de novo. Cairia desmaiado”. Prossegue o ensaísta, falecido um ano depois, em abril de 2015, dizendo que “a prosa da esquerda tradicional é chatíssima. Meu físico não aguentaria. Seria internado no pronto-socorro”¹.

¹http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/04/cultura/1399232315_232658.html

A rejeição, na maturidade, à própria obra-prima também marcou a trajetória de Gabriel Garcia Márquez – romancista colombiano morto em abril de 2014 e ganhador do prêmio Nobel de literatura em 1982. No caso do “Gabo”, apelido carinhoso do escritor, havia algo mais que do que um simples desapego, era mesmo um verdadeiro ódio do autor ao seu livro de maior alcance, o clássico *Cem Anos de Solidão* (1967). Em entrevista concedida a um jornal espanhol, em 1991, republicada parcialmente quando ele morreu, Garcia Márquez resolve falar sobre o seu romance mais célebre, considerado o segundo mais importante da literatura hispânica pelo IV Congresso Internacional da Língua Espanhola, ocorrido em 2007, na Colômbia, atrás apenas de Dom Quixote.

Apesar dos prêmios, Gabo declarava que “Yo no reniego 'Cien años de soledad'. Me ocurre algo peor: la odio”. Ao explicar o porquê desse ódio, ele contava que

Antes, cuando era una persona normal y espontánea, quedaba con alguien para almorzar y bromeábamos de cualquier insignificancia y nos lo pasábamos estupendamente. Ahora, cuando llego a un restaurante, hay veinte personas esperándome, como si fuese una atracción de circo. Y no sólo eso: durante el transcurso de la comida esperan la frase inteligente, la ocurrencia magistral.

Márquez afirmou ainda, naquela ocasião, que tal sucesso não fazia sentido

Los críticos tratan de solemnizar y de encontrarle el pelo al huevo a una novela que dice muchas menos cosas de lo que ellos pretenden. Sus claves son simples, yo diría que elementales, con constantes guiños a mis amigos y conocidos, una complicidad que sólo ellos pueden entender².

Entre chaves simples e prosas chatas – existe uma anedota que atribui ao escritor argentino José Luís Borges a frase “com 50 anos, já dava

²<http://www.abc.es/cultura/libros/20140417/abci-garcia-marquez-odio-cien-201404172322.html>

para contar toda a história" para criticar a obra do colega colombiano³ – o fato é que a atual conjuntura política na América Latina parece contrariar Garcia Márquez e Galeano no desapego aos seus clássicos. Vivenciamos a substituição do ciclo político progressista (Soares Lima: 2008) por um ciclo político neoliberal e autoritário. Se aquele parecia confirmar a virtude e a necessidade dos nossos povos de produzir novas coordenadas simbólicas para além das veias abertas e dos muitos anos de solidão, este último repõe as dores e dramas que foram universalizados nestas (e em muitas outras) obras seminais.

O ciclo político progressista tem como primeiro marco a eleição, em 1998, de Hugo Chávez para presidente da Venezuela e se consolida com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2002, e de Nestor Kirchner, na Argentina, em 2003. Suas dinâmicas e processos se desenvolvem até 2013 mais ou menos, quando vários sinais de crise se apresentaram por todo lado. A partir de 2015, com a vitória de Mauricio Macri, na Argentina, a derrota de Nicolas Maduro nas eleições parlamentares da Venezuela e a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, abriu-se o ciclo político neoliberal, o qual buscaremos caracterizar mais adiante.

Não obstante, demarcaremos o começo e o fim do ciclo político progressista com processos eleitorais, seus sentidos transformadores foram profundos e ultrapassam em muito o calendário de votações. Gustavo Codas nos apresenta uma excelente sistematização desse alcance ampliado do ciclo político progressista, afirmando:

a emergência, na região, de um ciclo político diferente de tudo quanto foi visto em nossa era independente, no qual a busca de um novo papel no cenário mundial e na divisão internacional do trabalho são não apenas discursos ou intenções, mas se concretizam em mudanças reais (2013: 3).

3 <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/05/1880597-50-anos-bastavam-teria-dito-borges-sobre-cem-anos-de-solidao.shtml>

Codas recupera o processo de resistência e de superação do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O autor relembra a realização da Cúpula das Américas, em Quebec (Canadá), em 2001. Naquele momento

O governo dos Estados Unidos parecia já tocar com a ponta dos dedos a realização do projeto pan-americanista que lançara ainda no final do século XIX e que, cem anos depois, na década de 1990, havia encontrado terreno fértil numa região com governos sob hegemonia neoliberal e já despojados de qualquer veleidade de desenvolvimento com soberania. (2013:3)

O autor destaca que, em 2001, apenas Chávez “aproximou-se ‘do lado de fora’, dos movimentos contestatários, para prestar sua solidariedade” e, mais importante, “colocou, ‘do lado de dentro’ da reunião oficial, objeções ao acordo que vinha sendo negociado desde meados da década anterior”. Quatro anos depois, prossegue Codas, o quadro se alterara radicalmente. A Cúpula das Américas de 2005, em Mar del Plata, na Argentina, “enterra definitivamente as negociações da ALCA, um tema que sai da agenda hemisférica” (2013:3) ao ser recusada pelos principais governos do continente.

Enfim, o ciclo político progressista consistiu em um inédito processo de afirmação soberana, que hoje é deixado no passado, em um contexto no qual Brasil e Argentina buscam se inserir subalternamente em arranjos geopolíticos hegemônicos pelos países do Norte, tais como a tentativa brasileira de aderir à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴ ou o pleito argentino para fazer parte da Aliança para o Pacífico em detrimento do Mercosul⁵.

É verdade que a América Latina mudou muito desde a publicação dos dois livros; e mesmo desde o momento em que as duas obras tornaram-

⁴<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-05/brasil-formaliza-pedido-de-adesao-ocde>

⁵<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,macri-comeca-aproximacao-com-o-pacifico,10000057220>

se obrigatórias para o pensamento crítico dos nossos povos: nossa urbanização está consolidada, com suas contraditórias e ricas dinâmicas sociais e políticas totalmente ativadas; nossa democracia apresentou, até aqui, um grau de continuidade jamais alcançado, e é nesse quadro que as novas gerações de latino-americanos estão a sonhar e fazer identidades coletivas que não cabem mais nos símbolos consagrados pelos dois escritores.

A despeito dessa América Latina viva que floresce no século XXI, existem estruturas mesquinhas que teimam em sobreviver e que lançam suas sombras sobre os povos do nosso continente, inibindo o crescimento dos nossos melhores frutos. Desigualdade e violência que parecem atualizar – e mesmo eternizar – as imagens que marcam a identidade latino-americana extraída dos clássicos de Galeano e Garcia Márquez, ainda que contra a vontade (estética e política) de ambos.

Muitas dessas estruturas estão na raiz das recentes quedas presidenciais em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) e que ameaçam a democracia, os direitos e os povos em toda a região. Não convém ignorá-las, portanto. Entretanto, o que parece repetição do trágico destino colonial que nos marcou, latino-americanos, até o século XX, é também muito mais que isso, pois existem dimensões conjunturais atualíssimas e tendências de longo prazo que ultrapassam os sentidos da mera reposição do passado. Conformam-se, portanto, um novo ciclo político na América Latina que atualiza estruturas pregressas, reforça tendências futuras e que apresenta dinâmicas conjunturais nas quais as quedas presidenciais são um dos elementos a serem destacados.

Buscaremos argumentar, na segunda parte deste artigo, qual é a natureza desse ciclo político neoliberal e autoritário. Antes, na primeira parte, o objetivo é conceituar o que é um ciclo político, de modo a fornecer

patamares comuns para avaliar situações políticas, econômicas e sociais que atravessam vários países de uma mesma região.

O conceito de ciclo político

São muitos os desafios de analisar as recentes quedas presidenciais na América Latina. São todas elas resultados de crises políticas agudas em seus respectivos países, situações em que a conjuntura avança com velocidade, quando é grande (muitas vezes irresistível) a tentação de encerrar as análises nas dinâmicas internas e na chave dos eventos de curto prazo – por exemplo, a inabilidade da/do presidenta/e ou algum tipo de ação externa da potência imperialista. Outra tentação que decorre da intensa lógica endógena de cada nação é a da extrema especialização de cada situação, como se não fosse possível encontrar elementos comuns a todos – ou a maioria – dos países.

É preciso inserir, contudo, as específicas conjunturas em uma dinâmica mais geral dos conflitos de classe na América Latina, qual seja, a das disputas pelos sentidos do desenvolvimento capitalista no continente. É fundamental identificar e analisar as “linhas de força” (Domingues, 2017: 7) que informam a política latino-americana. Somente assim poderemos inserir outros processos em curso na região no mesmo contexto político das quedas presidenciais de Manuel Zelaya, em 2009, em Honduras; de Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012 e de Dilma Rousseff, em 2016, no Brasil.

Entre outros, pensamos na já referida vitória de Macri nas eleições presidenciais argentinas de 2015 e na derrota de Evo Morales no referendo de 2016, que perguntou à população boliviana se o presidente poderia tentar uma nova reeleição. No mesmo sentido, é apenas investigando as tendências gerais que atravessam a maioria os países da América Latina que é possível compreender as dinâmicas políticas mais recentes, tais como a vitória de Pinera nas eleições presidenciais chilenas em dezembro de 2017 e a derrota

de Rafael Correa no plebiscito equatoriano em fevereiro de 2018, bem como aquelas situações cujo conflito se exacerba (pré-guerra civil, ameaça de intervenção externa dos EUA) sem que o equilíbrio de forças se altere, tal como verificamos na Venezuela, onde chavismo e oposição alternam vitórias e derrotas: primeiro, a apertada vitória de Maduro na disputa do cargo máximo da República Bolivariana, em abril de 2013; em seguida, a acachapante supremacia da oposição nas eleições legislativas de dezembro de 2015; e mais recentemente, o novo triunfo governista nas eleições regionais em outubro de 2017. Ademais, o método de ampliar o olhar sobre as especificidades nacionais para inseri-las em dinâmicas mais amplas e estruturais é fundamental para entendermos as crises nas esquerdas do continente, que se manifestam nas cisões entre o atual presidente do Equador, Lênin Moreno, e seu antecessor, Rafael Correa, e mesmo na recente denúncia de corrupção que levou Raul Sendic a renunciar do posto de vice-presidente do Uruguai.

Por fim, constituir uma reflexão a partir da dialética entre conjuntura e estrutura é condição para avaliarmos corretamente os processos que parecem significar uma continuidade do ciclo político progressista, em especial as eleições de Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2015; de Daniel Ortega na Nicarágua, em 2016; de Lênin Moreno no Equador, em 2017. Proceder da maneira que estamos defendendo nestas páginas nos ajudará a qualificar esses resultados enquanto tendências que estão em vias de superação e que se constituem como dimensões de resistência ao novo contexto do ciclo político neoliberal, certamente mais desfavorável para as classes subalternas do que o ciclo político anterior.

Daí vem a importância do conceito de ciclo político, que em geral já é amplamente usado nas análises sobre política internacional. Trata-se de uma categoria bastante útil para que possamos apreender situações de correlação de força e de tendências de longo prazo que se repetem em vários países de uma mesma região que pode nos ajudar também – quer na análise

sobre as dinâmicas políticas internas a uma nação específica, quer nas reflexões sobre a geopolítica internacional como um todo.

Na introdução da coletânea de artigos sobre a esquerda europeia intitulada “Mapa da esquerda na Europa Ocidental”, Perry Anderson identifica, para a Europa central e a do Norte, o advento de um ciclo político socialdemocrata no pós-2ª Guerra Mundial, alicerçado na “edificação de *welfare states*, com pleno emprego e amplos serviços sociais” (Anderson, 1994: 10). Ele fala de um ciclo de 30 anos e finalmente, na metade da década de 1970, “pela primeira e única vez na história do pós-guerra, havia primeiros ministros socialdemocratas em todos os Estados da região: Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia” (Idem). O auge marcou o começo do declínio, pois como afirma Anderson,

Esmoreceram as condições econômicas subjacentes ao sucesso do reformismo do Norte. (...). Ficou claro que a economia capitalista mundial estava caminhando um longo declínio. Na nova conjuntura, a socialdemocracia não carecia apenas de políticas eficazes para enfrentar a crise. Ela se viu associada à própria crise, quando o ressurgimento ideológico do monetarismo escolheu os gastos estatais excessivos e os sindicatos superpoderosos como as causas-chaves da estagflação. (1994: 10-11).

Com relação à América do Sul, Maria Regina Soares Lima nos mostra que os ciclos políticos se dão de modo integrado, ora de modo subordinado, ora com tensões que buscam abrir caminhos autônomos aos ciclos políticos originados e protagonizados pelas potências globais. Assim, enquanto a Europa e os EUA viviam o que ela chama de “consenso socialdemocrata” (Soares Lima, 2008: 5); na América Latina, imperava o “ciclo autoritário” que se estende de 1954 (Guatemala) até o fim dos anos 1970 – ciclo esse sustentado pelos EUA no contexto da Guerra Fria justamente para evitar que qualquer tipo de dinâmica progressista se consolidasse nos países latino-americanos, possibilidade que se mostrava concreta para os povos da região.

Quando passamos para o ciclo político da redemocratização latino-americana na década de 1980, o quadro no Norte global verificava uma alteração profunda:

As forças sociais representantes dos interesses do grande capital industrial e financeiro e seus aliados políticos reagiram ao consenso socialdemocrata - erigido no pós Segunda Guerra em resposta ao colapso do liberalismo clássico - restaurando um ordenamento orientado para o mercado em muito semelhante aquele que havia entrado em colapso nos anos 30 (Soares Lima, 2008: 5).

Nossa transição à democracia se deu, desta forma, subordinada à hegemonia neoliberal, resultando em um “novo ordenamento” político, jurídico e institucional que “seguiu de perto os preceitos do Consenso de Washington, cujas recomendações estavam centradas na abertura comercial, liberalização financeira, desregulamentação, privatização, redução estado empresário e equilíbrio fiscal” (Soares Lima, 2008: 5).

O quadro só se altera no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, com a série de vitórias “dos governos progressistas, definidos de forma esquemática como aqueles originários de partidos de esquerda” e que devem sua emergência ao “impasse, em algumas situações, falência mesmo, daqueles experimentos neoliberais dos anos 1990” (Soares Lima, 2008: 5-6).

Uma vez identificados os diferentes ciclos políticos – seja na Europa, seja na América Latina, que de fato interessa ao presente artigo – trata-se então de avançar em uma definição conceitual do que é um ciclo político, o que faremos destacando três das características mais gerais que, acreditamos, estão acima das diferenças conjunturais que cada ciclo apresenta em comparação com o outro. São elas a multiplicidade dos tempos históricos (i); a articulação dialética entre conjuntura e estrutura (ii); as várias dimensões políticas e sociais que, juntas, formam um ciclo político, tais como as lutas, as eleições, as formas de ação coletiva daquele

determinado período, as questões programáticas que são mobilizadas por cada nova geração (iii).

A primeira característica fundamental é, então, a questão da temporalidade histórica. Anderson destaca o aspecto mais duradouro desse tipo de ciclo em comparação com as contingências eleitorais:

Os ciclos eleitorais vão e vêm. (...). Continuará a haver governos conduzidos por partidos socialdemocratas (...) e futuras eleições serão ganhas por eles. (...). Mas há uma crise subjacente, cujo sentido é inequívoco. Ela não foi aliviada, mas agravada, pelo colapso do comunismo na Europa Oriental. (...). O triunfo ideológico do mercado foi tão completo no Leste que ricocheteou contra qualquer uso do Estado para a regulação econômica ou a previdência social no Ocidente (Anderson, 1994: 15).

Maria Regina Soares Lima ressalta que o ciclo político progressista na América do Sul “só pode ser entendido de forma plena quando se leva em conta movimentos profundos no sistema internacional e na própria região que se observaram no final do século e início do novo milênio” (2008: 6). Que movimentos são esses? A autora destaca dois – e em ambos sobressai a questão do tempo histórico que se prolonga: “O primeiro deles, por sua abrangência sistêmica, é a expansão territorial do capitalismo e a configuração de um capitalismo realmente global” (Soares Lima, 2008: 6). Complementando os processos mais gerais e estruturais que informam os ciclos políticos, vem “o segundo movimento que se alastrou nos anos 1990 foi a crise dos governos autoritários e as bem-sucedidas transições democráticas nos países do Sul e no Leste Europeus” (Soares Lima, 2008: 7).

Podemos inferir, portanto, que os ciclos políticos só podem ser adequadamente compreendidos a partir da multiplicidade dos tempos históricos tal qual formulou o historiador francês Fernand Braudel. Membro da influente Escola dos Annales e por muito tempo seu diretor, Braudel é autor de uma das mais significativas contribuições que essa escola deu à teoria social (Burke, 1990: 54).

A primeira contribuição que o pensamento de Braudel traz a este artigo consiste em sua constante militância pela derrubada das fronteiras que cindem os diversos domínios das ciências humanas. Segundo o historiador francês, “há uma crise geral das ciências do homem: estão todas esmagadas sob seus próprios progressos” (Braudel, 1978: 41). Ele vai além e diz que “cada ciência social é imperialista” quando apresenta “suas conclusões como uma visão global do homem” quando são, na verdade, “visões particulares” (Braudel, 1978: 80). A segunda e principal contribuição está na formação de “uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo” (Braudel, 1978:44). De acordo com Braudel,

A história se situa em três patamares diferentes, mas isto é modo de falar, muito simplista. São dez, cem patamares que seria preciso pôr em pauta, dez, cem durações diversas. Na superfície uma história factual se inscreve no tempo curto: é uma micro-história. A meia encosta, uma história conjuntural, segue um ritmo mais lento. (...). Para além desse recitativo da conjuntura, a história estrutural ou de longa duração coloca em jogo séculos inteiros; está no limite do móvel e do imóvel e por seus valores fixos, há muito tempo, faz figura de invariante em face de outras histórias, mais vivas a se escoar, a se consumir e que, em suma, gravitam em torno dela”. (Braudel, 1978:105).

Os ciclos políticos condensam essa multiplicidade dos tempos e, a partir delas, vem a segunda característica fundamental de um ciclo político, a saber, a articulação dialética entre liberdade e necessidade, entre agência e determinação, entre conjuntura e estrutura. Soares Lima e Anderson destacam a importância dos eventos eleitorais e políticos mais imediatos para entender a emergência e o caso dos ciclos. Há, nas duas análises, um espaço importante para a agência. Soares Lima demarca que é preciso recusar a ideia de que a sucessão dos ciclos políticos na América Latina “foi um processo evolutivo natural”, entendendo que tal sequência “dependeu fundamentalmente das escolhas e decisões tomadas pelos agentes públicos e privados” em cada sociedade (Soares Lima, 2008: 6). Anderson afirma que “os partidos são vistos como atores coletivos, que fazem suas escolhas”

cujas trajetórias não podem ser reduzidas “a algum destino predeterminado” e que “o retrospecto histórico mostra possibilidades que não se realizaram, oportunidades perdidas tanto quanto erros evitados” (Anderson, 1994: 17).

Não obstante, os autores não recaem em uma análise voluntarista, a qual despreza as estruturas – isto é, a longa duração braudeliana. Para Soares Lima, o ciclo político progressista é fruto de escolhas políticas feitas a partir de bases estruturais tais como a expansão do capitalismo enquanto sistema mundo, o fim da guerra fria e a constituição de uma nova ordem mundial e a crise do neoliberalismo, projeto político e valorativo hegemônico dos processos estruturais que ela identifica. Em suas palavras,

a emergência dos governos de esquerda na América do Sul, suscitada pela falência dos experimentos neoliberais anteriores, deve ser entendida levando-se em conta as profundas transformações na economia política do capitalismo e na geopolítica global, bem como as transformações políticas e econômicas regionais, ressaltando-se entre elas o vigor da onda de democratização política em curso. (Soares Lima, 2008: 8).

Por seu turno, Anderson (1994: 20-22) aponta características estruturais do capitalismo mais avançado como decisivas para o ciclo político neoliberal na Europa, cujas manifestações na América Latina devem ser investigadas, pois são características incontornáveis caso a socialdemocracia (ou o progressismo latino-americano) almeje reconstituir um ciclo político sob sua hegemonia.

Segundo o autor, trata-se, principalmente, da nova configuração da classe trabalhadora, mais heterogênea do que o grosso do proletariado industrial que se constituiu entre os anos 1950 e 1970. São cinco as dinâmicas sócio-políticas estruturais que, na análise de Anderson, diversificaram a classe trabalhadora europeia: gênero (mais feminina), idade, etnia (migração das ex-colônias), composição profissional (predominância do setor terciário/serviços sobre o secundário/indústria) e diferentes formas de pertencimento ao Estado do Bem-Estar (consolidação do desemprego estrutural e da informalidade sistêmica). “O resultado foi

uma polarização social do próprio operariado manual, com crescentes conflitos de interesse entre seus grupos mais desprotegidos e os mais privilegiados” (Anderson, 1994: 21).

Em suma, recorrendo novamente a uma passagem de José Mauricio Domingues, trata-se de operar a necessária e urgente investigação sobre as recentes quedas presidenciais na América Latina em um quadro analítico que incorpora “avaliações substantivas da conjuntura” com a “busca de processos de mais longo prazo, com compromissos conceituais sistemáticos em muitos momentos, culminando com uma discussão sobre *tendências de desenvolvimento*” (Domingues, 2017: 8, grifos do autor). Ao fazermos isso, podemos dar substância ao diagnóstico de que a América Latina vive um novo ciclo político, que passaremos a caracterizar na próxima seção.

A terceira característica conceitual dos ciclos políticos que precisa ser destacada é a existência de múltiplas dimensões sociais e políticas em cada período, tais como os ciclos eleitorais – ou os ciclos de luta que emergem dos conflitos de longo prazo – e também os ciclos organizativos e programáticos das classes sociais em movimento e disputa, que geralmente estão ligados à entrada na cena política de novas gerações, com suas próprias demandas e subjetividades.

José Mauricio Domingues apresenta sobre o Brasil pós-golpe de 2016 um tipo de reflexão que podemos estender para o conjunto da América Latina na medida em que dela é possível extrair elementos importantes para conceituar essa terceira características dos ciclos políticos. Diz o sociólogo que “o Brasil vive conjuntura particularmente complexa por se encontrar em um momento em que os finais de vários ciclos se cruzam e se sobredeterminam” (Domingues, 2017: 42). O primeiro é o ciclo da redemocratização, iniciado nos anos 1970 com a anistia e as greves e que se desenvolve na década de 1980: “as energias mobilizadas naqueles tempos já não existem, os quadros que as teceram envelheceram, algumas de suas

ideias se concretizaram, muitas foram abandonadas, as formas de organização que engendraram se encarquilharam ou se mancharam”. (Domingues, 2017: 43).

O segundo ciclo que se esgota no Brasil é o “da absoluta e incontestada hegemonia do PT na esquerda brasileira” (Domingues, 2017: 43), ciclo que tem como marco as primeiras eleições presidenciais de 1989, quando as forças políticas e sociais que produziram a redemocratização apresentaram cinco candidatos diferentes (Lula pelo PT, Brizola pelo PDT, Ulisses pelo PMDB, Roberto Freire pelo PCB e Mário Covas pelo PSDB). Como é sabido, Lula foi quem conseguiu ir para o segundo turno enfrentando os setores mais identificados com o bloco histórico de poder das classes dominantes. Embora derrotado, a maior liderança operária do Brasil consolidou-se, naquela quadra, como principal liderança da esquerda brasileira (o mesmo valendo para o seu partido).

Coincide com o crescente esgotamento da hegemonia petista na esquerda o fim do ciclo eleitoral do lulismo, tal como foi definido por Singer, baseado em um reformismo fraco e na composição de uma nova base social para o PT, naquilo que o autor chama de “resolução da questão setentrional” brasileira, com a aliança entre os pobres do Norte e Nordeste com o sindicalismo organizado pelo PT, ambos referenciados em Lula (Singer, 2012: 40). Mas vai além da questão eleitoral, conforme os questionamentos que Domingues apresenta ao PT: “será o partido capaz de se renovar? Manterá sua unidade? Será capaz, ao tentar se reencontrar, de superar o pragmatismo, mas igualmente a ideia equívoca de que basta voltar a suas feições dos anos 1980 para encontrar seu rumo?” (Domingues, 2017: 54).

A definição dessa terceira característica dos ciclos políticos não será completa sem levar em conta os ciclos de lutas que marcam cada período. As energias de um determinado ciclo político são produzidas, em

grande parte (e primeiramente), pelas lutas sociais que se organizam – quer na resistência ao ciclo anterior que será substituído, quer antecipando tendências programáticas e organizativas que serão parte do ciclo futuro. Novas agendas e novas formas de ação coletiva, ou ainda a atualização de questões e métodos de ação que já existiam antes, aparecem com força na cena política e precisam ser levados em conta. De acordo com Domingues, ainda para o Brasil pós-golpe, “novos movimentos sociais e certa renovação de alguns dos mais tradicionais se apresentam” e noções como desenvolvimento sustentável e horizontalidade ganham centralidade inexistente nos ciclos anteriores (Domingues, 2017: 55-60).

O foco, nesse texto, não é aprofundar uma análise sobre o quadro brasileiro, que vem à tona somente para nos ajudar a conceituar o que é um ciclo político – algo que consideramos importante para aprimorar nosso entendimento sobre o atual contexto latino-americano mais geral de um ciclo político neoliberal e autoritário no qual se inserem as recentes quedas presidenciais no continente.

De sorte que é fértil pensar de modo análogo ao que Domingues apresentou sobre o Brasil para os demais países latino-americanos. Assim, podemos identificar que as energias da redemocratização se esgotam não só no Brasil, mas em toda a região. Isso gera tanto novos ciclos de lutas e de movimentos sociais (Bringel e Pleyers: 2017) como novos ciclos eleitorais e novas configurações da esquerda – o fim da Concertacion e a emergência da Frente Ampla, no Chile; crise do PT no Brasil; crise do chavismo na Venezuela – todas tendências que convergem para a identificação deste novo ciclo político neoliberal e autoritário na América Latina, cujos sentidos, tendências e conteúdos tentaremos estabelecer na próxima seção do presente artigo.

Ciclo progressista versus novo ciclo neoliberal

Paralelo à constituição e consolidação do novo ciclo político progressista na América Latina, instaurou-se um debate intelectual de vulto nas esquerdas e na intelectualidade sobre o caráter dessas experiências de governo. Afinal, é um fato reconhecido por todos que os governos progressistas não romperam em definitivo com os preceitos do ciclo político neoliberal e, ao mesmo tempo, não o seguiram ao pé da letra, em uma dinâmica pendular de continuidades e descontinuidades que estimula a polêmica e a polissemia sobre tais processos.

Entendemos que o conceito de ciclo político, tal como procuramos definir na seção anterior, ajuda-nos a buscar soluções para esse intenso debate. Afinal, na medida em que ele contempla o tempo da longa duração e a ação das estruturas, podemos entender que a expectativa de ruptura radical com o neoliberalismo já nasce frustrada, pois se trata de empreitada que em muito ultrapassa o alcance de governos eleitos em uma região periférica do capitalismo. Ademais, uma vez que o conceito de ciclo político valoriza a agência e as demais temporalidades, organizando as várias dimensões políticas e sociais – estatais, societárias, organizativas, programáticas, geracionais – em um mesmo quadro analítico, podemos encontrar as diferenças estratégicas que marcam cada período e que nos permitem caracterizar um ciclo político específico em que pese a continuidade das dinâmicas estruturais.

É justamente por isso que insistimos em afirmar que, nos primeiros quinze anos do século XXI, a América Latina viveu um ciclo político progressista distinto do ciclo político neoliberal da redemocratização (anos 1980 e 1990) e também do atual ciclo político neoliberal e autoritário, não obstante as ambiguidades e contradições que marcaram os governos progressistas – muitas das quais são cruciais para explicar a própria substituição daquelas experiências progressistas pela presente onda de

governos de direita escolhidos pelo voto popular ou ilegitimamente empossados depois da derrubada de presidentes eleitos.

Soares Lima e Coutinho resumem essa dinâmica enfatizando, como já destacamos na seção anterior, a inserção do ciclo progressista em estruturas que limitam o campo da ação. Assim, para os autores, essas experiências se dão nos marcos de “dois movimentos estruturais” de maior escala, a saber, “a liberalização econômica, com suas privatizações, desregulamentações, choques de abertura comercial e demais ajustes” e, ao mesmo tempo, “a democratização política, expressa nos aumentos da liberdade e da participação política” (Soares Lima e Coutinho, 2007: 11). Por conta disso,

se a tentativa de recuperação do Estado é um dos traços que se sobressaem nos anos pós-Consenso de Washington, então essa tentativa não significa exatamente um retorno ao passado, ao paradigma nacional-desenvolvimentista, ou ao burocrático-autoritário, mas, sim, no âmbito doméstico, uma coordenação política mais eficiente do Estado no que se refere aos valores e ao conflito de interesses contemporâneos que antagonizam diferentes setores do mercado e segmentos populares (...). A busca de uma convergência nas relações que envolvem os processos de democratização política e liberalização econômica se traduz, de forma dinâmica, em pontos ideais entre as preferências capitalistas e os anseios dos menos favorecidos. Evitar que a interação dessas partes se torne um jogo de soma negativa, ou de soma zero, é provavelmente o maior desafio das democracias da região no novo século, tendo em vista a constatação de que não se vislumbra saída para o desenvolvimento que não passe pelo mercado, como tampouco pode haver democracia sem as ruas livres e ativas. (Soares Lima e Coutinho, 2007: 16).

Em diapasão semelhante, Fabrício Pereira da Silva oferece um quadro que sistematiza as escolhas feitas pelas esquerdas latino-americanas, inserindo-as em uma análise mais geral do processo político e histórico da região:

um contexto mais favorável historicamente de estendida manutenção das democracias da região nas últimas duas ou três décadas, e de superação do bloqueio gerado pela Guerra Fria, essas esquerdas chegaram ao poder por uma combinação de adaptação organizativa, conferindo-lhe mais fluidez e

flexibilidade; ampliação de suas propostas ideológicas e “público-alvo”, conferindo-lhe maior amplitude programática e novas tradições; aceitação de valores democráticos básicos, e em alguns casos acúmulos eleitorais; e a preservação ao longo da década anterior de um núcleo oposicionista e programático bem delimitado e claro, a oposição às políticas neoliberais (Pereira da Silva, 2014:4)

Isso posto, entendemos que a intensa polêmica interpretativa sobre os governos progressistas divide-se em três blocos de questões. Primeiro, a ideia de que não houve grandes mudanças, mas sim continuidade neoliberal na maior parte da região. Novamente seguimos com Soares Lima e Coutinho e com Pereira da Silva nas análises que eles apresentam sobre esse ponto. Quanto aos primeiros, embora reconheçam que “as mudanças não implicam obrigatoriamente rupturas radicais”, insistem que o ciclo político progressista altera sim o quadro de ação dos Estados-Nação na região rumo a direções que não cabiam no ciclo político anterior, quando a redemocratização foi feita sob hegemonia neoliberal. Afirmam os autores, sobre os governos progressistas, que “cada um a seu modo reexamina privatizações, aberturas comerciais, reformas previdenciárias e trabalhistas, de modo bastante pragmático na maioria das vezes. Alguns países também reveem seu passado autoritário” (Soares Lima e Coutinho, 2007: 17).

Pereira da Silva, por seu turno, congrega quatro eixos analíticos nos quais os governos progressistas apresentaram mudanças substanciais que nos permitem caracterizá-los como experiências distintas daquelas que os precederam. São eles “papel do Estado; da ênfase e redesenho das políticas sociais; da participação social no governo; dos organismos de integração regional” (2014: 6). Em todas elas, o que podemos verificar, ainda segundo o autor, é que – não obstante apresentarem “matizes variados de acordo com o tema avaliado e com o governo” – há um ponto de unidade no fato de que “houve mudanças, em alguns casos de grau, em outros de abandono de paradigmas (ainda que sem grande clareza do que estaria substituindo-os)” algumas das quais com “relativo sucesso (redução da pobreza e desigualdade notoriamente)” (2014:18).

A segunda ordem de debates é consequência dessa primeira polêmica, uma vez que a despeito de integrar o conjunto das experiências progressistas em um único ciclo político, faz-se mister diferenciar as dinâmicas nacionais, sobretudo porque elas apresentam, de fato, significativas variações e distinções. Existiriam, assim, dois polos, um de transformações radicais – liderado pela Venezuela – e outro de mudanças moderadas ou mesmo de continuidade do neoliberalismo, com o Brasil à testa. Soares Lima e Coutinho identificam essa polarização para imediatamente recusá-la, sempre ressaltando a característica da ambiguidade e das mediações entre agência e estrutura:

Verifica-se certa tendência, na literatura especializada e na mídia em geral, em avaliar estes movimentos de mudança em termos de oposições duais: fragmentação e integração; democracias representativas e neopopulismos; disputa pela liderança regional entre Chávez e Lula. (...). Este tipo de abordagem analítica oculta aquilo que há de novo e diferente em relação à década passada. Por exemplo, que há mais diversidade nos experimentos democráticos em curso na região e que podemos estar diante de inovações nos modelos democráticos antes impensáveis de ocorrerem no interior da área de influência dos Estados Unidos. Que apesar das acusações de “chavismo”, “nacionalismo”, “neopopulismo” e outros “ismos” a serem inventados de acordo com a conveniências dos setores dominantes, o capitalismo nunca foi tão florescente na região quanto hoje. A globalização pode ter contribuído para a crise do modelo de economia fechada e comandado pelo Estado, mas seu sucessor na América do Sul certamente não é o Estado liberal, dos livros-textos de Economia. Ao contrário, o que parece estar em curso é a consolidação de uma ordem capitalista coordenada pelo Estado, seguindo a mesma tendência que estaria ocorrendo nas economias maduras em resposta às crescentes incertezas e à escala necessária dos investimentos, na era da globalização (Soares Lima e Coutinho, 2007: 27-28).

Tal análise pode ser complementada pela diferenciação que Pereira da Silva faz entre as nações que apresentam um quadro de “crise orgânica” (com elementos políticos, sociais, culturais, econômicos) e aqueles em que se verificam “insuficiências do modelo neoliberal”. Para o cientista político, estas últimas estão presentes em toda a região, porém – em alguns países – há “uma situação de empate catastrófico”, na qual há uma “decomposição

mais radical da hegemonia expressada anteriormente” devido ao “esgotamento de formas de organização estatal, dominação social, baixa inclusão político-social e monopólio partidário”. Assim, “temporariamente, as forças em disputa não conseguem se impor e construir uma nova hegemonia”, o que teve como resultado a formação de governos de propostas mais radicalizadas, que procuram ser “refundadores” de suas sociedades e Estados, diferente daqueles casos em que a derrocada neoliberal não se converte em crise orgânica, quando então se formam governos “*renovadores* de políticas públicas e defensores de novas ênfases” (2014: 5)

Da consolidação da ordem capitalista decorre o terceiro conjunto de polêmicas, qual seja, o debate sobre o subimperialismo brasileiro na região como o elemento definidor do ciclo político então em curso. Os que defendem essa perspectiva baseiam-se na obra de Ruy Mauro Marini, que formulou o conceito de subimperialismo ao analisar a ação do Brasil durante a ditadura militar. Coube a Gustavo Codas organizar a posição de recusa a essa visão, com a qual nos afinamos:

Além de toda analogia histórica em circunstâncias tão diversas em geral distrair mais do que explicar, é bastante óbvio que Marini se referia a “outro Brasil”. Para colocar apenas dois aspectos econômicos da discussão: ele fazia referência a um esquema no qual a superexploração da mão de obra assalariada era a tônica, enquanto que os anos 2000 têm sido no Brasil os da formalização do mercado de trabalho, da melhora substancial do salário mínimo, dos aumentos reais de salários nas negociações coletivas etc. No esquema anterior, o Brasil tenderia a reproduzir com seus vizinhos a mesma relação de comprador de matérias primas e exportador de manufaturas que o imperialismo teve com sua periferia. Já o que se tem visto na política exterior dos governos petistas foi o incentivo à industrialização de seus vizinhos, ligando-os a suas cadeias produtivas ou demandando deles produtos manufaturados. (...). Dificilmente possa se considerar que os mornos arroubos de autonomia em relação ao imperialismo americano da ditadura militar (ao reconhecer os governos revolucionários resultantes dos processos de descolonização da África e o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha na década de 1970) podem ser equiparados à política exterior de consolidação do Mercosul com a Venezuela, de constituição da UNASUL e da CELAC, para citar alguns marcos do período presente. O Brasil não parece o

sub-imperialismo dos estudos de Marini nos anos 1970; é outra coisa, e é isso o que deve ser analisado e estudado. (Codas, 2013: 10).

Filiamos-nos, pois, ao conjunto de interpretações que afirmam a existência de um ciclo progressista distinto do ciclo político neoliberal da redemocratização. Queremos, contudo, avançar para além do balanço desse passado recente, a fim de identificar as tendências futuras que se abrem com o novo ciclo político neoliberal. Em qualquer dos casos (isto é, seja para diferenciar o ciclo político progressista do ciclo neoliberal anterior, seja para compreender o atual ciclo político neoliberal) é fundamental definir o que é neoliberalismo, para então produzir as cartografias políticas do ciclo progressista e do atual ciclo que o substitui.

Não se trata de tarefa acessória ou supérflua. Todavia exista um consenso histórico com relação ao fenômeno da hegemonia neoliberal - há um acordo com relação à visão de que tal conjunto de ideias e propostas surgiu no pós-guerra 2ª Guerra (propondo resistência ao Estado de Bem-Estar Social) e permaneceu incubado por três décadas, tendo na ditadura de Pinochet, no Chile, iniciada em 1973, a sua primeira chance de se traduzir em práticas estatais concretas, para depois, ao fim dos anos 1970, tomar de assalto a cena política enquanto resposta global para crise do capitalismo (Anderson: 1995) – existem vários ângulos de entrada no exame do neoliberalismo.

Um deles, importante e crescentemente mobilizado nas ciências sociais, é aquele elaborado pelo filósofo francês Michel Foucault, cujos alicerces residem na noção de biopolítica. Trata-se de um tipo de reflexão que investe na questão do neoliberalismo enquanto produtor de novos tipos de subjetividade, para além das políticas de Estado, avançando para um modo próprio de governo da vida, um tipo de poder que “conduz a conduta dos homens” e que Foucault propôs chamar de “governamentalidade” (Foucault, 2008: 257-258.). Trata-se, de acordo com Gabriel Cohn, de um

tipo de racionalidade entendida não na chave das políticas públicas, mas enquanto forma de pensar que legitima, condiciona e produz a ação (2003:7). Desde essa perspectiva, organizam-se correntes interpretativas que pensam o neoliberalismo enquanto processo de desdemocratização (Dardot e Laval: 2016) ou de marcos que definem, por exemplo, quais vidas merecem ser vividas e quais não merecem (Butler: 2011), entre outras chaves possíveis.

O ângulo que optamos aqui será outro, e tem na questão de classe sua dimensão explicativa fundamental. Partimos da definição de neoliberalismo elaborada por David Harvey em seu livro “O Neoliberalismo: história e implicações”, em que ele começa falando que o neoliberalismo é

Em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas (Harvey, 2008: 11)

Harvey argumenta que esse “primeiro lugar” é apenas o ponto de partida, a superfície de um processo político, econômico e social mais profundo, cujo sentido estratégico principal foi derrotar o Estado de Bem Estar Social e de se constituir enquanto “um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (Harvey, 2008: 27, grifos do autor).

O geógrafo marxista defende ainda que o neoliberalismo não foi tão exitoso com relação ao primeiro objetivo – restabelecer a acumulação de capital – mas que foi extremamente vitorioso no segundo, o de restaurar o poder político das elites econômicas. E que essa configuração de fracasso em um aspecto e sucesso em outro é ainda mais dramática para as classes

subalternas, pois implicou na produção de uma desigualdade extrema e na formação de uma “pequena e poderosa oligarquia” (Harvey, 2008: 26) nos países capitalistas.

A análise classista de Harvey é interessantíssima para pensarmos o contexto atual da América Latina. Tomando como marco a crise do capitalismo nos anos 1970, Harvey argumenta que a vitória neoliberal não estava dada e que foi resultado de um intenso processo de lutas sociais e políticas:

O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu. (Harvey, 2008: 23).

A alternativa política ao neoliberalismo era forte e sacudiu as sociedades europeias nos anos 1970, tendo como epicentro político o Maio de 1968 global.

A insatisfação foi generalizada, e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alternativa nativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra. Partidos comunistas e socialistas ganhavam terreno, quando não tomavam o poder, em boa parte da Europa, e mesmo nos Estados Unidos forças populares agitavam por amplas reformas e intervenções estatais. Havia nisso uma clara ameaça política às elites econômicas e classes dirigentes em toda parte, tanto em países capitalistas avançados (como a Itália, a França, a Espanha e Portugal) como em muitos países em desenvolvimento (como o Chile, o México e a Argentina). (Harvey, 2008: 23-24).

Harvey enfatiza que à ameaça política somava-se uma concreta e palpável “ameaça econômica à posição das elites e classes dirigentes”. E prossegue lembrando que “o acordo do pós-guerra em quase todos os países” do Norte global previa que “o poder econômico das classes altas fosse restrito e que o trabalho recebesse uma parcela bem mais ampla do

bolo econômico”. Os dados sobre a redução da desigualdade que resulta desse pacto são impressionantes: “Nos Estados Unidos, por exemplo, a parcela da renda nacional nas mãos do 1% mais rico caiu de uma taxa de 16% antes da 2ª Guerra Mundial para menos de 8% depois dela, tendo ficado perto desse nível durante quase três décadas.” (Harvey, 2008: 25). O problema se dá em como manter esse arranjo com a crise da acumulação capitalista dos anos 1970.

Enquanto o crescimento se mantinha em altos níveis, essa restrição não parecia importante. Uma coisa é ter uma parcela estável de um bolo em crescimento. Mas quando o crescimento entrou em colapso nos anos 1970 (...) as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas. Nos Estados Unidos, o controle da riqueza (em oposição à renda) pelo 1% mais rico da população permaneceu mais ou menos estável por todo o século XX, mas na década de 1970 sofreu uma acentuada queda (...). As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica. (Harvey, 2008: 25).

O resultado desse embate entre as classes não poderia ter sido pior para os subalternos. Uma vez derrotada a alternativa socialista – devido a vários processos políticos que não vem ao caso esmiuçar⁶ – os números da desigualdade explodem nos países do capitalismo central:

Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999. (...). Os Estados Unidos não estão sozinhos nisso. O 1% mais rico da Bretanha dobrou sua parcela da renda nacional a partir de 1982: de 6,5% a 13%. E um exame mais detido revela extraordinárias concentrações de riqueza e de poder surgindo em toda parte. (...). Os países da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento) também registraram grandes aumentos da desigualdade a partir dos anos 1980, enquanto "a diferença de renda entre os 20% da população do mundo que vive nos países mais ricos e os 20% da população do mundo que vive nos países mais pobres era de mais ricos e os 20% da população do mundo que vive nos

⁶ Sobre isso, ver a já mencionada introdução de Perry Anderson ao Mapa da Esquerda na Europa Ocidental.

países mais pobres era de 74 para 1 em 1997, vindo de 60 para 1 em 1990 e de 30 para 1 em 1960. (Harvey, 2008: 26-27).

Ora, o paralelo desse quadro apresentado por Harvey entre Europa e EUA (dos anos 1970 até o fim do século XX) com a América Latina do século XXI é não só pertinente como se encaixa com precisão no que ele chama de “desenvolvimento geográfico desigual” do neoliberalismo.

Ocorre que a primeira onda do neoliberalismo no continente se deu durante a redemocratização dos anos 1980. Tratava-se, então, de uma situação bastante diversa daquela verificada nos países da Europa e dos EUA. Por um lado, o neoliberalismo chegava à América Latina apoiado por uma classe dominante que não precisava reconstituir seu poder de classe, pois já saía fortalecida do ciclo autoritário. Seu objetivo era manter suas posições no novo arranjo democrático.

Não obstante tal poder de classe, o fato é que as nações latino-americanas da democratização eram sociedades com muita energia mobilizada em favor dos valores da justiça e da igualdade e dos sonhos de que a democracia seria não apenas formal, mas também substantiva. Um tipo de energia criativa que foi se acumulando nas ditaduras e que explode nos processos de redemocratização.

É essa energia que volta, nos anos 1990, para resistir e derrotar o neoliberalismo e que vai alimentar os governos progressistas no seu primeiro impulso. Soares Lima e Coutinho destacam esse processo das “*calles*” como crucial para o ciclo progressista:

Frente às restrições econômicas e à incapacidade do Estado em atender às demandas sociais, as *calles*, como metaforicamente são chamadas em espanhol, perdem a paciência e se incendiam. Por duas décadas, a reorganização de trabalhadores urbanos e rurais, sobretudo novos atores e movimentos emergentes, inclusive alguns de corte étnico, passam a protagonizar a história, regendo um dos momentos de maior pressão popular registrado nessas democracias. Instalou-se, assim, uma crise mais generalizada e profunda do que outras que continuaram a habitar o contexto sul-americano

mesmo após o fim dos regimes militares. Na realidade, essa crise é apenas o ápice de processos já em andamento, não ocorrendo da mesma forma, nem com a mesma intensidade, em todos os países do Continente. As crises que caracterizaram a virada de século na América do Sul são sintomas agudos da ausência de um modelo de desenvolvimento para a região, da persistente inoperância do Estado e da insatisfação que se alastra mais e mais em sociedades desejosas de inclusão política e social. Sob o manto dogmático da liberalização econômica, trocou-se o já exaurido nacional-desenvolvimentismo, baseado, por décadas, na substituição de importações, por um modelo econômico que não chega a ser propriamente de desenvolvimento, uma vez que fragiliza ainda mais o Estado e reduz suas preocupações para o curto prazo em torno da questão monetária. (Soares Lima e Coutinho, 2007: 12-13).

É nesse contexto que começa o ciclo progressista na América Latina, e é por isso que a imagem escolhida por Coda (a derrota da ALCA) para marcar o êxito do ciclo é tão precisa e impactante. A força das energias sociais e políticas das sociedades latino-americanas era tal que nossos povos, juntos, conseguiram impor uma derrota histórica ao imperialismo dos EUA, algo inédito no século XX, quando as derrotas estadunidenses são poucas e promovidas em conflitos políticos isolados – sendo Cuba e Nicarágua as mais significativas – os quais não conseguiam se espalhar para a região de modo sustentável e generalizado.

Ainda mais importante é seguirmos nesse caminho comparativo com a análise feita por Harvey, sempre tomando como base analítica a questão do poder de classe. E, no caso do ciclo progressista, a conclusão é que foi um período em que o poder das classes dominantes *recuou* diante do poder das classes subalternas e isso tem uma importância tamanha, tanto para reforçarmos a ideia de que o ciclo progressista precisa ser mais estudado e entendido quanto para afastar as teses de que o ciclo progressista foi mera continuidade do ciclo neoliberal anterior.

Em outras palavras, queremos afirmar que embora as contradições e impasses dos governos progressistas sejam evidentes e em boa parte responsáveis pela emergência do novo ciclo político neoliberal e autoritário

(pensamos, entre outros, na relação do progressismo com o desenvolvimento capitalista em detrimento da natureza e das populações tradicionais e, para os fins deste artigo, ainda mais importante, na incapacidade que as experiências progressistas latino-americanas apresentaram em lidar com a questão democrática, a qual voltaremos na conclusão); no ciclo político progressista, o poder político das classes subalternas aumentou e o das classes dominantes diminuiu – que pode ser medido tanto pela régua das eleições quanto pelos efeitos das lutas, por exemplo, na capacidade que as greves têm de arrancar vitórias em um quadro de pouco desemprego – o que não significa que as primeiras tenham deixado de ser subalternas e as últimas tenha perdido sua posição dominante.

Alguns dados sobre isso se encontram disponíveis, enquanto outros precisam ser mais bem sistematizados ou ainda carecem de pesquisa. Em 2015 – último ano do ciclo progressista – a OCDE divulgou um estudo alertando para o crescimento da desigualdade em todo mundo, com exceção da “América Latina e em alguns outros emergentes como o Brasil”, em que a desigualdade “está em queda”⁷.

Se passarmos para os exames qualitativos do processo, a conclusão será a mesma, com a vantagem de que – por essa metodologia – poderemos sair da frieza dos números e encontrar a temperatura quente da política, com suas criações e contradições. É o que nos mostra, por exemplo, Álvaro García Linera em seus estudos sobre a Bolívia tomada pela “potência plebeia” (Linera: 2010) ou Gilberto Marangoni e seu livro sobre a “Venezuela que se inventa” (Marangoni: 2004). Em ambos os casos, a conclusão é que o poder das classes subalternas *se fortaleceu* diante do poder das classes dominantes.

⁷ <http://exame.abril.com.br/economia/desigualdade-e-a-maior-em-30-anos-da-pra-reverter/>

No Brasil não foi diferente, conforme podemos extrair de “Os Sentidos do Lulismo” (2012), de André Singer, naquela que foi a primeira grande obra de interpretação dos governos Lula. O autor argumenta que a forte redução da miséria e lenta redução da desigualdade organizaram um reformismo que, embora fraco, foi significativo para o quadro social e político nacional. Ainda no caso brasileiro, vale a pena trazer à baila o estudo de Ruy Braga – um intelectual insuspeito, posto que sempre crítico à esquerda dos governos petistas – sobre o novo ciclo grevista que se abre em 2013, o maior do país desde 1989, (Braga: 2017). Ciclos grevistas ascendentes não significam outra que coisa senão a *redução* do poder das classes dominantes.

Sabemos que a recente explosão grevista no Brasil não se dá por acidente. Ela se insere no conjunto de contradições que marcam o ciclo progressista na América Latina – desde 2013 mais ou menos – e que novamente favorecem a comparação com a análise de Harvey. O geógrafo marxista afirmou, para a Europa e para os EUA, “que o crescimento econômico se mantinha em altos níveis”, a restrição ao poder das classes dominantes não ganhava centralidade na ação política daquele setor. Contudo, nos anos 1970, a situação muda e as elites partem para uma ofensiva com o intuito de recuperar seu poder de classe.

É exatamente o mesmo cenário que vivenciamos na América Latina nessa segunda década do século XXI. Com a eclosão da crise econômica internacional em 2008, a situação política na região se alterou e o equilíbrio entre mercado e ruas identificado por Soares Lima e Coutinho para o começo do ciclo se viu inviabilizado. Era preciso fazer escolhas; e o que se viu foi um avanço keynesiano em países estrategicamente determinantes na região, em especial Argentina e Brasil.

O nível de conflitos entre as classes se exacerbou em todo o continente, em torno do que o sociólogo Adalberto Cardoso chamou de um

“conluio antidistributivo”⁸ ou, nos termos que estamos usando a partir de Harvey, em uma intensa ação das classes dominantes para recuperar seu poder de classe. Tão intensa que as elites não hesitaram em mandar às favas a institucionalidade democrática onde isso foi necessário – e é isso que, em nossa opinião, explica as recentes quedas presidenciais na região.

A derrubada, em 2009, do presidente Zelaya, em Honduras, vista dessa perspectiva temporal, aparece como um laboratório de uma prática radical das elites para recuperar o seu poder de classe; enquanto a queda, em 2012, do presidente Lugo, no Paraguai, já significa o começo da crise terminal do ciclo progressista, processo esse que se completaria em 2015/2016 com a eleição de Macri, na Argentina; o cerco ao governo Maduro, na Venezuela, e o golpe jurídico-parlamentar contra Dilma, no Brasil.

O resultado desse processo já começa a aparecer nas estatísticas, favoravelmente às classes dominantes. Estudo da CEPAL, publicizado em 2016, afirma que a desigualdade social voltou a subir na América Latina e as perspectivas são de um aumento ainda maior da distância entre os mais ricos e os mais pobres⁹.

É importante extrair os sentidos mais profundos desse processo que abre o ciclo neoliberal. O fato de que, no mesmo ano (2015), as elites tenham usado três estratégias diferentes em três das nações mais importantes com governos progressistas (eleições na Argentina, golpe parlamentar no Brasil e o enfrentamento aberto na Venezuela) mostra que não se trata que algum processo conspiratório, mas sim de movimentos orgânicos das classes dominantes em todo o mundo – na nossa região em especial.

⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1466547-conluio-antidistributivo-puniu-dilma-e-campanha-sera-mais-radicalizada-diz-sociologo.shtml>

⁹ <https://nacoesunidas.org/cepal-pobreza-teria-aumentado-na-america-latina-atingindo-175-milhoes-de-pessoas-em-2015/>

Wanderley Guilherme dos Santos, José Mauricio Domingues e Juarez Guimarães vão convergir para o diagnóstico de que o mundo e a América Latina – esta mais recentemente – estão vivendo um processo de regressão democrática no qual as democracias representativas em sentido mais liberal (o que quer dizer restritas a questão da alternância de poder pelo voto universal) estão sendo substituídas por regimes oligárquicos “representativos” (Santos, 2017: 17) ou “avançados” (Domingues, 2017: 93) em uma “contrarrevolução neoliberal” (Guimarães: 2017). Isso significa que a soberania popular perde o seu valor, pois – independente da vontade das urnas – o arranjo de poder toma as decisões para seguir fortalecendo o poder das classes dominantes.

Soares Lima e Coutinho já haviam registrado que, na América Latina, o neoliberalismo apresentava esse impasse, uma vez que nos anos 1990 “A centralidade das reformas estruturais cegou o processo decisório para o abismo” (Soares Lima e Coutinho, 2007: 13). Se, naquela quadra, tal cegueira permitiu o avanço do ciclo progressista; nesta, ela vem implicando em uma transição do ciclo progressista para algo mais do que um ciclo neoliberal: Na imagem formulada por Luis Felipe Miguel (2016) para o Brasil, que entendemos como fértil para pensar toda a região, trata-se de “uma transição à ditadura”, ainda que seja uma ditadura velada e não aberta com tanques nas ruas como ocorreu no ciclo político autoritário dos anos 1960 e 1970.

Conclusão

O presente artigo organizou a reflexão sobre as recentes quedas presidenciais na América Latina em um contexto político mais amplo de disputas entre as classes sociais a respeito de que tipo de desenvolvimento capitalista hegemonizará o continente. Isso significa inserir o que ocorreu em Honduras, Paraguai e Brasil nas dimensões geopolíticas fundamentais do mundo hoje (e desde pelo menos todo o século XX), aquelas que opõem

um capitalismo desigual e antidemocrático a outro tipo de pacto social, no qual a desigualdade é reduzida e a democracia se fortalece.

Na mesma direção, entendemos que pensar a política contemporânea da América Latina em termos de ciclo políticos que vão se sucedendo ajuda-nos a compreender qual dinâmica de classes sociais tem predominado em cada período, o que é crucial tanto para um entendimento acadêmico dos processos políticos, sociais e culturais da nossa região quanto para as necessárias e urgentes reflexões políticas que são parte de um conhecimento engajado que é (ou deveria ser) a vocação das ciências humanas em geral e, em particular, da ciência política.

Concluimos, portanto, afirmando que o atual ciclo político na América Latina não é só neoliberal, como também autoritário. Trata-se, em realidade, da fusão das características mais substantivas dos dois ciclos políticos que precederam o ciclo político progressista na região. Na medida em que a primeira experiência neoliberal nos países latino-americanos foi derrotada pela energia social e política das lutas pela redemocratização, as elites do continente avançam contra a institucionalidade democrática, a fim de garantir seu poder de classe e se aproveitando de uma tendência internacional de oligarquização dos regimes liberais representativos na Europa e nos Estados Unidos.

Em suma, desigualdade econômica e desigualdade política caminham juntas, e é isso que podemos chamar da questão democrática no século XXI, ela própria uma atualização dos problemas da democracia no capitalismo que se apresentaram ao longo do século passado.

Essa dupla configuração de neoliberalismo e autoritarismo reforça a centralidade da questão democrática para o pensamento crítico latino-americano e para as esquerdas em geral – algo que foi pouco refletido, debatido e, por consequência, implementado durante o ciclo político progressista.

O fato é que o conjunto das experiências progressistas não formulou e testou mecanismos de transformar as conquistas econômicas e sociais em avanços democráticos, nem na sociedade civil e nem na formação de uma nova institucionalidade – salvo os processos constituintes em Bolívia, Equador e Venezuela, mas mesmo eles com impasses importantes, dos quais a dramática conjuntura venezuelana é expressão mais aguda.

Sem superar essa lacuna, não podemos explicar satisfatoriamente nem as quedas ilegítimas de presidentes eleitos, nem os dilemas políticos que se apresentam para os povos de todo o continente tais como a quase guerra civil na Venezuela ou as vitórias nas urnas das forças neoliberais, tais como Macri na Argentina e Pinera no Chile. Tampouco é possível entender os reveses em plebiscitos populares, o que ocorreu na Bolívia, Colômbia e Equador. Por fim, ficamos sem entender plenamente a crise de representação política sem precedentes no Brasil, cuja consequência mais perigosa é o fortalecimento de alternativas autoritárias do tipo Bolsonaro¹⁰.

As esquerdas, do sul ao norte da América Latina – parafraseando a inversão política e estética desenhada pelo uruguaio Torres García (outro ícone da identidade dos povos latino-americanos) –, vivem uma crise profunda devido à ligação estrutural que têm (ou deveriam ter) com a democracia. Se esta se encontra em crise, o mesmo ocorrerá com as formas organizativas que emanam das classes subalternas.

Ademais, é impossível imaginar que as esquerdas poderão recuperar sua vitalidade apenas prometendo novos surtos de desenvolvimento econômico, ou seja, mais uma vez menosprezando a questão democrática. A emergência de novos movimentos e de novas gerações políticas – que tiveram nas jornadas de junho de 2013, no Brasil, seu episódio mais extraordinário em todo continente, mas que se repetem

¹⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/06/1895452-violencia-e-medo-insuflam-defesa-de-autoritarismo-no-brasil.shtml>

em vários países com várias configurações desde, pelo menos, a Revolução dos Pinguins, ocorrida no Chile em 2006 – interpelam as esquerdas (partidos, sindicatos, movimentos, intelectualidade) de um modo incontornável.

Resolver a questão democrática e retomar uma dinâmica de mobilização e criação desde baixo é condição para que a atualização das Veias Abertas e dos Cem Anos de Solidão não se confirme da pior maneira possível, não enquanto universalidade criativa dos nossos povos, mas sim enquanto dinâmica de recolonização da América Latina.

Bibliografia

ANDERSON, Perry e CAMILLER, Patrick. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro. Ed. Contraponto. 1996.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23

BRAGA, Ruy. “Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes”. In: LOUREIRO, Isabel e SINGER, André. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo. Ed. Boitempo. 2016, p. 55-92.

BRAUDEL, F. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRINGEL, Breno e PLEYERES, GEOFFREY (eds). *Movimientos sociales en los anos 2010: crisis, indignación y polarización*. Buenos Aires: Clacso e Rio de Janeiro: FAPERJ. 2017.

BURKE, P. *A Escola dos Annales. 1929-1989 – A revolução francesa na historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BUTLER, Judith. “Vida precária”. In: *Contemporânea*, n. 1 p. 13-33. Jan.–Jun. 2011, disponível em file:///C:/Users/Josue/Downloads/18-13-1-SM.pdf

CODAS, Gustavo. *O Brasil nas relações Sul-Sul e na integração regional da América do Sul: uma agenda de estudo e debate*. São Paulo: FES, 2013. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10431.pdf>

COHN, G. *Crítica e resignação. Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do Mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo. Ed. Boitempo. 2016.

DOMINGUES, José Mauricio. *Esquerda: crise e futuro*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2017.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica: Curso dado no College de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUIMARÃES, Juarez. *Entrevista ao portal Sul 21*. 2017. Disponível em <https://www.sul21.com.br/jornal/nao-ha-nada-mais-desmobilizador-hoje-do-que-2018-entre-nos-e-2018-ha-um-abismo/>

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LINERA, Álvaro García. *A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: FPA, 2004.

MIGUEL, Luiz Felipe. *Transição à ditadura*, 2016. In: Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/28/transicao-a-ditadura/>

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. “Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas”. In: *Observador On-Line*, v.9, n.12, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES LIMA, M. R. (org). *Desempenho de governos progressistas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, Ed: IUPERJ, 2008.

SOARES LIMA, M. R e COUTINHO, M. V. (orgs). *A Agenda Sul-Americana: mudanças e desafios no início do século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

Palavras-**chave:**

Ciclo político,
Democracia,
América Latina

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o quadro político da América Latina a partir de noção de ciclo político. Entende-se que, desde 2015, o continente vive um novo ciclo político neoliberal e antidemocrático, em substituição ao ciclo político progressista (Soares Lima: 2008) que marcou a região desde o final do século XX. Trata-se, com o conceito de ciclo político, de inserir o conjunto de quedas presidenciais recentes - Zelaya, Honduras, em 2009, Lugo, Paraguai, 2012 e Rousseff, Brasil, 2016 – em processo político mais amplo de avanço do neoliberalismo e das forças oligárquicas, no qual podemos listar a vitória de Macri na Argentina em 2015, a derrota, em 2016, de Evo Morales no plebiscito sobre uma nova reeleição, uma possível vitória de Piñera no Chile nas eleições presidenciais de dezembro de 2017 e, por último mas não menos importante, a persistente e profunda crise política e social na Venezuela. Tal processo mais amplo deve contemplar, portanto, dinâmicas conjunturais com tendências mais permanentes, e é com essa dialética que o presente artigo buscará, primeiro, definir o que é um ciclo político, para em seguida, aprofundar as características do novo ciclo político, em especial o seu caráter de redução do alcance da democracia representativa, nos termos em que alguns autores (Wanderley Guilherme dos Santos, Luís Felipe Miguel, José Maurício Domingues) estão apresentando para o Brasil.

Keywords

Political cycle;
Democracy;
Latin America.

ABSTRACT: The present article intends to analyze the political framework of Latin America through the notion of political cycle. Since 2015, the continent has been living a neoliberal and non-democratic political cycle that has replaced the progressive political cycle (Soares Lima, 2008), dominant since the end of the 20th century. With the concept of political cycle, our aim is to take into account many recent presidential overthrows in the region – Zelaya in Honduras (2009), Lugo in Paraguay (2012) and Rousseff in Brazil (2016) –, situating them in a broader political process of neoliberal and oligarchical advance. This process also encompasses Macri; victory in Argentina (2015), Evo Morales; defeat in the 2016; referendum on reelections in Bolivia, a possible Piñera; victory in Chile (December 2017) and, last but not least, the deep and persistent crisis in Venezuela. Such a broader process must thus encompass the conjunctural dynamics along with more permanent tendencies – and this dialectics guides this article; search for a definition of political cycle, in order to deepen our understanding of the new political cycle, paying special attention to its subtraction on representative democracy; scope in the region (a theme that has been decisive for many analysts of the Brazilian case, such as Wanderley Guilherme dos Santos, Luís Felipe Miguel and José Maurício Domingues)

Recebido para publicação em junho/2017

Aceito para publicação em novembro/2017

Aprovação presidencial (1996-2015) na América Latina:

mais participação pode ser uma saída
quando a economia vai mal?

Daiane Boelhouwer Menezes

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (BRA)

A América Latina tem um alto índice de presidentes que não conseguem completar o mandato. O último afastamento ocorreu em agosto de 2016, com o impeachment da então presidenta brasileira, Dilma Rousseff. Ela se juntou ao grupo de 14 presidentes que não terminaram o governo para o qual foram eleitos. No momento em que este artigo é escrito, não há garantia de que Michel Temer, o vice que assumiu a Presidência, não cairá antes do fim de 2018.

Além dessa característica latino-americana, o fim do ciclo de altos preços das commodities produziu mudanças na percepção dos cidadãos, segundo o Informe do Latinobarômetro (2016). De 2015 para 2016, nos

países latino-americanos, a satisfação com o funcionamento da economia no país caiu cinco pontos, chegando a 20% – dez pontos percentuais a menos do que em 2010. Em 2016, 43% disseram que essa situação econômica piorou – o nível mais alto desde 2005 – na comparação com os 29% de 2015. Os resultados das eleições ocorridas entre 2015 e 2016 foram predominantemente contrários aos governos de turno. Esse cenário apontou para o fim do hiperpresidencialismo. Em 2009 – ano em que a média de aprovação presidencial dos países aqui estudados¹ apresentou seu maior percentual – havia seis presidentes com mais de 70% de aprovação e somente dois com menos de um terço.

Ainda segundo o Informe (2016), o período chamado de “lua-de-mel dos cidadãos com presidente” tem sido cada vez mais curto. De 2015 a 2016, a confiança nos governos Executivos caiu de 33% para 28%, sendo que a média da série histórica da região é de 37% – uma queda maior que a sofrida pelos Congressos ou pelos Partidos Políticos. A percepção de que se governa para todos – escolha alternativa a se governar para uns quantos grupos poderosos em seu próprio benefício – vinha aumentando de 2004 a 2011 (de 24% para 36%), tendência que foi invertida. Nos últimos três anos, a confiança interpessoal alcançou os patamares mais baixos da série, por um período maior de anos. Por outro lado, a crença de que é justificável não pagar impostos tem registrado aumento desde 2011.

Somente esses dados apontariam para um cenário bem complicado para a política em geral e para os presidentes da região. Assim, além de variáveis econômicas, variáveis políticas e outras variáveis institucionais são apontadas como possíveis explicações para a aprovação presidencial. Essas variáveis são discutidas na próxima seção, junto aos trabalhos já realizados na América Latina sobre essa questão. A originalidade desse

¹ Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

artigo está no fato de que ainda não foi pesquisada, na região, a relação entre aprovação presidencial e utilização de Mecanismos de Democracia Direta (MDDs) nacionais, a julgar pelos estudos encontrados. A participação em MDDs é considerada “boa” ou “muito boa” por 53,3% dos entrevistados e “regular” por outros 16,8% (avaliações que, somadas, totalizariam 70% de cidadãos com sentimentos positivos ou neutros em relação aos instrumentos). 7,5% não sabiam do que se trata MDDs e outros 14% não responderam – o que era esperado, dado que alguns países nunca usaram MDDs (LATINOBARÓMETRO, 2009). Na América Latina, entre 1995 e 2015, ocorreram apenas 32 MDDs nacionais, em onze países latino-americanos².

Analisar essa relação é interessante porque plebiscitos (facultativos ou mandatórios), referendos e iniciativas populares permitem que autoridades aproximem-se mais dos cidadãos, ainda que os papéis desempenhados por chefes do Executivo sejam diferente em cada tipo de MDD. Ainda: estudos comparativos sobre aprovação presidencial na América Latina são raros. Na realidade, foi localizado apenas um trabalho, também abordado na próxima seção.

A terceira seção apresenta os modelos multiníveis nos quais a influência das variáveis de percepção da situação econômica, de confiança interpessoal, educação e idade (nível 1) são testadas, assim como a influência de variáveis relativas a indicadores macroeconômicos (crescimento do PIB, inflação, desemprego e coeficiente Gini), a ocorrência de eleições, de MDDs e outros eventos políticos importantes (nível 2). Esses modelos são uma alternativa à análise seriada quando não há número de observações suficientes ao longo do tempo. Os dados utilizados são provenientes de surveys do Latinobarômetro realizadas anualmente³. A

² Os onze países mencionados são: Bolívia (5 MDDs), Brasil (1), Colômbia (2), Costa Rica (1), Equador (6), Guatemala (1), Panamá (2), Paraguai (1), Peru (1), Uruguai (8) e Venezuela (6).

³ Com exceção de 1999, 2012 e 2014. Ainda que a periodicidade anual não seja ideal para

amostra dessa pesquisa inclui 16 países com observações de 1996 a 2015, deixando de fora apenas um ano (1995) e dois países que não possuem dados completos⁴. Além do Latinobarômetro, dados sobre os MDDs do Center for Research on Direct Democracy (C2D) e de Altman (2010) também foram aproveitados. Embora os casos não sejam abundantes e não seja possível fazer afirmações taxativas e generalizantes, com a análise dos modelos propostos, pretende-se responder se os MDDs impactam a aprovação presidencial e, se sim, o quanto – comparativamente às eleições, ao desempenho da economia, a eventos políticos importantes, à confiança interpessoal, à faixa etária dos cidadãos e à sua escolaridade.

Aprovação presidencial e a influência de variáveis econômicas, institucionais e políticas

Berlemann e Enlckemann (2012) sugerem que, entre os determinantes da popularidade do presidente, as pesquisas apresentam certo consenso em relação à importância das questões econômicas. Apesar disso, após 40 anos de pesquisas empíricas e centenas de publicações sobre o tema, o papel das variáveis econômicas não é exatamente claro na literatura norte-americana. Quando períodos relativamente longos são estudados (ainda que o papel dessas variáveis possa mudar com o passar do tempo), no entanto, inflação e desemprego tendem a ser apresentar como variáveis estáveis para explicar a aprovação do Chefe do Executivo.

Além da extensão da série analisada, há a questão das variáveis propriamente políticas não serem incluídas em alguns dos modelos ou serem mal escolhidas. Nos últimos 20 anos, viu-se uma tendência a incluir medidas subjetivas da situação econômica, como o sentimento do

estudar aprovação de governo e ver o impacto de eventos políticos e do desenvolvimento da economia, Berlemann e Enckemann (2012) citam estudos que usaram tanto dados mensais quanto trimestrais e não encontraram diferença nos seus resultados.

⁴Apenas oito países participaram dos surveys de 1995. A República Dominicana, um dos países excluídos da amostra, só foi incorporada em 2004. Honduras, o segundo país desconsiderado, não possui dados para a aprovação presidencial em um dos anos.

consumidor ou a inflação percebida. Inclusive, interessantes resultados foram encontrados ao comparar os resultados dos dois principais institutos de pesquisa americanos:

The Gallup and the SRC approval time series turn out to be highly correlated (0.99). Interestingly enough, this holds true although the SRC question has an explicit economic focus while the Gallup question has not. This finding either implies that respondents are not able to assign their approval (or disapproval) to specific topics or economic issues play the dominant role in evaluating the president. (Berlemann, Enelkemann, 2012, p.14)

Neste artigo, não se trabalha apenas com uma presidência, tampouco com um período tão longo como 50 anos – porém, consideram-se, igualmente, variáveis institucionais e políticas, de forma que se espera encontrar resultados minimamente generalizáveis para a América Latina – que, como veremos, tem suas particularidades.

Em pesquisa seminal, Mueller (1970, 1973 apud Berlemann, Enelkemann, 2012) encontrou algumas regularidades: a aprovação presidencial tende a declinar ao longo do mandato e durante guerras; tende a aumentar em momentos de crise internacional; o nível de popularidade difere em diferentes administrações; e um período econômico ruim tende a diminuir a aprovação presidencial, ao passo que um período econômico bom não costuma afetar a popularidade do presidente.

Pinto (2013) problematiza esse modelo, lembrando que apenas o desemprego é utilizado como proxy para a economia e que o comportamento dessa dimensão é muito pouco explicada por Mueller. Ainda, Pinto aponta para outros efeitos relativos ao tempo de mandato, citando autores que consideram que seja uma função em formato de “U”; aumenta à medida que o governo amadurece; existe um período variável de efeito lua-de-mel; o presidente pode ganhar popularidade no final do seu mandato por meio de um "efeito nostalgia".

Talvez esse efeito nostalgia se dê mais em função de alguns

governos adotarem uma política expansiva no último ano, em preparação às eleições. Há também o efeito campanha, quando o incumbente normalmente consegue levar o eleitorado a fazer uma avaliação retrospectiva do desempenho do governo. Berlemenn e Enekelmann (2012) testam esse efeito com três e seis meses e não encontram qualquer resultado significativo. Este artigo faz esse teste especificamente para a realidade latino-americana, conforme explicado mais abaixo.

Há outra variável importante na América Latina: o afastamento de presidentes antes do término de seus mandatos. Pérez Liñan (2007) constata que as crises presidenciais da região, por vezes advindas de processos de impeachment, são precedidas de níveis de aprovação presidencial muito baixos e altos níveis de mobilização social, instigados por investigações e exposição midiática de escândalos políticos, assim como pela perda de controle sobre o Congresso. O impeachment de Dilma Rousseff, no Brasil, ilustra perfeitamente essa situação. Além disso, o autor lembra o quanto essas situações desfazem a ideia de que presidentes são muito fortes e o que os parlamentares não conseguem mantê-los responsáveis.

Fato é que os mecanismos de democracia direta (MDDs) são canais de expressão da população fora das eleições regulares. Nos países latino-americanos, servem para diminuir a tensão produzida pela ausência de instituições representativas eficientes. Muitas vezes, os cidadãos não votam nos MDDs pensando exclusivamente no assunto em questão, mas os utilizam para expressar sua frustração em relação à performance do governo ou em relação à política e aos políticos em geral. Ainda sim, os MDDs têm um papel importante como forma adicional de expressão política (ZOVATTO, 2006). Isso poderia explicar a razão pela qual o Uruguai, por exemplo, não experimentou nenhuma grande crise social: “they created a channel through which citizens could express themselves and protest – for example, the neoliberal policies – in a formalized institutional framework (ALTAM, 2010, p.198).

A partir dessas considerações, testa-se a hipótese de que o envolvimento dos presidentes durante o processo de um MDD nacional pode fazer com que a aprovação deles se torne maior. Abordando campanhas, Vreese e Semetko (2004, p.12) observam que um MDD “may alter the domestic political power equilibrium and it may lead to changes in the approval ratings of parties and political leaders”. Porém, esse efeito não parece ser igual para todos os tipos de MDDs. Aqueles iniciados pelo próprio chefe do Executivo devem ter impacto positivo, ao contrário de MDDs iniciados pelos cidadãos, especialmente os que são contra leis recém-sancionadas pelo presidente.

No caso específico de iniciativas populares, entre as preferências do Legislativo e do Executivo, tende a ser o presidente quem se beneficia; pois, como esse é eleito pela maioria dos cidadãos, provavelmente está mais alinhado com as preferências do eleitor médio (MATSUSAKA, 2008). O mesmo pode ser estendido para os plebiscitos facultativos iniciados pelo presidente, sempre que estiver mais próximo do eleitor médio do que o Legislativo. Bowler e Glazer (2008) diagnosticaram que a pesquisa empírica sobre o efeito da iniciativa popular no governo e na governabilidade é quase inexistente, o que reforça a importância da pesquisa aqui realizada.

Além da questão dos afastamentos dos presidentes, outros eventos políticos podem afetar a avaliação presidencial. De forma positiva, podemos citar crises internacionais, conquistas diplomáticas e eventos que afetam diretamente a pessoa do presidente, usualmente relacionados com a sua saúde; de forma negativa, escândalos políticos, agitação doméstica e iniciativas políticas impopulares (OSTROM, SMITH, 1992 apud PINTO, 2013). Ainda não há consenso em relação aos critérios de escolha desses eventos, de forma que são sempre criticáveis. A cobertura midiática, no entanto, é condição necessária para defini-lo como um rally event, uma vez que ela possui centralidade na definição da agenda pública de questões e na formação da opinião dos indivíduos.

Pesquisas mais recentes indagam se as avaliações presidenciais são mais retrospectivas ou prospectivas e se são feitas considerando seu próprio bolso (pocketbook) ou o cenário econômico da coletividade (sociotropic) – normalmente os indivíduos não responsabilizam o presidente por suas condições individuais (PINTO, 2013). Cohen (2004), comparando 44 países, em 2002, descobriu que – em países em desenvolvimento e em democracias mais recentes – a visão é predominantemente retrospectiva, ao passo que entre os avançados, prospectiva. Dessa forma, para estudar a América Latina, utilizamos a avaliação da situação corrente do país.

Tratando especificamente de América Latina, um único estudo comparado foi encontrado. Cabezas (2015) utiliza outra base de dados, o Latin American Public Opinion Project (LAPOP), além de focar no curto período, entre 2010 e 2012. Grande trabalho é empreendido classificando todas as identificações partidárias como oposição e governo de acordo com as coalizões formadas em cada mandato. O autor conclui que os latino-americanos consideram as expectativas da economia (tanto egocêntrica como sociocêntrica) para a aprovação presidencial e que o terço de eleitores que se identifica com algum partido avalia o presidente de acordo com sua posição de situação ou governo. Outro estudo nos Estados Unidos, de 1955 a 2005, tinha apontado que aqueles que se dizem independentes ou que votaram contra o governo são mais propensos a levar as questões econômicas em consideração (LEBO, CASSINO, 2007).

Há estudos de casos específicos de certos países da América Latina. No México, por exemplo, estudando o período de 1988 a 1993, Buendia (1996) encontrou evidências de que os cidadãos avaliam a performance do presidente de acordo com o desempenho da economia; como, por exemplo, a inflação. Além disso, encontrou indícios de que as reformas econômicas precisam ser introduzidas no começo dos mandatos de novos presidentes, para que estes não sejam culpados por problemas dos governos passados.

Em relação ao Chile, destaca-se o aumento da popularidade da presidenta Michele Bachelet, justamente com o início da crise financeira mundial, quando foi lançado um pacote que amplia o repasse aos municípios, antecipa a restituição do imposto de renda e aumenta os bônus entregues a pessoas participantes de programas sociais (APABLAZA; JIMÉNEZ, 2009). Comparando os mandatos de Lagos, Bachelet e Piñera, constata-se que os níveis de aprovação dependem fortemente do presidente de turno (RAMIREZ, VARAS, 2013) e que quanto mais os ministérios espelham o peso dos partidos da coalizão na composição do governo (isto é, tem um governo de mais políticos e menos técnicos), maior é aprovação presidencial (JOFRÉ, NAVIA, 2017), entre outros estudos.

No Peru, Arce (2002) estudou o impacto do combate contra a guerrilha na aprovação presidencial nos mandatos dos presidentes García e Fujimori, descobrindo que aquele depende da inclinação ideológica dos governos. Quando Arce e Carrión (2010) estendem o período analisado (1985-2008), concluem que as variáveis econômicas tradicionais – como desemprego e salários – têm efeitos bem visíveis e que os resultados diferentes encontrados estão relacionados com crises bem específicas. Esses achados reforçam os resultados encontrados por Berlemann e Enkelmann (2012) de que parte da inconsistência dos estudos sobre aprovação presidencial se dá em função da análise de séries muito curtas.

Quanto ao Brasil, estudando os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Gramacho (2005) conclui que a desvalorização da moeda, seguida pelo desemprego, foram os fatores que mais influenciaram a aprovação de tal presidente, mas que ciclos de atenção temática podem alterar a influência das variáveis econômicas. Em outro estudo sobre os mandatos desse presidente e de Luís Inácio Lula da Silva, conclui-se que a opinião pública brasileira avalia o trabalho do presidente a partir do bom desempenho da inflação e do desemprego, de características específicas do mandatário relativas ao carisma, sob influência extraordinária do cenário

político (PINTO, 2013). Por constatações como essas, testamos também a variável de eventos políticos extraordinários (positivos ou negativos).

No Uruguai, resultados um pouco diversos são encontrados. Os cidadãos julgariam o presidente segundo a avaliação prospectiva da sua economia pessoal; porém, o período analisado diz respeito somente a 2007-2013 (CARLIN, HUNT, 2015). Na Argentina, Catterberg e Pallanza (2012) analisam o mandato de Cristina Kirschner, com uma dinâmica diferente do que houve no Governo de Bachelet, no Chile, mencionado acima. Seu governo era mal avaliado no começo da crise internacional, melhorando sua aprovação apenas em 2010, quando a economia apresentou sinais de melhora (crescimento econômico com geração de empregos, apesar da alta da inflação) e consolidando o patamar com a onda de empatia decorrente da morte de seu marido, o ex-presidente Néstor Kirschner. Trata-se de um evento político próximo aos casos citados de problemas de saúde dos presidentes, que normalmente se revertem em avaliações mais positivas.

Na seção seguinte, boa parte das variáveis aqui trabalhadas são inseridas nos modelos que se propõem a explicar a aprovação presidencial, tanto com variáveis macro (nível 2), como indicadores econômicos, realização ou não de MDDs, quanto por variáveis micro (nível 1) derivadas de opiniões de indivíduos latino-americanos e suas características referentes à escolaridade, faixa etária etc.

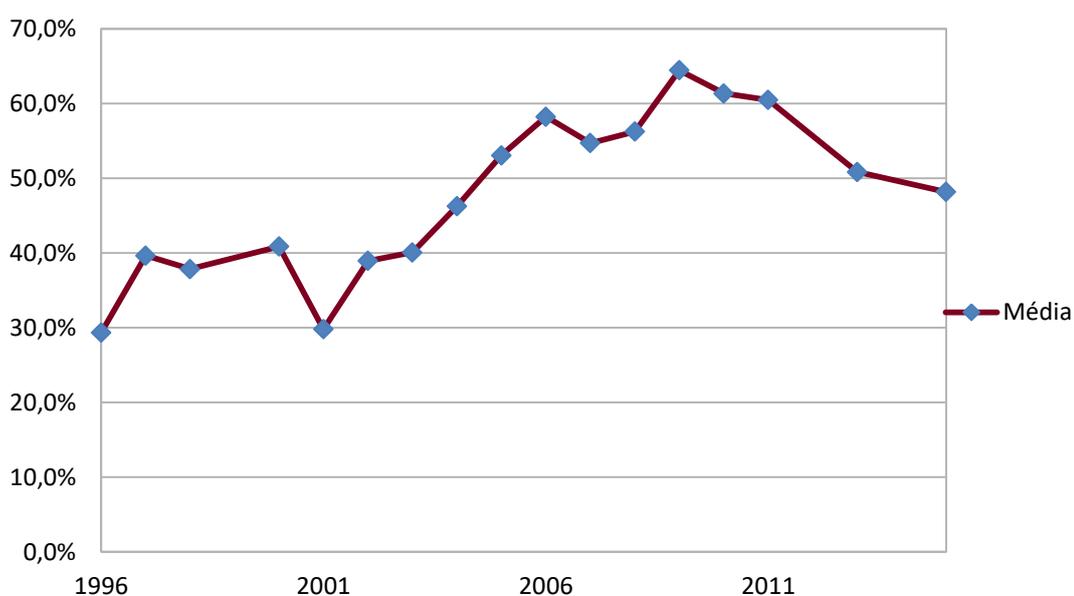
Os modelos multiníveis explicativos da aprovação presidencial na América Latina

A questão sobre a aprovação do Presidente no Latinobarômetro é uma variável dummy. Ela foi formulada assim: “Você aprova ou desaprova o modo como a atual administração chefiada pelo/a (nome do/a Presidente) está conduzindo o país?”. A resposta “desaprovo” foi codificada como zero e “aprovo” como 1. Entretanto, essa questão começou a fazer parte dos surveys somente em 2002 – permanecendo nos questionários por todo

período até o presente.

A solução encontrada para os anos anteriores a 2002 foi utilizar a variável confiança no Presidente entre os anos 1996 e 2001 como proxy para a aprovação. Dessa forma, as opções “nenhuma confiança” e “um pouco de confiança” foram transformados em “desaprovo” (codificadas como zero), e “alguma confiança” e “muita confiança” (codificadas como um). O **gráfico 1** apresenta a média dessa variável na América Latina. O **gráfico 2**, por sua vez, demonstra as variações em todos os 16 países.

Gráfico 1. Aprovação presidencial média de 16 países latino-americanos (1996-2015)



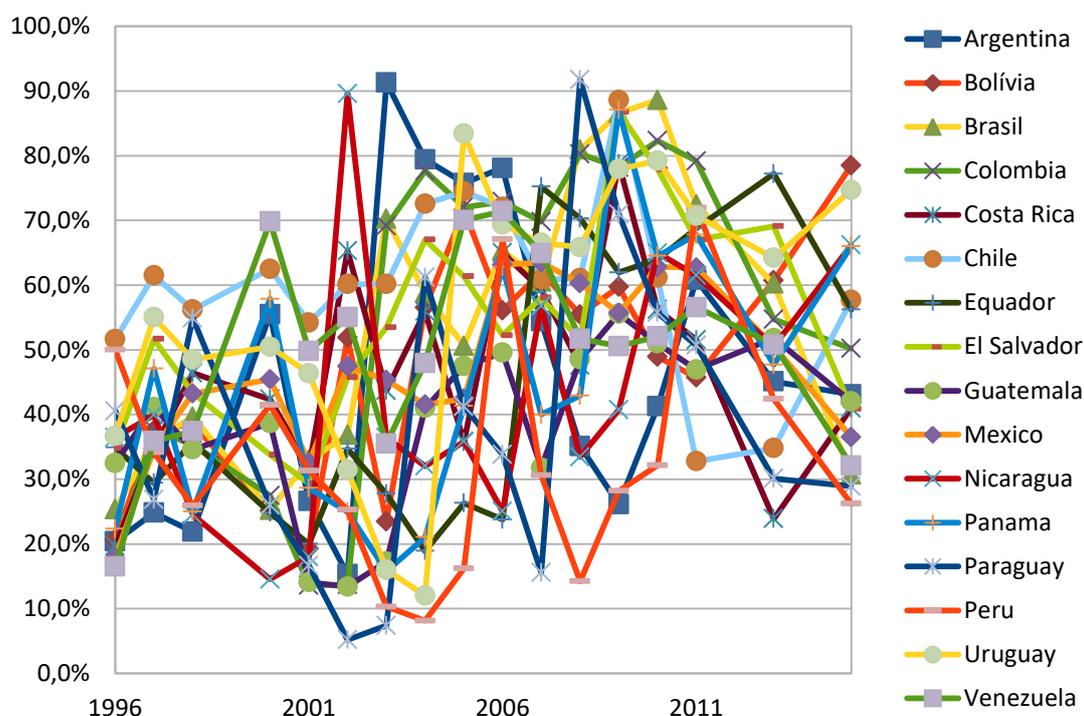
Fonte: Elaboração própria

Fonte dos dados brutos: Latinobarômetro

Para lidar com surveys em 17 diferentes anos, provenientes de 16 países, são utilizados modelos multiníveis. Nesses modelos, as variações do âmbito dos indivíduos são relacionadas com as variações do âmbito do

sistema; ou seja, as informações provenientes do sistema ajudam a mitigar o poder explicativo das características individuais. Esses modelos, além de permitirem que dados de vários anos e vários países sejam analisados conjuntamente – quando o número de observações não é suficiente para a realização de uma análise seriada – apontam ainda a importância dos fatores contextuais não considerados, de cada país e de cada ano, pelas variáveis inseridas.

Gráfico 2: Aprovação presidencial em cada um dos 16 países latino-americanos (1996-2015)



Fonte: Elaboração própria

Dados Brutos: Latinobarômetro

Aprovação presidencial com variáveis de nível 1

Nos modelos de aprovação presidencial, a diferença na precisão de um modelo que não faz distinção entre as médias dos países e dos anos e o modelo multinível de ordenada de origem que varia e declive fixo é de nove pontos percentuais (52,2% - Tabela 1 - e 61,2%¹, respectivamente). Esses números mostram que não é possível ignorar as diferenças entre os países ou a situação conjuntural de cada ano. A variância de nível 1 é sempre, nos casos de variáveis qualitativas, de aproximadamente 3,29. Portanto, a variância dos países é responsável por 3% da total ², e a dos anos, por 6,2%³.

Adicionando, uma a uma, as variáveis dos indivíduos, a que mais aumenta a precisão do modelo é a percepção da situação econômica do país, alcançando 65,6% – isto é, melhora 4,4 pontos percentuais. Isso é mais do que a percepção da situação pessoal (63%), demonstrando uma consideração mais social e menos egoísta na hora em que os latino-americanos avaliam seus presidentes – o que já tinha sido observado em outras pesquisas sobre o tema. As outras variáveis – sozinhas – ou não aumentam a capacidade de explicação do modelo ou não apresentam significância estatística. De todo modo, quando inseridas conjuntamente, elas apresentam melhor desempenho; logo, a confiança interpessoal, a educação, a idade foram incluídas no segundo modelo apresentado na **tabela 1**⁴. Esse modelo de variáveis de nível 1 apresenta precisão de 65,8%⁵.

Comparados com aqueles que percebem a situação econômica

¹Critérios de informações 1,219,755.160.

² 0,102 / (0,102+3,29)

³ 0,219 / (0,219+3,29)

⁴A variável “sexo” não se apresentou significativa nem aumentou o poder de explicação do modelo, mesmo junto às outras variáveis apresentadas na Tabela 1, de forma que, por motivos de parcimônia, foi deixada de fora.

⁵Critérios de informações 1.189.906,113.

como muito ruim, os que a avaliam positivamente têm seis vezes mais probabilidade de aprovar o chefe do Executivo – isto é, 620% mais chances, desde que mantendo todas as outras variáveis constantes, ou seja, na categoria de referência zero (os mais jovens, menos educados e sem confiança interpessoal), omitidas aqui por terem parâmetros redundantes.

Tabela 1. Variáveis do nível 1 nos modelos de aprovação presidencial na América Latina (1996-2015)

| | 1) Efeitos aleatórios apenas | | | 2) Variáveis individuais | | |
|------------------------|------------------------------|------|-------|--------------------------|------|-------|
| | Coef. | Sig. | Exp. | Coef. | Sig. | Exp. |
| Ordenada de origem | -0,111 | ,423 | 0,895 | -1,030 | ,000 | 0,357 |
| País | 0,102 | ,006 | | 0,077 | ,006 | |
| Ano | 0,219 | ,005 | | 0,133 | ,005 | |
| Situação MB | | | | 1,985 | ,000 | 7,281 |
| Situação B | | | | 1,909 | ,000 | 6,748 |
| Situação M | | | | 1,156 | ,000 | 3,176 |
| Situação R | | | | 0,391 | ,000 | 1,479 |
| Confiança Interpessoal | | | | 0,209 | ,000 | 1,233 |
| Superior compl. | | | | -0,230 | ,000 | 0,794 |
| Superior incompl. | | | | -0,197 | ,000 | 0,821 |
| Médio compl. | | | | -0,158 | ,000 | 0,854 |
| Médio incompl. | | | | -0,130 | ,000 | 0,878 |
| Fundamental completo | | | | -0,053 | ,000 | 0,949 |
| Fundamental incompl. | | | | 0,012 | ,000 | 1,012 |
| 61+ anos | | | | 0,221 | ,000 | 1,247 |
| 41 a 60 | | | | 0,134 | ,000 | 1,143 |
| 26 a 40 | | | | 0,090 | ,000 | 1,094 |

A confiança interpessoal aumenta em 23% a probabilidade de aprovar o presidente. Pessoas com pouca escolaridade têm mais chance de

avaliar bem o chefe do Executivo. Aqueles no grupo com ensino superior completo têm 21% menos probabilidade de aprovação presidencial do que aqueles sem escolaridade, mantidas as outras variáveis constantes.

Em relação à idade, os mais velhos tendem a ter melhores avaliações que os mais jovens, com chances de aprovação presidencial em torno de 25% maiores⁶ – o que faz sentido de acordo com as teorias pós-modernas que apontam os jovens e aqueles com maior escolaridade como mais críticos em relação às formas tradicionais de organização e atividade política.

Modelo com variáveis de nível 2

Entre as variáveis macroeconômicas disponíveis, o crescimento do PIB, o coeficiente Gini, a inflação e o desemprego são algumas das que podem explicar a avaliação econômica corrente dos países. Ao se inserir cada uma isoladamente no modelo para explicar a aprovação presidencial, elas melhoram pouco o poder de explicação dos modelos (inflação e PIB um pouco mais 61,8% e 61,7%, desemprego e Gini um pouco menos, 61,3% e 61,4%), porém são todas significativas e com o sinal esperado: mais desemprego, desigualdade e inflação diminuem as chances de aprovação presidencial; e maior crescimento do PIB as aumenta. Todas elas juntas, com as variáveis de nível 1, alcançam uma precisão de 66% e são apresentadas no modelo 1 da **tabela 2**. As variáveis de nível 1 conservam coeficientes muito parecidos em todos os modelos, de forma que foram omitidos nas tabelas seguintes.

⁶Achados anteriores de Booth e Seligson (2009) apresentaram a mesma relação negativa da escolaridade com a aprovação, mas encontraram, na sua base de dados mais restrita (oito países latino-americanos com dados de apenas um ano), relação inversa também quanto à idade. Com dados de mais países e mais anos, aponta-se aqui que os cidadãos de grupos etários de idade mais avançada têm mais tendência de aprovar o governo do que os mais jovens.

Centradas e divididas pelo seu desvio-padrão, para poderem ser comparadas, sem coeficientes minimamente comparáveis com aqueles que são fruto da avaliação dos cidadãos, conclusões de outros trabalhos (POWER, JAMISON, 2005; MCALLISTER, 1999) são reiteradas, em que pesam muito mais as percepções subjetivas dos cidadãos sobre a situação econômica do país do que os macro-indicadores normalmente utilizados para avaliar a economia⁷. Essas percepções vêm mediadas pela situação social da pessoa entrevistada, pela cobertura midiática e por outros fatores. A importância dos meios de comunicação no discurso dos latino-americanos (mas não necessariamente em seu comportamento), pode ser constatada quando, por exemplo, percebe-se que quase 90% dos cidadãos desconfia dos partidos (o que concorda com a agenda informativa), porém, 42% estão dispostos a votar neles (INFORME, 2003). Há também diferença entre percepção dos problemas (como corrupção ou violência) considerados como o maior problema do país e a ocorrência do problema em si. A Venezuela, por exemplo, era o único país onde havia

más congruencia entre la tasa de victimización y la percepción del problema. En todos los otros países donde la delincuencia es el problema principal del país, este no es el problema principal de las personas. Esto confirma [...] que el problema principal del país es una consecuencia de la agenda pública y política, mas que se la ocurrencia de los hechos. (INFORME, 2008, p.22)

O fornecimento de novos serviços públicos, por exemplo, pode fazer com que parte do orçamento de várias famílias seja desonerada e gerar a percepção de que a situação econômica do país vai melhor, ainda que os grandes indicadores econômicos não mostrem muitas alterações ou demonstrem até deteriorização. Outros trabalhos já apontaram que “la entrega de subsidios y el incremento en el gasto social aportarían positivamente a la forma en que la ciudadanía percibe a un gobierno” (CERDA, VERGARA, 2009 apud APABLAZA, JIMÉNEZ, 2009, p.7).

⁷ Em relação ao desempenho econômico, Matsusaka (2008) conclui que os eleitores incorporam informação de dois anos, portanto, não são tão imediatistas.

Tabela 2. Variáveis de níveis 1 e 2 nos modelos de aprovação presidencial na América Latina (1996-2015)

| | 1) Variáveis nível 1 + nível 2 econômicas | | | | 2) Variáveis de nível 1 + nível 2 institucionais | | | | 3) Variáveis de nível 1 + nível 2 política | | |
|------------------------|---|------|-------|------------------------|--|------|-------|------------------------------------|--|------|-------|
| | Coef. | Sig. | Exp. | | Coef. | Sig. | Exp. | | Coef. | Sig. | Exp. |
| Ordenada de origem | -0,120 | ,415 | 0,887 | Ordenada de origem | -1,100 | ,000 | 0,333 | Ordenada de origem | -1.306 | ,000 | 0,271 |
| País | 0,093 | ,006 | | País | 0,089 | ,006 | | País | 0,080 | ,006 | |
| Ano | 0,104 | ,005 | | Ano | 0,137 | ,005 | | Ano | 0,134 | ,005 | |
| Situação MB | 1,954 | ,000 | 7,054 | Situação MB | 1,988 | ,000 | 7,301 | Situação MB | 1,991 | ,000 | 7,324 |
| Situação B | 1,885 | ,000 | 6,584 | Situação B | 1,898 | ,000 | 6,673 | Situação B | 1,916 | ,000 | 6,673 |
| Situação M | 1,139 | ,000 | 3,124 | Situação M | 1,150 | ,000 | 3,157 | Situação M | 1,161 | ,000 | 3,194 |
| Situação R | 0,382 | ,005 | 1,465 | Situação R | 0,382 | ,000 | 1,465 | Situação R | 0,395 | ,000 | 1,484 |
| Confiança Interpessoal | 0,210 | ,000 | 1,234 | Confiança Interpessoal | 0,219 | ,000 | 1,245 | Confiança Interpessoal | 0,208 | ,000 | 1,231 |
| Superior compl. | -0,236 | ,000 | 0,790 | Superior compl. | -0,226 | ,000 | 0,798 | Superior compl. | -0,231 | ,000 | 0,794 |
| Superior incomp. | -0,202 | ,000 | 0,817 | Superior incomp. | -0,196 | ,000 | 0,822 | Superior incomp. | -0,200 | ,000 | 0,819 |
| Médio compl. | -0,164 | ,000 | 0,848 | Médio compl. | -0,154 | ,000 | 0,858 | Médio compl. | -0,160 | ,000 | 0,852 |
| Médio incomp. | -0,133 | ,000 | 0,875 | Médio incomp. | -0,125 | ,000 | 0,882 | Médio incomp. | -0,132 | ,000 | 0,876 |
| Fundamental completo | -0,058 | ,003 | 0,944 | Fundamental completo | -0,063 | ,000 | 0,939 | Fundamental completo | -0,054 | ,000 | 0,948 |
| Fundamental incomp. | 0,007 | ,704 | 1,007 | Fundamental incomp. | 0,020 | ,300 | 1,020 | Fundamental incomp. | 0,013 | ,000 | 1,013 |
| 61+ anos | 0,214 | ,000 | 1,238 | 61+ anos | 0,222 | ,000 | 1,249 | 61+ anos | 0,219 | ,000 | 1,245 |
| 41 a 60 | 0,131 | ,000 | 1,140 | 41 a 60 | 0,136 | ,000 | 1,146 | 41 a 60 | 0,133 | ,000 | 1,142 |
| 26 a 40 | 0,088 | ,000 | 1,092 | 26 a 40 | 0,090 | ,000 | 1,094 | 26 a 40 | 0,089 | ,000 | 1,093 |
| PIB Cresc | 0,025 | ,000 | 1,025 | Eleições | 0,661 | ,000 | 1,936 | Eventos políticos positivos | 0,541 | ,000 | 1,717 |
| Inflação | -0,118 | ,000 | 0,889 | Referendos | -1,004 | ,000 | 0,336 | Sem eventos positivos ou negativos | 0,273 | ,000 | 1,314 |
| Desemprego | -0,028 | ,001 | 0,972 | Plebiscitos | 0,040 | ,201 | 1,041 | | | | |

| | 1) Variáveis nível 1 + nível 2 econômicas | | | Mandatários | 2) Variáveis de nível 1 + nível 2 institucionais | | | | 3) Variáveis de nível 1 + nível 2 política | | |
|------|---|------|-------|-----------------------------|--|------|-------|--|--|--|--|
| | | | | | | | | | | | |
| Gini | -0,081 | ,000 | 0,922 | Plebiscitos Facultativos | 0,321 | ,000 | 1,378 | | | | |
| | | | | Iniciativas Populares | -0,210 | ,000 | 0,811 | | | | |

Entre as variáveis institucionais, uma das mais importantes é a ocorrência de eleições nacionais, que têm efeitos semelhantes aos esperados dos MDDs sobre a avaliação que os cidadãos fazem dos processos democráticos, das instituições e das autoridades (INFORME, 2006, 2009, 2010). Quando inserida apenas essa variável de eleições ocorridas no ano anterior à realização dos surveys, o modelo alcança 62% de eficácia e aumenta em 52% as chances de aprovação presidencial. Se ocorridas no período de apenas seis meses antes da aplicação dos questionários, a eficácia do modelo permanece a mesma; porém, o efeito lua-de-mel é identificado, já que as chances de aprovação presidencial crescem para 94%.

Se somente é inserida a variável relativa à ocorrência de MDDs no ano anterior à aplicação dos questionários, a eficácia do modelo fica em 61,1% e as chances de aprovação presidencial com a sua ocorrência aumentam 14%. Ao contrário das eleições, diminuir o período de influência das votações para seis meses melhora a eficácia do modelo (61,5%); porém, a variável perde significância estatística. Isto certamente está relacionado aos diferentes tipos de MDDs⁸. O papel do presidente tende a ser um quando ele propõe a votação e outro quando são os cidadãos/grupos de interesses, às vezes organizados pela oposição, que convocam o MDD. Da

⁸Quando eleições e MDDs entram no modelo juntamente, explicam 61,9% da variação do modelo, sendo que ocorrência de eleições aumenta 57%, ao passo que os MDDs, 12%. Restringindo o período para seis meses, a eficácia fica em 62% e eleições aumentam 95% a probabilidade de aprovação presidencial, enquanto o MDDs 17%.

mesma forma, o Chefe do Executivo tem oportunidade de se comportar de uma maneira quando o MDD tem fins propositivos e, de outra, quando tem fins revogatórios. Há diferenças, ainda, quando o MDD é requerido por lei ou não.

Ao inserir apenas a variável “tipos de MDDs”, o poder de explicação do modelo é 61,5%, a iniciativa popular não é significativa, o referendo apresenta 67% de probabilidade de diminuir a aprovação presidencial, o que faz sentido dado que a ideia é revogar uma lei recém-aprovada pelo governo no turno, ao passo que o plebiscito mandatório aumenta 19% e o facultativo, 31%⁹. Quando inserimos tipos e eleições nos modelos, a eficácia fica de 62,5% e todos os MDDs perdem a significância – porém, tudo isso sem as variáveis de nível 1¹⁰.

Quando inseridas as variáveis institucionais junto às variáveis de nível 1 (modelo 2 da **tabela 2**), a eficácia do modelo sobe para 66,4%¹¹. A ocorrência de eleições, depois da percepção da situação corrente da economia do país, é a variável que mais influencia a aprovação presidencial: eleições aumentam 94% as chances de que o presidente seja aprovado, lembrando que essas probabilidades de aprovação do chefe do Executivo são calculadas mantendo as outras variáveis constantes no valor zero – isto é, a probabilidade relativa às eleições é calculada em relação ao grupo que não teve ocorrência de eleições naquele ano, considerando pessoas que não

⁹ Considerando os surveys pelo período de até um ano após a realização dos MDDs, a eficácia alcança 61,7%, todos os tipos são estatisticamente significativos. O referendo tem sinal negativo, isto é, ele diminui em 74% as chances de aprovação presidencial. O plebiscito mandatório, cuja ingerência do Presidente é um pouco menor, aumenta em 21% as chances de aprovar o chefe máximo do Executivo. Como era de se esperar, o plebiscito facultativo aumenta 29%, mas apenas 1% do que a iniciativa popular, que tem pouca ingerência do Presidente, mas parece que mesmo essa aproxima o mandatário da população.

¹⁰ O período expandido em um ano mostra um modelo que alcança 62,6% de eficácia, as eleições aumentam em 55% as chances de aprovação presidencial, o referendo tem influência negativa (76%), juntamente com as iniciativas populares (11%), ao passo que os plebiscitos facultativos têm influência positiva, aumentando 8% e os mandatórios 1%.

¹¹ Com critério de informações de 1,193,690,907

votaram em MDDs, avaliam a situação do país como muito ruim, não têm escolaridade e pertencem ao grupo mais jovem.

Os referendos, como se contrapõem a leis aprovadas (propõem o retorno ao status quo normalmente modificado pelo próprio governo), além de frequentemente tirar do presidente seu papel de liderança ativa, têm clara influência negativa na aprovação do chefe do Executivo: diminuem em 64% a probabilidade de tal. As iniciativas populares, que apesar de proporem uma lei, retiram também parte do poder de iniciativa do chefe do Executivo, reduzem essas chances em 19%.

Os plebiscitos facultativos, aqueles propostos pelo presidente, aumentam 38% a chance de aprovação: menos do que as eleições, porém mais do que a confiança interpessoal, a escolaridade ou a idade, por exemplo. Isso apesar de três dos oito casos que possuem surveys nos seis meses seguintes terem resultados anti-hegemônicos. Quer dizer, o Executivo teve a sua posição rejeitada (QVORTRUP, 2005), demonstrando algum sucesso da estratégia de muitos presidentes de convocar MDDs com a expectativa de aumentar sua legitimidade pessoal (ALTMAN, 2010; MOREL, 2001).

Um dos casos de rejeição – o da Colômbia, em 2003 – o então recém-eleito presidente, Álvaro Uribe, embora não tenha conseguido quorum para a aprovação do plebiscito, conseguiu reunir mais votos do que em sua própria eleição (PÉCAUT, 2004). Outro caso, o do Brasil, está na mesma zona de influência do escândalo do Mensalão, quando o então presidente Lula foi acusado pela mídia de envolvimento direto no episódio de compra de votos de parlamentares (PINTO, 2013). No caso venezuelano, após a vitória das eleições de 1998, do plebiscito facultativo sobre a Assembleia Constituinte, do plebiscito obrigatório da nova Constituição e das eleições gerais em 2000, o plebiscito facultativo sindical foi a primeira

derrota do presidente Hugo Chávez, ocorrida três meses após a greve petroleira de setembro de 2000. A consulta foi, inclusive, contestada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por “haber permitido a la población en general participar en dicho referendo, es decir, incluyendo a personas distintas de los trabajadores afiliados, implicó una violación al derecho a la libertad sindical y al de los trabajadores a elegir a sus dirigentes” (LISSIDINI, 2006, p.17). A taxa de filiação sindical era de somente 14% da população economicamente ativa.

Por fim, em relação aos eventos políticos importantes encontrados em estudos de casos sobre os diferentes países da América Latina, eles foram classificados da seguinte forma: quando o presidente tem uma doença grave ou perde um familiar (como nos casos de Chávez, na Venezuela, ou de Kirchner, na Argentina), essas situações tendem a produzir empatia no eleitorado e, portanto, foram classificados como tendo efeitos positivos nos surveys realizados em até seis meses depois da divulgação dessas notícias. No caso de afastamento dos presidentes, como visto na seção anterior, a situação do chefe do Executivo quando renuncia ou é retirado do poder é geralmente bastante ruim em termos de popularidade. Dessa forma, em comparação ao período anterior, tende a ter um efeito positivo na aprovação presidencial de quem assume depois. O afastamento de três presidentes (De la Rúa, na Argentina; Fujimori, no Peru; e Mesa, na Bolívia), ocorridos até 2015, são incluídos nos modelos. Nesses casos, a queda se deu num período de seis meses antes da aplicação dos questionários; nos outros, o acontecimento já tinha ficado no passado¹². Já situações como a crise na educação e no sistema de transporte público no Chile, o apagão ou o mensalão no Brasil, foram classificados como efeito negativo quando

¹²Um deles foi o Presidente Zelaya de Honduras em 2009, porém esse país não faz parte da amostra desse trabalho. Os dados de 2016 ainda não foram disponibilizados gratuitamente, de forma que Rousseff no Brasil também ficará de fora. Os presidentes Lozada da Bolívia, Bucaram do Equador, Cubas e Lugo no Paraguai, Pérez Molina na Guatemala caíram a mais de seis meses antes dos surveys serem aplicados.

ocorridas até seis meses antes dos questionários serem aplicados.

Esse corte de seis meses utilizado em todas as variáveis apresentadas é baseado especialmente nas descobertas de Zaller (1992, p.79-80) relativas à característica fundamental das preferências políticas da população: “a tendência das pessoas a serem ambivalentes (talvez até de forma inconsciente) e lidar com essa ambivalência tomando decisões com base nas ideias que estão mais salientes”. Para os casos estudados aqui, é mais provável que os cidadãos se lembrem, ao responder às pesquisas de opinião, do processo de destituição de um presidente, das campanhas eleitorais e das ações do presidente, assim como da votação de um MDD, quando suas avaliações foram coletadas não muito tempo após a ocorrência desses fatos.

Quando a variável “eventos políticos” é colocada isoladamente para explicar a avaliação do presidente, não se mostra significativa; porém, quando adicionada às variáveis de nível 1 (modelo 3 da **tabela 2**), em relação às situações em que algum evento político ruim é registrado, a não ocorrência de evento político anormal aumenta em 31% as chances de aprovação presidencial e a ocorrência de um evento positivo amplia em 72% essas chances. A eficácia do modelo alcança 65,8%. Comparando o poder de explicação das variáveis de nível 2, as institucionais são as que alcançam o melhor desempenho.

No caso dos efeitos das campanhas ou de possível expansão dos gastos realizados no fim do governo, essa variável não se mostrou significativa quando colocada sozinha no modelo, tampouco quando colocada junto aos eventos políticos e variáveis de nível 1, reforçando achados de estudos anteriores de que tal efeito “nostalgia” não é uma regra.

O modelo final, demonstrado na **tabela 3** – que considera as variáveis de nível 1 (porém as omite, porque possuem resultados muito

semelhantes aos da Tabela 1), e as variáveis de nível 2 econômicas, institucionais e políticas simultaneamente – aponta que, entre as variáveis “macro”, as variáveis institucionais e políticas são mais importantes para explicar a aprovação presidencial. Eleições, eventos políticos positivos e plebiscitos facultativos afetam a avaliação do Chefe do Executivo positivamente, ao passo que referendos e iniciativas populares, negativamente. Esse modelo alcança 66,6% de eficácia.

Tabela 3. Variáveis do nível 1 e 2 nos modelos de aprovação presidencial na América Latina (1996-2015)

| | Variáveis de nível 1 + nível 2 (econômicas, institucionais e políticas) | | |
|------------------------------------|--|------|-------|
| | Coef. | Sig. | Exp. |
| Ordenada de origem | -0,872 | ,000 | 0,418 |
| País | 0,104 | ,006 | |
| Ano | 0,113 | ,005 | |
| Eleições | 0.636 | ,000 | 1.889 |
| Referendos | -1.174 | ,000 | 0.309 |
| Plebiscitos Mandatórios | 0.016 | ,610 | 1.016 |
| Plebiscitos Facultativos | 0.279 | ,000 | 1.322 |
| Iniciativas Populares | -0.188 | ,000 | 0.828 |
| Eventos Políticos Positivos | 0.637 | ,000 | 1.891 |
| Sem eventos positivos ou negativos | 0.186 | ,000 | 1.204 |
| Crescimento do PIB | 0.020 | ,000 | 1.020 |
| Inflação | -0.008 | ,000 | 0.991 |
| Desemprego | 0.000 | ,901 | 1.000 |
| Gini | -0.008 | ,000 | 0.992 |

Considerações finais

Vários estudos de casos específicos de aprovação presidencial foram realizados sobre países latino-americanos, alguns deles mencionados neste artigo. Porém, no que diz respeito a estudos comparativos, apenas um foi encontrado – e ainda assim não tratou de um período muito extenso. A literatura aponta que o tamanho das séries faz com que variáveis

econômicas tenham desempenhos diferentes. No entanto, quando as séries são maiores, costumam apresentar resultados mais estáveis.

Para lidar com as diferenças entre os países e o contexto de cada ano, assim como com o fato da série anual de 1996 a 2015 não ser longa o suficiente para a utilização de análise seriada, modelos multiníveis foram utilizados e apontaram uma diferença de 3% em relação aos 16 países estudados, e de 6% em relação ao contexto dos 17 anos analisados.

Entre os resultados mais significativos está a importância predominante da percepção sobre a situação corrente da economia do país, o que vai ao encontro da tendência a incluir medidas subjetivas da situação econômica para a explicação da aprovação presidencial. Essa variável é mais importante do que aquela que diz respeito à situação econômica pessoal do entrevistado, mostrando que o cidadão latino-americano não faz suas avaliações considerando apenas a si próprio. Com menor intensidade, a confiança interpessoal aumenta a probabilidade de aprovação presidencial assim com as faixas etárias maiores, ao contrário da escolaridade: mais estudo diminui as chances de o Chefe do Executivo ser bem avaliado.

Quando as variáveis de nível macro (econômicas, institucionais e políticas) são inseridas separadamente nos modelos com as variáveis “micro” recém-mencionadas, são as institucionais as que tornam a eficácia do modelo melhor. No caso das eleições, o efeito lua-de-mel é constatado, ao contrário do efeito nostalgia, e a ocorrência de eleições é a segunda variável que mais afeta a probabilidade de aprovação presidencial (depois da percepção dos cidadãos em relação à economia nacional). Próxima a ela, há a influência negativa dos referendos, que são propostos pelos cidadãos para revogar leis recém-aprovadas, e a influência positiva de eventos políticos que criem ondas de empatia em função da situação de saúde do presidente ou da perda de algum familiar e de destituição de presidentes que, em geral,

se encontraram com baixa popularidade, enfrentando momentos de grande mobilização popular. Esses eventos contrastam com aqueles que dizem respeito a escândalos políticos e políticas malsucedidas.

Assim, numa região em que vários presidentes não conseguem terminar o mandato e que crises econômicas normalmente afetam as maiorias mais vulneráveis de suas populações, é importante que se saiba que outras variáveis afetam a sua popularidade. Em alguns momentos, propor aos cidadãos alternativas para o país que sejam discutidas e votadas diretamente por eles pode ajudar na avaliação do Chefe do Executivo. Os índices de aprovação costumam, inclusive, servir como fator que influencia as relações entre o presidente e o Legislativo. Por outro lado, se um grupo de cidadãos toma a iniciativa de propor leis a serem votadas por todos, é provavelmente porque o Chefe do Executivo se afastou demais da preferência média do eleitorado. Essa movimentação pode servir de alerta e aqui se encontra o poder de haver previsão de mecanismos de democracia direta (MDDs) mesmo quando eles não são usados.

Ainda que muitos outros eventos ainda não constatados precisem entrar nos modelos, esses resultados já mostram a impossibilidade de se ignorar eventos políticos extraordinários quando se tenta explicar as avaliações dos chefes do Executivo. Essas constatações apontam para a necessidade de integração de pesquisa quantitativa e qualitativa para explicar aspectos tão complexos das democracias, como a aprovação presidencial.

Se houvesse disponibilidade da avaliação dos cidadãos sobre as políticas públicas, estas teriam impacto na aprovação do presidente. Booth e Seligson (2009), trabalhando com oito países da América Latina, encontraram resultados positivos ao incluir segurança e corrupção na dimensão de avaliação das autoridades democráticas. Da mesma forma, a

inclusão da variável sobre quem votou no presidente eleito talvez aumentasse a precisão dos modelos. Esses aspectos merecem ser mais estudados em uma perspectiva comparada, especialmente que combine dados quantitativos e qualitativos.

Bibliografia

ALTMAN, David. *Direct democracy worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

APABLAZA, Carolina; JIMÉNEZ, Francisco. Factores Explicativos de la Aprobación Presidencial. *Serie Informe Sociedad y Política*. n.14. Dez. 2009.

ARCE, Moisés. Political Violence and Presidential Approval in Peru. *The Journal of Politic*. Vol. 65. n.2, 2002, p. 572-583.

ARCE, Moisés; CARRIÓN, Julio. Presidential Support in a Context of Crisis and Recovery in Peru, 1985-2008. *Journal of Politics in Latin America*, v. 2, n. 1, p. 31-51, 2010.

BERLEMANN, Michael; ENKELMANN, Soeren. The Economic Determinants of U.S. Presidential Approval - A Survey. Working Paper Series in Economics 272, University of Luneburg, Institute of Economics, 2012.

BOOTH, John A.; SELIGSON, Michell A. *The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support and Democracy in Eight Nations*. New York: Cambridge University Press, 2009.

BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai. "Hybrid Democracy" and Its Consequences. In: BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai (eds.). *Direct democracy's impact on American political institutions*. New York, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

BUENDÍA, Jorge. Economic reform, public opinion, and presidential approval in Mexico, 1988-1993. *Comparative Political Studies*, v. 29, n. 5, p. 566-591, 1996.

C2D. *Center for Research on Direct Democracy*. Database. Disponível em: <<http://www.c2d.ch>>. Acesso em: 29 maio 2017.

CARLIN, Ryan; HUNT, Katherine H. Peasants, Bankers, or Piggbankers? The economy and presidential popularity in Uruguay. *Política*. Revista de Ciencia Política. vol. 53, n.1, 2015. p. 73-93.

CATTERBERG, Gabriela; PALANZA, Valeria. Argentina: Dispersión de la oposición y el auge de Cristina Fernández de Kirchner. *Revista de Ciencia Política*, vol. 32, n.1, 2012. p. 3-30.

COHEN, Jeffrey. Economic Perceptions and Executive Approval in Comparative Perspective. *Political Behavior*, Vol. 26, n.1, 2004, p. 27-43.

GRAMACHO, Wladimir. Ciclos de información y funciones de popularidad: El período Cardoso en Brasil (1995-2002). *Desarrollo Económico*, vol. 45, n.177, 2005, p. 99-121.

INFORME Latinobarometro 1995-2016. Disponível em:

<<http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp>>.
Acesso em: 29 maio 2017.

JOFRÉ, Hugo; NAVIA, Patricio. Densidad de militancia partidaria, aprobación presidencial y el desempeño electoral de la derecha em Chile (2010-2014). *Estudios Públicos*, 145 (verano 2017), p.37-72

LEBO, Matthew; CASSINO, Daniel. "The Aggregated Consequences of Motivated Reasoning and the Dynamics of Partisan Presidential Approval". *Political Psychology*, vol. 28, n. 6, 2007, p.719-746.

LISSIDINI, Alicia. *La democracia directa en Venezuela: ¿participativa o plebiscitaria?* Centro de Investigación sobre Democracia Directa (C2D). 2006. Disponível em: <www.dd-la.ch/download/Case14_Venezuela.pdf>. Acesso em: 02 out. 2009.

MATSUSAKA, John. Direct Democracy and the Executive Branch. In: BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai. *Direct democracy's impact on American political institutions*. New York, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

MCALLISTER, Ian. The Economic performance of governments. In: PIPPA, Norris (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, p. 188-203. New York: Oxford University Press, 1999.

MOREL, Laurence. The rise of government-initiated referendums in consolidated democracies. In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. *Referendum democracy*. Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

PÉCAUT, Daniel. Tradición liberal, autoridad y autoritarismo. *Política*. n.42. Universidade de Chile, Santiago, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=64504205>>. Acesso em: 31 out. 2009.

PÉREZ LIÑAN, Anibal. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PINTO, André Jácomo de Paula. Os enigmas da popularidade presidencial no Brasil: economia ou política? Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. UNB, 2013.

POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle. Political Mistrust in Latin America. In: *Political Mistrust and the Discrediting of Politicians International Studies in Sociology and Social Anthropology*. v.96, Leiden; Boston: Brill, 2005.

QVORTRUP, Matt. *A comparative study of referendums: government by the people*. 2 ed. Manchester University Press/ University of British Columbia Press, 2005.

RAMÍREZ, Jorge; VARAS, Pablo. Aprobación presidencial en Chile 2000-2012: Sus determinantes y su efecto en la toma de decisiones. *Política*, vol. 51, núm. 1, enero-junio, 2013, pp. 85-117.

VREESE, Claes Holger; SEMETKO, Holli A. *Political Campaigning in Referendums: framing the referendum issue*. London: Routledge, 2004.

ZOVATTO, Daniel. Instituciones de democracia directa en América Latina. In: J. PAYNE, Mark; ZOVATTO, Daniel G.; DÍAZ, Mercedes Mateo. *La política importa: Democracia y desarrollo en América Latina*. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank; International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2006.

Palavras-chave:

Aprovação presidencial.
Mecanismos de democracia direta.
Percepção da economia.
América Latina.
Modelos Multiníveis

Resumo: Em uma região onde, não raro, os presidentes não conseguem terminar seus mandatos, é interessante perguntar, para além do desempenho da economia, o quanto a aprovação presidencial pode variar com o uso de mecanismos de democracia direta e com eventos políticos. Apontar a relevância dessas questões econômicas, institucionais e propriamente políticas, como a destituição de presidentes, na avaliação que os cidadãos fazem do Chefe do Executivo é o objetivo aqui. Os dados provêm do Latinobarômetro e englobam pesquisas de opinião realizadas anualmente em 16 países, de 1996 a 2015, analisadas por meio de modelos multiníveis. Os coeficientes gerados indicam que, entre as variáveis micro, a percepção da situação econômica corrente do país é a mais importante; ao passo que entre as de nível macro, eleições, referendos e plebiscitos facultativos, assim como eventos políticos positivos são as que mais influenciam a aprovação do Chefe do Executivo.

Keywords

Presidential approval.
Mechanisms of direct democracy.
Economy's perception.
Latin América.
Multilevel models.

ABSTRACT: In a region where presidents often fail to complete their mandates, it is interesting to ask, beyond the performance of the economy, how much presidential approval can vary with the use of direct democracy mechanisms and with political events. To point out the relevance of these economic, institutional, and properly political issues, such as the dismissal of presidents, in the assessment that citizens make of the Chief Executive is the goal here. The data come from Latinobarometro and encompass opinion surveys conducted annually in 16 countries from 1996 to 2015, analyzed through multilevel models. The coefficients generated indicate that among the micro-level variables, the perception of the current economic situation of the country is the most important, whereas among the macro level, elections, referenda and facultative plebiscites, as well as positive political events are those that influence more the approval of the Chief Executive.

Recebido para publicação em maio/2017

Aceito para publicação em agosto/2017

Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira

Mayra Goulart da Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (BRA)

Beatriz Soares Lourenço

Universidade Federal Fluminense (BRA)

Júlio César Pereira de Carvalho

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (BRA)

Introdução

O objetivo deste trabalho é enquadrar a crise que levou à interrupção do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Executivo Federal brasileiro, em uma perspectiva sistêmica que a compreenda como parte de uma estrutura global, marcada por mudanças no processo de acumulação capitalista; e também de uma conjuntura regional, marcada pelo

refluxo da Maré Rosa. No que diz respeito à primeira dimensão, nosso propósito é argumentar que, ao longo do século XX, a dinâmica capitalista passou a ter no sistema financeiro seu principal lócus de acumulação e, nas classes rentistas, sua fração hegemônica. No que concerne à segunda dimensão, buscar-se-á demonstrar que, na América Latina, a ascensão das elites financeiras e sua hegemonia sobre os demais segmentos da elite (econômica e política) está submetida a uma dinâmica de abundância e escassez de moeda conversível (*boom and boost cycles*), associada, sobretudo, às oscilações nos preços das commodities.

Para isso, na primeira parte do trabalho, será apresentado um instrumental teórico de origem marxista (COX, 2007; POULANTZAS, 1977; 1980; GRAMSCI, 1968; 2000a; 2000b), com o intuito de apresentar os conceitos de hegemonia e fração de classe. Em seguida, será empreendida uma breve incursão na história econômica, sinalizando uma alteração no bloco histórico estruturado a partir das instituições de *Bretton Woods* (NAYYAR, 2006; EPSTEIN & POWER, 2003). Na segunda parte do trabalho, por sua vez, analisaremos o impacto da financeirização do capital na periferia do sistema capitalista, aqui caracterizados pela vulnerabilidade econômica e pela dependência do ingresso de moeda estrangeira, obtida, sobretudo, através da exportação de matérias primas e por investimentos financeiros.

Na terceira e última parte, averiguaremos como essa relação de dependência e vulnerabilidade se materializa no plano político. Por fim, o instrumental será aplicado ao caso brasileiro, de modo a demonstrar que o impeachment de Dilma Rousseff é um fenômeno multidimensional, cuja compreensão é ampliada quando são contemplados fatores que ultrapassam as vicissitudes do Presidencialismo de Coalizão (LIMONGI, 2006) e a agência de indivíduos singulares dentro do então bloco de governo. Diante disso, nosso argumento associa a interrupção do projeto levado a cabo pelo PT a uma conjuntura econômica de escassez, que se traduz na percepção de

ameaça por parte das elites financeiras – que, ao abandonarem a coalizão de forças que sustentava a administração petista, foram acompanhadas pelos demais segmentos do empresariado brasileiro. Contudo, conforme será demonstrado mais adiante, a separação entre os setores rentistas e produtivos adquire, neste trabalho, um cunho meramente metodológico, dado o caráter multifacetário de atuação e acumulação da burguesia atuante no Brasil.

Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira

O conceito de hegemonia se origina na tradição marxista, demarcando uma inflexão no debate teórico acerca da relação entre estrutura econômica e superestrutura política, enfatizando a importância da última na configuração da teia de relações sociais que forma as diferentes comunidades distribuídas no tempo e no espaço. Com isso, a sociedade civil e a ideologia emergem, respectivamente, como espaço e ferramenta das lutas por poder.

De acordo com Gramsci (1968), uma classe mantém seu domínio não somente por meio do uso da força, mas exercendo uma liderança intelectual e moral, fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma multiplicidade de aliados integrados em um bloco social de forças, ou (na terminologia do autor) em um *bloco histórico*. Sobre ele, enraízam-se os pressupostos de uma determinada ordem social, segundo os quais a hegemonia de uma classe dominante específica é criada e reproduzida em um complexo campo formado por instituições, ideias e relações sociais (BOTTOMORE, 2013).

Sob este prisma, o desenvolvimento da hegemonia deve estar pautado no consentimento ativo, ou seja: em um anseio coletivo formado por diversos grupos da sociedade civil, porque a hegemonia é a conexão

entre a sociedade civil e os aparelhos do Estado (COX, 2007). O controle democrático se desenvolve por meio da hegemonia em um nível mais elevado, no qual a ideologia que a perpassa é fundamental. A ideologia hegemônica, portanto, não é automaticamente determinada pelos interesses imediatos da classe econômica predominante, mas é um *espaço em disputa* (BOTTOMORE, 2013). Neste espaço, concorrem práticas e relações sociais alternativas, que disputam a capacidade de determinar as instituições e os aparelhos de poder que formam a sociedade civil. Além do Estado, cabe destacar outros espaços nos quais é possível observar essa dinâmica, em que se conformam e disseminam os mecanismos de coerção e consenso que formam a hegemonia – como as escolas, a Igreja e os meios de comunicação. É nesse contexto que os intelectuais orgânicos ganham destaque como instrumentos de irradiação ideológica, uma vez que são responsáveis pela construção da base de consenso na sociedade em torno de seus interesses em uma disputa por corações e mentes, cujo *locus* prioritário é a sociedade civil (GRAMSCI, 2000b).

Nesse esforço para ressaltar o caráter dinâmico e conflitivo do conceito de hegemonia, a obra de Nico Poulantzas aparece como ferramenta teórica particularmente interessante, uma vez que em “*O Poder Político e Classes Sociais*” (1978), observa-se uma definição normativa de Estado, que almeja superar o determinismo econômico – apontado como característico de análises marxistas até então. Apesar das reformulações e viragens no interior da obra do autor, é possível traçar como fio condutor a ideia de que a natureza do Estado não pode ser avaliada de maneira afastada das contradições dos conflitos provenientes da luta de classes que perpassam a sociedade capitalista. Não obstante, dessa conexão não é derivada uma relação inexorável de determinação, uma vez que o autor ressalta a necessidade de se pensar as classes sociais para além das relações econômicas de produção, levando em conta relações ideológicas e políticas

que, junto às econômicas, determinariam as formas de lutas de classe (MOTTA, 2009).

Ao considerar a natureza das relações capitalistas de produção, Poulantzas chega à conclusão de que existe uma fragmentação da classe burguesa de acordo com o lugar que cada fração do capital ocupa no processo de produção e acumulação capitalista (POULANTZAS, 1977). Essa fragmentação é fundamental para o campo analítico e teórico de Poulantzas, mesmo aparecendo de maneira mais complexa quanto à realidade observada. As frações de classe são, portanto, resultado das estruturas (econômica e política) do modo de produção capitalista, sendo possível identificar, no plano econômico, a existência das burguesias comercial, financeira e industrial e dos grandes proprietários de renda fundiária.

O Estado é uma unidade repleta de contradições entre essas distintas frações da classe dominante, que lutam entre si com o objetivo de ampliar suas parcelas no processo de acumulação de capital. De acordo com Poulantzas (1977, p. 225), “o estado capitalista, através do jogo interno das suas instituições, torna possível, na sua relação com o campo da luta política de classe – relação esta concebida como fixação de limites, a constituição do bloco no poder”. O bloco no poder é uma unidade complexa e contraditória.

Sendo assim, o bloco no poder concentra as contradições entre classes ou frações de classes dominantes, que coexistem no nível da dominação política. A classe que possui a capacidade de liderar os interesses econômicos, políticos e ideológicos das outras frações de classes do bloco no poder detém

um *papel dominante* particular, o qual pode ser caracterizado como *papel hegemônico*. Neste segundo sentido, o conceito de hegemonia exprime a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes em relação às outras classes ou frações dominantes de uma formação social capitalista (POULANTZAS, 1977, p.137. grifo do autor).

A fração de classe hegemônica lidera os interesses políticos, econômicos e ideológicos das outras frações de classes do bloco no poder, porque polariza

(...) os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco do poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política (*Idem*, p.234).

Diante dessa definição, o propósito das próximas seções será demonstrar que foi este o papel exercido pelas classes rentistas ao guiarem as demais frações da elite e da sociedade no processo de ruptura com os governos petistas a partir de 2013, revelando sua hegemonia no tocante à capacidade de apresentar seus valores e interesses particulares como uma tradução do interesse nacional.

Sob essa perspectiva, as políticas de Estado são resultado, no curto prazo, das relações de forças no âmbito do bloco no poder e da influência que as frações de classe imprimem nas instituições e nos aparelhos do Estado capitalista. Essas atuações geram processos contraditórios, limites e bloqueios, característicos da natureza conflitiva do bloco no poder. Nas palavras de Poulantzas:

Emanam daí táticas movediças e contraditórias, cujo objetivo geral ou cristalização institucional se corporificam nos aparelhos estatais. Esse campo estratégico é transpassado por táticas muitas vezes bastante explícitas ao nível restrito onde se inserem no Estado, táticas que se entrecruzam, se combatem, encontram pontos de impacto em determinados aparelhos, provocam curto-circuito em outros e configuram o que se chama "a política" do Estado, linha de força geral que atravessa os confrontos no seio do Estado (POULANTZAS, 1980, p.157).

Essas relações se dão no âmbito da luta de classes e basicamente do controle ou influência que a classe dominante pode ter sobre o aparelho concentrador de poder, diminuindo a capacidade de uma vitória eleitoral em alterar este domínio (TEIXEIRA & PINTO, 2012). Nessa chave analítica, os

ocupantes do poder não possuem autonomia para seguir conteúdos programáticos efetivamente distintos, que de algum modo divirjam dos interesses das frações hegemônicas da elite; inviabilizando, portanto, a sustentabilidade de projetos comprometidos com os interesses das classes produtivas que de algum modo reduzam a lucratividade das atividades rentistas. Não obstante, como mostraremos na segunda seção, a autonomia/heteronomia entre elites políticas e econômicas não é uma relação estática, posto que varia conforme a conjuntura econômica – isto é, conforme a capacidade de conciliar iniciativas voltadas ao crescimento e a distribuição de renda com uma elevada rentabilidade dos investimentos rentistas.

Desse modo, o conceito de hegemonia não se traduz em uma dependência direta da máquina estatal de uma fração de classe, sendo o Estado detentor de um grau de autonomia relativa que lhe assegura uma função ativa e determinante na organização da coesão do bloco de poder (POULANTZAS, 1980). Poulantzas utiliza, pois, o conceito de hegemonia de Gramsci e o aplica ao interior do bloco no poder, observando suas consequências para além dele, ou seja, na relação entre a fração de classe hegemônica, a sociedade civil e o Estado capitalista. Nessa relação, a proeminência material sobrepõe-se à supremacia ideológica – isto é, a capacidade de legitimar através das instituições políticas, jurídicas e científicas que disseminam os valores e interesses das elites hegemônicas, neutralizando seu conteúdo particular e os apresentando como elementos compartilhados pelos distintos grupos da sociedade.

No que se refere ao sistema internacional, a lente neogramsciana é particularmente útil para ressaltar as conexões entre o nível societário, estatal e internacional, uma vez que o conceito de hegemonia nos auxilia a atentar para a articulação entre ideias (ciência, academia), as forças materiais (economia) e as instituições (política) (COX, 2007, p. 141).

Conforme esse entendimento, compreende-se a hegemonia das frações de classe rentistas no Brasil como parte de uma dinâmica global, na qual o mercado financeiro tornou-se o *locus* preferencial da acumulação capitalista, em detrimento das dinâmicas produtivas (ROBINSON, 1998). Isso porque o fenômeno aqui analisado enraíza-se em um contexto global de transformação do modo de produção capitalista, que se caracteriza pela emergência do sistema financeiro como dimensão central do capitalismo em detrimento das atividades propriamente produtivas. Essa transformação tem como condição de existência uma alteração nas relações entre os atores que constituem o sistema, associada à redução das barreiras às atividades financeiras e à ação das elites que as controlam (HARVEY, 2008). Como parte central de nossa hipótese, as elites rentistas correspondem à fração de classe hegemônica da nova fase do capitalismo global, inaugurada com a dissolução da era Bretton Woods e as transformações que ensejaram a financeirização do capitalismo.

Tais elites são vulgarmente entendidas como uma oligarquia que obtém a maioria de seus proventos através de ativos financeiros, em vez de trabalhar ou de possuir ativos produtivos (PATNAIK, 2003; CROTTP & EPSTEIN, 1996; STIGLITZ, 2002). De modo mais preciso, essa fração de classe, que é o objeto central desta pesquisa, pode ser definidas como aquela cuja base material são rendas (*rentier income*) que consistem em rendimentos provenientes da atividade do mercado financeiro e da propriedade de ativos financeiros em vez da atividade no setor "real" ou da detenção de ativos "reais", tais como bens imobiliários ou de capital (KALECKI, 1990; EPSTEIN & POWER, 2003).

Em "*Limits to Capital*" (2006), David Harvey nos alerta que, na atual configuração do sistema capitalista, os empreendimentos produtivos tornam-se crescentemente articulados ao pagamento de rendas (*rentier incomes*), sejam elas provenientes da exploração de recursos naturais, da criação de monopólios, da existência de diferenciais de produtividade, ou

das mais diferentes formas de rent-seeking (HARVEY, 2006). Essa observação é corroborada empiricamente pela pesquisa de Epstein e Power (2003). Segundo os autores, nas décadas de 1980 e 1990, teria havido um aumento considerável no montante de capital transacionado sob a forma de renda, quando comparadas com as décadas anteriores (1960-1970). Não obstante – conforme demonstrado através de dados relativos aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – nesse período, também houve crescimento no montante arrebatado pela dimensão produtiva do capitalismo, isto é, nos recursos mobilizados em atividades não financeiras, embora esse incremento tenha sido muito menor do que aquele alcançado pelo setor financeiro. No entanto, se as elites produtivas conseguiram manter sua capacidade de reprodução e taxas de lucros, o mesmo não pode ser dito dos trabalhadores, uma vez que a pesquisa demonstra uma compressão geral no montante destinado à remuneração dos assalariados (EPSTEIN & POWER, 2003).

A elevação no montante de recursos transacionados sob a forma de rendas (*rentier incomes*) acompanhou os ciclos de crescimento e expansão da economia desde as origens do capitalismo. Porém, a partir da década de 1970, observa-se um escalonamento nesse processo, que deve ser entendido como um fenômeno complexo, com causas múltiplas e idiossincráticas. Desse modo, mais do que buscar resgatar essa teia de relações causais, nos interessa observá-la sob uma perspectiva dialética que contemple a correlação entre as mudanças na estrutura material do sistema e em sua superestrutura política, jurídica e científica, assim compreendida pela aplicação das perspectivas gramsciana e poulantziana. Desse entendimento, resulta nosso interesse pela dinâmica de esfacelamento do sistema de *Bretton Woods* e do consenso keynesiano que caracteriza o pós 2^a-Guerra Mundial, na qual se inicia a construção da hegemonia da fração rentista sobre os demais segmentos da burguesia.

Enquanto vigorou esse sistema, o capitalismo viveu sua *era de ouro*, observando-se um crescimento constante da economia mundial associado ao aumento dos salários, da produtividade e do comércio internacional (NAYYAR, 2006, p. 153). Tal crescimento, por sua vez, está associado a um consenso em torno de uma abordagem econômica heterodoxa que enfatiza o uso contracíclico da máquina estatal para fins de estímulo aos setores produtivos (trabalhadores e empresariado). Nesse contexto, as políticas fiscal e monetária foram utilizadas como instrumentos preferenciais de inúmeros projetos nacionais de crescimento e redistribuição de renda, não apenas nos países europeus, mas por todo mundo (BITTENCOURT, 2003).

Assim, é possível inferir que a financeirização (transição entre a era de ouro do capitalismo – no que diz respeito aos seus setores produtivos, estruturada em *Bretton Woods* (1944) – e a era da financeirização) não representa o ocaso das atividades produtivas, mas uma mudança no locus preferencial de acumulação de capital que se transfere da dimensão produtiva para a financeira. Ademais, quando comparadas à era da financeirização (1990 – 2005) e à era dourada do capitalismo (entre 1940 e 1970), uma evidência interessante se sobressai: o decréscimo nos indicadores de crescimento e o aumento da desigualdade (NAYYAR, 2006). Como já havia sido alertado por Marx (1983), a financeirização do capitalismo acelera o processo de acumulação que o caracteriza.

Essa mudança, sob um prisma neogramsciano (COX, 2007), pode ser entendida como a emergência de um novo bloco histórico, posto que essas transformações observadas na estrutura material do sistema são acompanhadas de alterações, no plano da superestrutura, que se referem à emergência de uma nova fração de classe hegemônica (rentistas), cujos valores – distintos daqueles que caracterizavam o antigo hegemom (o empresariado, ou frações de classe não rentistas) – passam a ser disseminados como universais por um novo arcabouço institucional. É nessa

chave que podemos ler a decadência das instituições de *Bretton Woods* e do consenso keynesiano que estruturavam a era de ouro do capitalismo (COX, 2007).

Utilizando essas definições como parâmetro, nosso objetivo será mensurar a capacidade de influência desses atores no sistema político brasileiro, observando seu papel no desmoronamento da coalizão de forças que sustentou o governo petista. Não obstante, é importante ressaltar que a emergência desse novo bloco histórico marcado pela hegemonia das frações rentistas sobre as produtivas não se traduz necessariamente em uma relação de sobreposição de um ator sobre outro, mas de uma dinâmica de acumulação sobre outra.

Como será argumentado na terceira parte deste artigo, as mesmas elites econômicas, outrora engajada em atividades produtivas, passam a transferir parte de seus atores para os setores financeiros. Desse modo, a separação entre tais frações decorre de uma pretensão analítica, voltada aos propósitos da pesquisa aqui apresentada, que dizem respeito à observação das alterações da composição de forças que sustentou o governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Nossa hipótese, por conseguinte, observa – nas opções macroeconômicas adotadas ao longo do mandato de Dilma Rousseff – uma variável explicativa para a crise política que se deflagra em seguida. Isso porque, ao priorizar processos produtivos de acumulação, diminuindo os incentivos aos ganhos financeiros a partir de um processo de redução dos juros, o governo teria ensejado o descontentamento não apenas de atores identificados com o sistema financeiro, mas, também, de uma burguesia industrial progressivamente financeirizada.

Boom and Boost: os ciclos de escassez e abundância e seus impactos na periferia do capital.

A era de ouro da globalização, ou financeirização do capitalismo, foi introduzida por um ideário que apresentava a liberalização dos fluxos de capital como única alternativa para a garantia do crescimento e da estabilidade (NAYYAR, 2006). Esse novo consenso, de natureza ortodoxa, popularizou-se ao longo dos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, consolidando a hegemonia das classes rentistas a partir da sua disseminação no ambiente acadêmico e societário. Nesse período, como vimos, observa-se uma aceleração do processo de internacionalização do sistema financeiro e de seus principais segmentos: câmbio, empréstimo bancário, investimento financeiro e títulos da dívida, que tornar-se-iam, em poucos anos, o ambiente preferencial para a acumulação capitalista (DE SOUZA BRAGA, 2016).

Contrariando a promessa de estabilidade que a inaugura, a era da financeirização aumentou o número e a gravidade dessas convulsões (*boom and bust cycles*). Como destaca Bastos (2015), na época de prevalência do consenso keynesiano e da regulação do sistema Bretton Woods, não houve crises financeiras significativas, sendo que – entre os anos de 1970 e fim da década de 1980 – a proporção de países em crise esteve entre 5% e 10%; já em meados da década de 1990, esse valor passou para 20% e 35%, em 2009.

Durante essas convulsões, nos países periféricos, houve uma redução considerável nos recursos auferidos pelas classes produtivas (trabalhadores e empresariado). As classes rentistas, todavia, tiveram seus proventos garantidos pela ação do *Fundo Monetário Internacional* e o *Banco Mundial*, que se transformam em operadores institucionais essenciais na legitimação e na consolidação da hegemonia das classes rentistas (BUKHARIN, 1974). Não obstante, a despeito de sua dimensão estrutural e prefiguradora do próprio sistema internacional, a maior vulnerabilidade e o

caráter dependente das economias periféricas não são atributos estáticos, posto que respondem às oscilações inerentes aos ciclos de contração e expansão das economias globais (CAMPELLO, 2014). Essas oscilações, por sua vez, foram agravadas pelas transformações ao longo do processo de liberalização econômica e financeira que caracteriza as décadas finais do século XX (FRENCH-DAVIS, 1999). Tal processo, portanto, torna esse conjunto de países ainda mais expostos aos ciclos de crescimento e crise (*boom and bust*), característicos do sistema capitalista e mais frequentes em sua fase financeira, haja vista a volatilidade deste tipo de capital (BRESSER-PEREIRA, 2010).

As consequências dessa maior exposição adquirem um novo patamar quando se considera a estrutura produtiva dos países latino-americanos, historicamente dependente da exportação de *commodities*. Uma característica central desses bens é que se definem por terem seus preços estabelecidos através de dinâmicas globais de mercado, o que aumenta a vulnerabilidade de seus produtores à conjuntura internacional e à ação das frações rentistas da classe hegemônica. Isso porque o mercado de ativos correspondente a este tipo de mercadoria é mais volátil do que os tradicionais, pois “a determinação dos preços das *commodities* sob a influência dos mercados de derivativos sofre a influência de três variáveis cruciais: das expectativas quanto ao preço futuro, da taxa de juros corrente e do nível de estoques” (CARNEIRO, 2012, p. 26).

Esses fatores são inerentes às características desse setor produtivo, como esclarece Carneiro (2012) na passagem abaixo, que comenta o ciclo expansivo engendrado na primeira década do século XXI, relacionando a determinação dos preços das *commodities* à dos demais ativos financeiros. Em suas palavras, tal ciclo:

também esteve influenciado pela sua financeirização, caracterizada pela transformação das *commodities* numa classe de ativo financeiro, cujo preço é determinado simultânea e sucessivamente pelos fundamentos e pela especulação nos

mercados futuros. Essa financeirização certamente potencializou os impulsos à elevação de preços oriunda do plano estrutural, exacerbando a trajetória altista, ampliando também sua volatilidade e correlação. (*Idem*, p.44)

Nos países da América Latina, os ciclos de abundância e escassez de moeda estrangeira são particularmente articulados às oscilações nos preços das *commodities* e às taxas de juros estabelecidas pelos mercados centrais, tendo em vista a estrutura deficitária dos balanços de pagamento e a baixa poupança interna que caracterizam as economias periféricas e as situam em uma posição de particular vulnerabilidade¹ (FURTADO, 1961; BRESSER-PEREIRA, 2012; MARINI, 2000).

Seguindo as conclusões da pesquisa realizada por Daniela Campello (2015), o impacto das flutuações no valor das *commodities* tem consequências econômicas, mas também políticas, estando diretamente relacionado com o maior ou menor grau de autonomia relativa do sistema político face aos interesses do mercado – isto é, das frações hegemônicas da elite. Nessa medida, os efeitos da volatilidade dizem respeito aos seus impactos sobre a expectativa de investimento e de crescimento em longo prazo (CARNEIRO, 2012), o que propicia uma atmosfera de instabilidade sobre a capacidade de arrecadação do governo e, por conseguinte, sobre a capacidade de arcar com os repasses à sociedade (gastos públicos) sem comprometer o montante destinado à remuneração das aplicações financeiras e à rolagem das dívidas públicas.

Desse modo, quando ocorre uma alta de preços das *commodities* (*boom cycle*), as fortes receitas de exportação diminuem a demanda dos governos por moeda estrangeira para cumprir as obrigações financeiras

¹ Contraposições a essa fragilidade pode ser notada em distintas correntes teóricas. Bresser-Pereira (2012), por exemplo, entusiasta do “novo-desenvolvimentismo”, coloca a taxa de câmbio como um problema central na concepção de políticas rumo ao desenvolvimento produtivo, uma vez que a sobreapreciação cambial configura-se enquanto característica cíclica e estrutural inerente à doença holandesa¹, sendo a alta taxa de juros uma das variáveis fundamentais na manutenção desse modelo de arrefecimento às indústrias dos países em desenvolvimento.

externas, ao mesmo tempo em que a aceleração do crescimento econômico melhora os índices de risco/retorno dos investimentos, tornando essas economias mais atrativas para as classes financeiras externas e internas. As baixas taxas de juros internacionais impulsionam esse processo, tornando os credores mais propensos ao risco e dispostos a desviar o capital dos mercados de países desenvolvidos para países emergentes.

Em momentos de escassez (*boost cycles*), por outro lado, as baixas receitas auferidas com a exportação de *commodities* reduzem a oferta de moeda estrangeira, ao mesmo tempo em que o crescimento econômico mais lento reduz a atratividade dessas economias. Da necessidade de compensar essa redução no fluxo de moeda conversível decorre uma predisposição para um aumento nas taxas de juros, deprimindo ainda mais os fluxos de oferta e demanda de bens e serviços internos.

No âmbito político, por sua vez, nos períodos em que os preços das *commodities* estão depreciados, as baixas receitas de exportação diminuem a quantidade de moeda forte disponível na economia doméstica e limitam os orçamentos dos governos. Isso pode ocorrer de maneira direta – quando empresas estatais controlam as exportações de *commodities* – ou indireta, por meio de receitas fiscais – quando o setor de *commodities* está nas mãos de empresas privadas – (CAMPELLO, 2015). Em caso de escassez, cabe aos governos aumentar a entrada de divisas atraindo capital financeiro, sobretudo por meio da venda de títulos da dívida. Para isso, a estratégia usual é a elevação das taxas de juro que as remuneram. Não obstante, a essa taxa é acrescida a perspectiva de risco, que aumenta conforme a deterioração dos indicadores econômicos do país em questão: quanto pior a condição econômica e política do governo, mais vulnerável ele se encontra a ataques especulativos.

Por outro lado, em momentos de preços de *commodities* excepcionalmente altos, as exportações abundantes levam ao crescimento

econômico, ao incremento das receitas públicas e à maior entrada de dólares. Isso diminui a dependência das elites políticas no governo com relação às elites financeiras, uma vez que o setor produtivo se torna capaz de atrair recursos suficientes para manter o balanço de pagamentos minimamente equilibrado².

Levando em conta a supracitada correlação entre o mercado de commodities e os demais setores do sistema financeiro, em períodos de bonança, a rentabilidade dos investidores se encontra relativamente assegurada em relação a eventuais sobrevoos políticos. Por este motivo, as elites financeiras se veem menos interessadas em orientar seus esforços (e recursos) para exercer pressões sobre o sistema político; que, por conseguinte, gozam – durante esse período – de maior autonomia para perseguir projetos menos convergentes aos interesses do mercado. Ou seja: as elites políticas que governam nesses momentos têm espaço mais amplo para avançar uma agenda de desenvolvimento e distribuição de renda³. Esse foi o cenário que permitiu a persecução de uma série de iniciativas dessa natureza ao longo da primeira década do século XXI – não apenas no Brasil, mas também em outros países da América do Sul.

Dessa forma, a despeito de seu posicionamento ideológico original, os presidentes de esquerda que assumem o poder durante as crises cambiais frequentemente renunciaram ao seu programa inicial em favor de políticas destinadas a restaurar a confiança do mercado. Essa mudança ideológica

² Cabe salientar, novamente, a natureza analítica desta separação entre elites seja no tocante às frações da elite hegemônica (produtiva e financeira), seja entre esta e a elite política, uma vez que, no plano empírico os mesmos atores se alternam em diferentes posições.

³ É possível, portanto, conceber as políticas monetária e fiscal como elementos centrais na diferenciação entre governos de esquerda e direita, enquanto corolários da maior ou menor convergência com os interesses do mercado, ou, em outros termos, a maior ou menor autonomia do sistema político face a eles. Nessa chave, a esquerda se caracterizaria por estratégias mais expansivas voltadas à garantia do emprego e da justiça social. A direita, por sua vez, se definiria pela ênfase na rentabilidade do capital, implementando, para tanto, políticas fiscais e monetárias de cunho restritivo.

gerada pela insegurança do mercado leva a *policy switches*⁴ (CAMPELLO, 2015; STOKES, 1999; STOKES, 2001). Nas palavras de Campello (2015):

Ultimately, the model evidences why increased capital mobility associated with financial globalization should foster ideological convergence by pushing the Left rightward, toward investors' preferred economic policies. (CAMPELLO, 2015, p.27)

Tais elementos também nos ajudam a compreender as *policy switches* observadas ao longo da década de 1980 e 1990, quando, em um contexto de escassez de moeda (*currency crisis*), lideranças associadas ao imaginário da esquerda na América Latina implementaram uma agenda pró-mercado, contrariando suas trajetórias políticas e as expectativas dos cidadãos que os elegeram. No entanto, no longo prazo, a disciplina de mercado pode ter efeitos dessemelhantes para os partidos de esquerda, dependendo do grau de integração financeira de um país e da exposição aos ciclos de abundância e escassez de moeda (*boom and boost cycles*). Isso significa que uma maior vulnerabilidade diz respeito a variáveis endógenas (estrutura produtiva e credibilidade da economia nacional) e exógenas (disponibilidade de capital e variações nos preços das commodities).

Sendo assim, a consolidação de governos de esquerda na região estaria associada a um contexto internacional de elevação nos preços das matérias primas, ao passo que a reversão desses processos, mediante a interrupção dos projetos políticos levados a cabo por tais elites, estaria correlacionada com uma conjuntura de retração nos preços das commodities. Nessa perspectiva, podemos oferecer um enquadramento sistêmico para a crise que levou ao esfacelamento da correlação de forças que sustentou o governo petista durante todo o ciclo de bonança; pois, se a abundância de divisas garantiu maior margem de manobra e maior tolerância por parte dos mercados em relação às políticas fiscais e monetárias de caráter expansivo adotadas por mais de uma década, o prenúncio de um período de escassez instaurou uma crise de confiança. Em

⁴ Sobre o tema, recomendamos: DRAKE, 1992; STOKES, 1999; STOKES, 2001.

virtude de uma afinidade histórica com as classes populares, duvidou-se da capacidade do PT de garantir, em uma conjuntura de escassez, a rentabilidade dos investimentos financeiros em detrimento das iniciativas voltadas ao crescimento econômico e à distribuição de renda.

O refluxo da Maré Rosa e a interrupção do governo do *Partido dos Trabalhadores*.

A ascensão do PT ao poder, em 2003, deu-se em um contexto regional caracterizado pela emergência do que ficou conhecido como Maré Rosa⁵ – período a partir dos anos finais da década de 1990 identificado pela emergência de novas correlações de forças que, a despeito de suas inúmeras idiossincrasias, ficariam caracterizadas pela persecução de políticas de crescimento econômico e de distribuição de renda. Essa transição, portanto, diz respeito não apenas à ascensão de uma nova elite política, mas, sobretudo, à representação prioritária dos interesses de uma parcela da população, as classes populares, junto a outra, as elites econômicas. Em outros termos, da prioridade da justiça social sobre a rentabilidade dos investimentos, em uma aliança focada no desenvolvimento de capital-trabalho.

Nesse período, o posicionamento das lideranças políticas face às frações hegemônicas da elite se constituiu de formas distintas. Segundo o argumento esboçado na seção anterior, tal variação ocorreu conforme a maior ou menor autonomia relativa de cada sistema político face às pressões do mercado, isto é, da capacidade de manter a rentabilidade dos ativos

⁵ O termo “Maré Rosa” é apresentado para caracterizar a ascensão de partidos ou coalizões progressistas na região, a partir dos anos finais do século passado (NASCIMENTO JÚNIOR, 2017). Por “progressistas”, entende-se, segundo a terminologia de Toledo & Braga (2016): “governos que se propõem a atender as reivindicações populares, com o objetivo de amenizar as desigualdades sociais, ampliar o acesso aos serviços básicos como educação e saúde, aumentar a renda das classes trabalhadoras, sob o regime democrático”. No entanto, a redução do crescimento desses países, motivada, dentre outros fatores, pela queda no preço das *commodities*, bem como o insucesso de tais lideranças para conquistar a fidelidade de suas bases sociais, desencadeou o refluxo dessa Maré (SILVA, 2015).

financeiros e a entrada de moeda conversível no país através de exportações ou de investimentos diretos.

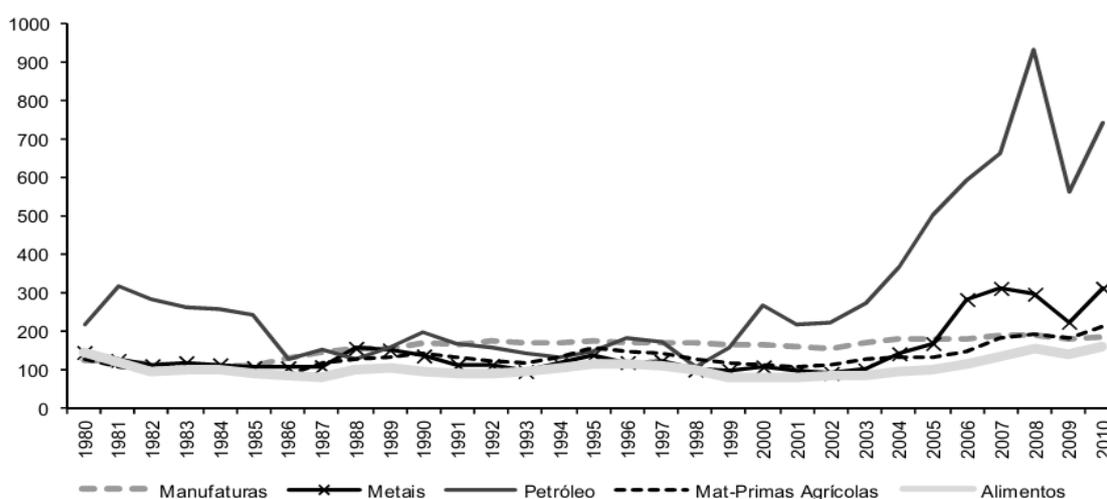
No que diz respeito ao Brasil, em virtude da complexidade de nossa estrutura econômica, essa autonomia – embora aumentada em conjunturas de bonança – observa limitações mais proeminentes quando comparada a de países como Equador e Venezuela. Nesses casos, em virtude da concentração quase exclusiva das atividades produtivas na exportação de *commodities*, houve um aumento considerável no fluxo de capitais durante todo o período em que os preços desses produtos (e dos demais ativos financeiros a eles atrelados) estiveram em alta. Como argumenta Campello (2015), isso garantiria um maior grau de autonomia relativa das elites políticas face aos interesses dos mercados em ciclos expansivos (*boom cycles*). Não obstante, como salientado pela própria autora, o caso brasileiro não permite o mesmo grau de autonomia.

These numbers offer a measure of the exposure of the Brazilian economy to foreign finance. In the Brazilian conditions – relatively lower exposure to commodity price variation and higher exposure to foreign finance – it is harder for the government to afford a sudden loss of market credibility, even during a boom. Contrary to Venezuela and Ecuador, such loss has implications that go beyond governments' accounts, raising additional pressures from the domestic business community for “compliance.” (*Idem*, p. 115)

Por este motivo, diferentemente de outros líderes da região, Luís Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência comprometido em não contrariar os interesses dos setores empresariais, financeiros e rentistas, conferindo aos seus representantes acesso preferencial aos processos de tomada de decisão realizados no governo. Esse padrão de conciliação, que ilustra a complexa correlação de interesses presentes em tal projeto, manteve-se durante todos os governos petistas (TEIXEIRA & PINTO, 2012). Seguindo essa orientação, o presidente adotou uma agenda econômica ortodoxa em resposta à crise de confiança de 2002, em concordância com as pressões

dirigidas a partir dos mercados (MACHADO, 2009). Entretanto, em virtude da elevação das taxas de rentabilidade dos investimentos durante o ciclo de expansão experimentado pela economia a partir de 2004 (conforme **gráfico 1**), observou-se um aumento (ainda que lento e precário) nas margens de autonomia das elites políticas face às pressões do mercado. Isso permitiu que a elite governante adotasse algumas políticas de estímulo ao consumo e combate à pobreza.

Gráfico 1 - Evolução dos Preços Nominais de *Commodities*



Fontes: Pfaffenzeller, 2007; World Bank Commodity Price Data; IMF Primary Commodity Price Tables, U.S. Energy Information Administration (EIA).

Elaboração: CARNEIRO, 2012.

Não obstante, ainda que os governos de Luís Inácio Lula da Silva tenham logrado o aumento das práticas distributivas e da intervenção estatal, foi durante o governo Dilma Rousseff que as margens de autonomia relativa do sistema político foram efetivamente alargadas em favor de um projeto de governo que priorizasse as classes produtivas.

Sendo assim, como realça André Singer (2015), Dilma Rousseff apostou nos canais de coordenação junto ao setor produtivo, não apenas como estratégia para promover o desenvolvimento econômico do país mas, também, para deslocar as bases de apoio ao governo, diminuindo sua

dependência às elites financeiras. Em favor desse argumento, é possível reconhecer, no primeiro governo Dilma, um esforço de reduzir as limitações que engessaram os avanços sociais e econômicos durante as administrações de Lula. Estes, de modo geral, limitaram-se a iniciativas de inclusão via consumo, conciliadas com a manutenção da ortodoxia macroeconômica, sustentada no tripé formado pelo superávit primário, câmbio flutuante e reduzidas metas de inflação (BRESSER-PEREIRA, 2013).

Tais esforços, abarcados no que o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, denominou de “nova matriz econômica⁶”, caracterizam o início do governo Rousseff e foram viabilizados por altas taxas de crescimento econômico e popularidade, garantidos por um índice de desemprego de 4,3% (o menor da história recente) e por uma valorização real do salário mínimo de 72%, entre 2002 e 2014 (SINGER, 2015). Juntas, essas iniciativas podem ser vistas como movimentos de contestação, ainda que moderadas, da supremacia do capital financeiro em favor da economia real e seus protagonistas: no caso, o empresariado e as classes populares.

Nesse tocante, destaca-se o papel da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sendo esta protagonista na organização do setor industrial brasileiro, participando ativamente na coordenação da nova fase da Política de Desenvolvimento Produtivo⁷, PDP (BOSCHI, 2012).

⁶ A “nova matriz macroeconômica”, instituída por Guido Mantega, teve um de seus principais objetivos relativizar cada braço do tripé macroeconômica, enfocando uma abrupta queda na taxa básica de juros (SELIC).
Ver: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mantega-indica-novo-modelo-economico-imp-,896017>. Acesso em: 17/06/2017.

⁷ A PDP surge em continuidade da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), e implementada em maio de 2007, com vistas a ampliar o estímulo à inovação tecnológica, investimentos e exportações das indústrias brasileiras. Em maio de 2011, quando a CNI foi escolhida pelo governo para coordenar a PDP, seu presidente, Robson Andrade, declarou a necessidade de reajuste cambial e tributário, e realçou, também, as assimetrias das indústrias brasileiras.
Ver: <https://oglobo.globo.com/economia/presidente-da-cni-critica-pesada-carga-tributaria-do-brasil-470887>. Acesso em: 17/06/2017.

Inúmeros foram os indícios de que era promissora a aliança entre as elites políticas e econômicas – pelo menos no tocante aos setores produtivos nacionais. Em abril de 2012, o presidente da entidade, Robson Andrade, apesar de exigir a diminuição da carga tributária brasileira, reconheceu os avanços instaurados por Dilma Rousseff, conclamando o empresariado nacional a apoiar a presidenta em sua cruzada contra as taxas de juros abusivas, tendo em vista possíveis retaliações por parte das elites financeiras, conforme realça o trecho de sua fala, na noite da entrega da Medalha da Inconfidência, em Ouro Preto⁸:

É uma demonstração positiva ao desonerar setores da indústria, reduzir encargos trabalhistas, ampliar o crédito e estimular as exportações. Ainda não é o suficiente, mas devemos reconhecer o primeiro passo; sobretudo *devemos apoiar a presidente em sua guerra aberta contra os juros elevados e os absurdos spreads cobrados pelo sistema financeiro*” (grifo dos autores).

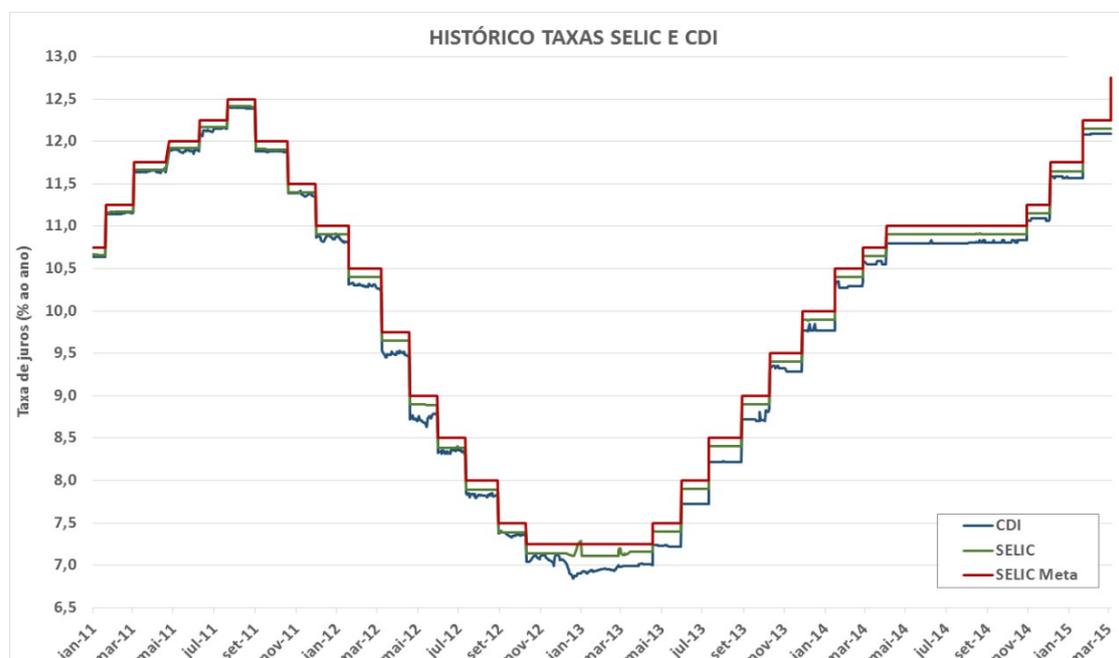
Em agosto de 2011, as implicações da crise de 2008 começaram a prejudicar a economia mundial, ameaçando o prosseguimento desse projeto. A especulação de que países europeus – como a Itália e a França – não honrariam suas dívidas implicou em uma desestabilização nas principais bolsas de valores do mundo. A *Dow Jones*, em Nova York, caiu 4,31%, a maior recessão desde dezembro de 2008. Entretanto, apesar das instabilidades econômicas constatadas nos Estados Unidos, seus títulos proporcionavam baixos riscos, o que acarretou na fuga maciça de capitais para o país. Somado a isso, a diminuição do crescimento chinês abalou as exportações brasileiras de commodities, o que exigiu novas medidas econômicas do governo petista a fim de estimular a economia e manter estáveis os índices de emprego.

⁸ Ver: <https://oglobo.globo.com/economia/presidente-da-cni-critica-pesada-carga-tributaria-do-brasil-470887>. Acesso em: 17/06/2017.

Outras medidas levadas a cabo nesse período também podem ser consideradas sob a perspectiva de um afastamento com relação às parcelas da elite nacional associadas ao capital financeiro, cujos interesses materiais se contrapõem àqueles atrelados ao crescimento da economia real, haja vista uma disputa pelos recursos disponíveis para investimento. Dentre elas, podemos citar: a desoneração da folha de pagamentos do setor industrial; a elevação do IOF; a redução do IPI de produtos específicos; a atuação do Banco Central no mercado aberto de câmbio; e, principalmente, a redução da taxa de juros (GODOY & GURGEL, 2014).

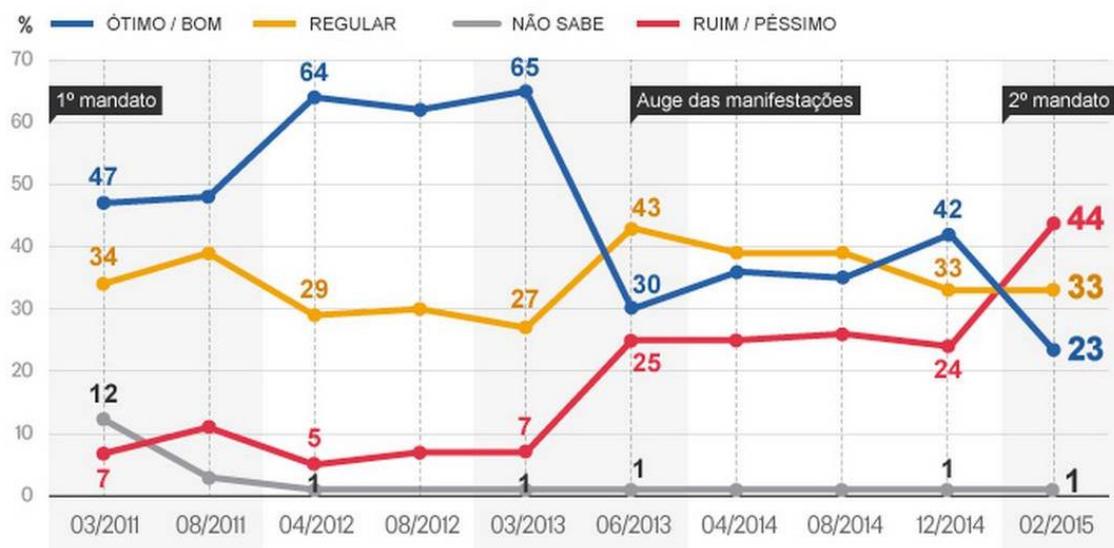
Conforme observado nos **gráficos 2 e 3**, os primeiros anos do governo Dilma se caracterizam por um considerável processo de redução das taxas de juros, interrompido em julho de 2013. Esse processo é concomitante com uma inflexão nas taxas de popularidade da presidenta, até então ascendentes. Essas evidências, embora não atestem uma relação de causalidade, são um indício acerca da pertinência de nossa hipótese de trabalho que observa na hegemonia das frações financeiras da elite e de sua capacidade de mobilizar apoio através de diferentes aparelhos de reprodução ideológica – uma variável explicativa para a compreensão da crise política instaurada a partir de então.

Gráfico 2 - Histórico Taxas SELIC e CDI (% ao ano)



Fonte e Elaboração: Banco Central

Gráfico 3 - Avaliação do Governo Dilma



Fonte: Datafolha

Ademais, levando em conta as singularidades da economia brasileira, em que o montante despendido para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública representa 42% do gasto federal, o estabelecimento da taxa Selic⁹ adquire precedência sobre as demais decisões macroeconômicas do governo. É nesse tipo de mecanismo de multiplicação automática da dívida¹⁰ – e, por conseguinte, do volume de divisas oferecido aos investidores financeiros –, que reside a origem do nosso déficit público, injustamente associado a um suposto excesso de gastos por parte do Estado brasileiro¹¹. Diante desses dados, é preciso reconhecer na política monetária e fiscal adotada entre 2011 e 2013 uma tentativa inédita na história da Nova República de reverter a primazia das elites financeiras sobre as demais classes econômicas brasileiras.

De acordo com Mantega, tal política operaria uma “mudança estrutural e fundamental” na economia do país, “normalizando” o custo do crédito no Brasil – que deixaria de ter as taxas de juros mais elevadas do mundo e passaria a se situar em níveis compatíveis com a média dos países desenvolvidos (SINGER, 2015). Com esse propósito, entre agosto de 2011 e abril de 2013, as taxas foram reduzidas de 12,5% para 7,25% ao ano; o que em um contexto de inflação acumulada em 6,59% significaria juros reais a menos de 1% ao ano. Ademais, a redução na SELIC veio acompanhada de

⁹ Este indicador, estabelecido pelo Banco Central (BACEN), determina a taxa de financiamento no mercado interbancário para operações de um dia, que possuem lastro em títulos públicos federais, títulos estes que são listados e negociados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). No caso dos juros cobrados aos cidadãos e empresas pelas instituições financeiras, a correlação com a Selic se dá em virtude da determinação de que o BACEN recolha todo o excesso de moeda que os bancos têm em caixa, substituindo-o por títulos da dívida interna, cuja remuneração é maior do que quaisquer outros investimentos (FATORELLI, 2015).

¹⁰ Dentre outros mecanismos de origem supra-legal, cabe ressaltar o pagamento de juros por meio da emissão de novos títulos, em detrimento de normativa constitucional (art.167 da CFB) que proíbe este tipo de operação (FATORELLI, 2015, p. 7).

¹¹ A improcedência desta argumentação é demonstrada pela comparação do montante do Orçamento Geral da União (OGU) destinado à remuneração do capital financeiro através do pagamento de juros, em relação ao qual os demais gastos revelam-se irrisórios. Se tomarmos como parâmetro o ano de 2014, por exemplo, observamos que foram despendidos R\$ 978 bilhões (45,11% do OGU) para juros e amortizações da dívida, enquanto que os gastos com saúde, educação e assistência social somados representaram 10.53% do OGU (3.98%, 3.47% e 3.08, respectivamente).

uma estratégia, capitaneada pelo Banco Central (BACEN) para pressionar os bancos privados a reduzirem os *spreads* (idem).

Ao se afastar da égide das classes financeiras em prol de outras frações da burguesia e das classes populares, o governo depositou suas fichas na suposição de que contaria com o apoio desses setores caso os segmentos descontentes se voltassem contra seu governo.

Não foi o que aconteceu. Em dezembro de 2015, duas das mais importantes entidades empresariais do Brasil, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), divulgaram uma nota conjunta em apoio ao afastamento de Dilma Rousseff. De acordo com o comunicado, 91,9% do empresariado local se manifestou em favor da ruptura em levantamento realizado pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp e do Ciesp (Depecon).

Em particular, as lideranças petistas apostaram no setor industrial, acreditando que, a partir dos estímulos concedidos pelo Estado, ele poderia se tornar motor do desenvolvimento brasileiro capitaneado pelo governo, apoiando-o quando fosse necessário. Essa pressuposição se lastreava não apenas nas medidas acima citadas, mas também no fato de que as principais figuras do empresariado brasileiro foram contempladas com contratos generosos com as estatais, em especial a Petrobrás, além do acesso privilegiado a crédito junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e de uma série de outras benesses menos louváveis, posteriormente denunciadas pelos escândalos de corrupção¹².

¹² Como destaca Oliveira (2016), o BNDES adquiriu, na primeira década do século XXI, um tamanho sem precedentes. O Banco chegou em 2013 com sua carteira de desembolsos totalizando mais de US\$ 79 bilhões, ultrapassando todo o desembolso do Banco Interamericano de Desenvolvimento (US\$ 6,9 bilhões) e do Banco Mundial (US\$ 19,8 bilhões), no ano de 2012. A maior parte desses desembolsos, contudo, foi direcionada para um pequeno número de grandes empresas brasileiras, como a Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Vale, dentre outras (OLIVEIRA, 2016).

A despeito desses incentivos e confirmando nossa hipótese inicial acerca da precedência dos interesses financeiros sobre os produtivos, a burguesia empresarial começa a se afastar do governo motivada, dentre diversos fatores, pelas sucessivas ameaças de rebaixamento nos índices de confiança por parte das agências de *rating* e de analistas de mercado (SINGER, 2015). Neste tocante, cabe ressaltar o importante papel realizado por tais entidades ao longo da crise, demonstrando a influência das elites rentistas (e de seus operadores) sobre o sistema político brasileiro¹³.

Essa movimentação do empresariado realça o arranjo complexo que configura as estruturas e relações de tais instituições no sistema político e econômico brasileiros. Se, por um lado, as frações da burguesia produtiva se mobilizam e se organizam por meio de entidades associativas de classe de modo a pleitear e disseminar os seus intentos na sociedade política; por outro, as corporações financeiras – além de se mobilizarem de forma análoga – muitas vezes alicerçam suas atividades de forma a tangenciar e amalgamar sua performance e rentabilidade com a economia “real”. Desse modo, como demonstra Ary Minella (2006), as grandes instituições bancárias brasileiras, ainda que não sejam proprietárias diretas, possuem controle acionário ou relações de interesse em boa parte das grandes empresas não financeiras¹⁴. A forma multifacetada dos rendimentos empresariais também é aqui ilustrada na tabela abaixo, que ilustra as ramificações financeiras de algumas das maiores empresas brasileiras¹⁵.

¹³ Em setembro de 2015, a agência Standards & Poors retirou o selo de bom pagador do Brasil (operando outro rebaixamento em fevereiro do ano subsequente). Em dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, a Fitch e a Moody's, respectivamente, rebaixaram a credibilidade de investimentos no Brasil. Em maio de 2016, a Fitch voltou a rebaixar a nota do país. Milagrosamente, após o impeachment as suspeitas sobre a solvência da economia brasileira foram substituídas por um súbito otimismo acerca da sua capacidade de recuperação, ainda que os fatores materiais responsáveis pela crise (a queda no preço das commodities e a desaceleração no crescimento chinês) não tenham sofrido qualquer alteração.

¹⁴ Dentre esses empreendimentos, o autor realça o surgimento da Bradespar, criada pelo Bradesco, em 2000, para administrar suas participações acionárias. Por meio dessa entidade, o banco manteve importantes participações acionárias em empresas como a Usiminas, Perdigão, Gerdau e outras, passando a ser, ao mesmo tempo, acionista e credor dessas e de outras empresas (MINELLA, 2006, p.19-20).

¹⁵ A tabela demonstra todas as empresas brasileiras que estão na lista das 1000 maiores em 2015, do Valor Econômico, e que também estão cadastradas no Sistema Financeiro Nacional, vinculado ao Banco Central.

Tabela 1 - Empresas produtivas cadastradas no Sistema Financeiro Nacional (2015)

| | | | | |
|--|--|---|---|-----------------------------------|
| CECM Empr. CEMIG | Cretovale (coop. de crédito mútuo dos funcionários da Vale) | CECM func. Emp. Melhoramentos | CECM func Elgin | Brookfield |
| CECM Empr. Samarco Mineração | CC Empr. Grupo Akzo Nobel Brasil | CECM func. Morlan | CECM Empr. Grupo Algar | CC Empr. Grupo Copersucar e CTC |
| Votorantim | Honda | BCO AJ Renner S.A | CECM Empr. Ind. Unilever | CECM e Laboratório B. Braun LTDA. |
| CECME Grupo Bayer LTDA | CCM Empr. Magazine Luiza | CECM Func. Villares Metals | CECM Emp Grupo SBF (Centaurus, ByTennis e Almax Sports) | CCM Func. Editora Globo |
| Pernambucanas | CECM Func Ericsson | Furnas Eletrobrás | CECM Empr. Grupo Saint Gobain | CECM Serv. Cimento Tupi |
| BCO Cargill S.A | CECM Funcionários do grupo Avibrás | CECM Empr. Empresas Grupo Zema | CC Empr Emp Grupo M&G Brasil | CECM Funcionários Bombril |
| Volkswagen BCO | CECM func. do Grupo Lorenzetti | CECM Col Grupo Saint Gobain | CECM Empr Novelis do Brasil e Hindalco do Brasil | CECM Empr. Magnesita |
| CECM Empr. Elektro | BCO Toyota do Brasil S.A | CECM Func. grupo Gerdau - Pindamonhangaba | CECM trab. grupo Itatiaia | CECME Chocolates Garoto LTDA |
| CECMF Sanepar | CECM dos func. do Grupo Vonpar | CECM Empr. Rhodia | CCR Seara | CECM Empr. Confab |
| CECM Empr. Alcoa | BCO Tokyo Mitsubishi BM SA | CECM dos func. do Grupo Gerdau | CECMF Grupo Votorantim | |
| CECMF de prod Roche quim. farm | CECM Func. empr. Owens-Illinois | CECM func. Gerdau Mogi | CCM func. fáb. cimentos Votoran | |
| CECM Empr Vale Fertilizantes Uberab | CECM Empr. Alcatel-Lucent Brasil | CECM Empr. Grupo Saint Gobain Brasil | CECM Empresa Volkswagen Brasil (cooperativa de crédito) | |

Fontes: Valor e Banco Central¹⁶

Legenda: *BCO* - Banco Comercial; *CC* - Cooperativa de Crédito; *CCR* - Cooperativa de Crédito Rural; *CECM* - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo

¹⁶ http://www.valor.com.br/valor1000/2015/ranking1000maiores?orderby=receita_desc e <https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios?lingua=pt>. Acesso em: 15/03/2017;

Sendo assim, conforme argumentação empreendida ao longo dessa seção, acreditamos que – na opção por uma política econômica voltada às atividades produtivas – reside uma importante variável para a compreensão do desmoronamento do pacto que o PT acreditou ter estabelecido junto às elites econômicas e políticas tradicionais. Isso porque a redução dos juros representou uma inédita confrontação à rentabilidade dos investimentos financeiros, dos quais dependiam não apenas os atores identificados com o sistema financeiro, mas, também, diferentes segmentos da burguesia industrial. Não obstante, a essa variável endógena, devem ser conciliadas outras duas de natureza sistêmica, abordadas nas demais seções do trabalho: a primeira concernente a alterações na estrutura global do capitalismo e a segunda, ao caráter vulnerável das economias periféricas, cuja autonomia relativa das elites políticas segue refém da capacidade de atender às demandas do mercado.

Considerações finais

De acordo com a hipótese apresentada neste artigo, a compreensão de um conjunto de variáveis de natureza endógena e exógena nos auxilia a entender a crise política brasileira, sobretudo quando realizada através de uma contextualização multidimensional que abrange os planos nacional, regional e global. Para demonstrá-la, na primeira parte do texto, apresentamos um panorama global marcado pela hegemonia das frações rentistas da elite econômica. Na segunda parte, por sua vez, a partir de uma literatura empiricamente orientada (CAMPELLO, 2015; CARNEIRO, 2012), delineamos um argumento que associa a conjuntura econômica regional à condição periférica dos países nela inseridos, no que diz respeito ao impacto político dos ciclos de abundância e escassez de moeda conversível. Convergindo ambos os planos, observamos como tais variáveis atuaram na ascensão e no refluxo de lideranças progressistas na América Latina, condicionando projetos de crescimento e distribuição voltados às

classes produtivas a períodos nos quais estas dinâmicas não representavam ameaças à rentabilidade dos investimentos financeiros.

Considerando-se, pois, a importância destes elementos na determinação dos graus de autonomia relativa do sistema político face aos interesses das classes hegemônicas, nosso propósito foi correlacioná-las aos fenômenos deflagrados no Brasil ao longo do governo do PT (2003-2016). Nesse tocante, observou-se, portanto, a atuação das seguintes variáveis:

- *Econômicas*: maior afluxo de moeda, principalmente em virtude da elevação das receitas de exportação de matérias primas (*commodities*) e da elevada liquidez internacional (no período que antecede a crise de 2008);

- *Políticas*: capacidade de perseguir uma agenda que contemplasse os interesses da economia real (empregados e empregadores) sem que esta fosse percebida como uma ameaça por parte das elites financeiras, permitindo a formação de uma coalizão de governo capaz de reunir elementos do empresariado brasileiro, das classes populares e das frações rentistas da elite econômica.

Não obstante, para compreendermos o esfacelamento dessa coalizão em um contexto no qual a maioria dos seus integrantes tinha seus interesses contemplados pelo então governo, foi necessário considerar dois fatores. O primeiro se refere ao próprio conceito de hegemonia, uma vez que diz respeito à capacidade das frações hegemônicas de universalizar seus valores e interesses, apresentando-os como sendo convergentes à vontade geral. O segundo diz respeito à dimensão sincrética que corporifica as fontes de acumulação do empresariado brasileiro, dado o caráter indissociável entre capital produtivo e financeiro. Por esse motivo, ainda que nossa hipótese esteja estruturada sob o pressuposto de que a derrocada do governo Dilma esteja associada à prevalência do capital financeiro sobre o produtivo, os atores sociais que atuam nessas duas esferas muitas vezes são os mesmos.

Sob essa perspectiva, a chave para a compreensão do esfacelamento da base aliada diz respeito à prevalência de uma lógica rentista sobre uma lógica produtiva de acumulação capitalista.

Sendo assim, resgatando esse conjunto de variáveis, acreditamos ser capazes de contribuir para a compreensão da aparentemente contraditória ruptura entre o empresariado nacional e uma elite política comprometida com seus interesses – em um contexto no qual, através de um processo de redução acelerada dos juros, disseminou-se a percepção de que as opções do governo ameaçavam a rentabilidade dos empreendimentos financeiros. Esse processo, concomitante à retração da demanda internacional aos produtos brasileiros, revelaram, portanto, o caráter hegemônico dessa lógica de acumulação, mas, também os modos de atuação do nosso empresariado. Como ressalta Carlos Lessa – ex-presidente do BNDES –, o empresariado brasileiro seria o maior beneficiário de um projeto desenvolvimentista; porém, em razão da sua inserção em atividades rentistas, acabam por comemorar, nos bastidores, a elevação das taxas de juros¹⁷.

¹⁷ Ver: <http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/blog/2011/05/10/plano-nacional-de-desenvolvimento-uma-conversa-carlos-lessa/>. Acesso em: 18/06/2017

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio H. H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, pp. 5-34, 1998.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil, in: *Texto para Discussão*. Campinas: IE/Unicamp, n. 257, 2015. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3410&tp=a>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

BITTENCOURT, Marco Aurélio. *Quatro Ensaios Sobre Interação Entre Política Fiscal e Monetária. Estudo de Caso Brasil: Pós-Plano Real*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Brasília, Novembro de 2003.

BOSCHI, Renato. *Desenvolvimento, Pactos Políticos e Re-industrialização: desafios para o Brasil*. 9º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. *Estudos avançados*, v. 26, n. 75, p. 7-28, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente. *Novos estudos – CEBRAP*. São Paulo, n. 95 Mar. 2013. p. 5-14.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. *Texto para Discussão*, n. 274, 2010. p. 2-38.

BUKHARIN, N. *La economía política del rentista: crítica a la economía marginalista*. México: Editora Passado y Presente, 1974.

CAMPELLO, Daniela. The politics of financial booms and crises: Evidence from Latin America. *Comparative Political Studies*, n.47.2 (2014): 260-286

CAMPELLO, Daniela. *The Politics of Market Discipline in Latin America: Globalization and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina, in: *Macroeconomía del desarrollo*. Santiago: CEPAL, 2012.

COX, Robert. *Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. Pp. 101-123.

CROTTP, J. and EPSTEIN, G. In Defense of Capital Controls., In: *Socialist Register* 118–49. New York: Monthly Review Press (Leo Panitch, Editor), 1996.

DE SOUZA BRAGA, José Carlos. A financeirização da riqueza: a macro estrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. *Economia e sociedade*, v. 2, n. 1, p. 25-57, 2016.

DRAKE, P. Comment, in: DORNBUSCH, R. and EDWARDS, S. (org.) *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1992. pp. 35–40.

EPSTEIN, G; POWER, D. 2003. *Rentier Incomes in OECD Countries: An Empirical Examination of Trends and Cycles in some OECD Countries*. University of Massachusetts, PERI, 2003.

FRENCH-DAVIS, Ricardo. *Macroeconomía, comercio y finanzas para reformar las reformas en América Latina*. Chile: McGraw-Hill, Cepal, 1999.

FURTADO, C. (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Nova edição: Centro Internacional Celso Furtado/Contraponto, 2009.

GODOY, Priscila H.; GURGEL, Angelo C. Os Impactos das Políticas de Estímulo à Indústria Brasileira. 42º Encontro Nacional de Economia (FEA-USP), 2014.

GRAMSCI, A. Caderno 13 (1932-4): Breves notas sobre a política de Maquiavel), in: *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Volume 2: Os intelectuais*. O princípio educativo. Jornalismo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000b.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1968.

HARVEY, David. *The Limits to Capital*. London/Nova York: Verso, 2006.

HARVEY David. *Neoliberalismo : História e Implicações*. São Paulo: Loyla, 2008

KALECKY, M. Political Aspects of Full Employment. In: OSIANTYNSKI, J. *Collected Works of Michal Kalecki*, Vol. I. New York: Oxford University Press, 1990.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 76, nov. 2006. p. 17-41.

MACHADO, Eiel. *Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais*. Revista Lutas Sociais, vol. 21/22. São Paulo, 2009.

MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. O Rendimento e Suas Fontes (Teorias da Mais Valia), in: *Marx, coleção "Os Pensadores"*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MINELLA, Ary. Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados. *V workshop empresa, empresários e sociedade. O mundo empresarial e a questão social* (PUCRS). Porto Alegre, maio de 2006.

MOTTA, Luiz Eduardo. Nicos Poulantzas, 30 anos depois. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 33, jun. 2009. p. 221-228.

NASCIMENTO JÚNIOR, Wanderley dos Reis. *A amplitude da maré rosa: uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai*. 2017. Dissertação de mestrado em Integração da América Latina. Foz do Iguaçu: UNILA, 2017.

NAYYAR, D. Globalisation, history and development: a tale of two centuries. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, n. 30, 2006. p. 137 - 159.

PATNAIK, P. Money, Finance and Contradictions of Capitalism. In: GHOSH and CHANRASEKHAR. *Work and Well-Being in the Age of Global Finance*. New Delhi: Tulika Books, 2003.

OLIVEIRA, Alexandre L. O BNDES como ator da política externa brasileira no governo Lula (2003-2010). *Revista brasileira de geografia econômica - Espaço e Economia*, Rio de Janeiro, n. 8, ano IV, 2016. p. 1-17.

POLANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado, in: *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, p.3-41: 1975 [1977].

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977.

ROBINSON, W. I. Capitalist Globalization and the Transnationalization of the State. In: Transatlantic Conference on

Historical Materialism and Globalization, 1998, Warwick.
Disponível em:
<<http://www.aporrea.org/actualidad/a7879.html>>. Acesso em
22 jan. 2017.

SILVA, Mayra. O refluxo da Maré Rosa e o impasse do
chavismo na Venezuela. *Breviário de Filosofia Pública*. Nº
138, 10/2015 [81-87]. Rio de Janeiro: UFF, 2015.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio
desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff
(2011-2014). *Novos Estudos (CEBRAP)*, ed. 102, jul/2015. p.
43-71.

STIGLITZ, J. E. *Globalization and Its Discontents*. New York:
Norton & Company, 2002.

STOKES, Susan C. What do policy switches tell us about
democracy?, in: *Democracy, accountability, and
representation*. London: Cambridge University Press, 1999

STOKES, Susan. *Neoliberalism by Surprise in Latin America*.
London: Cambridge University Press, 2001.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A
economia política dos governos FHC, Lula e Dilma:
dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento
econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número
Especial, p. 909-941, dez. 2012.

TOLEDO, Sara B. de; BRAGA, Valquíria K. Dinâmicas
internas e externas na conjuntura do fim da hegemonia petista
no Brasil, in: *AYERBE, Luis F. (org.). Análise de Conjuntura
em Relações Internacionais: abordagens e processos*. São
Paulo: Editora UNESP, 2016.

Palavras-chave:

Hegemonia,
Financeirização,
Periferia,
Política
Econômica,
Partido dos
Trabalhadores,
América Latina.

Resumo A dissolução da era Bretton Woods e o subsequente processo de financeirização do capitalismo global demarcaram uma inflexão nas relações entre economia e política, traduzindo-se na hegemonia das frações rentistas sobre os demais segmentos da elite (NAYYAR, 2006; EPSTEIN & POWER, 2003) e na modulação das margens de autonomia dos governos face às pressões do mercado (CAMPELO, 2015). Diante deste panorama, o objetivo deste paper é oferecer um enquadramento analítico para a compreensão dos fenômenos que levaram à interrupção do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Para isso, foi utilizada uma metodologia multidimensional que abrange variáveis endógenas e exógenas capazes de contemplar a singularidade do caso brasileiro, mas, também, sua inserção em um contexto regional e global.

Keywords

Hegemony,
Finance,
Periphery,
Economic
Policy,
Partido dos
Trabalhadores,
Latin America.

ABSTRACT: The aim of this article is to provide an analytical framework for understanding the phenomena that led to the discontinuation of the Partido dos Trabalhadores government (2003-2016), considering the dissolution of the Bretton Woods era and the subsequent process of financialisation of global capitalism. For this purpose, the methodology encompasses endogenous and exogenous variables in order to be capable of contemplating the Brazilian case and its insertion in a regional and global context. The conclusions of this work were able to show the false contradiction around the financialization/productive development binomial, since the sources of accumulation of the Brazilian business sector assume a syncretic dimension, in which financial capital does not dissociate itself from the productive one.

Recebido para publicação em junho/2017

Aceito para publicação em outubro/2017

Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil

Jorge Chaloub

Universidade Federal de Juiz de Fora (BRA)

Pedro Luiz Lima

Universidade Estadual de Londrina (BRA)

É abundante, entre muitos cientistas políticos e sociais brasileiros, a caracterização do “impeachment” da presidenta Dilma Rousseff como um *golpe* (Singer, 2016; Santos, 2017; Miguel, 2016; Souza, 2016; Avritzer, 2017; Braga, 2016). A depender da ênfase do narrador e do contexto da narrativa em que o termo desponta, o golpe de 2016 aparece quase sempre acompanhado de um dentre três adjetivos: parlamentar, jurídico (ou constitucional) e midiático. Por vezes, forma-se uma justaposição para incrementar o qualificativo, estando o golpe revestido ora de um caráter midiático-parlamentar, ora de uma natureza jurídico-midiática – e de tantas outras possíveis combinações.

Ainda que não se deva enfraquecer o sentido profundo e as consequências imediatamente trágicas intrínsecas ao substantivo em questão, a adjetivação implica o reconhecimento de traços específicos ao acontecimento que, por diversas razões, cumpre precisar. Em perspectiva histórica, o marcador de especificidade faz-se necessário para diferenciar esse golpe dos eventos transcorridos em 1964, sob o protagonismo não exclusivo dos atores militares. Em termos políticos, ele faz ressaltar os modos contemporâneos com que se traveste a destituição ilegítima da mais alta representante da soberania popular – ilegitimidade que prescinde das armas para se consumir, fazendo apelo, em nosso caso, aos instrumentos mais amenos da toga e dos microfones.

Por suposto, aqueles adjetivos não são concorrentes, e enfatizar um deles não obstrui o reconhecimento da ampla validade dos demais. Trata-se de mera e, no mais das vezes, incontornável prudência analítica – o que não raro leva a uma maior acuidade do que a pretensão de buscar desde logo a totalidade dos sentidos de uma história cujo entardecer, em sentido hegeliano, parece ainda bastante distante no tempo. É assim, concorrendo para a explicitação de apenas uma das características mais determinantes desta história preñe de determinações, que o presente artigo buscará contribuir para a interpretação do *componente jurídico* do golpe de 2016.

Associa-se, em geral, o uso do termo golpe jurídico ou constitucional à identificação do fato de que esse golpe se revestiu de todas as formalidades legais para a deposição da presidenta, eleita em outubro de 2014. Com efeito, o próprio instrumento do “impeachment” como mecanismo de destituição confere ao evento a aparência de legalidade e de cumprimento dos procedimentos previstos na carta constitucional. Há, contudo, um segundo sentido que sustenta uma análise mediada pela categoria de golpe jurídico – e, nesse caso (que mais nos interessa) importa salientar que a substituição de “jurídico” por “constitucional” não teria apenas efeitos estilísticos. Um golpe constitucional poderia ser aquele

realizado sob a vigência da Constituição, situação em que os *golpistas* seriam uma entidade indeterminada, passível ou não de incluir atores vinculados à aplicação da lei; o golpe jurídico, por seu turno, embute a participação ativa das instituições judiciais, e de alguns de seus atores específicos, na ruptura “legal” das regras do jogo democrático. É este último sentido, mais enfático e proativo, que buscaremos desenvolver no que segue.

Importa ainda uma delimitação significativa de nosso objeto. A participação destacada de membros do Supremo Tribunal Federal, de outras instâncias do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal na tessitura do golpe de 2016 tem evidências que deixam pouca margem para interpretações abonadoras. Essa participação, por vezes individual, por vezes institucional, prescinde de arranjos prévios, à moda conspiratória, e se efetiva de modo claramente heterogêneo – contrastando-se, por exemplo, a função persecutória do MPF e da primeira instância do Judiciário com o poder de chancela do STF.

Que o golpe tenha sido (também) jurídico, não constitui uma hipótese deste trabalho, mas antes seu ponto de partida, razão pela qual não nos demoraremos na argumentação sobre esse ponto, cabendo a título introdutório apenas a enumeração, evidentemente não exaustiva, de fatos indisputados e fartamente noticiados que sinalizam um protagonismo – ou ao menos uma concentrada vontade de protagonismo – no processo de formação do contexto político do “impeachment” de Dilma Rousseff:

a) em 27 de julho de 2015, o Procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava-Jato no Ministério Público Federal, convocou fieis de uma Igreja Batista do Rio de Janeiro para participarem de uma “pregação contra a corrupção” no dia 16 de agosto do mesmo ano – data agendada de uma mobilização cujos alvos prioritários

eram o governo de Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (Mello Franco, 2015);

b) em 04 de março de 2016, nove dias antes de outra manifestação pró-impeachment agendada para o dia 13 do mesmo mês, realizou-se uma condução coercitiva, autorizada pelo juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, para inquirir o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva;

c) na manhã de 16 de março de 2016, por volta das 11h, começou a ser anunciado, em diversos meios de divulgação de notícias, que o governo enfim decidira, depois de dias de hesitação, pela nomeação do ex-presidente Lula para o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. Algumas horas depois, por volta das 16h, o juiz Moro levantou o sigilo de áudios interceptados contendo diversas conversas do ex-presidente Lula com interlocutores com foro privilegiado, até mesmo a presidenta Dilma. Fatos correlatos: dias depois, quando os áudios já haviam sido veiculados diuturnamente pelos meios de comunicação, a suspensão do sigilo foi duramente criticada pelo ministro Teori Zavascki, caracterizada como uma usurpação de função do STF por um juiz de primeira instância. Os processos envolvendo Lula chegaram a ser retirados da Vara de Curitiba e passaram aos cuidados do ministro Teori; em junho do mesmo ano, contudo, após um pedido de desculpas do juiz Moro, os processos voltaram à Vara de Curitiba. Não houve sequer a abertura de processo disciplinar para investigar as ações de Moro;

d) em 18 de março de 2016, dois dias depois do anúncio da nomeação e da suspensão do sigilo, o ministro Gilmar Mendes deferiu liminar apresentada pelo Partido Popular Socialista (PPS) suspendendo a nomeação de Lula, sob alegação de que os áudios ilegalmente divulgados comprovariam que a nomeação visaria apenas à concessão de foro privilegiado ao nomeado e de que, portanto, teria havido um desvio de

finalidade que invalidaria o ato da Presidência da República. Fato correlato: onze meses depois, julgando liminar apresentada pela Rede Sustentabilidade contra a concessão de status de ministro para Moreira Franco, então secretário-geral do presidente Michel Temer, o ministro Celso de Mello indeferiu o pedido de suspensão da nomeação. A despeito da decisão diametralmente oposta em circunstância de evidente similaridade, seu despacho cita o conteúdo da decisão supracitada de Gilmar Mendes como sendo “impregnado de brilho e de profundidade de análise”;

e) em 05 de maio de 2016, pouco mais de duas semanas depois de Eduardo Cunha ter presidido a sessão de 17 de abril em que foi aberto o processo de impeachment da Presidenta da República, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu unanimemente pelo afastamento de Cunha da presidência da Câmara e do mandato parlamentar. O STF havia recebido a denúncia do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, contra o então presidente da Câmara dos Deputados, em 20 de agosto de 2015 – mais de oito meses antes do julgamento.

Os fatos acima enumerados situam-se, no contexto imediato, nos meses em que transcorreu o processo político de afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República. O recorte, de fins introdutórios, não equivale a uma estrita limitação temporal das manifestações do *componente jurídico* do golpe de 2016; convergimos, ademais, com a interpretação segundo a qual a participação das instituições judiciais no golpe de 2016 pode e deve ser remontada ao julgamento da ação penal 470 (Koerner e Schilling, 2015; Santos, 2017). Como anteriormente assinalado, não se trata aqui, contudo, de empreender pormenorizada reconstrução factual daquela participação. Assim, identificados brevemente alguns momentos convergentes para a cristalização do golpe, interessa-nos mais, aqui, investigar o *modo* de atuação de atores das instâncias judiciárias do que simplesmente atestar tal envolvimento. Uma vez apontada a efetividade daquela atuação, importará *compreender* o componente jurídico do golpe;

ou, em outros termos, caberá reconstruir o sentido histórico da atuação política de alguns dos protagonistas jurídicos do golpe de 2016.

Visando contribuir com a já vasta produção sobre a crescente relevância do poder Judiciário e do Ministério Público na cena política brasileira das últimas décadas¹, serão analisadas algumas manifestações públicas desses protagonistas, como o membro da operação Lava-Jato, Sérgio Moro, e o ministro do STF, Luís Roberto Barroso. A relevância da análise de tais declarações decorre do seu papel na construção de uma nova forma de ator político, o “jurista político”², que, sem dúvida, possui continuidades com o personagem do bacharel, central na história política brasileira, mas também cultiva feições bem distintas. Enquanto o bacharel destacava-se nos salões do parlamento e gabinetes ministeriais, atuante nos espaços do Executivo e nas tribunas parlamentares, mas presente no Judiciário quase sempre em momentos de ascensão ou ocaso, o jurista político atua, sobretudo, por meio das suas colocações em um Poder Judiciário revigorado após a Constituição de 1988.

A ressonância das suas falas não pode ser vislumbrada, entretanto, apenas através dos autos processuais, por mais relevante que seja uma pesquisa de tal feitio. É nas arenas públicas, por meio de palestras, conferências e entrevistas que esse personagem sai dos corredores dos tribunais e se torna um tipo de intelectual público, munido, todavia, de instrumentos de poder que seus pares de outrora apenas sonharam utilizar. Compreendê-lo requer atenção aos mecanismos de construção da sua *persona* pública, por meio das suas manifestações na academia e, principalmente, da sua representação na mídia³, onde se explicita a

¹ O tema, objeto de uma larga bibliografia, constitui um dos principais objetos de preocupação de cientistas sociais e juristas ao longo dos últimos anos.

² O termo foi utilizado por Werneck Vianna para analisar o papel da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) durante a redemocratização (VIANNA 1986). No presente texto, seu uso possui feição diversa, como será discutido oportunamente.

³ As relações entre mídia e Judiciário são objeto de uma ampla bibliografia, como o clássico trabalho de GARAPON, 1998.

ambivalência de discursos cujo conteúdo indisfarçadamente político é construído e fortalecido sob o manto da “autoridade jurídica” do emissor.

Se a posição de poder na instituição judicial é requisito necessário, apenas com o destaque na arena política mais ampla é possível tornar-se um efetivo jurista-político, que passa frequentemente a subordinar sua atuação profissional aos ritmos do debate público, invertendo a fórmula tradicional do Judiciário que, com vistas a resguardar seu poder contramajoritário⁴ e se revelar capaz de evitar os males da temida “tirania da maioria”⁵, deveria, aos olhos de certo republicanismo e liberalismo, falar apenas por meio dos autos e tomar distância das volições das massas. O jurista-político, em regra, dirige-se a um público de quem se espera, mais do que o consentimento passivo, uma reação mobilizadora cujo efeito intencional consiste, dentre outros, na ampliação da legitimação política dos próprios juízes e procuradores.

Justamente por isso, a ênfase do texto não recai sobre suas manifestações nos autos processuais, certamente relevantes, mas, na atual conjuntura, por vezes menos centrais para compreender o sentido das suas ações. Em chave distinta, o artigo aborda as expressões destinadas ao grande público desses personagens, analisando seus artigos jornalísticos, entrevistas, palestras, declarações e livros voltados para um público não especializado; por esses meios, vislumbra-se uma atuação que precisa, quando se preocupa com as aparências, manter o equilíbrio tênue que visa, de um lado, assegurar o “argumento de autoridade” sem incorrer em excesso de tecnicidades e, de outro, preservar o “sentido de intervenção” na realidade sem deslizar para a vulgar pregação política. Uma vez que nosso intento no presente artigo consiste em perscrutar as formas pelas quais os discursos dos juristas vêm se firmando na arena política atual, a atenção aos

⁴ A ideia do caráter contramajoritário do Poder Judiciário é ponto central da noção de “checks and balances” dos Federalistas norte-americanos.

⁵ A “tirania da maioria” é tema clássico da teoria liberal, presente nas reflexões de autores como John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville.

enunciados implica o posicionamento epistemológico de levar a sério sua atuação *enquanto jurista político*. Em outros termos, entende-se aqui que a interpretação cuidadosa do conteúdo dos ditos e escritos dos juízes deve ser encarada como fonte prioritária para a *reconstrução do sentido político* de suas ações e expressões, para além de supostas vinculações partidárias ocultas que estariam a moldar de antemão sua atuação. Não se buscarão, pois, tais vinculações ocultas situadas em algum plano profundo de determinações, tarefa sujeita a delírios conspiratórios – trata-se, antes, da valorização, enquanto potencial fonte de conhecimento, daquilo que transparece na superfície mesma desta atuação e que resta cristalizado nas palavras publicamente empregadas.

A análise das expressões externas aos fóruns jurídicos busca apreender a criação deste novo tipo de ator político, cuja emergência está diretamente relacionada, em linhas gerais, a processos que ultrapassam nossas fronteiras, como à própria Judicialização da Política; a transformações, em termos locais, nas instituições políticas brasileiras (caso do novo papel do Judiciário no arranjo da Constituição de 1988) e mesmo a mudanças mais vinculadas à atual conjuntura, caso das transformações no debate político após junho de 2013. Por outro lado, o trabalho também busca demonstrar como seus discursos foram relevantes tanto para o Golpe de 2016 quanto para a consolidação, ao menos inicial, do governo Temer. Não que haja, evidentemente, uma relação de causalidade unilinear entre narrativas públicas e eventos políticos, mas é inegável que toda ordem requer símbolos e argumentos para sua emergência e legitimação. Neste sentido, não se pode compreender a ruptura democrática e as claras transformações no debate público dos últimos anos, com a manifesta emergência de vários matizes de uma Nova Direita⁶, sem olhar para o papel da atuação destes atores enquanto um novo tipo de intelectual público. Ao contrário dos que argumentam a respeito da formação de uma “casta

⁶ Sobre a “Nova Direita”, ver CHALOUB, PERLATTO, 2016 e CRUZ, KAYSEL, CODAS, 2016.

jurídica” no país (Souza, 2016), partimos da hipótese de que a atuação política dos setores jurídicos se realiza precisamente – para além do insulamento institucional – pela forma como eles produzem e reproduzem (e se apropriam de) valores e narrativas difundidas por setores material e simbolicamente dominantes da sociedade.

O artigo abordará inicialmente algumas das condições institucionais da emergência desse personagem do jurista-político; tratando, de forma breve, da nova feição do Judiciário após 1988 e da sua inserção em um movimento global de maior monta. Depois, o texto versará sobre dois dos mais relevantes personagens desse tipo: o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, e o juiz Sérgio Moro, de modo a perceber as distinções e proximidades entre seus discursos e personas públicas.

A evidente escolha de Sérgio Moro, por certo a mais popular figura de destaque dentre os juristas políticos emergentes na atual conjuntura, contrapõe-se à opção menos óbvia de abordar o pensamento de Barroso. Pensando em termos de presença no Supremo Tribunal Federal e de um tom ostensivamente político, a análise poderia se fixar, por exemplo, em Gilmar Ferreira Mendes. Caso o olhar se voltasse para magistrados mais cotados para concorrer a cargos majoritários, o texto poderia se aprofundar no ex-ministro Joaquim Barbosa, ou mesmo na atual presidenta do STF, Carmen Lúcia. O constitucionalista carioca congrega, todavia, algumas características interessantes para serem exploradas, ao conjugar o esforço de construir uma narrativa mais ampla para o passado e futuro nacionais com uma clara presença nos debates públicos, apresentada, entretanto, como manifestação de alguém que se subtrai à disputa passional da política. A narrativa, como claro esforço de produzir uma interpretação do país, permite perceber com clareza as afinidades mais amplas, em relação a aspectos fundamentais da sua visão de mundo, de setores distintos do Poder Judiciário que se mostraram favoráveis ao Golpe de 2016. A presença midiática sob o signo da neutralidade expõe, por sua vez, o procedimento

típico de atuação política do Judiciário, que age como ator político por meio da retórica de que não o faz. As diferenças de estilo entre o herói de toga e o intelectual ministro explicitam, ademais, convergências e distinções em meio a esse heterogêneo grupo que, contudo, agiu e age muitas vezes de modo consonante em meio à crise política.

Os juristas e o Judiciário

A história política brasileira tem no protagonismo dos bacharéis uma das suas marcas. Seja à frente do longo processo de construção do Estado, como artífices da definição de uma linguagem política que tem no Direito sua principal fonte, ou liderando os debates no parlamento, os egressos das faculdades de direito ocupam posições de franco destaque ao longo de décadas⁷. Há, nesse sentido, vasta literatura sobre o papel dos juristas – egressos dos bancos de Coimbra – na construção da ordem imperial, a despontarem no Conselho de Estado e no Parlamento, e não menos volumes sobre seu destaque na Primeira República, quando por vezes colegas do mesmo ano na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco sucediam-se na Presidência da República, nos mais destacados ministérios e em mandatos legislativos. (CARVALHO, 1980; ADORNO, 1988; COELHO, 1999; VENANCIO FILHO, 2004).

A Revolução de 1930 rompeu vários fios da tradição política brasileira, mas continuou a adotar o Direito como forma privilegiada de ordenação do mundo e contar com os bacharéis em postos de destaque. Tanto pelo protagonismo de típicos bacharéis à frente do Estado, casos de Francisco Campos e Gustavo Capanema, quanto pela continuidade do papel do Direito, que preponderava sobre o mercado como instrumento primordial de organização da sociedade pelo Estado, tendo no Direito do Trabalho um

⁷ O papel de destaque dos juristas na construção dos Estados ocidentais é ponto de ampla bibliografia, já notado por alguns dos clássicos das Ciências Sociais, caso de WEBER, 2011.

instrumento privilegiado (VIANNA, 1999). A República de 1946 trouxe algumas modificações, com os bacharéis a disputarem os postos de direção do Estado com portadores de um discurso econômico em vias de especialização, que tinha no conceito de planejamento aspecto central. Os aparatos jurídicos, entretanto, não perderam seu posto de destaque, fortemente presente a ideia de organização do mundo a partir do direito e merecedores de amplo destaque bacharéis das mais diversas estirpes (CHALOUB, 2015; ALMINO, 1980).

Maior ruptura, por sua vez, ocorre após o Golpe Militar de 1964. A ditadura nutria explícita desconfiança do verbalismo jurídico, identificado às fraquezas da democracia parlamentar destronada pela força, e cultivava claro entusiasmo pelo discurso técnico da progressivamente autonomizada economia. Os bacharéis serão relegados às coxias, superados por nomes como Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen, Roberto Campos e João Paulo Reis Velloso, todos a conjugarem com maior naturalidade os verbos do campo econômico. Ao preservar sob autoritário jugo a aparente normalidade de algumas das instituições da democracia representativa, como o Legislativo e o Judiciário, os militares acabaram por retirar delas parte da legitimidade pública, inculcando frente à maior parte da população uma clara desconfiança de sua efetividade; enquanto, por outro lado, conferiam aos aprendizes de feiticeiro da linguagem econômica a aparência de segurança e precisão. Nesse sentido, a predominância do discurso econômico ante os demais vocabulários do debate público, marca do crescente neoliberalismo na passagem das décadas de 1970 para 1980, em diversas partes do mundo, encontrou franca afinidade com as transformações empreendidas pelo regime autoritário brasileiro.

A redemocratização representou um freio nesse processo. Voltava à cena o discurso jurídico e se abriam as portas para a ação política com maior grau de liberdade (SANTOS, 1985). Fruto de amplo processo de mobilização popular, mas também atravessada por evidentes permanências

autoritárias, a Constituição inaugurava um novo tempo marcado por reminiscências do passado. Uma novidade surgia, entretanto, em meio ao cenário jurídico: o amplo fortalecimento do Poder Judiciário. O manifesto protagonismo dos bacharéis, anteriormente destacado, sempre teve como contraponto o lugar secundário dos juízes, constantemente subalternos ao Executivo. Mesmo o Supremo Tribunal Federal carecia de maior prestígio, habitado frequentemente por juristas de menor quilate ou próximos do ocaso.

Dotado de sua forma moderna com a Proclamação da República, o Judiciário atravessou a Primeira República sem concretizar a imaginação de Rui Barbosa, que dele esperava um papel semelhante ao seu congênere norte-americano, a funcionar como importante poder estabilizador do regime nascente (LYNCH, 2014). A vaga centralista da Revolução de 1930 não lhe trouxe melhor sorte, com a emergência de tempos ainda mais difíceis quando da ascensão do Estado Novo. A República de 1946 parecia reservar-lhe outra fortuna, tendo em vista a imaginação de tons ruibarbosianos dos antivarguistas autores do Manifesto dos Mineiros e a aposta deles em uma transição inicialmente capitaneada pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Com a exceção de seu destaque na cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e dos mandatos de seus parlamentares, não coube ao Judiciário maior proatividade nem na ascensão, nem na queda da breve experiência democrática. A Ditadura Militar reduz ainda mais a liberdade formal e efetiva, com aposentadorias compulsórias – como a dos ministros Evandro Lins e Silva, Victor Nunes Leal e Hermes Lima –, modificações na composição do Supremo Tribunal Federal e hipertrofia da jurisdição militar, marcas da conhecida desconfiança do regime perante os civis.

Nesse cenário, a Constituição de 1988 representa uma brusca mudança. O texto constitucional tornou o Judiciário fórum privilegiado das expressões políticas da sociedade, conferindo-lhe, nesse sentido, amplo

protagonismo nas mais diversas disputas sociais. Há, por certo, continuidade no papel de destaque dos juristas – em que pese o lugar cada vez mais hegemônico do discurso da economia no cenário público –, tendo em vista que “o continuar-descontinuando da Carta de 1988 se expressa na operação que faz do direito a sua principal referência ético-pedagógica” (VIANNA, 2008, p. 101). O mesmo, todavia, não se pode dizer em relação aos juízes, que saem de um papel secundário no jogo político para uma estrutura que lhes permitiria, em algum tempo, tomar a frente da cena.

A ausência de um anteprojeto como diretriz dos debates constituintes e a amplitude da coalizão pluriclassista à frente do processo de transição operou de modo a conferir amplos direitos e garantias na Constituição, como forma de compensar, frente aos desejos das forças mais progressistas, parte da ausência de conquistas mais ousadas em um primeiro momento (VIANNA, CARVALHO, MELO, BURGOS, 1999, p. 41). Desse modo, surge uma carta constitucional afinada com as mais progressistas fórmulas do Constitucionalismo do pós-1945, inspirada por uma filosofia política comunitária (CITTADINO, 1999; LESSA, 2008), que atribui ao direito a possibilidade de ação moral no mundo, retomando o tema da justiça então relegado a outras esferas pelo Positivismo Jurídico mais tradicional⁸. As mudanças passam pelos direitos conferidos, mas, sobretudo, pelo que Werneck Vianna e Marcelo Burgos chamaram de “revolução processual”, com o aumento dos instrumentos de ação jurídica do cidadão perante o poder público, de modo a construir ao lado da representação política mais tradicional outra forma de democracia participativa⁹.

⁸ Há, por certo, diversas variantes do positivismo, com tratos diversos sobre a relação entre Direito e Justiça. Nenhuma delas, entretanto, deixará de conferir reduzido papel, senão nenhum, ao direito enquanto realização de ideais ético-morais.

⁹ Merecem destaque, neste sentido, o amplo rol de legitimados para propor ações diretas de inconstitucionalidade (ADIN's), arguições de descumprimento de preceitos fundamentais (ADPF's), ações de inconstitucionalidade por omissão (ADO's) e ações declaratórias de constitucionalidade (ADC's), de modo a conferir a importantes agentes da sociedade civil, como organizações classistas, a possibilidade de continuamente discutir o sentido da Constituição. Também relevante é a criação do mandado de injunção, que confere ao

O processo não é especificidade brasileira. Há ampla bibliografia, com diagnósticos diversos, sobre os processos de Judicialização da Política e das Relações Sociais nas democracias ocidentais do pós-guerra (CAPPELLETTI, 1988; TATE, VALLINDER, 1997; HABERMAS, 1998). O caráter mais amplo do fenômeno não retira, entretanto, suas manifestações locais específicas. O protagonismo do Judiciário em uma sociedade com ampla tradição de intervenção do direito (e destaque dos bacharéis) nos mundos da política e da economia por certo produz características específicas, que ainda estão por ser compreendidas de forma pertinente.

A bibliografia já apontou com clareza a demora do Judiciário em assumir seu novo papel (VIANNA, CARVALHO, MELO, BURGOS, 1999), já que boa parte dos juízes se formaram e tomaram posse ainda em um contexto autoritário¹⁰. O fato – que tem por bom exemplo a interpretação redutora do mandato de injunção pelo Supremo Tribunal Federal, praticamente retirando a efetividade do instituto – expõe a natural demora dos indivíduos em compreenderem e se ambientarem com as instituições. A maior maturação do atual cenário não deve, entretanto, ser tomada como forma definitiva. A Constituição de 1988 ainda continua a produzir novos efeitos, dentre os quais esse novo tipo de protagonismo do Judiciário estudado no presente artigo.

cidadão a possibilidade de demandar ação efetiva do poder público para viabilizar os direitos previstos na Carta de 1988, e a reorganização do próprio Judiciário, com a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, fundamentais para a ampliação do acesso à Justiça e a concretização de boa parte da legislação ordinária criada no início da década de 1990, como o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o Estatuto do Idoso (EI) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os efeitos são sentidos no impressionante aumento no número de novos processos, que passam de 350.000 em 1988 para 8.500.000 em 1998 (VIANNA, CARVALHO, MELO, BURGOS, 1999, p. 11). Por fim, cabe mencionar o novo papel institucional atribuído ao Ministério Público, o qual não mais atua como órgão do Estado, mas como suposto defensor dos interesses da sociedade (ARANTES, 2002; SADEK, 2008).

¹⁰ O último juiz do STF nomeado pela Ditadura Militar, José Carlos Moreira Alves, apenas se aposenta, por exemplo, em 2003.

Aproveitando-se de uma crise que tem na sua ação uma das causas, com um agressivo ataque às efetivamente corrompidas relações entre classe política e poder econômico do Brasil, juízes e promotores tomam o centro da cena pública, atuando não apenas como representantes da sua corporação, mas como intelectuais públicos hábeis para opinar e influenciar as mais diversas áreas da disputa política. A cena armada pela Constituição de 1988 é a base para a sua ação – que, entretanto, em muito a ultrapassa – articular diversas outras linguagens e condições institucionais. De um lado, há uma clara mobilização de um repertório que atribui aos profissionais do direito o papel de elite ilustrada, movidos pelo sentido de dever e com a missão de expurgar o país dos seus vícios. O tom, ora mais contido, como de Luís Roberto Barroso, ora mais messiânico, como o de Sergio Moro, aponta no mesmo sentido de uma percepção rebaixada e corrupta do Estado, que se opõe a uma visão que aponta o mercado como lugar do moderno, sem que o papel dos corruptores na trama atacada ganhe atenção semelhante ao dos corrompidos. Por outro lado, há a construção de um cenário midiático em que o controle de discursos públicos é profundamente eficiente. São vastas as evidências sobre a enorme concentração da mídia brasileira, ainda responsável pela (enorme) maior parte do conteúdo veiculado, mesmo nas redes sociais. A emergência desses personagens, que explicitamente assumem a utilização interessada da mídia, vem ao encontro da adoção de um forte discurso antipolítica da imprensa.

O presente texto buscará compreender esse movimento a partir de dois dos mais relevantes “juristas políticos” a emergirem na presente conjuntura: Luís Roberto Barroso e Sérgio Moro. O olhar para os atores nos permite delinear com mais clareza esse novo tipo de ator político, que destoa do antigo bacharel por seu estilo de atuação, mas guarda certas marcas da tradição pátria de protagonismo do Direito. Por outro lado, mesmo não identificados com a retórica econômica crescentemente relevante após a Ditadura Militar, eles comungam de certo elogio à

centralidade do mercado como instrumento de organização do mundo social, por vezes agindo como atores que recusam o protagonismo da razão pública presente no Direito para concederem a determinado saber técnico econômico a centralidade nos embates políticos. Essa conciliação entre tradições – de certo modo um encontro entre a longeva linguagem jurídica e a nascente gramática econômica – permite interpretar esses atores como personagens atinados a um novo tempo, distantes de qualquer arcaísmo.

Luís Roberto Barroso: o liberalismo de elites virtuosas

Após seu ingresso no Supremo Tribunal Federal, há quatro anos, Luís Roberto Barroso cedo se tornou um dos líderes da Corte. O prestígio como constitucionalista, por meio da sua produção bibliográfica e da participação em grandes julgamentos do Tribunal, como os do aborto de fetos anencéfalos e da extradição de Cesare Battisti, já lhe conferia bom destaque em seus primeiros passos enquanto ministro. A desenvolvida participação nos debates públicos será, entretanto, peça fundamental para sua crescente influência, não apenas dentro do STF, mas enquanto intelectual público apto a opinar sobre os mais diversos temas em disputa, mesmo aqueles sobre os quais, provavelmente, será demandado a se manifestar no plenário do Tribunal. Uma breve consulta ao site pessoal do ministro¹¹ nos permite encontrar manifestações sobre inúmeros assuntos, em leque que vai desde a legalização das drogas até as propostas de reforma política. Ao longo das suas muitas conferências, textos e entrevistas, repetem-se, contudo, alguns argumentos que permitem vislumbrar uma perspectiva de mundo e país distante de qualquer novidade ante muitos precursores, mas muito clara em seus fundamentos e, sobretudo, apta a apontar um caminho para sua própria atuação. Do discurso do ministro, ganha contorno um liberalismo de elites crítico a qualquer protagonismo do Estado, o mesmo sempre secundário ante um olhar para sociedade civil vista

¹¹ <http://www.luistrobertobarroso.com.br>

como território privilegiado do mercado. O Judiciário, todavia, estaria – antes no terreno da sociedade civil que no do Estado – a atuar (face ao atraso predominante) como vanguarda de elites virtuosas, únicas capazes de superar os entraves representados pela onipresença estatal e pelo déficit moral da sociedade.

A compreensão dos sentidos de tal narrativa passará não por seus votos em processos judiciais, mas pelos textos de diversas conferências, artigos na imprensa e entrevistas do jurista após seu ingresso no Supremo Tribunal Federal, em 2013. O trabalho parte da premissa de que, após sua entrada na Corte, o ministro iniciou franco esforço para se afirmar como um tipo determinado de intelectual público, aqui intitulado “jurista político”, que retira sua legitimidade no embate político não apenas do posto privilegiado no Judiciário – o qual também se faz imprescindível – mas também da persona pública que constrói em suas aparições na grande mídia.

Mesmo onipresente e atuante nos debates públicos, Barroso busca constantemente construir sua narrativa a partir de uma imagem de imparcialidade e distância do mundo político. Segundo este *topos* retórico, sua atuação enquanto Ministro do STF passaria longe dos embates públicos, frequentados excepcionalmente com as vestes do professor ou acadêmico, que em nada conflitariam com sua nova função. A ideia de *neutralidade* será central para justificar o lugar de produção de uma ordem a partir do Judiciário, amparada em premissas mais morais – ou seja, sobranceira aos conflitos e dotada de uma verdade insuspeita – que políticas.

Naturalmente, desde que me tornei Ministro do Supremo Tribunal Federal, eu já não participo mais desse debate público. Porém, os pontos de vista que exponho aqui são essencialmente os mesmos sobre os quais já escrevi amplamente na qualidade de professor de direito constitucional. Ademais, este é um evento estritamente acadêmico, e ainda por cima fora do Brasil (BARROSO, 2015).

A evidente contradição entre discurso e ação por vezes também é escamoteada pelo argumento de que ele apenas se atém a uma descrição do debate, sem expor qualquer posição pessoal: “Mas eu não fiz esta apresentação para dizer a minha posição. Essa matéria tem de ser decidida pelo Congresso. Minha exposição foi para demonstrar que as ideias já estão na mesa” (BARROSO, 2015). Neste argumento, Barroso não passaria de alguém que soberanamente mapeia o debate, sem tomar parte ou influir na querela, em exercício outra vez mais afeito aos salões das universidades do que aos campos do embate político.

Se, no que tange à sua ação individual, Barroso sugere, em sua autoimagem, neutralidade e contenção, ele não destoaria em relação ao Supremo Tribunal Federal. Recorrendo à conhecida distinção entre a Judicialização, fenômeno estrutural, e o ativismo, postura individual ou coletiva, o ministro traça o perfil de um STF ciente das suas responsabilidades num cenário em que a Judicialização é inevitável, mas distante dos excessos do ativismo: “Porém, a despeito da judicialização ampla, o STF, como regra geral, não é ativista, mas autocontido” (BARROSO, OSÓRIO, 2015)¹². Distintamente da visão mais superficial de alguns, a Corte quase sempre manteria as decisões do Executivo e do Legislativo. A questão, segue Barroso, não passaria pelas mazelas do Judiciário, mas sim pelos limites do mundo da política, que padeceria de limitações estruturais, a imporem a urgente realização de uma radical reforma política, e de um rebaixamento ético dos seus agentes.

A fluidez generalizada das fronteiras entre Política e Direito se faria, nesse sentido, ainda mais acentuada e necessária na realidade brasileira¹³.

¹² Um bom exemplo de argumentação mais ampla neste sentido está em BARROSO, Luis Roberto; OSÓRIO, Aline. “Crise testou o respeito do país à Constituição Federal e às instituições”. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2015-dez-28/retrospectiva-2015- crise-testou-respeito-constituicao-federal>

¹³ “Esses precedentes ilustram a fluidez da fronteira entre política e direito no mundo contemporâneo. Ainda assim, o caso brasileiro é especial, pela extensão e pelo volume”. (BARROSO, 2012). Uma mais vasta interpretação neste sentido está presente em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp->

Recusando explicitamente as críticas à Judicialização construídas por autores como Hirschl, Tushnet e Waldron, Barroso justifica esse aparente excesso pelas particularidades da nossa política e sociedade, na qual o Judiciário ainda seria mais progressista do que os demais poderes. É a partir do conceito de *atraso* que se delinea a justificativa para a ação excepcional, ante parâmetros comparativos e históricos, da vanguarda jurídica. Ganha forma uma narrativa em que os juízes assumem as feições de uma elite esclarecida, a resolver, por sua ação virtuosa, as mazelas de uma sociedade secularmente atravessada pelo atraso:

As diferenças se devem, em parte, à realidade específica do Brasil e, em parte, a concepções diferentes sobre a democracia e os papéis do Legislativo e dos tribunais constitucionais. Não terei tempo aqui de aprofundar o tema. Registro apenas que, no caso brasileiro, não se aplica a premissa de Hirschl de que o Judiciário tornou-se o último refúgio das elites diante da democratização da sociedade. No Brasil, por circunstâncias diversas, o Judiciário e o próprio Supremo Tribunal Federal são, no geral, mais liberais/progressistas que o Legislativo, onde a influência do poder econômico se tornou excessiva e distorciva da representação (...). O Brasil enfrenta muitos problemas que vêm de longe. Conseguimos avançar muito, mas ainda estamos atrasados e com pressa. Por essa razão, é preciso ir buscar soluções e respostas originais, fora da caixa. O debate de ideias deve ser universal, mas as soluções devem ser particulares. Nem tudo o que eu penso e disse pode ser universalizado. Cada povo carrega a sua própria história, as suas circunstâncias e os seus desafios (BARROSO, 2015b).

Os excessos de Judicialização decorreriam, desse modo, das ausências das elites políticas, surgindo como sintoma de um problema externo ao mundo do Judiciário. Se, por um lado, o ministro afirma que “a judicialização jamais deverá substituir a política, nem pode ser o meio ordinário de se resolverem as grandes questões”, pois o “Judiciário só deve interferir quando a política falha” (BARROSO, 2012), por outro ele diretamente conclui que “o problema brasileiro atual não é excesso de judicialização, mas escassez de boa política” (BARROSO, 2012). Sem uma

content/themes/LRB/pdf/constitucionalismo_democratico_brasil_cronica_um_sucesso_imp
revisto.pdf

mudança profunda nas instituições políticas, não restaria ao Judiciário outra alternativa que a manutenção do seu protagonismo:

De tudo o que se disse, é possível concluir que o Judiciário se expande, sobretudo, nas situações em que o Legislativo não pode, não quer ou não consegue atuar. Aqui se chega ao ponto crucial: o problema brasileiro atual não é excesso de judicialização, mas escassez de boa política. Nesse cenário, imaginar que a solução esteja em restringir o papel do Judiciário é assustar-se com a assombração errada. O que o país precisa é restaurar a dignidade da política, superando o descrédito da sociedade civil, particularmente em relação ao Legislativo. É hora de diminuir o peso do dinheiro, dar autenticidade aos partidos e atrair vocações. Enquanto não vier a reforma política necessária, o STF terá de continuar a desempenhar, com intensidade, os dois papéis que o trouxeram até aqui: o contramajoritário, que importa em estabelecer limites às maiorias; e o representativo, que consiste em dar uma resposta às demandas sociais não satisfeitas pelas instâncias políticas tradicionais (BARROSO, 2012).

Dito em outros termos, é a anomia das elites políticas a responsável pelo protagonismo das elites judiciais. Precursor na introdução do neoconstitucionalismo, e do pós-positivismo¹⁴ no debate jurídico brasileiro, o uso de Barroso das doutrinas de forte caráter principiológico expõe o potencial elitista das teorias, construindo modelo propício a insular o Judiciário do resto da sociedade, sobretudo quando tal perspectiva é conjugada à defesa de um Poder Judiciário hierarquizado, com amplo poder para o Tribunal Constitucional. Sem maior ênfase em uma perspectiva que abra a interpretação judicial para o conjunto dos grupos sociais em disputa, à moda da comunidade aberta de intérpretes de Haberle (1997), a superação do olhar positivista – que recusava a vinculação entre direito e ideais de justiça que ultrapassem o aplicador – corre o claro risco, já evidenciado por

¹⁴ O neoconstitucionalismo costuma se referir a uma série de teorias de interpretação constitucional, surgidas no Pós-Guerra, mas fortalecidas após a década de 1970, que reforçava o papel impositivo e a centralidade dos princípios constitucionais, recusando a distinção entre normas efetivas e programáticas. Tal modificação reforça o caráter interpretativo do direito, conferindo maior centralidade, portanto, ao Judiciário. Sobre o tema ver CARBONELL, 2000. O pós-positivismo, por sua vez, vincula-se a uma série de teorias que questionavam o paradigma positivista sem recorrer, contudo, em adesão ao jusnaturalista. Também defensor da centralidade dos princípios, o movimento tem em Ronald Dworkin, sobretudo em sua polêmica com Hart, um marco relevante. Para um panorama ver SGARBI, 2007.

autores como Hirschl (2004), de construir a hegemonia política de uma elite jurídica, sem maiores mecanismos de controle por parte da sociedade¹⁵. O problema se agrava em um Supremo que, como aponta boa bibliografia, atua em lógica individualizada, com ampla prevalência de decisões monocráticas¹⁶ e uso das vistas processuais como recurso de veto (ARGUELHES, HARTMANN, 2015) dos ministros. Defensor de uma Corte Suprema capaz de determinar a própria agenda, por meio do refinamento do instituto da repercussão geral¹⁷, fortalecendo a pauta centralista implementada pela Emenda 45/2005¹⁸, o jurista carioca vê na Corte um ator capaz de atuar em meio à sociedade de modo a superar sua apatia, atraso crônico e falta de valores morais sólidos. Os princípios constitucionais, bem interpretados, surgem como um dos efetivos meios para a realização desta empreitada. O direito seria o elixir necessário para conferir à sociedade a fibra moral nela ausente, seja em virtude de mazelas de origem, seja pela ausência de atores capazes de solucioná-las.

Em texto recente, Christian Lynch e José Vicente Mendonça (2017) apontam a inspiração de Raymundo Faoro na construção da doutrina brasileira da efetividade, versão pátria do neoconstitucionalismo que tem em Barroso seu principal formulador, já em meados dos anos 1980¹⁹. No artigo, os autores descrevem como o constitucionalista organiza tal corrente, que destoa nesse sentido das versões centrais do pensamento neoconstitucional,

¹⁵ Passa pela aposta em uma abertura do Judiciário à sociedade, conformando um novo tipo de americanismo, lido na chave de Gramsci e Tocqueville, a defesa normativa do fortalecimento do Judiciário feita por Werneck Vianna. Sobre o tema ver, especialmente, VIANNA, BURGOS, 2008.

¹⁶ Segundo o projeto Supremo em números, da FGV-RIO, 88% dos processos julgados pelo STF no ano de 2016 tiveram decisões monocráticas. Disponível em: <http://www.fgv.br/supremoemnumeros/>

¹⁷ O instituto da repercussão geral, instaurado pela Emenda 45/2005, institui como requisito para a admissibilidade do recurso extraordinário, instrumento processual destinado ao STF, a importância para o ordenamento jurídico como um todo, com objetivo de reduzir o papel do Supremo como corte de julgamento de recursos em processos de repercussão constitucional.

¹⁸ A emenda 45/2004 instaurou institutos que fortaleceram o poder do STF como a súmula vinculante e a repercussão geral.

¹⁹ Para uma exposição da doutrina brasileira da efetividade, ver BARROSO, 2006 (1984), 2008.

com o intuito de refundar a tradição constitucional brasileira, persistentemente marcada pela inefetividade, a qual seria, por sua vez, promovida por elites possuidoras de uma “insinceridade normativa” crônica.

Tal diagnóstico da sociedade, com não poucos antecedentes no Pensamento Político brasileiro, opõe de um lado um liberalismo inescapável, visto como único caminho rumo ao moderno e, de outro, uma sociedade desfibrada, carente de valores adequados a um novo tempo e mesmo de uma postura moral necessária à realização dos seus objetivos. O discurso liberal toma, já como ponto de partida, o mundo privado como único lugar capaz da produção de riqueza e da mais adequada distribuição dos bens produzidos. É por meio do *mercado*, e não do Estado, o caminho para se alcançar os objetivos do mundo contemporâneo. Não se trata, neste discurso, de uma alternativa entre muitas, mas da única saída viável, para além de qualquer olhar ideológico:

Ainda assim, temos um capitalismo envergonhado. Ser progressista significa querer distribuir as riquezas de forma mais justa. Mas a história provou que, ao menos no atual estágio da condição humana, a iniciativa privada é melhor geradora de riquezas do que o Estado. Trata-se de uma constatação, e não de uma opção ideológica. É um fato, não uma escolha. Precisamos aceitar esta realidade e pensar a vida a partir dela (BARROSO, 2014).

A incapacidade de perceber as evidências, aparentemente claras em outros meridianos, decorre de mazelas presentes no estado e na sociedade civil brasileiras: o *patrimonialismo* e o *oficialismo*. Barroso frequentemente cita as duas patologias ao lado de uma terceira, o inegalitarismo, a qual parece, entretanto, ser causalmente posterior às duas primeiras. O patrimonialismo surge no texto como – para usar uma expressão que agradaria a uma das evidentes inspirações do ministro – “vinho novo em odres velhos”. Barroso retoma, décadas depois, velhos motes do Pensamento Social Brasileiro, cunhados por autores como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, ao apontar os

problemas da nossa formação ibérica, que desconheceria as distinções entre público e privado. Trata-se de uma “marca da formação nacional”, fortemente presente até os dias contemporâneos quando demandou, exemplifica o jurista, ação explícita do Supremo contra o nepotismo e o uso de dinheiro público para fins pessoais. O elogio do mundo privado e o olhar para o Estado como lugar propício à corrupção, subjacentes ao conceito de patrimonialismo, ganham, em seguida, tons mais claros com a ideia de oficialismo, a segunda das doenças nacionais. “Disfunção atávica”, segundo o vocabulário do ministro, o oficialismo nada mais seria do que “a característica que faz depender do Estado – isto é, da sua bênção, apoio e financiamento – todo e qualquer projeto pessoal, político ou empresarial de grande porte”. Ele ainda complementa, em tom por certo inspirado pela conjuntura, já que se trata de conferência proferida na Ordem dos Advogados do Brasil, entre o primeiro e o segundo turnos das eleições de 2014:

Quase tudo o que é verdadeiramente importante no Brasil depende de financiamento do BNDES, da Caixa Econômica, dos Fundos de Pensão. Ou depende de apoio do Ministério tal e qual, de um favor do Governador, do Prefeito ou do Secretário. Com tudo o que isso acarreta em termos de ingerência indevida, troca de favores e locupletamento. Esse oficialismo onipresente traz subprodutos muito ruins e faz com que o Estado seja mais importante do que a sociedade” (BARROSO, 2014).

O predomínio do Estado (instituição tendente à corrupção) ante a sociedade é responsável pela timidez do capitalismo brasileiro e pela aversão ao empreendedorismo e a livre iniciativa, remédios para superar parte das doenças nacionais. Marcas de um capitalismo de Estado há muito aqui instaurado, esses traços culturais impedem a efetiva modernização do país. A reforma não pode passar pelo Estado, mas deve depender de profundas mudanças na própria sociedade, na qual a resolução das mazelas do patrimonialismo e do oficialismo são fundamentais para a superação do cenário de crise, política e moral, do país. O ministro retoma uma velha estrutura argumentativa, habituada a representar a sociedade pelo viés da

patologia, a qual exigiria, logicamente, uma intervenção excepcional de alguma elite, com identidade mutável ao sabor dos tempos, visto que já fora militar, intelectual e política.

Na narrativa de Barroso, o Judiciário curiosamente não aparece como braço estatal, mas enquanto um posto avançado da sociedade civil, mais progressista e ilustrado. É justamente tal percepção o que permite conciliar o aparente confronto, à primeira vista, entre a afirmação de um liberalismo com forte viés econômico e a defesa, muitas vezes pouco explícita, do protagonismo do Judiciário. O terceiro poder fugiria das velhas mazelas ibéricas pertencentes ao Estado brasileiro, capaz, aos olhos do ministro, de se mostrar atuante sem sufocar a sociedade ou se valer dos recursos públicos para benefício privado. O caráter corrupto do Estado e da sociedade brasileiras não se aplicaria aos juízes.

O diagnóstico da sociedade possui claros contornos morais. Há, no discurso, a ideia de uma sociedade corrompida, que não é apenas vítima de um Estado algoz, mas também contribui para sua própria sorte. Em olhar superficial, simples compilação de experiências individuais pouco refletidas e senso comum, o ministro do STF traça um painel de um país necessitado de profunda reforma ético-moral, a salvá-lo de mazelas seculares:

O país enfrenta dificuldades éticas não apenas no governo, mas na sociedade em geral. Pessoas apontam o dedo incisivamente, mas vivem sob a égide de uma moral dupla, quando não da mais pura hipocrisia. Exemplo 1. O país tem problemas civilizatórios básicos em relação ao respeito ao outro, a não buscar vantagens indevidas e a agir com boa-fé. Entre eles se incluem a dificuldade em respeitar a fila, as barbaridades no trânsito (uso do acostamento, estacionamento na calçada, embriaguez ao volante, atropelamentos com fuga), a prática costumeira de não dar nota em restaurantes, a cobrança de preços diferentes por prestadores de serviços se há exigência de recibo pelo usuário, a vandalização de lugares e monumentos públicos etc. Exemplo 2. Um caso concreto emblemático. Tenho um casal de conhecidos que me contou, incidentalmente, a seguinte história. Ambos manifestaram indignação com a empregada doméstica, que pedira para não assinar a carteira para poder continuar a receber a Bolsa Família. Pouco à frente na conversa, contaram que a filha vivia conjugalmente com um companheiro há muitos anos, mas que

não havia se casado para não perder a substancial pensão que recebia do avô, que somente beneficia neta solteira. Como disse, há uma moral dupla. Mas não se trata de uma atitude deliberada de má-fé: as pessoas nem se dão conta. Foram criadas nessa cultura e a consideram um dado da realidade, e não uma escolha pessoal. Repito, para que não haja dúvida: não estou endossando ou negando qualquer desses pontos. Trata-se de uma mera fotografia do momento atual, como eu consegui captar do meu ponto de observação” (BARROSO, 2015c).

A saída passa em parte pela eterna aposta na Educação, pela qual o protagonismo no ensino superior (produtor de pesquisa e conhecimento) está antes reservado ao mercado (reserva da eficiência) do que à sociedade: “no tocante ao ensino superior, precisamos criar instituições de ponta, em um modelo totalmente diverso do que está aí (mas sem enfrentar ou desfazer o que já existe): público nos seus propósitos, privado no seu financiamento, com bolsas de estudo para recrutar os melhores alunos” (BARROSO, 2015c).

Se a educação é o remédio para o longo prazo, o Judiciário, visto como mais progressista que a sociedade que deve ajudar a reformar, é o ator capaz de resolver as mazelas mais prementes. Mais avançado do que o Legislativo – “a atualidade brasileira, o STF está à esquerda do Congresso Nacional” (BARROSO, 2012) –, o STF é o ator perfeito para realizar a agenda de Barroso, que conjuga um progressismo em geral na área dos direitos individuais, com a defesa de uma forte agenda liberalizante de reforma do Estado, portadora de claras afinidades com uma perspectiva neoliberal de poder público.

O principal problema de um Judiciário que se arroga a possibilidade de atuar em supostos vácuos da política passa pela seguinte questão: quem julga a própria atuação do Executivo e o Legislativo para concluir sobre suas faltas? Como a resposta aponta para o próprio poder judicante, entramos em um cenário onde um ator define seus próprios limites, preocupação central que motivou a própria construção de toda a teoria de Montesquieu, e os posteriores desenvolvimentos dos Federalistas

sobre a separação de poderes²⁰. Sem freios externos ou força que a ele possa institucionalmente se contrapor, o poder tenderia a ampliar sua alçada dentro das possibilidades dispostas, como apontam os fundamentos modernos mesmo da mais moderada teoria liberal das instituições políticas. Subjacente ao argumento de Barroso está a ideia de que o Judiciário, por sua composição mais qualificada, possuiria melhores atribuições para avaliar os limites dos poderes de natureza mais explicitamente políticos. Em concepção explicitamente *aristocrática* do mundo político, Barroso deriva da *virtude moral* dos indivíduos seu lugar no mundo público. Aqui não caberiam mediações, típicas da política, mas se estabeleceriam as barreiras mais firmes, quase intransponíveis, da moralidade.

Não apenas a Corte constitucional, entretanto, mostra-se apta a intervir de modo pedagógico na sociedade, de modo a reformá-la. Mesmo que reserve papel privilegiado ao STF, Barroso não se furta a elogiar em evento público Sergio Moro, retratado como “símbolo do combate à corrupção” (BARROSO, 2016) e mesmo as medidas de combate a corrupção – muitas vezes inconstitucionais²¹ – propostas por Deltan Dallagnol, que merece o epíteto de “porta-voz das mudanças legais e institucionais que precisam ser implementadas para avançarmos uma agenda de maior probidade e transparência no Brasil” (BARROSO, 2016). Os atores dão continuidade àquele que, segundo Barroso, seria um momento de mudança de paradigma no combate à corrupção no Brasil: o “mensalão”. Ao passado de impunidade se opõe um momento em que as mais altas autoridades políticas também são passíveis de responder criminalmente por seus atos:

²⁰ Tanto Montesquieu quanto os Federalistas tinham uma perspectiva do Poder Judiciário bem diversa da que posteriormente se desenvolveria, sobretudo depois das modernas teorias da interpretação jurídica, que não mais viam os juízes como simples “boca da lei”, limitada pelos legisladores.

²¹ Caso de algumas das “10 medidas contra a corrupção”, propostas pelo STF e capitaneadas por Dallagnol, que incluem medidas como a aceitação de provas ilícitas, direito individual de proteção ao acusado previsto na Constituição e, portanto, cláusula pétrea, que não pode ser modificada por emenda constitucional.

A acusação difusa de corrupção no governo, sobretudo no governo dos adversários, sempre fez parte da história política brasileira. Geralmente, porém, as consequências deste discurso eram puramente eleitorais, jamais penais. As diversas denúncias por crimes como corrupção, lavagem de dinheiro e desvio de verbas públicas envolvendo ocupantes de cargos públicos em todas as esferas de governo alcançavam sempre o mesmo resultado: a impunidade. A história começaria a mudar a partir de 2005, quando se divulgou o escândalo que ficou conhecido como ‘Mensalão’ (BARROSO, 2016).

Se a breve análise dos textos e pronunciamentos já permite identificar diferenças entre Barroso, de um lado, Moro e Dallagnol, de outro, a postura de crítica radical às instituições, à política e mesmo ao passado brasileiro os aproxima, atraídos os atores distintos por uma aversão comum. Alguns dos prognósticos e propostas por certo os colocarão em lugares diversos, mas a sensação de *terra arrasada*²² ampara um mesmo movimento que, a partir do Judiciário, busca promover uma radical transformação da política e da sociedade.

O momento iniciado pelo mensalão não se singulariza, diz Barroso, por alvejar o Partido dos Trabalhadores, mas se apoia em uma série de pressupostos que destoam de parte dos motes e ações dos 13 anos do PT à frente do poder. Contra um projeto que via na ação estatal motor fundamental da superação da desigualdade estava o elogio do empreendedorismo e da livre-iniciativa; face à política de aumento de investimentos, mesmo que tímida, a defesa da austeridade. A convergência frente ao partido que o indicou ao posto se dá por meio da postura progressista ante os direitos de minorias, ponto que distancia o ministro da vaga radicalizada da nova direita, que ocupa a imprensa, o mercado editorial e, sobretudo, as redes sociais.

A análise da crise política que desencadeou o Golpe de 2016 é, como de hábito, outra vez exposta sob o signo da absoluta *neutralidade*, tratando-se de “relato da visão majoritária que se formou na sociedade, sem

²² A retórica da terra arrasada também funciona como um elemento de união no que CHALOUB e PERLATTO (2016) chamam de “nova direita”.

endossá-la ou refutá-la. Eu estou narrando o contexto da crise, e não emitindo qualquer opinião” (BARROSO, 2016). A narrativa, publicada no mês do afastamento da presidenta eleita pela Câmara, segue tom habitual na grande imprensa, começando com uma crítica da política econômica – depois contraposta à necessidade de contenção de gastos públicos e da reforma da previdência – para concluir com o desgaste promovido pelos escândalos de corrupção, tudo culminando em uma suposta “perda de legitimidade” de Dilma Rousseff. Ao STF, em texto de avaliação do ano de 2015 (BARROSO, OSORIO, 2015), restam elogios à *razão serena*, que “optou por seguir à risca, sem desviar um milímetro, a jurisprudência e os ritos que valeram para o impeachment do presidente Collor. E devolveu o assunto para a política” (BARROSO, OSORIO, 2015).

Em meio a um cenário de forte violação dos princípios institucionais, o lavar de mãos do Supremo Tribunal Federal caminha em direção diversa da sugerida por Barroso, jogando água no moinho que ganha força com a contestação do resultado eleitoral pelos derrotados e passa a girar violentamente com as manobras de Eduardo Cunha à frente da Câmara dos Deputados. Defensor da intervenção explícita do Judiciário em uma série de outros aspectos e momentos, a contenção praticada e defendida por Barroso assume outra perspectiva quando cotejada com seu discurso de repaginação do mundo político, corrupto porque estatólatra. Não há como negligenciar que, para além do alegado respeito às instituições, há sensível afinidade entre as mais recentes manifestações do ministro e a plataforma que chegou ao poder por vias estranhas às urnas.

Sergio Moro: os sentidos de um espírito de cruzada

O juiz Sergio Moro foi alçado à condição de emblema da suposta luta sem tréguas, que se estaria travando no Brasil, da Justiça contra a corrupção. O embate, iniciado no célebre julgamento da Ação Penal 470 no Supremo Tribunal Federal, em 2012, teria alcançado seu ápice com o

desenvolvimento da assim chamada Operação Lava-Jato, a partir de março de 2014. As ações da operação, amplamente divulgadas pela grande mídia nacional, são lideradas por um consórcio (também tratado sob o anglicismo “força-tarefa”) constituído pelos responsáveis legais pela persecução penal (Ministério Público Federal) e pelos julgamentos (a 13ª Vara Federal de Curitiba, órgão da primeira instância do Poder Judiciário). Para apreender, nesse contexto, a vertiginosa ascensão do juiz paranaense rumo ao primeiro plano da esfera pública nacional, basta um ligeiro passar de olhos nas edições de revistas e jornais de grandes empresas de comunicação, nacionais e internacionais, destinadas a congratular as personalidades consideradas mais importantes de cada ano²³.

O material diretamente utilizado nesta seção divide-se em três: transcrições de algumas palestras proferidas entre os anos de 2015 e 2017, no Brasil e no exterior; um artigo publicado em 2004, com o título “Considerações sobre a operação Mani Pulite”; e os despachos lavrados na última quinzena de março de 2016. A utilização do artigo justifica-se, embora tenha sido publicado dez anos antes do início do período de protagonismo do juiz Moro, devido ao fato de que aquele pequeno texto se tornou objeto corrente de citações e referências na esfera pública – algumas delas oriundas do próprio discurso recente do autor, que com frequência vincula o caso brasileiro de “combate à corrupção” ao caso italiano (a “Operação Mãos Limpas”, por ele estudada no início dos anos 2000). Os

²³ Uma breve lista dos prêmios com que foi agraciado o juiz desde 2014 demonstra seu inquestionável protagonismo: em 2014, foi considerado “Personalidade do Ano”, pelo Jornal O Globo e pela Revista Veja, e “Brasileiro do ano”, pela Revista Isto É. Em 2015, voltou a ganhar o mesmo título honorífico concedido pela Revista Veja e passou a figurar, no início do ano seguinte, em listas das pessoas mais influentes do mundo, tais como as elaboradas pelas revistas norte-americanas Time e Fortune (nesta última, foi posicionado como 13º líder mais influente do mundo, à frente de outras lideranças mundialmente reconhecidas, como por exemplo, o cantor e ativista Bono Vox). Em 2016, voltou a figurar na premiação da Revista Isto é, mas desta vez foi premiado na subcategoria da Justiça (a publicação escolheu Michel Temer como “Brasileiro do Ano” de 2016).

referidos despachos, por sua vez, serão utilizados à medida que se situam no clímax da visibilidade da atuação do juiz, apenas um mês antes do início formal do processo de “impeachment”: trata-se, como indicamos na introdução acima, da decisão sobre o levantamento do sigilo de áudios envolvendo o ex-presidente Lula e vários interlocutores com foro privilegiado. Entendemos que essas manifestações, ainda que emitidas no contexto imediato de sua atividade jurídica, têm como público-alvo não apenas os devidos receptores institucionais das decisões, mas antes a “opinião pública” – o que se evidencia pelos próprios termos utilizados. Além disso, que tais despachos tenham tomado a forma de *posicionamentos políticos*, isso deriva tanto do conteúdo publicizado quanto da intensidade com que foram absorvidos no debate público, extrapolando as instâncias judiciais burocráticas.

Uma análise de discurso sobre a persona pública de Moro deve, pois, partir daquele que é seu atributo aparente fundamental: o *rigor*. Antes de tudo, diante de um quadro de “corrupção sistêmica”, existe “a necessidade de a justiça demonstrar que está falando sério quando resolve enfrentar essa problemática” (2016a). Essa “seriedade”, no discurso de Moro, frequentemente precisa prestar contas a alguns princípios fundamentais do Direito menos porosos a excessivas demonstrações de rigor. Daí resulta certa tensão, exposta nas frases que se seguem à passagem supracitada: “Claro, sempre respeitando os direitos humanos do acusado. Mas isso não impede o juiz de agir com rigor” (2016a). O rigor, de um lado, e os respeitos aos direitos, de outro, constituem os termos de uma conciliação cuja reafirmação, contínua e sintomaticamente reiterada, parece buscar conferir validade a uma concepção finalista de justiça em que os *princípios* são muitas vezes subentendidos como *obstáculos*. A esse respeito, veja-se a forma como os riscos do rigor são tratados já em 2004, no contexto de uma avaliação sobre a divulgação do conteúdo das “colaborações premiadas”:

Há sempre o risco de lesão indevida à honra do investigado ou acusado. Cabe aqui, porém, o cuidado na desvelação de fatos relativos à investigação, e não a proibição abstrata de divulgação, pois a publicidade tem objetivos legítimos e que não podem ser alcançados por outros meios (2004: 59).

A tensão entre rigor e respeito aos direitos aparece retraduzida aqui, amenizando-se o primeiro termo pela vaga noção de cuidado, enquanto o segundo é indisfarçadamente repellido como mera abstração. Contra uma “proibição abstrata”, é afirmada a anterioridade normativa de “objetivos legítimos que não podem ser alcançados por outros meios”. Seriam esses fins, legítimos, que justificariam a relativização daqueles princípios considerados abstratos – sem que se atente para o fato de que se trata, em suma, da contraposição de dois princípios gerais: a privacidade e a publicidade. A validade equivalente dos princípios é retorcida por uma argumentação que antepõe a *legitimidade de determinados objetivos* como fator predominante. O tratamento enviesado da matéria não permite que se considere o dado singelo de que também o princípio da privacidade poderia almejar “objetivos legítimos que não podem ser alcançados por outros meios”. Mas importa a Moro afirmar sua convicção de que para certos casos, em momentos específicos, são estes e não aqueles “objetivos legítimos” que devem ser priorizados. Contra as abstrações, deve vencer a *aderência à concretude* – e contra princípios absolutos, deve prevalecer uma noção do direito que se funda na adequação de meios a fins e, surpreendentemente, em uma percepção imediata da esfera da moralidade:

A presunção de inocência, no mais das vezes invocada como óbice a prisões pré-julgamento, não é absoluta, constituindo apenas instrumento pragmático destinado a prevenir a prisão de inocentes. Vencida a carga probatória necessária para a demonstração da culpa, aqui, sim, cabendo rigor na avaliação, não deveria existir maior óbice moral para a decretação da prisão, especialmente em casos de grande magnitude e nos quais não tenha havido a devolução do dinheiro público, máxime em país de recursos escassos (2004:61).

Um princípio (presunção de inocência) precisou ser traduzido em termos pragmáticos para que seu sentido fosse mais bem percebido – do

qual resulta a afirmação, aparentemente tautológica, de que a presunção de inocência é “instrumento pragmático” de prevenção contra a eventual prisão de inocentes. Mesmo com a desavisada intromissão do elemento pragmático, a presunção da inocência continua portadora de validade em termos principiológicos. Mas a mudança de ênfase, dos princípios para os efeitos, não é acidental. A tradução pragmática do princípio busca tecer retoricamente um espaço para relativizar certos princípios que resultem inconvenientes em situações concretas. E a relativização se faz pela intromissão de um plano moral, com o cauteloso futuro do pretérito da passagem citada (“não deveria existir maior óbice moral”) dando lugar à afirmação assertiva de outros trechos (“não há qualquer óbice moral”, 2004:58). O plano da legalidade é, assim, atravessado por um *princípio de moralidade* que, formulado pela dupla negativa (inexistência de óbice), fundamenta de modo crítico a defesa enfática seja da publicização do conteúdo das investigações-delações, seja da “prisão pré-julgamento”. Essa modalidade de encarceramento seria útil para “evidenciar a eficácia da ação judicial” (2004:59), em afirmação que condensa as coordenadas que podemos derivar de nossa análise, no que diz respeito ao modo como o juiz Moro compreende o direito: pautado por uma moralidade de fundo, determinado pelo critério pragmático de eficácia e conduzido pelo imperativo de “evidenciar” seus feitos a todo momento. Dada a parceria estabelecida entre o consórcio de investigadores e juízes da Lava-Jato com as grandes empresas de mídia brasileiras, não é de surpreender que o Direito apareça em seu discurso portando um atributo exibicionista em que, para além do caráter público inerente a ele e à implementação das sanções, a ênfase recai sobre a própria figura do juiz – cujo protagonismo torna-se componente decisivo da luta contra a corrupção. Um Direito exibicionista produz e deve produzir juízes-celebridades, a desfilarem entre a falsa contenção blasé da vedete e os arroubos agônicos de justicamento.

Note-se que a retórica de Moro reincide em uma forma de justificação que, abdicando do debate de princípios, apela a um contexto particular de aplicação da lei como se este fosse dotado do condão de dirimir questões substantivas – e, muitas vezes, percorre esse caminho instrumentalizando argumentos de estrutura similar à *reductio ad absurdum*: extrema-se um cenário negativo para justificar, pragmaticamente, determinada realidade. Isso transparece, por exemplo, do seguinte trecho: “é melhor você ter um esquema de corrupção descoberto e algumas pessoas punidas do que ter esse esquema de corrupção oculto para sempre. É melhor ter alguém condenado do que ninguém condenado” (2017a). Diante de questões sobre a pertinência do *modus operandi* das “colaborações premiadas”, o juiz constrói um horizonte em que as duas únicas possibilidades admitidas seriam a atividade da Operação Lava-Jato como ela se realiza, ou a ocultação “para sempre” dos esquemas de corrupção. A escolha se põe entre o nada e a realidade. Uma vez aceita esta disjuntiva e a estreita margem para avaliação da “eficácia” das ações judiciais, restaria apenas ao interlocutor/receptor de boa fé aquiescer.

Esgrimindo-se na interseção estipulada entre a moralidade, a utilidade e a permanente exposição de seus feitos, o direito segundo Sergio Moro encontra, enfim, a política – e, desta vez, sem maiores disfarces, quando se reveste dos poderes soberanos intrínsecos à *exceção*²⁴:

A minha percepção, e isso eu tenho colocado nas minhas decisões e posso falar com muita tranquilidade, é que embora a prisão preventiva seja um mecanismo excepcional, [pois] a regra é que se responda em liberdade até o julgamento, o caso [relativo à Operação Lava-Jato] se reveste de uma certa excepcionalidade. Às vezes eu falo brincando: “olha, vamos todos fechar os olhos por um minuto e vamos cogitar, por exemplo, que tudo o que Paulo Roberto Costa e Alberto Yousseff falaram, em suas respectivas colaborações, seja verdadeiro”. Não é um quadro muito tranquilo. Eles descrevem um quadro de corrupção sistêmica, e aí, infelizmente, remédios duros, remédios amargos, são necessários no âmbito desse contexto (2015a).

²⁴ A alusão aqui é à clássica definição de Carl Schmitt: “O soberano é aquele que decide no estado de exceção” (Schmitt, 2005).

Mais uma vez, o contexto específico, excepcional, legitima as decisões do juiz – o que, vale notar, não apenas foi enunciado na fala do palestrante Moro, como também se fez ato, um ano depois, em notória decisão do Tribunal Regional Federal (a quem cumpria instaurar ou não um processo administrativo disciplinar contra o juiz Moro devido ao supracitado caso do levantamento de sigilo dos áudios de Lula e Dilma²⁵).

O Judiciário é assim projetado como poder reparador de um sistema em estado crônico de patologia, cuja cura residiria no ponto em que uma *moralidade utilitária* preenche lacunas deixadas pelo legislador, muitas vezes como obstáculos conscientes. Contra uma normalidade corrompida, caberiam os “mecanismos excepcionais”, apenas definidos pelos portadores diretos do verdadeiro interesse da sociedade. Ungido da capacidade de acessar imediatamente o núcleo de um difuso desejo transformador da sociedade e desprovido de autointeresse, em um mundo entrecortado pela pluralidade de interesses, o juiz pode assim *aparecer* como o ator democrático por excelência, malgrado pertencer ao Poder da República cuja legitimidade não deriva imediatamente da soberania popular.

Para melhor apreender esse ponto, nossa análise deve aqui fazer uma inflexão: buscamos interpretar, por ora, o sentido do Direito e da Justiça na retórica pública do juiz Moro; no que segue, será preciso complementar aquele sentido com a análise do modo como ele concebe a democracia, para que possamos ter a compreensão adequada de sua

²⁵ O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, segunda instância responsável pelos processos referentes aos estados do Sul do país, determinou, por treze votos a um, o arquivamento do pedido de instauração de processo disciplinar contra Moro. Na ocasião, o voto do relator, Desembargador Rômulo Pizzolatti, causou certa polêmica ao apelar diretamente à noção de “exceção” para justificar a validade das ações de Moro: “regras jurídicas só podem ser corretamente interpretadas à luz dos fatos a que se ligam e de todo modo verificado que incidiram dentro do âmbito de normalidade por elas abrangido. É que a norma jurídica incide no plano da normalidade, não se aplicando em situações excepcionais (...). Ora, é sabido que os processos e investigações criminais decorrentes da chamada ‘Operação Lava-Jato’, sob a direção do magistrado representado, constituem caso inédito (único, excepcional) no direito brasileiro. Em tais condições, neles haverá situações inéditas, que escaparão ao regramento genérico, destinado aos casos comuns” (2016: 4-5).

perspectiva sobre a inscrição das instâncias judiciais no contexto da realidade brasileira contemporânea.

Como já vimos acima, princípios absolutos e abstratos que orientam o juiz devem passar pelo crivo dos objetivos pragmáticos da ocasião, a partir do qual se pode, por exemplo, conferir prioridade ao princípio da publicidade com relação ao princípio da privacidade ou, ainda, relativizar a presunção da inocência em nome da necessidade de um combate rigoroso e eficaz a certos tipos de criminalidade. Visto que a vinculação entre ação judicial e democracia, para Moro, passa precisamente pelo *imperativo da eficácia*, a questão determinante passa a ser: quem estabelece os parâmetros de medida desta eficácia? Qual é a finalidade pela qual se pode distinguir criteriosamente entre êxito e fracasso? Pode-se cogitar três respostas possíveis: a) uma subordinação das instâncias judiciais à vontade majoritária; b) uma subordinação da vontade majoritária às instâncias judiciais; c) um encontro harmonioso entre a suposta vontade majoritária e as finalidades auto-impostas da atuação judicial. Evidentemente, é desta última, tomada como pressuposto, que parte o juiz.

Ainda que esta identidade forjada entre vontade geral e eficácia judicial seja um artifício intelectual, construído para contornar o hiato que na prática as separa; é possível, contudo, a partir de seus próprios termos, reconstruir dois momentos distintos no devir desta convergência entre a “opinião pública” e o direito. Antes de tudo, importa a Moro relativizar o princípio da independência do Poder Judiciário, para poder vinculá-lo a um componente democrático: “Um Judiciário independente, tanto de pressões externas como internas, é condição necessária para suportar ações judiciais da espécie [contra crimes de corrupção]. Entretanto, a opinião pública, como ilustra o exemplo italiano, é também essencial para o êxito da ação judicial” (2004:57). Há que se manter a independência, mas há “também” que se “garantir o apoio da opinião pública às ações judiciais” (2004:59). Vê-se que a medida do êxito está condicionada por esse endosso – que retorna, em

termos quase idênticos, quando da avaliação da relação entre Operação Lava-Jato e opinião pública:

O que determina as ações do juiz são os fatos, as provas e a lei. Agora, em processos envolvendo crimes complexos e muitas vezes envolvendo personagens poderosos, economicamente ou politicamente, a opinião pública é fundamental para que o juiz possa fazer valer a lei, as provas e os fatos. Não tenho nenhuma dúvida de que a opinião pública tem se posicionado majoritariamente a favor dos trabalhos que têm sido feitos, e ela tem sido fundamental. É essencial em uma democracia que a ação judicial possa contar com esse apoio da opinião pública (2015a).

Nesse primeiro momento, a convergência entre vontade majoritária e ação judicial se efetiva pelo “apoio da opinião pública”. A própria utilização dessa categoria indeterminada, “opinião pública”, indica que a democracia de que se está a falar possui limites estritos – e que ela se mantém reificada como *entidade monolítica* onde se apagam quaisquer vestígios de desentendimento. Aqueles limites ganham contornos um pouco mais claros, ainda que persistam aparentemente vagos, quando em outra fala o juiz enuncia a seguinte convocação, dirigida à plateia de um encontro religioso no interior do Paraná: “esses casos, envolvendo graves crimes de corrupção e envolvendo figuras públicas poderosas, só podem ir adiante se contarem com o apoio da opinião pública e da sociedade civil organizada. E esse é o papel dos senhores” (2015). O componente democrático aparece, aqui, também como “sociedade civil organizada”, categoria em que certamente o juiz não inclui os sindicatos de trabalhadores – nem os partidos políticos. A convocação define os termos e demanda apoio, enquanto “o papel dos senhores” parece ser apenas consentir.

Mas esse primeiro momento, passivo, em que *a medida da eficácia* parece pertencer exclusivamente ao juiz, coexiste com um segundo momento em que a manutenção e potencial ampliação daquele apoio é condicionada aos avanços judiciais. Em outros termos: primeiro, a eficácia depende do “apoio da opinião pública”; segundo, esse apoio depende da eficácia. E esta apenas será devidamente apreendida pela “sociedade civil

organizada” quando for estridente o bastante para obter ampla divulgação e quando, por óbvio, resultar nas condenações ansiadas pelo público-alvo. Encerra-se, com isso, o círculo vicioso de um *justicamento de resultados*, constituído por punitivismo – relativização de preceitos fundamentais – apoio da “opinião pública” – afinidades eletivas com uma das partes interessadas na dinâmica das disputas políticas – punitivismo (em que a sequência não necessariamente obedece a essa ordem de fatores). A passagem seguinte é ilustrativa desse momento, em que a demanda do juiz por apoio é complementada pela correlata demanda da “opinião pública” pelos resultados:

Talvez a lição mais importante de todo o episódio [“Mãos Limpas”] seja a de que a ação judicial contra a corrupção só se mostra eficaz com o apoio da democracia. É esta quem define os limites e as possibilidades da ação judicial. Enquanto ela contar com o apoio da opinião pública, tem condições de avançar e apresentar bons resultados. Se isso não socorrer, dificilmente encontrará êxito. Por certo, a opinião pública favorável também demanda que a ação judicial alcance bons resultados. Somente investigações e ações exitosas podem angariá-la (2004:61).

O êxito é a condenação dos inimigos políticos da “opinião pública favorável” – e esta não irá aceitar outro desfecho. No caso mais ruidoso de protagonismo político do juiz Moro – o levantamento de sigilo de áudios envolvendo um ex-presidente e a então presidenta da República, em 16 de março de 2016, quando a Câmara dos Deputados estava prestes a votar a aceitação do pedido de impeachment (o que ocorreu em 17 de abril) –, seus despachos não apenas expressam evidente posicionamento no que tange ao impedimento da presidenta²⁶, como também revelam, o que é mais

²⁶ Em pleno contexto de discussões no Poder Legislativo acerca de um eventual processo de impedimento da presidenta, o juiz Moro, respondendo no dia seguinte às reações suscitadas pelo levantamento do sigilo, assim justificou uma medida duplamente ilegal (além de a gravação da conversa entre Lula e Dilma ter se dado quando já não mais havia permissão para a interceptação, há previsão constitucional de que eventuais diálogos envolvendo a Presidência da República devem ser imediatamente transferidos ao STF): “nem mesmo o supremo mandatário da República tem um privilégio absoluto no resguardo de suas comunicações, aqui colhidas apenas fortuitamente, podendo ser citado o conhecido precedente da Suprema Corte norte-americana em *US v. Nixon*, 1974, ainda um exemplo a

importante para nossos fins nesse artigo, outro traço fundamental de sua concepção sobre o nexo entre direito e democracia.

Segundo o juiz Moro, “a democracia em uma sociedade livre exige que os governados saibam o que fazem os governantes, mesmo quando estes buscam agir protegidos pelas sombras” (2016b). Descontada dos maneirismos do discurso jurídico a aparente tautologia que abre a frase, importa atentar para a relação que ali se estabelece entre luzes e sombras²⁷. Sabemos, ao menos desde Maquiavel, que a configuração de um hiato entre o ser e o parecer, entre a realidade e as aparências, é constitutiva da esfera política – e que, portanto, suprimir tal hiato, submetendo a política a um princípio de visibilidade permanente, implicaria precisamente anular a autonomia relativa da política. As sombras que o juiz Moro pretende dissipar, com a subordinação da democracia a um *princípio genérico de transparência*, são a matéria mesma que demarca, desde a aurora da modernidade, a diferenciação entre o plano da política e a esfera da moral (e da religião). Talvez por algum platonismo involuntário, a “sociedade livre” concebida por Moro deixa subentendida a configuração da classe específica daqueles que serão os portadores das luzes. A liberdade passa a ser condicionada por um *regime de verdade* que, como sempre, tem seus guardiões prioritários.

Construindo dicotomias em aberto diálogo com o senso comum, chega-se a afirmar, em comunicação oficial, que “a Justiça e o interesse público seriam mais bem servidos com a publicidade do processo e não com a imposição de sigilo sobre o ocorrido” (2016c), em que o modo propositalmente assimétrico como se formula a alternativa (“publicidade

ser seguido” (2016c). Em poucas palavras, justifica-se um gesto de insubmissão à regra básica da divisão de atribuições entre as diferentes instâncias do Poder Judiciário através da relativização do princípio do sigilo das comunicações presidenciais, usando como exemplo um caso estrangeiro em que o presidente renunciou depois de aberto um processo de impeachment.

²⁷ Para uma breve análise desta formulação de Moro e de seu contexto imediato, cf. Lima (2016).

do processo” X “imposição de segredo”) restringe mais uma vez a possibilidade de dissenso.

A “sociedade livre” projetada por Moro guarda ainda uma última (mas não menos importante) característica fundamental que cumpre observar. Se as sombras estão atreladas à espúria opacidade do submundo da política, por sua vez a instância potencialmente purificadora, em que impera a transparência, será associada ao *mercado*. Subentende-se que o âmbito da “corrupção sistêmica” e a esfera do mercado são essencialmente distintos; e daí se segue que os pontos de contato entre corrupção e mercado seriam acidentais, quase como impurezas trazidas e transportadas daquele submundo de sombras à lisa superfície da economia. A “luta contra a corrupção” torna-se codinome de uma luta por um mercado limpo, como afirma, para uma audiência norte-americana, o palestrante Moro: “another detrimental effect of systemic corruption is that it chases away local and foreign investors. If the market is not clean and trustworthy, if bribes and cheating are the rules, a responsible investor will not have confidence in that market and he will not put his money in it” (2017b). A projeção de um mercado “limpo e confiável” habitado por “investidores responsáveis” é o *telos* normativo que fundamenta a relação que vimos acima se estabelecer entre direito e democracia. A “sociedade civil organizada”, em última instância, é e deve ser espelho das forças do mercado, obedecendo a suas transparentes e verdadeiras desigualdades²⁸.

Na significativa passagem em destaque abaixo, podemos enfim perceber que o par pragmatismo-punitivismo não se esgota no plano jurídico; pelo contrário: a apregoada eficiência judicial é correlata da eficiência econômica, e o Brasil restaria situado, em perspectiva comparada, aquém das virtualidades abertas pelo capitalismo global:

²⁸ Para uma definição clássica da sociedade civil como *locus* de desigualdades – definição em nada afim às premissas de Moro –, veja-se o Hegel dos “Princípios da Filosofia do Direito”: “Em suas oposições e complicações, oferece a sociedade civil o espetáculo da devassidão bem como o da corrupção e da miséria” (Hegel, 2003:169).

É necessário dizer que esse quadro de corrupção sistêmica é ruim para os negócios em geral. Afasta investidores. Externos e internos. Quem está lá fora e quer investir no Brasil em princípio procura um mercado que seja limpo, porque se tiver que entrar na regra do jogo do pagamento de propina, muitas vezes pode gerar responsabilização lá fora, além de ser uma decisão imoral e com custos por vezes reputacionais para essas empresas. Mesmo dentro do Brasil, potencialmente empresas brasileiras devem ter se afastado desse mercado por não querer participar dessa regra do jogo. (...) Existe também esse custo decorrente da propina que é essa perda de investimento, tanto externo quanto interno, o que afeta a eficiência da nossa economia (2016a).

Em mais um desses casos em que as formas da retórica explicitam conteúdos por vezes conscientemente mantidos ocultos, não terá sido mera coincidência o fato de que as duas operações-símbolo do “combate à corrupção” têm como objetivo (simbolizado direta e indiretamente em seus próprios nomes) alcançar toda a sociedade com aquele atributo que pertence à essência de um mercado eficiente: a limpeza. Repisando os termos de um dualismo constitutivo de sua *Weltanschauung* enquanto jurista-político, Moro não apenas atribui à esfera da política a origem primordial dos males causados pela “corrupção sistêmica”, como também postula que sua superação pode ser motivada pelo que poderíamos chamar de um grande impulso emancipatório protagonizado pelas empresas. As luzes, para cuja expansão é indispensável a atuação dos atores jurídicos, também residem (finalmente descobrimos) na transparente dinâmica do mercado: “as empresas podem, sem depender nada do governo, promover uma revolução nos nossos costumes, simplesmente dizendo “não” ao pagamento de propina. (...) É uma decisão bastante factível e bastante possível” (2016a). Ou seja, a assim chamada “corrupção sistêmica”, combatida pelas instâncias judiciais, não derivaria de um *sistema* tão bem estruturado quanto se faz crer, vista a facilidade com que estaria prestes a desmoronar por uma simples “decisão factível e possível”.

Submeter a política à moral para, no passo seguinte, desentrelaçá-la da economia e postular a libertação do mercado para além das ineficazes amarras que lhe seriam impostas pelo Estado – essa parece ser a marcha da

retórica do jurista político Sergio Moro. E assim convergem os projetos da “cruzada judiciária contra a corrupção política e administrativa” (2004:56 e 60) e de uma economicamente orientada “revolução nos nossos costumes”. Revolução que se atualizaria desde já, seletivamente, nas ruas do país – e um espírito de cruzada não poderia, como vemos abaixo, deixar de se contagiar com manifestantes que, a um só golpe, levantaram bonecos infláveis gigantes dos alvos políticos prioritários da Justiça enquanto vestiam as capas pretas dos novos super-heróis da nação:

Não podemos nos esquecer do papel da sociedade civil e da importância para esse caso que foram as manifestações populares que ocorreram neste ano e no ano passado [2016 e 2015]. Manifestações populares gigantescas, uma delas a maior da história desse país. (...) Uma bandeira comum dessas pessoas que foram às ruas era o repúdio à corrupção e o apoio às investigações. Isso é muito importante. Isso reflete o melhor do que nós temos em nós, que é a cidadania mobilizada (2016a).

A “bandeira comum” era a derrubada da presidenta e um duplo alvejamento: da política, em geral, e da esquerda, em particular. Quando manifesta sua adesão política à marcha histórica dos acontecimentos que ele mesmo catalisou em sua atuação judicial, Moro evidencia que não há o que possa constranger a Justiça quando ela se determina a realizar seus objetivos pragmáticos.

Se, em uma ponta, um dos atores desta coalizão de cruzados revolucionários – o protagonista de superfície – apenas pôde se consolidar através de um turbulento processo de “progressiva deslegitimação do sistema político corrupto e legitimação da magistratura em relação aos políticos profissionais” (2004:58)¹; na outra ponta, o aliado estrutural – a elite econômica, coadjuvante imanente – esteve sempre ali, com a grande recusa “bastante factível e bastante possível” ao alcance de espíritos e mentes. Talvez estivesse temporariamente anestesiado em meio à perdição das penumbras do poder.

¹ Sobre o espírito de cruzada e a deslegitimação do sistema político, com ênfase nos efeitos potencialmente devastadores da Operação Lava-Jato para a institucionalidade política brasileira, cf. Reis (2017a e 2017b).

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi contribuir para a vasta literatura produzida hoje no Brasil sobre o Judiciário a partir de uma abordagem relativamente pouco utilizada. Com a identificação de uma conjunção histórica em que o médio prazo da escalada do processo de judicialização da política, com seu correlato ativismo judicial, encontrou o curto prazo da conjuntura política de derrubada do governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, tratou-se de investigar os modos através dos quais emergem – oriundos do próprio Judiciário – discursos que a um só tempo *legitimam* o avanço das instâncias judiciais sobre a política e a sociedade através da *deslegitimação* das instâncias políticas. Em uma conjuntura particularmente agônica na história recente da política nacional, numerosos foram os protagonistas do mundo jurídico que atuaram no sentido de ora conferir uma chancela sobranceira ao desenrolar dos acontecimentos, ora insuflar diretamente as disputas políticas para que elas corressem em uma determinada direção.

A *posteriori*, consumado o golpe, tornam-se mais nítidos os sentidos políticos daquelas atuações. A fim de reconstruir alguns desses sentidos, nossa argumentação partiu de uma visada panorâmica sobre as relações históricas entre os juristas, o Judiciário e a política no Brasil, para – na sequência, delimitadas as especificidades da conjuntura que imediatamente nos interessa – efetuar uma análise detida sobre os discursos do ministro do STF, Luís Roberto Barroso, e do juiz de primeira instância, Sergio Moro. Através de diversos meios, a imersão nas manifestações públicas dos juízes propiciou uma compreensão mais densa tanto do que podemos conceber como um *núcleo dogmático comum* a suas atuações e interpretações do Brasil, quanto das relevantes nuances que os distanciam entre si. Se Barroso constrói sua *persona* pública através da constante reafirmação de uma aparência de contenção com relação aos assuntos

políticos cotidianos, buscando trafegar quase sempre pelas altitudes de debates mais amplos sobre a formação histórica do país; Moro, por seu turno, expressa mais diretamente o entrelaçamento entre o protagonismo das instâncias judiciais e um ativismo carente de visibilidade para alcançar seus objetivos. E se Barroso visa a ocupar o espaço de um progressismo reformista, mantendo seu discurso atrelado ao resguardo do direito das minorias, em clássico registro liberal; Moro, por sua vez, aparece como um portador imediato de um discurso mais radical de transformação da arena política, sem pruridos principiológicos ou maiores considerações sobre a questão da desigualdade, o que o torna mais afim aos preceitos da “nova direita” que viceja no Brasil nesta última década.

Nuances à parte, importa aqui, à guisa de conclusão, salientar o substrato comum dos discursos que ambos, Barroso e Moro, dirigem à esfera pública nacional (e, por vezes, internacional): contra as limitações intrínsecas à esfera da política e os vícios congênitos do Estado brasileiro, é preciso que a “sociedade civil organizada” protagonize um movimento de saneamento virtuoso das relações políticas e sociais no país – movimento este que passa necessariamente pela desobstrução das potências socializadoras do mercado e implica, por óbvio, o fortalecimento da capacidade de atuação e punição das instituições jurídicas.

Recuperando a *longue durée* da atuação dos juristas na política nacional, parece-nos lícito inferir que depois de disputas entre uma concepção bacharelesca e uma concepção economicista da vida política e social do país, nas mais recentes décadas, chegamos ao termo em que as perspectivas se conciliam, quando o protagonismo dos juristas-políticos se efetiva em prol da maximização da eficiência econômica das empresas e da abertura do mercado nacional à atuação benfazeja e saneadora dos capitais internacionais. A emergência, por meio dos *Juristas políticos*, de uma perspectiva conciliatória entre as razões jurídica e econômica ocorre, sobretudo, pela caracterização do mundo do mercado como caminho

inescapável nos tempos modernos, tanto sob o aspecto do discurso competente, com a economia a limitar o escopo de decisões da política e do direito, quanto pelo aspecto moral, no qual a tendência reta da dinâmica privada se oporia à tendência corrupta do Estado. Nessa perspectiva, a política, sobretudo a democrática, é vista como ruído a atrapalhar a harmonia do saber econômico, este mais apto do que a lógica confusa das massas – especialmente as supostamente incultas e moralmente débeis de um país atrasado – para determinar os melhores caminhos. Unidos pelo gosto por uma suposta verdade inacessível aos que não dominam os códigos do saber técnico, seja ele jurídico ou econômico, gurus dos tribunais e do mercado se mostram aptos a ver o que o olhar marcado pelas passionalidades da política não alcança. Não sem razão, o debate público se viu inundado por enunciados técnicos do Direito e da economia, revestidos, por sua vez, de verniz moral que os atribuía a condição de verdades absolutas. Não sem motivo, o impeachment passou pela identificação de supostos “crimes fiscais”, sintomáticos da união das razões jurídica e econômica, a indicarem para os postulantes presentes e futuros que, a despeito dos humores da plebe, há certa razão do mundo – a do mercado – que deve necessariamente prevalecer, por bem ou por mal.

Bibliografia

ADORNO, Sergio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMINO, João. *Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARANTES, Rogério. *Ministério Público e política no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2002.

ARGUELHES, Diego Werneck; Hartmann, Ivar A., Pedido de vista é poder de veto. Folha de São Paulo 15 abr. 2015. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/04/1616685-diego-werneck-arguelhes-e-ivar-a-hartmann-pedido-de-vista-e-poder-de-veto.shtml>

AVRITZER, Leonardo. “Entrevista à Revista Carta Capital”. Publicada em 29 de abril de 2017. Disponível online no endereço eletrônico: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-declinio-do-apoio-ao-governo-no-congresso-vai-se-acentuar>

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Renovar, 2008.

_____. *O Constitucionalismo democrático no Brasil: crônica de um sucesso imprevisto*, 2012. Disponível em http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/constitucionalismo_democratico_brasil_cronica_um_sucesso_imprevisto.pdf

_____. *Novo Direito Constitucional Brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Forum, 2012b.

_____. *A Vida, o Direito e Algumas Ideias para o Brasil*. São Paulo: Migalhas, 2016.

_____. *Estado, sociedade e direito: diagnósticos e propostas para o Brasil*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Conferencia-da-OAB_20out2014.pdf

_____. *Reforma Política no Brasil: os consensos possíveis e o caminho do meio*. Cambridge, 2015a. Disponível em http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Reforma-Politica_Texto-em-portugues_Versao-final1.pdf

_____. *Contramajoritário, representativo e iluminista: os papéis da cortes constitucionais nas democracias contemporâneas*. Rio de Janeiro, 2015b. Disponível em <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2015/12/O-papel-das-cortes-constitucionais.pdf>

_____. *Brasil + 30: o legado de 30 anos de democracia e os desafios pela frente*. Rio de Janeiro, 2015c. Disponível em http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Trinta-anos-de-democracia_versao-em-portugues.pdf

_____. *Democracia, corrupção e justiça: diálogos para um país melhor*. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/08/Democracia-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-justi%C3%A7a-Barroso.pdf>

BARROSO, Luís Roberto; Osório, Aline. *Crise testou o respeito do país à Constituição Federal e às instituições*. 2015. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2015-dez-28/retrospectiva-2015-cri-se-testou-respeito-constituicao-federal>

BRAGA, Ruy. “O fim do lulismo”. In: Jinkings, Ivana; Doria, Kim; Cleto, Murilo (orgs.) *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAGA, Ruy. “O fim do lulismo”. In: Jinkings, Ivana; Doria, Kim; Cleto, Murilo (orgs.)

CAPPELLETTI, Mauro; Garth, Bryan G.; Northfleet, Ellen Gracie. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Sergio A. Fabris, 1988.

CARBONELL, Miguel (org.). *Neoconstitucionalismo y derechos fundamentales en tiempos de emergência*. Madri: Red Estudios Constitucionales, 2000.

CARVALHO, Jose Murilo. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. Tese de doutorado em Ciência Política. IESP-UERJ, 2015.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza; Perlatto, Fernando. *Intelectuais da Nova Direita no Brasil: ideias, retórica e prática política*. Insight Inteligência nº 72, jan-mar 2016.

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, direito e justiça distributiva: elementos da filosofia constitucional contemporânea*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GARAPON, Antoine. O guardador de promessas: justiça e democracia. São Paulo: Instituto Piaget, 1998.

HABERLE, Peter. Hermenêutica Constitucional - A Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1997.

HABERMAS, Jurgen. *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge: MIT Press, 1998.

HEGEL, G.W.F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOERNER, Andrei e Schilling, Flávia. “O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora”. In: Velasco e Cruz, Sebastião; Kaysel, André; Cotas, Gustavo (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

HIRSCHL, Ran, *Towards Juristocracy: The Origins and Consequences of the New Constitutionalism*. Nova Iorque: Harvard Press, 2004.

LESSA, Renato. A Constituição de 1988 como experimento de filosofia pública: um ensaio. In Oliven, Rubem George; Ridenti, Marcelo; Brandão, Gildo Marçal. *A Constituição de 1988 na vida brasileira*: Hucitec, 2008.

LIMA, Pedro Luiz. “Luzes e sombras da criptopolítica”. In: Revista Escuta, março de 2016. Disponível online em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2016/03/22/escuta-especial-conjuntura-luzes-e-sombras-da-criptopolitica-ou-sobre-a-incomoda-arte-de-tomar-partido/>

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da Monarquia à Oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014

LYNCH, Christian Edward Cyril; Jose Vicente Santos de Mendonça. *Por uma história constitucional brasileira: uma crítica pontual à doutrina da efetividade*. Direito & Praxis n° 08, vol. 2, 2017.

MAUS, Ingeborg. O Judiciário como superego da sociedade. Novos Estudos CEBRAP n° 58, nov. 2000.

MELO FRANCO, Bernardo. O procurador na Igreja. Folha de São Paulo 28/07/2015.

MIGUEL, Luís Felipe. “A democracia na encruzilhada”. In: Jinkings, Ivana; Doria, Kim; Cleto, Murilo (orgs.) *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MORO, Sergio. “Considerações sobre a operação Mani Pulite”. In: Revista do Centro de Estudos Judiciários, n. 26, p. 56-62, jul-set, 2004.

MORO, Sergio. Discurso no evento *Brazil Summit*, realizado pela revista The Economist em 27 de outubro de 2015. São Paulo: 2015a. Disponível online em: <https://www.youtube.com/watch?v=hu4AHvMETCw>

MORO, Sergio. Discurso em Ato Inter-religioso em defesa da democracia e contra a corrupção, em 22 de novembro de 2015. Maringá: 2015b. Disponível online em: https://www.youtube.com/watch?v=8V-o_UpwGJY

MORO, Sergio. Discurso no evento “Vamos falar sobre ética”, organizado pela Universidade Positivo, em 18 de agosto de 2016. Curitiba: 2016a. Disponível online em: <https://www.youtube.com/watch?v=UbgzvgV4hmA>

MORO, Sergio. Despacho pela 13ª Vara Federal de Curitiba referente ao PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO Nº 500620598.2016.4.04.7000/PR em 16 de março de 2016. Curitiba: 2016b.

MORO, Sergio. Despacho pela 13ª Vara Federal de Curitiba, OFÍCIO Nº 700001743752, em 29 de março de 2016. Curitiba: 2016c.

MORO, Sergio. Discurso nas Conferências de Estoril, em 30 de maio de 2017. Estoril, 2017a. Disponível online em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1888667-e-melhor-alguem-condenado-do-que-ninguem-diz-moro-sobre-delacoes.shtml>

MORO, Sergio. Discurso na Universidade de Columbia, em 06 de fevereiro de 2017. Nova Iorque: 2017b. Disponível online em: <https://www.youtube.com/watch?v=LpCMTsf2Aj8>

REIS, Bruno Wanderley. “Escoteiros no Bordel”. In: Revista Escuta, março de 2017, Rio de Janeiro, 2017a. Disponível online em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2017/03/20/escoteiros-no-bordel/>

REIS, Bruno Wanderley. “A Lava-Jato é o Plano Cruzado do combate à corrupção”. In: Blog da Novos Estudos CEBRAP. 2017b. Disponível online em: <http://novosestudos.uol.com.br/a-lava-jato-e-o-plano-cruzado-do-combate-a-corrupcao/>

SADEK, Maria Tereza. Ministério Público: a construção de uma nova instituição In Oliven, Rubem George; Ridenti, Marcelo; Brandão, Gildo Marçal. A Constituição de 1988 na vida brasileira: Hucitec, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

_____. A pós-“revolução” brasileira. In Jaguaribe, Helio (org.). *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SCHMITT, Carl. *Political theology: four chapters on the concept of Sovereignty*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SGARBI, Adrian. *Teoria do direito: primeiras lições*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SINGER, André. “Por uma frente ampla, democrática e republicana”. In: Jinkings, Ivana; Doria, Kim; Cleto, Murilo (orgs.) *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO. Relatório do desembargador federal Rômulo Pizzolatti. 23 de setembro de 2016.

STUART MILL, John. *On Liberty*. Londres: Penguin books, 2008.

TATE, Neil, Vallinder, Torbjorn. *The global expansion of judicial power*. Nova Iorque: NYU Press, 1997.

TOCQUEVILLE, Alexis. *Democracia na América: Leis e costumes*. vol 1. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; Kaysel, André; Cotas, Gustavo (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte, Ed UFMG, 1999.

_____. *O terceiro poder na Carta de 1988 e a tradição republicana: mudança e conservação*. In Oliven, Rubem George; Ridenti, Marcelo; Brandão, Gildo Marçal. *A Constituição de 1988 na vida brasileira*: Hucitec, 2008.

_____. Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas-políticos da OAB. In: *Travessia: da abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.

VIANNA, Luiz Werneck; Burgos, Marcelo. *Revolução Processual do Direito e Democracia Progressiva*. In Vianna, Luiz Werneck (org.). *Democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck; Rezende de Carvalho, Maria Alice; Melo, Manuel Palácios Cunha; Burgos, Marcelo. *A Judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

**Palavras-
chave:**

Golpe de 2016;
Judiciário;
jurista político;
corrupção;
moral;
sociedade civil.

Resumo: O presente artigo busca contribuir para a interpretação do componente jurídico do golpe de 2016 a partir de uma investigação sobre o protagonismo contemporâneo da figura do jurista político no Brasil. Uma reconstrução histórica das condições institucionais de emergência deste personagem, dadas a nova feição do Judiciário após 1988 e a sua inserção em um movimento global de maior monta, embasa a interpretação sobre os modos de seu protagonismo, efetuada através de análises de discurso tendo como objeto a atuação na esfera pública de dois dos mais relevantes personagens desse tipo: o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso e o juiz Sérgio Moro. Busca-se desenvolver a hipótese de que, malgrado relevantes distinções em seus modos de atuação, ambos convergem na postulação de dois imperativos que determinaram a formação do contexto ideológico do golpe de 2016: a) legitimar o avanço das instâncias judiciais sobre a política e a sociedade, ampliando o “combate à corrupção”, através da deslegitimação das instâncias políticas; b) atribuir protagonismo à “sociedade civil organizada”, contra as limitações intrínsecas à esfera da política e os vícios congênitos do Estado brasileiro, em um movimento de saneamento virtuoso das relações políticas e sociais no país, via a desobstrução de supostas potências socializadoras do mercado.

Keywords:

2016' Coup in
Brazil;
Judiciary;
political jurists;
corruption;
morality; civil
society.

ABSTRACT: Through an inquiry on the protagonistic role played by “political jurists” in contemporary Brazil, the article provides an interpretation for the juridical component of the 2016' Coup that founded Dilma Rousseff's impeachment process. Anchored on methods of discourse analysis, this research takes as its main objects several public sphere interventions made by two of the most relevant characters that can be framed as “political jurists” in Brazil's recent context: Luís Roberto Barroso, a Supreme Court judge, and Sergio Moro, a first instance judge. In spite of relevant differences on their modes of speech, public discourses show two lines of convergence that were crucial for the making of the Coup's ideological context: a) the legitimation of a widespread judicial offensive over politics and society, broadening the scope of the “fight against corruption” through a de-legitimation of political actors and institutions; b) the idealization of an “organized civil society”, which would turn itself against the Brazilian State's renitent vices in a movement that links the desired virtuous reform of political and social relations to an affirmation of the market's alleged socializing powers.

Recebido para publicação em junho/2017

Aceito para publicação em outubro/2017

O impeachment de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina: a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan

Gabriel Gutierrez Mendes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (BRA)

Introdução

Ao longo dos anos 1990, a América Latina testemunhou uma onda sem precedentes de impeachments. Entre 1992 e 2004, seis presidentes eleitos sofreram processos de impedimento: Fernando Collor (Brasil), em 1992; Carlos Andrés Perez (Venezuela), em 1993; Ernesto Samper (Colômbia), em 1996; Abdala Bucáram (Equador), em 1997; Raul Cubas, em 1999 e Gonzalez Machi em 2003, ambos do Paraguai. Destes, apenas o colombiano e o equatoriano não foram derrubados. Na América Latina

contemporânea, mesmo quando seu ocupante havia sido sabatinado pelo voto popular, a cadeira presidencial tornou-se um lugar inseguro. Como atestam também os casos de Alberto Fujimori, que fugiu do Peru em 2000, e Lucio Gutierrez do Equador (2005), Fernando de la Rúa da Argentina (2001) Gonzalo Sanchez de Louzada da Bolívia (2003) e Carlos Mesa da Bolívia (2005) que renunciaram ao cargo.

O presente artigo tem o objetivo de analisar o recente episódio de impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, no Brasil, à luz da abordagem teórica do trabalho do cientista político Anibal Perez-Liñan, presente em seu livro *“Presidential impeachment and the new political instability in Latin America”*. O propósito central do trabalho é verificar em que medida os traços característicos do modelo criado por Perez-Liñan podem ser encontrados no caso brasileiro. Para realizarmos tal tarefa, observaremos, em detalhe, o caso Dilma, a partir das categorias mobilizadas pelo autor para explicar os recentes impedimentos na América Latina. Inicialmente, veremos quais fatores atuam para favorecer a instabilidade institucional e política da região. Em seguida, procuraremos compreender qual foi a agência efetiva dos atores sociais e políticos, mencionados por Perez-Liñan, no caso brasileiro. Assim, faremos a correlação entre os eventos históricos que se somam no episódio Dilma e o modelo do autor. Ao mesmo tempo, teremos mais elementos para verificar a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan e checar a pertinência de seu pressuposto, segundo o qual os impedimentos verificados na região nos últimos 30 anos teriam traços constitutivos semelhantes. Por fim, veremos como uma atenção detalhada à ação direta do Poder Judiciário no contexto nacional é uma das principais lacunas da análise de Perez-Liñan.

Segundo Perez-Liñan (2007), um dos aspectos mais regulares dos processos de impedimento desde os anos 1990 é o fato de os governos serem destituídos sem que haja uma conseqüente ruptura com o regime. Nesse sentido, em meio à instabilidade do governo, há um cenário de

estabilidade desse regime. O fim da Guerra Fria e certa atenuação da intervenção direta dos governos dos EUA nas questões internas dos países latinos podem ser alguns dos elementos determinantes para essa maior estabilidade. Há hoje, também, instituições internacionais capazes de estabelecer sanções relevantes a países que de alguma maneira não respeitem a cláusula democrática (PEREZ-LIÑAN, 2007). Além disso, o autor menciona lições extraídas das intervenções militares anteriores como outro fator contemporâneo que contribui para a manutenção da ordem, mesmo em contextos politicamente conturbados.

Sobre este último aspecto, a relação da sociedade brasileira com seu passado autoritário ainda é fortemente ambígua. Diferentemente do que fazem Uruguai e Argentina (esta, uma referência na punição a crimes contra a humanidade cometidos pela Ditadura, onde mais de 200 pessoas já foram condenadas), o Brasil segue com dificuldades para punir militares associados à repressão política no período de exceção. Apesar da criação da Comissão da Verdade pelo governo Dilma, em 2012 – sugerindo maior disposição do Estado para revisitar seu passado obscurantista –, o STF ratificou a lei de Anistia e validou a absolvição de todos os envolvidos em conflitos armados, tanto os militares – que propuseram a lei – quanto os guerrilheiros que se insurgiram contra o regime de exceção. A manutenção de uma lei que visivelmente interessa às forças que sustentaram os governos militares fez com que o Brasil sofresse contundentes críticas em fóruns internacionais da ONU. Autores como Neves (2012) são críticos em relação à validação da lei da Anistia de 1979 e, apesar de criticar a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o Estado brasileiro, afirmam que Comissões da Verdade devem complementar a tentativa de apuração de violações de direitos humanos via justiça criminal.

A controvérsia em relação a estes mecanismos de elucidação da história política brasileira ilustra a pouca disposição de importantes setores da sociedade de lidar com seu passado de adesão antidemocrática. Talvez

por isso, no auge das manifestações a favor do impeachment de Dilma, fosse comum ver nas ruas partes dos manifestantes pedindo explicitamente a intervenção militar, sem qualquer constrangimento. Apesar dos clamores, as Forças Armadas não intervieram no processo de impeachment publicamente, mesmo nos momentos mais conturbados de conflito institucional – e sempre afirmaram oficialmente que não havia possibilidade de um novo governo militar e que a democracia formal deveria prevalecer.

O que parece ficar claro para Perez-Liñan (2007) é que, no contexto contemporâneo, as elites latinas civis encontraram mecanismos constitucionais para resolver suas disputas, sem necessariamente precisar fraturar a formalidade da lei. O impedimento, para Perez-Liñan, parece ter sido usado precisamente como um eficiente mecanismo para desapossar presidentes “indesejáveis” sem destruir a ordem constitucional. Como se os impedimentos fossem a versão moderna dos velhos golpes militares.

A suposta manutenção da ordem constitucional foi, no caso brasileiro, um dos principais argumentos daqueles que defenderam o impeachment de Dilma. Frequentemente foi lembrado, tanto por políticos quanto pela imprensa de oposição a então presidente, que o impedimento estava previsto na Constituição e que o Supremo Tribunal Federal havia acompanhado todo o processo, salvaguardando a legalidade do rito. Para satisfazer o componente jurídico, a acusação a Dilma focou-se na noção de crime de responsabilidade associado a uma manobra fiscal. Do ponto de vista formal, houve arguição da presidente na condição de ré, contraditório entre acusação e defesa, tanto na comissão do impeachment, quanto na Câmara dos Deputados e no Senado. No momento final do processo, a sessão foi presidida, no Senado, pelo presidente do STF, cuja presença chancelou definitivamente a aparência de legalidade do procedimento de impedimento. Curiosamente, poucos dias depois do impeachment concluído, este mesmo presidente do Supremo afirmou – em uma de suas aulas como professor de Teoria do Estado na Faculdade de Direito da

Universidade de São Paulo (USP) – que o impedimento havia sido um “tropeço da democracia”¹.

O Impedimento como insinuação parlamentarista ou reação ao neoliberalismo

Talvez Perez-Liñan (2007) analisasse esse “tropeço” enfatizando a emergência de uma insinuação parlamentarista nas democracias liberais da América Latina. Nesse sentido, o impeachment equivaleria ao voto de desconfiança do sistema parlamentarista, através do qual o Legislativo propõe a votação de uma moção de censura ao chefe do governo pelo Parlamento. Em regimes parlamentaristas, como afirma Stepan (1990), não é possível um governo seguir com sua administração contra a vontade da maioria da Câmara legislativa, pois, para que haja o voto de não confiança, são necessários apenas 51% do colegiado legislativo – em geral, a câmara baixa. Logo, na maioria dos casos, a crise do governo não se torna uma crise do regime. Se o voto de desconfiança é acatado, o primeiro ministro sente-se constrangido a renunciar.

Entretanto, o próprio Perez-Liñan (2007) considera essa leitura problemática na medida em que, para o impeachment acontecer, é necessária também a satisfação de um requisito jurídico: é preciso comprovar de forma cabal que o presidente cometeu crime de responsabilidade para que a acusação que pretende revogar a escolha soberana do eleitorado seja válida. Ou seja: o impedimento é um procedimento híbrido, que exige um crime, e não apenas o desprestígio político, como nos casos mais comuns de voto de desconfiança no sistema parlamentarista.

Além disso, o voto de censura (de não confiança) é um procedimento comum nesse tipo de ordenamento político. Já o impeachment é um

¹ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lewandowski-diz-que-impeachment-de-dilma-foi-um-tropeco-na-democracia,10000078768>>. Acesso em 18.jan.2017.

procedimento extraordinário no sistema presidencial, e costumeiramente traumático para o país. Quando um primeiro-ministro perde um voto de confiança, lembra Perez-Liñan (2007), ele sai do governo para se apresentar na próxima eleição. Quando um presidente sofre um impeachment, ele geralmente sai do governo para ser preso ou exilado. A decisão *sui generis* do Senado de cassar o mandato de Dilma mantendo-lhe os direitos políticos (e a possibilidade de candidatar-se a cargos públicos) demonstra certa hesitação por parte da Casa Alta do Parlamento brasileiro no que se refere ao cumprimento da mencionada exigência jurídica.

Relacionando a noção trazida por Perez-Liñan (2007) com o caso brasileiro, é possível pensar que os senadores que julgavam Dilma talvez estivessem plenamente convictos de que a presidente deveria sair do cargo pelo fator político; sem, no entanto, ter a certeza jurídica do cometimento do crime que justificaria o traumático impedimento. Tal ambiguidade reforça o argumento do autor. Ao fim, parece-nos que a maior parte do Legislativo quis remover a presidente, como se estivesse no Parlamentarismo, sem que estivesse convencido de que havia um ilícito efetivo a ser imputado a ela. As consequências de tal dubiedade serão vistas no futuro, pois procedimentos dessa natureza, como afirma Perez-Liñan (2007), geram intensa polarização política e instabilidade social. A esse respeito, a então presidente e ré frequentemente acusou seus adversários de estarem perpetrando o que chamava de um “golpe parlamentar”.

Além do argumento que o aproxima de um procedimento parlamentarista no Presidencialismo, o impeachment pode ser interpretado de outra maneira. Nesse sentido, Perez-Liñan (2007) sugere que o impedimento presidencial, em algumas ocasiões, pode guardar alguma relação com a expansão do raio de ação da cidadania democrática mobilizada nas ruas. Insatisfeita com os efeitos devastadores da implementação de políticas neoliberais no continente, camadas significativas da população engajar-se-iam em manifestações populares para

se opor a tais políticas, derrubando, assim, presidentes impopulares. É fato que Dilma Rousseff definitivamente não atravessava um momento de alta popularidade no ano do seu impeachment, 2016. No entanto, o horizonte programático das forças políticas que mobilizaram a fração da população que foi às ruas clamar pela sua saída no meio do mandato está distante de ser antineoliberal. Ao contrário, um dos combustíveis para o fortalecimento da onda pró-impeachment foi exatamente uma conjunção de fatores nacionais e internacionais que verificou na fratura do arranjo partidário e social do governo do PT uma possibilidade de aprofundamento da agenda neoliberal.

A esse respeito, o autor atualiza seu argumento ao afirmar recentemente, em entrevista ao jornalista Luãn Chagas (2016), que diversos pesquisadores (que, no passado, celebraram a queda dos presidentes como uma revolta popular contra o neoliberalismo) hoje desconfiam dos protestos e chegam a condenar o impeachment como uma forma de golpe parlamentar. Os casos de Fernando Lugo, no Paraguai, e o da própria Dilma são exemplares nesse sentido, já que o expediente do impedimento foi usado contra o que Perez-Liñan chamou de “presidentes de esquerda” que enfrentavam momentos de crise econômica. Segundo o autor (PEREZ-LIÑAN, 2007), na primeira década do século XXI, a economia foi próspera, o que fez com que a onda de impedimentos arrefecesse e produzisse uma sensação de segurança aos presidentes. Hoje, quando as consequências da crise de 2008 do próprio neoliberalismo no centro do capitalismo global começam a chegar com alta voltagem na América Latina, o subcontinente volta a testemunhar a instabilidade de governos, agora progressistas, que tombam enfraquecidos por sua impopularidade.

Impeachment e instabilidade política: o caso Dilma Rousseff

Em nações que adotam o sistema presidencialista, o presidente normalmente é figura central na vida nacional. Especialmente em países de

pouca tradição partidária e cultura personalista, como o Brasil, o chefe do Executivo Federal personifica simbolicamente todas as iniciativas de sua administração. Todo o governo, com seus ministérios, autarquias, repartições e estatais são identificados pela população com aquela única pessoa: o presidente. Isso quando o chefe do Executivo não é erroneamente responsabilizado, no senso comum, pelas decisões do Legislativo e do Judiciário. A caneta do presidente tem poder de sanção e veto e faz com que uma única pessoa seja absolutamente decisiva no exercício do poder. Ao mesmo tempo, uma vez que os ventos políticos mudem seu curso, o presidente pode experimentar o ocaso impiedoso e ser objeto de ódio irracional.

O caso de Dilma Rousseff é exemplar acerca dessa mudança de clima político. A presidente, no seu segundo mandato, deparou-se com um furacão capaz de gerar sua tragédia final: a deposição. Dilma conquistara a reeleição, em 2014, numa disputa apertada (51,64% dos votos, contra 48,36% de Aécio Neves, do PSDB) que consolidou definitivamente o realinhamento eleitoral que garantiu as quatro vitórias eleitorais do PT para a presidência (SINGER, 2012). Apesar de ter garantido mais quatro anos de poder para o projeto lulista, a eleição daquele ano marcou a fissura definitiva no pacto de classes que havia sustentado as administrações petistas anteriores durante 12 anos.

Principal partido de esquerda do Brasil e maior partido de massas da América Latina, o PT chegou à Presidência do Brasil em 2002, a partir de um pacto social claramente explicitado em sua campanha (MENDES, 2004). Depois de três tentativas malsucedidas de conquista do Executivo Federal, o partido resolvera conciliar com os partidos fisiológicos do Parlamento e chamara o PL (que numa fusão com o PRONA tornou-se hoje o PR, o Partido da República) para sua chapa, tendo como vice o importante empresário mineiro José de Alencar. Essa aliança sinalizou aos setores econômicos hegemônicos do país que Lula estava disposto a fazer um

governo de composição, no qual capital e trabalho seriam representados e teriam seus interesses atendidos. (MENDES, 2004).

Essa composição de classes se refletiu numa coalizão de partidos no Congresso, que por sua vez se reverberou na divisão de cargos no governo. De alguma forma, foi esta dupla aliança, na sociedade e no Congresso, que sustentou os dois governos de Lula e o primeiro governo de Dilma. Em 2014, essa aliança praticamente esfarelou-se. Como afirma Singer (2015), a pressão a favor da adesão definitiva à agenda liberal foi ganhando cada vez mais adeptos na burguesia, na classe média tradicional e até em setores da nova classe trabalhadora. De fato, Dilma já havia entrado em confronto com parte do grande capital ao utilizar os bancos públicos – Caixa Econômica e Banco do Brasil – para forçar uma queda na taxa de juros (SINGER, 2015). Esse episódio e outros fatores relacionados à crise econômica fizeram com que boa parte do empresariado, que ainda estava ao lado do PT no primeiro governo Dilma, migrasse definitivamente para a oposição, acirrando, assim, a disputa eleitoral de 2014 e a disputa social e política como um todo. (SINGER, 2015)

Ao final, Dilma vence com o apoio eleitoral dos beneficiários diretos das políticas públicas implementadas pelo petismo no poder, o eleitorado com menos renda e escolaridade, fundamentalmente habitantes de cidades pequenas². A aliança com o PMDB é mantida e Michel Temer continua como vice-presidente, em nome de garantir a maioria parlamentar para o governo, num contexto cada vez mais intenso de deterioração econômica. Na verdade, essa aliança já dava sinais sérios de desintegração mesmo antes da eleição. No início de 2014, por exemplo, o PMDB do Rio de Janeiro já havia rompido com o PT, o que fez com que, no pleito presidencial, a facção carioca do partido apoiasse Aécio Neves, do PSDB.

² Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numericos/post/dilma-vence-nas-cidades-pequenas-e-aecio-nas-grandes-veja-mapa2.html>>. Acessado em 16/6/2017.

O Confronto entre Executivo e Legislativo

A compreensão dessa relação conturbada com o PMDB é decisiva para se entender o processo que culmina no impedimento de Dilma. Perez-Liñan (2007) ressalta reiteradamente como a confrontação extrema entre Executivo e Legislativo desestabiliza democracias presidencialistas. Essa é uma das principais senhas para a compreensão das instabilidades políticas pesquisadas pelo autor e, especificamente, para a observação da dinâmica política do Brasil contemporâneo. O que está na raiz desse jogo é o que convencionou-se chamar de “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988), um sistema de exercício de poder em que nenhum partido detém a maioria no Congresso, o que exige que o partido do governo tenha que se aliar a outros para conseguir aprovar os assuntos de seu interesse no Legislativo e, assim, governar de fato.

A crítica geral ao Presidencialismo de Coalizão argumenta que sua existência inibe a capacidade do presidente de obter maiorias congressuais, o que geraria, de antemão, um sistema instável. Isso ocorreria no Brasil, de um lado, à diferença de um presidencialismo combinado com voto uninominal majoritário distrital – como nos EUA, em que o Congresso é dividido entre dois partidos – e, de outro, de governos parlamentaristas, em que a formação da coalizão antecede a escolha do Executivo. Para autores como Figueiredo & Limongi (1999), a estabilização do regime brasileiro só foi possível, em grande parte, porque, no fim das contas, os partidos acabam tendo um comportamento ideológico. Ou seja: eles efetivamente representam setores diferentes da população, organizam-se como tal e, ao cabo, o presidente estrutura seu governo em função dessas maiorias programáticas. Outros autores, como Zucco (2009), argumentam que alguma medida eficiente de estabilidade do presidencialismo brasileiro é alcançada mais em razão do poder de cooptação do presidente e menos pela organização ideológica do Congresso.

O argumento de Zucco (2009) talvez nos seja mais produtivo para compreender o papel jogado pelo PMDB no episódio do impeachment de Dilma. Quando aderido ao poder central, pela cooptação exercida pelo chefe do Executivo, o PMDB – mesmo não tendo a presidência – tem a capacidade de estabilizar (e desestabilizar) o sistema. Parece ter sido assim no caso do recente impeachment no Brasil. Maior partido do país em número de filiados e congressistas, o PMDB é o fiel da balança do sistema político brasileiro. Apesar de ser o partido com maior número de filiados e maior número de integrantes exercendo cargos eletivos no país, o partido não tem um nome nacional capaz de ganhar o Executivo Federal, tendo em vista que sua força reside exatamente no seu enraizamento regional. No entanto, tanto nos governos de FHC, do PSDB, quanto nos governos do PT, o PMDB colocou-se como o partido de quem o governo central depende para obter a maioria no Legislativo. Isso faz com que o governo precise dividir cargos, negociar pautas e efetivamente governar junto com o PMDB.

Essa dependência em relação ao PMDB por parte do partido ocasionalmente no governo é uma das causas decisivas para diversos conflitos no interior da base parlamentar que sustenta as iniciativas do Executivo. A todo momento, o presidente precisa contornar, fazer concessões, negociar e, finalmente, compor com o PMDB para conseguir exercer o poder. Isso aumenta radicalmente o índice de fisiologismo no interior da máquina do Estado, mas quando executado com destreza política, estabiliza razoavelmente o exercício do poder pelo Executivo.

O PMDB faz alianças ora com PSDB, ora com o PT. Ora com a centro-direita, ora com a centro-esquerda. No entanto, não é possível afirmar que a relação entre o PMDB e os dois governos seja exatamente a mesma. Apesar de ser, como mencionado, predominantemente um partido fisiológico (BRAGA & NICOLÁS, 2008), incrustado no aparato estatal e disposto a barganhar cargos com o governo central, salvo poucas exceções que remetem ao MDB, o PMDB tem também atributos do que Braga &

Nicolas (2008) chamam de “partido programático de direita”. Isso faz com que a relação com as pautas progressistas seja ainda mais tensa. Como afirmam Barbosa e Santos (2016), o PT na condição de partido originalmente *outsider*, criado fora do Estado, tem mais dificuldades de implementar suas agendas do que os partidos *insiders*, conservadores. Os autores mostram ainda que a aliança PSDB-PMDB – nos governos Fernando Henrique – conseguiu fazer avançar sua agenda significativamente, reformando o Estado no sentido de intensificar suas características neoliberais. Já a aliança PT-PMDB, capitaneada pelo PT, mas organicamente heterogênea e contraditória, só conseguiu eventualmente impedir alguns avanços do neoliberalismo, obtendo, no geral, reduzido êxito na reforma do Estado em termos normativos coordenados com sua agenda de partido socialdemocrata.

O arranjo legislativo dos governos do PT com os fisiológicos pequenos e com o PMDB, foi, portanto, atravessado permanentemente por conflitos. A noção de partido fisiológico aqui vem de Braga & Nicolás (2008), que caracterizam partidos fisiológicos como os que não se posicionam em nenhum dos dois extremos do espectro político-ideológico e que são oscilantes no plano nacional em relação aos governos, tendo como característica a baixa consistência programática. Ainda que, em geral, tenham uma postura ideológica mais conservadora. A consequência deste descompasso entre Legislativo e Executivo é a reiteração de alguns dos traços mais problemáticos do presidencialismo brasileiro, que – como dizem Figueiredo e Limongi (1998) – costuma gerar conflitos institucionais insolúveis, especialmente num sistema pluripartidário parcamente institucionalizado.

Objetivamente, se em 2014 não contasse com o PMDB na sua base no Congresso, o governo Dilma teria apenas 216 dos 513 membros da Câmara dos Deputados (42%), 26 dos 81 membros do Senado (32%) e 26 dos 65 deputados que compunham a comissão do impeachment (40%).

Já com o partido na coalizão, a base aliada do governo tinha a maioria da Câmara e do Senado, com 304 deputados e 47 senadores respectivamente. O PMDB só rompeu oficialmente com o governo em março de 2016. No entanto, a crise terminal na relação entre Executivo e Legislativo chega ao momento decisivo quando o PT resolve votar a favor da cassação do mandato do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no Conselho de Ética da Câmara³. Em ato contínuo, Cunha aceita o 28º pedido de impeachment, que chegava à sua mesa em 2016, e implementa uma sequência de pautas hostis ao Executivo no plenário – o que, praticamente, inviabilizou o Executivo de governar.

Apesar de o Legislativo poder ser visto como a instituição democrática por excelência, pelo seu caráter colegiado e de debate, o caso brasileiro traz complicadores para essa afirmação. Nosso sistema eleitoral para o Legislativo, o proporcional, fez com que, por exemplo, apenas 36 dos 513 deputados que votaram pela abertura do processo de impeachment contra Dilma tivessem sido eleitos exclusivamente com votos próprios⁴. Além disso, a possibilidade de financiamento empresarial de campanha introduz na representação um ruído que faz com que o parlamento brasileiro não reflita as características da sociedade brasileira, especialmente no que se refere à representatividade das classes populares. Em sentido oposto, historicamente, a cadeira de presidente tem sido um espaço importante para as classes populares no Brasil conseguirem alguma representatividade substantiva no Estado.

Em alguma medida, o impeachment de Dilma carrega esse embate entre Legislativo e Executivo, costurando esse conflito de interesses. Prova

³ Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-temer-diz-que-dilma-caiu-porque-pt-nao-votou-em-cunha-no-conselho-de-etica-e-que-ele-nao-teve-nada-a-ver-com-nada/>>. Acessado em 16/6/2017.

⁴ Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461023531_819960.html>. Acessado em 16/6/2017.

disso é o fato de que tão logo o PT foi deposto da presidência, o PMDB – que até o dia anterior ocupava a vice-presidência do governo Dilma e inúmeros ministérios – mudou radicalmente o curso da administração e transformou a oposição (PSDB, DEM e PPS) no principal aliado da base de sustentação do novo governo.

A crise do capitalismo global chega ao Brasil

Além do embate Legislativo e Executivo, para Perez-Liñan (2007), a razão fundamental da tempestade que leva ao impeachment é a crise econômica. É ela que debilita o apoio popular e faz com que os escândalos de corrupção se convertam em hostilidade efetiva contra a administração sob fogo cruzado. Para comprovar seu argumento, o autor lembra o caso do “mensalão” do PT, em 2005, quando – em meio à grave crise política e à ofensiva do mesmo PMDB, mas num momento sem crise econômica – o governo de Lula não caiu. Segundo Perez-Liñan (2007), a população é mais tolerante com a corrupção em momentos de bonança material.

Os governos Lula e o primeiro governo Dilma desfrutaram de uma situação econômica relativamente boa. Um momento próspero da economia internacional, com a elevação dos preços das matérias-primas, a parceria com a China e os países árabes e africanos. Junte-se a isso o desenvolvimentismo dos governos petistas (SINGER, 2015), que incentivaram o surgimento de um mercado interno de consumo de massa, a partir do qual o governo poderia operar medidas anticíclicas contra crises internacionais. Vale lembrar que a crise estoura na Europa em 2008 e só chega ao Brasil em 2013. No primeiro mandato (2003-2006), Lula fez a economia crescer em média 3,5% ao ano. No segundo, a economia cresce, em média, 4,5% ao ano. Em seu primeiro mandato, Dilma teve crescimento anual, em média, de 2,1%.

Já no fim do primeiro mandato, a crise começa a se anunciar com mais intensidade. Caem os preços das matérias-primas internacionais, o mercado chinês desacelera e a economia da América Latina entra em recessão. Para piorar sua situação e inflamar partes significativas da população contra ela, a presidente ainda age contra o que havia prometido no pleito de outubro de 2014. De fato, Dilma afirmara na campanha eleitoral que a crise econômica se avizinhava do Brasil. Para combatê-la, prometeu uma ação contundente do Estado, que, de maneira anticíclica, manteria as conquistas de bem-estar social alcançadas durante o petismo e evitaria o agravamento dos problemas econômicos. Além disso, no seu programa eleitoral, Dilma capitalizou eleitoralmente ao acusar seu opositor, Aécio Neves, de ser o candidato que iria fazer o “ajuste fiscal”, implementando políticas de austeridade, que significam – na prática – o corte de investimentos por parte do Estado e a redução de benefícios sociais. Uma vez presidente reeleita, Dilma implementou o ajuste (SINGER, 2015).

Mobilizações populares pelo impeachment

Com o agravamento da crise capitalista e a reclusão do Estado no que se refere à sua agência para mitigar as perdas sociais geradas pela recessão econômica, largas camadas da classe média brasileira encontram seus motivos para ir às ruas protestar contra o governo e, em sequência, pedir o impeachment de Dilma. Para Perez-Liñan (2007), quando as mobilizações sociais alcançam escala massiva, a queda do presidente entra no horizonte. Apesar de ter havido, nos momentos mais adiantados do impedimento, manifestações também massivas de apoio à manutenção da presidente no cargo para o qual havia sido eleita – o que diferencia o seu caso do de Collor, em 1992 – o fato é que boa parte dos eleitores de Dilma,

como diz Perez-Liñan, “escolheu” não se manifestar e, de alguma maneira, ao final, “deixou” que ela fosse deposta⁵.

Os que foram as ruas para pedir o afastamento de Dilma tinham diversas razões para estar ali, todas elas elencadas por Perez-Liñan (2007). A já mencionada crise econômica, que fez com que parcelas de um eleitorado de Dilma mais pragmático se voltasse contra ela. Além disso, estavam lá os eleitores de Aécio, que haviam perdido uma eleição muito disputada por uma diferença mínima. Outro componente presente nas manifestações era a revolta com supostos escândalos de corrupção fartamente noticiados pela mídia corporativa e fomentados pela Operação Lava-Jato. Em tom de revolta seletiva anti-corrupção, o antipetismo misturou-se com a antipolítica.

Esses manifestantes podem ser descritos como pertencentes à classe média brasileira. Segundo o Datafolha⁶, a fração de classe nas ruas era composta predominantemente por brancos, de nível superior, com renda de 5 a 20 salários mínimos. Historicamente, a classe média sempre atuou como um vetor de atenuação ou acirramento dos conflitos sociais brasileiros. Quando politizada, é capaz ou de conter a efervescência mobilizada que vem debaixo ou de aumentar as contradições políticas, atrapalhando seriamente a vida do governo (RIBEIRO, 1996). Assim como em 1964, com Jango, e 1992 com Collor, as camadas médias foram às ruas para derrubar mais um presidente.

Perez-Liñan (2007) enfatiza também o impacto dos escândalos midiáticos no público. Escândalo midiático e desempenho econômico são dois elementos-chave que levam à manifestação popular, algo que havia se anunciado já nas revoltas de 2013. É possível perceber isso observando

⁵ Disponível em <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/anibal-perez-linan-crise-no-brasil-nao-se-encerrara-logo.html>. Acessado em 16/6/2017.

⁶ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>. Acessado em 16/6/2017.

como a aprovação da presidente cai vertiginosamente na medida em que aumenta a cobertura dos escândalos. No início de 2013, o governo Dilma tinha aprovação de 63% dos brasileiros. Ao fim de 2015, essa aprovação está em 9%. A queda reflete uma derrocada simbólica que culmina depois no impedimento real. Além disso, com os escândalos e a revolta pública, ficava cada vez mais difícil manter o Legislativo fisiológico fiel. Parlamentares até ontem aderidos ao governo, voltavam-se contra a chefe do Executivo em iminente debacle.

A mídia corporativa, escândalos de corrupção e o papel do Judiciário

Outro tópico fundamental para a compreensão dos processos de impeachment, segundo Perez-Liñan (2007), é a divulgação insistente de escândalos de corrupção política por parte da mídia. Como afirma Miguel (2000), os meios de comunicação, no mundo contemporâneo, são “tanto o principal canal de acesso dos cidadãos às informações de que precisam para agir na esfera política quanto o principal instrumento dos líderes políticos para a divulgação de suas mensagens, projetos, temas para a agend pública – em suma, para a batalha política crucial e a construção de vontades coletivas”.

No que se refere à busca de informação política, umas das principais características é a dependência da população em relação à grande mídia. Pouco habituada a ler mais que o jornal diário, a classe média brasileira informa-se predominantemente através da televisão. Os noticiários das grandes emissoras são suas principais fontes de narrativas sobre o momento político (LIMA, 2009). Segundo Aldé (2004), a recorrência ao noticiário como “repertório de exemplos” para os cidadãos deve-se a três características principais do jornalismo televisivo. A primeira delas diz respeito à relação dos jornalistas com a “essência dos fatos”. A ideia central aí é a de que os jornalistas buscam sempre apresentar aos espectadores a

essência dos fatos políticos (seu resumo, seu porquê), fornecendo a eles, portanto, um produto pré-processado. E as pessoas apreciam essa “simplificação” de uma realidade política complexa; já que, quando o cidadão comum vai ao noticiário, assegura Aldé (2004), está em busca de opiniões “prontas”.

O segundo desses atributos é o que a autora chama de “o estatuto visual da verdade”. Segundo Aldé (2004), seus entrevistados disseram acreditar no que veem, utilizando evidências visuais para comprovar suas explicações políticas. E o telenoticiário tem exatamente como grande prerrogativa a capacidade de fornecer legitimidade às notícias que exhibe em razão das imagens documentais que apresenta. Como diz a autora, trata-se da ideia de irrefutabilidade do que se vê com os “próprios olhos” (algo que o jornal impresso, por exemplo, não tem), já que o princípio que rege a compreensão geral é o de que “nenhuma justificativa pode eliminar a evidência cabal das imagens”. (Aldé, 2004).

A terceira faceta do telejornalismo que o torna um quadro de referência privilegiado para os cidadãos é o mecanismo de *personificação* de que o jornalismo televisivo se vale para tratar de política. De acordo com a autora, o telejornalismo com frequência recorre ao personalismo para abordar os temas abstratos da política – temas, em geral, difíceis de se traduzir em imagens. Esclarecendo que esta personalização está presente nos enquadramentos dos emissores e nas explicações dos receptores, Aldé (2004) afirma que se cria, assim, uma relação subjetiva e afetiva dos cidadãos com os personagens da política.

Além disso, para esse cidadão, a mídia não é um ator político orientado por interesses, que produz seus discursos sobre a realidade guiado por fatores jornalísticos e compromissos econômicos e políticos. O que só aumenta a credulidade desse público em relação aos veículos corporativos. Em oposição a esse senso comum, Porto (2001) sugere que em vez de

pensar a TV como mera difusora de um conjunto de estímulos aos quais os indivíduos respondem, deve-se enxergá-la como o *locus* onde se dá um embate simbólico acerca de qual interpretação sobre o mundo público prevalecerá. Usando seu modelo do “cidadão interpretante”, o autor encara a TV como uma arena que media o conflito de diferentes atores pela interpretação de eventos políticos. Interpretações estas que oferecem enquadramentos que são, em geral, incorporados às narrativas que os cidadãos constroem acerca dos assuntos da política. Em uma frase, longe de ser um mero fornecedor de informação objetiva, a TV é uma instituição chave que oferece significados e interpreta eventos.

O significado central da política na cobertura midiática do impedimento de Dilma foi o tema da corrupção. Além do noticiário econômico intensamente negativo, desde 2015, a imprensa corporativa passou a divulgar enfaticamente vazamentos e delações obtidas pela operação Lava-Jato. Ou seja, o Poder Judiciário – na figura heroicizada do juiz Sergio Moro e dos procuradores federais de Curitiba – passaram a ser atores centrais na trama midiática que reforçava a associação entre o governo Dilma e a corrupção, por mais que o impedimento nada tivesse formalmente a ver com casos de corrupção.

Aqui talvez se configure um dos aspectos mais problemáticos do modelo de análise de Perez-Liñan (2007). Trata-se do papel do poder Judiciário no contexto do impedimento. Ou daquilo que Vianna (1999) chama de “judicialização da política”. Já há algum tempo, este autor chama atenção para a insinuação de um judiciário dotado da capacidade de exercer jurisdição sobre a legislação produzida pelo poder soberano. O caso da liminar do STF suspendendo a nomeação de Lula para o Ministério da Casa Civil feita pela presidente Dilma, no auge do processo de impedimento, é um exemplo disso; e também uma ilustração perfeita do que Perez-Liñan (2007) quer dizer quando lembra que – nos momentos de debacle – há uma discrepância entre o poder formal e o real do presidente.

Correndo em paralelo com o rito parlamentar do impedimento de Dilma, o poder Judiciário, via operação Lava-Jato, ocupou-se nos últimos meses de desestruturar, pela primeira vez na história do país, esquemas de propina entre empreiteiras e políticos. O partido de Dilma, o PT, foi sempre o foco central da investigação; e dentro dele, seu maior nome, Lula. O principal telejornal do país chegou a divulgar – em horário nobre – grampos feitos sem autorização de uma conversa da presidente. O trabalho realizado por Júnior & De Oliveira Sassara (2016) analisa o fenômeno da escandalização da corrupção no jornalismo brasileiro. Através da observação da cobertura jornalística das eleições de 2010 e 2014, os autores demonstram a existência de intenso viés na cobertura de escândalos relacionados à candidatura de Dilma Rousseff, com 95% de matérias sobre casos de corrupção na administração petista contra 5% de matérias ocupadas em relatar escândalos tucanos.

Nesse sentido, parece que o Judiciário ajudou a dar consistência ao noticiário massivo sobre corrupção, associando-o inevitavelmente ao governo então em vigor. Historicamente esse tema sempre foi usado contra presidentes populares, como Getúlio Vargas e João Goulart. De fato, a corrupção é um dado estrutural do Brasil, que se dá no encontro entre agentes do Estado e o poder econômico. No entanto, a presença diária do tema da corrupção e dos avanços da operação Lava-Jato partidarizou o problema, focando especialmente em Lula. Assim, foi obscurecido o contexto político em que se deu o impeachment, gerando a impressão de que o impedimento tinha alguma relação com o fim da corrupção no Estado brasileiro e não com as manobras fiscais encaradas como crime de responsabilidade pelos julgadores de Dilma. Ela, que pessoalmente não tinha seu nome envolvido na operação e nem era ré em nenhum processo, foi deposta em meio à neblina de uma suposta cruzada nacional contra a corrupção.

Diversos estudos já haviam sido feitos, especialmente em períodos eleitorais, sobre as relações entre a mídia e política no Brasil (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2006). Nesse sentido, a mídia corporativa foi, como afirma Weltman (2006), adaptando-se à democracia na medida em que a poliarquia no Brasil foi se consolidando depois da redemocratização, em 1985. Do lado do campo da Comunicação, os veículos experimentaram um processo de aprendizado frente às novas coordenadas políticas e institucionais trazidas pela abertura, reorganização e posterior consolidação do regime democrático.

Desde 2003, a mídia brasileira experimentou a circunstância de estar na oposição. Por causa das vitórias petistas, sua influência sobre o eleitorado passou a ser largamente contestada. Mesmo fazendo oposição diária aos governos de Lula e Dilma, as empresas de mídia não conseguiram fazer seus candidatos serem eleitos no âmbito federal. O que talvez não estivesse no horizonte de percepção desses analistas era a influência de longo prazo desta mídia, criando no tempo consistentes enquadramentos interpretativos que foram decisivamente ativados no momento crucial do impedimento de Dilma; especialmente no que se refere à associação da corrupção geral da política a um partido específico. Dessa maneira, fica claro que – assim como o Legislativo arredoio, a crise econômica do capitalismo e a operação Lava-Jato – a grande mídia brasileira teve papel central na deposição de Dilma.

Considerações Finais

O artigo apresentado teve o propósito de observar como o recente episódio de impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, no Brasil, pode ser compreendido à luz da abordagem teórica do trabalho do cientista político Anibal Perez-Liñan, presente em seu livro *“Presidential impeachment and the new political instability in Latin America”*. Ao longo do texto, verificamos como os eixos do modelo explicativo do autor, o momento de crise econômica, a presença massiva do escândalo político na

mídia corporativa, a indignação popular com o tema da corrupção e uma relação conflituosa entre o Poder Legislativo e o Executivo podem ser mobilizados, no caso brasileiro, para compreender a derrubada de Dilma da presidência.

Efetivamente, ao analisarmos em detalhes a capacidade de agência desses atores sociais e políticos, verificamos a eficaz aplicabilidade do esquema de análise do autor, fartamente alimentado com dados que remetem à toda a região da América Latina e que sugerem a configuração de uma onda de impedimentos relacionados a uma instabilidade de governos em meio à estabilidade do regime. Especificamente, a partir da contraposição entre a hipótese de Perez-Liñan e os eventos que compuseram o cenário da derrubada de Dilma, pudemos ver o papel desempenhado, no impeachment, pela contundente chegada ao Brasil da crise do capitalismo global, iniciada em 2008; pela turbulenta relação com o PMDB, principal partido aliado no Congresso; pelo noticiário negativo contínuo nas maiores empresas de comunicação do país e, por fim, pela subsequente mobilização das camadas médias contra o governo.

No entanto, talvez a ausência de uma visão mais aprofundada sobre a participação do Poder Judiciário seja a principal lacuna do trabalho de Perez Liñan. A judicialização da política, que enfatiza a capacidade de intervenção da justiça nos assuntos dos poderes eleitos, é um traço pouco abordado pelo autor. E, contudo, conforme vimos, parece ter sido um elemento central catalizador para a queda da presidente, especialmente tendo em vista a relação íntima que estabeleceu com o noticiário corporativo sobre escândalos de corrupção, protagonizados pela promiscuidade entre o poder político e o poder econômico. Apesar do argumento jurídico formal para o julgamento de Dilma no Congresso ter sido ancorado em problemas referidos a manobras fiscais – consideradas, então, como crime de responsabilidade pelo Legislativo que a julgava – é inegável que a associação, na opinião pública, entre Dilma, seu partido, o PT, e as

revelações proporcionadas pelas delações premiadas contribuíram com o movimento político que terminou por retirá-la da Presidência.

Perez-Liñan (2007) afirma que o impeachment pode ser visto como uma forma radical de *accountability* social na região. Mas, tendo em vista todos os fatores abordados ao longo do artigo, como articular democraticamente uma mídia pouco plural, partidos fisiológicos e um judiciário que invade o campo político, com o respeito à soberania popular que elege um presidente? Como diferenciar a responsabilização apropriada de um presidente corrupto, e a consequente perda do seu mandato, de um golpe parlamentar, se o julgamento do impedimento é feito eminentemente pelo Legislativo e tem caráter político?

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.

ALDÉ, Alessandra. A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. FGV Editora, 2004.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. *Política & Sociedade*, v. 6, n. 10, p. 153-172, 2008.

BARBOSA, Leonardo; SANTOS, Fabiano. Questões da social democracia e o presidencialismo de coalizão brasileiro: pontos para o debate. Trabalho apresentado no 40º encontro anual da Anpocs, 2016.

BENITES, Afonso. *El País*. 20 abr 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461023531_819960.html>. Acessado em 16/6/2017.

BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, 2008.

CHAGAS, Luán. *Revista Compolítica*. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina (Entrevista com Aníbal Pérez-Liñan). Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/276>>. Acessado em 16/6/2017.

D'AGOSTINO, Rossane. *G1*. 27 out 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/dilma-vence-nas-cidades-pequenas-e-aecio-nas-grandes-veja-mapa2.html>>. Acessado em 16/6/2017.

DE LIMA, Venício A. Revisitando sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Comunicação & Sociedade*, v. 30, n. 51, p. 13-33, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, v. 44, p. 81-106, 1998.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 1999.

JÚNIOR, João Feres; DE OLIVEIRA SASSARA, Luna. *Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política*. Novos Estudos-Cebrap. São Paulo. 2016

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e Democracia no Brasil: da “eterna vigilância” à “justa frustração”. *Mídia e democracia*, p. 47-62, 2006.

LINDNER, Julia, *O Estado de São Paulo*. 28 set 2016. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lewandowski>

diz-que-impeachment-de-dilma-foi-um-tropeco-na-democracia,10000078768>. Acessado em 15/6/2017.

MENDES, Gabriel. Da Frente Brasil Popular à aliança capital/trabalho: as campanhas de Lula a Presidente de 89 a 2002. 2004. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ.

MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. BIB–Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 49, p. 51-77, 2000.

NEVES, Raphael. Uma Comissão da Verdade no Brasil? Desafios e perspectivas para integrar direitos humanos e democracia. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 86, p. 155-186, 2012.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Presidential impeachment and the new political instability in Latin America. Cambridge University Press, 2007.

PEROSA, Teresa. Época. 12 maio 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/anibal-perez-linan-crise-no-brasil-nao-se-encerrara-logo.html>> Acessado em 15/6/2017.

PORTO, Mauro Pereira. Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência. Editora E-papers, 2007.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. Novos Estudos-Cebrap, v. 102, p. 39-67, 2015.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

STEPAN, Alfred. Parlamentarismo x presidencialismo no mundo moderno: revisão de um debate atual. Estudos Avançados, v. 4, n. 8, p. 96-107, 1990.

VIANNA, Luiz Werneck. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Editora Revan, 1999.

VIDEO [temer-diz-que-dilma-caiu-porque-pt-nao-votou-em-cunha-no-conselho-de-etica-e-que-ele-nao-teve-nada-a-ver-com-nada](http://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-temer-diz-que-dilma-caiu-porque-pt-nao-votou-em-cunha-no-conselho-de-etica-e-que-ele-nao-teve-nada-a-ver-com-nada). Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-temer-diz-que-dilma-caiu-porque-pt-nao-votou-em-cunha-no-conselho-de-etica-e-que-ele-nao-teve-nada-a-ver-com-nada/>>. Acessado em 16/6/2017.

ZUCCO JR, Cesar. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidential settings. The Journal of Politics, v. 71, n. 3, p. 1076-1092, 2009.

**Palavras-
chave:**

Impeachment,
América
Latina,
Dilma
Rousseff

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar o recente episódio de impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, no Brasil, à luz da abordagem teórica do trabalho do cientista político Anibal Perez-Liñan presente em seu livro "*Presidential impeachment and the new political instability in Latin America*". O propósito central do trabalho é verificar em que medida os traços característicos do modelo de Perez-Liñan pesquisa podem ser encontrados no caso brasileiro. De acordo com o autor, o que se viu nos últimos anos foi o estabelecimento de um novo padrão de instabilidade política na região da América Latina, em que o chefe do Executivo é removido do comando do país através de mecanismos constitucionais. O objetivo é compreender as relações estabelecidas entre os atores que compõem os eixos da abordagem do autor, ou seja, as manifestações de massa, a veiculação de escândalos de corrupção na mídia de massa, o tensionamento entre Legislativo e Executivo, e o episódio do impedimento de Dilma.

Keywords

Impeachment,
Latin America,
Dilma Rousseff

ABSTRACT: This article aims to analyze the recent impeachment episode of President Dilma Rousseff in Brazil, using the theoretical approach of the political scientist Anibal Perez-Liñan presented in his book "Presidential impeachment and the new political instability in Latin America ". The main purpose is to verify the extent to which the features of the Perez-Liñan's research model can be found in the Brazilian case. According to the author, in recent years, we have seen the establishment of a new pattern of political instability in the region of Latin America, where the chief executive is removed from the country's command through constitutional mechanisms. This paper tries to understand how the factors that constitutes the main axes of the author's approach, that is, mass manifestations, the dissemination of corruption scandals in the mass media, the tension between Legislative and Executive, contributed to the episode of Dilma's impeachment.

Recebido para publicação em junho/2017
Aceito para publicação em novembro/2017

O nome das coisas: a disputa simbólica impeachment versus golpe na mídia internacional

Monalisa Soares Lopes

Universidade Estadual do Ceará (BRA)

Grazielle Albuquerque

Universidade Estadual de Campinas (BRA)

Introdução

O *impeachment* de Dilma Rousseff vem sendo amplamente debatido no âmbito das ciências sociais e jurídicas, nacional e internacionalmente. Parte considerável do debate envolve a reflexão sobre em que medida o processo de impedimento representaria uma ruptura institucional.

No que se refere à produção teórica acerca das quedas presidenciais na América Latina, os autores (PÉREZ LIÑAN, 2007; HOCHSTETLER, 2008) apresentam abordagens que elencam os elementos que têm contribuído para os cenários de instabilidade vividos pelas presidências latino-americanas. Tais abordagens se complementam, de certo modo, e indicam em sua maioria que as quedas presidenciais não representam uma quebra de regime, ou seja: teríamos um cenário de “democracias estáveis com governos instáveis” (PÉREZ LIÑAN, 2008, p. 106). No entanto, como aponta Olier (2008), as quedas presidenciais seriam típicas de “democracias com baixa institucionalização” (p. 74). Tal interpretação sugere que a instabilidade das presidências pode ter efeitos problemáticos no que se refere à institucionalização da democracia na região.

Entre os motivos elencados que indicariam maior probabilidade de queda presidencial destacam-se: a efetivação de políticas econômicas neoliberais, o envolvimento do chefe do executivo em escândalos de corrupção, um governo minoritário no Legislativo e a presença de manifestações nas ruas contra o presidente (HOCHSTETLER, 2008). Essas condicionalidades são produzidas através da interação de diversos agentes sociais: atores do Legislativo, sociedade civil, mídia, elites econômicas, entre outros (PÉREZ LIÑAN, 2008). O processo de destituição de Dilma Rousseff se assemelha em seu enredo aos caminhos apontados por esses teóricos latino-americanos sobre as quedas presidenciais, como veremos mais adiante.

As produções brasileiras sobre o contexto recente – em grande parte produzidas no calor da hora – oscilam entre um caráter descritivo do processo de *impeachment* (ALMEIDA, 2016) e análises mais engajadas (SOUZA, 2016; JIKINGS, et al, 2016). Recentemente, Santos (2017) trouxe a público uma produção que analisa a experiência do impeachment a partir de um quadro comparativo com outras experiências de ruptura na experiência democrática brasileira.

Sem desconsiderar as produções mencionadas, o presente artigo analisa o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff sob a perspectiva do papel desempenhado pela mídia nos contextos de instabilidade presidencial. Mais especificamente, desenvolvemos uma análise sobre a mobilização, por parte da então presidenta, de alguns veículos de mídia estrangeira como estratégia de produção de uma contranarrativa¹ ao enredo estruturado pela mídia nacional.

Para tanto, o artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção, intitulada “O enredo de uma queda presidencial”, traz um breve apanhado da conjuntura política, pós-eleição presidencial de 2014, que se desdobrou no processo de queda da presidenta. A segunda seção, por sua vez, traz a análise propriamente dita dos usos da mídia estrangeira para a disputa simbólica em torno do processo de *impeachment*.

O enredo de uma queda presidencial

A eleição de 2014 não se findou com a declaração oficial dos resultados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A polarização, exacerbada pelo acirramento da disputa eleitoral mais competitiva desde a redemocratização, desdobrou-se num clima de campanha permanente. Com apoio de parte da sociedade, o que há muito tempo não ocorria, a oposição investiu num discurso que manteve mobilizados segmentos identificados com o antipetismo. Algumas ações foram evidências desse processo de prorrogação da disputa política, forjando assim um terceiro turno. Destacamos: a) solicitação por parte de Aécio Neves e do PSDB de uma auditoria do resultado eleitoral ao TSE; b) montagem de uma agenda de mobilizações antigoverno logo depois do fim das eleições c) o ingresso, por

¹ O termo “narrativa” é aqui mobilizado num sentido genérico como lógica presente nas diversas sociedades para a organização da realidade social (BARTHES, 1976).

parte da chapa vencida nas eleições, junto ao TSE, de uma ação para a cassação da chapa Dilma/Temer por abuso de poder político e econômico².

Essa prática não usual (pedir auditoria de resultado e recontagem de votos) serviu como estratégia para manter mobilizados os setores insatisfeitos, o “exército opositor”, buscando assim fortalecer um discurso antigoverno e o clima de campanha permanente.

As estratégias de mobilização de segmentos do eleitorado insatisfeitos com o resultado eleitoral surtiram efeito e fomentaram a articulação de uma agenda de manifestações contrárias ao governo Dilma. Tais manifestações já sinalizavam como pauta o *impeachment* da presidenta reeleita, até mesmo antes de sua posse para o segundo mandato. A primeira manifestação ocorreu no fim de semana seguinte ao do resultado das eleições. Entre novembro e dezembro, as manifestações se sucederam.

O segundo governo Dilma começou, portanto, em meio a muitas polêmicas. A presidenta saiu do pleito eleitoral com tarefas importantes para seu segundo mandato, pois precisava tanto superar a disputa política da eleição como realizar mudanças na economia.

² No dia 9 de junho, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) absolveu por quatro votos a três votos, a chapa Dilma/Temer do processo de cassação por abuso de poder econômico e político. O julgamento teve enorme repercussão e, após a saída de Dilma Rousseff da Presidência, representou uma irônica possibilidade para a perda de mandato de Michel Temer. A ironia deve-se ao fato de a ameaça ao governo Temer ter sido promovida exatamente pelo PSDB, adversário do PT que, após o *impeachment*, passou a fazer parte da base de apoio ao governo Temer. Vale lembrar que no final de 2014, o TSE aprovou as contas de campanha de Dilma e Temer com ressalvas. Depois disso, o PSDB resolveu acionar o TSE com uma ação de investigação judicial eleitoral (Aije), com o objetivo de apurar suspeitas de fatos ilícitos ocorridos durante a campanha. Além disso, após a diplomação de Dilma Rousseff como presidenta da República, foi proposta uma ação de impugnação de mandato eletivo (Aime). Mesmo com a chapa empossada e, posteriormente com o *impeachment*, a ação teve seguimento porque os dois integrantes da composição poderiam ficar inelegíveis por oito anos caso o TSE julgasse procedente o pedido de cassação. Além das questões legais e da mudança do posicionamento político do PSDB, partido promotor da ação que passou a ser contrário a cassação, um dos elementos que apontam o clima de revanchismo eleitoral foi a fala do candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves (PSDB-MG), no sentido de que a ação foi protocolada para “encher o saco”. A fala de Aécio está presente na gravação feita pelo empresário Joesley Batista, dono da empresa JBS, em material anexo à sua delação premiada.

O primeiro movimento envolveu a escolha do novo ministro da Fazenda. A força política de setores que defendiam uma política econômica mais ortodoxa tinha sido evidenciada na disputa eleitoral, afinal, mesmo defendendo “medidas impopulares” para solucionar os problemas da economia, o candidato de oposição havia angariado votos em todos os estratos sociais.

Comprendemos que tal cenário sugeria a existência de um apoio, difícil de desconsiderar, em torno do argumento de que seria necessário “resolver algumas distorções” da condução da economia realizada até então. Diante disso, abriam-se dois caminhos à frente de Dilma Rousseff: a) manter, com algumas restrições, a abordagem em voga, escolhendo um ministro vinculado à perspectiva desenvolvimentista; b) abrir espaço para um ministro com mais trânsito junto ao mercado, mas que – por outro lado – pudesse propor uma agenda econômica muito distinta da que estava em curso. A opção de Dilma Rousseff indicou a prevalência do segundo caminho.

A escolha de Joaquim Levy, executivo do Bradesco e ex-secretário do Tesouro na primeira gestão de Lula, buscava sinalizar para o mercado que o governo estava disposto a realizar mudanças na economia. Pela trajetória do ministro recém-nomeado, tais mudanças sugeriam uma condução mais austera da política econômica, incluindo a demanda por diminuição de gastos públicos e maior controle fiscal. Em face dos ataques direcionados aos opositores durante a campanha eleitoral, ações como as descritas acima sugeriam que o governo estaria dando “sinais trocados” (SINGER, 2014) para o eleitorado que garantiu sua vitória no segundo turno.

Os “sinais trocados” continuaram emergindo no processo de formação do novo governo. A nomeação dos ministérios seguiu uma orientação radicalmente diferente do primeiro mandato: se neste

prevaleceram as nomeações técnicas; no governo Dilma II, passaram a figurar no primeiro escalão ministros com reconhecida força política e social – como Kátia Abreu (Agricultura), Cid Gomes (Educação), Jaques Wagner (Defesa) e Gilberto Kassab (Cidades).

As nomeações na área econômica e na equipe ministerial abriram um fosso entre o discurso de campanha e as ações efetivas do segundo mandato, que se aprofundou com o anúncio de um pacote de medidas econômicas (Medidas Provisórias 664 e 665/2014) que atingiam frontalmente os direitos de trabalhadores/as. Ainda em dezembro de 2014, o governo anunciou cortes no montante de R\$ 18 bilhões envolvendo benefícios previdenciários. Entre as medidas estavam: a) alteração no período de carência estipulado para recebimento de abono salarial; b) alterações no prazo para solicitação de seguro-desemprego; c) alterações nas regras para recebimento de pensão por morte; d) mudança no prazo para solicitação do auxílio-doença; e) alterações na regra para o seguro-defeso, destinado aos pescadores.

O descompasso entre promessas de campanha e a agenda governativa são explicados por Campello (2014) como uma prática comum entre candidatos eleitos na América Latina – sobretudo, entre os que defendem programas políticos pró-Estado, que deverão enfrentar cenários de crise econômica no governo,

Currency crises—reflected in substantial decreases in countries' international reserves and/or sharp currency devaluation—potentially exacerbate this dilemma. These crises often follow sudden changes in terms of trade, especially in economies reliant on commodities exports, and can also result from severe capital flight. Losses of international reserves and/or a depressed exchange rate force governments to take measures to boost the inflows of foreign currency to the economy, to avoid a major collapse. Given the relative stickiness of trade flows, governments most likely respond to currency crises by attempting to attract short-term inflows of financial capital, which frequently involves abandoning a leftist agenda in favor of investor-friendly programs. (p. 266)

Desse modo, para a autora,

[...] presidents elected on a state-oriented platform are, different from those who promise neoliberal policies, confronted with a trade-off between advancing interventionist and redistributive policies their voters expect and attracting investors who prefer a market-oriented agenda. (p. 265-266)

Diante de tais movimentos do governo, os opositores enquadraram o segundo governo Dilma sob o signo do “estelionato eleitoral”. Nas palavras de Singer, instalou-se uma “ruptura do elo lógico” entre as promessas de campanha e a agenda do governo, o que, por sua vez, poderia “potencializar as reações de violento descrédito [...] quando o efeito real das medidas começarem a ser sentidas na pele” (SINGER, FSP, 03/01/2015).

Nos meses subsequentes à posse, os anúncios de cortes em áreas estratégicas para a população – como saúde e educação – contribuíram ainda mais para ruir a confiança em Dilma Rousseff. A primeira pesquisa de opinião³ realizada no início do segundo governo sinalizou o desapontamento do eleitorado com as medidas tomadas pela gestão de Dilma. A inversão de dados entre aprovação e reprovação foi drástica. Se em dezembro de 2014, antes de anunciar as medidas, o governo tinha 42% de aprovação (ótimo/bom) e 24% de reprovação (ruim/péssimo); em fevereiro de 2015, os dados, segundo pesquisa Datafolha, indicavam que apenas 23% dos entrevistados aprovavam o governo e 44%, reprovavam. Ainda de acordo com o Datafolha, “para a maioria dos brasileiros, a presidente Dilma Rousseff mentiu durante a campanha à reeleição. Esse grupo inclui aqueles que acreditam que ela disse mais mentiras do que verdades durante a campanha (46%) e os que avaliam que disse somente mentiras (14%)”. Outros dados também sinalizavam o crescimento da percepção da

³ APROVAÇÃO a governo Dilma Rousseff cai, e reprovação a petista dispara. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml>>. Acesso em 18 mai. 2016.

“corrupção” como um dos principais problemas do país (21%), atrás apenas de “saúde”.

Não bastassem as dificuldades decorrentes das próprias ações, o governo Dilma ainda enfrentaria um cenário bastante adverso no Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados. A eleição para Presidência da Câmara se fez uma ocasião ímpar para explicitar o apoio minoritário de que o governo dispunha na Casa. Numa disputa em que se esperava que o candidato do governo, Arlindo Chinaglia (PT), pudesse duelar com Eduardo Cunha (PMDB) – desafeto antigo da gestão – o que se viu foi uma derrota escorchante do primeiro (136 votos) face o segundo (267 votos). A Câmara dos Deputados se consolidava, pois, como terreno inimigo, sob a liderança de Eduardo Cunha.

Num cenário de grande fragmentação partidária (28 partidos na legislatura), com a Câmara dos Deputados comandada por um político adversário do governo e que exercia liderança sobre o denominado “novo Centrão” (bloco suprapartidário composto por 13 partidos com viés conservador), além de uma oposição mais organizada e articulada com bases sociais, o governo Dilma Rousseff teve pouquíssimas chances de usar os recursos do executivo como o poder de agenda. Por sucessivas vezes ao longo do ano de 2015, o legislativo votou e aprovou as chamadas pautas-bomba, denominadas assim em virtude de irem na contramão da política de ajuste nos gastos proposta pelo governo.

A relação entre Executivo e Legislativo, que trazia fraturas ainda do primeiro mandato⁴, revelou-se no início do segundo mandato impossível de ser recomposta. A presidenta encarregou, inclusive, o vice-presidente Michel Temer da função de articulador político do governo junto ao

⁴ O primeiro mandato de Dilma Rousseff foi permeado por dissensos entre a presidenta e sua base parlamentar. Entre aliados e opositores, Dilma era caracterizada como uma liderança pouco afeita ao diálogo. Tal perfil intransigente foi mobilizado diversas vezes pelos congressistas para argumentar sobre suas dissidências na votação de matérias de interesse do Executivo (LOPES, 2016).

Congresso Nacional. Tal ação trouxe fôlego para a gestão ao garantir que algumas matérias de interesse do governo fossem aprovadas. Por outro lado, fez emergirem também animosidades significativas entre os ministros petistas mais ligados à presidenta, como Mercadante (Casa Civil) e Edinho Silva (Secretaria de Comunicação), que foram acusados de “jogar contra” Michel Temer. Em meio a esses conflitos, o vice-presidente deixou a função de articulador do governo.

Os desgastes acumulados no campo político, os desdobramentos da Operação Lava Jato e o aprofundamento do cenário ruim na economia – com aumento da inflação e do desemprego – ganhavam as páginas e telas dos jornais. Nesse contexto, criou-se a percepção de instabilidade, ganhou força a ideia de que o novo governo estava mergulhado numa crise e de que não sabia como sair dela. O discurso de *impeachment* emergiu novamente, apimentando a temperatura política. A oposição, no entanto, estava dividida sobre a possibilidade de entrar com o pedido. Mesmo contando com algum apoio popular, os juristas consultados pelo PSDB indicavam não haver sustentação para o pedido, pelo fato de as práticas questionadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) serem referentes ao exercício do primeiro mandato.

Entre março e agosto, ocorreram diversas manifestações que evidenciaram a força da insatisfação com o governo, desde mobilizações de rua até pannels nos dias de pronunciamento da presidenta, no rádio e na TV. A oposição, além de insuflar as manifestações, manteve-se fortemente mobilizada a fim de manter uma agenda prejudicial ao governo. Acrescentou-se a essa conjuntura a presença de grupos de vertente conservadora e liberal na organização dos protestos de rua a favor da pauta do impeachment, que começava a ganhar ressonância nos espaços públicos. Entre esses grupos, destacam-se o “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “Vem para a Rua”. O principal desafio do cenário de crise esteve na incapacidade do governo de dar alguma resposta satisfatória aos segmentos que protestavam.

Em meio a esse cenário, dois fatos muito contundentes trouxeram desdobramentos significativos para a narrativa política de 2015: a) o requerimento do TCU ao Executivo para que este explicasse aspectos relacionados à execução orçamentária de 2014, que ficaram conhecidos como “pedaladas fiscais”⁵; b) o avanço das investigações da Operação Lava Jato e as delações que passaram a lançar suspeitas sobre a relação entre o esquema de corrupção na Petrobras e as doações para a campanha eleitoral de Dilma em 2014.

Diante da forte cobertura midiática em torno dos fatos acima, a percepção da crise se aprofundou. A pesquisa de avaliação do governo no início de agosto trazia uma reprovação recorde (71%) e um dado que acendia o “sinal vermelho” para a gestão: 66% dos entrevistados apoiavam a abertura do procedimento de *impeachment* contra Dilma Rousseff. A sustentação da possibilidade de impedimento da presidenta ganhava cada vez mais adesões que estavam espalhadas por todos os estratos sociais.

O percurso do governo Dilma pelo fio na navalha seguiu durante o segundo semestre de 2015. Entre os elementos que contribuíram para o aprofundamento do desgaste do governo, destacou-se uma fala de Michel Temer, afirmando que o país necessitava de uma liderança que tivesse a “capacidade de reunificar a todos”. Após o pronunciamento do vice-presidente, entidades de representação do empresariado nacional – como Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) – endossaram a urgência de construção de pactos suprapartidários que pudessem tirar o país da crise econômica. A recepção da fala de Temer pelo grupo próximo da presidenta

⁵ Por “pedaladas fiscais” ficaram conhecidas práticas do Tesouro Nacional relativas ao atraso no repasse de valores relativos à execução de políticas públicas para os bancos públicos. Tais ações foram praticadas ao longo de diversas gestões no Executivo federal e demais esferas da administração pública. De acordo com o TCU, as chamadas pedaladas fiscais comprometiam a transparência na execução orçamentária, pois ao não transferir os recursos o governo apresentava, nos relatórios sobre a situação fiscal do país, despesas menores do que as que de fato executava.

foi, por seu turno, bastante negativa. A compreensão interna ao governo e ao PT foi de que o vice-presidente havia sugerido que poderia ser esse agente unificador, o que se constituía como uma possibilidade negativa em virtude do clima de *impeachment* que se formava no Congresso Nacional e na sociedade. A fala de Temer abriu a porta para um afastamento severo entre a presidenta e seu vice. Com isso, Dilma Rousseff assumia a interpretação de que Temer não era plenamente confiável e de que poderia conspirar para sua destituição.

Além dos problemas de ordem política, o governo cometeu tropeços no âmbito da economia. O fato mais crítico foi o envio ao Congresso Nacional de um orçamento deficitário para o ano de 2016. Fenômeno inédito na história política recente, a apresentação do orçamento com evidência de desequilíbrio fiscal gerou controvérsias no ambiente político: para aliados, representou “coragem e transparência do governo em evidenciar a situação fiscal do país”; para opositores, significou que a gestão ainda não apresentava a convicção da necessidade de “cortar na carne” para garantir o equilíbrio das contas públicas. No âmbito do mercado, a interpretação foi unânime: faltava aos agentes políticos brasileiros a intenção efetiva de realizar mudanças que culminassem no saneamento das contas. O rebaixamento da agência Standard & Poor's, retirando o selo de bom pagador do Brasil, foi a evidência cabal da percepção negativa com que os agentes econômicos internacionais estavam acompanhando a situação econômica no país.

A conjugação entre crise política e crise econômica foi consolidando uma interpretação de que Dilma estava perdendo as condições de liderar o governo no percurso para a saída das crises. Tal compreensão sedimentava o discurso do impeachment – que ganhou musculatura, no início de outubro, com a reprovação pelo TCU das contas do ano de 2014 do governo Dilma, por unanimidade. Pela primeira vez no período recente da democracia, um chefe do Executivo Federal teve sua prestação de contas anual reprovada

pelo TCU. Em sessão televisionada em rede nacional⁶, o ministro Augusto Nardes recomendou a reprovação das contas de Dilma Rousseff em virtude das pedaladas fiscais. Segundo o ministro, “após exame detalhado, ficou evidenciado que diversos procedimentos afrontam de forma significativa, além dos artigos da lei, princípios objetivos e comportamentos preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal”⁷.

Tal decisão do TCU deu um fôlego significativo ao pedido de impeachment que havia sido protocolado pelos juristas Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo, o qual enquadrava as pedaladas fiscais cometidas como crimes de responsabilidade passíveis de impedimento do chefe do Executivo. Outro fato decorrente da decisão do TCU envolveu uma representação do Ministério Público para que o Tribunal investigasse a possível execução dos mesmos procedimentos na execução orçamentária de 2015. Comprovado pelo TCU que o governo Dilma havia cometido pedaladas fiscais e editado créditos suplementares sem autorização do Congresso no ano de 2015, o pedido de *impeachment* foi atualizado, contando também com a assinatura da jurista Janaina Paschoal.

Diante do avanço das forças políticas *pró-impeachment*, os agentes do governo e do PT passaram a disputar a interpretação jurídica de que as pedaladas fiscais não configurariam crime de responsabilidade e, portanto, não poderiam fundamentar o pedido de impedimento da presidenta reeleita. Entretanto, diante do nível de desgaste acumulado em decorrência da piora

⁶ A sessão do dia 7 de outubro teve cobertura ao vivo da Globo News e da Band News. A TV Câmara chegou a solicitar o acompanhamento da sessão, mas voltou atrás no pedido. O Valor Econômico disponibilizou link para o plenário do TCU, e até mesmo a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) colocou em seu site uma chamada direta para a transmissão. O G1 usou trechos com a filmagem do tribunal em sua matéria, e as coberturas do UOL e da Folha de São Paulo – na versão on-line – também utilizaram esse recurso”. Ver detalhes sobre a estratégia de divulgação em: <<http://diplomatie.org.br/entre-o-espetaculo-e-o-controle-a-justica-e-seus-holofotes/>>. Acesso em 18 jun. 2017.

⁷ DILMA Rousseff tem contas de 2014 reprovadas pelo TCU. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1691438-dilma-e-a-primeira-presidente-a-ter-sua-contas-reprovadas-no-tcu.shtml>>. Acesso em 18 jun. 2017.

na situação econômica e da dimensão⁸ que a Operação Lava Jato assumiu, pesquisas indicavam que a “corrupção” havia assumido o status de maior problema do país para a população (DATAFOLHA, 30/11/2015). A força da tese do *impeachment* se consolidou na sociedade e entre agentes políticos e econômicos.

O arremate veio no início de dezembro, quando o presidente da Câmara admitiu o pedido de *impeachment* assinado por Reale Jr., Bicudo e Paschoal⁹. A aceitação do pedido foi realizada em meio às controvérsias da votação na Comissão de Ética da Câmara sobre a abertura ou não de processo de cassação do mandato de Cunha, sob acusações de que teria mentido à CPI da Petrobras quando afirmou não possuir contas no exterior, o que foi confirmado pelo Ministério Público Federal (MPF). De acordo com a cobertura midiática, a aceitação do pedido de *impeachment* configuraria uma retaliação pelo fato de os parlamentares petistas anunciarem que votariam pela abertura do processo de cassação.

Os movimentos que sucederam a aceitação do pedido de *impeachment* revelaram como os agentes políticos estavam posicionados face a possibilidade do afastamento da presidenta reeleita. No campo da oposição, a estratégia envolveu a mobilização dos segmentos sociais favoráveis em manifestações de rua, com vistas a dar legitimidade popular ao processo. No segmento de apoio ao governo, os movimentos sociais se

⁸ Em 25 de novembro, o senador Delcídio do Amaral, líder do governo Dilma no Senado Federal, foi preso em função da acusação de obstrução da justiça. Ver detalhes em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1711360-entenda-a-prisao-do-senador-delcidio-do-amaral-em-11-perguntas-e-respostas.shtml>>. Acesso em 21 mai. 2016.

⁹ Figura central no processo de impedimento. Professora do curso de Direito da Universidade Federal de São Paulo, Janaína Paschoal capitaneou o processo de *impeachment* junto aos advogados do PSDB, mesmo quando o partido era refratário a ação. A professora conseguiu a adesão de Hélio Bicudo, ex-deputado federal, ministro da Fazenda e um dos fundadores do PT, para assinar a ação de *impeachment*, o que deu peso simbólico à medida que passava a contar em sua inicial com um personagem histórico do Partido dos Trabalhadores, embora a acusação formal tenha ficado a cargo de Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr e dos demais advogados do PSDB. Ver detalhes em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-acusadora-janaina-paschoal/>>. Acesso em 30 out. 2017.

rearticularam para defender a legalidade do mandato de Dilma Rousseff. Tais mobilizações surpreenderam em seu tamanho, indicando, assim, que o impeachment não figurava como unanimidade entre as alternativas para sair da crise.

A presidenta, por sua vez, também deu uma declaração sobre o fato,

Ainda hoje recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara de processar pedido de impeachment contra mandato democraticamente concedido a mim pelo povo brasileiro. [...] Não possuo contas no exterior e nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público.¹⁰

Tal declaração se fundamentava num confronto de biografias, o interesse da presidenta era descreditar Eduardo Cunha como liderança legítima para decidir sobre o processo de *impeachment*¹¹. Dessa estratégia decorreria o argumento amplamente mobilizado de que o processo havia nascido corrompido em seus motivos. O discurso de Lula seguiu a mesma linha argumentativa: de acordo com o ex-presidente, o ato de Cunha foi de extrema irresponsabilidade, orientado exclusivamente por interesses pessoais.

O movimento mais ousado e inesperado veio por parte de Michel Temer. Poucos dias após a aceitação do pedido de *impeachment*, o vice-presidente produziu uma carta à presidenta, vazada para a imprensa. O texto trazia um forte tom de insatisfação e queixa pelo desprezo com o qual o vice e seu partido, PMDB, foram tratados ao longo do mandato de Dilma Rousseff. Nas palavras de Michel Temer, houve o cultivo de “absoluta desconfiança” em relação ao próprio e ao PMDB por parte da presidenta e

¹⁰ DILMA diz estar "indignada" com pedido de impeachment. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/02/dilma-de-diz-indignada-com-pedido-de-impeachment.htm>>. Acesso em 18 jun. 2017.

¹¹ Houve severos conflitos entre governistas e opositores no processo de constituição da comissão do impeachment na Câmara dos Deputados. Interpelado por parlamentares governistas, o STF instituiu o rito do impeachment, definindo, assim, as regras que deveriam ser seguidas.

de seus assessores diretos. Desconfiança infundada, segundo ele, tendo em vista as inúmeras provas de apoio que o PMDB e Temer deram ao governo.

A repercussão do vazamento da carta foi extensa e interpretada por alguns aliados da presidenta como uma sinalização de Temer para os adversários de que estaria fora do barco do governo. A estranheza e o afastamento entre Dilma e seu vice, que vinha se arrastando desde o início do semestre, aprofundou-se com a repercussão negativa que a carta trouxe. O PMDB, fiel da balança no Congresso Nacional, parecia caminhar para a oposição ou, no mínimo, para a ruptura com o governo, seguindo assim a trilha do *impeachment*.

O recesso legislativo parecia ter abrandado a onda impeachmentista. No entanto, o ano de 2016 traria uma sucessão de acontecimentos, todos com ampla cobertura midiática, que levaram inevitavelmente à consolidação do caminho do *impeachment*. Tais acontecimentos em retrospectiva parecem evidenciar o enredo através do qual a narrativa do lulismo foi sendo colocada em xeque.

Em meados de fevereiro de 2016, João Santana (marqueteiro da campanha de Dilma) e Monica Moura (esposa e sócia) tiveram sua prisão decretada pela operação Lava Jato. De acordo com o pedido de prisão, havia indícios, conforme delações fornecidas por outros investigados, de que parte do pagamento feito a Santana, por gastos na campanha de 2014, foi oriundo de propinas de empresas envolvidas no esquema de corrupção da Petrobras. Tal prisão colocava Dilma Rousseff no centro do escândalo. Ainda que a presidenta pudesse responsabilizar seu partido pela arrecadação e pela execução financeira, ela estaria implicada como beneficiária direta de tais acordos. Além do mais, a prisão de João Santana dava novo fôlego à denúncia, feita pelo PSDB ao TSE, de que houve abuso de poder econômico na campanha à reeleição de Dilma.

No início de março, ocorreu o fato decisivo que atingiu frontalmente o lulismo: o ex-presidente Lula foi levado – por meio de condução coercitiva – para depor à Polícia Federal sobre aspectos relacionados à Lava Jato. Tal procedimento teve ampla repercussão midiática, nacional e internacional: desde muito cedo, daquele dia 4, os principais programas de TV e rádio cobriam a fase da investigação – que tinha como alvo o ex-presidente, familiares e assessores. A definição de uma etapa da operação dedicada a coletar informações sobre Lula acabava por associá-lo diretamente ao escândalo da Petrobras. Após prestar o depoimento e ser liberado, o ex-presidente fez pronunciamento no qual atacou a decisão do juiz Sergio Moro de levá-lo para depor sob condução coercitiva. Para Lula, tal medida era exagerada pelo fato de ele nunca ter se negado a prestar esclarecimentos e porque ela revelava o interesse de espetacularização da operação.

As reações de Lula e Dilma às supostas declarações de Delcídio do Amaral – ex-senador pelo Mato Grosso do Sul e antigo líder do governo Dilma no Senado e no Congresso Nacional – não estancaram a crise política que parecia insustentável. A cobertura midiática evidenciava que o governo parecia afundar cada dia mais na inabilidade de dar respostas à crise econômica e estava de vez mergulhado na crise decorrente dos escândalos de corrupção. O ataque direcionado às duas principais lideranças do lulismo exigia, portanto, um esforço de união a fim de que o legado se mantivesse de pé. Caso Dilma viesse a sofrer o *impeachment*, o lulismo poderia ser jogado num limbo cujas marcas restantes seriam a do fracasso em realizar a transformação social que tanto prometera e a de permitir a emergência dos maiores escândalos de corrupção da história do país.

Numa última tentativa de dar novo fôlego à capacidade de articulação política do governo junto ao Congresso Nacional e aos setores da sociedade historicamente vinculados ao lulismo, Dilma Rousseff decidiu nomear Lula para o ministério da chefia da Casa Civil, ocupado então pelo

petista Jacques Wagner. A repercussão midiática foi intensa, os líderes da oposição disseram que a nomeação do ex-presidente significava a renúncia velada de Dilma, tendo em vista que Lula assumiria todo o poder de articulação e negociação do governo, esvaziando assim o poder da presidenta. Já os aliados defendiam a entrada do ex-presidente no governo, afirmando que a boa relação de trabalho entre ele e Dilma poderiam contribuir para que o país pudesse sair mais rápido do cenário de crise. Outro fator que engrossou o debate sobre a nomeação de Lula envolvia o argumento de que o convite teria ocorrido a fim de garantir foro privilegiado ao ex-presidente, retirando, assim, as investigações que pesavam sobre ele que estavam sob a responsabilidade do juiz Sergio Moro.

A imagem de Lula já estava com enorme desgaste. Especulava-se se, de fato, o ex-presidente ainda teria condições de contribuir para mudar os rumos no governo. No dia que ocorreu a confirmação de que Lula assumiria a Casa Civil, vieram à tona diversos áudios de grampos telefônicos feitos no período de investigação na operação Lava Jato. Entre as conversas coletadas, uma ganhou maior destaque, por implicar diretamente a presidenta. Nesse áudio, Dilma liga para Lula informando que está enviando o termo de posse no ministério e que ele só deve assinar “em caso de necessidade”. Para opositores, a fala da presidenta deixava claro que o ex-presidente estava assumindo o ministério a fim de obter foro privilegiado.

Tal interpretação da oposição colocava também Dilma sob a suspeita de estar obstruindo a justiça, em virtude de usar a nomeação para garantir foro privilegiado para Lula. O governo reagiu, questionando a legalidade da divulgação de grampos da presidenta e apresentando a justificativa de que era prática usual o ministro receber o termo de posse e assiná-lo, quando há dúvidas de seu comparecimento na cerimônia. Esse seria o caso de Lula, que poderia não participar em virtude de problemas de saúde de sua esposa, Marisa Letícia. As respostas do governo não

conseguiram conter a ebulição nos campos político, midiático e social. No dia 17 de março – data em que também ocorreu a posse de Lula no ministério – a Câmara dos Deputados elegia a Comissão que iria avaliar o pedido de *impeachment* e indicar parecer sobre sua admissibilidade ou não.

Após a instauração da comissão na Câmara dos Deputados, o processo de *impeachment* correu a passos largos. Em um mês, o parecer favorável à admissibilidade estava sendo votado no plenário da Casa. O governo havia somados todos os esforços para impedir que a oposição conseguisse os votos necessários. Dilma, Lula e ministros ficaram toda a semana anterior à votação em reuniões com bancadas a fim de garantir votos contra ou dissuadir votos a favor. Realizada num domingo, televisionada pelas grandes emissoras de TV do país, a sessão foi marcada por um tom profundamente dissonante do protocolar. Marcado por discursos parlamentares que não se referiam propriamente ao argumento jurídico do *impeachment*, a votação se configurou numa derrota esmagadora do governo (367 votos “sim” e 137 votos “não”). O processo de votação e o resultado obtiveram repercussão nacional e internacional.

Encaminhado o processo para o Senado Federal, os articuladores políticos do governo já consideravam como dada a derrota na comissão e no plenário da Casa – o que era bastante negativo, pois traria como resultado o afastamento temporário de Dilma Rousseff de suas funções como presidenta. Estando a batalha por votos “perdida”, o governo intensificou sua atuação na luta simbólica. A estratégia era enquadrar o processo de *impeachment* como um golpe parlamentar, liderado pela oposição em aliança com o vice-presidente e seu partido (PMDB), que conspiraram contra a presidenta. O governo mobilizava a ausência de consenso jurídico, sobre se de fato as pedaladas fiscais configuram crime de responsabilidade, a fim de destacar que o processo de *impeachment* impetrado contra a presidenta era exclusivamente político, sem base jurídica que o sustentasse. Tal estratégia foi mobilizada inicialmente junto à mídia internacional, em

virtude da compreensão de que a imprensa nacional é partidarizada e já teria um lado na disputa sobre o impeachment.

A tese do golpe foi sendo construída aos poucos, inicialmente embalada por sucessivos eventos de demonstração de força política do governo, assim como de manifestações de rua contra o *impeachment*.

O primeiro evento realizado com vistas a mostrar o apoio ao governo de Dilma Rousseff foi o ato “Pela Legalidade e em Defesa da Democracia”, ocorrido em 22 de março de 2016. Contando com a participação de juízes, promotores, advogados entre outros operadores do direito, o evento tinha por intuito demarcar a importância do respeito à legalidade democrática. Tal intento se voltava, sobretudo, como uma crítica à decisão do juiz Sergio Moro de divulgar os áudios de conversas entre Lula e Dilma. O tom dos discursos do evento foi dado por Flávio Dino, governador do Maranhão e ex-presidente da Associação Nacional de Juízes Federais (Ajufe)¹²,

Estamos assistindo a um crescimento dramático de posições de porte fascista representadas pela violência cometida por grupos inorgânicos sem líderes e em busca de um fuhrer [expressão alemã usada para designar um líder ou um chefe], de um protetor. Ontem, as Forças Armadas. Hoje, a toga supostamente imparcial e democrática.

Foi apresentado ainda o argumento de que o Estado Democrático de Direito também estava sob ameaça. O porta-voz foi João Pedro de Sabóia Filho, subprocurador da República, que disse: “Nós não vamos assistir de braços cruzados à instrumentalização da Justiça, nem vamos assistir de braços cruzados e permitir que façam com Dilma a mesma covardia que fizeram com Getúlio Vargas”.

¹² JURISTAS fazem ato em apoio a Dilma e 'em defesa da legalidade'. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/juristas-fazem-ato-em-apoio-dilma-e-em-defesa-da-legalidade.html>>. Acesso em 13 Jun. 2017.

Uma semana depois, no dia 31 de março, foi realizado outro evento, dessa vez com a presença de artistas e intelectuais. Intitulado “Encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia”¹³, o evento explicitou a disputa simbólica em curso. Os discursos dos participantes traziam claramente a denúncia do golpe e do ataque à institucionalidade democrática¹⁴. No mesmo 31 de março, ocorreram manifestações de rua contrárias ao *impeachment* nas 27 capitais¹⁵. Tais eventos, além de explicitar apoio popular à contrariedade do impedimento de Dilma Rousseff, também contribuía na estratégia da luta simbólica em curso. A escolha da data havia sido definida em alusão ao Golpe Militar, ocorrido no Brasil em 31 de março de 1964¹⁶.

Articulada com as estratégias acima descritas, Dilma Rousseff produziu outra frente de batalha com vistas a produzir o contraditório em relação ao seu processo de impeachment: concedeu uma rodada de entrevistas a correspondentes da imprensa estrangeira.

O porquê da arena internacional: uma estratégia firmada

Diante da falta de espaço no âmbito interno, o ponto central da mobilização promovida por Dilma Rousseff – tendo como foco a mídia internacional – era encontrar no cenário externo um espaço mais receptivo para se colocar. “Governo precisa não só agendar um tema como romper a espiral do silêncio que sufoca a opinião sobre a ilegalidade do

¹³ DILMA recebe no Planalto apoio de artistas contrários ao impeachment. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/dilma-recebe-no-planalto-apoio-de-artistas-contrarios-ao-impeachment.html>>. Acesso em 13 Jun. 2017.

¹⁴ Em rara aparição, Raduan Nassar discursa a favor de Dilma em Brasília. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1756085-em-rara-aparicao-raduan-nassar-discursa-a-favor-de-dilma-em-brasilia.shtml>>. Acesso em 13 Jun. 2017.

¹⁵ MOVIMENTOS sociais fazem atos contra impeachment nas 27 capitais. Disponível em: < <http://aovivo.folha.uol.com.br/2016/03/31/4677-3-aovivo.shtml>>. Acesso em 13 Jun. 2017.

¹⁶ ATOS contra impeachment tentam se colar a simbolismo do Golpe de 64. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/31/politica/1459442075_584180.html>. Acesso em 13 Jun. 2017.

impeachment” (ALBUQUERQUE, 2016). Havia, então, o desafio duplo de dar nome ao golpe e também de fazer ressoar o posicionamento pela defesa da democracia.

Nesse quadro, em grande parte, as dificuldades de Dilma se deviam não somente à crise. Somava-se, à questão conjuntural, o histórico do governo Dilma no campo diplomático que resguardava pouca atenção à arena midiática, em franco antagonismo com o movimento praticado no governo Lula¹⁷.

Dilma, por sua vez, precisava utilizar uma ferramenta da qual nunca fez muito uso, ainda que a mobilização da mídia estrangeira em disputas de poder não configurasse propriamente uma novidade. Se conceitos como o da Diplomacia Pública e o da Diplomacia Midiática¹⁸ olham para esse movimento como parte de uma estratégia mais deliberada e institucional de disputa, em uma pontuação que deve ser observada numa relação de forças mais corporativa, Dilma desenhava antes um traçado mais parecido com o feito pelos movimentos sociais. Acuada, com pouco poder de agendar a mídia local, a estratégia de mobilização da mídia internacional constituía chance ímpar de agendar um tema e romper uma abordagem. Curiosamente, Dilma descobriria a importância da comunicação num fluxo de “fora para dentro”, garantindo inclusive efeitos que estavam para além do *agenda-setting* e da espiral do silêncio.

A mobilização de Dilma no cenário internacional chegou a produzir manifestações institucionais importantes, dentre os quais destacamos: a) uma carta assinada por deputados democratas, do Congresso

¹⁷ Houve um debate mais geral acerca da própria importância da diplomacia no governo Dilma, como pode ser visto na matéria produzida pela BBC no contexto da saída de Antonio Patriota do Itamaraty: “A diplomacia perdeu espaço no governo Dilma?”.

Ver: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130826_diplomacia_dilma_pai_jf>. Acesso em 30 out. 2017.

¹⁸ Gilboa (2007) apresenta as seguintes definições para os termos: Diplomacia Pública se refere aos movimentos em que “os atores estatais e não estatais usam a mídia e outros canais de comunicação para influenciar a opinião pública em sociedades estrangeiras” caracterizando-se por uma lógica de propaganda; ao passo que a Diplomacia Midiática ocorre quando “os funcionários usam a mídia para se comunicar com os atores e promover a resolução de conflitos” (Tradução das autoras. p. 1).

norte-americano, contrários ao processo de *impeachment*¹⁹; b) deputados do partido *Podemos* solicitando à União Europeia que suspendesse relações com o Brasil²⁰. Tais apoios são os próprios das estratégias de comunicação diplomática. Desse modo, é relevante destacar que o trajeto internacional percorrido por Dilma ultrapassou o terreno midiático de busca por disseminação de uma narrativa, instituindo uma agenda que tem sido continuamente alimentada. Houve, portanto, ganhos institucionais, mesmo que difusos e sem resultados precisos.

A rodada de entrevistas da presidenta a correspondentes da imprensa estrangeira tinha como objetivo, de acordo com Albuquerque (2016), “não só fazer frente aos grupos e entidades que apoiavam publicamente o impeachment, mas também dar densidade a uma voz que pretendia ecoar de fora para dentro”.

Foi em coletiva à imprensa – concedida dia 24 de março de 2016 a seis correspondentes internacionais, no Palácio do Planalto – que Dilma Rousseff sintetizou a tese de que estaria vivendo um golpe com seu processo de impeachment.

Nós tivemos golpes militares por toda a América Latina. Em um sistema democrático de governo, implica que os golpes mudam de característica. Não se trata de golpes nos termos do passado. O pacto entre nós é a Constituição de 1988. Ela assegura que não se pode tirar um presidente da República legalmente eleito, a não ser que haja prova de crime de responsabilidade. Não tendo, é golpe contra a democracia. As consequências disso nós não sabemos, porque não temos a capacidade de prever o futuro. (Dilma Rousseff, *El País*, 2016)

Dilma Rousseff lidava com o seguinte dilema: após a narrativa do golpe começar a ganhar corpo com a série de apoios nacionais, era preciso

¹⁹ DEPUTADOS americanos assinam carta contra o impeachment de Dilma. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1794498-deputados-americanos-assinam-carta-contr-o-impeachment-de-dilma.shtml>>. Acesso em 30 out. 2017.

DEPUTADOS do partido espanhol 'Podemos' pedem que União Europeia suspenda relações com o Brasil. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,deputados-do-partido-espanhol-podemos-pedem-que-uniao-europeia-suspenda-relacoes-com-o-brasil,10000073461>>. Acesso em 30 out. 2017.

repercutir a questão na mídia, mas a falta de espaço nos veículos nacionais eram um obstáculo considerável. Para começar a empreitada internacional, os seis veículos internacionais foram The New York Times (Estados Unidos), El País (Espanha), The Guardian (Inglaterra), Pagina 12 (Argentina), Le Monde (França) e Die Zeit (Alemanha).

As entrevistas aos correspondentes internacionais realizadas nesse momento foram uma espécie de ciclo inicial de um movimento que iria se repetir com outros desenhos depois. Mesmo com alguns jornais tendo redações locais, como era o caso do El País e do Le Monde, deve-se destacar que a entrevista coletiva foi concedida a jornalistas dos países de origem das publicações. No caso da publicação espanhola, a matéria foi assinada por Antonio Jiménez Barca. Já no jornal francês, o assunto foi abordado em um editorial publicado dia 31 de março cujo título era: “Brésil: ceci n’est pas un coup d’Etat”²¹. Essa é uma informação relevante porque, de todos os jornais com os quais Dilma conversou, o Le Monde foi o único a dizer taxativamente que não se tratava de um golpe. A posição expressa no editorial do jornal não só deixava de lado as ponderações de Dilma – que em maior ou menor grau, estavam presentes nas outras publicações – como também destoava da linha editorial à esquerda da publicação francesa e da própria versão brasileira do Le Monde (veículo que sempre se manteve crítico ao impeachment).

A posição do Le Monde francês muda e, na edição do dia 24 de abril, Franck Nouchi, o mediador entre os leitores e a redação, uma espécie de ombudsman, faz a seguinte pergunta: "Le Monde foi parcial na cobertura da crise política brasileira?". A publicação faz uma *mea culpa* ao admitir que o tom deveria ter sido mais equilibrado, sobretudo, por não ter mencionado que os apoiadores do impeachment eram (são) acusados de

²¹ BRÉSIL: ceci n’est pas un coup d’Etat. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/03/30/bresil-cest-n-est-pas-un-coup-d-etat_4892309_3232.html>. Acesso em 31 out. 2017.

corrupção. O texto também aborda a parcialidade da mídia nacional. Essa posição do *Le Monde* francês é referendada meses depois. Um editorial do dia 26 de agosto 2016 vem com o seguinte título: “La triste ironie de la chute de Dilma Rousseff”²². Ao fim do texto, o editorialista afirma literalmente que: “Se esse não é um golpe de Estado, é no mínimo uma farsa”. Essas nuances são importantes para perceber que, embora a estratégia do governo Dilma fosse muito clara em se afirmar discursivamente, havia outro ponto para além da defesa de um “lado” da história. A mídia estrangeira – em que pese a linha editorial de cada veículo, as diversas críticas à própria Dilma e os casos de corrupção envolvendo o PT – mantinha-se como um instrumento muito mais crítico ao processo político brasileiro.

Voltando ao que chamamos de ciclo inicial de pautas na mídia internacional, contudo, reafirma-se – que do ponto de vista da teoria da comunicação – havia duas questões a serem enfrentadas (ALBUQUERQUE, 2016): 1 – era preciso agendar o tema do golpe e, 2 – romper com a espiral do silêncio que sufocava a opinião sobre a ilegalidade do impeachment. Traduzindo os pontos para termos mais estratégicos – ainda que houvesse controvérsia e uma disputa de narrativa sobre a existência de um golpe parlamentar *versus* um processo de *impeachment* legítimo – sem dúvida a arena internacional se constituía em um espaço mais neutro no qual o governo poderia não só apresentar sua versão dos fatos, ganhar voz, nominar o golpe, como também era possível tentar sair do posicionamento majoritário dos grandes veículos nacionais, o que se pode denominar de espiral do silêncio.

Uma das correntes mais relevantes que estudam a relação entre imprensa e realidade é a chamada agenda-setting research – no Brasil

²² LA triste ironie de la chute de Dilma Rousseff. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/08/26/la-triste-ironie-de-la-chute-de-dilma-rousseff_4988341_3232.html>. Acesso em 31 out. 2017.

intitulada de “Teoria do Agendamento”. Foi com o trabalho de Max McCombs e Donald Shaw, junto aos estudos de Chapel Hill (realizados em 1968 e publicados em forma de artigo na revista *Public Opinion Quarterly*, em 1972) que o termo *agenda-setting* surgiu e ganhou expressão acadêmica. O que a teoria clássica do agendamento coloca é que a imprensa não diz necessariamente ao público como deve pensar, mas quais são as questões da atualidade sobre as quais é importante ter uma opinião, seja ela qual for.

Clóvis de Barros Filho, em “Ética na Comunicação”, faz um vasto apanhado das vertentes do agendamento. Segundo o autor, há duas origens de fatores que condicionam o *agenda-setting*: os primeiros relacionados à mensagem (A) e os demais à recepção (B). No caso dos fatores relacionados à mensagem (A), o autor destaca a adequação da teoria do agendamento em relação à política:

O *agenda-setting* é uma excelente ferramenta de estudo das relações da mídia com o poder. Visa-se analisar como o profissional da política, através dos meios, impõem uma agenda temática que lhe seja politicamente interessante. Esses estudos, quase sempre realizados em época de embates eleitorais, precisam em que medida a mídia participa da luta política pela imposição (politicamente interessada) dos temas políticos ‘realmente importantes’. Procura-se medir a participação dos produtos midiáticos na luta entre os profissionais do campo político pela própria definição do que é um tema político. Os meios de comunicação, nesses momentos, tornam-se um espaço privilegiado de luta, *de uma luta propriamente simbólica pela imposição de representações legítimas e construção de um eleitorado* (GRIFO NOSSO). (1995, p. 184).

Nesse sentido, há uma agenda pública que é informada pela agenda midiática. Ou seja, é preciso ocupar o espaço midiático, agendar um tema, para que ele alcance relevância na agenda pública. A relevância da questão simbólica apontada no *agenda-setting* se mostra em consonância com a linha teórica por nós adotada, que aponta a necessidade de se pautar um tema com vistas a uma disputa narrativa.

Outra corrente que vem se somar ao nosso instrumental teórico é a “espiral do silêncio”, criada pela socióloga alemã Elizabeth Noelle-Neumann – que em 1972 propôs seu modelo inicial. Ela defendeu que a informação das opiniões majoritárias é resultado das relações entre os meios de comunicação de massas, a comunicação interpessoal e a percepção que cada indivíduo tem da sua própria opinião quando confrontada com a dos outros. Assim, quando um indivíduo permanece em silêncio em relação às suas opiniões, as pessoas que o rodeiam podem adotar a mesma atitude, facilitando o domínio dos pontos de vista expressos na comunicação de massa. Segundo Elizabeth Noelle-Neumann, esse silêncio tendencial é fruto do medo das pessoas em se confrontarem com a opinião majoritária, o que geraria um movimento contínuo e contraposto de visibilidade desta última.

Se não restava dúvida sobre o agendamento e a pauta do *impeachment* na mídia interna, o desafio de pautar a mídia internacional era não só o de ocupar outra arena (a internacional), como também o de, a partir dessa nova arena, reverberar a tese do golpe e, em uma estratégia reversa, conseguir espaço na imprensa brasileira justamente através da cobertura internacional. Dessa forma, havia a necessidade não só de conseguir o espaço, mas também de pontuar uma abordagem. Nesse ponto, surge a questão da espiral do silêncio.

O material produzido pelos juristas contrários ao *impeachment* e toda a análise técnica da defesa de Dilma para refutar a tese das chamadas “pedaladas fiscais” foram utilizados na apresentação aos jornalistas. Em termos práticos, a necessidade era de mostrar a fragilidade das alegações contra ela. Na ausência de crime que embasasse o *impeachment*, não apenas se fiava uma narrativa sobre o golpe, como uma tese fundamentada nas próprias regras jurídicas. Mesmo em momentos posteriores – como durante a sabatina de Dilma Rousseff no Senado federal, no fim do processo de impedimento – as menções ao golpe e à ruptura democrática decorrentes de um *impeachment* sem crime eram reiteradas. O contato com os jornalistas

na primeira coletiva do dia 24 de março dava início a essa estratégia, pela voz da própria Dilma Rousseff.

Vale lembrar que antes, no discurso feito no dia 17 de março, durante a cerimônia que tentava dar posse ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro da Casa Civil, Dilma já usava enfaticamente o termo “golpe” em um ato público. Em 2015, quando o *impeachment* começou a ganhar fôlego, em agosto, a expressão começou a ser usada por Lula, mas não como uma marca tão forte.

Foi a coletiva com os correspondentes internacionais, contudo, que pôs o termo a serviço de uma estratégia clara de repercussão internacional, que continuou mesmo após a presidenta estar afastada do cargo, antes da confirmação do Senado federal (quando Dilma montou uma campanha com viagens, financiamento coletivo e uma série de eventos para denunciar o golpe, e posteriormente, já durante o seu afastamento definitivo). Em relação a essa última etapa, em fevereiro de 2017, Dilma realizou uma série de eventos na Espanha, na Itália e na França falando sobre o golpe. Na sequência, em abril, o roteiro internacional incluiu 14 dias nos Estados Unidos, dando uma série de entrevistas e realizando palestras em Harvard, Columbia e Princeton, também com foco na questão do golpe.

Se os eventos mais recentes servem para pontuar uma narrativa histórica, em março de 2016, antes de o *impeachment* tomar feições definitivas, a disputa era mais ferrenha: tinha em vistas não só o mandato presidencial como uma defesa imediata da própria conduta pessoal de Dilma Rousseff frente à chefia do Executivo. Julgada pelo “conjunto da obra”, pela crise econômica ou pelos casos de corrupção que envolviam diversos nomes do PT, Dilma se esforçava para demonstrar o fato de que nenhuma dessas questões poderiam ser imputadas a ela e que as tais “pedaladas fiscais” não tinham fundamento técnico que caracterizasse crime. Mais uma vez, era preciso desconstruir um discurso cheio de camadas para demonstrar que na

ausência de uma razão efetiva para o *impeachment*, o que estava ocorrendo no Brasil era um golpe de Estado. Esta era a questão primordial abordada na mídia internacional.

A mídia nacional abordava de forma enfática a crise de governabilidade e de forma massiva, ainda que com matizes diferentes²³, o desgaste do governo Dilma e o processo do *impeachment*, colocados sem que houvesse o devido contraponto do governo. As críticas à gestão Dilma passaram a ser associadas indistintamente ao *impeachment* como processo em curso e, a partir de um determinado momento (como exposto na contextualização deste artigo) com uma tônica de caminho irreversível.

Assim, foi contra esse agendamento e para romper esta espiral que a estratégia de pautar a mídia internacional foi sendo construída.

Além do El País, que possui uma edição brasileira, a fala da presidenta Dilma repercutiu no The Guardian. Antes mesmo da entrevista, no dia 18 de março, o jornal inglês trouxe um artigo da jornalista brasileira Eliane Brum sobre a crise. Longe de maniqueísmos, o texto de Eliane, intitulado “Brazil is in danger of turning the clock back on democracy”, tocava em pontos centrais, como a convulsão popular, o papel de herói nacional desempenhado pelo juiz Sérgio Moro e, sobretudo, os riscos à democracia que o País vive. Mesmo sem assumir uma defesa do governo brasileiro, o espaço e a cobertura dados ao tema pelo The Guardian sinalizam exatamente do que o governo precisa: uma arena mais neutra para fazer ecoar seu recado. (ALBUQUERQUE, 2016).

É importante perceber que a coletiva para os seis correspondentes potencializou uma cobertura internacional que possui um viés mais crítico em relação ao *impeachment*. Vejamos a lista de veículos que vinham repercutindo a crise política brasileira: o New York Times – que cobriu a

²³ Em seus editoriais, a Folha de São Paulo defendeu por bastante tempo a renúncia de Dilma e Temer, seguida por eleições diretas. Contudo, posteriormente, quando o *impeachment* já estava encaminhado, o jornal passou a assumir a defesa do processo de impedimento. O Estadão se mostrou favorável ao *impeachment* desde o começo. Ainda que com diferenças à miúdo, de forma geral os grandes veículos assumiam em primeiro plano o desgaste do governo, as tratativas para o *impeachment* como posição majoritária, sem espaço considerável à uma vertente mais crítica.

coletiva de Dilma, em agosto de 2016 – já havia feito um editorial focado na questão da democracia e no papel das instituições para a estabilidade do País. Pode-se acrescentar também veículos como Der Spiegel (Alemanha), Público (Portugal) e Al Jazeera (Arábia Saudita).

Vale ressaltar que a amplitude da cobertura não significava apoio irrestrito ao discurso de Dilma, mas ainda assim possuía um espírito analítico que não estava presente na imprensa local. Isso é possível ver, por exemplo, pela revista *The Economist*, que tendo feito duras críticas ao governo brasileiro, chegou a pedir a renúncia da presidenta. Contudo, na maior parte da cobertura, o *impeachment* não foi visto como resposta a problemas de ordem sistêmica. Esse aspecto crítico, com análises mais aprofundadas, foi fundamental para que o discurso de Dilma ganhasse ressonância.

Os ciclos de um movimento continuado

Todo esse movimento (iniciado no dia 24 de março de 2016, com a coletiva para os seis veículos estrangeiros) e seus fatos circunvizinhos (como a indicação de Lula a ministro da Casa Civil) estão nesse ciclo inicial de comunicação voltada para a mídia estrangeira do governo Dilma. Claramente após o Senado ter aprovado, no dia 12 de maio, a admissibilidade do processo de impeachment autorizado pela Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril, Dilma entra em um segundo ciclo do mesmo movimento. A presidenta tinha, a partir de então, exatos 180 dias para empreender uma verdadeira cruzada em busca de se defender das acusações das ditas “pedaladas fiscais” e, paralelamente, fazer com que sua mensagem contra o golpe ampliasse seu alcance, o que incluía, sem sombra de dúvida, o reforço na cobertura internacional. Não à toa, em 13 maio (um dia após o Senado confirmar seu afastamento do cargo de presidenta da República até o julgamento definitivo do impeachment), Dilma concede entrevista coletiva a correspondentes estrangeiros, no Palácio da Alvorada. O objetivo era

reafirmar o discurso de que o processo em questão era uma tentativa de golpe contra seu governo e contra a democracia.

Entre esses dois ciclos de pautas à mídia internacional, houve um momento de tensão específico que merece registro. No dia 22 de abril de 2016, ainda como presidenta no exercício do cargo, Dilma Rousseff foi à sede das Nações Unidas (ONU), em Nova York, para a assinatura do Acordo de Paris, sobre mudança do clima. Como o comparecimento à ONU foi justamente precedido do início da sua estratégia de comunicação sobre a denúncia do golpe, a viagem aos Estados Unidos gerou grande constrangimento institucional – com diversos atores políticos pressionando para que Dilma não usasse o termo “golpe” em seu pronunciamento oficial. De fato, embora a presidenta tivesse feito menção ao “grave momento” do Brasil e à necessidade de “impedir retrocessos”, o termo golpe não foi mencionado abertamente no plenário da ONU, em seu discurso oficial.

Contudo, o próprio trajeto de comparecimento à ONU e a expectativa sobre sua fala geraram repercussões na mídia internacional. Essa busca por espaços de fala institucional combinados com entrevistas a veículos externos foi retomada com grande força no terceiro ciclo desse movimento – quando já definitivamente afastada da Presidência da República, após a sessão do Senado Federal que confirmou o impeachment, em 31 de agosto de 2016. Com o impedimento confirmado, Dilma começou uma agenda de visitas a diversas universidades fora do país. O circuito internacional segue acompanhado de entrevistas de avaliação do processo. Segundo um breve levantamento feito pelo site Terra²⁴, em um ano após a saída do cargo, Dilma concedeu cerca de 40 entrevistas: mais da metade a veículos estrangeiros.

²⁴ O dia a dia de Dilma Rousseff, um ano após o impeachment. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/dilma-Rousseff-um-ano-apos-o-impeachment,27476c75dc4e8ffcaed3a7f5ae53f65en26io2pg.html>>. Acesso em 31 out. 2017.

Nesse sentido, vale mesmo destacar que a estratégia externa continua a repercutir internamente, não só pela repercussão das suas falas em redes sociais, blogs e veículos alternativos; como também, em alguns casos, na própria imprensa tradicional brasileira. Talvez um dos mais curiosos exemplos possa ser creditado à jocosa matéria da Piauí²⁵, em que o brasilianista e ativista gay James Green jogava a isca: “Ouviu a boa notícia? Eu e Dilma vamos nos casar!”. A matéria, em tom de chiste, repercutiu em jornais, blogs e sites pelo Brasil adentro. Prova de que a estratégia de ganhar voz no cenário internacional, embora tivesse um foco muito claro, nunca esteve descolada do público interno. Os veículos internacionais são uma importante caixa de ressonância de uma disputa cujo centro é mesmo a sociedade brasileira.

Por baixo da estratégia

Para se entender a eficácia da estratégia do governo, é preciso entender a mecânica da própria organização midiática e a conjuntura brasileira. Nesse sentido, três aspectos devem ser observados. O primeiro é a cobertura diferenciada feita pelas redações locais de veículos estrangeiros, como El País, Deutsche Welle e BBC. Em grande parte, isso se deve ao fato de que os três veículos citados possuem sucursais no Brasil com redações minimamente estruturadas, indo além do contato de um único correspondente.

Essa estrutura e a cobertura diferenciada pode se ver, por exemplo, durante as manifestações contra o governo, no dia 13 de março: enquanto a massiva imprensa local fazia uma cobertura, digamos, “usual”; o El País procurou ouvir as reclamações dos moradores da periferia de São Paulo que, embora insatisfeitos com o governo, possuíam pautas distintas da classe média alta que tomava as ruas naquele dia. A Deutsche Welle também

²⁵ Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/ouviu-a-boa-noticia-eu-e-dilma-vamos-nos-casar/>>. Acesso em 31 out. 2017.

resolveu cobrir os protestos tendo como foco o olhar dos moradores da comunidade do Pavão-pavãozinho, no Rio de Janeiro. Ou seja, havia mais espaço dentro desses veículos para que a estratégia do governo Dilma emplasasse.

Uma questão “curiosa” é que, logo após o *impeachment*, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) ingressou, junto ao Supremo Tribunal Federal, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5613) com o objetivo de restringir os portais de notícias, com capital estrangeiro, de atuarem no mercado brasileiro. A ação atinge em cheio exatamente as redações do El País, da Deutsche Welle e da BBC, para citar três as três maiores sucursais estrangeiras no Brasil com produção própria de matérias veiculadas digitalmente.

Na mecânica por trás da estratégia, o segundo ponto a ser lembrado é que, com a proximidade dos Jogos Olímpicos – que aconteceram no Rio de Janeiro em agosto de 2016 –, o fluxo de correspondentes chegando ao País aumentava e a atenção da mídia estrangeira também. Mesmo com a atenção voltada à cobertura esportiva, o crescente aparato da imprensa internacional no Brasil, até agosto, foi um fator importante para alavancar a estratégia do governo Dilma. O objetivo era buscar os escaninhos, as brechas onde quer que elas estivessem.

A questão da busca por caminhos alternativos de repercussão midiática nos aponta o terceiro aspecto: a estratégia de mobilização da mídia estrangeira como espaço de reprodução de uma voz dissonante. Esse costuma ser um caminho utilizado por movimentos sociais e por governos que estejam sem acesso aos grandes veículos. Movimento típico de dissidentes e opositores de regimes autoritários – tanto que essa foi uma estratégia muito usada durante a ditadura militar. Talvez um dos casos mais emblemático desse uso tenha ocorrido na década de 1930, com a campanha internacional movida pela mãe de Luiz Carlos Prestes, Leocádia Prestes,

que correu o mundo angariando apoio para soltar Olga Benário e sua filha, Anita. Ou seja, a estratégia usada por Dilma, própria dos movimentos sociais e dos ativistas de Direitos Humanos, em que pese sua efetividade, demonstra as fragilidades do governo: é sintomático que o chefe do Executivo, mesmo com a máquina estatal, precise se ater a interlocutores externos para ter sua voz ouvida.

Um sinal dos resultados da estratégia de Dilma foi o rápido movimento de Temer em rebater o discurso do golpe. Em abril de 2016, a BBC publica uma matéria com o seguinte título: “Temer pediu ajuda para rebater 'discurso de golpe' no exterior, diz tucano em missão nos EUA”. A preocupação do ainda vice-presidente Temer fundamenta-se em dois pontos que só se acentuaram com os desdobramentos da crise no Brasil. O primeiro é jurídico. Ainda que reste alguma remota possibilidade de se ajuizar uma ação internacional relativa ao *impeachment*, vale lembrar que nenhuma ação legal prescinde de um contexto e de uma narrativa que lhe dê sentido. Eis o esteio do segundo ponto. Mesmo que seja impossível uma reparação dessa ruptura, a constituição de uma história presente e futura sobre o golpe que ocorreu no Brasil tem efeitos profundos e, sem dúvida, tal construção discursiva se deve, em grande parte, a cobertura internacional dada ao tema.

Considerações Finais

A análise aqui empreendida buscou evidenciar como a arena midiática internacional foi mobilizada pelo governo de Dilma Rousseff como estratégia de produção de um discurso contra-hegemônico sobre o processo de *impeachment*.

Com o respaldo da cobertura midiática internacional, a tese do golpe passou a ser a estratégia central que mobilizou os governistas na disputa simbólica em curso. O discurso foi bastante efetivo na disputa classificatória. Os opositores contra-argumentavam que não poderia ser um

golpe, pois o rito havia sido estabelecido pelo STF e estava sendo rigorosamente seguido. No entanto, a significativa atenção que davam ao debate sobre o golpe, buscando insistentemente dissuadir a opinião pública – como ficou evidente no texto do relatório do Senado em que o relator deu ênfase aos argumentos contrários à tese do golpe – já indicava que a tese governista havia se consolidado como narrativa simbólica do processo do *impeachment*. O discurso do ministro da Advocacia Geral da União, na sessão de votação do relatório no plenário do Senado, deixava claro que, para o governo de Dilma, a luta era também – sobretudo – simbólica, “quanto mais uma palavra [golpe] se aproxima da realidade que se quer esconder, maior o incomodo que seu uso traz”²⁶, afirmou o ministro José Eduardo Cardozo.

Assim, o governo Dilma acertou em uma estratégia que foi bem-sucedida, pois construída a partir da fragilidade do governo. Mesmo com a máquina estatal, Dilma precisou se fiar em interlocutores externos para ter sua voz ouvida. Isso mostra duas coisas: a crise despertou a atenção de Dilma para a comunicação, gesto que nem os tempos de estabilidade conseguiram fomentar²⁷. Em outro turno, para além do governo Dilma, esse movimento de tentar romper com uma cobertura sem espaço para contraditório mostra a fragilidade de um país cujos grupos fora da hegemonia – o que ironicamente acontece com um governo sem aliados políticos – precisam usar esse artifício para serem ouvidos.

A disputa simbólica estruturada, pois – no embate entre narrativas *impeachment versus golpe* – tem se desdobrado até o contexto atual. A

²⁶ NAS redes sociais, Dilma comenta decisão do Senado: “É golpe”. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/nas-redes-sociais-dilma-comenta-decisao-do-senado-e-golpe/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

²⁷ É relevante destacar que durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff disseminou-se uma percepção generalizada de que a presidenta comunicava pouco, fosse com os atores institucionais, com destaque para o Congresso Nacional, fosse com a imprensa ou com a população. Tal percepção assumiu tamanha relevância que, entre 2013 e 2014, as campanhas oposicionistas construíram discursos eleitorais com ênfase na importância do diálogo entre governantes e a população (LOPES, 2016).

ascensão de Michel Temer não garantiu o retorno à estabilização do país, seja em suas dimensões econômicas, seja no que se refere à estabilidade da Presidência. O governo que ascendeu ao poder colocou em marcha um projeto oposto ao sufragado nas urnas. Apesar do apoio parlamentar, empresarial e midiático de que dispunha em seu início de gestão, Temer esteve sempre numa “corda bamba” no quesito legitimidade. As crises recentes que se abateram sobre o governo de Temer reforçam o debate sobre a instabilidade presidencial brasileira, assim como dá novos fôlegos para a narrativa do golpe.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Grazielle. *O nome das coisas: o golpe ganha repercussão na mídia internacional*.

Justificando. 28 de março de 2016. Disponível em: <<http://justificando.com/2016/03/28/o-nome-das-coisas-o-golpe-ganha-repercussao-na-midiainternacional/>>. Acesso em 22 mai. 2016.

ALMEIDA, Rodrigo de. *À sombra do poder - os bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff*. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2016.

BARCA, Antonio Jiménez. *Dilma: “Querem a renúncia para evitar o constrangimento de me tirar de forma ilegal”*. El País, Brasil, 24 mar. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/24/politica/1458847577_766990.html>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BARTHES, Roland. *Introdução à análise estrutural da narrativa*. In: BARTHES, R; TODOROV, Tzevetan; et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, Vozes, 1971.

CAMPELLO, Daniela. *The Politics of Financial Booms and Crises: Evidence From Latin American*. Comparative Political Studies, 2014, originally published online 8 July 2013. Disponível em: <<http://cps.sagepub.com/content/47/2/260>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1995.

GILBOA, Eytan. (2001). *Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects*, *Diplomacy & Statecraft*, 12:2, 1-28.

HOCHSTETLER, Kathryn. *Repensando el presidencialismo: desafíos y caídas presidenciales en el Cono Sur*. América Latina Hoy, Salamanca, v. 49, dic. 2008. ISSN 2340-4396. Disponible en: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/1350>>. Fecha de acceso: 18 jun. 2017.

JINKINGS, I. et al. (orgs.). *Porque gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

LOPES, Monalisa Soares. *Narrativas Simbólicas do Lulismo: uma análise das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. *The agenda-setting function of mass media*. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972. Disponível em: <<https://academic.oup.com/poq/article->

abstract/36/2/176/1853310/THE-AGENDA-SETTING-FUNCTION-OF-MASS-MEDIA>.

NEUMANN-NOELLE, Elisabeth. *The Spiral of Silence A Theory of Public Opinion*. *Journal of Communication*, v. 24, n. 2, p. 5-190, 1974. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jcom.1974.24.issue-2/issuetoc>>.

OLLIER, María Matilde. *La institucionalización democrática en el callejón: la inestabilidad presidencial en Argentina (1999-2003)*. *América Latina Hoy*, Salamanca, v. 49, dic. 2008. ISSN 2340-4396. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/1351>>. Fecha de acceso: 18 jun. 2017.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Instituciones, coaliciones callejeras e inestabilidad política: perspectivas teóricas sobre las crisis presidenciales*. *América Latina Hoy*, Salamanca, v. 49, dic. 2008. ISSN 2340-4396. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/1352>>. Fecha de acceso: 18 jun. 2017.

_____. *Presidential impeachment and the new political instability in Latin America*. New York, Cambridge University Press, 2007, 241p.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SINGER, André. *O critério da verdade*. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 jan. 2015. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2015/01/1569976-o-criterio-da-verdade.shtml?mobile>>. Acesso em 18 jun. 2017.

_____. *Sinais Trocados*. Folha de São Paulo, São Paulo, 01 nov. 2014. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2015/01/1569976-o-criterio-da-verdade.shtml?mobile>>. Acesso em 18 jun. 2017.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2016.

**Palavras-
chave:**

golpe;
impeachment;
Dilma
Rousseff;
disputa
simbólica;
mídia
internacional.

Resumo: A pauta do golpe na imprensa internacional como estratégia de denúncia e disputa simbólica do governo Dilma Rousseff é o objeto deste artigo que, através de uma análise focada na comunicação, reconstrói o movimento usado pelo Executivo para romper a espiral do silêncio presente na imprensa nacional. Uma análise de conjuntura reconstrói os eventos que antecederam o *impeachment*, o acirramento discursivo em torno do *impeachment/golpe* e mostra como a trajetória para pautar o golpe numa arena internacional permanece e atualiza seus sentidos a partir do aprofundamento da crise brasileira.

Keywords

coup;
impeachment;
Dilma Rousseff;
Symbolic
dispute;
International
media.

ABSTRACT: The agenda of the coup in the international press as a strategy of complaint and symbolic dispute from the Dilma Rousseff's government is the subject of this paper that, through an analysis focused on the communication, reconstructs the movement used by the Executive to break the spiral of silence present in the national press. An analysis of the conjuncture reconstructs the events which preceded the impeachment, the discursive intensification around the impeachment / coup and shows how the trajectory to guide the coup in an international arena remains and updates its senses from the deepening of the Brazilian crisis.

Recebido para publicação em junho/2017

Aceito para publicação em outubro/2017

**Da instabilidade política ao mau
desempenho constitucional:
uma análise dos processos de
destituição presidencial paraguaios
após 1990**

Gustavo Silva Mattos

Universidade Federal de Minas Gerais (BRA)

**A redemocratização do Paraguai no contexto da política sul-
americana**

As democracias latino-americanas ascenderam ao poder a partir dos anos 1980, em um processo de redemocratização em “efeito dominó”, que mudou a política do continente e encerrou longos ciclos de governos ditatoriais. Buscando compreender processos de redemocratização ocorridos no mesmo período, Huntington (1994) localiza aquilo que ele chama de

“Terceira Onda Democrática” – como a iniciada no dia 25 de abril de 1974, na Revolução de Cravos, com a queda do ditador António Salazar. Mesmo não garantindo o estabelecimento da democracia, o movimento pôde liberar da repressão e da censura diversos setores políticos e sociais reprimidos pela ditadura, permitindo que novas possibilidades políticas fossem exploradas (HUNTINGTON, 1994, p. 14).

Huntington (1994) classifica como “ondas de democratização” a transição de regimes não democráticos para democráticos. Essas ondas, para o autor, não ocorreram de forma unidirecional, tampouco com todos os países, mas com pequenos grupos de países e em períodos específicos. Também foram acompanhadas por movimentos reacionários, logo em seguida.

A primeira onda envolveu as Revoluções Americana e Francesa, entre 1828 e 1926. O autor baseia-se em Jonathan Sunshine para frisar que o sistema democrático pode ser definido como detentor de qualificações mínimas, quando 50% dos homens adultos conquistam direito ao voto e o sistema possui um Executivo com apoio majoritário de um partido eleito (HUNTINGTON, 1994, p. 26). O fascismo e os movimentos autoritários do século XX foram a resposta reacionária a tal movimento.

A segunda onda democrática ocorreu entre 1943 e 1962, próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial. Seu movimento reverso desencadeou golpes de diversos regimes militares nos países pós-coloniais, em especial nas democracias latino-americanas. O movimento português marcaria então a terceira onda democrática, com a queda de regimes autoritários de caráter militar e abertura para as eleições e para as liberdades políticas (HUNTINGTON, 1994, p. 35). O autor observa que, entre o reformismo de Kennedy e a revolução de Fidel Castro, quem venceu foram ditaduras militares burocráticas – uma terceira opção autoritária e à direita.

Para o autor, a facilitação da transição democrática se deu em parte pelas crises financeiras dos anos 1970 e, em parte, pelas melhorias econômicas e sociais que deram uma base econômica para a democracia – o que forçou a transição democrática (HUNTINGTON, 1994, p. 67).

Ainda que o paradigma de Huntington das “ondas democráticas” seja adotado por diversos autores, há divergências sobre a melhoria das condições econômicas enquanto base para mudança e sustentação democrática. Thiel (2010), por exemplo, observa a terceira onda democrática nos países do Leste Europeu. O processo de democratização nesses países correu em momento de estagnação e condições econômicas desfavoráveis e estão relacionadas com a inabilidade de regimes de cumprirem as expectativas econômicas que criaram. Diferentes grupos de atores, com preferências diferentes, formaram alianças em países similares de um ponto de vista estrutural. Circunstâncias estruturais similares – sob um aspecto político e econômico – levaram a transições muito diferentes ou, em alguns casos, falhas em atingir a transição, como ocorreu em algumas ex-repúblicas soviéticas (THIEL, 2010, p. 37-38).

Thiel (2010) também elenca outras críticas à teoria de Huntington (1994), como, por exemplo, a abrangência do conceito de "terceira onda", que levou a uma reflexão pessimista nas classificações dos resultados de processos de liberalização e os regimes políticos que evoluíram desde então (MERKEL PUHLE CROISSANT 2003; CAROTHERS 2002; DIAMANTE 1999, 2002, apud THIEL, 2010). A mudança de regime não necessariamente resultou em instalação democrática (CASPER E TAYLOR, 1996, apud THIEL, 2010). Houve países que conseguiram atingir com sucesso a democracia, mas depois não conseguiram chegar à consolidação democrática, particularmente entre os antigos Estados Soviéticos – nos quais a forma de regime mais comum era um híbrido de democracia (que contou com lutas de poder entre os comunistas, nacionalistas antiliberais) e algumas forças de oposição liberais (OTTAWAY, 2003, apud THIEL,

2010). Houve, ainda, regimes híbridos que combinam a fachada de democracia eleitoral simultaneamente com o abuso de procedimentos democráticos e que não devem, portanto, ser abordados como "democracias antiliberais" (ZAKARIA, 1997, apud THIEL, 2010), mas sim como uma nova forma de autoritarismo (SCHEDLER, 2002, apud THIEL, 2010).

A despeito das críticas, o modelo da “terceira onda” de Huntington (1994) ainda é bastante profícuo para explicar o processo de redemocratização da América Latina, assim como representa um modelo que incluiu, em seu quadro de análise, o caso particular da redemocratização realizada pelo Partido Colorado, no início da década de 1990, no Paraguai.

Adentrando propriamente no caso paraguaio, regimes autoritários personalistas, como os do Paraguai, mostraram-se com maior sobrevida que ditaduras burocráticas, tendo como exemplo o Brasil. O autor aponta não só a economia como também a força religiosa, que passou a representar oposição aos valores antidemocráticos, como no caso das Comunidades Eclesiásticas de Base e a Teologia da Libertação na América Latina – e, como veremos, foi a primeira instituição de atuação política de Fernando Lugo e do pensamento de esquerda durante o governo Stroesser.

Podemos resumir os pontos da redemocratização latino-americana em Huntington em cinco itens elencados por Forchieri (1994) *apud* Silva (2008):

a institucionalização de regras pluralistas de concorrência política e de escolha dos quadros de governo; b) a extensão da cidadania política tanto no que se refere ao reconhecimento igualitário dos direitos políticos (voto universal, livre, direto e secreto), quanto pela participação política efetiva da maioria absoluta da população adulta; c) a consolidação formal do reconhecimento normativo dos direitos civis dos governados; d) o funcionamento das instituições políticas da democracia liberal; e) o fato de se tratar de democracias desmilitarizadas, o que significou a obtenção do controle civil sobre os militares (FORCHERI, 1994, p. 24, apud SILVA, 2008).

A respeito do Paraguai, Mora (2001), comparando a redemocratização do país com a de outros vizinhos latino-americanos, constata que – diferentemente de países em que a ruptura com o regime autoritário representou uma mudança nos atores e na estrutura de poder – o Paraguai foi redemocratizado pelo mesmo partido do ditador deposto. Tal partido ainda permaneceu no poder por dezoito anos, antes que um novo partido fosse eleito. Assim, as fortes marcas da herança de caráter caudilho, o personalismo dos ditadores e a fraca institucionalização resistiram como vestígios na alcançada democracia. As instituições paraguaias continuaram perpetuando as relações clientelistas do período ditatorial e o presidencialismo paraguaio não só foi incapaz de preencher o vácuo de poder deixado pelo ditador, como também teve a forte presença dos setores militares e “stronistas” influenciando as decisões políticas.

Doriadoto (2002, *apud* Toledo (2013) atribui a longevidade do governo Stroessner, o “stronismo” ou “stronato”, à quase inexistência de tradição e estruturas democráticas no país, visto que, na maior parte dos golpes militares na América do Sul, houve uma supressão das estruturas democráticas estabelecidas pelo país para a perpetuação do regime, o que não ocorreu no país paraguaio. Tal “*déficit*” na democracia procedimental se perpetua após a queda do regime, com eleições fraudulentas. Historicamente, após a independência do referido país, ocorreram vinte e cinco golpes de estado e – ao todo – o país teve, antes da redemocratização, quarenta e quatro presidentes, sendo que nove foram de origem militar e os mandatos dos presidentes duraram, em média, dois anos cada.

Riquelme (1992) *apud* Rolon (2008) observa que o modelo paraguaio autoritário de Stroessner e dos seus sucessores militares do Partido Colorado não seguiam uma linha ideológica partidária claramente definida dentro do Partido Colorado, usando apenas as estruturas legitimadas do partido para exercer seu poder – definido pelo autor como “neo sultanismo”, no qual o poder estava na mão do Chefe de Estado e a

implementação no partido, burocracia subserviente e relação patrimonialista, com o estado.

Dito isso, o Paraguai viveu duas ditaduras militares, com Higinio Morinígio (entre 1940 e 1948) e Alfredo Stroessner (entre 1954 e 1989). Os representantes da esfera militar continuaram influenciando os rumos presidenciais após a redemocratização. Houve apenas três trocas partidárias de poder no Paraguai antes de Fernando Lugo, na ordem Partido Colorado/Liberal/Colorado e nenhuma dessas trocas foi pacífica, realizada mediante acordos ou negociações¹ (ROLON, 2008).

A transição política para a democracia foi marcada por rupturas internas da *Asociación Nacional Republicana* (ANR)², assassinato de políticos e corrupção estatal. Entretanto, a abertura política e a organização de grupos que não possuíam participação na política, entre outros setores da sociedade descontentes ou desejosos por mudança, elegeram Fernando Lugo³, com 40% dos votos (LÓPEZ, 2010), como promessa de renovação – ainda que amparados pelo tradicional Partido Liberal, contemporaneamente com o nome de Partido Liberal Radical Autêntico, na fragilizada coalizão com forte presença das elites políticas tradicionais no Legislativo, em novas elites empresariais e em Ministérios de maior importância. Importante

¹ Rolón, apud Frutos e Vera (1988) menciona o termo *cuartelazo*, que representa um ataque militar, jargão comum na história paraguaia para se referir ao uso dos militares do exército ou de milícias paralitares para a mudança de poder. O apego ao poder pelas elites políticas (militares e/ou caudilhas) só era desafiado ou substituído por meio do *cuartelazo* por parte dos adversários políticos.

² Por representar o mesmo partido no processo histórico, este trabalho denominará sempre a legenda ANR (*Asociación Nacional Republicana*) como Partido Colorado para não gerar confusão.

³ Em relação ao sistema eleitoral paraguaio, de acordo com sua Constituição (acessado em <http://www.constitution.org/cons/paraguay.htm>), o sistema paraguaio é similar ao brasileiro, presidencialista e bicameralista, com oitenta deputados e quarenta e cinco senadores. Há eleições federais e municipais, com a diferença de que nas municipais o voto de vereadores é de lista fechada. O Paraguai também não trabalha com segundo turno, com o presidente sendo eleito por maioria simples. Existem no Paraguai as chamadas “eleições internas” onde partidos, movimentos sociais e coalizões apresentam seus candidatos a serem votados para a chapa por seus afiliados entre 90 e 120 dias antes das eleições oficiais (BRUGNONI, 2009).

também observar que o Paraguai, como indica Soares (2004), ainda que postule a obrigatoriedade do voto, não prevê nenhuma sanção a quem se abstém de votar, dando assim um caráter “facultativo” ao voto no país.

Percebe-se então, de acordo com o referencial teórico, que – mesmo sensível às mudanças na política internacional – o Paraguai apresenta uma cultura política com forte herança autoritária e ausência de tradição democrática, como a maior parte dos países da chamada “terceira onda”. Percebe-se também que a eleição de Fernando Lugo representa não só a eleição de um governo de centro-esquerda na chamada “Onda Rosa⁴”, mas também um momento de legitimação dos mecanismos democráticos no país. Como aponta Nickson (2008) *apud* López (2010), é a primeira vez, desde 1887, que uma força política cede poder para outra. Antes disso, nenhuma alternância no poder se deu sem derramamento de sangue, ou sem o chamado *cuartelazo* (ver nota de rodapé nº 2). É a primeira vez que um governante fora da lógica tradicional de atores políticos paraguaios é eleito no país. Entretanto, o presidente Lugo não pôde concretizar seu mandato. Como outros países latinos que atravessaram a “terceira onda”, o Paraguai apresenta um sistema presidencialista bastante frágil, sendo que não é o primeiro presidente a sofrer um processo de impeachment movido pelo Legislativo.

A próxima parte deste trabalho irá localizar o referencial teórico a respeito da crise presidencial no executivo que se seguiu aos governos autoritários na América Latina e, em seguida, elencar as particularidades da fragilidade no sistema paraguaio para, finalmente, diferenciar o processo de Fernando Lugo daquele sofrido por outros presidentes do Paraguai após a democratização do país.

⁴ Silva (2010) localiza a origem do termo “*pink tide*” como designado por autores para se referir à ascensão de governos social-democratas na Europa do pós-guerra, posteriormente adotada por autores como Panizza (2006), que inicialmente a traduz por “*maré rosa*” para definir a ascensão dos governos de centro-esquerda latino americanos do século XXI.

A instabilidade latino-americana pós-democratização

Após a democratização, a América Latina experimentou um período de grande instabilidade com o afastamento dos militares e o estabelecimento do sistema presidencialista. Quarenta e dois golpes militares ocorreram na América Latina entre 1950 e 2004 (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p. 8). Todos os países da América Latina experimentaram a ameaça de destituição de seus presidentes eleitos desde 1978 – exceto Chile, Costa Rica, México e Uruguai. Ao todo, foram quatro entre 1978 e 1987, oito entre 1988 e 1997 e catorze entre 1998 e 2007. Argentina, Bolívia e Equador enfrentaram três processos (HOCHSTETLER E SAMUELS, 2010). A respeito do Impeachment, Pérez-Liñán (2007) traça sua genealogia desse processo na Constituição norte-americana. O Congresso americano considerou a possibilidade de impeachment do presidente sete vezes desde 1832. Na última década, a possibilidade de impeachment já assombrou presidentes em Madagascar (1996), Nigéria (2002), Filipinas (2000), Rússia (1998-99), Taiwan (2000), Coreia do Sul (2004) e Lituânia (2004) (PÉREZ-LIÑÁN, p. 6):

Impeachments são apresentados pelo autor Pérez-Liñán (2007) como resultante de uma relação hostil entre Legislativo e Executivo. O impeachment não é só um recurso legal para remover presidentes que cometeram comprovadamente crimes políticos: muitas vezes, é ainda uma arma institucional empregada contra presidentes que enfrentam uma legislatura beligerante. Para o autor, mesmo para o observador contemporâneo ou histórico, é difícil definir quando o impeachment é usado para punir delitos reais ou em função de conflito partidário (ou mesmo os dois), assim como a atuação no impeachment não envolve somente o conflito entre o Executivo e o Legislativo, mas uma gama de outros atores, como negociações sutis para apaziguar os militares, a investigação

midiática, protestos populares e tentativas de manipular o judiciário. (*Idem*, 2007, p. 9).

Entre 1992 e 2004, seis presidentes enfrentaram processos de Impeachment na América Latina, e quatro deles foram de fato removidos de seus cargos: Acusados de corrupção, Fernando Collor de Mello no Brasil (1992) e Carlos Andrés Pérez, na Venezuela (1993); acusado de receber fundos ilegais de campanha do Cartel de Cali, Ernesto Samper (1996) na Colômbia; afastado do cargo declarado “mentalmente incapaz” (1997), Abdalá Bucaram no Equador; após soltar Lino Oviedo da prisão, Raúl Cubas Grau, no Paraguai. Cubas renunciou e se exilou no Brasil, em 1999. Seu sucessor, Luis Ángel Gonzáles Macchi – acusado em 2001 de corrupção – passou por um processo de impeachment, mas resistiu até o fim do mandato, em 2003. Antecipando o impeachment, Alberto Fujimori deixa o Peru em 2000 (*Idem*, 2007, p. 1, 2). Posteriormente aos estudos de Pérez-Liñán, outros três presidentes sofreriam impeachment na América Latina e seriam removidos de seus cargos: Manuel Zelaya, em Honduras (2009); Fernando Lugo, no Paraguai (2012) e Dilma Rousseff, no Brasil (2016) – além de tentativas de golpe como a sofrida por Rafael Correa no Equador em 2010 por setores revoltosos da polícia equatoriana.

Em estudo seminal sobre a crise presidencialista nas recentes democracias latino-americanas, “*The Breakdown of Democratic Regimes: Crisis, Breakdown and Reequilibration*”, de 1978, Juan Linz define que “O regime presidencial é mais suscetível à queda que o parlamentarismo”. As particularidades institucionais da separação de poderes afetam o Executivo, pois conferem ao presidente excessiva confiança em seu personalismo e na popularidade de seu mandato, enquanto reduz incentivos de partilha de poder e cooperação (HOCHSTETLER E SAMUELS, 2010, p. 5). Nesse estudo, na leitura de Hochstetler e Samuels (2010), Linz apresenta acredita que os conflitos entre o Executivo e o Legislativo – e, conseqüentemente, a deposição do Executivo – podem representar uma ruptura do sistema

democrático como um todo e a possibilidade de uma regressão aos sistemas políticos autoritários.

A respeito dos mecanismos legislativos para afastar um presidente, Hochstetler e Samuels (2010) buscam localizar duas vertentes – uma otimista e outra pessimista – da destituição presidencial movida pelo legislativo. Para a visão pessimista, além de o impeachment representar um arranjo extraordinário e revelar instabilidade, traz para o poder o que os autores chamam de “presidente indesejado”, ou “presidente ilegítimo” quando a figura que substitui o presidente – vice ou outro político – não carece de legitimidade popular ou votos para governar. Além disso, vice-presidentes do sistema multipartidário latino-americano tendem a ser de partidos diferentes do presidente, prejudicando o arranjo ministerial e legislativo do último mandato (HOCHSTETLER E SAMUELS, 2010, p. 10). A inabilidade de governar de presidentes ameaçados ou indesejados deve ser refletida em fraco desempenho econômico, altos níveis de contestação social, grande instabilidade governamental e baixo nível de confiança no regime como um todo. (PÉREZ-LIÑÁN, p. 12).

Em contraste, otimistas concordam que os processos de impeachment advêm das crises políticas, mas as veem como mais efêmeras. Eles sugerem que as crises no presidencialismo contemporâneo não são perenes, mas estão sendo resolvidas rapidamente com a decisão da destituição ou permanência presidencial. Além disso, embora Linz tenha sugerido que só os militares poderiam interromper com os termos presidenciais, otimistas sugerem que a “nova instabilidade” revela uma nova flexibilidade da governança presidencial, dentro dos limites das regras democráticas. Destituir o presidente, dessa forma, não é diferente da destituição do Primeiro Ministro no parlamentarismo, assim como também não é menos democrática. Assim, elimina-se o problema sem com isso colocar em risco a existência do sistema democrático. Os otimistas até

sugerem que o novo governo será inevitavelmente melhor que o anterior, para garantir sua legitimidade (*Idem*, *ibidem*).

Os autores se alinham à linha mais otimista, pois eles consideram que as consequências da instabilidade política são superestimadas. Para Hochstetler e Samuels (2010), “as crises que acompanham os processos de impeachment e a queda tendem a ser bastante curtas e o mais importante, deixam feridas superficiais no arranjo político presidencialista. Em um amplo conjunto de variáveis dependentes, a visão pessimista encontra um suporte bem limitado para a democracia” (PÉREZ-LIÑÁN, p.23). A resolução pacífica das crises presidenciais indica a resiliência da democracia na América Latina contemporânea. Em perspectiva histórica, a adesão de massas e o Legislativo nas crises políticas são inovações positivas em relação aos ciclos de intervenção militar (*Idem*, p. 24).

O cenário de instabilidade política na América Latina decorre do conflito entre Executivo e Legislativo, disputa de facções políticas no governo e uso de procedimentos parlamentares para remover os presidentes. Num contexto político em que o cenário internacional desencorajava a intervenção militar, as elites políticas foram obrigadas a buscar saídas constitucionais para resolverem seus litígios. Isso não impediu, no Paraguai, que os militares tentassem intervir, mas sem sucesso. (*Idem*, 2007, p.36).

O papel da imprensa e o aumento de sua participação investigativa na política, durante a década de 1990, tornou-se um fator-chave nos conflitos entre Executivo e Legislativo. Os escândalos midiáticos desvelados pela mídia municiam o Legislativo oposicionista para confrontar o Executivo. Outro fator nesse conflito entre os poderes Executivo e Legislativo é a habilidade do presidente em costurar alianças no Legislativo contra um impeachment. Por fim, está a participação popular no processo de destituição presidencial. Para o autor, protestos tem maior sucesso se

conseguem mobilizar amplas coalizões sociais contra um presidente ou coordenar ações em comum. (*Idem*, 2007, p.37).

A crise presidencial, para o autor, representa os episódios caracterizados por níveis extremos de conflito e pela decisão de uma facção política de dissolver outra a fim de remodelar sua composição. Essa manobra, que seria normal em um sistema parlamentar, desencadeia a ameaça de uma ruptura constitucional em um regime presidencialista. A definição operacional da crise, para o autor, inclui qualquer episódio em que o Chefe do Executivo ameaça dissolver o Congresso ou apoiar uma reforma constitucional tendo esse objetivo, promover golpes militares contra o Congresso ou suspender os termos do Legislativo até a próxima eleição. Isso também inclui situações em que líderes do Congresso anunciam o impeachment do presidente, declaram ele incapacitado ou forçam sua renúncia (possibilidades debatidas em pelo menos uma das casas do Congresso) ou, ainda, quando o Congresso visa legitimar revoltas populares contra o presidente, aceitando sua renúncia e anunciando sucessão (*Idem*, 2007, p. 45).

Crises políticas podem levar a diferentes resultados dependendo dos efeitos entre Executivo e Legislativo. Em primeiro nível, um poder pode dissolver o outro, com crises que levam ao impeachment, golpe ou renúncia ou dissolução do Congresso. É possível que nenhuma facção tenha sucesso e ambas tenham que conviver até o fim do processo, ou, ainda, que nenhuma tenha sucesso e ambas sejam derrubadas por golpe. Em segundo nível, há um potencial desestabilizador do regime presidencial nos confrontos entre o Executivo e o Legislativo. Uma crise política se espalha pelo regime quando atores políticos consideram o conflito de facções como indicação de fraqueza institucional, desrespeito às regras do jogo. Nessas circunstâncias, os militares intervêm como árbitros. A crise pode resultar em manutenção ou quebra do presidencialismo (*Idem*, 2007, p.47).

Em curto prazo, a desmilitarização de crises presidenciais significou que o conflito Executivo e Legislativo tornou-se menos ameaçador para a estabilidade de regimes presidencialistas. Antes da terceira onda da democratização, dezenove das vinte e seis crises presidenciais levaram a irrupções do regime ou avarias – enquanto, depois de 1977, apenas quatro de trinta e duas crises presidenciais envolveram alguma ruptura do regime (cinco, se acrescentado o caso de Honduras, em 2009). Em médio prazo, a busca por soluções constitucionais tende a alterar o equilíbrio entre as duas facções eleitas nas confrontações. Isso porque as constituições tipicamente empoderam o Congresso para remover o presidente do cargo (via impeachment ou cláusula de mau desempenho), mas não permite que o presidente dissolva o Congresso. A vantagem é do Congresso, o que não impede que o presidente use de força militar ou promova uma reforma constitucional, apesar do período pós-1977 ser um período de menor dissolução do Congresso. (*Idem*, 2007, p.62).

O Paraguai enfrentou três processos de impeachment após o governo ditatorial de Alfredo Stroessner. Dos três, apenas o de Fernando Lugo se concretizou. Pérez-Liñán (2007) contextualiza dois deles. A próxima parte deste trabalho busca contextualizar o processo de Fernando Lugo junto aos outros dois anteriores, para localizar as semelhanças entre os três processos.

O impeachment no Paraguai pós-democratização

O governo de Alfredo Stroessner – ao longo de sete mandatos consecutivos obtidos em eleições de caráter meramente simbólico, o mais longo regime militar da América Latina do século XX (1954 - 1989) – foi encerrado em 1989 por Andrés Rodríguez, apoiado por uma facção opositora a Stroessner dentro do próprio partido Colorado (ROLON, 2010).

Uma parcela de militares leais a Stroessner do Colorado, os “Militantes”, apoiaram o filho de Stroessner no comando das Forças Armadas, em 1989. Essa decisão acabou por dar início a um golpe, executado pela ala de oposição a Stroessner do Partido Colorado que depôs o ditador. O movimento acabou por “redemocratizar” o país. Durante o exílio de Stroessner e sob o comando de Andrés Rodríguez, o grupo dos “Militantes” passou a apoiar Luis Argaña, chefe de justiça da Suprema Corte (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p. 29).

Andrés Rodríguez, em seu governo de transição (entre 1989 e 1993), convoca eleições, reunifica o Partido Colorado, outorga uma Constituição e tenta, assim, tornar o país adaptado aos moldes democráticos para novamente reatar laços de confiabilidade com Estados Unidos, Europa e países do Cone Sul. Para Rodríguez, acima de tudo, era necessário que a comunidade internacional reconhecesse seu governo para que ele ganhasse legitimidade no âmbito doméstico (MORA, 2001, p.19).

Incapaz de obter a reeleição, Rodríguez deixa o país em 1993 e o empresário Juan Carlos Wasmosy assume como novo presidente do Partido Colorado (1993-1998) – com Lino Oviedo (carismático militar, apoiador de Rodríguez) como eminência parda do regime. A relação entre os dois passa a se complicar quando Wasmosy pede o afastamento de Lino Oviedo e sua aposentadoria, em 1996. Oviedo tenta provocar uma crise política, mas o apoio interno do Partido Colorado foi para a estabilidade de Wasmosy. Os três ministros das relações exteriores dos países do bloco MERCOSUL visitaram Wasmosy e o Paraguai em 1996, durante a crise provocada por um iminente golpe de Lino Oviedo, e ameaçaram afastar o país do bloco caso o presidente Wasmosy fosse destituído. O bloco irá estabelecer, em 1998, a Cláusula de Ushuaia, mecanismo que sanciona a participação do país no bloco caso suas regras democráticas sejam desrespeitadas (PEVEHOUSE, 2005, p. 183).

Posteriormente, Oviedo concorre juntamente com Raúl Cubas Grau nas internas do Partido Colorado, vencendo Argaña inicialmente; mas foi chamado a depor em uma Corte Militar convocada por Wasmosy por rebelião militar – e como estratégia do presidente de afastar Oviedo do poder, em 1997. Lino Oviedo é condenado e preso. A prisão de Oviedo uniu as facções coloradas na chapa Argaña e Cubas, que venceu a eleição de 1998. Os apoiadores de Oviedo tornam-se dissidentes dentro do partido, fundando a UNACE (Unión de Nacional de Ciudadanos Éticos) e conquistando maioria na Câmara de Deputados: 34% contra os 19% do Movimento de Reconciliação Colorada (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p. 30).

Imediatamente após subir ao poder, o presidente inicia sua campanha para libertar Lino Oviedo por decreto. Em agosto de 1998, o presidente consegue reduzir a pena de Oviedo até a soltura imediata. Em sessão no Congresso, em 20 de agosto de 1998, a decisão de Cubas é condenada e é exigida a inconstitucionalidade dela para a Suprema Corte. A Corte decidiu contra Cubas e exigiu a recaptura de Oviedo. Ao mesmo tempo, uma Corte Militar revogou a sentença original, permitindo que Cubas alegasse que era legalmente impossível executar o pedido da Suprema Corte. Em janeiro de 1999, o Chefe de Justiça Wildo Rienzi deu ao Executivo setenta e duas horas para prender Oviedo. Caso não acatasse a ordem, Cubas poderia sofrer impeachment. Não tendo cumprida a ordem, a Câmara de Deputados aprovou o processo de impeachment, sob a acusação de violar a ordem da Suprema Corte. Em 23 de março de 1999, homens encapuzados atacaram o vice-presidente Argaña, assassinando ele e seu guarda-costas. No dia seguinte, a Câmara de Deputados, por 49 a 24 votos, aprovou em sessão o impeachment de Cubas. O processo foi movido, então, para o Senado (*Idem*, 2007, p.31).

O assassinato de Argaña, em 1999, por um grupo paramilitar – tendo como principais suspeitos Cubas e Olviedo – gerou revoltas e protestos de grupos opositores e de populares ligados ao campesinato. Entre a morte de

Argaña (23 de março) e o dia 28 de março, Cubas responde as contestações com violência e ameaças aos meios de comunicação, aos opositores e aos protestos. O ápice da violência é o assassinato de oito jovens em praça pública, evento que ficou conhecido como o Março Paraguai de 1999 (LÓPEZ, 2011).

Diego Abente Brun (1999, apud PÉREZ-LIÑÁN, 2007), cientista político e posteriormente ministro na administração de Gonzáles Macchi, interpretou a crise do Março Paraguai como o momento culminante da transição democrática no país. Segundo ele, a política de transição do país esteve sob o controle da elite do Partido Colorado desde 1989 e foi marcada pela crescente fragmentação do partido. A popularidade de Oviedo cresceu porque os eleitores paraguaios estavam cansados dos políticos tradicionais e do péssimo desempenho econômico do partido; mas isso mudou rapidamente com o assassinato de Argaña.

Um forte senso de cidadania, antes desconhecido no país, passou a crescer e tomar as ruas pedindo o impeachment do presidente, com forte cobertura midiática. Esse momento, para o autor, tornou a opinião pública relevante para as campanhas políticas. Vendo que o processo de destituição era iminente – com governo, oposição, igreja planejando uma “solução honrosa” para a situação – Cubas renuncia e se exila no Brasil, optando por se adiantar à decisão pela sua destituição (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p.32).

Após os eventos de 1999, surge uma aliança nacional entre Colorados, o PLRA e o Partido Encuentro Nacional (PEN) – que ocupa dois terços da Câmara dos Deputados. A Suprema Corte confirmou Gonzáles Macchi no cargo de presidente interino até 2003. Seu apoio era de 68% em 1999, mas a falta de legitimidade política e a recessão econômica fizeram sua popularidade cair para 33%, em 2000. Uma sequência de escândalos de corrupção são expostos pela imprensa. Donos de 40% das cadeiras na Câmara, o PLRA abandonou a coalizão com Macchi para apoiar candidato

próprio. O Partido do Encontro Nacional permaneceu na coalizão. Em 2000, dissidentes formaram o partido País Solidário (*Idem*, 2007, p.33).

Acirrando ainda mais as tensões, para suplantar o déficit fiscal, o governo de Macchi sugere privatizar as telecomunicações, água e esgoto. Em março de 2000, milhares de camponeses e trabalhadores sindicais marcharam contra as propostas. A Central Nacional de Trabalhadores, principal órgão sindical do Paraguai, convocou greve geral. A fraqueza do governo tornou-se tão evidente que, em 18 de março de 2000, militares ligados a Oviedo tentaram um Golpe de Estado, ocupando quartéis e estações de rádio e TV. A Marinha não aderiu ao golpe e os militares se renderam, mas ficou evidente que a população não apoiou a defesa do governo Macchi contra um possível golpe (*Idem. ibidem*).

A vice-eleição de agosto de 2000, no Paraguai, mostrou realinhamento na política. Os Oviedistas apoiaram o candidato do PLRA, enquanto o PEN apoiou o Colorado. Julio Franco ganhou com pequena margem. Os Oviedistas e o PLRA começaram a estudar a possibilidade de impeachment contra Macchi por mau desempenho. Para os Argañistas, proteger Macchi representava comprometer as eleições de 2003 e entregar votos a Lino Oviedo, em exílio no Brasil e pretendendo concorrer com a legenda UNACE – que, de facção colorada, tornou-se um partido próprio – mas não proteger representava abrir a chance de um impeachment e perder cargos-chave para o Partido Liberal. (*Idem*, 2007, p.34).

Ainda que o Partido Liberal não tenha conseguido mobilizar um impeachment, foi exigido que “a incapacidade manifesta e mau desempenho na função” de Macchi fossem julgados, em 2001. Ainda no processo de debates e protestos contra as privatizações, a Igreja Católica sugere um debate público. Nova proposta de impeachment surgiu na Câmara de Deputados e foi rejeitada, pois a maioria representava apoio a Macchi (*Idem, ibidem*).

Em 2002, dois militantes de esquerda foram presos e torturados. A oposição, mais uma vez, aciona o impeachment sob a acusação de “terrorismo de Estado”. Ao mesmo tempo, seguiam na mídia as acusações de corrupção e das privatizações. Milhares marcharam nas ruas de Assunção contra o presidente. Em 6 de junho de 2002, os Colorados votaram contra a venda das estatais, para assim evitar maior desgaste do presidente e novo pedido de impeachment. (*Idem, ibidem*).

Em outubro, Julio C. Franco renuncia ao cargo de vice-presidente, a fim de concorrer como um candidato presidencial nas eleições de abril de 2003. Embora o Congresso tenha sido incapaz de chegar a acordo sobre a nomeação de um substituto, a demissão de Franco libertou os Colorados dissidentes do problema de votar um liberal para o cargo. Ciente desta oportunidade, a oposição tenta derrubar o presidente pela terceira vez. Em 5 de dezembro, enquanto o presidente Gonzalez participava de uma reunião internacional no Brasil, um deputado liberal inesperadamente pediu para trazer as acusações de impeachment (dessa vez, com base no caso dos dezesseis milhões de dólares, do carro roubado, e do apoio do presidente para funcionários corruptos). Os apoiadores de Macchi na Câmara de Deputados, desorientados, viram-se incapazes de bloquear o debate. O impeachment foi aprovado com cinquenta e dois votos pela PLRA, Unace, PEN, País Solidario e alguns colorados dissidentes, contra apenas onze abstenções (*Idem, p.35*).

Em meados de janeiro, um tribunal eleitoral proibiu a nomeação do general Oviedo para a eleição de abril, a fim de evitar a possibilidade de uma cisão no eleitorado colorado. Assim, quando o Senado começou as audiências, no fim Janeiro, o presidente Gonzalez Macchi afirmou ironicamente que o julgamento seria "um bom show". Em 11 de fevereiro, depois de uma sessão de dez horas, vinte e cinco senadores votaram a favor da remoção do presidente do cargo, dezoito votaram contra e um se absteve. Incapaz de conseguir uma maioria de dois terços, o julgamento falhou. Em

27 de abril, o candidato colorado, Nicanor Duarte, ganhou a corrida presidencial com 37 por cento dos votos, e o presidente Gonzalez Macchi transferiu o poder ao seu copartidário quatro meses depois. (*Idem, ibidem*).

O governo de Fernando Lugo com a Alianza Patriótica para el Cambio (APC) representou não só a ascensão de um candidato de esquerda no Paraguai, mas também o primeiro candidato não colorado desde Alfredo Stroessner, após mais de sessenta anos. Sua aliança de coalizão incluía, além do já citado PLRA (principal força aliada e tradicional opositor do Partido Colorado), o Frente Amplio, Partido Encuentro Nacional, Partido Democrático Progressista e o Partido Revolucionário Febrista, Partido Avancemos, o Bloco Social y Popular, o Movimiento Resistencia Ciudadana Nacional, Movimiento Fuerza Republicana, Partido País Solidario, Avancemos, Poder Ciudadano en Acción, Partido Demócrata Cristiano, Partido del Movimiento al Socialismo e Bloque Social y Popular.

A maior parte desses partidos se define como “centro-esquerda”, ou “social democrata” no espectro político paraguaio. A chapa constituída por Fernando Lugo contava com Frederico Franco – ex-governador do Estado Departamento Central e político forte do PLRA. Fernando Lugo, ex-bispo da região pobre de San Pedro, advinha do Partido Demócrata Cristiano na coalizão da APC e conseguiu unir simbolicamente as demandas sociais dos governos de esquerda com o discurso católico (BRUGNONI, 2009).

A aliança conseguiu eleger três dentre oitenta deputados, três entre quarenta e cinco senadores, juntamente com os Liberais, que elegeram vinte e nove deputados e catorze senadores. Mesmo com esse número elevado, ainda era necessário negociar com o PUNACE (o partido formado pelo grupo dissidente de Lino Oviedo, o UNACE e de orientação de direita) pra fazer maioria contra o Partido Colorado (SANTOS, 2013).

Silva (2013) compara o arranjo do governo Lugo com o do primeiro governo Lula, onde os ministérios mais importantes foram alocados para

tecnocratas do mercado e de confiança, assim como aliados, sendo esses os Ministérios da Fazenda (Dionísio Borda), Ministério do Comércio e Indústria (Martín Heisecke, empresário e financista de campanha) Obras Públicas e *Agricultura y Ganadería* (Cándido Bejarano, do PLRA), enquanto o Ministério da Saúde abriu espaço para a atuação popular (Esperanza Martínez, líder popular do *Movimiento Popular Tekojoja*) e aliados centrais do governo, assim como Ministérios da Cultura, do Ambiente e Secretarias Indígenas (SANTOS, 2013, p. 28).

Brugnoni (2009) observa também a tentativa de Lugo de se blindar frente ao PLRA, oferecendo a direção da Itaipu – uma das maiores fontes de recursos estatais – para um grupo adversário a seu vice-presidente, dentro do próprio partido. A respeito dos cem primeiros dias de governo de Fernando Lugo, Brugnoni (2009) menciona que:

A nível parlamentar [Fernando Lugo] tem a espada de Dâmocles do impeachment, o que daria o poder a seu vice-presidente Federico Franco, com quem não mantém um bom relacionamento. O vice-presidente, apoiado pelo argumento de que os votos nos liberais foram aqueles que realmente permitiram o triunfo da oposição [aos Colorados], assumir no público e no particular, no país e fora dele, um papel de protagonismo perturbador[...]. Diante de um conflito menor no país, o Partido Liberal Radical Autêntico lançou uma declaração pública enfática de seu pleno respeito pela propriedade privada, no que foi considerado um impedimento para a proposta de reforma agrária integral, um dos principais eixos do programa de governo da Aliança Patriótica para a Mudança e, especialmente, Fernando Lugo. Estas manifestações adquirem um significado marcante considerando a possibilidade de impeachment. Como tem ocorrido nos últimos períodos, quando o vice-presidente não é o mesmo grupo político do presidente, se projetam e agigantam as ameaças de que as divergências políticas facilitem a institucionalmente a mudança presidencial, por isso [o vice] se torna um potencial conspirador. Se, dado este contexto, mesmo antes de começar o governo, o vice-presidente se pronuncia contra uma linha fundamental e potencialmente conflituosa do programa, que pode envolver custos mais elevados na sua implementação, enquanto que reivindica a legitimidade de ser o partido mais

votado, esse risco [de impeachment] parece excessivo⁵. (BRUGNONI, P., 2009, p.586).

A passagem de Brugnani (2009) acabou por se revelar profética: a ameaça de juízo político foi perene no governo Lugo, ligada às questões de reforma agrária e também aos escândalos da vida privada de Fernando Lugo a partir de 2009.

Na Semana Santa de 2009, Fernando Lugo esteve envolvido em um escândalo de paternidade não assumida de uma criança concebida por Viviana Carrillo enquanto ele ainda era bispo da Igreja Católica, em San Pedro. Lilian Samaniego, presidente e senadora do Partido Colorado, solicitou ao Ministério Público uma investigação para averiguar se o presidente Lugo teria estuprado Viviana – na época menor de idade.

O deputado Juan Pablo Ziett também tentou criar uma sessão especial para o impeachment, alegando que o presidente Lugo seria “mentalmente incapacitado” por sofrer com “alguma doença vinculada ao sexo” e ser “ninfomaniaco”. (SZWAKO, 2014).

A convocação de impeachment por Samiengo e Ziett não prosseguiram: a primeira foi destituída de crédito, pois a mãe do filho de

⁵ Na versão Original: *A nivel parlamentario tiene la espada de Damocles del juicio político, que le daría el poder a su Vicepresidente Federico Franco, con quien no mantiene una buena relación. El vicepresidente, apoyado en el argumento de que los votos liberales fueron los que realmente permitieron el triunfo de la oposición, asumió en público y en privado en el país y fuera de él, un inquietante rol protagonista [...]. Frente a un conflicto menor en el campo, el Partido Liberal Radical Auténtico lanzó una declaración pública enfática sobre su respeto irrestricto a la propiedad privada, en lo que se consideró un reto a la propuesta de reforma agraria integral, uno de los principales ejes del programa de gobierno de la Alianza Patriótica para el Cambio y, especialmente, de Fernando Lugo. Estas manifestaciones adquieren una llamativa importancia si consideramos esa posibilidad de juicio político. Tal como ha ocurrido en los últimos períodos, cuando el vicepresidente no es del mismo grupo político que el presidente, se proyecta y agiganta la amenaza de que las desavenencias políticas faciliten institucionalmente el cambio presidencial, por lo que se transforma en un potencial conspirador. Si, considerando este contexto, aún antes de iniciar el gobierno el vicepresidente se pronuncia en contra de una línea fundamental y especialmente conflictiva del programa, la que implicará quizás mayores costos en su implementación, y a la vez reivindica la legitimidad de ser el partido más votado, ese riesgo parece excesivo.*

Lugo veio à mídia esclarecer que não houve estupro⁶; e a segunda pela percepção do deputado de que não conseguiria votos suficientes (SZWAKO, 2014). Entretanto, ambas convocaram o impeachment tentando materializar o conceito de “crime comum” e de “mau desempenho”, contidas no artigo nº 225 da Constituição Paraguaia⁷. A ideia é a de que um presidente pode ser afastado por crime exercido em serviço, crime comum e “mau desempenho” das funções.

Essa cláusula constitucional ganhou materialidade após o Massacre de Curuguaty, ocorrido em 15 de junho de 2012, numa operação malsucedida de reintegração de posse de uma fazenda ocupada⁸, que terminou com dezessete mortos, entre policiais e sem-terras paraguaios (chamados de *carperos*) e catorze trabalhadores rurais presos.

O Massacre de Curuguaty surge como uma espécie de “culminância” das tensões agrárias entre Fernando Lugo e oposição, empresariado nacional e mesmo seus próprios aliados. Os pontos de justificativa do “mau desempenho” de Lugo elencados pela Câmara dos Deputados evidenciam isso, sendo eles: protesto de grupos socialistas na sede das Forças Armadas; assinatura arbitrária de um controverso protocolo (Ushuaia II), o que foi visto pelos opositores como um atentado à soberania da República; Massacre de Curuguaty; Instabilidade causada no campo devido às invasões de terras, especialmente em Ñacunday; Incapacidade do presidente em

⁶ Folha de São Paulo: “Mãe do filho de Lugo rechaça estupro alegado por oposição”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2904200916.htm>. Acessado em 20 de maio de 2016.

⁷ “*El Presidente de la República, el Vicepresidente, los ministros del Poder Ejecutivo, los ministros de la Corte Suprema de Justicia, el Fiscal General del Estado, el Defensor del Pueblo, el Contralor General de la República, el Subcontralor y los integrantes del Tribunal Superior de Justicia Electoral, sólo podrán ser sometidos a juicio político por mal desempeño de sus funciones, por delitos cometidos en el ejercicio de sus cargos o por delitos comunes.*” Disponível em: http://www.staff.uni-mainz.de/lustig/texte/py_const.htm. Acessado em 2 de julho de 2016.

⁸ Carta Capital: “Curuguaty, o massacre que não terminou”. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/curuguaty-o-massacre-que-nao-terminou-835.html>. Acessado em 2 de junho de 2016.

conter a insegurança que assola o país, em função do narcotráfico e da atuação de grupos guerrilheiros (SOUTO, 2012, p.7).

Excetuando a assinatura do Protocolo Ushuaia II, que foi visto como uma tentativa de “blindagem” de Fernando Lugo contra um processo de “juízo político”, todos os outros pontos envolvem a questão de movimentos sociais agrários e tensões no campo. Em menos de uma semana do Massacre de Curuguaty, Fernando Lugo foi removido do cargo, em 22 de junho de 2012, mediante julgamento político promovido pela Câmara de Deputados. O pedido foi feito após o Massacre de Curuguaty pelo deputado Luis Gneiting, do Partido Colorado, tendo forte apoio do Patria Querida e do PLRA, com setenta e seis votos contra três ausentes. O processo foi encerrado no Senado, com trinta e nove votos a favor e quatro contra. O processo foi realizado com inédita rapidez, com um presidente da república sendo julgado e sumariamente afastado em menos de quarenta e oito horas, acendendo assim um debate intenso sobre a legitimidade do processo (LIMA e KFURI, 2012).

As três tentativas de destituição presidencial paraguaias em paralelo.

Tendo relatado aqui as três presidências paraguaias que sofreram com processos de juízo político após a democratização, é possível fazer, em caráter qualitativo, um paralelo entre elas e em relação à literatura apresentada. Os processos encontram similitudes no que se refere ao conflito à centralidade do processo legislativo de destituição – apesar de Macchi ter sofrido uma tentativa de golpe militar, a adesão das Forças Armadas (como exemplificado anteriormente) não foi total e o golpe foi frustrado, o que confirma a ideia de que as forças militares não encontram um cenário político internacional favorável no que possam atuar como interventores diretos na política.

Os três enfrentaram conflitos legislativos (enquanto Raúl Cubas e Macchi enfrentaram facções do próprio partido dividido, Lugo enfrentou o Partido Colorado como oposição, tendo uma ampla coalizão como suporte do grande PLRA que, como indica Brugnoni (2009), encontrou um momento favorável para abandonar a coalizão sendo o elemento mais forte dela e se voltou contra o presidente Lugo. Os três processos são caracterizados por escândalos presidenciais. Enquanto Raúl Cubas esteve envolvido em um caso de assassinato político juntamente com Lino Oviedo, Luis Macchi se viu envolvido em uma série de acusações de corrupção, lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito, transferência de milhões para paraísos fiscais e a acusação de tortura de dois militantes de esquerda (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p.130-131). Fernando Lugo esteve envolvido em polêmicas de caráter pessoal, tanto em questões de paternidade (SZWAKO, 2014) quanto em uma suposta relação com grupos guerrilheiros de esquerda e corrupção em compras de terras de brasiguaios⁹.

Os três tentaram usar de blindagem política; com alianças no Legislativo, no caso dos dois presidentes colorados, e – no de Fernando Lugo – com a distribuição ministerial e favorecimento a correntes alternativas dentro do PLRA, como forma de se blindar contra um possível golpe do vice. Por fim, em nenhum dos casos, o sistema político presidencialista paraguaio foi dissolvido e recrudescu em uma forma autoritária de governo após o processo.

Podemos qualificar os dois primeiros processos dentro do exemplo otimista de Hochstetler e Samuels (2010), pelo qual a instabilidade revela

⁹ Diário ABC Color. *Presionan para que el Gobierno compre tierras de Ulisses Teixeira*. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/presionan-para-que-el-gobierno-compre-tierras-de-ulisses-teixeira-62482.html>. e Diário ABC Color. *Tierras que Teixeira Le está por vender a Indert figuran con alta hipoteca*. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/tierras-que-teixeira-le-esta-por-vender-a--indert-figuran-con-alta-hipoteca-30558.html>. Acesso em 29 de abril de 2016.

uma nova flexibilidade da governança presidencial dentro dos limites das regras democráticas; entretanto não é o caso de Fernando Lugo por duas razões singulares: a ausência de um crime de responsabilidade e a condenação do processo por diversos países.

A respeito da ausência de apoio, podemos listar:

Com algumas variações significativas, todos, com exceção do Paraguai, foram unânimes em condenar o impeachment sumário do presidente Lugo: Colômbia, Chile, Peru e Uruguai chamaram seus respectivos embaixadores para consultas e afirmaram que a destituição não respeitou o devido processo. Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela retiraram seus embaixadores do país por tempo indeterminado. O Brasil coordenou a ida da missão da Unasul ao Paraguai durante o julgamento de Lugo, chamou seu embaixador para consultas e, juntamente, com os demais países da região, decidiu suspender temporariamente o Paraguai das atividades do Mercosul e da Unasul. (LIMA, M.R.S., KFURI, R. 2012, p. 1).

Também ocorreram sanções econômicas: Venezuela e Bolívia promoveram embargo de gás e petróleo, mas as linhas de financiamentos e investimentos, especialmente por parte do Brasil, foram mantidas (LIMA, 2012, p. 23). A OEA, entretanto, não só reconheceu o processo como legítimo como também condenou as sanções dos países latino-americanos (PÉREZ-LIÑÁN, p. 24).

Como não houve um crime claro, expresso e judicialmente condenável comum ou de responsabilidade, foi necessário que este se materializasse na forma de um “mau desempenho”. Esse mau desempenho reuniu, dentre as acusações da oposição, tanto uma ameaça de revolta agrária quanto uma espécie de “estelionato eleitoral” de caráter pessoal, uma vez que um padre num país majoritariamente católico teria rompido com a confiança de seu eleitorado ao revelar que ele rompeu seu voto de castidade. Esse processo de “materialização” de crime de responsabilidade através do debate entre imprensa, oposição e público apresenta outra faceta da

instabilidade política, na qual há um rompimento das regras democráticas pré-estabelecidas e ausência de participação popular direta.

Fernando Lugo não foi o primeiro presidente latino-americano deposto constitucionalmente (o primeiro foi Manuel Zelaya, em 2009) nem o último (Dilma Rousseff, em 2016), indicando assim os novos caminhos para os estudos de instabilidade política na América Latina e talvez ampliando a discussão para a instabilidade do próprio acordo democrático no continente, localizado por Huntington (1994). Com a ausência direta de uma intervenção militar, é possível refletir que talvez não haja uma ruptura direta e total da democracia, em maior grau, no cenário instável latino-americano; mas é possível pensar em rompimento com alguns pactos democráticos sem, com isso, o rompimento de todo o sistema. Talvez a nova questão da instabilidade política a se estudar seja a de quais limites de rupturas menores – que são realizadas de forma não democrática, mas não desmontam o sistema – são, de fato, democraticamente aceitáveis.

Bibliografia

ANSELL, Ben, SAMUELS, David. *Inequality and democratization: A contractarian approach*. Comparative Political Studies. Universidade de Minnesota, Estados Unidos. 2010.

BRUGNONI, Pablo. *Paraguay 2008: Estruendosos câmbios, silenciosas permanências*. Revista de Ciência Política, v. 29, Chile, nº 2, p. 565-590. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/revcipol/v29n2/art15.pdf>>

DGEEC. *PARAGUAY. Resultados finales*. Censo Nacional de Población y Viviendas. Año de 2012.

HOCHSTETLER, Kathryn, SAMUELS, David. *Crisis and Rapid Re-Equilibration: The Consequences of Presidential Challenge and Failure in Latin America*. New Frontiers on Institutional Research in Latin America. Alemanha, 2009. Disponível em: <<http://users.polisci.umn.edu/~dsamuels/documents/HochstetlerandSamuels.pdf>>

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: A democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática. 1994.

INSTITUTO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS Y ASUNTOS POLÍTICOS *Fernando Lugo: Uma Nueva Etapa para la democracia Paraguaya?* Relatório, Universidad Militar Nueva Granada. 15 de maio de 2008.

LIMA, Maria Regina Soares de; KFURI, Regina. *Dossiê Paraguai*. Observador On-line, v.7 nº 6, jun 2012.

LÓPEZ, Magdalena. *En defensa de "la democracia". El Marzo Paraguayo de 1999*. VI Jornadas de Jóvenes Investigadores, Buenos Aires, Argentina, 2011. Anais... IIGG – Instituto de Investigaciones Gino Germani, Universidad de Buenos Aires. Argentina, 2011. Disponível em: <<http://www.academica.org/000-093/61.pdf>>

LÓPEZ, Magdalena. *La democracia em Paraguay: Um breve repaso sobre los partidos políticos tradicionales, El sistema electoral y El triunfo de Fernando Lugo Méndez*. Revista Enfoques, Argentina, v. 8 n. 13, 2010. p. 89-106. Disponível em: <<http://www.politicaygobierno.cl/documentos/enfoques/13/06-LOPEZ.pdf>>

MORA, Frank. *Paraguayan Foreign Policy: The Legacy of Authoritarianism*. In: Meeting of Latin Studies Association, 2001, Washington, DC. Anais. LASA - Latin Studies Association, Pittsburgh, PA, 2001. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/MoraFrank.pdf>>.

NICKSON, Andrew. *Una Oportunidad para el Paraguay: los desafíos de Fernando Lugo*. Revista Nueva Sociedad, Buenos

Aires, n. 216, p.4-16, 2008. Disponível em:
<<http://nuso.org/articulo/los-desafios-de-fernando-lugo/>
<http://nuso.org/articulo/los-desafios-de-fernando-lugo/>>.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge University Press. Nova Iorque. 2007.

PEVEHOUSE, John C. *Democracy From Above: Regional Organizations and Democratization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ROLON, José Aparecido. Paraguai [manuscrito]: *transição democrática e política externa* / J. A. Rolon. – 2010. 185 f. : il., enc. Tese (Doutorado em ciência política) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30042010-114706/pt-br.php>>

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. *A Deposição de Lugo e os Limites da Democracia na América Latina*. Brazilian Journal of Latin American Studies, São Paulo, ano 12, n. 1, v. 22, jan.-jun., p. 25-38, 2013. Disponível em:
<<http://www.ltr.com.br/loja/folheie/4792.pdf>>.

SILVA, André Luiz Reis da; RODRIGUES, Kamila. *As relações Brasil – Paraguai com a ascensão de Fernando Lugo*. Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 1, n. 1, ago.-set. 2010. Disponível em:
<<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/16165/13702>>

SILVA, Fabrício Pereira. *Até onde vai a “Onda Rosa”?* Análise de Conjuntura, Rio de Janeiro, nº 2, fev. 2010. Disponível em
<<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22129.pdf>>

SILVA, Mayra Goulart da.. *Transição, estabilidade e alternância: Fernando Lugo e a possibilidade de inserção tardia no processo latino-americano de consolidação da democracia*. Observador on-line, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, ago.-set. 2008. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/4725426-Observador-on-line-v-3-n-9-set-2008.html>>.

SOARES, Paulo Henrique. *Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo*. Textos para Discussão, Brasília, n 6, abril 2004.

SOUTO, Cíntia Vieira. *A Crise Política no Paraguai e no Brasil*. v. 3, n] 13, ago.-set 2012. Disponível em:
<<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/31146>>.

SZWAKO, José. *O “mau desempenho” de Fernando Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia*. Opinião pública, Campinas, n. 20, v. 1, p. 132-155, abr. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000100007>.

THIEL, Rayner. *Nested Games of External Democracy Promotion: The United States and the Polish Liberalization 1980 – 1989*, VS Verlag, Alemanha. 2010.

TOLEDO, Sara. *Mudança política no Paraguai e as relações com Brasil durante os governos Lula – Lugo (2008 – 2012)*. In. IV Simpósio das Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas. Anais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, jun. 2013. Disponível em:

<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/images/simpósio/artigos2013/sara_toledo.pdf>.

Palavras-chave:

Instabilidade
América Latina.
Impeachment.
Fernando Lugo.
Golpe de
Estado.
Política
Internacional.

Resumo: Este artigo objetiva analisar o processo de destituição do presidente paraguaio Fernando Lugo, ocorrido no ano de 2012, compará-lo a outras tentativas de destituição presidencial ocorridas no país e, em seguida, conectá-lo aos impasses nas relações bilaterais entre o Paraguai e o Brasil ocorridos durante o seu governo. É utilizada para tal uma consulta da literatura de instabilidade política latino-americana, de Samuel Huntington (1994) a Aníbal Pérez-Liñan (2007) tanto para encontrar uma unidade que caracterize a instabilidade paraguaia pós-democrática quanto para singularizar o processo de destituição constitucional sofrido pelo presidente Lugo. Esse processo apresenta características similares com outras tentativas de deposição no país, mas a ausência de “crime de responsabilidade” e a falta de apoio internacional apontam novas formas de resolução do conflito de poderes que ferem as regras do jogo democrático.

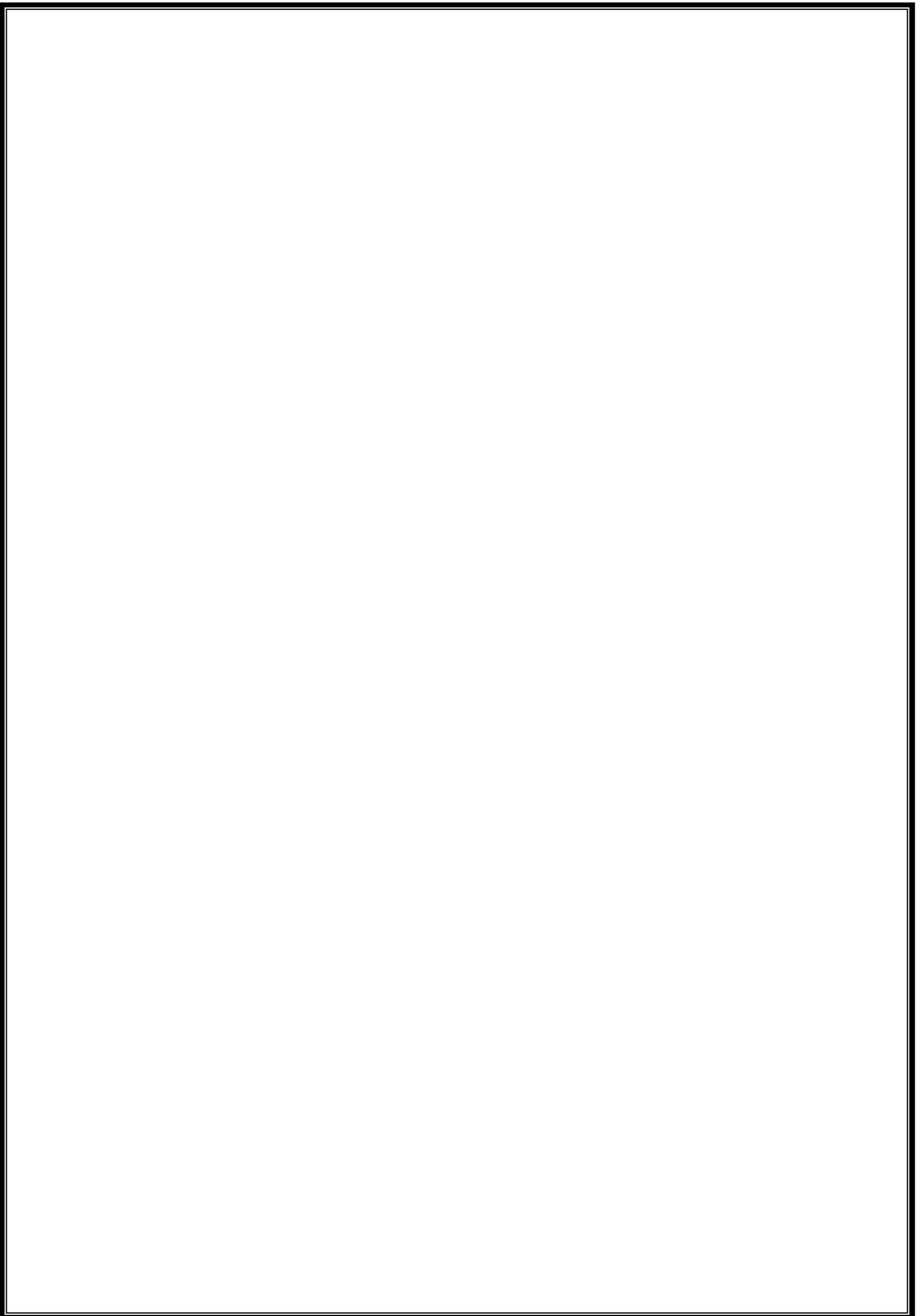
Keywords

Latin America
Instability.
Impeachment.
Fernando Lugo.
Coup d'état.
Foreign Polic

ABSTRACT: This article aims to analyze the impeachment process of the paraguayan president Fernando Lugo in the year 2012, compare with other attempts of presidential removal in the country and then connect it with the impasses in bilateral relations between Paraguay and Brazil during his administration. In order to find na unity that characterizes post-democratic paraguayan instability and to singularize the Lugo's process of constitutional removal, it's consulted for this work the latin american political instability literature, from Samuel Huntington (1994) to Aníbal Pérez-Liñan (2007). This process has similar characteristics with other attempts of political removal in the country, but the absence of a “responsability crime” and the lack of international support point to new forms of solving conflicts between the powers that violate the ules of the democratic game.

Recebido para publicação em maio/2017

Aceito para publicação em agosto/2017



// Artigos

Instabilidade político-militar, deslocamentos compulsórios e a vida cotidiana em Moçambique: uma agenda de pesquisa

Albino José Eusébio

Universidade Federal do Pará (BRA)

Sônia Barbosa Magalhães

Universidade Federal do Pará (BRA)

Introdução

O ano de 2013¹ entrou para história – ou melhor, para o lado obscuro da história de Moçambique – como o ano em que a tensão política evidente no

¹Foi neste ano concretamente no dia 22 de outubro de 2013 que a Renamo anunciou o rompimento com o Acordo Geral de Paz, numa suposta retaliação ao ataque das Forças

campo do discurso transforma-se numa “tensão político-militar” envolvendo o governo de Moçambique (liderado pelo partido *Frelimo*) e o partido *Renamo* – dois protagonistas da guerra civil que teve seu “fim” no ano de 1992 com a assinatura do Acordo geral de Paz (AGP), em Roma. Ou seja, duas décadas depois do fim guerra civil, Moçambique encontra-se atualmente mergulhado numa autêntica violência armada: a região central de Moçambique – concretamente as províncias de Sofala, Manica e abarcando atualmente a província de Tete – é o principal palco das ações que vem se alastrando até os dias de hoje. No ano de 2014, as partes interessadas no conflito chegaram a um acordo de “cessação das hostilidades” – ratificado no Centro de Conferência Joaquim Chissano, na cidade de Maputo, capital do país, região sul de Moçambique – pelo então presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, e pelo presidente do partido *Renamo*, Afonso Dhlakama – acordo este fruto do diálogo que vinha ocorrendo entre ambos. Pode-se dizer que o acordo, com base nos episódios posteriores, não foi em si suficiente para garantir o retorno à paz, à estabilidade política e a uma lógica democrática de relação social.

Nosso objetivo, no presente trabalho, é fazer uma reflexão sobre os efeitos sociais que a instabilidade político-militar tem na vida cotidiana de moçambicanos, lançando – para um futuro trabalho etnográfico – alguns questionamentos. Outro interesse é lançar um olhar crítico sobre certos discursos dominantes na “arena pública” moçambicana que reduzem (propositadamente ou não) os efeitos socioeconômicos da tensão político-militar a “afugentamento dos investimentos” e, conseqüentemente, a inviabilização do “desenvolvimento” do país²; invisibilizando nesse discurso (propositadamente ou não), por exemplo, os cotidianos efeitos

Armadas de Moçambique à base militar do partido em Santungira (Ver: Jornal Opaís, 22. 10.2013).

²Esse discurso mais economicista dos efeitos sociais dos conflitos militar em Moçambique, não pode ser visto de forma distante da lógica desenvolvimentista que vem sendo adoptada nos últimos 10 anos em Moçambique que tem nos investimentos externos no campo da indústria extrativa, com destaque para grandes projetos de mineração, como uns dos setores dinamizadores.

socioeconômicos para os “cidadãos comuns”, especialmente aqueles que vivem nas áreas rurais – principais zonas de conflito. Seria mais leve – parafraseando Ergimino Pedro Mucale, filósofo moçambicano (2013) – uma mó sobre a nossa cabeça do que o peso de consciência que o silêncio sobre essa “invisibilização” nos criaria.

A nossa discussão é composta por três tópicos. No primeiro, lançamos um olhar sobre alguns elementos que nos ajudam a pensar – com base nas análises de alguns cientistas sociais moçambicanos – como, depois de 21 anos de paz e uma lógica democrática de relação e organização social, Moçambique encontra-se mergulhado numa autêntica guerra civil. No segundo e terceiro tópicos, focamo-nos no objetivo central da nossa análise: a reflexão sobre os efeitos sociais da tensão político-militar em Moçambique na vida cotidiana, destacando aspetos como a incerteza e o medo, bem como os deslocamentos compulsórios das populações locais.

Depois de 21 anos de paz e uma lógica democrática de relação e organização social, Moçambique retorna à guerra civil

Sempre foi evidente a fragilidade do Acordo de Maputo³ como instrumento de retorno à paz, à estabilidade política e a uma lógica democrática de relação social. Desde que foi celebrado (com todos os “holofotes”) como um instrumento que colocaria fim a aproximadamente dois anos de ações militares – que afogaram 21 anos de suposta paz – diversos episódios e provocações foram registrados e permanecem até hoje. Provoações estas que tiveram eco no ano de 2015 com diversos episódios, como o cancelamento do diálogo que vinha decorrendo entre as partes protagonistas no Centro de Conferência Joaquim Chissano, o ataque à comitiva do presidente da *Renamo* na província de Manica e o alvejamento do Secretário-geral da *Renamo*, na cidade da Beira, província de Sofala – ambos episódios imputados pela

³Pode-se dizer que o acordo de Maputo era mais um “armistício” para a garantia da realização das eleições de 2015 do que uma garantia de retorno à paz e à estabilidade política.

Renamo às Forças de Defesa e Segurança –, o assassinato (pelos homens da *Renamo*) do chefe de povoação da localidade de Muzuankungune, posto administrativo de Vunduzi, distrito de Gorongosa, província de Sofala⁴; dentre outras ações como saques a viaturas, assaltos e assassinato das populações nas vias públicas perpetrados pelos homens da *Renamo* – perigosíssimas ações que colocam o ambiente já hostil entre as partes numa situação extrema, enraizando o sentimento generalizado de insegurança, incerteza e a construção/reprodução do “imaginário do medo” (EUSÉBIO; MENDONÇA, 2015) que vem caracterizando o cotidiano dos moçambicanos.

Cientistas sociais moçambicanos têm se debruçado sobre a questão: como, depois de duas décadas de paz e uma lógica democrática de organização e relação social, Moçambique se encontra mergulhado numa autêntica guerra civil? O cientista político moçambicano Luís de Brito encontra a resposta no Acordo Geral de Paz, concretamente na insuficiência que este teve de, por si só, assegurar as condições de uma real transição democrática e inclusão social e política. Segundo Brito (2014), a tensão político-militar testemunha a falta de adequação das instituições políticas existentes na garantia de uma gestão pacífica das diferenças e dos conflitos inerentes a qualquer sociedade e seus atores políticos, ou seja: a incapacidade dos protagonistas construírem consensualmente as regras de convivência democrática. Isso significa que, apesar de o Acordo Geral de Paz e o processo de transição política subsequente terem introduzido elementos de democratização na sociedade moçambicana (tais como cessação das hostilidades, a desmobilização dos combatentes e a formação de um exército composto por elementos provenientes das duas forças protagonistas), a *Renamo* e a *Frelimo* não foram em si suficientes para garantir um progresso significativo na construção democrática do país” (*Idem*, p. 24). A *Frelimo* continua sendo um partido-Estado, reflexo da era socialista; e a *Renamo*, um movimento armado.

⁴Jornal Verdade, 21.01.2016.

Aliás, o autor relembra que a promulgação, pelo partido no poder, da Constituição de 1990 (que introduz o multipartidarismo) foi mais por pressão internacional e não por uma verdadeira mudança no seu pensamento político. Nesse contexto, prevalece no país um cenário em que o partido no poder continua dando prioridade à garantia da sua hegemonia pelo controlo do Estado e à exclusão dos demais partidos e setores da sociedade moçambicana e, ainda, em que a *Renamo* encontra no conflito militar uma forma de inclusão no sistema de partilha de oportunidades e recursos (*Idem*). A paz em Moçambique é, para Luís de Brito (2014), um desafio de democracia e inclusão. O caminho da reconciliação efetiva “é, pois, um engajamento comum na construção de instituições que podem fazer avançar a democracia no país, da inclusão política, social e econômica, assim como a promoção de igualdades de oportunidades para todos” (*Idem*, p. 39).

Na mesma lógica de raciocínio e ratificando o pensamento do cientista político Luís de Brito, o cientista político moçambicano Salvador Forquilha reforça a ideia de que a tensão-político militar que se vive atualmente é reflexo de uma transição política inacabada rumo ao pluralismo político e à construção de uma lógica democrática de relação e organização social e política, pelo menos, ao nível dos principais atores políticos, na medida em que a *Renamo* continua sendo um movimento armado e a *Frelimo*, um Partido-Estado – reflexo da era socialista em que o Estado era constitucionalmente subordinado aos interesses do partido e que a *Frelimo* se constituía como único representante legítimo dos povo moçambicano (FORQUILHA, 2014). Ou seja: apesar de o Acordo Geral de Paz ter permitido, ao longo dessas duas décadas, a criação de novas instituições, bem como a realização de eleições multipartidárias, dentre outros feitos, a *Frelimo* e a *Renamo* ainda não conseguiram, na visão de Forquilha (2014), fazer uma transição “do movimento de guerrilha e partido-estado, respetivamente, para partidos cujo funcionamento esteja em linha com as regras do jogo democrático” (*Idem*, p. 62).

É possível perceber o invisível limite entre o Estado e o partido no poder (em que o Estado confunde-se com o próprio partido) em vários exemplos: na permanência de células do partido no poder nas instituições públicas, sem que as outras representações partidárias tenham o mesmo privilégio – situação intensificada no governo do ex-presidente, Armando Emílio Guebuza – e nos discursos belicistas ante e pós-eleições da *Renamo*, só para citar algumas situações. Esse limite invisível evidencia, ainda, o caráter inacabado da transição política que se opõe, de acordo com Forquilha (2014), à ideia que paira na arena internacional sobre Moçambique como sendo uma “história de sucesso” (grifos do próprio autor) em termos de transição política.

Aliás, tal como afirma esse cientista político, o discurso de história de sucesso precisa ser “confrontado com a realidade e desconstruído, com vistas a captar as dinâmicas sociopolíticas do contexto que nos permitem interrogar e compreender os fatores explicativos dos avanços e recuos do processo de construção democrática como um todo” (*Idem*, p. 78). Num contexto de construção democrática e do pluralismo político, a subordinação do Estado ao partido político no poder enfraquece os mecanismos institucionais de inclusão social e política. Esse fato combinado com o caráter militarizado da *Renamo* – um caráter que é incompatível com uma lógica democrática de relação e organização social e política – reforça o potencial de violência política, desafiando o próprio processo de construção da paz e estabilidade (*Idem*, p.79).

Não tão longe da perspectiva do olhar dos cientistas políticos Luís de Brito e Salvador Forquilha, o sociólogo moçambicano Elísio Macamo encontra no conceito de cidadania – no processo de construção da cidadania em Moçambique, que se diga também inacabado – elementos que nos ajudam a compreender a tensão político-militar que se vive atualmente em Moçambique. Um dos grandes desafios enfrentados pelo país consistiria, segundo Macamo (2014), na resolução do conflito existente entre – por um lado – uma cultura política autoritária, herdada do período colonial, e – por outro – o respeito pela cidadania consubstanciada na proteção da dignidade humana e da expansão das

liberdades individuais. Esse fato mina a própria democracia em construção ou consolidação em Moçambique, na medida em que não está sendo acompanhada pela “transformação das mentalidades e vontades dos atores políticos a favor da resolução pacífica dos conflitos dentro dos instrumentos constitucionais”. (MACAMO, 2014, p. 43).

Nesse contexto, para Macamo (2014), a tensão político-militar que se vive atualmente em Moçambique não é exclusivamente uma disputa entre dois partidos políticos: é, também, um choque entre o Estado de Direito e uma cultura política autoritária profundamente hostil à cidadania. Hostilidade essa que se manifesta pela subordinação da cidadania às vontades particularistas do partido no poder e do Estado, bem como por uma lógica pela qual o partido e o Estado atuam como “intérpretes das vontades do povo”. Essa perspectiva se baseia, segundo o autor, na “ideia gêmea de que alguém tem competência para definir os limites da liberdade individual, ao mesmo tempo em que pode também definir os horizontes do poder legítimo do Estado sobre os seus cidadãos” (*Idem*, p. 48).

Tal como afirma Elísio Macamo (2014), apesar de o partido no poder ter aceitado o fim da guerra com a *Renamo* – com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma e todas suas implicações em relação a introdução de uma democracia de relação e organização social e política lógica –, nunca abandonou a sua concepção de liberdade (herdada da era socialista), que é em si hostil à ideia moderna de cidadania como limite do poder legítimo do Estado na vida dos indivíduos. Por sua vez, a *Renamo* não é diferente do partido no poder nesse quesito, pois também insiste na sua luta anticomunista e pela democracia como elemento que legitima o seu direito de falar em nome do povo. “Isso explica porque a *Renamo* não considera, aparentemente, útil e oportuno reunir consensos sociais para formular as suas exigências à Frelimo. Ela não precisa disto porque fala em nome do povo” (*Idem*, p. 48).

Isso evidencia, para o autor, uma transição democrática inacabada feita por atores políticos – *Frelimo* e a *Renamo* – que se sentem na legitimidade histórica de governar, mandar e falar em nome do povo: um em razão do seu papel na independência nacional; outro, do anticomunismo e de se considerar “o pai da democracia”. É por essa razão que, de acordo com Elísio Macamo, a crise político-militar vivida em Moçambique, a partir de 2013, é também uma crise de cidadania e ela começa, acima de tudo, na “prerrogativa que alguns reclamaram para si próprios de serem os intérpretes da vontade do povo” (MACAMO, 2014, p. 54).

Existe uma unanimidade entre os três cientistas sociais acima abordados – e comungamos dessa linha de reflexão – pela qual a crise político-militar que se vive em Moçambique atualmente (20 anos depois do fim da guerra civil) é resultado de uma “transição política inacabada” e da incapacidade que o Acordo Geral de Paz teve na construção social de uma sociedade moçambicana mais democrática, de pluralismo político e de inclusão social – ou seja: uma sociedade onde reina uma lógica democrática de relação e organização social, de tolerância perante o outro e onde prevalece a pacífica resolução dos conflitos dentro dos instrumentos constitucionais.

O mais interessante nas abordagens dos três autores é a leitura diacrônica que eles nos propõem – resgatando aspetos históricos da transição política imprescindíveis para pensar a atual crise política em Moçambique. Ou seja: podemos subentender deles que é preciso se afastar do que chamaríamos de uma abordagem “situacional” da realidade atual – que, em si, seria tanto quanto superficial – e explorar “continuidades” não só pelo fato de a atual tensão político-militar ter sido incitada pela *Renamo* (um dos protagonistas da guerra civil terminada com o AGP), mas porque a tensão política sempre foi notória discursivamente – antes mesmo dos eventos de violência armada de 2013 – pelos discursos inflamados pós-eleições de ameaça ao retorno à guerra pela mesma *Renamo*, que se tornaram familiares aos ouvidos dos moçambicanos.

Talvez Moçambique seja estruturalmente um país de guerra – tal como nos propõe o cientista político moçambicano Régio Conrado (2015) – e, sendo tal, viver uma cultura de paz (baseada no diálogo, solicitude, alteridade e uma lógica democrática de relação e organização social fundada numa abertura para o outro) seja, talvez, na nossa realidade sociocultural, uma utopia. Mas se a utopia serve, segundo Eduardo Galeano, para que continuemos a caminhar, o essencial é que não desistamos dessa caminhada.

Instabilidade político-militar e a vida cotidiana: um olhar a partir de uma sociologia do cotidiano

Os sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann, no livro “a construção social da realidade: tratado para uma sociologia do conhecimento” (2012), destacam a realidade da vida cotidiana⁵ como um dos objetos da pesquisa sociológica. Conforme o sociólogo José de Souza Martins, no artigo *O senso comum e a vida cotidiana* (1998), o interesse pela sociologia na vida cotidiana se fundamenta no “refluxo das esperanças da humanidade num mundo novo de justiça, de liberdade e de igualdade” em função de “ceticismo decorrente das desilusões que têm acompanhado a notável capacidade de autorregeneração da sociedade capitalista”. Ou seja, a vida cotidiana se tornou um “refúgio para o desencanto de um futuro improvável e de uma história bloqueada pelo capital e pelo poder” (MARTINS, 1998, p.1).

Na dimensão do cotidiano, as pessoas transitam sobre diversos contextos, manifestam-se e agem sobre diversas facetas (GOFFMAN, 2013). É no cotidiano ou no ordinário que se manifestam, por exemplo, as táticas de resistência contra as estratégias de dominação das classes dominantes (CERTEAU, 1998), próprias de uma sociedade capitalista. Usando exemplo da

⁵Os autores se referem a vida cotidiana como um tecido de significados inerentes a existência da própria sociedade. O mundo da vida cotidiana se origina, segundo os autores no pensamento dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles. Dentre as várias realidades que compõem o social a realidade da vida cotidiana é a realidade por excelência. É em si um mundo intersubjetivo, estruturado espacial e temporalmente e que os indivíduos participam nela através da linguagem (BERGER; LUCKMANN, 2012).

mídia, Certeau (1998) destaca, por exemplo, que a televisão pode até controlar o que emitir, mas ela não tem o controle do uso cotidiano que as pessoas fazem das informações que eles emitem.

O sociólogo moçambicano Elísio Macamo considera, no seu artigo “A constituição de uma sociologia das sociedades africanas” (2002), a sociologia do cotidiano como uma das quatro áreas condicionantes a uma sociologia das sociedades africanas, na medida em que, o social em África se constitui, na visão do autor, discursivamente (as outras três são a transformação social, a sociologia do conhecimento e a sociologia rural)

Os estudos do cotidiano são fundados na tradição da sociologia hermenêutica weberiana, que se fundamenta, segundo Elísio Macamo, na concepção de que os “atores sociais é que constituem o social e que os constrangimentos estruturais se explicam a partir das intenções e significados da ação individual” (MACAMO, 2002, p. 22). É nessa perspectiva que se enquadra a ideia weberiana de ação social e da sociologia como uma ciência que busca compreender o sentido da ação social (COHN, 2003). A ideia da “compreensão” que norteia a sociologia weberiana evidencia a influência que o pensamento desse autor sofre da hermenêutica como método das ciências humanas de Wilhelm Dilthey (2000)⁶, embora o sociólogo Gabriel Cohn evidencie a existência de um distanciamento entre o sentido da compreensão para os dois – se para Dilthey trata-se sempre da compreensão de significados de formas de expressão simbólica; para Weber, trata-se de compreender o sentido da ação social para o agente. Ambos têm em comum o afastamento da concepção positivista da ciência moderna e, no caso de Max Weber (2006), o afastamento de uma sociologia que dá primazia à estrutura e que considera o

⁶Para mais informações sobre a compreensão como método das ciências humanas. Ver as abordagens de Dilthey sobre hermenêutica como método das *Geisteswissenschaften* (ciências de espírito) em: Palmer (1969); Ricoeur (1988), Scocuglia, (2002). Para algumas abordagens críticas a pretensão da objetividade de conhecimento das ciências humanas em Dilthey, ver: Gadamer (1999); Gadamer e Fruchon (2003), Scocuglia, (2002). Para a aprofundar as discussões sobre a relação entre a hermenêutica de Dilthey e a hermenêutica de Max Weber ver: Cohn (2003).

“social como determinado por mecanismos institucionais e normativos que operam fora do quadro individual como constrangimentos às opções dos atores sociais” (MACAMO, 2002, p. 22).

A sociologia weberiana recebe, na arena acadêmica, diversas denominações – sociologia interpretativa (MACAMO, 2002) e sociologia de ação (BOUDON, 1996) são algumas delas –, porém, com foco comum na primazia dos sujeitos, os estudos do cotidiano buscam compreender as ações, o comportamento, as atitudes e as convicções individuais. Os estudos de cotidiano, que compõem o que chamaríamos de uma sociologia do cotidiano, interessam-se pelas “pequenas coisas da vida cotidiana” (EUSÉBIO; MENDONÇA, 2015); pelo “aqui e agora”, embora não se esgote nisso (BERGER; LUCKMANN, 2012); pelo “aqui e hoje”; pelo “viver intensamente o minuto desprovido de sentido” (MARTINS, 1998, p. 1); por “pequenos pormenores do cotidiano”; pelos “encontros efêmeros pelos indivíduos (...) pela interpretação [e compreensão] individual e coletiva dos fatos sociais, enfim pelo detalhe ínfimo que completa o quebra-cabeça do social” (MACAMO, 2002, p. 22).

Portanto, a sociologia do cotidiano pressupõe a reinvenção da própria sociologia. Ela viabiliza a “redescoberta da sociologia fenomenológica⁷” ao mesmo tempo em que sugere uma “crítica nova e renovada à sociologia positivista” (MARTINS, 1998, p. 2). Podemos dizer que a sociologia do cotidiano nos engaja numa leitura microsociológica da realidade social. Isso implica redirecionar nosso olhar, por exemplo, para os sujeitos “comuns”, o cotidiano dos cidadãos. E, voltando ao nosso objeto central de análise no presente trabalho, isso implica se afastar de um olhar macro, que enxerga somente o “afugentamento de investimentos externos” como principal efeito social e econômico do conflito político-militar em Moçambique. Uma visão

⁷Uma das principais referências da sociologia fenomenológica é o sociólogo Alfred Schutz. No seu empreendimento sociológico Schutz buscou confrontar, com base numa análise crítica, a sociologia de ação e da compreensão de Max Weber e a filosofia fenomenológica de Edmund Husserl para formular o que se chama de uma sociologia baseada em considerações fenomenológicas (WAGNER, 1979). Ver: SCHUTZ (1979).

que se encontra entrelaçada na lógica desenvolvimentista que vem sendo adotada em Moçambique nos últimos anos, que tem os grandes projetos de mineração e hidrocarbonetos como os principais setores dinamizadores. Visão esta que ignora (propositadamente ou não) os efeitos sociais e econômicos que o conflito tem no cotidiano dos cidadãos comuns, das populações locais, tendo em conta que a área rural e os ataques às pessoas e aos bens, bem como a destruição das vias públicas, tem sido o *locus* e o *modus operandi* respetivamente da guerrilha da Renamo. Reiteramos – parafraseando mais uma vez Ergimino Pedro Mucale (2013) – que seria mais leve uma mó sobre as nossas cabeças do que o peso de consciência que ignorar tal fato e invisibilizar tal realidade nos criaria.

A violência armada que se vive atualmente em Moçambique, além de danos humanos, provoca no cotidiano dos moçambicanos incerteza e medo, que se fundamentam, por exemplo, na imprevisibilidade do futuro: “(...) O que vai ser de nós? (...) Até onde vamos com isso? (...)”. Nas zonas urbanas, longe do conflito direto entre as partes beligerantes, a incerteza e medo fazem nascer e florescerem, por exemplo, discursos e manifestações populares⁸ (mais discursos do que manifestações populares⁹) que exortam a paz, o diálogo e o fim das hostilidades entre as partes.

Nas zonas rurais, onde o conflito direto se manifesta, a incerteza e o medo têm como uma das consequências diretas os deslocamentos compulsórios das populações locais. É nesses deslocamentos que vamos dedicar a nossa maior atenção no presente trabalho. De realçar que as zonas rurais e vilas distritais da região central de Moçambique constituem os principais campos

⁸As principais manifestações populares foram realizadas em outubro de 2013. Intitulada “Marcha pela Paz e Raptos” – este último também um fenómeno contumaz nos últimos anos em Moçambique - foram organizadas pela Liga dos Direitos Humanos e outras entidades da sociedade civil e confissões religiosas. Seguiram-se outras manifestações de pequena expressão, isso se comparado com a primeira, nos anos seguintes, como por exemplo a organizada pela União Nacional dos Estudantes de Moçambique em setembro de 2015.

⁹A supremacia dos discursos em relação as ações de mobilização e manifestações populares em defesa da paz, dialogo e cessação das hostilidades, diminui de certa forma a “pressão popular” que é necessária às partes beligerantes para o envolvimento num diálogo construtivo na busca da paz e estabilidade política.

das ações militares e, conseqüentemente, onde se registam – tal como evidenciaremos no próximo ponto – o maior número de deslocamentos compulsórios. Isso se justifica, de certa forma, pelo fato de os pontos de partida para o ataques militares da *Renamo* serem algumas das suas antigas bases militares, construídas no período da guerra civil pós-independência (1976-1992). Nesse período, as zonas rurais e vilas distritais rurais, na sua maioria na região central de Moçambique, foram algumas das principais áreas de influência da *Renamo*.

Em termos concretos, atualmente destacam-se especialmente as áreas rurais de alguns distritos da província de Sofala, como é o caso do distrito de Gorongosa; da província de Manica; bem como algumas zonas rurais de alguns distritos da província de Tete (como, por exemplo, a localidade de *Condedze*, no distrito de Moatize). A situação do distrito de Moatize é peculiar, pois é neste onde se localizam alguns dos grandes projetos de exploração mineral do país, nomeadamente o projeto Moatize e o projeto Benga – ambos de exploração de carvão mineral¹⁰ –, coexistindo, desse modo, duas formas de deslocamento compulsório nessa região: os provocados pela tensão político-militar e os provocados pelos grandes projetos de desenvolvimento e progresso nacional. Esse fato não só torna esse distrito uma área interessante de estudo, como também um campo potencialmente atraente para uma análise comparativa entre essas duas formas de deslocamentos compulsórios, no que concerne aos seus efeitos sociais e econômicos na vida cotidiana das comunidades deslocadas.

Instabilidade político-militar e o deslocamento compulsório das populações locais

Em trabalho anterior, definimos os deslocamentos compulsórios como o processo onde “determinados grupos sociais são obrigados (por forças exteriores ligadas a tensões político-militares ou guerras cíveis ou ao

¹⁰Para uma caracterização e mais informações sobre esses projetos ver: EUSÉBIO (2016); Gallo (2016); Chizenga, (2016).

“desenvolvimento”) a deixar ou a se transferir de suas casas e/ou de suas terras” (MAGALHÃES, 2007, p.14). Essa definição nos parece interessante pela sua generalidade, pois nos permite integrar diversos contextos de ação e nos afastar das diferenciações presentes na arena acadêmica e política em função das diversas causas que originam as ações de deslocamento¹¹. Na arena acadêmica e política, esse processo recebe, quanto aos deslocados provocados pelas guerras cíveis ou tensões político-militares, uma pluralidade de denominações – pode-se dizer que existe uma guerra de categorias – “deslocados internos ou *internally displaced persons*” (ROYER, 2004; NIZURUGERO, 2004). “Refugiados” (GUICHAOUA, 2004; NIMUBONA, 2004; BANZENGISSA, 2004) é umas delas. Atravessar ou não uma fronteira nacional constitui a diferença fundamental entre *deslocados internos* e *refugiados*, embora essas sejam duas categorias que apresentam características comuns como, por exemplo, a experiência de violência, a partida forçada, a perda e o recomeço (VIVET, 2015, p. 13). No presente trabalho, a categoria “refugiado” deve ser entendida no seu sentido analítico, pois juridicamente – e é esse sentido que é determinante no campo político – envolve uma pluralidade de pressupostos que vão além do “simples refúgio” no outro país devido à violência armada no seu país de origem. O governo de Moçambique, por exemplo, registou inicialmente uma relutância – o que pode ser legítimo se olharmos na perspectiva jurídica e essa é que é determinante no campo político – no âmbito do atual conflito militar em reconhecer as populações moçambicanas compulsoriamente deslocadas pela violência armada na região central de Moçambique e que se encontram no Centro de Acolhimento da Vila

¹¹Essa diferenciação de categorias em função das diferentes causas de análise é visível, por exemplo, ao nível do Banco Mundial que categoriza de reassentamentos involuntários (*involuntary resettlement*) à mobilidade das populações forçadas pelos grandes projetos de “desenvolvimento” que, importa frisar, na maioria desses grandes projetos, é um dos maiores financiadores, ignorando ou invisibilizando desse modo a “compulsoriedade” e o caráter coercivo do próprio processo e de deslocamentos forçados (*forced displacement*) para designar a mobilidade das populações forçadas pela violência armada ou guerras cíveis. O risco de reproduzirmos essa postura na academia é de cairmos ingenuamente na ideologia camuflada dos atores interessados – tendo em conta que essas categorias refletem um conteúdo político e ideológico de cada ator (AUTOR02, 2007) – e ignorar pontos de semelhanças, simetrias e proximidades que dariam uma reflexão inovadora à problemática dos deslocamentos compulsórios como um todo.

de Kapise, no Malawi, sob gestão do governo da República de Malawi e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), como “refugiados”, tendo em conta que a maioria dessas famílias ainda não tinha requerido e não possuía o estatuto de refugiados.

Os deslocamentos compulsórios provocados por tensões político-militares são um fenômeno contumaz no contexto africano – esse imenso continente com cerca de um bilhão de habitantes distribuídos por 55 países de centenas de línguas, povos e culturas, (MUNANGA, 2016) – tornando-se um dos principais problemas da África nos seus últimos 50 anos de independência e, sendo tal, um campo de vários estudos e reflexões (LASSAILLY-JACOB, 2001; AGIER, 2003; 2006; GUICHAOUA, 2004; RAIMUNDO, 2010; FREITAS, 2011; VIVET, 2015, só para citar alguns trabalhos). Desde a década de 1960 (que marca início dos processos de independência colonial), vários países africanos vivem experiências de guerras constantes, que não pouparam nenhuma região do norte ao sul, de leste a oeste – desde as guerras na Argélia, na Somália, na Libéria, em Serra Leoa, na Costa do Marfim, na Nigéria, no Congo, em Ruanda e nas guerras pós-independência de Angola e de Moçambique, só para citar alguns exemplos – que mataram milhões de africanos, provocaram milhões de deslocados e minaram (e ainda minam) a cultura de paz, a construção de nações democráticas e o desenvolvimento socioeconômico (MUNANGA, 2016).

Essas guerras foram e são provocadas, segundo o antropólogo Kabengele Munanga (2016), de certa forma, por fatores externos inerentes ao próprio processo de colonização e por fatores internos inerentes aos modelos políticos adotados por muitos dirigentes africanos desde a independência, que são incompatíveis com o respeito e a representação da diversidade social, cultural e política própria dos vários países africanos. Países que são heranças coloniais resultantes de um processo histórico de invasões e ocupações caracterizadas, por um lado, pela “unificação num único território de povos antigamente independentes e culturalmente diferentes” e, por outro, pela

“separação em territórios diferentes de um mesmo povo antigamente unido num mesmo território” (*Idem*, p. 16).

Ainda de acordo com Munanga (2016, p. 5-6), “apenas em 1996, catorze dos cinquenta e cinco países africanos sofreram conflitos armados, o que provocou mais de oito milhões de refugiados e um imenso deslocamento (interno) de pessoas, além das inumeráveis mortes”. Antes, somente o genocídio em Ruanda (1994) provocou mais de dois milhões de refugiados – que se espalharam em países como a atual República Democrática do Congo, Tanzânia e o Burundi (FREITAS, 2011). No caso de Moçambique, a luta de independência nacional (1964-1974) e a guerra civil pós-independência (1976-1992) provocaram milhões de mortes, refugiados e deslocados internos¹². Somente durante a guerra civil pós-independência, cerca de 1,7 milhão de moçambicanos fugiram para outros países vizinhos (RAIMUNDO, 2010). Guerra esta que provocou também aproximadamente 3,5 milhões de deslocados internos (VIVET, 2015).

Os deslocamentos compulsórios provocados pela guerra civil em Moçambique continuam sendo um campo fértil de estudo. Destacamos, por exemplo, o recente trabalho da Jeanne Vivet, acima citado, sobre os deslocados de guerra em Maputo (VIVET, 2015)¹³, que, explorando as suas trajetórias de vida, analisa a construção do que a autora denomina de *cidadinidades* – inserção urbana: o modos de estar na cidade, o sentimento de pertença à cidade e o reconhecimento dessa pertença – dessas populações que se deslocaram a Maputo, capital do país, região sul de Moçambique, no fim dos anos 1980 devido à Guerra Civil. Alguns desses deslocados, vários anos após terem encontrado refúgio em “espaços pouco propícios para assentamentos humanos

¹²Importa frisar que alguns deslocamentos forçados e reassentamentos durante a guerra de independência colonial se enquadrava em uma estratégia do governo português para fragilizar o apoio a Frelimo. Uma situação semelhante foi constatada por Bourdieu e Sayad (2005) sobre a guerra na Argélia.

¹³Para algumas reflexões sobre as guerras de Moçambique ver por exemplo: Geffray (1990). O artigo do historiador João Paulo Borges Coelho sobre os desmobilizados da guerra civil pós-independência em Maputo (COELHO, 2002), nos introduz também nesse amplo debate sobre efeitos das guerras em Moçambique.

sofrem uma nova mobilidade forçada que testemunha as transições econômicas e políticas plurais que Moçambique e a capital [Maputo] vem conhecendo” (*Idem*, p. 7).

No que concerne a atual tensão político-militar em Moçambique, dados do ACNUR indicam em termos numéricos – quanto aos “deslocados externos” – que, devido ao alastramento do campo das ações militares para a província da Tete, até janeiro de 2016, tinham dado entrada na Vila de Kapise, distrito de Mwanza, na República de Malawi, 1.297 pessoas, das quais dois terços eram mulheres e crianças (UNHCR, 2016a). Esse número subiu para 6.000 pessoas no mês de fevereiro do mesmo ano (UNHCR, 2016b). A maior parte se encontra alojada no Centro de Acolhimento de Kapise. Esse centro surgiu de forma emergencial em resposta ao aumento do fluxo de deslocados (o que foi provocado pela tensão político-militar em Moçambique) que davam entrada na Vila de Kapise, República de Malawi, provenientes, na sua maioria, da província de Tete.

No mês de abril de 2016, dados avançados pelo ACNUR indicavam que se encontram refugiados no Malawi aproximadamente dez mil moçambicanos – a maioria no Centro de Acolhimento de Kapise – (UNHCR, 2016c) devido à intensificação das hostilidades militares na província de Tete: um aumento de aproximadamente 60% se comparado com o mês de fevereiro de 2016. O aumento do número de refugiados no Malawi obrigou, de acordo com a ACNUR, uma reabertura para a transferência das populações moçambicanas deslocadas pela tensão político-militar – do Campo de Refugiados de Luwani, também localizado na República de Malawi. Campo este que outrora acolhera milhares de refugiados moçambicanos durante a Guerra Civil terminada em 1992 – e que se encontrava encerrado desde 2007. A República do Malawi está entre os países da Região Austral que receberam o maior contingente de refugiados moçambicanos durante o período da Guerra Civil pós-independência (RAIMUNDO, 2010). Ou seja: o atual fluxo de refugiados

moçambicanos para a República do Malawi representa uma história que se repete.

No que concerne aos deslocados internos, somente no distrito de Gorongosa (província de Sofala, região central de Moçambique – um dos principais epicentros das ações de conflitos armado), o medo e a incerteza provocaram o deslocamento compulsório de aproximadamente sete mil pessoas até o ano de 2014 (DEUTSCHE WELLE, 2014). No caso da província de Inhambane, dados do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) – delegação da província de Inhambane (órgão responsável, dentre diversas atribuições, pelo acolhimento e assistência aos deslocados internos) – indicam que a movimentação dos guerrilheiros da Renamo naquela província¹⁴ obrigou, também por medo e incerteza, ao deslocamento compulsório de 1.228 famílias somente no distrito de Homoine, província de Inhambane, região sul de Moçambique, que foram acolhidas no centro de reassentamento de Chinjinguire, no mesmo distrito¹⁵. Informações atuais avançadas pelos órgãos de informação, citando fontes do INGC, destacam a existência de aproximadamente seis mil deslocados internos espalhados em cinco centros de acomodação nos distritos de Gondola, Vanduzi, Guro, Mossurise e Báru – todos da província de Manica (CATUEIRA, 2017).

O fechamento e o secretismo institucional que caracterizam o INGC nos impedem de apresentar dados mais completos e atualizados sobre os Centros de Acolhimento existentes, número de pessoas ou famílias nos respectivos centros e outras informações relevantes sobre os deslocados internos pela atual tensão político-militar nacional¹⁶. Contudo, importa frisar que não se

¹⁴Inexistem registros sobre confronto direto entre as Forças de Defesa e Segurança e os Guerrilheiros da Renamo.

¹⁵Dados obtidos no informe do INGC de Inhambane sobre o ponto da situação de emergência, Março de 2014.

¹⁶Em 23 de fevereiro 2016 submetemos um requerimento à Direção Geral do INGC, Maputo, solicitando o acesso e informações sobre: (i) os centros de acomodação ou de reassentamento existentes ao nível nacional (ii) pessoas ou famílias deslocadas pelas calamidades naturais que se encontram nos Centros de Acomodação; (iii) pessoas ou famílias deslocadas pela tensão político militar que se encontram nos Centros de Acomodação e (iii) pessoas ou famílias que

pretende, neste trabalho, fazer uma reflexão crítica sobre a veracidade dos dados numéricos apresentados. Indubitavelmente, eles representam o número de pessoas registadas pelo INGC ou o que os órgãos de informação tiveram acesso, podendo estar subdimensionados, tendo em conta a natureza e as causas do próprio deslocamento. Existem casos em que os deslocados podem optar por se refugiar na casa de familiares que moram em fora das áreas de risco. Contudo, isso não faz destes dados irrelevantes, tendo em conta que eles elucidam o fato – no caso, o processo de deslocamento compulsório das populações locais, (a maioria) camponesas residentes nas áreas rurais das principais zonas de conflito.

Quem são essas populações deslocadas? Como tem sido a realidade da sua vida cotidiana? Quais são os efeitos sociais dos deslocamentos compulsórios na sua capacidade de produção e reprodução social e econômica? Essas são algumas das questões a serem exploradas em um futuro trabalho etnográfico a ser realizado assim que a estabilidade político-militar permitir¹⁷. Contudo, não podemos ignorar que a maioria das populações compulsoriamente deslocadas pela tensão político-militar se encontra em centros de acolhimentos criados pelo governo e geridos pelo INGC (para o

deram entrada em Moçambique devido a xenofobia na África do Sul, referentes aos anos de 2013 à atualmente; no mesmo mês o requerimento foi despachado e remetido para o Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE) do INGC, para os devidos procedimentos; até o final de primeiro semestre, período em que me encontrava em Moçambique, o documento ainda aguarda neste sector do despacho do respetivo Diretor.

¹⁷Estava previsto um trabalho de campo com as populações deslocadas internamente pela tensão político-militar, concretamente na província de Sofala, região central de Moçambique, principal palco das ações militar, para primeiro semestre de 2016, contudo, o recrudescimento, desde finais de 2015, das hostilidades e violência armada entre as partes beligerantes, facto que dificulta, por exemplo, a circulação de pessoas e bens na região central de Moçambique, tornaram essa “aventura” num empreendimento de risco, que podia se confundir – talvez com um pouco de exagero da realidade – com um autêntico “suicídio”. Por essas razões esse trabalho de campo só será realizado assim que a estabilidade político-militar permitir.

caso de deslocados internos) e nos centros de acolhimento e de refugiados geridos pela ACNUR, no caso dos deslocados externos (por exemplo, os que se refugiaram na República do Malawi), fato que interfere na capacidade de reprodução social e econômica dessas populações locais, transformando a vida cotidiana *independente* (inerente à diversas alternativas locais de reprodução socioeconômica) em uma vida cotidiana *dependente* dos centros de acolhimento de refugiados ou de casa de familiares fora das áreas risco (embora esta seja somente em uma primeira leitura dos fatos e careça de reforço etnográfico para uma afirmação mais assertiva).

Com isso, queremos dizer que os efeitos sociais e econômicos da instabilidade político-militar em Moçambique não são, necessariamente, o *afugentamento dos investimentos econômicos estrangeiros e do desenvolvimento*, mas sim a perda de vidas humanas e a fragilização da vida cotidiana dos cidadãos comuns, particularmente das populações locais – na sua maioria camponesas – obrigadas a abandonar os locais de residência (e tudo o que isso implica) devido à incerteza e ao medo que a instabilidade político-militar cria.

Considerações finais

No presente trabalho, propusemos-nos a fazer uma reflexão sobre os efeitos sociais da instabilidade político-militar na vida cotidiana dos moçambicanos, ao mesmo tempo em que nos dedicamos a uma análise crítica de certos discursos dominantes na arena pública moçambicana que reduzem os efeitos socioeconômicos da instabilidade político-militar vividos atualmente em Moçambique a um afugentamento dos investimentos externos e, conseqüentemente, do desenvolvimento; invisibilizando os efeitos da tensão tem sobre os cidadãos comuns, especialmente nas localidades rurais situadas na zona de conflito. Advogamos, ao longo da nossa discussão, que a tensão político-militar atual em Moçambique, além dos danos humanos, provoca incerteza e medo no cotidiano dos indivíduos; fato que contribui, por exemplo,

para deslocamentos compulsórios de comunidades locais, sobretudo nas áreas rurais (principal palco das ações militares). Quem são essas populações compulsoriamente deslocadas? Qual tem sido a realidade da vida cotidiana dessas comunidades? Quais são os efeitos sociais no que concerne a capacidade de produção/ reprodução social/ econômica dessas comunidades? E mais: quais são os prováveis pontos de semelhanças, simetrias e proximidades entre essa forma de deslocamentos compulsórios e os deslocamentos compulsórios provocados pelos avanços dos grandes projetos de desenvolvimento (fenômeno também contumaz em Moçambique)? Essas são algumas questões a serem exploradas em um futuro trabalho etnográfico, a ser realizado assim que a estabilidade político-militar permitir. Acreditamos que uma perspectiva hermenêutica – inspirada numa sociologia do cotidiano, explorando a observação e as narrativas das próprias populações deslocadas da vida cotidiana – pode, metodologicamente, nos ajudar neste futuro empreendimento.

Bibliografia

AGIER, Michel. *Identifications dans l'exil: les réfugiés du camp de Maheba (Zambie)*, Autrepart, França, n. 26, p. 73-89, 2003.

AGIER, Michel. *Refugiados diante da nova ordem mundial*. Tempo Social, São Paulo, vol. 18, n. 2, p. 197-215, nov. 2006.

BAZENGUSSA, Rémy. *Les réfugiés dans les enjeux locaux dans le nord-est du Congo*. In: GUICHAOUA, A. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004, p. 379-424.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (Orgs.). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia de conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOUDON, Raymond. *Ação*. In: BOUDON, R. (Org.) *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p.27-64.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. *A dominação colonial e o saber cultural*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 26, p. 41-60, jun. 2006.

BRITO, Luís. *Uma reflexão sobre o desafio da paz em Moçambique*. In: BRITO, L. (Org.) *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 2014, p. 23-40.

CATUEIRA, André. *Após "festas a seco" deslocados no centro de Moçambique partem para 2017 cheios de incertezas*. Agência Lusa. 01.01.2017. Disponível em: http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/apos-festas-a-seco-deslocados-no-centro-de-mocambique-partem-para-2017-cheios-de-incertezas_21708700.html. Acesso no dia 02/01/2017.

CERTOU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIZENGA, Anselmo. *Mineração e conflito ambiental: disputas em torno da implantação do megaprojeto da Vale na bacia carbonífera de Moatize, Moçambique*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre/RS, 2016. 174f.

COELHO, João Paulo Borges. *Antigos soldados, novos cidadãos: a reintegração dos desmobilizados de Maputo*. Estudos moçambicanos, Maputo, n. 20, p. 141-236, 2002.

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: Max Weber e teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CONRADO, Régio. *A banalização do problema em Moçambique*. In: Opinião. Jornal Savana. 25. 12.2015.

DEUTSCHE WELLE. *Tensão político-militar aumenta número de deslocados na Gorongosa, Moçambique*: DW.DE 12.03.2014. Disponível em:

<http://www.dw.de/tens%C3%A3o-pol%C3%ADtico-militar-aumenta-n%C3%BAmero-de-deslocados-na-gorongosa/a-17492946>. Acesso no dia 03.10.2014.

DILTHEY, Wilhelm. *Dos escritos sobre hermenéutica: el surgimiento de la hermenéutica y los esbozos para una crítica de la razón histórica*. Espanha: Istmo S.A, 2000.

EUSÉBIO, Albino José. “Cancope” a comunidade onde nutre a esperança: Transformações sociais na vida cotidiana de uma comunidade rural do distrito de Moatize, província de Tete, Moçambique. *Revista Visagem*, Belém, vol. 2, n. 2, p. 354-371, jul./dez. 2016.

EUSÉBIO, Albino José; MENDONÇA, Kátia. Individualismo, violência criminal e a construção social da vida cotidiana. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, vol. 7, n. 2, p. 265-276, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2177-6784.2015.2.21523>.

FORQUILHA, Salvador. Do discurso da ‘história de sucesso’ às dinâmicas políticas internas: O desafio da transição política em Moçambique. In: DE BRITO, L. (Org.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 2014, p. 61-82.

FREITAS, Raquel. *Construção e desconstrução da relação entre migrações forçadas e desafios de segurança em África*. Cadernos de Estudos Africanos, Lisboa, n. 22, p. 129-152, jul./dez. 2011.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GALLO, Fernanda. *(Des)encontros do Brasil com Moçambique – o caso da Vale em Moatize*. In: Morais, C.; Pereira, M.; Mattos, R. (Orgs.). *Encontros com Moçambique*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p. 235-264.

GEFFRAY, Christian. *La cause des armes au Mozambique. anthropologie d'une guerre civile*. Nairobi: Karthala, 1990.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUICHAOUA, André. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004.

GUICHAOUA, André. *Migrants, réfugiés et déplacés en Afrique centrale et orientale*. In: GUICHAOUA, A. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004, p.105-212.

LASSAILLY-JACOB, Véronique. *Des réfugiés mozambicains sur les terres des Zambiens: le cas du site agricole d'Ukwimi, 1987-1994*. In: CAMBREZY, L; LASSAILLY-JACOB (Org).

Population réfugiées: du l'exil au retour. Paris: IRD, 2001, p. 269-299.

MACAMO, Elísio. *A Constituição de uma sociologia das sociedades Africanas*. Estudos Moçambicanos, Maputo, n. 19, p. 5-26, 2002.

MACAMO, Elísio. *Cultura política e cidadania em Moçambique: uma relação conflituosa*. In: BRITO, L. (Org.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 2014, p. 41-60

MAGALHÃES, Sónia Barbosa. *Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Tese (Doutorado) do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em cotutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém, França, 2007. 279f.

MARTINS, José de Sousa. *O sensu comum e a vida cotidiana*. Tempo Social, São Paulo, vol. 10, n. 1, p. 1-8, maio 1998.

MUCALE, Ergimino. *Afrocentricidade: complexidade e liberdade*. Maputo: Paulinas, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Desenvolvimento, construção da democracia e da nacionalidade nos países africanos: desafios para o milênio. Trabalho apresentado no Simpósio Samora vive, re-significando pátria, identidade nacional e cidadania*. Organizado pelo Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 01 – 02 de Setembro de 2016. Disponível em: http://www.movimentopatria.ac.mz/images/comunicacoes/1-kabengele_munanga-simposio_samora_vive-1set16.pdf. Acesso no dia 22/01/2017.

NIMUBONA, Julien. *Mémoires de réfugiés et de déplacés du Burundi: lecture critique de la politique publique de réhabilitation*. In: GUICHAOUA, A. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004, p. 213-246.

NIZURUGERO, Jean. *Intégration des rapatriés et déplacés rwandais dans le district de Butare-ville*. In: GUICHAOUA, A. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004, pp. 695-728

PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1969.

RAIMUNDO, Inês Macamo. *Immigration and refugee policy in Mozambique: the experience of refugees from Maratane Refugee Camp*. Trabalho apresentado no Workshop discussion on refugee status determination and rights in sub-Saharan África. Kampala, Uganda, 16 – 17 de Novembro de 2010.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

ROYER, Arnaud. *Lês déplacements internes au Burundi: la gestion de l'incertitude*. In: GUICHAOUA, A. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004, p. 269-378.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCOCUGLIA, Juvanka. *Hermenêutica de Wilhelm Dilthey e a reflexão epistemológica nas ciências humanas contemporâneas*. Sociedade e Estado, Brasília, vol. 17, n. 2, p. 249-281, jul./dez. 2002.

UNHCR. *UNHCR begins relocating Mozambican asylum-seekers in Malawi*. 2016c. Disponível em: <http://www.unhcr.org/news/latest/2016/4/5710d5746/unhcr-begins-relocating-mozambican-asylum-seekers-malawi.html>. Acesso no dia 24.05.2016.

UNHCR. *UNHCR.Clashes drive Mozambicans to seek safety in Malawi*. 2016a. Disponível em: <http://www.unhcr.org/news/latest/2016/1/5698ea5c6/clashes-drive-mozambicans-see-safety-malawi.html>. Acesso no dia 24.05.2016.

UNHCR. *UNHCR stresses asylum right of Mozambicans crossing into to Malawi*. 2016b. Disponível em: <http://www.unhcr.ie/news/irish-story/unhcr-stresses-right-to-asylum-of-mozambicans-crossing-into-malawi>. Acesso no dia 24.05.2016.

VIVET, Jeanne. *Os deslocados de guerra em Maputo: percursos migratórios, "cidadinização" e transformações urbanas da capital moçambicana (1976-2010)*. Maputo: Alcance Editores, 2015.

WAGNER, Helmut. Introdução: Obras de Alfred Schutz; pontos de partida; O quadro da sociologia fenomenológica de Schutz. In: SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

Palavras-chave:

Moçambique,
instabilidade
político-militar,
deslocamentos
compulsórios,
vida cotidiana

Resumo: Duas décadas depois do fim da Guerra Civil pós-independência, em 1992, Moçambique vive uma “tensão político-militar” envolvendo a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) e Forças de Defesa e Segurança (FDS). O objetivo do presente trabalho é fazer uma reflexão sobre alguns efeitos sociais dessa tensão na vida cotidiana dos moçambicanos, lançando alguns questionamentos para uma futura pesquisa etnográfica. Ao longo do trabalho, fazemos também um exame crítico de certos discursos dominantes na “arena pública” moçambicana que reduzem os efeitos socioeconômicos da atual tensão político-militar a um afugentamento dos investimentos estrangeiros e, conseqüentemente, inviabilização do “desenvolvimento” do país. Esses discursos invisibilizam os cotidianos efeitos socioeconômicos do atual conflito para os cidadãos comuns, especialmente aqueles que vivem nas áreas rurais, principais zonas de conflito.

Keywords

Mozambique,
political and
military
instability,
compulsory
displacements,
daily life.

ABSTRACT: Two decades after the end of the post-independence civil war in 1992, Mozambique experiences an instability caused by the political-military tension between the Defense and Security Forces (FDS) and the National Resistance of Mozambique (RENAMO). Thus, the country is plunged into a real war scenario, with the central region as the main center for military action. The present work aims to analyze some social effects of this military political tension in the daily life of the Mozambican people and highlight some issues for future ethnographic researches. At the same time, we criticize certain dominant discourses in the Mozambican "public arena" that, deliberately or not, reduce the social and economic effects of political-military tension to "scaring away of foreign investment" and, consequently, unfeasible development of the country. These discourses ignore, purposely or not, the socioeconomic effects of conflicts for "common citizens", especially those living in rural areas.

Recebido para publicação em janeiro/2017

Aceito para publicação em abril/2017

O auge e o declínio: a trajetória institucional da Sudene e o futuro do planejamento no Nordeste

Luciléia Aparecida Colombo

Universidade Estadual Paulista (BRA)

As desigualdades regionais e o federalismo brasileiro

O Brasil não possui diferenças linguísticas, religiosas ou políticas significativas para que haja uma tentativa de separação muito importante entre as unidades federadas. O fator essencial que nos diferencia enquanto federalismo são os blocos regionais que compõem o território brasileiro, sendo aquele considerado assimétrico em relação às regiões brasileiras. Assim, Norte e Nordeste destoam do Sudeste e do Sul do país, alinhando à ideia de Elazar (1987) de que a diferença e a diversidade são os ingredientes de toda federação. A desigualdade encontrada na

federação brasileira, com relação às desigualdades regionais, foi a responsável pelo tratamento de diversos governos ao problema regional.

A assimetria federativa apareceu principalmente nos trabalhos de Burgess (1970) e de Duchacek (1970). O primeiro autor considera que as diferenças federativas podem ser tanto de origem socioeconômica quanto econômica ou, ainda, cultural. Os fatores socioeconômicos têm estreita ligação com as diferenças sociais ou territoriais, uma vez que as fraquezas federativas refletem um estado de fragilidade nacional. Já os fatores culturais encontram-se em algumas federações específicas e podem representar um problema de desintegração, caso não sejam adequadamente acomodados na federação. Duchacek, por seu turno, identificou as disparidades regionais como *ingredientes de poder*, com autonomia linguística, cultural, étnica e que podem representar um perigo de integração caso não sejam devidamente acomodadas.

Para Castro (1992), em países com grandes desigualdades internas, os fatores de ordem cultural ou étnica, quando não acomodados, mostram a face da sociedade, mas não são suficientes para acarretar conflitos. Contrariamente, com fatores atrelados ao regionalismo – especialmente quando as desigualdades sociais tornam-se marcantes – a possibilidade de separatismo é recorrente. Nesse sentido, regionalismo e federalismo são faces da mesma moeda, maximizando a região como locus político importante. Através de sua característica que a torna uma visão estruturada do território, a região passa a ter identidade e especificidades próprias, que permitem que ela seja observável e delimitável. Para Castro (1992): “Como qualquer segmento do espaço, a região é dinâmica, historicamente construída e interage com o todo social e territorial. Portanto, suas características internas são determinadas e determinantes desta interação” (CASTRO, 1992, p. 33).

Diante de tais considerações, o Nordeste não é somente um espaço administrativo, mas é a região que, através de suas características peculiares, permitiu o nascimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

(Sudene) – uma instituição com interesses coletivos que pretendia vencer desigualdades históricas. O “Nordeste da Sudene” torna a região um espaço ideológico e político, uma vez que não dispomos de diferenças étnicas, religiosas ou linguísticas significativas e capazes de oferecer perigo à integração do todo nacional. Os problemas do Nordeste foram levados para o cenário nacional e político, permitindo um tratamento diferenciado por alguns governos no Brasil.

Dessa maneira, a criação da Sudene representou uma tentativa de reorganização do federalismo brasileiro ao propor um planejamento regional institucionalizado, projetando os problemas nordestinos no centro das decisões nacionais. A Sudene vinculava-se à Presidência da República e passava a ser uma importante instituição capaz de projetar os problemas nordestinos para o centro das decisões nacionais. Além disso, a Sudene inaugurava uma vertente política importante, que se localizava na capacidade de superar as oligarquias rurais e locais, fortalecendo os governadores de estado nordestinos. A projeção de tais governadores podia ser verificada pela composição do seu Conselho Deliberativo, o qual continha tanto governadores como membros do Executivo Federal.

Anteriormente ao nascimento da Sudene, é preciso considerar os esforços do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), convocado por Juscelino Kubitschek para pensar a região. Os objetivos do GTDN tornaram-se, posteriormente, diretrizes da Sudene para a região Nordeste. Os objetivos do GTDN eram: (1) criação de um centro de expansão manufatureira no Nordeste; (2) transformação da economia agrícola da faixa úmida para garantir adequada oferta de alimentos nos centros urbanos; (3) transformação progressiva da economia nas zonas semi-áridas para torná-las mais resistentes à seca e (4) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste por meio da incorporação de terras úmidas do Maranhão à economia regional. Nesse sentido, lançavam-se as bases para uma espécie de “substituição de importações”, na qual a industrialização visava à redução do desemprego, que o documento estimava ser entre 307 mil e 512 mil pessoas no Nordeste, no ano de 1959.

A despeito das mudanças na Superintendência, porém, o Golpe Militar, ocorrido em 1964, promoveu reestruturações profundas na sociedade brasileira e bloqueou o desenvolvimento regional até então processado, proporcionando à Sudene cortes significativos em sua capacidade de implementar decisões. Mesmo não extinguindo a Superintendência naquele momento (que resistiu ao período ditatorial) sua extinção formal aconteceu somente em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Desse modo, obedecendo aos nossos objetivos traçados neste artigo, buscamos evidências que comprovem o enfraquecimento ao longo do tempo e que nos levem ao entendimento das motivações que desencadearam em sua completa extinção no governo FHC. O recorte temporal relativamente extenso (de 1959, momento da fundação da Sudene; até 2001, ano de sua extinção) nos forneceu elementos importantes para a explicação da mudança institucional processada na Superintendência. Além disso, esse recorte permite uma abordagem comparativa do comportamento da instituição desde o momento de sua criação até sua extinção.

A Sudene como representante do Nordeste

Alguns autores buscaram interpretar a realidade nordestina, embora esse tema de pesquisa tenha saído da agenda acadêmica ao longo dos anos. Porém, existem trabalhos bastante consistentes sobre a Sudene, como as obras de Francisco de Oliveira (1977, 1975), Cohn (1973), Guimarães Neto (1986), Carvalho (2001) e Vidal (2001), citados ao longo do texto.

Além disso, vários autores partem de uma premissa que valoriza o pensamento desenvolvimentista, que vinha sendo gestado desde os anos 1930. O que se procurava era conceituar a problemática da industrialização, aprofundando os efeitos desta sobre o todo nacional. Os grandes projetos econômicos poderiam ser enquadrados tanto entre neoliberais quanto entre desenvolvimentistas, principalmente através de Eugênio Gudin e Roberto Campos. O auge do

pensamento nacional-desenvolvimentista foi durante os anos 1950, com a intervenção do Estado no desenvolvimento econômico e nacional através de um planejamento abrangente, destacando investimentos estatais na consolidação de projetos. Dessa forma, o nacional-desenvolvimentismo previa a industrialização como alternativa para o atraso econômico brasileiro (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 128).

O projeto desenvolvimentista foi importante para a implantação do Plano de Metas, que priorizou o desenvolvimento da indústria de base por meio construção de hidrelétricas, de estradas, e na extração de petróleo (as quais transformariam a estrutura do Brasil). Ao lado do Plano de Metas, a campanha meteórica que levou JK à Presidência previa também alterações na estrutura produtiva do Nordeste – que estava comprometido com as secas de 1952 e 1958 – concomitantemente à construção de Brasília. A seca de 1958 no Nordeste foi utilizada como motor da campanha dos governadores que acusavam o governo Federal de abandono da região. Os governadores nordestinos protestavam contra a construção de Brasília, que avançava vertiginosamente; em compensação, as secas do Nordeste permaneciam sem um tratamento adequado.

Além disso, as instituições existentes não eram capazes de conseguir superar os problemas da região, onde – após um período de atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) – não havia um controle eficaz deste efeito climático, e a atitude do Governo Federal era apenas paliativa, enviando verbas emergenciais. Por outro lado, a atuação do DNOCS foi permeada por políticas clientelísticas, empregando recursos para a construção de açudes em propriedades privadas de grandes latifundiários, como já preconizava Antonio Callado (1960) em *Os industriais da Seca e os galileus de Pernambuco*.

Celso Furtado (1962) também denunciou os excessos cometidos pelo DNOCS, conforme documento publicado em 1962, intitulado *A luta pelo Nordeste e a estratégia da Sudene*, que ressaltava:

Quando analisamos retrospectivamente esse meio século de esforço, do qual participaram homens de todos os pontos de vista excepcionais, não podemos deixar de interrogar-nos por que razões os resultados alcançados foram tão pequenos. Pois não podemos fugir à realidade que aí está: não obstante esse esforço, o Nordeste não encontrou o caminho do desenvolvimento. Pelo contrário, com a população cresceram a pobreza e a fragilidade social, transformando-se a região na mais vasta zona de miséria do hemisfério ocidental (FURTADO, 1962, p. 2).

Os efeitos políticos da seca de 1958 evidenciavam a maneira pela qual os órgãos federais atuavam, concedendo diversas benesses à oligarquia agrária local. A corrupção e manipulação de verbas desses órgãos, tomados pelos interesses localistas, aumentavam o número de flagelados e desempregados e evidenciava a ineficácia das instituições vigentes.

Nesse sentido, era preciso fomentar a criação de um órgão de planejamento regional no Nordeste que fosse capaz de centralizar o poder, evitando que este fosse fatiado entre essas forças locais; mas que, ao mesmo tempo, tivesse aceitação local. Essa dualidade movia a criação da Sudene, que buscava retomar o controle político da região, evitando o agravamento das tensões sociais e políticas e, ao mesmo tempo, fortalecendo o governo central, que estava enfraquecido como ator estratégico do processo decisório.

Além disso, começaram a se desenvolver no Nordeste movimentos de caráter revolucionário, a exemplo das Ligas Camponesas. Segundo Hirschmann (1963), as Ligas representavam um perigo para a América Latina, pois o próprio Celso Furtado (1964), em *Dialética do Desenvolvimento*, salientou a relevância revolucionária do movimento, reforçando que as classes camponesas nas propriedades rurais açucareiras representaram, até 1962, um movimento revolucionário importante. As lideranças do movimento preocupavam-se em esclarecer que a luta era contra a “ordem das coisas prevalecentes” (FURTADO, 1964, p. 146). Além disso, outro problema particularmente relevante para a deflagração de confrontos era o fato de que Francisco Julião, o líder, fora cooptado pelo movimento de esquerda, especialmente o Partido Comunista.

Além do aumento do movimento revolucionário no campo, a Igreja Católica passou a ter uma atuação mais forte politicamente. Alguns encontros foram particularmente importantes – como o de 1956, ocorrido em Campina Grande, entre bispos do Nordeste com o então presidente, Juscelino Kubitschek. O motivo do encontro era encontrar possíveis saídas para a desigualdade nordestina. Além disso, em 1959, um novo encontro de bispos realizado em Natal também propunha o combate da instabilidade social do Nordeste.

O movimento da Igreja Católica começou a ganhar força no Nordeste, formando líderes eclesiais e lutando pela sindicalização rural, que teve seu reconhecimento formalizado pelo Ministério do Trabalho, em 1962, com mais de 22 sindicatos rurais (MEDEIROS, 1989). Se, no campo, a luta era por melhores condições de vida; nas cidades, o problema eram as altas taxas de desemprego ou subemprego, com o setor industrial caminhando a passos lentos e o mercado de trabalho se mostrando incapaz de absorver o excedente de mão de obra. Esse excedente, como assinala Gomes (2001), era composto geralmente por trabalhadores rurais que migravam para os grandes centros em busca de melhor qualidade de vida, afastando-se das secas no interior da região. Dessa forma, esses indivíduos se aglomeravam nos núcleos urbanos, formando os chamados mocambos ou palafitas, que abrigavam as populações marginais da região.

Essas migrações acabaram por provocar um superpovoamento dos centros urbanos. Segundo Cohn (1973), Recife tinha, em 1940, uma população de 348.000 habitantes; em 1950, esse número havia saltado para 524.000. Como destaca Singer (1968), nem o setor industrial nem o de serviços eram capazes de absorver esses indivíduos. Ainda segundo o autor, entre 1947 e 1955, a renda *per capita* do Estado de Pernambuco manteve-se estacionária, elevando-se em 20% entre 1955 e 1960. Tais índices demonstram a incapacidade dos setores econômicos de absorver o fluxo migratório que se concentrou especialmente em Recife.

Paul Singer (1968) analisou o *Censo dos Mocambos* de Recife em 1939 e apontou que, neles, moravam 164.837 pessoas – correspondendo a 50% da população total da cidade; o desemprego, por sua vez, representava cerca de 1/6 da população total de Recife. A saída para essa situação de desemprego, segundo Cohn (1973), seria fixar o camponês no meio rural, impedindo, assim, esse movimento migratório para os grandes centros.

Com o aumento das contestações no campo e nas cidades – agravado pelos efeitos da seca de 1958 junto à efervescência dos movimentos revolucionários –, Juscelino Kubitschek foi forçado a convidar Celso Furtado para auxiliar na solução para os problemas colocados. Furtado era, na época, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), cuja posição era especificamente pensar a questão nordestina – o que permitiu um grande acúmulo de dados sobre a região. De posse de uma grande quantidade de dados sobre a região Nordeste, houve a formulação da chamada “Operação Nordeste”, que se transformou, posteriormente, no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e, finalmente, na Sudene.

Em 1959, os dados do Grupo de Trabalho Interministerial para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e os estudos realizados sobre o desenvolvimento regional (elaborados principalmente pelo relatório de Hans Singer, em 1953) inspiraram Furtado a escrever *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, conhecido como o *Relatório do GTDN*. Os estudos desse grupo foram essenciais para registro do planejamento do desenvolvimento regional no Brasil.

Com o intuito de suplantando a resistência política existente, oriunda principalmente dos grupos oligárquicos, a questão do Nordeste foi transformada num problema territorial e federativo, para o qual a instalação da Sudene se fazia necessária. Furtado lançava a ideia de que o problema do Nordeste era um problema federativo de integração federativa e segurança nacional, cujas preocupações podem ser evidenciadas nesta passagem do autor:

Se esse processo chegasse a persistir por muito tempo, observaríamos, seguramente, no Brasil, profundos desequilíbrios regionais, que provocariam conflitos de natureza econômica e política capazes de retardar nosso desenvolvimento econômico e social. Não podem coexistir, no mesmo país, um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração (FURTADO, 1959, p. 13).

O projeto de Furtado era ambicioso, encontrando uma série de resistências para ser posto em prática. Mas a ideia de que o Nordeste era um problema de segurança nacional fez com que os governadores da região se reunissem no chamado “Encontro de Salgueiro”, para discutirem coletivamente os rumos da região. O documento produzido por tal Encontro foi chamado de Carta-Acordo e enviado, em 1959, ao Presidente da República – que manifestava preocupação com o separatismo político por parte dos políticos nordestinos. Cohn (1973) ressalta que a tese da separação foi usada por Furtado para assustar os gestores da época, forçando-os a concordar com a criação de um órgão de planejamento regional, nos moldes da Sudene:

Não resta dúvida de que a situação explosiva nordestina, colocada em maior evidência com a seca de 1958, realmente preocupou o Governo central – o Presidente da República envia ao Nordeste o Cel. Orlando Ramagem, incumbido de fazer um diagnóstico da situação regional – porém, também não resta dúvida de que a ameaça de separatismo foi muito mais um instrumento político para a criação de um órgão de planejamento regional. Para tanto, teve sua importância superestimada, servindo para pressão não só junto aos políticos e latifundiários locais, como também junto ao próprio Governo Federal (COHN, 1973, p. 106).

Nesse sentido, o nascimento da Sudene esteve vinculado a tensões de toda a ordem, especialmente as sociais e as políticas. Mas sua ascensão era primordial para a superação dos percalços que envolviam a região. Não somente o Nordeste foi privilegiado com a criação de uma instituição para pensar o desenvolvimento regional: em 1953, por exemplo, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), transformada na SUDAM, em 1966. Em 1956, seguindo o aparelhamento do Estado para a questão regional, foi

criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do país (SPVERFSP), transformada na SUDESUL, em 1967; em 1961, criou-se a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste (CODECO), transformada, em 1967, em SUDECO – mesmo ano em que o pilar para a Zona Franca de Manaus, a SUFRAMA, foi criada. No entanto, a instituição que se destacou no cenário federativo, imprimindo sua marca na região Nordeste, foi a Sudene.

Novas prerrogativas para a Sudene no regime militar

O regime militar transformou a sociedade brasileira e alterou profundamente a Sudene: os problemas do Nordeste passaram a ser alinhados aos problemas econômicos, sociais e políticos dos militares, em um clima de prevalência de projetos do chamado “Brasil Potência”. O grupo militar do presidente Castelo Branco buscava solucionar o Brasil de então. Alguns autores¹ estudaram profundamente o regime militar no Brasil, que se alicerçava sobre a centralização de poder, trazendo a tona o chamado modelo federativo unionista autoritário, destacado por Abrucio (2002) como aquele apoiado em três pilares básicos: financeiro, administrativo e político. Pelo lado financeiro, os recursos concentravam-se no Executivo Federal, que tinha o arbítrio para repassá-los a estados e municípios. O governo central também controlava os três níveis de governo, bem como as eleições às governorias, evitando assim oposição ao Regime.

Além disso, o regime militar concentrou todas as decisões da Sudene, retirando suas prerrogativas de planejamento e repassando para outras instituições. Além disso, a Sudene perdeu o posto de ser vinculada à Presidência da República, ficando integrada – a partir de então – ao chamado Ministério Extraordinário para

¹ Entre eles, STEPAN (1988) e LAMOUNIER (1979, 1988, 1992). O que convém destacarmos é que, tomado o poder, os militares cercaram-se de um conjunto de medidas para sustentar o regime que então se instalou. Foram instaurados dois Atos Institucionais, o AI-2 e o AI-3. Em 1965, o AI-2 extinguiu os partidos e tornou indiretas as eleições para presidente e vice-presidente, sendo este Ato complementado pelo AI-3, que tornou também indireta a eleição para governador de estado.

a Cooperação dos Organismos Regionais (MECOR), transformado, posteriormente, em Ministério do Interior (MINTER). Celso Furtado saiu do país, afastando-se também do cargo de superintendente, que fora ocupado por militares. Além disso, instaurou-se uma Comissão de Inquérito para apurar irregularidades que poderiam ter sido cometidas na Sudene, mas, segundo Lima (2009), as investigações da Comissão nada encontraram de concreto.

Os cortes orçamentários na Sudene, porém, foram os protagonistas desse processo, que a transformou apenas em um órgão de apoio financeiro e técnico para projetos nacionais. A lógica dos investimentos alterou-se, sendo que os recursos financeiros foram direcionados aos estados mais desenvolvidos da federação como Pernambuco, Bahia e Ceará.

Como ressalta Carvalho (1987), no entanto, a ruptura com os antigos preceitos do desenvolvimento, que tinham pontos norteadores no diagnóstico do GTDN, não se processou imediatamente. A autora em tela ressalta que houve uma espécie de sobrevida ao projeto inicial da Sudene até o fim da década de 1960, ao menos teoricamente. Uma primeira explicação para tal sobrevida é que as medidas preconizadas pelo GTDN (e concretizadas através da Sudene) representavam um estudo importante – e talvez único – sobre a realidade nordestina. Além disso, um segundo ponto a ressaltar é que os militares não podiam ignorar os problemas da região, pois a questão do desenvolvimento nordestino estava na pauta governamental naquele momento, mesmo com a mudança de regime político. Alguns fatores forçavam a tomada de decisão, como os baixos índices de desenvolvimento na região Nordeste e a emergência de uma nova seca, denominada de “a seca do século”, que se estendeu de 1979 até 1984 e que trouxe novamente a região para o palco das grandes discussões nacionais.

Podemos ainda ressaltar que, com a ascensão dos militares, houve também a necessidade de resolver a questão agrária, estabelecendo mecanismos de

controle – mais eficazes por parte do Estado² – para a agitação no campo. Além disso, Castelo Branco preparava um projeto de Reforma Agrária que seria então transformado no Estatuto da Terra, encabeçado por Roberto Campos e aprovado pela Lei nº 4.504/1964.

O cargo de superintendente foi entregue para João Gonçalves de Souza³, civil que encarava a questão agrária como relacionada à revitalização da agricultura. Contudo, a questão agrária não foi plenamente desenvolvida nesta época, uma vez que não era prioridade do período 1964 – 1969 (pois apaziguar o campo e suas rebeliões era um caminho interessante para toda a nação). Entretanto, a questão da posse da terra não foi resolvida e a Sudene focou as atenções na modernização das atividades rurais e de setores complementares.

Na realidade, a ampla realização da reforma agrária foi substituída por projetos de colonização e de irrigação – os chamados Programas Especiais – além da criação do PIN (Programa de Integração Nacional) e do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste). Os Programas Especiais mais diretamente ligados à questão fundiária foram o POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo.

Os Planos da Sudene⁴ foram adaptados à nova sistemática de intervenção de um Estado centralizador e autoritário⁵. A mudança de regime político, porém,

² Nesse sentido, foi criada em 1962 a SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), no governo João Goulart, para conter a agitação no campo. Além disso, este presidente propôs antes do Golpe, diversas medidas de desapropriação a fim de que se realizasse uma Reforma Agrária no Nordeste. Com o Golpe, Goulart foi deposto e seus projetos, abandonados.

³ Posteriormente João Gonçalves de Souza foi substituído por Rubens Costa, no governo de Castelo Branco.

⁴ Otamar de Carvalho (1979) faz uma diferenciação em cada Plano Diretor elaborado pela Superintendência. Pela ordem Cronológica, os planos da Sudene foram os seguintes: I Plano Diretor (aprovado em 1961); II Plano Diretor (1963-1965); III Plano Diretor (1966-1968); IV Plano Diretor (1969-1973).

⁵ Segundo dados da Superintendência (1990), seguiram-se mais seis Planos Diretores, todos nacionais, sendo eles: 1) Três Planos Regionais de Desenvolvimento (PRD, para os períodos de 1972-74, 1975-79 e 1980-85); 2) Para o período de 1986-91 era previsto o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – I PND/NR; 3) Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste, em 1986 e, finalmente, 4) Para os anos de 1988-90, o I Plano Trienal de Desenvolvimento do Nordeste – I PTDN.

provocou várias alterações tanto na sociedade em geral como também na economia, que foi marcada por uma forte recessão. Segundo Carvalho (1988), a posição da Sudene no período militar foi a de administrar e buscar ampliar os incentivos, inclusive promovendo encontros com investidores, analisando a viabilidade técnica dos projetos, buscando aprovação dos mesmos para a implantação de projetos que buscavam satisfazer alguns empresários locais.

A aplicação desses incentivos financeiros se alterou durante o regime militar, favorecendo a implantação de grandes empreendimentos e impedindo a consolidação de empresas menores – o que acabou favorecendo o grande capital. Dessa forma, nasceram o Complexo Petroquímico de Camaçari, na Bahia; o Complexo Cloroquímico de Alagoas; o Porto de Suape, em Pernambuco; o Polo Industrial de Sergipe; o Polo Têxtil do Ceará e o Complexo Agroindustrial de Petrolina. A atuação da Sudene no regime militar foi alterada, conforme indica Oliveira (1977, p. 125):

Perde, pois, qualquer sentido continuar a falar de ‘economias regionais’ no Brasil, e o fato de que a própria Sudene continue a tocar uma música antiga, vem apenas em desabono do organismo de planejamento regional, que, por sinal, deixou de ter qualquer sentido de ‘planejamento’.

Esses resultados dos empreendimentos tiveram impacto importante na economia e na sociedade como um todo, sendo utilizado principalmente para legitimar o novo regime e o pacto do poder. A industrialização, a proliferação das indústrias, a modernização e finalmente, a melhoria dos índices econômicos eram apresentados como importantes mecanismos através dos quais o Nordeste superaria a situação de atraso. A industrialização aparecia como interesse e esforço do Estado, legitimando o discurso militar que, diante de tantas desigualdades, o otimismo em torno de um novo Nordeste já se configurava.

As críticas a esse modelo, porém, foram muitas: havia uma grande dubiedade em torno do novo governo, com uma divisão clara entre os chamados “duros”, com uma orientação nacionalista; e os “sourbonistas”, que visavam a

integração da sociedade com os demais países. Essa fissura de orientação ideológica causava também uma mudança na orientação do desenvolvimento, mas uma questão era de interesse comum: a questão agrária.

O chamado grupo “castelista” (1964-1967) representado pelo ministro Roberto Campos, visava uma transformação do setor agrícola através da realização da reforma agrária. Castelo Branco considerava essencial a revitalização do campo para conter as agitações, preocupação que também perpassou o governo de Costa e Silva, no qual a Superintendência foi entregue ao general Euler Bentes, que atuou juntamente com o General Albuquerque Lima (então Ministro do Interior).

Tais atores pertenciam à chamada Ala Nacionalista das Forças Armadas, que carregava consigo pressupostos de soberania, segurança e integração da nação. Os projetos de Costa e Silva apresentavam várias características dos demais governos militares, os quais visavam basicamente: assegurar o crescimento da região (diminuindo a desigualdade de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul), aumentar os investimentos em infraestrutura, criar empregos, ampliar a oferta de alimentos e melhorar os índices sociais. Como ressalta Carvalho (1987), houve uma sobrevida ao projeto do GTDN durante esse período, procurando, contudo, superar o antigo modelo de desenvolvimento com mais inovações e benefícios.

Diversamente, no período anterior, os objetivos a serem perseguidos pela intervenção do Estado passaram a ser a preservação da unidade e segurança nacional, aliviando as tensões e promovendo justiça social, a fim de manter o regime militar. O atendimento às disparidades regionais foi deixado para segundo plano, tornando-se secundário dentro das novas orientações. O IV Plano Diretor da Sudene estava em andamento para aprovação quando os objetivos do governo Costa e Silva previa outros planos para o Nordeste, a partir das determinações do Ministério da Fazenda e do Planejamento.

Além disso, na esfera nacional, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral preparou o Plano de Desenvolvimento (PND) para os anos de 1968 a 1970, que – além de ser trienal – entrava em vigor praticamente no mesmo período que o IV Plano Diretor da Sudene (previsto para o período 1969 a 1973), tornando, assim, incompatíveis os interesses regionais com os objetivos da nação. Esse impasse acabou gerando novas diretrizes para o Nordeste, especialmente a transição para os anos 1970 – marcada pelo esforço de consolidação da industrialização por intermédio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.⁶

A redemocratização, a Sudene e o desenvolvimento regional

A Constituição de 1988 trazia consigo alguns dispositivos que garantiam a transferência de renda para as regiões pobres, sem uma contrapartida de estímulos das políticas federais para o combate às desigualdades regionais. O período que compreendeu os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte revelou que os parlamentares das regiões menos favorecidas visavam a angariar recursos financeiros cada vez maiores para as regiões que representavam. Os Fundos Constitucionais do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte (FNE, FCO e FNO), junto aos Fundos de Participação de Estados e Municípios, tornaram-se fontes importantes de recursos para as regiões mais pobres, especialmente o Nordeste. Dessa forma, a política regional acabou sendo parte residual das políticas nacionais do governo federal. Algumas ações e instrumentos foram estimulados, especialmente a agricultura e a infraestrutura para os investimentos empresariais.

Algumas distorções federativas também foram verificadas no pós-1988, especialmente o fenômeno da “guerra fiscal”, na qual os estados, isoladamente, buscavam incentivos da iniciativa privada, aguçando um cenário conflitivo e

⁶ O planejamento ganhou espaço no regime militar, primeiramente no Governo Castelo Branco, com planos: PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) e o Plano Decenal. No governo Costa e Silva, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) foi o carro chefe do planejamento. No Governo Médici, o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND) ganharam notoriedade. E nos governos Ernesto Geisel e Figueiredo podemos apontar, respectivamente, o II PND e o III PND.

altamente competitivo. A questão regional passou a ser desenvolvida a partir de instituições como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O primeiro porque ele passou a ser o administrador dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento e o segundo, porque concedia crédito especial para o Nordeste.

O papel da Sudene era apenas coadjuvante nesse processo, em que algumas intervenções governamentais foram realizadas através do chamado “desenvolvimento sustentável” – influenciado pelos pressupostos do Banco Mundial e da ECO 92. A ideia predominante era a de que o combate à pobreza seria efeito caso caminhasse paralelamente à sustentabilidade ambiental. Paralelamente a essas remodelações no planejamento regional, alguns pesquisadores centraram-se em analisar a influência da “crise federativa” provocada pela descentralização da Carta de 1988, que não definiu claramente quais os papéis dos estados, dos municípios e da União.

O governo de Fernando Henrique Cardoso definiu mais claramente o papel da Sudene, decidindo por extingui-la. Havia uma clara inércia da instituição, explicada por um conjunto de razões: (1) Os Programas nacionais não se alinhavam ao viés regional; (2) As denúncias de corrupção no FINOR levaram à instalação de uma CPI para apurar as irregularidades; (3) O abandono dos governadores do Conselho Deliberativo era uma prova clara de que não estavam mais interessados na manutenção da instituição.

O cenário nacional apontava para os Programas “Avança Brasil” e “Brasil em Ação”, que priorizavam os chamados Eixos Nacionais de Integração, através dos quais as regiões dinâmicas eram privilegiadas, com destaque para Bahia, Ceará e Pernambuco – que receberam desembolsos sempre significativos em detrimento dos demais estados. Além disso, a prioridade do governo Fernando Henrique era a internacionalização da economia – especialmente a integração do Brasil com Blocos Econômicos, a exemplo do Mercosul.

Além do abandono das políticas de desenvolvimento regional, a CPI do FINOR agravou ainda mais a situação da Sudene, uma vez que divulgava corriqueiramente, na mídia, os excessos dos empresários beneficiados pelo FINOR – o que acabou comprometendo a imagem da instituição. Sem força política, a Sudene ia, aos poucos, sendo sugada por novas diretrizes nacionais.

Conclusão

Buscamos, neste artigo, abordar a trajetória da Sudene, mostrando que as primeiras alterações promovidas durante o regime militar foram decisivas, criando um processo de *path dependency*, esfacelando aos poucos a Superintendência. Essa nossa hipótese foi comprovada porque, mesmo depois da mudança de sistema político, com a redemocratização do país, não houve uma revitalização da instituição e uma reorganização da Superintendência. Ao contrário: a Constituição Federal de 1988 reservou algumas prerrogativas para garantir o apoio à superação da desigualdade regional, mas não promoveu, em contrapartida, a revitalização da Sudene.

Por outro lado, o papel do governo federal foi o de um ator estratégico distante das questões regionais, interessado apenas em cumprir com os repasses financeiros através dos Fundos Constitucionais. Estados e Municípios embrenharam-se na guerra fiscal, buscando financiamentos por conta própria para seus territórios por meio da concessão de incentivos fiscais. A descentralização foi a grande protagonista desse processo, concedendo autonomia para os entes federados – que passaram então a utilizar de suas prerrogativas para promover o crescimento das atividades produtivas em seus territórios, de forma individualizada.

O período posterior aos anos 1990 promoveu uma revalorização do local e do chamado desenvolvimento endógeno e sustentável. Alterou-se o padrão desenvolvimentista do período anterior e valorizou-se o “novo paradigma de desenvolvimento sustentável”. Estes novos pressupostos coadunavam-se com os

princípios sugeridos por instituições internacionais, como a ONU e o Banco Mundial. Mas, nesse cenário de grandes novidades, a Sudene não logrou resultados satisfatórios, tendo que se readaptar a esse novo modelo de intervenção do Estado surgida nos anos 1990, desprovida de importância institucional nesse processo.

O desenho institucional do federalismo dos anos 1990 indicava uma reorientação das políticas públicas federais – voltadas para a redução das desigualdades econômicas e sociais, sem a cooperação dos governos estaduais. A cooperação foi substituída por uma relação direta com a União, impedindo um diálogo promissor com as unidades federadas para uma ação regional satisfatória.

O pós-1988 revelava uma Sudene paralisada diante do novo quadro, em que as alterações constantes em seu desenho institucional levaram a instituição a ter atribuições bastante confusas, revelando que – desde o período militar – não houve uma revitalização satisfatória. Isso prova que, no caso particular da Superintendência, a *path dependency* teve um papel primordial nas mudanças institucionais processadas a partir de então, pois – do regime militar até a sua extinção – a Superintendência não conseguiu definir sua atuação no cenário nacional.

Os principais interessados na Superintendência, os governadores de Estado, foram os primeiros a abandonar o Conselho Deliberativo, em um indício claro de que não tinham mais interesse em sua principal fonte que os unia (os incentivos fiscais) preferindo angariar recursos isoladamente de outras fontes. Em tal situação, aplica-se as considerações de Olson (1999), que salienta que, mesmo que todos os membros de um grupo desejem racionalmente a maximização de seu bem-estar pessoal, eles não agirão de forma coletiva – a menos que haja alguma coerção para forçá-los a cooperar. Essa coerção pode ser um incentivo que não esteja diretamente vinculado ao objetivo comum, oferecido à parte e individualmente, com a condição de que esses indivíduos ajudem a arcar com o ônus envolvido na consecução do objetivo coletivo.

Quando a vantagem de agir coletivamente acabou, terminou também a atuação conjunta dos governadores de Estado para a manutenção da Sudene. O próprio Fundo da Sudene, o FINOR, deixou de ser um atrativo para a cooperação voluntária dos governadores de Estado, sendo alvo, até mesmo, de diversas denúncias de corrupção – que culminou com a montagem da CPI do FINOR. Concluímos, com esse trabalho, que o desenho institucional da Superintendência, em 2001, não garantia sua eficácia como instituição encarregada de articular interesses estaduais, cuja preferência foi pautada por sua extinção, naquele momento.

Bibliografia

ABRUCIO, F. L. *Os Barões da Federação. Os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro – o ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.

BURGUESS, M. *Between a rock and a hard place: the Russian federation in comparative perspective*. In: ROSS, C; CAMPBELL, A. (Eds.). *Federalism and local politics in Russia*. Routledge, 2009, pp. 25-53.

_____. *Comparative federalism. Theory and practice*. New York: Routledge, 2006.

CAMARGO, A. *Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático*. In: PANDOLFI, D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 39-51.

CARVALHO, I. M. M. *O Nordeste e o regime autoritário*. São Paulo: Hucitec-Sudene, 1987.

CARVALHO, O. *A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

_____. *Desenvolvimento regional: um problema político*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

CASTRO, I. E. *Solidariedade Territorial e Representação*. *Novas questões para o pacto federativo nacional*. *Revista Território*, vol. 1, 1997, p. 33-41.

_____. *O Mito da Necessidade – discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992.

COHN, A. *Crise regional e planejamento*. *O processo de criação da Sudene*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. 170 p.

COLLIER, D.; COLLIER, R. *Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

DUCHACEK, I. D. *Comparative federalism: the territorial dimension of politics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.

ELAZAR, D. *American federalism: a view from the states*. *Third Edition*: New York, Harper & Row, 1984.

_____. *Exploring Federalism*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 1987.

_____. *Federal system of the world*. New York: Stockton Press, 1994.

_____. *Self-Rule/Shared Rule: federal solutions to the middle east conflict*. Lanham: University Press of America, 1984.

_____. The role of Federalism in Political Integration. In: ELAZAR, D. J. (Org.). *Federalism and Political Integration*. Tel Aviv: Israel, Turtledove Publishing, pp. 13-57, 1979.

ELAZAR, D.; KINCAID, J. *The covenant connection: from federal theology to modern federalism*. Lanham: Lexington Books, 1994.

FERNANDES, A. S. A. Path dependency e os estudos históricos comparados. São Paulo: *BIB*, nº 53, 2002, p. 79-102.

FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. A luta pelo Nordeste e a estratégia da Sudene. São Paulo. *Digesto Econômico*. Ano XX, nº 168, 1962.

_____. A operação Nordeste. *Textos brasileiros de Economia*. Rio de Janeiro, 1959.

_____. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 2 ed.

_____. Celso Furtado entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

_____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. Discurso comemorativo aos 40 anos de atuação da Sudene. In: FORMIGA, M.; SACHS, I. *Celso Furtado, a Sudene e o Futuro do Nordeste*. Recife: Sudene, 2000.

_____. Entrevista a Maria da Conceição Tavares. *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

_____. *O Brasil Pós-Milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. São Paulo: *Revista de Economia e Política*, vol. 4, n. 3, 1984.

_____. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

GOODIN, R. E. Institutions and Their Design. In: GOODIN, R. E. (ed.). *The theory of institutional design*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 1-125.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 15, jun. 1997. p. 41-99.

HIRSCHMAN, A. *Journeys toward Progress*. New York: Twentieth CenturyFund, 1963.

_____. *Política Econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S/A, 1963.

_____. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

LAMOUNIER, B. Brazil: inequality against democracy. In: DIAMOND, L. et alii (eds.). *Democracy in developing countries in Latin America*. Boulder, Ed. Lynne Rienner, 1989.

_____. Estrutura institucional e governabilidade na década de 90. In: VELLOSO, J.P.R. (Org.). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

_____. O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. O discurso e o processo. Da distensão às opções do regime brasileiro. In: RATTNER, H. (org.). *Brasil 1980. Caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

LEVI, M. Uma lógica da Mudança Institucional. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 34, n. 1^a, 1991. p. 79-99.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

NORTH, D. *Autobiography*. The Bank of Sweden Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel, 1993.

_____. Epilogue: economic performance through time. In: ALSTON, L.; EGGERTSSON, T.; NORTH, D., (Ed.). *Empirical studies in institutional change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. Institutional change: a framework of analysis. In: SJOSTRAND, S. E. *Institutional change – theory and empirical findings*. New York: A. E. Sharpe, 1993.

_____. *Institutions, institutional change and economic performance (Political Economy of Institutions and Decisions)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Institutions, transaction costs, and the rise of merchant empires. In: TRACY, J. D. (ed.). *The political economy of merchant empires, state power and world trade 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, (1ed. 1991).

_____. *Structure and change in Economic History*, Norton, New York, 1981.

_____. Structure and performance: the task of economic history, *Journal of Economic Literature*, 16, 1978.

_____. *The economic growth of the United States 1790-1860*. New York: WW Norton & Company, 1966. (Originalmente publicada em 1961, Prentice Hall).

_____. *Understanding the process of Economic Change*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

OLIVEIRA, F. A. *Crise, Reforma e Desordem do Sistema Tributário Nacional*. Fev. 1992. 210 f. Tese (Livre Docência) – Departamento de Economia, UNICAMP, Campinas, 1992.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Brasiliense, 1975. (Seleções Cebrap 1).

_____. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

_____. *Elegia para uma (Re)ligião. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

_____. Quem tem medo da governabilidade? São Paulo: *Novos Estudos Cebrap*, n° 41, março 1995. p. 61-77.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva. Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional – Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

STEPAN, A. *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven: Yale University Press, 1973. Second hardcover printing, 1975. Yale paperback, sixth printing, 1985.

_____. (Ed.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. Modern multi-national democracies: transcending a Gellnerian Oxymoron. In: HALL, J. A. (org.). *The state of the nation: Ernest Gellner and the Theory of Nationalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do Demos. *Dados*, vol. 42, n. 2, 1999, p. 197-251.

THELEN, K; STEINMO, S. Historical Institutionalism in comparative politics. In: THELEN, K; STEINMO, S.; LONGSTRETH, F. Structuring políticas. Historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1-27.

VIDAL, F. C. B. Nordeste do Brasil – atualidade de uma velha questão: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

**Palavras-
chave:**

Sudene.
Desenvolviment
o regional.
Federalismo

Resumo: Este artigo se propõe a analisar o comportamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), especialmente entre os anos de 1959 até 2001 (nascimento e extinção). Buscaremos analisar quais foram os fatores que motivaram sua extinção, concomitantemente à análise do processo decisório, salientando o papel dos atores políticos envolvidos, buscando compreender também a ascensão da Agência do Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) em substituição à Superintendência. Utilizamos uma metodologia de fonte primária, que consta das Atas do Conselho Deliberativo da Sudene, bem como os jornais da época de fundação e extinção e os programas elaborados pela Sudene durante o regime militar. Buscamos realizar essa análise através da teoria institucionalista, especialmente porque consideramos a path dependency importante para o objeto em questão. O presente artigo justifica-se porque o conhecimento de tal trajetória é essencial como parte da memória do desenvolvimento regional no Brasil

Keywords:

Sudene.
Regional
Development.
Federalism

ABSTRACT: The purpose of this article is to draw the institutional trajectory of Northeast Development Superintendency (Sudene), since its foundation in 1959 until its extinction in 2001. As a secondary objective, we sought to elucidate the political motivations that permeated the debate over extinction, political actors involved, as well as replacements for this model of development hitherto processed. The methodology includes the Atas of the Deliberative Council of Sudene, newspapers at the time of foundation and extinction, as well as programs developed by Sudene during the military regime. We are supported in this article by institutionalist theory, especially the aspect that prioritizes historical institutionalism. This Article is justified, particularly since we do not know, yet, a work traced the institutional trajectory of the Superintendent, and such proposal therefore shows up original.

Recebido para publicação em janeiro/2016

Aceito para publicação em abril/2017

Sociologia das ausências e das emergências na análise teórico-epistemológica de uma política pública participativa

Adriane Vieira Ferrarini

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (BRA)

As últimas décadas têm sido marcadas por transformações sem precedentes na ciência e na sociedade. No âmbito das políticas, os tradicionais formatos setoriais, fragmentados e verticalizados de programas sociais e serviços, dão mostras de esgotamento em sua eficiência e efetividade. No Brasil, graduais mudanças no sentido da democratização e universalização da política pública tiveram início a partir da Constituição Federal de 1988. Na primeira década e meia deste século, sob governos populares, houve significativa ampliação de políticas inclusivas, as quais expressaram amadurecimento em seus fundamentos e

procedimentos participativos. Contudo, a materialização de princípios democráticos não acontece de forma espontânea. Exercícios de cidadania ativa – preconizados em textos constitucionais – desafiam gestores e profissionais a novas lógicas, valores e vivências, que, por sua vez, requerem planejamento e capacitação.

Tal desafio motivou a realização desta pesquisa sobre uma política pública que se diferenciou por adotar o desenvolvimento local integrado e sustentável como perspectiva metodológica, permitindo uma radicalização do seu caráter participativo. O objeto empírico foi o Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas (PIRAD), desenvolvido pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) no Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com a Sociedade de Cooperação Alemã (GTZ) e a Refinaria Alberto Pasqualini – Petrobras (Refap), no período de 1999 a 2002, em três grandes regiões ligadas a sub-bacias de arroios em áreas ambientalmente degradadas e onze municípios no Estado do Rio Grande do Sul (RS).

A pesquisa foi realizada através de análise documental, observação participante, entrevistas semiestruturadas com técnicos e beneficiários, bem como estudo de caso, numa das comunidades envolvidas (o Bairro Guajuviras, no município de Canoas-RS). O PIRAD teve a duração de um governo (1999 e 2002), mas mantém-se emblemático e atual em função das inovações propostas e implementadas. Ainda que outros programas tenham se inspirado em perspectivas de desenvolvimento local (a exemplo do Brasil Local e Territórios da Paz), eles não preconizavam a implementação integral das metodologias participativas e o estabelecimento do processo de cogestão da política com a população envolvida.

Teoricamente, o campo de estudos sobre movimentos e alternativas sociais de enfrentamento a expressões da questão social até a década de 1980, no Brasil, revela a externalidade da atuação da sociedade civil em relação à política institucional. A partir da redemocratização do país, em meados de década de 1980, o envolvimento da sociedade na implementação de políticas públicas, o

acesso a recursos governamentais diversos ou a ocupação de posições diretamente no interior do aparelho do Estado passam a demandar de pesquisadores uma concepção teórica que considere padrões e níveis de inclusão e de exclusão na relação entre Estado e sociedade civil (SILVA e OLIVEIRA, 2011).

Esforços também vêm sendo feitos no sentido de atualização de referenciais da teoria crítica, com ênfase nas novas compreensões acerca da emancipação social na contemporaneidade. Surge a necessidade de reconhecimento e de valorização da dimensão subjetiva ou imaterial nas lutas sociais, marcadas pela crescente evidência e impacto de determinantes culturais, religiosos, étnicos, políticos e cognitivos. Com isso, a teoria crítica é requisitada a fornecer interpretações mais complexas e plurais, contribuindo para a compreensão dos projetos e processos emancipatórios no âmbito da sociedade civil e do Estado (SANTOS, 2000; TOURAINÉ, 1998).

A sociologia das ausências e das emergências é um referencial do campo da teoria crítica contemporânea que evidencia processos imateriais e saberes, presentes tanto na desigualdade social quanto nas alternativas de sua superação, porém invisibilizados e silenciados pela imposição colonial do pensamento ocidental. Análises dos impactos de políticas em contextos de pobreza costumam enfatizar a melhoria de renda e mesmo indicadores de aumento da escolaridade, acesso à saúde, dentre outros. A abordagem utilizada nesta pesquisa considera, em conjunto com tais aquisições, processos participativos como meio e a participação cidadã como finalidade da política. Processos participativos de alta intensidade reconhecem e valorizam os múltiplos saberes presentes no território, fazendo emergir a dimensão epistemológica indissociável – porém não raras vezes implícita – das práticas sociais e da política pública.

Este artigo tem por objetivo a análise da referida política participativa e integrada através do referencial teórico-epistemológico da sociologia das ausências e das emergências. Não se trata de uma teoria nova, visto ter sido publicizada por Boaventura de Sousa Santos desde 2003, tendo sido

posteriormente disseminada em artigos do autor e desdobrada em posteriores reflexões sobre "epistemologias do sul" – como o autor denominou (SANTOS, 2008, 2010; SANTOS e MENESES, 2016). Ademais, há no Brasil outras publicações ancoradas na sociologia das ausências e das emergências (VERONESE, 2005; RODRIGUES, 2007; GUARESCHI e VERONESE, 2009; GOMES, 2011). Contudo, este texto tem a singularidade de apresentar a teoria de forma pormenorizada e, principalmente, de demonstrar a sua efetiva aplicação na pesquisa, evidenciando os resultados teórico-empíricos alcançados.

Ainda que se considerem as referidas virtudes do PIRAD e as possibilidades de sua reaplicação, este texto não focará na sua descrição e análise, algo feito em estudos pregressos (FERRARINI e CATTANI, 2010; FERRARINI, 2012). Neste artigo, o PIRAD terá a função primordial de propiciar a compreensão do processo de interpretação dos dados através da sociologia das ausências e das emergências e o potencial desse referencial teórico-epistemológico para futuras pesquisas.

Sociologia das ausências e das emergências

A teoria crítica surge como contraponto à perspectiva cartesiano-positivista de naturalização das estruturas sociais, cuja consequência no âmbito político foi a legitimação de posicionamentos reacionários e práticas conservadoras. Alicerçada em fundamentos marxianos que concebem o ser humano como produtor das formas históricas de vida individual e social, a teoria crítica relacionou o funcionamento da sociedade à formação de classes sociais (e a emancipação social à superação da desigualdade entre as classes). Se, por um lado, não restam dúvidas a respeito da validade desses fundamentos históricos da vida social; por outro, a realidade social contemporânea requisita sua revisão e ampliação.

O último século tem sido um período marcado por inúmeras experiências com intencionalidade emancipatória, cuja riqueza social está sendo desperdiçada

em termos de efetivação das mudanças sociais e da aprendizagem que se podem obter a partir delas. Para Santos (2001), é desse desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim. O autor atribui ao exclusivismo epistemológico da ciência moderna a responsabilidade por esconder ou desacreditar as alternativas, visto que a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que aquilo que a tradição científica e filosófica ocidental conhece e valida. Para combater o desperdício, não basta propor outro tipo de ciência social, mas um modelo diferente de racionalidade capaz de repensar a emancipação social na contemporaneidade, sistematizada por Santos (2000) através da teoria crítica pós-moderna de oposição¹, que posteriormente ele definirá como pós-colonialista (2016).

A inclusão da dimensão epistemológica é proposta para a superação de lacunas causadas pelo determinismo, materialismo e objetivismo predominantes na teoria crítica moderna, que se refletem tanto na compreensão e atualização teóricas quanto no conceito de questão social e de emancipação. Submeter a concepção de questão social ao debate epistemológico contemporâneo significou a afirmação de que a questão social possui dupla dimensão. À dimensão societária tradicionalmente analisada pelos teóricos críticos – expressa pelo próprio capitalismo através da desigualdade na relação entre classes (capital e trabalho) – a dimensão epistemológica é acrescentada – expressa pelo colonialismo através da relação entre Norte e Sul (SANTOS, 2001).

O colonialismo é responsável pela imposição da ciência moderna como único conhecimento válido e pela dizimação de outros saberes e culturas que passam a ser considerados marginais, locais, selvagens ou primitivos e, portanto, não credíveis. Ambas as dimensões da questão social encontram-se

¹ Santos (2001) distinguiu a pós-modernidade celebratória (que afirma o fim da história e a desconstituição de estruturas) da pós-modernidade de oposição (que considera a permanência dos ideais da modernidade e das estruturas, mas entende que isso exige redefinições que não podem ser abarcadas pelo paradigma da modernidade).

profundamente articuladas. No entanto, a ênfase à dimensão epistemológica na teoria crítica se deve ao fato de ter sido negligenciada por conta do materialismo reinante na modernidade – que, ao final, acaba paradoxalmente por enfraquecer a própria experiência concreta (SANTOS, 2003).

O pós-colonialismo de Santos (2000, 2016) propõe que todo o conhecimento crítico deve começar pela crítica do conhecimento a partir de uma tradição epistemológica marginalizada e desacreditada na modernidade: a da emancipação social. Trata-se do chamado conhecimento-emancipação, também designado por solidariedade ou conhecimento-reconhecimento.

Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem que é difícil imaginar um conhecimento que funcione pelo princípio da solidariedade. É o desafio, não devemos nos contentar com um pensamento de alternativas, mas um pensamento alternativo de alternativas (SANTOS, 2000, p. 30).

O ponto central do conhecimento-emancipação é não aspirar a uma grande teoria, mas a uma teoria da tradução que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias – todas finitas e incompletas, apenas sustentáveis quando articuladas em rede. A subjetividade emergente conhece a si mesma e ao mundo através do conhecimento-emancipação, que lhe possibilita conceber e desejar alternativas sociais. O ponto de ignorância do conhecimento-emancipação se designa por colonialismo, ou seja: é o não reconhecimento do outro como sujeito do saber.

Para Santos (2000), a opção pelo conhecimento-emancipação apresenta três implicações. A primeira é a transição do mono para o multiculturalismo através do reconhecimento de outras culturas e modos de pensar e viver.

A questão é, pois: como realizar um diálogo multicultural quando algumas culturas foram reduzidas ao silêncio e as suas formas de ver e conhecer o mundo se tornaram impronunciáveis? Em outras palavras, como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a linguagem hegemônica que o pretende fazer falar? (SANTOS, 2000, p.30).

A segunda é a transição da peritagem heroica ao conhecimento edificante, numa ruptura com a validação, aplicação e operacionalidade técnica do conhecimento independentemente das condições que o tornaram possível através de um processo designado como “falsa equivalência de escalas” (SANTOS, 2000).

Dado que a ciência moderna desenvolveu uma enorme capacidade de agir, mas não desenvolveu uma correspondente capacidade de prever, as consequências de uma ação científica tendem a ser menos científicas do que a ação científica em si mesma. Esse desequilíbrio e a falsa equivalência de escalas que o oculta tornam possível o heroísmo técnico do cientista (SANTOS, 2000, p. 31).

Não se trata de negar a profissionalização do conhecimento: ela é indispensável quando o conhecimento é aplicado de forma partilhada. Essa corresponsabilização contém na sua base um compromisso ético que se expressa em formas participativas e democráticas de colocar o conhecimento técnico a serviço da população e, com ela, construir e reconstruir práticas sociais.

A terceira é a transição da ação conformista à ação rebelde. A dicotomia entre estrutura e ação, apesar de útil, foi absorvida pelo campo epistemológico do conhecimento-regulação e se transformou predominantemente no debate sobre a ordem em vez do debate sobre a solidariedade.

Pautado nas transições necessárias para a construção do conhecimento-emancipação, Santos afirma que, na contemporaneidade, a ideia de emancipação social não se extingue; ao contrário, se pluraliza. A emancipação passa a ser revista à luz das transições na sociedade e na ciência e, ao invés de se falar em emancipação, pode-se falar em emancipações. Em primeiro lugar, porque a emancipação não possui princípio único de transformação social, não há agentes históricos únicos nem uma única forma de dominação e as faces negligenciadas da opressão são múltiplas, não sendo possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum. Hoje, a luta social é múltipla, plural, pulverizada em centenas de diferentes causas (inclusão de múltiplas expressões da questão social secundarizadas no projeto emancipatório moderno) e globalizada. Em segundo lugar, a industrialização não é necessariamente o motor do progresso, pois se assenta numa concepção retrógrada de utilização da natureza que leva à sua degradação. Além disso, o bem-estar das populações não depende da riqueza, mas da sua distribuição (SANTOS, 2001).

O conhecimento-emancipação é construído através de três procedimentos analíticos que contribuem para a desconstrução da racionalidade hegemônica e possibilitam a construção de alternativas emancipatórias: sociologia das ausências, sociologia das emergências e trabalho de tradução. A ampliação do mundo e a dilatação do presente começam pela sociologia das ausências, investigação que visa demonstrar que o inexistente é ativamente produzido e alterar objetos impossíveis em possíveis para, com base neles, transformar ausências em presenças. A sociologia das ausências parte da desconstrução da razão metonímica, que concebe a totalidade a partir de um princípio de ordem e afirma a homogeneidade entre o todo e as partes, sendo a mesma governada por uma só lógica. Apesar de desacreditada, a razão metonímica é dominante. Sob o véu da totalidade, as partes são ocultadas e ocorre uma contração do presente, ou seja: esconde-se a maior parte da riqueza inesgotável da experiência social do mundo. Há muitas maneiras de “não existir”; há múltiplas lógicas e processos através dos quais a razão metonímica produz a não existência. Por isso, a crítica da razão metonímica é condição necessária para recuperar a experiência desperdiçada (SANTOS, 2003).

A dilatação do presente – formulada por autores literários como, por exemplo, Franz Kafka – é aplicada à sociologia através de dois procedimentos: o primeiro consiste na proliferação das totalidades (não se trata de ampliar a totalidade proposta pela razão metonímica, mas de fazê-la coexistir com outras totalidades); o segundo, em mostrar que qualquer totalidade é feita de heterogeneidade e que as partes que a contém têm vida própria fora dela. Em outras palavras, Santos (2003) propõe pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem para revelar outras relações alternativas que têm sido ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas. “Pensar o Sul como se não houvesse o Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse o senhor” (SANTOS, 2003, p. 743).

A sociologia das ausências se desenvolve através da desconstrução de cinco lógicas ou monoculturas, às quais correspondem a construção ou identificação do

que se encontra invisibilizado e que se expressa através de cinco ecologias, respectivamente.

| LÓGICAS OU MONOCULTURAS | SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS |
|---|---|
| <p>Saber e rigor do saber: Ciência moderna como critério único e melhor. Tudo aquilo que o cânone da ciência moderna não legitima ou reconhece é considerado inexistente.</p> <p>A não existência assume a forma de ignorância.</p> | <p>Ecologia dos saberes: Há outros saberes e critérios de rigor que operam em contextos e práticas declarados não existentes, o que dá credibilidade para participar de debates epistemológicos com saberes científicos. Não há ignorância em geral nem saber em geral.</p> <p>Sociologia das ausências: institui princípio de incompletude em todos os saberes, cujo confronto e diálogo entre processos transformam práticas diferentemente ignorantes em diferentemente sábias.</p> |
| <p>Tempo linear: A história tem sentido e direção únicos e conhecidos e os países centrais estão na frente do tempo.</p> <p>A não existência é algo assimétrico com o que é avançado, considerado atrasado e denominado como tradicional, pré-moderno, simples, obsoleto ou subdesenvolvido.</p> | <p>Ecologia das temporalidades: O tempo linear nunca eliminou outras concepções, como o tempo circular (ou idéia da espiral, do eterno retorno). Experiências são consideradas residuais porque são contemporâneas do tempo linear (passam de forma fugaz).</p> <p>Sociologia das ausências: restitui temporalidade própria das práticas sociais e possibilidade de desenvolvimento autônomo. Coisas aparentemente anacrônicas (tradições e técnicas antigas) podem ser validadas frente a novas tecnologias.</p> |
| <p>Classificação social: Assenta-se na naturalização das diferenças e consiste na distribuição da população por categorias que naturalizam hierarquias. As classificações racial e sexual são mais salientes, pois na relação capital/trabalho é negada a intencionalidade (dominação é</p> | <p>Ecologia dos reconhecimentos: Essa lógica incide prioritariamente sobre os agentes (apesar de que as outras também o fazem) e posteriormente sobre a experiência social (práticas e saberes) de que são protagonistas. A colonialidade determina quem é igual e quem é diferente.</p> |

| | |
|--|---|
| <p>conseqüência e não causa).</p> <p>A não existência assume a forma de inferioridade.</p> | <p>Sociologia das ausências: procura nova articulação entre os princípios de igualdade e diferença e abre espaço para diferenças feitas por reconhecimentos mútuos. Diferenças não devem desaparecer.</p> |
| <p>Escala dominante: Aparece sob duas formas, universal (realidade ou entidade que precede e vigora independentemente de contextos específicos) e global (que alarga por todo o globo e designa entidades locais como rivais, com importância sem precedentes).</p> <p>A não existência é produzida sob a forma do local e do particular, escalas não creíveis como alternativas.</p> | <p>Ecologia das transescalas: Recuperação daquilo que no local não é efeito da globalização hegemônica e exige que o local seja conceitualmente desglobalizado. O que foi integrado é designado como globalismo localizado.</p> <p>Sociologia das ausências: explora a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica, ou seja, a desglobalização do local e sua eventual reglobalização contra-hegemônica. Exige imaginação cartográfica para ver o que cada escala mostra e o que oculta para lidar com mapas cognitivos que operam com diferentes escalas e para detectar as articulações locais/globais.</p> |
| <p>Lógica produtivista: Questiona critérios de produtividade capitalista e de crescimento como objetivo racional inexorável. Aplica-se à natureza (maximamente fértil num ciclo de produção) e ao trabalho (maximização da geração de lucros).</p> <p>A não existência assume a forma de improdutivo que, aplicado ao trabalho, é preguiça e, à natureza, é infertilidade.</p> | <p>Ecologia de produtividade: Recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, organizações econômicas populares, cooperativas, empresas autogeridas e economia solidária, as quais a ortodoxia produtivista capitalista ocultou. Questiona o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico e a primazia da acumulação sobre distribuição.</p> <p>Sociologia das ausências: visa reconstruir as formas alternativas de produção para além da relação de subalternidade.</p> |

Tabela 1 - Quadro conceitual da sociologia das ausências, elaborado pela autora a partir de Santos (2003).

Posteriormente, a sociologia das emergências é o procedimento que visa à contração do futuro como superação linear, automática e infinita do presente, sob

a forma de planificação da história e domínio da natureza. A crítica da razão proléptica permite contrair o futuro, torná-lo escasso e passível de cuidado. Com isso, em vez de estar condenado, o futuro se transforma em fator de ampliação do presente, “um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente, utópicas e realistas, que se vão construindo no presente” (SANTOS, 2003, p. 751).

O conceito que precede é o “ainda não”, proposto por Ernest Block, categoria complexa porque não se refere à falta, mas exprime o que existe apenas como tendência ou movimento latente. O “ainda não” é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata; é capacidade (potência) e possibilidade (potencialidade) que levam a mudança a incluir o componente de incerteza e de acaso e remete a não desperdiçar a oportunidade única de uma transformação específica que o presente oferece.

Construído a partir da sociologia das emergências, o futuro é possível, mas incerto; porque, se por um lado, é impossível blindar a esperança contra a frustração; por outro, é necessário maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração reinante ao pensar a emancipação social na sociedade contemporânea. As expectativas modernas eram grandiosas (falsamente infinitas e universais) e justificaram mortes e destruições em nome de uma redenção vindoura. Na sociologia das emergências, as expectativas são contextuais e têm os seguintes campos sociais como fundamentais para a revelação da sua multiplicidade e diversidade:

| SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS: |
|--|
| Experiências de conhecimento: Conflitos e diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimentos (tecnologia e conhecimentos indígenas, medicina moderna e tradicional, agricultura industrial e sustentável, conhecimentos técnicos e leigos). |
| Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção: Conflitos e diálogos possíveis entre todas as diferentes formas e modos de produção (ecofeministas e gandhianas, populares, cooperativas, microcrédito, formas redistributivas, comércio justo e etc.). |
| Experiências de reconhecimento: Conflitos e diálogos possíveis entre diferentes sistemas de classificação social (capitalismo, racismo, sexismo e xenofobia, multiculturalismo, discriminação positiva e cidadania pós-nacional e cultural). |
| Experiências de democracia: Conflitos e diálogos possíveis entre o modelo hegemônico (democracia representativa liberal) e o modelo emergente (democracia participativa). |
| Experiências de comunicação: Conflitos e diálogos possíveis derivados da revolução das tecnologias de comunicação entre fluxos e meios de comunicação globais e as redes e mídias independentes. |

Tabela 2 - Quadro conceitual da sociologia das emergências, elaborado pela autora a partir de Santos (2003).

Por último, o trabalho de tradução objetiva a criação de um consenso transcultural – ele não atribui estatuto de totalidade a quaisquer experiências e permite ver o subalterno tanto dentro quanto fora da relação de subalternidade. Esse procedimento sociológico busca responder à seguinte questão: qual é a alternativa à teoria geral? Em vez de propor outra teoria geral, ele visa criar inteligibilidade entre práticas e saberes diferenciados para a ampliação da capacidade de articulação em redes contra-hegemônicas (SANTOS, 2003, 2016).

Para tanto, há dois tipos de traduções: de saberes e de práticas. A tradução entre saberes assume a forma de uma hermenêutica diatópica, consistindo no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vistas a identificar preocupações isomórficas. Parte da ideia de que todas as culturas são relativas, o que não significa adotar o relativismo como atitude filosófica. A tradução entre práticas sociais e seus agentes visa criar inteligibilidade específica entre formas de organização e objetivos da ação. Ela ocorre em meio ao aumento de experiências que a sociologia das ausências e das emergências permite captar, sem que haja um princípio único de transformação social. Portanto, é através da inteligibilidade que se pode construir alianças, pois o trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os movimentos e práticas. “Os pontos em comum representam a possibilidade de uma agregação a partir de baixo, alternativa possível para uma agregação a partir de cima imposta por uma grande teoria ou por um ator social privilegiado” (SANTOS, 2003, p.763). A tradução é simultaneamente um trabalho intelectual, político e emocional porque pressupõe um inconformismo com determinada prática e porque se assenta na emoção cosmopolita de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber ou a nossa experiência.

Nesta pesquisa, a escolha do referencial epistemológico-teórico da sociologia das ausências e das emergências, para interpretação e análise dos dados empíricos, deveu-se ao seu potencial de permitir a identificação de possíveis sínteses construídas a partir da interação entre os diferentes saberes e práticas de técnicos e da população envolvida. Tal interação foi possível graças ao caráter metodológico radicalmente participativo da política pública pesquisada.

Política pública participativa: uma metodologia inovadora

Inicialmente, a produção de dados se deu através de pesquisa documental na Metroplan, organização regional responsável pela execução do PIRAD. Os técnicos disponibilizaram relatórios a partir dos quais foi possível fazer um levantamento acerca da história, concepções norteadoras, implementação e

avaliação do Programa. Posteriormente, foram realizadas entrevistas com oito técnicos e gestores das três organizações envolvidas. Três técnicos eram funcionários públicos ligados à Metroplan e cinco foram contratados como agentes locais ou gestores da GTZ, devido à sua qualificação técnica e participação em experiências anteriores de processos participativos. Por último, foi realizado um estudo de caso no Bairro Guajuviras – situado no município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre – através de observação participante e da realização de entrevistas com cinco moradores do bairro que participaram ativamente das etapas do PIRAD. A pesquisa empírica foi realizada no período de 2003 a 2006. O Programa perdurou por apenas quatro anos, mas foi herdeiro do debate e de experiências acumuladas pela GTZ no RS ao longo de mais de dez anos – o que lhe possibilitou desenvolver características e métodos ainda inovadores.

O primeiro eixo do PIRAD priorizou a participação popular, a fim de possibilitar à população envolvida passar de objeto a sujeito da política pública. O trabalho nos projetos foi pautado pela ampliação da capacidade de autogestão das comunidades; os conselhos ou fóruns comunitários/municipais foram fortalecidos como instâncias de participação ativa da população e foi necessário viabilizar a formação de parcerias entre setor público e terceiro setor. Técnicos de diferentes áreas identificaram a importância de capacitar lideranças para o desenvolvimento do trabalho comunitário com a perspectiva de se tornarem multiplicadoras. Para tanto, eles adotaram os fundamentos e métodos do desenvolvimento local integrado e sustentável. “Foi o maior salto [...] Não se queria iniciar o processo pelas ações, mas pelo ser humano, para tirar propostas coletivas e participativas, não individuais. Em primeiro lugar estava a formação deles, formá-los na importância do trabalho deles para a comunidade” (TÉCNICO 6).

O segundo eixo buscou a complementaridade do enfoque produtivo nas ações sociais, através de atividades autogestionárias de trabalho e renda que possibilitaram uma melhoria sustentável das condições de vida das famílias envolvidas. As áreas de intervenção caracterizam-se pela alta densidade

populacional, baixa renda, carência de saneamento básico e de serviços públicos em geral – com áreas de risco ocupadas e áreas verdes naturais devastadas. A água é o recurso natural que primeiro recebe o impacto dessa ocupação desordenada do espaço territorial.

No lugar de trabalhar em certas vilas, escolhidas como áreas-piloto, a METROPLAN passou a atuar em sub-bacias que se caracterizam pelo acúmulo de problemas urbanísticos e população de baixa renda. Estas microrregiões representam um novo desafio para a metodologia participativa, tendo em vista o número elevado de moradores e a necessidade de estruturar um processo participativo de discussão sobre as prioridades para o desenvolvimento local, a construção de parceria e a gerências das atividades (BARTH E BROSE, 2002, p.69).

A organização comunitária foi definida como condição básica para a sustentabilidade do desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico ao longo do desenvolvimento e da implementação dos projetos. Para tanto, foi feita a identificação, nucleação e capacitação de lideranças comunitárias, constituição de comitê gestor local, realização de diagnóstico participativo, definição de prioridades, busca de recursos em parceria e execução dos projetos. Na fala de técnicos do PIRAD estava presente a ideia de que “não adianta fazer pela comunidade ou entregar pronto, os serviços e obras da política pública devem servir como pretextos pedagógicos para a participação e organização popular”. Essa ideia pareceu central e foi percebida também na fala dos moradores e nos resultados do projeto; apesar do curto tempo em que foi executado, ficaram obras planejadas pela população envolvida, captando e gerindo recursos através do orçamento participativo estadual, além da criação de outros empreendimentos nos anos posteriores ao término do PIRAD a partir da organização comunitária instaurada naquela época – e ainda hoje atuantes.

A análise teórico-empírica da experiência à luz da sociologia das ausências e das emergências deu-se a partir da desconstrução de cada monocultura no âmbito da política pesquisada e, posteriormente, na identificação de evidências de sínteses multiculturais ou “ecologias”, conforme propõe o referencial utilizado. No campo dos saberes, a monocultura consistiu no fato de que os técnicos eram

considerados *experts* na área ambiental, conheciam objetivamente a realidade e podiam definir o que deveria ser feito; eles agiam, na realidade, através da manipulação de técnicas e seu envolvimento era controlado. A ecologia dos saberes foi identificada a partir do momento em que os técnicos, através da sensibilização gerada pela interação com a metodologia do desenvolvimento local integrado e sustentável, reconheceram que as pessoas que vivem no território conhecem melhor do que ninguém a sua realidade. Tais técnicos admitiram o seu desconhecimento acerca do que as comunidades necessitavam e da necessidade de provê-las de competências para identificarem suas próprias necessidades e trabalharem em conjunto com os técnicos. A primeira mudança efetiva ocorreu nos procedimentos de diagnóstico, que passaram a ser realizados pelos próprios moradores através de visitas, entrevistas e registros fotográficos do território – técnica denominada “mapa falante”. Os moradores da comunidade conseguiram, com mais facilidade do que teriam os técnicos, fazer as adaptações nos procedimentos para que a população mais excluída pudesse compreender e se sensibilizar acerca dos objetivos do programa, ampliando a participação e a abrangência das ações.

Isso não significa que a população envolvida passe a prescindir dos técnicos, mas que eles submetem seu saber, glórias, métodos, técnicas e sua inserção social a uma profunda crítica dos organismos aos quais pertencem e de sua ligação com o saber hegemônico. “Estes especialistas são verdadeiramente especiais; a eles é delegado um saber que foi produzido em estreita colaboração com os diretamente interessados nos benefícios de suas aplicações” (BAREMBLITT, 1996, p. 43). Os técnicos passaram a ser vistos de outra forma pela comunidade, com desconstituição da visão do profissional distante, formal e frio, cuja fala é de difícil entendimento para alguém próximo e parceiro no projeto. O compromisso ético, o envolvimento com a população e a identificação pessoal com a causa foram elementos referidos pelos técnicos. “O mais importante é na ponta: o que me interessa mesmo é a quem estou servindo. Se me

dedico a trabalhar com comunidade de baixa renda (...) tenho que lembrar que tenho meus interesses, mas este é o meu público” (TÉCNICO 9).

A monocultura da classificação social se expressou nesse caso através da representação que a mídia, a sociedade em geral e muitos moradores fazem de si mesmos como pobres, incapazes, inferiores, preguiçosos ou violentos. A ecologia dos reconhecimentos ocorreu inicialmente entre as lideranças comunitárias com outros moradores da comunidade. A comunidade reproduz estigmas, relações de poder e guetos em sua estrutura e funcionamento. Com a pesquisa, foi possível constatar que todo o reconhecimento começa pelo autorreconhecimento, pelo resgate ou construção de sua própria identidade e autoestima, pelo ato de conhecer sua história, ter orgulho das raízes culturais e valorizar suas conquistas. O diagnóstico participativo realizado pelos moradores permitiu-lhes romper com classificações sociais prévias. Exemplo disso ocorreu quando as lideranças, no processo de diagnóstico, foram entrevistar moradores e fotografar “a periferia da periferia” no seu território.

A gente fez um mapa falante e viu que ainda têm áreas muito precárias, as pessoas têm necessidades mesmo e têm dificuldades de se deslocarem de lá também. Às vezes, pela própria dificuldade, eles ficam acomodados e, como a sociedade, ela pensa mais no paternalismo, nas doações. Então tem que ter um modo que as pessoas possam ter uma melhor educação para poder viver, nem digo sobreviver, porque tem que viver mesmo, né, não é sobrevivência, não (MORADORA 1).

Essa moradora relatou que costumava julgar alguns vizinhos pela sua apatia e, ao ver de forma mais aprofundada as condições em que eles viviam, passou “a olhar com outros olhos”. A partir de descobertas como essa é que o comitê gestor local, posteriormente, definiu a geração de renda como uma prioridade. Outro exemplo foi o processo desencadeado pelas trabalhadoras do galpão de reciclagem – uma das conquistas da comunidade ao longo do PIRAD. No início, elas eram vistas pela comunidade de forma preconceituosa, chamadas de lixeiras ou papelleiras. Hoje as pessoas as reconhecem como recicladoras e educadoras ambientais. Com o PIRAD, os moradores foram estimulados a registrar suas ações através de relatos, fotos e filmagens, que foi uma forma de

valorização da história local e de suas datas comemorativas. É uma comunidade com história e recursos políticos sócio-organizativos, pois as pessoas viviam em área invadida e que foi regularizada graças a várias mobilizações. Além disso, o Bairro Guajuviras, que carrega o estigma social de ser a comunidade mais violenta do Estado do RS, reforçou uma imagem positiva através da divulgação dessas conquistas e inovações.

A monocultura do tempo linear, do ponto de vista da comunidade, manifestou-se através da sua concepção como atrasada, com práticas retrógradas e místicas, necessitando de atualização e progresso. Do ponto de vista da política pública, a monocultura se relaciona com o tempo pré-definido dos projetos, com a linearidade das etapas de execução e com a previsibilidade dos resultados. A ecologia das temporalidades permitiu identificar, por exemplo, que práticas consideradas anacrônicas, como receitas caseiras e da medicina popular, foram resgatadas para a elaboração de medicamentos e de complementação alimentar para crianças desnutridas, num trabalho desenvolvido em parceria com lideranças que participaram do PIRAD e que também exerciam atividades na Pastoral da Criança². A implantação do clube de trocas com moeda social é outro destaque, pois é uma prática de economia solidária que surge a partir da antiga noção de escambo, tendo possivelmente sido a inovação que maior visibilidade conferiu ao bairro nesse programa.

Quanto à política pública, houve a percepção de que o tempo dos resultados não se conforma ao tempo dos programas, quando esses possuem intencionalidade e instrumentalidade voltadas à emancipação social. Por um lado, o limite do tempo de duração do Programa imposto pela troca de governo impediu a ampliação e consolidação de muitos processos. “A grande maioria das comunidades não se manteve porque o Programa terminou quando estava no ponto bom de trabalho” (TÉCNICO 5). Por outro lado, muitas obras foram

² Organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reconhecida como uma das mais importantes organizações em todo o mundo a trabalhar em ações de combate à mortalidade infantil e melhoria da qualidade de vida das crianças e suas famílias, cujo trabalho foi amplamente desenvolvido e difundido pela médica sanitária brasileira Zilda Arns, morta no Haiti no ano de 2010. É uma instituição comunitária com grande capilaridade nas periferias do Brasil.

executadas depois do término do PIRAD e a maioria das ações instauradas naquela época permaneceram ou avançaram. “Não tem solução para o RS ou para cidades em quatro anos. Para buscar soluções para as comunidades, primeiro, tem que ter o tema da integralidade e, segundo, tem que planejar mesmo para vinte anos, senão não tem saída” (TÉCNICO 3).

Destaca-se também a consciência do tempo dos processos, ou o que Paulo Freire (1983) denominou de paciência histórica. “Tenho medo de parecer muito otimista porque falo com muito entusiasmo do trabalho. Eu não estou, com isso, dizendo que ele é fácil, que se conseguiu muitas coisas, que os arroios estão limpos. O trabalho é lento, mas ele acontece. E eu vejo isso” (TÉCNICO 1).

Na monocultura produtivista, a comunidade é vista como improdutiva, pois não possui recursos financeiros ou materiais; as pessoas são tidas como apáticas, sem qualificação profissional nem organização para o trabalho. Múltiplas iniciativas econômicas foram incentivadas através das capacitações e do fomento a experiências e empreendimentos de economia solidária. O clube de trocas solidárias com moeda social, pioneiro no RS, tornou-se referência no Estado e no País para a implantação de outros clubes (atualmente, em torno de quinze). Outra iniciativa importante surgiu de um pequeno grupo de mulheres que discutia ações para educação ambiental, passou a organizar-se sob a forma de cooperativa e construiu o referido galpão de reciclagem (que oferece atualmente trabalho e renda para aproximadamente 30 famílias) com recursos conquistados através do Orçamento Participativo, o que não era algo simples. Destaca-se também a criação de cooperativas e de uma rede de empreendimentos solidários na comunidade. A ecologia da produtividade foi percebida através dessa diversificação de experiências produtivas protagonizadas pela base social que necessita prover suas condições básicas de existência material e simbólica com autonomia. Apesar de se reconhecer que a produção por si só não resolve o problema, sem ela não há emancipação e autossustentação em contextos de pobreza.

Na monocultura da escala dominante, os países ricos, as empresas e universidades se impõem sobre as comunidades, pois possuem recursos financeiros, conhecimento e poder. A comunidade evoluirá tanto quanto for sua capacidade de se adaptar aos critérios de consumo, estéticos e culturais dominantes. A ecologia das transescalas expressou-se através da possibilidade de se criar no local o que era impensável, sem significar uma experiência inferior porque localizada. A comunidade ainda hoje leva suas experiências a vários estados brasileiros através de cursos e palestras e a outros países através da participação em edições do Fórum Social Mundial e eventos afins. Além disso, de alguma forma - impossível de ser mensurada aqui – a experiência local contribuiu para a alteração de instrumentos e de conhecimentos utilizados pela GTZ em âmbito mundial, pois os técnicos alemães levaram consigo os saberes e as inúmeras adequações feitas pelos agentes técnicos e comunitários.

Considerando os dados apresentados, as principais experiências identificadas, à luz da sociologia das emergências, na comunidade pesquisada foram assim sintetizadas:

| |
|---|
| <p>Experiências de conhecimento</p> <ul style="list-style-type: none">- desenvolvimento do Diagnóstico Rápido Urbano e Econômico Participativo (DRUEP), como resultado de processamentos anteriores do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), a partir de experiências em comunidades do RS;- agentes comunitários hoje estão capacitados na questão ambiental, cooperativismo, economia solidária e áreas correlatas, dando palestras em universidades, etc.;- gestores alemães levaram os conhecimentos das adaptações feitas aqui e os introduziram em seus aportes para outros países;- universidades privadas produzem pesquisas e conhecimentos a partir de novas sínteses entre saberes, implantam trabalhos, aprendem e ensinam. |
| <p>Experiências de democracia participativa</p> <ul style="list-style-type: none">- divisão e ampliação dos clubes de trocas solidárias com moeda social a partir de divergências decorrentes da gestão democrática, os quais conviviam de forma colaborativa na comunidade;- participação direta no orçamento participativo, nas reuniões e em todas as etapas do trabalho;- gestão do Núcleo de Desenvolvimento Comunitário (comitê gestor local). |
| <p>Experiências de reconhecimento</p> <ul style="list-style-type: none">- “lixadeiras ou papeleiras” hoje vistas pela comunidade como trabalhadoras (recicladoras) e educadoras na área do meio ambiente;- fotos e registros de seus trabalhos levados a vários locais, servem como referência para implantação de trabalhos semelhantes;- lideranças representam interesses da comunidade em muitos fóruns, conselhos de direitos e de políticas e etc., espaços nos quais são respeitadas e consultadas. |
| <p>Experiências de comunicação global</p> <ul style="list-style-type: none">- espaço na mídia oficial com várias matérias em jornais e TV's e no Fórum Social Mundial. |
| <p>Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção</p> <ul style="list-style-type: none">- articulação das atividades do clube de trocas com moeda social e fora dele, bem como os conflitos para se ampliar as trocas com o mercado formal local;- cooperativas de produção que ingressam no abastecimento de cooperativa de consumo passam, coletivamente, a ampliar mercado;- início de estabelecimento de uma rede local de consumo e produção. |

Figura 3 - Quadro analítico da sociologia das emergências, elaborado pela autora a partir de dados empíricos

O trabalho de tradução apareceu na pesquisa através de resultados concretos que expressaram a inteligibilidade e a articulação de saberes e de práticas; não foi possível captá-lo no processo, pelo fato de a pesquisa ter sido realizada após o término do programa. Contudo, o componente emocional e político, para além do intelectual, é digno de destaque, pois esteve presente em muitas falas e, principalmente, “no brilho dos olhos” dos técnicos ao lembrarem da experiência. Entre os técnicos entrevistados, foi percebida uma carga afetiva e identidade política com o projeto que vai além do cumprimento de tarefas, mas expressa uma construção interpessoal e intersubjetiva. Quanto aos moradores entrevistados, por um lado, eles expressaram a admiração pelo PIRAD, afirmaram que foi a melhor metodologia que já conheceram em política pública e reconheceram a adequação do perfil dos técnicos e dos procedimentos com relação às expectativas e realidade da comunidade, bem como resultados considerados sustentáveis. Por outro lado, sentiram-se mais uma vez frustrados pelo término do programa na troca de governo, porque se envolveram, trabalharam, conquistaram e queriam continuar partícipes daquele projeto, cujas ações e sonhos foram interrompidos na mudança de gestão.

Considerações finais

Apesar de consensual em elaborações teóricas e legislações nacionais, a governação democrática aporta importantes desafios às tradicionais estruturas políticas e burocráticas dos governos, pois ela demanda políticas participativas que questionam relações instituídas de poder e de saber. O Estado é agente central na articulação de atores sociais e de ações em torno do bem comum, mas a mudança para um papel simultaneamente provedor e ativador do exercício de cidadania de populações historicamente excluídas e marginalizadas – visto não serem papéis necessariamente contraditórios – requer vontade política e novas competências.

A experiência pesquisada apresentou o desenvolvimento local como método capaz de ativar a participação da população, propiciando o cumprimento

de metas da política como meio, não como finalidade precípua. Ademais, demonstrou que avanços materiais são imprescindíveis, mas tendem a refluir em momentos de crise – ou não serem sustentáveis – quando não acompanhados de aquisições imateriais ligadas à educação, saúde etc., incluindo, neste caso, a valorização de saberes e o empoderamento da população. Isso implica maior reconhecimento da dimensão imaterial presente nas desigualdades e nas alternativas de sua superação.

Na análise de políticas e práticas sociais, a sociologia das ausências e das emergências demonstrou potencial para a compreensão do enfrentamento aos efeitos engendrados na relação colonialista entre Norte e Sul, para além daqueles advindos da desigual relação entre capital e trabalho. O exercício de identificar as monoculturas e desconstruí-las, bem como de perceber as ecologias possíveis e as experiências emancipatórias emergentes, oportunizou a identificação dos saberes e competências locais e dos esforços metodológicos, relacionais e políticos empreendidos por técnicos, gestores e população na busca de ruptura com modelos *top down* de programas e na criação conjunta de soluções. Tais saberes tenderiam a ficar invisibilizados caso se considerasse o tempo curto do programa, sua abrangência local e o protagonismo de sujeitos pouco qualificados à luz da classificação social dominante.

O estudo conclui que a análise à luz da sociologia das ausências e das emergências foi inspiradora, pois legou uma lente através da qual se consegue reler outras realidades e práticas, visto que tanto as opressões colonialistas quanto as emergências estão em toda a parte para serem identificadas e ressignificadas. Frente ao esgotamento da democracia representativa e da economia de mercado como garantidores de bem-estar social, a busca por novas formas de emancipação social na contemporaneidade segue sendo um tema caro às análises sociológicas, que podem encontrar um fértil terreno para renovadas reflexões em análises epistemológicas descolonizadoras.

Bibliografia

BAREMBLITT, Gregorio. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

CATTANI, Antonio D.; FERRARINI, Adriane V. *Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza*. Revista Katálisis, Florianópolis, 13(2), p. 164-172, jul./dez. 2010

BARTH, Jutta; BROSE, Markus. *Participação e desenvolvimento local: balanço de uma década de cooperação alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

FERRARINI, Adriane V. *Desenvolvimento local integrado e sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza*. Interações, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 233-241, jul./dez. 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes*. Política & Sociedade, v. 10 n. 18, p. 133-154, 2011.

GUARESCHI, Pedrinho; VERONESE, Marília. *Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social*. Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 94-101, jan./mar. 2009

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

METROPLAN. *Relatório do PIRAD*, 2000.

RODRIGUES, Saulo Tarso. *O modelo de racionalidade ocidental (razão indolente) e os direitos humanos: uma crítica ao conceito hegemônico de cidadania a partir da sociologia das ausências de Boaventura de Sousa Santos*. Revista de Educação Pública, v. 16, n. 31, p. 69-82, jun. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*, Volume 1. São Paulo: Cortez, 2000.

_____(org.). *Globalização: fatalidade ou utopia*. Lisboa: Afrontamento, 2001.

_____(org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____(org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: “um discurso sobre as ciências” revisitado*. Lisboa: Afrontamento, 2003.

_____(org.). Epistemologias do Sul. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, p. 5-10, mar. 2008.

_____(org.). Epistemologies of the South and the future. From the European South, Padua, p. 17-29, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 28, ano 13, p. 86-124, set. 2011.

TOURAINE, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VERONESE, Marília. Análise de um empreendimento de economia solidária sob a ótica da sociologia das ausências e das emergências. *Ciências Sociais Unisinos*, 41(2):89-99, mai. 2005.

Palavras-chave:

Teoria crítica;
sociologia das
ausências e das
emergências;
política pública;
participação.

Resumo: Processos participativos atuam em dimensões imateriais da desigualdade e da emancipação definidas pela imposição colonial do pensamento ocidental. A sociologia das ausências e das emergências visa garimpar e conferir legitimidade a saberes e práticas esquecidos ou invisibilizados na busca por alternativas emancipatórias latentes e descolonizadoras. O artigo apresenta o uso deste referencial teórico-epistemológico na análise de uma política participativa. Os resultados evidenciaram o desvelamento de facetas cognitivas, políticas e culturais no processo e no resultado, menos usuais em análises de políticas. A ruptura com a hierarquização de saberes, o reconhecimento dos sujeitos através da participação efetiva e a valorização do local foram identificados com maior clareza e se mostraram indissociáveis das aquisições materiais e da sustentabilidade preconizada pela política.

Keywords:

Critical theory,
sociology of
absence and
emergence, public
policy,
participation.

ABSTRACT: Participatory processes act on the immaterial dimensions of inequality and emancipation defined by the colonial imposition of Western thought. The sociology of absences and emergencies seeks to garner and confer legitimacy to forgotten or invisible knowledges and practices in the search for latent and decolonizing emancipatory alternatives. The article presents the use of this theoretical-epistemological reference in the analysis of a participatory policy. The results evidenced the unveiling of cognitive, political and cultural facets in the process and the result, less usual in policy analysis. The rupture with the hierarchy of knowledge, the recognition of the subjects through effective participation and the valorization of the local were identified with greater clarity and inseparable from the material acquisitions and the sustainability advocated by politics.

Recebido para publicação em junho/2015

Aceito para publicação em setembro/2017

O imaginário como algo inimaginável: A sociologia rez de chaussée de Roger Bastide

Dora Vianna Vasconcellos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (BRA)

A sociologia de Bastide e a poesia dos poetas negros

Roger Bastide foi intérprete da sociedade e da cultura brasileiras. Em visita ao Brasil, na década de 1930, o autor teve contato com intelectuais modernistas, tendo sido por intermédio dessa literatura que ele iniciou seus conhecimentos sobre o país. Sua imersão não se restringiu apenas à literatura: foi admirador também das artes plásticas (o que o consolidou como crítico renomado), mas foi como sociólogo que suas opiniões ganharam destaque no cenário nacional.

Do diálogo com os intelectuais e artistas modernistas resultaram alguns escritos sobre a relação entre arte e sociologia, e uma nova perspectiva de análise sobre a cultura brasileira, que embora reverenciasse a tradição inaugurada por folcloristas e ensaístas, ganhou maior sistematicidade com a reflexão acadêmica.

Por meio da intercessão entre arte, literatura e sociologia, o autor participou do caloroso debate sobre a identidade nacional, as transformações advindas da modernização do país e as possibilidades de o Brasil se realizar como nação sendo um país culturalmente mestiço, em que ímpetos modernistas de matiz ocidental se casam com a herança africana, de cunho mais comunitário. Foi com esse mote africanista que o intelectual refletiu, sobretudo, sobre a relação entre as camadas sociais e as circunstâncias geradoras da mudança social, revelando nessa sua preocupação a orientação mais sociológica de seus estudos (BASTIDE, 1960).

Fez referência à obra dos pioneiros das ciências sociais para eleger a interpenetração cultural entre os acervos culturais indígena, africano e euro-ibérico como mote explicativo da dinâmica social brasileira. Torna-se curioso observar certa discordância de Bastide em relação à temática modernista por escolher observar, na cultura brasileira, as marcas africanas e não a indígena – como era o ideal da época. Foi com esse fito que o intelectual se interessou pelo desafio brasileiro, pela prática do cafuné, pelas obras do Aleijadinho e pela poesia dos escritores negros – todos patrimônios culturais que evidenciam, de algum modo, a presença de traços africanos na cultura brasileira.

O importante a indagar é se Bastide, ao notar as marcas africanas na cultura popular, asseverou existir nos africanismos a mesma autonomia averiguada pela expressão artística modernista nos traços indígenas. Os intelectuais modernistas referenciavam a tradição indígena como fonte de inspiração e exaltavam, sobretudo, a altivez do bom selvagem em manter suas tradições culturais e se recusar à escravidão (BASTIDE, 2006). Bastide notara

que os três acervos culturais se congregavam, formando não uma composição sincrética, mas um todo em mosaico, no qual as diferentes orientações culturais, embora se interpenetrassem, mantinham certo triadismo (VASCONCELLOS, 2009). Há que se indagar se, com isso, ele comprovava a existência de uma autorrepresentação independente também para o descendente de africano e a possibilidade de ter havido conflito entre as camadas sociais ainda na época da escravidão. Existiria um traço subversivo no homem africano tal como identificaram os intelectuais modernistas no homem indígena?

Apesar dessa indagação ter servido de fio condutor para seus estudos, ao que tudo indica, Bastide não deu a ela uma resposta assertiva. Ele não negou que a ascensão do negro e do mulato na escala social se deu através da identificação com o universo cultural euro-ibérico, como bem o demonstraram as manifestações do folclore, da poesia popular e da sátira, que sempre estiveram condicionadas à adesão dos modelos dominantes. Tais elaborações artísticas mostrariam que o país possui uma trama cultural, na qual os traços africanos na qual os traços africanos, senão totalmente apagados, são empalidecidos. são empalidecidos. Daí Bastide não negar de todo a interpretação de que existia uma dinâmica acomodatória entre as camadas senhorial e escrava, tal como havia identificado Gilberto Freyre em Casa-Grande e Senzala (FREYRE, 2001)

Entretanto, alguns estudiosos apontam que a sua análise sobre as religiões africanas no Brasil o permitiram perscrutar um ângulo de observação diferente. Os cultos africanos indicariam a presença de uma resistência africana. As religiões animistas-fetichistas o teriam levado a perceber o que seria a decantação da África a partir da acomodação sincrética, indicando a possibilidade do sentido da acomodação entre as camadas ser revertido. Esse foi o motivo pelo qual Bastide escolheu apreender a África no Brasil por meio da análise dos cultos animistas-fetichistas. O estudo das religiões africanas no Brasil o levou a vislumbrar a possibilidade de o país se formar como uma

civilização diferente da sua, na qual os arroubos de Prometeu são controlados pelo espírito comunitário africano (PEIXOTO, 2000).

Todavia, ressalte-se a exegese dos estudos de Roger Bastide sobre as religiões africanas o fizeram antever um itinerário modernizador oposto: a contaminação da África pelos preceitos mercantis ou a suplantação do exotismo africano pela sua subordinação à lógica ocidental. Ainda que tal interpenetração cultural resultasse em uma formação social *sui generis*, a linha de força seria dada pelos valores ibéricos. É o que alguns dos estudos que se dedicaram a analisar a sua obra sugerem quando afirmam que há em Roger Bastide um saudosismo africano com fito conservador (FRY, 1986). Essa interpretação baseia-se na ideia de que o autor queria domesticar a África existente entre nós para que a lógica aliancista entre as camadas sociais não fosse de todo invalidada por uma dinâmica classista. É significativo que o ponto de vista do intelectual tenha sido comparado às abordagens gramiscinianas e bourdianas que pressupõem o senso comum como uma composição heteróclita em que a heterodoxia é sempre contaminada pela ortodoxia, fazendo com que as mudanças propostas pelo pensamento popular nunca extravasem os limites dado pela dinâmica social (ORTIZ, 1980).

De fato, os *letmotifs* de seu pensamento são difíceis de serem percebidos. Vale lembrar a identificação empática do autor pelo candomblé e sua resistência à macumba. Essa classificação, ainda que se dê pelas idiosincrasias de sua subjetividade, revela também a natureza titubeante dos escritos de Bastide ou o que foi, talvez, uma dificuldade de filiação teórica. Ora o candomblé é considerado uma religião que mobiliza o sagrado justamente porque afirma os valores africanos, apesar dos preceitos euro-ibéricos da sociedade; ora é considerado uma religião que domestica o barbarismo africano por imprimir aos transes individuais um controle social, fazendo a crítica africana se situar entre os limites do ordinário e do extraordinário, em consonância com a dinâmica social. De modo semelhante, a macumba é desvalorizada; ora porque obedece a lógica da adição que, com sua força

sincrética, favorece a perda das referências africanas; ora porque mobiliza um sagrado selvagem que, por favorecer os impulsos individuais, imprime significação à posição que o indivíduo ocupa na hierarquia social, favorecendo um sentimento classista que rompe com a dinâmica social.

Ainda que os estudos sobre Bastide apontem o que talvez tenha sido uma indecisão teórica, sugere-se que o autor, de fato, supôs que o pensamento popular compunha-se como um brique-à-braque. À exemplo de Mario de Andrade – que, ao escrever *Macunaíma*, pretendia repetir a forma de compor do povo, fazendo de sua obra uma rapsódia na qual os elementos da arte popular se mesclaram aos elementos da cultura erudita – Bastide também indicou que o pensamento popular compunha-se como um mosaico. Há que se chamar atenção para outro aspecto de *Macunaíma* que talvez esteja presente no pensamento de Bastide: os valores euro-ibéricos, apesar de todos os mascaramentos de Mario de Andrade, foram o princípio orientador de sua obra (MELLO E SOUZA, 1979). Sugere-se, então, que também para Roger Bastide, na cultura popular, há o predomínio dessa orientação cultural, apesar de todo o seu africanismo.

Para identificar um possível fio condutor em meio a suas inúmeras digressões teóricas, torna-se relevante fazer referência aos estudos em que Bastide analisou o lirismo dos poetas negros. É que embora a poesia seja, entre as diversas formas literárias, a que mais suscite um extravasamento psíquico, Bastide considerou que a criação artística dos poetas negros obedecia aos condicionantes sociais. Para ele, a sociedade brasileira não abriu essa possibilidade criativa, a não ser no fim do século XIX – momento em que a escravidão era abolida. Mas, de um modo geral, os poetas negros não puderam imprimir em seus versos a forma africana. Há que se considerar se, de fato, houve tal impossibilidade ou se Bastide não soube reconhecer o que seria a decantação da África no Brasil por ter adotado um viés teórico excessivamente durkheimiano para as noções de imaginário e inconsciente ao ter permanecido preso a ensaística de Gilberto Freyre. De Durkheim, o autor herda o ideal

aliancista que marcou a sociologia francesa e que o fez relegar a categoria de classe social em sua análise (ORTIZ, 1989), de Gilberto Freyre, a ideia de que teríamos uma dinâmica social marcada pela conciliação de antagonismos ou por uma lógica acomodatória que é ditada pela camada senhorial. Munido dessa perspectiva, Bastide afirmou – assim como acontecia com a sátira, a literatura e a música – que a poesia era escrita obedecendo os valores da crítica, que tinham a cultura euro-ibérica como parâmetro.

Não deixa de ser curioso o fato de Bastide ter pensado a relação entre arte e sociedade como uma via de mão dupla. A arte não seria apenas o produto da vida social, mas agiria também sobre a vida coletiva, interferindo diretamente no curso dos acontecimentos. Sendo assim, o autor, embora fosse sociólogo e se preocupasse em determinar as condições sociais que explicavam a criação artística, previu uma autonomia relativa para a arte. Isso se evidencia na sua afirmativa de que não se pode superestimar a interferência da dimensão social na vida artística (PEIXOTO, op. cit). Mas, ao mesmo tempo, Bastide supôs que o domínio do imaginário sofre sempre interferência do social. Ou seja, ao mesmo tempo em que acentuava a função inventiva dos indivíduos, supunha-os sempre como permeáveis à coerção social, como se a sociedade fosse sempre a matriz por meio das quais as inovações se dão. Haveria, então, sempre um “intercâmbio incessante entre o indivíduo criador e o peso dos determinismos sócio-econômicos” (BASTIDE, 1974: p. 118-119 *apud* QUEIROZ, 1993b: p. 138). A sociedade estaria presente não apenas naquilo que está patente, mas também no que fica subjacente na obra do artista¹.

¹ Ponto de vista análogo é desenvolvido por Edson Carneiro quando ele afirma que embora o poeta não seja uma figura passiva e contemplativa porque supera a sua passividade em relação ao mundo criando, sua reação está condicionada e mesmo prevista no desenvolvimento das forças sociais. “No momento da poesia, o poeta sofre o influxo da vida interior, o poeta é o polo negativo, o homem perdido na contemplação (ato passivo) do mundo. Por ai se explica a atração que o mundo exterior exerce sobre o poeta, a enorme ascendência que tem sobre ele. Deste rebaixamento de sua personalidade, desta passividade feminina, o poeta se livra criando, isto é construindo, com suas próprias forças, modificando-a de acordo com o seu temperamento, a beleza dispersa na natureza e na sociedade, despercebida até então dos outros homens (...). Desse posicionamento sucede a indagação de Carneiro se a inteligência humana pode avançar sobre o tempo. “Para o intelectual, a cultura da época, se é o seu cabedal, nem

É que, para Bastide, o imaginário – embora sempre se faça sentir, seja como elemento oculto, subjacente, seja como o motivo principal da obra – situa-se no ponto de encontro entre consciente e inconsciente, sendo o resultado de tudo o que o social imprimiu no íntimo dos criadores. Caberia indagar se, para Bastide, o imaginário seria realmente um imaginário, uma obra de invenção – afinal a realidade e o imaginário não são territórios separados por um claro limite para o intelectual. O real e o irreal coexistem e se associam, interpenetram-se profundamente, a ponto de não poderem ser dissociados. Daí ele reivindicar a necessidade de se conhecer a realidade para se conhecer o imaginário de um indivíduo; e a obra do indivíduo para se conhecer a sociedade.

Bastide repete essa perspectiva quando observa a vida mística do homem de cor. Nota que a prática religiosa da população negra foi vigorosamente influenciada pela coletividade, embora essa circunstância não tenha impedido os indivíduos subalternos de serem criadores de valores inéditos. É que a sociedade lhes impunha certos temas, embora a maneira de combiná-los fosse livre. Isso o fez supor, tal como em seus estudos sobre arte e literatura, que os determinantes coletivos e os pessoais se interpenetram. Os valores euro-ibéricos da camada senhorial se faziam sentir, apesar de haver uma lembrança africana na subjetividade do homem subalterno. O mesmo aconteceria com a poesia. Mesmo o eu lírico mais profundo dos poetas negros seria contaminado pela ortodoxia. Com isso, o autor chegava à conclusão de

sempre passa de simples ponto de partida, quilometro zero da sua marcha para frente. Poderá, desta maneira, avançar indefinidamente? A atividade intelectual, exatamente porque depende da vida material, do movimento histórico da humanidade, é limitada e variável. Entretanto, o intelectual, acostumado a estudar os problemas de um ponto de vista mais geral, mais impessoal e mais universal pode principalmente nos momentos críticos, nos momentos de transição- que são os momentos mais fecundos da história,- adivinhar o futuro próximo, deduzindo-o da marcha dos acontecimentos, pelo menos nas suas linhas mais gerais” (CARNEIRO, op cit, p. 23/24) E constata: “Nada disso se processa mecanicamente. A inteligência humana, se está condicionada pela evolução das forças produtivas materiais da sociedade, também influi,- ou melhor, reage- sobre essa evolução. A inteligência não tem, apenas, portanto, um papel passivo. Entretanto mesmo essa reação está condicionada e mesmo prevista no desenvolvimento de tais forças” (CARNEIRO, op cit, p. 25).

que a realidade – com todas as suas hierarquias sociais – e o imaginário dos poetas negros não davam origem a valores antitéticos no Brasil. Afinal, a África não possuía representação figurativa na poesia. Do ponto de vista sociológico, isso comprovava que a camada subordinada não possuía uma autorrepresentação totalmente independente da camada senhorial. Não por outra razão, a sociedade brasileira seria marcada por uma dinâmica social na qual as camadas sociais se relacionam segundo um ideal aliancista.

Ao mesmo tempo, o intelectual percebera que a realidade brasileira fora marcada por um escravismo cujas linhas de cores que separavam os homens cativos dos senhores não eram bem demarcadas. Isso teria deixado marcas no lirismo dos poetas negros, que buscavam não apenas apagar dos seus versos os preconceitos havidos contra negros, mas também camuflar as influências africanas que tinham recebido. Bastide explicou assim o fato de não ter encontrado, no Brasil, uma poesia originalmente africana. Ao contrário, para ele, o lirismo dos poetas negros indicava que estes, longe de quererem a salvaguarda de suas tradições, buscavam um meio de reproduzir mais impunemente a tradição cultural da família patriarcal euroibérica. Seus versos não revelam uma forma africana, mas sim uma forma europeia; eles transcenderiam as linhas de cor.

Deste modo, a poesia romântica do século XVIII (e da primeira metade do século XIX) vai camuflar as linhas de demarcação de cor. Militando em favor da unidade nacional, os poetas irão negar a situação de exploração e de preconceito dirigida ao proletariado de cor. A negritude expressa na poesia desse momento não apresentava, portanto, um conteúdo de reivindicação contra o preconceito racial e cultural. O lirismo dessa época, quando falava dos escravos, revelava a sensibilidade europeia.

Mesmo os poetas negros, quando se referiam à escravidão, faziam-no em tom de comiseração. Isso vale, sobretudo, para os poetas românticos que, ao defenderem a liberdade do escravo, apresentavam como solução uma ação

libertadora que provinha da caridade dos senhores. E assim nada mais faziam do que “branquear a miséria afro-brasileira” (BASTIDE 1973: p. 12 apud QUEIROZ, 1993: p 106).

Por volta de 1870, modifica-se o tom dos poetas negros: eles não denunciam somente o padecer dos escravos, mas, principalmente, o preconceito que se dirigia a todos os indivíduos que revelassem resquícios da negritude. Contudo, eles demonstravam sua revolta com o preconceito racial sem manifestar apego pela tradição cultural africana. Pelo contrário: afeiçoavam-se ao modelo europeu, como é o caso de Luiz Gama.

Mesmo Castro Alves, que se dirigia contra a escravidão e os horrores do cativeiro, foi considerado um poeta que não soube resgatar a alma africana, por sua poesia obedecer demasiadamente os cânones da poesia erudita².

Ele não se esforçou para sair de si próprio e penetrar na alma africana. Só comunga com o sofrimento e a dor, isto é, com os sentimentos generalizados, banais comuns a todos os homens, seja qual for sua etnia. Mas o que há de original e quiçá de novidade poética no âmago de um coração africano, Castro Alves não viu (...). O que faz com que, em última análise, ele não nos dê a poesia do negro, mas a poesia da terra brasileira” (BASTIDE, 1997: p. 30)

A afirmação de Bastide chama atenção por um aspecto. É que, segundo ele, Castro Alves – embora não reconstruísse a forma africana quando denunciava a condição social do negro – reivindicava um ideal universal do ser humano que se chocava com o ideal escravocrata da sociedade. Ao imprimir esse sentido a sua poesia, talvez Castro Alves tenha sido o mais africano de todos os poetas. O próprio Roger Bastide reconheceu que a poesia de Castro Alves possuía uma preocupação redentora por retratar a condição social do negro³.

² “Os escravos de Castro Alves cantam, mas seus cantos são românticos, são cantos de brancos, melhor ainda, são poesia erudita, só a cadência é popular” (BASTIDE, 1997: p. 31)

³ Neste artigo, sugere-se que Roger Bastide orienta os seus estudos por uma concepção sociológica durkheimiana que não toma como referência a posição social ocupada pelos indivíduos na estratificação social. O seu ponto de vista seria o oposto do adotado por Castro Alves em sua poesia, que não deixa de fazer menção à condição social do escravo.

Bastide encontrará apenas em Cruz e Souza um exemplo de lirismo afro-brasileiro. Contudo, ele afirma que, mesmo em sua poesia, as palavras de origem africana são adocicadas pelas palavras portuguesas. Seria justamente isso que imprimia beleza a seus versos por eles demonstrarem que a luta assimilacionista era a mais eficaz contra o pesado preconceito contra os escravos. Segundo Bastide, foi produzindo uma poesia afro-brasileira que ele acabou por ultrapassar a forma puramente alva proveniente do simbolismo para dar representação também à negritude das formas africanas.

O autor afirma, no entanto, que – nas primeiras décadas do século XX – a África deixa de ser novamente um tema notório para os poetas. É o período em que a reivindicação de igualdade étnica cede lugar ao desejo de realização de uma unidade nacional através da fusão das três raças. A mestiçagem cultural foi considerada, a partir de então, o primeiro passo para se admitir a equivalência social das etnias. Os poetas vão preconizar um ideal de igualdade entre as raças que não representa o sentimento da consciência da classe explorada e nem questiona a hierarquia socioeconômica existente entre negros e brancos, mas move-se pela ideia de fraternidade universal. A condição social da camada subalterna deixa de ser representada no lirismo, portanto.

O que vale ressaltar é que essas variações na poesia brasileira comprovavam, para Bastide, que mesmo o lirismo dos poetas negros foi condicionado pelos condicionamentos sociais de cada período. O poeta não seria um criador de valores inéditos ou de formas verdadeiramente pessoais, mas um ser modelado pela sociedade a qual pertence; seria um exegeta em quem a sociedade ecoa. A sua criatividade seria resultado de um bric-à-brac de expressões da moda. Essa seria a essência do imaginário dos poetas negros no Brasil. Desse modo, Roger Bastide encontrara paralelos na criação mística e na criação literária.

Bastide não deixa de notar, todavia, que – nos momentos em que a coletividade afro-brasileira era mais fustigada pela camada senhorial – os

sentimentos reprimidos que demonstravam a diferença da subjetividade do poeta negro revelavam-se. Bastide percebera que o elemento poético africano no Brasil não se expressava na escolha de temas africanos, mas na maneira de expressar os sentimentos. É que à África não se podia referir explicitamente. Ainda que tenha reconhecido isso, o autor optou por afirmar que o principal resultado da escravidão foi a interpenetração cultural. Esse modo de ver evidencia que Bastide se ateve mais ao dizível do que ao indizível.

Ao escolher analisar o imaginário dos poetas negros pelo dizível, Bastide revela a sua escolha teórica: uma possível adesão à sociologia durkheimiana e uma aproximação, no plano nacional, com a ensaística conservadora de Gilberto Freyre. Bastide teria assimilado a ideia durkheimiana de que a sociedade erige-se como uma força superior, anterior e coercitiva que invalida o peso dos determinismos que identificam a posição do indivíduo na hierarquia social ou que emanam das classes sociais, fazendo nascer um ideal comum e aliancista (DURKHEIM, 2015); e de Freyre, a conclusão de que aqui a interpenetração cultural entre os acervos africano e indígena e euroibérico originava uma dinâmica acomodatória entre as camadas sociais por fazer sobressair a autorrepresentação da camada senhorial.

Tal perspectiva se revelará no fim de sua trajetória, quando ele elogia o modo como a incorporação da população de cor estava se dando na sociedade brasileira. Ainda que estivesse se tornando proletário, o negro agora engrossava a multirracial camada subalterna, continuando a ocupar a posição social mais baixa em uma sociedade altamente hierarquizada. Ao não se atentar para isso, Bastide deixa para trás a contribuição mais importante que a poesia de Castro Alves deixou: a convicção de que o ideal universal de homem apenas se concretiza com a igualdade social.

O que se quer ressaltar é que a África, apesar de não ser passível de expressão ou de representação figurativa direta, fazia-se sentir no sentimentalismo peculiar aos versos dos poetas negros. Ao negar a validade do

inefável na análise sociológica, Bastide não soube reconhecer como a África diferenciava a subjetividade do homem negro. Esse ponto de vista o fez aproximar o imaginário dos poetas negros da ortodoxia e concluir que nele estava reproduzido a lógica aliancista existente entre as camadas sociais. O poeta, assim como o místico, expressaria sua individualidade na sua maneira específica de sentir o contexto e o peso dos determinismos sociais. Desse modo, no imaginário do poeta negro não havia espaço para o inefável justamente por sua poesia situar-se-ia na zona intermediária entre o consciente e o inconsciente, onde acontecem os intercâmbios entre um e outro.

Bastide se reteve, então, ao meio do caminho e evitou os abismos onde desaparecem as normas que orientam as ações e os pensamentos dos indivíduos. “Não ia até o fim do caminho, temeroso de ser tragado pelo vórtice em que sumiam as regras e, com elas, o conhecimento” (Queiroz, 1993: p. 131). Por meio da sociologia, podia sondar o abismo sem cair no despenhadeiro sem fundo. A permanência na zona intermediária entre o consciente e o inconsciente o tranquilizava. “O abismo do sagrado... disseram já que o amo, com a condição de que esteja rodeado por uma baulastrada” (RAVELET, 1978, vol I, p.23-24 apud QUEIROZ, 1993: p. 131). Ao que tudo indica, a sociologia durkheimiana teria cumprido esse papel de baulastrada, sendo por isso que a essência do imaginário na sua dimensão mais criativa permaneceu intocável para ele.

Torna-se, então, curioso o fato de Bastide reconhecer o papel transformador que a arte pode ter em relação à ordem social, embora o autor não reconheça uma distinção tão nítida entre imaginário e real. É que Bastide tinha convicção de que as obras estéticas exerciam seu poder de interferência na realidade quando apaziguavam as tensões, suscitando maior coesão entre os indivíduos. Assim como acontece com a religião, que oscila entre duas tendências opostas – o antropomorfismo, que propõe a dissolução do divino em algo humano e domestica o sagrado o fazendo obedecer a dinâmica social; e a iconoclastia, que suscita o retorno do místico frenesi ao propor uma

transcendência em relação ao social – a arte também titubearia entre essas duas funções. Entre essas opções, Bastide reconhece mais valor na arte que se atém ao que pode ser dito do que àquela que representa o não dito (BASTIDE, 1979). É o que se depreende das noções de imaginário e de inconsciente individual que adota.

O intelectual reconhece mais valor na arte que se enraíza nos costumes e nos hábitos, que é fruto de um estilo de vida ou de uma concepção do mundo. A arte como estilo de vida promoveria um ponto de contato entre o artista e o social, exaltaria uma maneira de criar que se dá sobre determinadas regras porque faz menção às concepções artísticas gravitantes de um período. Sendo assim, os artistas mais valorizados por ele são aqueles que realizam um subuniverso estético que não seria apenas uma emanção do social, nem tampouco uma exaltação psíquica, mas uma obra de interpenetração entre essas duas instâncias.

A arte, bem como a literatura e a música assim criados, promoveriam um padrão estético mais durável justamente porque ressaltam os princípios de unificação e da ordem ao exprimirem o gosto do momento. É que, para Bastide, a sociedade é uma ligação de partes, mas não tal como a concebera os filósofos que inventaram a doutrina do contrato social, que o derivavam duma decisão da lógica (HOBBS, 1979; LOCKE, 1978); nem tampouco seria resultado de uma ordem espontânea e voluntária que prolonga o biológico, fazendo surgir o organismo social. A sociedade seria fruto de um princípio de ordem espontâneo e inconsciente que está mais perto da vida que da razão, mas que é desconhecido pelo mundo animal porque transcende o fisiológico. É o que teria descoberto a sociologia de Durkheim ao radicar a ordem social na religião ou na ideia de que é necessário o surgimento de um ideal aliancista entre atores de posição socioeconômica desigual para que a vida social se perpetue tal como a conhecemos: consolidando uma ordem burguesa de solidariedade orgânica e com certa liberdade individual.

Todavia, Bastide reconhece que hoje a religião não desempenha mais o papel de princípio norteador da vida social. A arte, que agiria efetivamente sobre a sociedade – modelando-a, mas também se deixando modelar por ela – é que cumpriria esse papel. Justamente por estar assim direcionada é que ela permitiria a metamorfose da sensibilidade coletiva, a alteração dos sistemas de classificação e do imaginário, enfim, a mudança das visões de mundo dos grupos sociais que compõem a hierarquia social de tal modo a permitir a afirmação dos princípios que os unem, tornando possível a existência em sociedade.

O conflito entre criatividade e o peso das representações coletivas

Para que o viés durkheimiano na obra de Bastide se torne mais evidente, é necessário ressaltar como a noção de imaginário usada pelo autor é condicionada por uma lógica aliancista que é ditada pela camada senhorial. Para tanto, vale a pena rever o seu posicionamento de que a sociologia possui um interesse diferente do da psicanálise. É que, por meio dessa discussão, Bastide continua a teorizar sobre o conflito entre criatividade e o peso das normas sociais, mas se valendo da noção de inconsciente. E reconhece a possibilidade de o indivíduo da camada subalterna ter formado uma autorrepresentação independente da camada senhorial e a chance da sociedade brasileira ser mais marcada pelo conflito do que pela acomodação.

Para ele, o sociólogo, diferentemente do psicanalista, não se volta às camadas mais remotas do inconsciente. Ele não se preocupa em apreender o pensamento que a censura prendeu e cuja revelação só pode se dar por meio do disfarce dos símbolos. Pelo contrário, o sociólogo se retém entre o claro e o escuro, na região de trocas constantes entre consciente e inconsciente. Parte das informações facilmente observáveis que foram tiradas do exterior. Por esta razão, Bastide buscou no lirismo dos escritores negros as variações do relacionamento interétnico e da posição socioeconômica ocupada pelo negro na

sociedade brasileira que se revelam nas determinações do dizível e não do indizível.

Foi por meio da noção de inconsciente freudiano que Bastide fez um adendo à sociologia durkheimiana das representações coletivas e das instituições cristalizadas e, ao mesmo tempo, marcou sua divergência em relação à psicologia clássica – que buscava explicação final para os fatos sociais nos instintos, necessidades e interesses dos indivíduos. É que, para Bastide, ao perceber a ação de desejos inconscientes, Freud questionou se a proveniência das instituições humanas não estariam nessas fontes ocultas e permitiu que fossem lançados os fundamentos de uma nova sociologia que se baseava na ideia de reciprocidade entre o psíquico e o sociológico (BASTIDE, 1974)

Bastide lembra que, para Freud, o homem se guiaria por dois grandes instintos: o de morte, que é destruidor de laços sociais; e o de vida. Ambos derivariam do princípio do prazer ou da libido. É que a libido impulsionaria o indivíduo a querer satisfazer todos os seus desejos. Daí, ela tanto poder ser destruidora de laços sociais como criadora. É por isso que o princípio de prazer não pode ser deixado a sua livre manifestação. Daí Freud postular a existência de uma sociedade objetiva que é exterior aos indivíduos, com leis e normas próprias, à qual este precisaria se adaptar “sob pena de se tornar neurosado”. (BASTIDE, 1974: p.25). Existiria, então, um princípio de realidade que agiria sobre o indivíduo tal qual o medo da castração sobre a criança no estado edípiano. O medo da castração está associado à rivalidade que a criança estabelece com o pai pelo amor da mãe. Embora seja o pai que a censura, a criança se sente impelida a imitá-lo para tentar ocupar o seu lugar. E assim o pai, que era um rival, passa a ser assimilado, interiorizado. Seria assim que a criança supera a tentação do incesto. Mas ainda assim, é preciso que sua libido se escoe. A criança, então, feminiza o pai, que passará a ser o novo objeto do desejo. É aí que ocorre a identificação com o pai e a introjeção do superego,

que passará a criticar a libido. O superego, na leitura de Bastide, é o poder moral inibidor, a voz interna da consciência⁴.

Segundo Bastide, foi assim que Freud explicou como surgiu a censura no mundo e assinalou que foi assim que a libido encontrou meios de ser liberada. Esse processo foi chamado de sublimação. Em termos mais teóricos, a sublimação consistiria na unificação do princípio de prazer com o princípio de realidade. A libido sublimada vai de encontro às coerções da sociedade, sendo descartada pela censura, inibida e rejeitada para o inconsciente. O indivíduo busca, então, um meio de encontrar uma solução para o conflito entre as forças repressoras e as forças reprimidas, desviando a energia desta última para outros objetivos. Quando isso é efetuado de acordo com as exigências da realidade exterior e dos ideais conscientes, a transformação representa um meio de escoar a libido e, ao mesmo tempo, permitir a satisfação das necessidades da sociedade. A sublimação, para Bastide, seria uma contribuição constitutiva da sociedade. Por isso, ele considera que o pensamento de Freud deu novas bases para a sociologia ao chamar a atenção para o fato de que a ordem social também ecoa no inconsciente.

É assim que, para Bastide, a censura social não seria nem a coerção durkheimiana nem o controle institucional, a sociedade atuaria por meio de duas instâncias: de um lado, por meio de uma censura inibidora; do outro, por meio da sublimação, que canaliza as pulsões do ego de acordo com os valores sociais do meio em que se vive. A psicanálise revelaria, então, a importância assumida pelo controle social na vida da criança. Essa importância, contudo, não seria feita em consonância com o espírito de uma sociologia objetivista. Existiria entre a psicanálise e a sociologia uma oposição fundamental, a primeira vista bem difícil de ser superada, uma vez que o ponto de partida do freudismo seria o primado da libido (concebida como força criadora), enquanto

⁴ Na menina, a ameaça da castração não pode funcionar nem o estado edipiano assume a mesma importância. Daí o superego ser muito mais difícil de se formar. É a educação social e o medo de deixar de ser amada que atuam sob ela permitindo a formação do superego. A angústia social seria, portanto, o outro aspecto do medo da castração.

o durkheimismo concederia a primazia às instituições ou às representações coletivas. Bastide propõe uma leitura de Freud que coloca o princípio de prazer ao lado do princípio de realidade e busca as bases para uma reconciliação entre a psicanálise e a sociologia objetivista durkheimiana.

Desse modo, a libido pode simultaneamente representar uma fonte e uma antagonista da cultura. Para se tornar fecunda e suscitar a solidariedade entre os homens, ela tem de ser inibida depois de sofrer um choque inicial. Ela precisa ser dessexualizada. Quando isso não ocorre, ela se torna uma força que separa os homens, levando à desagregação social e a volta à bestialidade. Seria assim que ela se transforma em um princípio de morte.

Foi com esse ponto de vista que Bastide procurou fazer uma síntese entre a teoria psicanalista de Freud e a interpretação marxista. Para tanto, suavizou o marxismo e corrigiu o freudismo ao adotar a perspectiva teórica de Erich Fromm. Para Bastide, Fromm não via o indivíduo como ser autossuficiente que se relacionava com os outros para satisfazer suas necessidades instintivas apenas secundariamente. Fromm teria abandonado a ideia freudiana de que a natureza humana é imutável e universal; que o complexo de Édipo se manifesta de forma igual para todos os homens por eleger sempre a figura paterna como autoridade severa. O erro de Freud teria sido considerar o homem como representante de um ser eterno, quando este não passava de um produto da civilização. É que, em Fromm, a libido de Freud não é considerada uma força autônoma, mas sim reativa às situações sociais a que o indivíduo se adapta para viver. As forças psicológicas seriam indiscutivelmente modeladas pelas condições externas da vida, visto constituírem respostas a essas condições – o que faz com que a sociedade deixe de representar um simples órgão de repressão, como pretendia Freud, para adquirir também um feitio tanto criador quanto inibidor. Foi assim que Bastide conseguiu identificar uma reação do coletivo sobre o individual, e do individual sobre o coletivo.

Bastide se vale justamente da teoria de Eric Fromm para reafirmar a sua teoria de que o individual e o coletivo se interpenetram. De fato, Fromm reconhece que a censura sofrida pelo indivíduo varia de acordo com cada tipo de sociedade, mas isso não o impede de ver o inconsciente sempre como um conjunto de desejos instintivos não modelados pela sociedade⁵. A consciência, e não o inconsciente, é que teria um caráter social. Por isso, a consciência tem a função de ocultar o inconsciente. É que, quando a consciência do homem é formada por um princípio de realidade que dessexualiza demasiadamente as forças da libido, o inconsciente não se torna consciente. A consciência passa, então, a representar as limitações impostas pelas normas sociais, ao passo que o inconsciente passa a representar as necessidades universais do homem, a sua totalidade, o que há nele de mais humano e mais natural. Sob essas circunstâncias, o homem sofre uma alienação socialmente condicionada de seu inconsciente.

Fromm supunha que o processo de desrecalcamento, ou de tornar consciente o inconsciente, faria o homem ter uma existência mais livre porque esta estaria mais de acordo com o seu eu instinto mais profundo, que obedece ao ideal da plena satisfação. Por isso, Fromm compara a função do analista com a de um crítico. “A tarefa da crítica não é denunciar os ideais, mas mostrar sua transformação em ideologias, e desafiar a ideologia em nome do ideal traído” (FROMM, 1969: p. 126). Nesse sentido, o objetivo último do analista não seria, como supusera Bastide na sua leitura durkheimiana da psicanálise, fazer a pessoa adaptar-se às suas circunstâncias existentes por meio da interpenetração do psíquico com o social, mas emancipar o homem de sua existência socialmente condicionada que nega a plena satisfação dos seus instintos – que, para Fromm, não têm nada de sociais.

O importante a reter da análise de Fromm é que ele concebe os valores inconscientes e a fantasia como não modelados pela sociedade, mas pela

⁵ “O inconsciente do homem é a totalidade do homem – menos aquela parte que corresponde à sua sociedade” (FROMM, 1969: p.121)

natureza humana mais instintiva da busca pela plena satisfação. A poesia, para ele, viria dar vivacidade justamente a esse desejo mais recôndito do ser humano⁶. Desta inflexão, vem o questionamento: quem sabe Castro Alves não tenha justamente deixado falar o seu eu mais profundo que emana do inconsciente humano quando, ao falar da condição social do negro, reivindicou, com sua poesia, a necessidade de que se concretizasse um ideal de homem universal?

Enquanto From considera a poesia como uma das linguagens mais adequadas à psicanálise por ela revelar o eu mais profundo não modelado pela sociedade (FROMM, 1969), Bastide, na contracorrente, vai situar o lirismo a meio do caminho entre o consciente e o inconsciente, porque, para ele, o individual e o coletivo se interpenetram (BASTIDE, op cit). Afinal, para ele, as forças psíquicas não são os instintos biológicos concebidos por Freud, mas sim tendências já modeladas pela sociedade.

É por esta razão que ele chega, em relação à noção do inconsciente, a conclusões análogas tanto nos seus estudos sobre o imaginário e sobre as religiões africanas. No Brasil, todas essas manifestações situar-se-iam a meio do caminho entre o claro e o escuro, fazendo da criação artística e do transe atos não totalmente espontâneos. Eles revelariam a influência da sociedade, que se apresentaria sempre como a matriz por meio da qual os atos de invenção se dão.

⁶ De modo análogo, Marcuse considera que a fantasia, a utopia e a arte são fruto de pensamentos humanos que se recusam a obedecer às limitações impostas pelo princípio de realidade ao princípio de prazer. Afinal, o inconsciente evocaria um desenvolvimento instintivo não repressivo, a integral participação dos instintos vitais. Marcuse vincula a fantasia, a utopia e a arte à sexualidade que não é organizada e controlada pelo princípio de realidade e seu ideal de mais repressão. A arte seria justamente o retorno do reprimido, a libertação da memória inconsciente que não é socialmente condicionada. A função da arte não seria recordar o reprimido para reprimir de novo de forma purificada, mas sim efetuar uma crítica ao princípio de realidade ultra repressivo em nome do princípio do prazer. É que na civilização burguesa ocorre a modificação opressiva do princípio do prazer pelo princípio da realidade. Entretanto, o domínio da razão sobre os instintos jamais é completo. A fantasia reteria a verdade que é incompatível com a razão (MARCUSE, 2015).

Desse modo, a sociologia de Bastide reteria o conteúdo que já foi influenciado pelo manifesto, pelo visível, jamais pelas ideias ocultas. Tanto é que, na sua leitura sobre o lirismo dos poetas negros, ele notou a ausência da forma africana, não se atentando, como confessara, para a presença da África no sentimentalismo da poesia brasileira. De modo análogo, nos seus estudos sobre as religiões africanas no Brasil, ele acabou por eleger o candomblé como a manifestação mística que mais revivia os cultos africanos por fazer os orixás ganharem uma correspondência com os santos católicos. Bastide não via com bons olhos o fato de o candomblé estar se convertendo paulatinamente em macumba e em umbanda, seitas mágicas que, ao fazerem do transe uma livre manifestação individual, não deixavam de reviver os valores africanos imprimindo a eles um conteúdo mais classista.

Vale lembrar do otimismo do autor ao constatar, em seus últimos estudos, que o espiritismo da umbanda estava se transformando novamente numa religião afro-brasileira. Com isso, assinalava que o sagrado selvagem – outrora mobilizado pela macumba e pela umbanda que fazia referência à posição que o indivíduo ocupa na estratificação social – estava sendo domesticado pelo social; o transe agora obedecia aos ditames impostos pela sociedade, permitindo o surgimento de uma religião que passa por cima das contradições sociais ao fazer surgir um ideal aliancista entre as camadas sociais (BASTIDE, 2006). A crítica africana estaria sendo novamente apaziguada pela dinâmica social acomodatória. Com esse ponto de vista, Bastide situa-se novamente no meio do caminho entre o claro e o escuro.

É preciso lembrar que Bastide fez da psicanálise uma sociologia do inconsciente na qual o cultural não é explicado pela libido, mas os complexos da libido é que são explicados pelo social. Daí ter visto na sublimação uma possibilidade de compensação para que as tensões internas individuais pudessem ser descarregadas, sem perigo para a sociedade. Em termos mais sociológicos, sua abordagem guarda muita semelhança com a teoria de Gluckman que interpreta os ritos de rebelião como uma compensação, uma

válvula de segurança que permite que os conflitos aconteçam, mas de maneira consentida pela sociedade, sem abalar o *status quo*.

É por isso que, no início do artigo, a perspectiva inaugurada por Bastide foi comparada com a de Mário de Andrade em *Macunaíma*. Bastide, assim como o literato modernista, também sugeriu que o pensamento popular compunha-se de um bric-à-braque de diversas tradições, tal como uma rapsódia. E mais: ambos os autores testemunharam que a tradição cultural portuguesa é a matriz por meio da qual a criação se opera.

Como mais uma demonstração do viés seguido pela sociologia de Roger Bastide, é interessante lembrar como se deu a aproximação do autor com o pensamento de Lévi-Strauss. Bastide supôs que a antropologia estrutural se evadiu das armadilhas da psicanálise por negar a ideia de que haveria um desejo oculto, manifesto no inconsciente de todo homem, que é o apreço pela desordem ou pela contraordem⁷. Para Bastide, se nos estudos iniciais de Lévi-Strauss, a intenção da antropologia – como a da psicanálise – seria encontrar justamente o que está oculto pelo símbolo; nos seus estudos mais recentes, a antropologia mostrará a cultura sufocando no homem a sua pulsão animal primitiva da desordem. E assim a estrutura do inconsciente deixa de ser vista em sua natureza libidinosa e passa a ser vista como uma estrutura do espírito humano, no sentido de ser formado pelo conjunto de leis que derivam da função simbólica. Por certo, ainda reservava Lévi-Strauss um espaço para o afetivo, mas não se tratava do verdadeiro inconsciente, mas do subconsciente (BASTIDE, 1974).

De acordo com Bastide, foi negando a perspectiva de que se deva partir das estruturas do inconsciente com que Lévi-Strauss irá escrever o livro “O pensamento selvagem”. Bastide sugere o que foi talvez uma possível aproximação da antropologia estruturalista com a sociologia durkheimiana, que

⁷ Torna-se curioso o fato de que alguns autores distanciem a perspectiva de Bastide da de Lévi-Strauss. Para esta interpretação, Bastide exaltava o lado irracional, intuitivo, ao passo que o mestre do estruturalismo conferia significado à razão que provém da sociedade capitalista (BRAGA, 2002).

explica o simbólico pelo social. Se no pensamento selvagem o inconsciente só se constitui na medida em que abre possibilidade para a desordem; na civilização, o inconsciente torna-se uma pulsão recalcada que deve ser sublimada. Assim como em Durkheim, a oposição entre individual e sociedade teria sido ultrapassada por Lévi-Strauss por meio do conceito de simbólico Durkheim⁸.

Bastide não se dava conta de que o conceito de simbólico pode guardar uma defasagem entre o significado e o significante. Isso se evidenciava pelo significado que está contido na palavra *mana*, que designa a ação da magia nas sociedades Melanésias. Originalmente, a palavra *mana* não designa a força do social agindo sobre as coisas, mas sim uma situação do espírito na presença das coisas. A presença do espírito nas coisas, que caracteriza o pensamento mágico, este deriva de um excesso de significante em relação ao significado e indica não apenas a existência de um pensamento necessariamente inadequado em relação às coisas, mas que é criador de novas estruturas (KECK, 2013).

Resta saber se Lévi-Strauss imprime à palavra *mana* a mesma orientação conferida por Mauss em seu livro “O ensaio sobre a dádiva”, que considera que, apesar de existir um valor espiritual nas coisas, este não indica a presença de valores de uso nas coisas, mas sim a possibilidade de que a troca capitalista ganhe uma forma mais humana e moral ao impor apenas a necessidade de reciprocidade na troca (LANNA, 2000). Nesse caso, o pensamento mágico não seria criador de novas estruturas, mas seria um recurso adaptativo à realidade capitalista existente, apresentando-se como uma forma da mesma acoimar seus vícios ao fazer surgir entre as classes sociais uma moral social comum. Ou seja, resta saber se no plano da sociabilidade individual, Lévi-Strauss conferia maior valor à razão, almejando a calmaria dos valores ligados às emoções.

⁸ Há quem diga que isso acontece porque Lévi-Strauss esvazia o inconsciente freudiano do seu caráter pulsional em prol de um inconsciente formal baseado no modelo linguístico. A oposição do social em relação ao individual é assim ultrapassada pelo conceito de simbólico, que designa um fundo de atividade mental indiferenciada que tanto se exprime nas organizações sociais quanto nos sonhos individuais (KECK, op cit)

O intuito aqui não é, entretanto, escrutinar o pensamento de Levi-Strauss, mas chamar atenção para o fato de que Bastide imprime à noção inconsciente freudiana uma acepção sociológica. Apesar de negar a postura durkheimiana de tratar os fatos sociais como coisa e pontuar a importância da empatia e da intuição poética para a apreensão da realidade social, o autor não chega, com sua abordagem, ao sentido que está oculto ao imaginário, às forças inconscientes que igualam os homens, mas sim ao subconsciente. O lirismo dos poetas negros foi analisado pelo dizível, onde a força criativa ainda se subordina à ortodoxia. A intuição poética, evocada por Bastide, provém do inconsciente.

Vale a pena rever o impasse a que chega Levi-Strauss com o paradigma estruturalista da *bricolagem*, para que se torne ainda mais claro o viés durkheimiano existente no pensamento de Roger Bastide.

Para Lévi-Strauss, os materiais do *bricoleur* não provém do puro devir, eles decorrerem de um novo uso dado a produtos já elaborados (LÉVI-STRAUSS, 2012). Sua lógica seria similar a de um caleidoscópio cujos rearranjos, embora numerosos, são sempre limitados pelas peças que o compõem. Nesse sentido, o *bricoleur* não pode criar de fato qualquer coisa porque ele está limitado pelos objetos heteróclitos de que dispõe. As suas criações seriam reorganizações, elas apenas promoveriam a transformação dos significados em significantes e vice-versa. Por isso, o *bricoleur* estaria fadado a não ir além dos signos e ficar aquém deles.

Entretanto, segundo Levi-Strauss, o *bricoleur* não se relaciona apenas com o signo, ele fala por meio deles, colocando nos signos alguma coisa de si. Afinal, os signos fazem parte da experiência vivida. Seria desta maneira que o *bricoleur* alcançaria resultados brilhantes e imprevistos mesmo que sempre contingentes às oportunidades dadas pelos materiais heteróclitos.

A arte assim criada não apenas produz mensagens que pertencem a mesma classe das anteriores ou veicula uma mensagem de mesma natureza

porque opera uma simples reorganização. Já estariam presentes nela o poder da analogia e das aproximações porque sua linguagem é metafórica. Sendo assim, o bricoleur seria capaz de produzir um sentido abstrato. Desse modo, por meio da observação do bricoleur, Lévi-Strauss percebe que, a despeito das limitações dadas pelos objetos heteróclitos, o artista chega à inovação.

Todavia, isso o faz intuir que, na bricolagem, haveria aspectos diacrônicos em meio à sincronia, do mesmo modo que ele percebe que, no pensamento ocidental moderno, há aspectos sincrônicos em meio à diacronia. E assim que ele traça um paralelo entre essas duas formas de pensamento: enquanto, nas sociedades da bricolagem, produzem-se narrativas sobre os acontecimentos que obedecem a uma estrutura mítica, ou seja, às mudanças de combinações lógicas, as sociedades ocidentais alinham os fatos por meio do sentido dado ao acontecimento. Enquanto as primeiras se guiam por uma razão analítica, as últimas se pautam pela razão dialética.

Lévi-Strauss não deixou de notar que a razão analítica, justamente porque se atém ao plano da linguagem, não se ausenta a fazer totalizações, embora estas sejam totalizações não reflexivas, uma vez que “a língua é uma razão humana que tem suas razões, e que o homem não conhece”. A diacronia surgiria da obrigação que o pensamento mítico possui de retratar a totalidade vivida, mesmo que seja por propriedades invariáveis. Ao mesmo tempo, Lévi-Strauss percebeu que a própria história ou a razão dialética, a despeito de dar maior significação à diacronia, também é feita de códigos, afinal o encadeamento estabelecido entre um fato e outro varia de historiador para historiador, de classe para classe. Ela decorre de uma seleção. Também a história não escaparia, portanto, da obrigação de usar um código para analisar seu objeto. Por isso, suas totalizações também não seriam verdadeiramente “totalizantes”, desempenhando a história muitas vezes o papel de um mito.

Desse modo, se o pensamento mítico produziria totalizações não reflexivas, o pensamento dialético, por produzir continuidades entre os fatos

fraudulentas, também não seria verdadeiramente totalizante, justamente porque não dispõe de meios para compreender o pensamento analítico⁹. Daí se tornar possível a equiparação entre a bricolagem e o pensamento ocidental moderno. Lévi-Strauss não deixara de perceber que “nessa intransigente recusa do pensamento selvagem para que nada de humano (e mesmo de vivo) possa lhe continuar estranho, a dialética descobre o seu verdadeiro princípio” (LÉVI-STRAUSS, 2012:p. 287). A razão analítica não deixaria de ter uma exigência imperativa: a de dar conta também da razão dialética. Com isso, o autor questiona o sentido mais verdadeiro de se obter a consciência histórica.

Todavia, segundo Bastide, apesar de Lévi-Strauss fazer estes reconhecimentos, ele não afirma a predominância da perspectiva sincrônica em detrimento da diacrônica na bricolagem. O *bricoleur*, a despeito de apenas fazer rearranjos, estaria limitado pelos objetos heteróclitos de que dispõe. Ou seja, a despeito de querer alcançar a heterodoxia, sua arte expressaria a primazia da ortodoxia. Daí na bricolagem também não se alcançar a consciência histórica, à exemplo do que acontece com o pensamento moderno ocidental que permanece preso à racionalidade burguesa.

Mas, como já foi dito, o objetivo desse texto não é escrutinar o pensamento do fundador da antropologia estruturalista, mas sim chamar atenção para a presença de um viés durkheimiano na sociologia de Bastide por meio de sua leitura do pensamento de Lévi-Strauss. É que, para Bastide, a antropologia levi-straussiana afirmou que, na bricolagem, há uma regulação estrutural do devir histórico. Tal como acontece em Durkheim, Lévi-Strauss deixaria de lado os aspectos do inconsciente individual que fazem referência às circunstâncias de hierarquização social justamente para reivindicar a necessidade de igualdade entre os homens, para deixar a categoria de classe social fora de sua análise. Assim como Bastide, ao não se atentar para a possibilidade de haver uma diacronia no bricolagem – que é distante das

⁹ Por isso, para Lévi-Strauss, a história não deveria ser o ponto de chegada do conhecimento, mas o ponto de partida.

veiculadas pelas modernas sociedades capitalistas de tipo ocidental porque confere validade aos valores de uso – LéviStrauss situa a bricolagem no meio de caminho entre a ordem e desordem¹⁰.

Considerações finais

Bastide demonstra ter o mesmo ponto de vista durkheimiano quando afirmou que o lirismo dos poetas negros se compunha como um brique-à-braque em que a ortodoxia predominava sobre a heterodoxia. Daí o impulso criador da poesia – posto em evidência – por ela evidenciar o drama de um africanismo reprimido que, com todas as suas forças, busca ser incorporado na família patriarcal e não questioná-la. Os aspectos diacrônicos da consciência dos poetas, assim como acontecia com a consciência da camada subalterna, seriam sobrepujados pela sincronia. É que, para ele, os condicionantes sociais, com seus comportamentos e regras, seriam reproduzidos também na atividade estética dos homens. As representações coletivas teriam ascendência sobre a poesia negra. Não à toa, Bastide reconheceu que a expressão poética que mais o interessava era a que se designa pelo nome de poesia sociológica (BASTIDE, 1983).

Vale dizer que, assim como Durkheim (que ressaltava a regularidade dos fenômenos sociais), Bastide buscou pelos aspectos sociológicos presentes no lirismo dos poetas negros que ressaltam a ortodoxia, que unem as classes sociais por mascararem a desigualdade social. Com sua interpretação demasiadamente sociológica das noções de imaginário e inconsciente, nas quais as forças da libido são dessexualizadas por um princípio da realidade repressivo, Bastide ressaltou no lirismo dos poetas negros apenas aquilo que emana do subconsciente e não do inconsciente. Fez a África perder sua africanidade por torná-la afro-brasileira, um apanágio cultural de todas as classes sociais. E adotou o principal axioma da tradição durkheimiana, a lógica

¹⁰ Maria Isaura Pereira de Queiroz foi autora que, na contra-corrente da tese aqui apresentada, sustentou a interpretação de que Roger Bastide discordou da predominância da perspectiva sincrônica em detrimento da diacrônica nas análises estruturalistas. (BRAGA, 2002: p. 59)

aliancista que por cima dos antagonismos de classe e é característica das sociedades capitalistas ocidentais, por considerar que a modernidade brasileira pedia pela domesticação do barbarismo africano.

Ao mesmo tempo, revela sua concordância com a ensaística conservadora de Gilberto Freyre, ao afirmar que na interpenetração entre as culturas africana, indígena e portuguesa predominavam os valores capitalistas euro-ibéricos. Bastide parecia concordar que no Brasil as camadas sociais obedecem a uma dinâmica de conciliação de contrários que é ditado pela família patriarcal, ainda que note a presença de uma cultura africana. Com isso, evidencia que a lógica aliancista quase sempre tem fundamento a consciência das classes dominantes.

Bibliografia

BASTIDE, Roger. *Les religions africaines au Brésil*. Vers une sociologie des interpénétrations de civilisations. Paris: Press Universitaires de France, 1960.

_____. *Sociologia e psicanálise*. São Paulo: Melhoramentos, Ed da Universidade de São Paulo, 1974.

_____. *Arte e sociedade*. São Paulo: Ed Nacional, 1979.

_____. *Sociologia*. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (org). São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Poetas do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Duas Cidades, 1997.

_____. *O sagrado selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. Entre o claro e o escuro: o encontro entre Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss. In: *Estudos de Sociologia*. Rev. do Prog. de Pós-Graduação da UFRE, V. 7, nº12, s/d, p.37-60.

CARNEIRO, Edison. *Castro Alves*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ed EDIPRO, 2015

_____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: EDIPRO, 2012.

_____. *As formas elementares da vida religiosa*. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Émile Durkheim*. Sociologia. RODRIGUES, José Albertino (org). São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001

FROMM, Erich. *Meu encontro com Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1969.

FRY, Peter. Gallus Africanus est, ou, como Roger Bastide se tornou africano no Brasil. In: VON SIMSOM, Olga R. de Moraes (orgs) *Revisitando a terra de contrastes: a atualidade da obra de Roger Bastide*. São Paulo, FFLCH/CERU, 1986, p.31-46.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

KECK, Frédéric. *Introdução a Lévi-Strauss*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papirus, 2012.

LOCKE. *Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. Curitiba: *Revista Sociologia Política*, nº14, p173-194, junho de 2000.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MAUSS, Marcel. *O Ensaio sobre a dádiva: a forma e a razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: Cosac Naif, 2013.

ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. Durkheim: arquiteto e herói fundador. São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.4, nº 11, outubro de 1989.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos brasileiros*. Uma análise da obra de Roger Bastide. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O imaginário será mesmo imaginário? In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org). *O imaginário em terra conquistada*. São Paulo, CERU/Textos, 2º série, nº4, 1993ª, 134-144.

_____. Para atingir o imaginário em sociologia. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org). *O imaginário em terra conquistada*. São Paulo, CERU/Textos, 2º série, nº4, 1993b, p.101-133.

SOUZA, Gilda e Melo e. *O Tupi e o alaiúde: uma interpretação de Macunaíma*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *A questão do folclore no Brasil*. Do sincretismo à xipofagia. Natal, RN: EDUFRRN: NCCEN, 2009.

Palavras-

Chave:

Sociologia,
Imaginário,
Roger Bastide

Resumo: O artigo dedicado a Roger Bastide pretende, a partir das noções de imaginário e inconsciente usadas pelo autor, identificar o que seria um possível viés no seu pensamento. É que, apesar de ter tentado identificar o que seria a decantação da África em meio a trama sincrética cultural brasileira, Bastide não testemunhou existir uma auto-representação independente para a camada subordinada. É o que se depreende de seus estudos sobre o lirismo dos poetas negros no Brasil. Não haveria traços africanos na poesia. Essa constatação revela o que teria sido uma possível filiação do autor à tradição durkheimiana em função de uma leitura demasiadamente sociológica das noções de imaginário e inconsciente e de uma concordância com a ensástica de Gilberto Freyre.

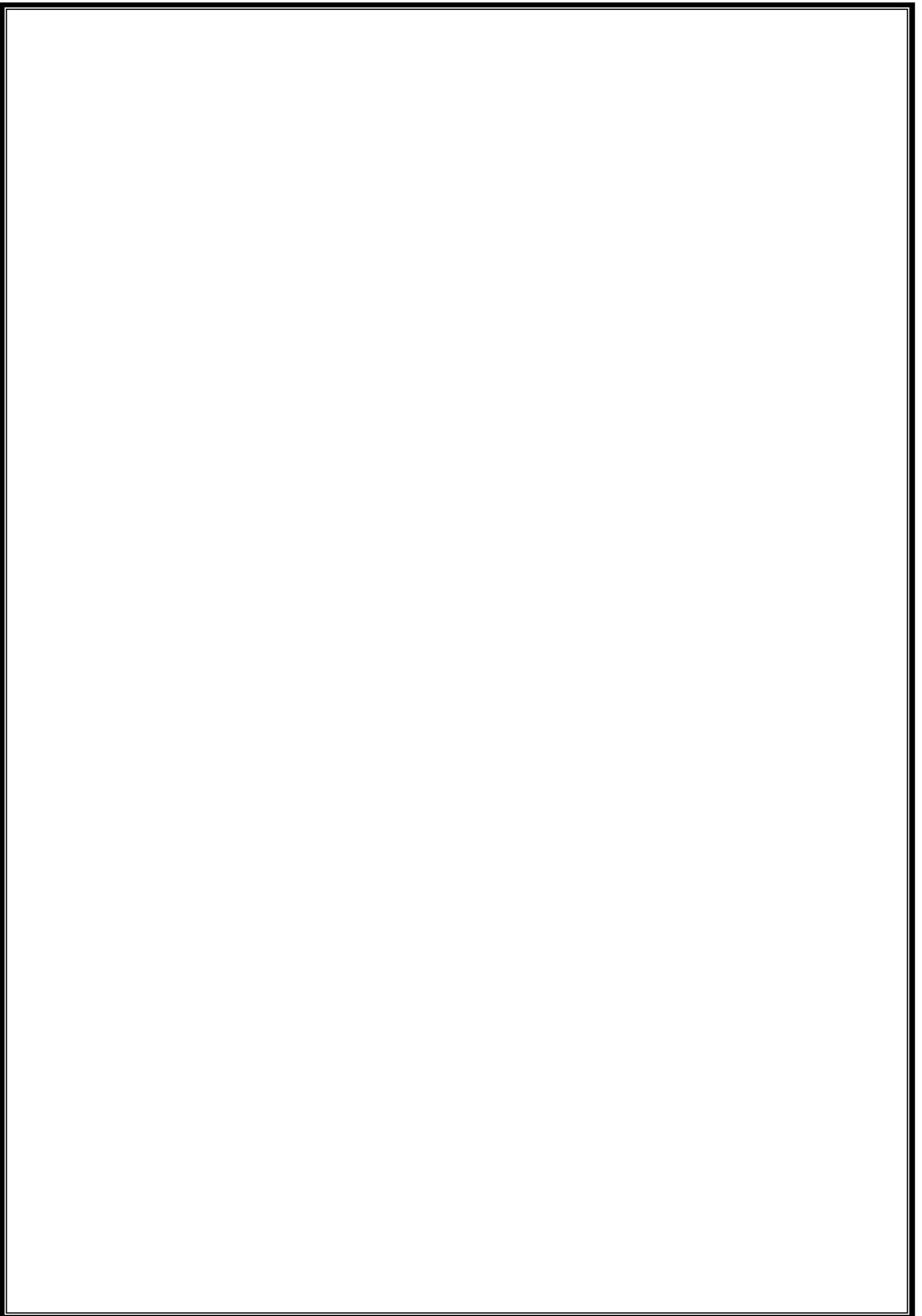
Keywords:

Sociology,
imaginary,
Roger Bastide.

ABSTRACT: The article dedicated to Roger Bastide intends to identify what it might be a possible bias in the author's thought, based on his notions of imaginary and unconscious. Although his attempt to identify what might be the decanting of Africa through brasilian syncretism, Bastide did not testify the existence of an independent self-representation of subaltern class. This can be detected in his studies about the black poets's lyricism in Brasil. There would be no african traces in their poetry. This assumption reveals what it might have been a possible affiliation of Bastide to Durkheim tradition because of an excessively sociological interpretation of the notions of imaginary and unconscious and an agreement with essay of Gilberto Freyre.

Recebido para publicação março/2016

Aceito para publicação em junho/2017



**// Especial: o Amapá
como desafio sociológico**

Apresentação

A *Revista de Ciências Sociais* apresenta ao leitor, nesta Seção Especial, os trabalhos oriundos das pesquisas realizadas no âmbito do Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Sociologia, aprovado pela CAPES em 2012 e mantido entre o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (instituição proponente) e a Universidade Federal do Amapá (instituição receptora) durante os anos 2013 a 2017. Os trabalhos que serão publicados em blocos nesta Seção vêm dar fechamento, juntamente com a *Coleção Gapuia – Sociologia em Pesquisas & Teses* (composta por 11 volumes e publicada pela Editora da Unifap, Macapá-AP, em 2017), a este exitoso empreendimento acadêmico coletivo.

O *desafio* mencionado no título da Seção refere-se tanto ao processo de construção do nosso Dinter, um projeto acadêmico complexo e desafiador, envolvendo uma multiplicidade de atores e de lugares, como à aposta feita no “potencial sociológico” das pesquisas que foram aos poucos se desenhando ao longo do Doutorado e que, aqui apresentadas, revelam a fecundidade do Amapá, ou mais exatamente, de Macapá, “a capital do meio do mundo”¹, como intrincado universo de

¹ Antonomásia empregada para designar a cidade, por causa de sua posição geográfica: em Macapá pode-se vivenciar o equinócio duas vezes por ano, pelo fato de ser cortada pela linha do Equador, a qual divide os dois hemisférios do planeta.

disputas de significações identitárias e modos de existência, palco de práticas, relações e conflitos em constante reinvenção e deslocamento, que foi encarado como enorme desafio à caixa de ferramentas teórico-metodológicas das ciências sociais, através das quais nossa disciplina vem apostando na pertinência da “imaginação sociológica” para compreender quem somos e o mundo que vivemos.

Caracterizando-se como estratégia de ação acadêmica de formação de recursos humanos pautada pela solidariedade interinstitucional, o Dinter estabelecido entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Federal do Amapá² teve como objetivo principal atender à demanda de formação de doutores em Sociologia, qualificados para contribuir com o incremento das atividades concernentes à vida acadêmica na Unifap e também com as demandas exteriores à universidade, advindas da sociedade local e regional, através dos órgãos públicos, da iniciativa privada, do movimento social e da comunidade em geral. Localizada no extremo norte do País, num estado que só em 1988 conquistou a posição de Estado da federação, a Unifap tem um papel fundamental a desempenhar na formação de quadros (técnicos, científicos e intelectuais) e no desenvolvimento de projetos que incrementem o desempenho econômico e socioambiental da região. Com a realização do Dinter em Sociologia a Unifap alcança 215 professores doutores, ou seja, 40% do corpo docente da instituição, enfrentado o grande desafio de formar e fixar recursos humanos qualificados na região amazônica.

Ao mesmo tempo em que manifestamos nosso contentamento ao ver que o objetivo principal do Dinter em Sociologia entre UFC/Unifap foi alcançado, a saber, a formação de novos doutores e pesquisadores em Sociologia, capacitados para a docência em diferentes níveis de ensino na Unifap, continuamos a alimentar o desejo de que este Dinter, cujas atividades encerraram oficialmente em 30.08.2017, exceda sua própria temporalidade e estabeleça relações duradouras entre os grupos de pesquisa e os pesquisadores UFC/Unifap, bem como ofereça condições para que se estabeleçam novas e promissoras redes colaborativas, nacionais e internacionais.

Esta Seção reúne, portanto, textos que trazem resultados das pesquisas de doutoramento finalizadas no Dinter. Os artigos ensaiam uma apropriação

² Gostaríamos de expressar nosso reconhecimento à professora Liudmila Miyar Otero, então à frente da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Unifap, que foi uma figura indispensável na idealização do Dinter em Sociologia.

socioantropológica de diversos matizes da “amapalidade”, seus sentidos disputados, diversidades e resistências culturais em tempos de constante deslocamento e ressignificação, modos de ocupação do espaço, formas de viver a cidade, práticas de atenção psicossocial, interfaces com práticas de governo, etc. O conjunto dos textos, a despeito da diversidade de temáticas, de repertórios teóricos (com variadas formas de composição de esquemas cognitivos para apreensão da interação social) e de abordagens metodológicas (indo da observação participante, ao estudo de trajetórias e narrativas, da análise de performances e experiências ao uso de documentos e estatísticas), tem em comum a aposta na fecundidade sociológica para se pensar o Amapá hoje. É nosso desejo que os artigos que compõem essa Seção Especial possam revelar a riqueza desse *chantier de recherche* e estimular novos diálogos e colaborações.

Antonio Cristian Saraiva Paiva

Eliane Superti

Coordenadores do DINTER em Sociologia UFC/Unifap

Das ribeiras ao cais de Macapá: a cidade vista sob a trajetória de um migrante

Verônica Xavier Luna

Universidade Federal do Ceará (BRA)

Antonio George Lopes Paulino

Universidade Federal do Ceará (BRA)

Nos cais das ribeiras

O interesse por salvar algumas memórias sociais da cidade de Macapá proporcionou a aproximação a Benony Ferreira Lima: um morador com mais de 50 anos de residência nessa cidade, que fora funcionário público do Território Federal do Amapá. Tomada como um recorte extraído da tese de doutorado defendida por Verônica Xavier Luna em 2017, no Programa de Pós-

Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS-UFC), com o título *Um cais que abriga histórias de vida: homens e máquinas construindo o social na cidade de Macapá (1943-1970)*, a trajetória de Benony Ferreira Lima destaca-se por seu caráter emblemático, dentre todas as narrativas registradas durante a pesquisa. As vivências evocadas na memória desse migrante ilustram com muita propriedade os contornos do objeto de estudo trabalhado na tese: as relações e os conflitos sociais e políticos que tiveram lugar no processo de formação e gentrificação urbana de Macapá, considerando-se a temporalidade tratada no estudo que fundamenta este artigo.

Na circunstância do encontro com Benony, ele já era um senhor de oitenta e cinco anos, aposentado, muito lúcido, que falava bem e tinha um olhar alegre e simpático em suas conversas. Era nativo das ilhas do Pará, apesar de ser filho de nordestinos que se deslocaram para a região setentrional desse estado. Essa condição moveu imediata identificação da pesquisadora¹ com Benony, que foi convidado para falar sobre sua história de vida. Em nenhum momento a proposta lhe soou constrangedora e ele já iniciou falando de sua vida profissional e da família, mostrando fotos dos filhos fixadas na parede de sua casa. Após a escuta, combinou-se outro encontro para uma conversa mais demorada.

A história de vida de Benony Ferreira Lima entrecruza a vida social de Macapá quando esta ainda pertencia ao estado do Pará e depois de ter se tornado a capital do Território Federal do Amapá, com o desligamento dessa área setentrional do Pará para dar lugar à formação da unidade administrativa criada pelo Governo Federal em 1943². Filho de cearenses, Benony destaca como seus avós foram construindo suas vidas nessa área de floresta da

¹ A pesquisa foi realizada por Verônica Xavier Luna, tendo sido iniciada ainda antes do ingresso da pesquisadora no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ocasião em que passou a ter orientação do Professor Antonio George Lopes Paulino, coautor deste artigo.

² O Território Federal do Amapá foi definido em plena Segunda Guerra Mundial. Visando a fatores estratégicos e de desenvolvimento econômico, a região foi desmembrada do estado do Pará pelo Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, constituindo o TFA.

Amazônia, principalmente na sua parte setentrional localizada mais a leste, próximo à embocadura do rio Amazonas.

Nos fins do século XIX, ambas as famílias fugindo do flagelo das secas nordestinas migraram para o estado do Pará, meu pai e seus genitores, localizaram-se em Chaves-PA, Pracutuba [interior da cidade], meus avós maternos, no interior de Afuá onde ficaram até a morte. Meus avós paternos, ambos analfabetos, ficaram andando de um lugar para o outro, sem destino, já meus avós maternos, progrediram, ele [avô] chegou ao teto de Tenente Coronel da Guarda Nacional.³

Em seus relatos, destaca que a situação de pobreza de seu pai estava associada à decisão de seu avô, um migrante analfabeto, cearense, que para ganhar um pouco mais, estava sempre em deslocamento de uma cidade a outra, em busca do ‘ouro branco’ da Amazônia – o látex – e de sementes oleaginosas e couros de animais (onças, jacarés). Tal condição submeteu-o à lógica da expansão do capital comercial extrativista organizado para abastecer o mercado externo com os produtos naturais da região amazônica. Seu pai, segundo o interlocutor, seguiu o mesmo caminho, cumprindo o valor moral da época como filho obediente aos pais; tornou-se um trabalhador dependente do mercado extrativista, posteriormente do mercado da construção civil, como marceneiro. Diferente percurso traçou seu avô da parte materna. Este se fixou em terras do interior da ilha de Afuá⁴ e aos poucos se tornou um comerciante, pois “instalou um comércio de secos e molhados, fez roçados, comprou canoas de vela, transporte da época, edificou padaria. Chegou à posição de coronel da Guarda Nacional, proporcionando aos filhos vida confortável”.

Benony Ferreira Lima nasceu em 09 de fevereiro de 1927, em Aningal, interior do distrito de Afuá, onde residiu por cinco anos. Seu pai, sempre na esperança de melhores dias de vida, mudou-se com a família para o

³ Benony Ferreira Lima. Entrevista realizada na cidade de Macapá – AP, em 25 de dezembro de 2012. A referência dessa entrevista é a mesma para todos os trechos de fala de Benony que aparecem no corpo deste artigo a partir desta citação.

⁴ Afuá é um município do estado do Pará. Anteriormente tinha circunscrição jurídica atrelada à cidade de Macapá, razão da existência de vários documentos de registro de transferência de terras ou registro de vendas dessas em cartório de Macapá, especificamente no Cartório Jucá, fato constatado em pesquisa realizada de março a dezembro de 2013.

arquipélago do Bailique⁵ – especificamente para a Ilha do Marinheiro, próximo ao Oceano Atlântico –, no intuito de conseguir trabalho mais rentável. Do ponto de vista de Benony, ao evocar recordações de longos anos atrás, a Ilha lhe havia imposto uma jornada de sacrifícios: “Aquele lugar gostaria de não lembrar, foi ali que aconteceram as maiores tragédias de nossas vidas, com uma família de nove pessoas e meu pai vivendo de pequenos serviços”. A família de Benony passou a viver à semelhança de ribeirinhos⁶ – ou “povos das águas” –, dependente da natureza; enfoque que revela as facetas do migrante pobre ou de seus descendentes para sobreviver em lugares distantes de sua cultura nativa.

Era aí que eu com nove anos e meu irmão Samuel com sete anos e às vezes minha mãe, enfrentávamos os duros serviços do interior, para aliviar a barra de meu pai. Quando ele voltava do Oiapoque trazia dinheiro, pagava as contas e comprava roupa para todos, era assim que levávamos a vida.

A vida próximo aos rios ou a imensidão das terras de várzeas não parecia familiar às mulheres nordestinas, acostumadas a áreas secas livres para o movimento lúdico das crianças sem a preocupação do vigiar constante dos pais. Diante da nova realidade que tinham que incorporar, muitos pais perderam seus filhos nesse espaço das águas, que exige atenção persistente no deslocamento das crianças. Essas experiências nas comunidades das águas vão estar presentes nas recordações de tragédias do lugar, recortadas por Benony e descritas abaixo, além da morte de seu irmão, ainda criança, por ter comido açai azedo.

No dia 8 de dezembro de 1936, morria por afogamento, minha irmã Maria Araújo Lima. Um detalhe, aquela garota jamais aceitou banhar-se de livre vontade, naquele dia ela pegou uma cuia e pediu a minha irmã Almerinda para tomar banho, foi até o igarapé que

⁵ O Arquipélago do Bailique, atualmente distrito de Macapá, é composto por oito ilhas (Bailique, Brigue, Curuá, Faustino, Franco, Igarapé do Meio, Marinheiro e Parazinho), onde reside cerca de 7 mil habitantes distribuídos em pouco mais de 40 comunidades.

⁶ Os ribeirinhos vivem em pequenas comunidades, em sua maioria à beira dos rios, dos igarapés, dos igapós e dos lagos que compõem o vasto e complexo estuário amazônico. Espacialmente, estão dispersos em vários agrupamentos de 20 a 40 casas de madeira construídas em palafitas, mais adequadas ao sistema de cheias dos rios que estão mais ou menos dispersas, chamadas de comunidades e localizadas próximo aos rios, igarapés, furos e lagos. Ver: Sandra Noda *et alii* (2001).

ficava atrás da casa, caiu n'água e morreu [...]. Treze meses depois meu irmão José Albemor de Araújo Lima, de três anos de idade, teve a mesma sorte [...]. Com a morte daquele garoto, o mais loirinho dos irmãos, a mãe quase vai à loucura, em outras oportunidades eu e minha irmã Ozelinda, quase tivemos o mesmo destino.

Esse modo de pensar a vida ribeirinha de Benony Ferreira Lima retrata a indignação de sua mãe por essa forma de viver nas ribeiras da Amazônia, que não lhe agradava. Fora criada por pais nordestinos de poder simbólico adquirido pelas conquistas que seu pai obteve – homem que se deu bem ao chegar às terras do norte do Pará –, condição que lhe possibilitou ser uma mulher escolarizada, motivo pelo qual sonhava em garantir esse direito aos seus filhos e desejava a mudança daquela situação para seus descendentes. Esse desejo de melhoria social da progenitora de Benony Ferreira vai contribuir para uma mudança na sua trajetória de morador das ribeiras para se lançar ao desejo de morador da cidade e de tornar-se um homem estudado.

A família de Benony Lima ao instalar-se no interior do distrito de Afuá, vai encontrar melhores condições. Francisca Maria de Araújo, mãe do interlocutor aqui estudado, morando distante do povoado do Afuá, realizou negociação com um comerciante de secos e molhados do lugar, na qual ficou estabelecido entre as partes que seu filho ajudaria no balcão do armazém do negociante e este garantiria comida e escola para o menino de 13 anos. Essa astúcia foi o meio encontrado por Francisca para garantir a alfabetização de seu filho, aspiração da genitora que, de forma gradativa, foi criando diante das adversidades as possibilidades para realizar o desejo de garantir escolaridade para seus filhos.⁷ Sua atitude evoca a assertiva de Michel de Certeau, o qual infere que a tática é a arte do fraco, que “opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas” (CERTEAU, 2012, pp. 94-95).

⁷ Francisca já havia enviado suas filhas Almerinda e Ozelinda para a casa de um tio de boa condição financeira, que morava em Belém do Pará. As moças foram para ajudar a cuidar dos primos pequenos. Em troca, o tio lhes assegurava a oportunidade de estudo.

Posteriormente, à contramão dos interesses da esposa, o pai de Benony o levou juntamente com seu irmão Samuel para o cotidiano do trabalho extrativista e da matança de jacarés para exportação do couro, atividade predatória estimulada por grandes comerciantes que, como destaca Violeta Refkalefsky Loureiro (2002, p.112), tinham “a natureza amazônica como resistente, superabundante, auto recuperável e inesgotável”; e tinham em vista apenas o lucro, sem nenhuma preocupação com a preservação do ambiente, à semelhança dos interesses atuais focados na abertura das regiões de florestas ao capital, como possibilidade de crescimento e desenvolvimento econômico. O interlocutor menciona que vivenciou a condição de trabalhador extrativista aos 15 anos e seu irmão com 13, ao lado de seu pai.

Em 1941 meu pai construiu um grande reboque e foi para a ilha de Mexiana, município de Chaves, com o objetivo de abater jacarés, os donos da ilha ficavam com o couro e a banha, e nós ficávamos com a carne [...]. Este trabalho rendeu bastante, abatemos muitos jacarés. Todavia era difícil colocar o produto [carne de jacaré] no mercado, precisava ter habilidade comercial e o meu pai não nasceu para o comércio, por conseguinte só melhorou a vida quando passou a trabalhar como empregado, em 1945, na cidade de Macapá.

Aos 18 anos, Benony ainda estava na ilha de Mexiana⁸. Seu pai envolveu-se com o trabalho extrativista do látex o qual, segundo o entrevistado, “era a atividade monetária básica da época e do lugar que no momento era proveitosa”. A procura comercial da borracha para atender a necessidades externas, especificamente norte-americanas na segunda Guerra Mundial (1940-1945), elevou o preço da borracha não igualmente ao auge de seus gloriosos tempos (1879-1912), mas atraiu novamente os homens ribeirinhos a envolverem-se com o extrativismo comercial para complementar suas necessidades básicas. O pai de Benony, visando ampliar a renda familiar, desvincula as atividades dos filhos, antes de coadjuvantes na atividade e extração do látex, para então dar-lhes autonomia. Não satisfeito com o trabalho de seringueiro, Benony via-o como uma atividade de muito sacrifício humano,

⁸ Ilha situada próximo à cidade de Macapá, pertencente ao arquipélago do Marajó – Pará.

razão que o levou após seu deslocamento para a cidade, a recusar oferta de trabalho que envolvesse água, dadas as experiências vividas em meio às águas na floresta, como assim expôs.

Aluguei duas estradas de seringueiras no rio Doraol, o lugar era alagado e muito difícil. Cinco da manhã depois de remar meia hora, chegava à estrada e começava a riscar as seringueiras. Lá pelas 13 horas, voltava ao balde de cuia, cheio de leite. Como o lugar era alagado como já falei, a água atingia o pescoço, passando por perto de cobras venenosas que quando picavam a vítima, se não matasse ficava aleijada. Peguei a canoa e parti para a defumação do leite para transformá-lo em borracha.

Essa foi uma das últimas jornadas de Benony como trabalhador extrativista. Nas viagens a trabalho pelas ilhas de Breves e Mexiana, da região norte do Pará, o jovem foi sondando outras imagens em sua mente que pareciam para ele mais assertivas. Eram as cenas de outro tecido social, de comerciantes, políticos, funcionários, outras escalas sociais que chegavam pelos cais das ilhas a serviço delas. Em seu olhar: “eram doutores vindo de Belém”. Nascia um desejo, uma atração de Benony por residir em Belém, capital do Pará. Percebe-se aqui o poder simbólico da urbanidade difundindo-se e produzindo outros desejos, que não eram os mesmos do campo. Considerando-se a proposição de Rogério Proença Leite, importa destacar que “os lugares não são necessariamente nichos inalteráveis e fixos em uma tradição perene”, podendo apresentar “configurações flexíveis” (1999, p. 286).

A ruptura com a atividade das ribeiras estava selada. Benony decidiu migrar para Belém, capital do Pará. Esse movimento realizado pelo interlocutor pode ser pensado aqui à luz de Becker (1997, p. 323), que entende migração como um “mecanismo de deslocamento populacional que reflete mudanças nas relações entre as pessoas e entre essas e o seu ambiente físico”. Fica explícito nesta citação que o autor define migração como fenômeno que se materializa pela mobilidade de populações. Neste sentido, a trajetória de Benony é tomada aqui como caso ilustrativo de uma situação vivenciada por diversos ribeirinhos no contexto histórico aqui evocado, aportando sujeitos ao processo de formação do urbano em Macapá.

Tal fato atesta que a leitura histórica de um referente biográfico não se configura como ênfase no sujeito em si, mas nos elementos que permeiam a relação entre subjetividades e uma dada estrutura, num esforço para transpor a dicotomia indivíduo-sociedade, haja vista que, como sinaliza Suely Kofes (2015, p. 23), discorrer sobre uma experiência não se reduz a uma “escrita sobre um indivíduo”. Nesse entendimento, cabe ressaltar que o trabalho realizado sobre a escuta de uma narrativa deve estar atento à premissa de que a experiência vivenciada e a estrutura não se opõem; se entrecruzam, de modo que o material biográfico pode pôr em evidência traços da estrutura social que o abriga.⁹

Retomando-se a narrativa, note-se que Benony decidiu viajar para a cidade grande, Belém do Pará, em 1945, onde já residiam suas irmãs e seu irmão mais novo; as moças foram para cuidar de seus primos crianças e o segundo para trabalhar no comércio. Ao chegar a Belém, não conseguiu emprego e passou a enfrentar as dificuldades do homem que migra do interior para a cidade, sem profissão e sem estudo. Benony era mais um sujeito do campo atraído pela órbita da cidade, a engrossar o caldo humano da diversidade sociocultural que Belém do Pará já concentrava. Assim compreende Wirth ao tratar sobre o estudo da cidade:

A influência que a cidade exerce na vida social do homem é superior ao que a parcela urbana da população faria julgar, pois a cidade não é apenas, cada vez mais o lugar de habitação e de trabalho do homem moderno, mas também o centro que põe em marcha e controla a vida econômica e política e cultural, que atraiu à sua órbita as mais remotas regiões do globo, configurando um universo articulado de uma enorme variedade de áreas, povos e atividades (WIRTH, 1987, p. 45).

Benony mencionou ter ficado decepcionado em Belém: “no início não consegui emprego, inclusive fui até a Base Aérea Val de Cans, pois se estava em plena segunda Guerra Mundial”; nada conseguiu. Passou a ajudar seu irmão a entregar pão e ainda assim conseguiu com muito esforço estudar, mesmo não

⁹ A discussão sobre a relação indivíduo-sociedade no estudo de biografias pode ser aprofundada com as contribuições de Pierre Bourdieu (1996).

podendo se matricular, visto que as escolas estaduais haviam encerrado as matrículas. Sua irmã o financiou com o pouco ganho que recebia e o matriculou em um colégio pago. Posteriormente, conseguiu emprego de marceneiro, profissão que aprendeu com o pai. Passou então a alugar um quarto, com condição mais digna de moradia, pois, segundo o narrador, “pelo menos não tinha mosquitos”. Isso significava livrar-se da malária. Não demorou muito, perdeu o emprego.

Na cidade de Macapá: um cais para idas e vindas

Nesse ínterim, seu pai Francisco viajara para trabalhar em Macapá. Essa área geográfica havia conquistado sua autonomia política em relação ao estado do Pará, recebendo a denominação de Território Federal do Amapá – TFA. A cidade de Macapá, por ser de melhor condição portuária, assumia a posição de capital do TFA. Seu governador, Janary Gentil Nunes, havia posto em execução um processo de modernização da cidade; o que pode ser compreendido aqui como uma política de gentrificação¹⁰ empreendida em áreas estratégicas, de interesse para as elites vinculadas à administração do TFA. Assim, o objetivo era retirar da área central os moradores afro-macapenses que lá viviam havia mais de 50 anos, para instalar moradores de classe média e alta, os funcionários de médio e alto escalão do poder administrativo.

A emergência de novas questões na década de 1940, como a de salvamento da fronteira setentrional do Brasil, levou à criação do TFA e à política de integração dessa área fronteiriça à economia nacional, por meio de projetos de ocupação humana. Instala-se na cidade de Macapá a ruptura entre o caráter econômico tradicional e o ideal de cidade moderna que, concomitantemente, estará atrelado ao discurso do velho e arcaico como forma

¹⁰ O termo gentrificação (enobrecimento) segue aqui o mesmo sentido dado pelos autores Leite (2002a; 2002b), Harvey (1992) e Smith (1996), que o utilizam para designar intervenções urbanas como empreendimentos que elegem certos espaços da cidade considerados por sua centralidade e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica fazem do patrimônio um segmento do mercado, normalmente deslocando desses espaços muitas vezes deteriorados em suas condições materiais, populares que neles habitavam.

de negar o passado e invocar novos instrumentos de intervenção social. O viver produzido pelos afro-macapaenses não materializava as condições urbanas que o governador desejava para servir a sua família e aos funcionários que pretendia trazer para a desenvoltura do seu governo e a administração do Território.

Na criação e organização das instituições que iriam gerenciar os projetos econômicos para a Amazônia, encontra-se mais um membro da família Nunes, atuando como mediador de projetos econômicos para o TFA, bem como para toda a Região Norte. Trata-se de Coaracy Gentil Monteiro Nunes, irmão do governador Janary Nunes, segundo filho de Joaquim Ascendino Monteiro Nunes, que no seu tempo de jovem foi enviado para frequentar o ensino secundário no Colégio Marista, em Belém do Pará. Em seguida, ainda na capital, ingressou no curso de Direito, concluído em Recife. Janary Nunes, ao ser indicado para administrar o TFA, cuidou de trazê-lo para seu lado e convidou-o a assumir o cargo de representante do governo, no Rio de Janeiro.

No então Distrito Federal, Coaracy montou seu escritório; espaço político que viria a ser a representação do território do Amapá na capital federal. Tal contexto foi positivo para o crescimento de Coaracy Nunes na carreira política, pois em 1946 foi eleito deputado federal pelo Amapá, reelegendo-se em 1950 e em 1954, sempre pela legenda do Partido Social Democrático – PSD, que também era integrado por seu irmão Janary. De espírito político mediador e com acesso às repartições públicas federais, o deputado Coaracy tornou-se o suporte político financeiro das políticas públicas de saúde e educação realizadas por seu irmão no TFA (BARBOSA, 1997).

No contexto de seus mandatos parlamentares, o deputado Coaracy se empenhou em abrir as portas dos órgãos públicos, principalmente do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, aos quais os Territórios Federais eram subordinados. As verbas conquistadas na esfera federal por Coaracy permitiram ao governador do TFA, seu irmão, executar os serviços

públicos de requalificação e higienização da capital do Território nas áreas de saúde, educação, transporte, energia elétrica e saneamento, bem como dinamizar a economia dos municípios interioranos (*Idem*).

A cidade de Macapá foi vista por seu gestor como um lugar precário: anti-higiênico, insalubre, onde as casas eram feitas de taipa, cobertas de palha e não tinham sistema de privadas, ou quando as apresentavam, não eram devidamente fechadas. No recenseamento sanitário feito pela equipe governamental, os registros documentais foram enfáticos:

Em Macapá, capital do Território, nenhuma casa possuía instalação sanitária higiênica, dispo de fossas biológicas, conforme recenseamento procedido. Com exceção das construções dos norte-americanos da Painar, do exército brasileiro, e de uma casa particular no Oiapoque, nenhuma residência do Território poderia ser escolhida para habitação de famílias acostumadas a relativo conforto (NUNES, 1946, p. 5).

Quanto às casas que comportavam mais de uma família, tal situação era vista pela administração como prática de conduta imoral e de promiscuidade. O tipo de acomodação era visto pelas elites como expressão de falta de pudor. Na descrição do relatório do governador, as casas enfeavam a cidade, principalmente as que ficavam na entrada de acesso à parte mais alta, espaço físico considerado o centro urbano do município. Lá estavam dezenas de casas, construídas de forma aleatória, sem nenhum projeto, de madeira e escurecidas pelo tempo, descolorindo o centro da cidade aos olhos do gestor público Janary e de sua equipe. Para ele, “tudo estava por fazer”, portanto, sua gestão seria um ato de “bandeirantismo na Amazônia”, como comparou o engenheiro Coronel Bernadino C. de Mattos Neto, quando de sua visita a Macapá (MATTOS NETO, 2012, p. 61).

Na verdade, a intenção de empreender um processo de higienização social em Macapá encontra antecedentes históricos. Dada sua localização em região de fronteiras, em sua formação o lugar atraiu diversos estrangeiros, com suas visões e ideais concernentes à vida na cidade. Dentre esses, aporta na região em 1913 o Padre Júlio Maria de Lombaerde, de origem belga e

naturalizado francês, que prestou inúmeros serviços sociais à população, mas não sem querer impor uma moral disciplinar que, dentre outras investidas, agiu de modo etnocêntrico com o objetivo malgrado de persuadir os afro-amapaenses praticantes da dança ritual do Marabaixo¹¹ a deixarem de lado suas tradições (BARBOSA, 1998; MIRANDA, 1957; LUNA, 2017). Entende-se, portanto, que já havia um caminho aberto para uma moralização fincada na ideologia do progresso, quando Janary inicia a reestruturação urbana de Macapá para trazer ao lugar que então se tornara a capital do TFA a face de uma cidade moderna, conforme o padrão da época.

Toda a descrição da cidade no relatório governamental encomendado por Janary apontava para um único objetivo: imprimir uma situação de miséria e ignorância que deveria ser revertida. Nenhum registro foi feito sobre o modo de viver da sociedade local, nem mesmo dos mais abastados, muito menos da comunidade afro-macapaense: suas festas e as caminhadas ao ‘Poço do Mato’ por mulheres, jovens e crianças para buscar água de beber, ou mesmo ao ‘Igarapé das Mulheres’, rio onde elas lavavam suas roupas e as de seus patrões. Lugar onde elas criavam espaços de sociabilidade, de troca de conversa, dos ditos fuxicos¹², lamentos e risos. Rio no qual as crianças brincavam, tomavam banho, enquanto suas mães ou irmãs lavavam roupas. Para o governador, essas práticas também ensejavam mudança de hábitos. Realmente mudaram, ficando apenas na lembrança, na memória dos filhos que tiveram presença ativa naquele lugar.

¹¹ O Marabaixo é um ritual afro-amapaense híbrido, de continuidade de valores africanos recriados e presentes nas festas católicas das comunidades negras da cidade de Macapá, bem como do interior do Amapá. A festa acontece no ritmo de tambores ou de caixas, instrumentos de percussão construídos com madeira e pele de animais. As mulheres dançam de forma vigorosa, com suas saias de cores vivas, no compasso forte e intenso dos batuques. Durante o ritual são servidas bebidas, sendo mais típica a gengibirra. Segundo Tia Chiquinha, como é conhecida no cotidiano da comunidade do Curiaú, “o Batuque é bandaia, pode dançar sorrindo, com alegria, enquanto que o Marabaixo é lamento com o arrastar dos pés no chão lembrando os escravos acorrentados”. Registro feito pela pesquisadora em visita ao Curiaú.

¹² Leonel Nascimento, um dos interlocutores da pesquisa, narra que os três lugares conhecidos pela presença do hábito da fofoca eram o Poço do Mato, o Igarapé das Mulheres – local onde ocorria a lavagem de roupa pelas mulheres de menor poder aquisitivo, inclusive das lavadeiras profissionais – e o bairro do Trem. Nesses lugares se ouviam e trocavam boatos e informações, daí espalhados por toda a cidade.

Era a hora de o ‘príncipe’ maquiarse a ‘menina feia do mato’ e transformá-la em uma cidade importante, como desejava o Comandante Janary. A cidade das vivências dos afro-amapaenses, vista como uma menina “tão pequena, tão franzina, doentia, retraída, e que vivia esquecida... Muito pálida e quieta... quase analfabeta...”, foi transferida para os arredores por Janary Nunes, sem dispor de nenhuma mudança na ampliação de sua cidadania (MONT’ALVERNE, 1986, p. 13). Era a vez de a ‘cidade cinderela’ assumir o trono. Pautado na convicção militar de ‘salvar a nação’, o governador Janary revestiu de uma nova plasticidade a área urbana de Macapá, dando-lhe nova roupagem para recebê-lo, bem como aos funcionários de alto escalão que viriam para compor o quadro de pessoal da administração territorial (NUNES, 2012).

No lugar onde moravam os afrodescendentes, foram construídos prédios públicos horizontalizados e a residência governamental. O projeto de transferência dos nativos de descendência afro-indígena se deu muito mais na condição de desalojamento dessa população – que vivia em terrenos grandes e era apegada sentimentalmente ao espaço onde estava há mais de meio século – do que propriamente de mudança. Observa-se nessa estratégia um desvio do discurso do governo Janary, que destacava a intenção de promover o “bem estar de todos os indivíduos, de todos os lares” (NUNES, 2012, p. 23).

As transformações então iniciadas na cidade de Macapá sinalizavam que a construção da cidadania era uma possibilidade com limites, cabendo só aos funcionários públicos que vieram compor o quadro de servidores para as instituições criadas, sem nenhuma probabilidade de se estender à população. As construções de casas planejadas, edificadas em alvenaria e cobertas de telhas ficaram totalmente ausentes no lugar para onde foram levadas as famílias que a administração deslocou.

A transferência dos homens e mulheres negros caracterizou-se por total ausência de um planejamento prévio para o deslocamento desses atores sociais, no que se refere à construção de casas, serviços de água potável, luz e

saneamento. Apenas foi oferecido um terreno, batizado de ‘Laguinho’, o qual recebeu serviços de terraplenagem e foi entregue como o novo lugar para os afro-macapenses. Alguns receberam madeira para a construção de suas casas, outros não. A decisão administrativa de remover essa população do espaço urbano da cidade desencadeou divergência interna entre os que estavam de acordo com a ordem do governador Janary e os contra, os que defendiam permanecer. Essa cisão ocorrida no seio do Marabaixo revelou uma contradição que culminou com a divisão do ritual tradicional em dois: o do Laguinho (Divino Espírito Santo) e o da Favela (Santíssima Trindade).

A ruptura conduziu os que se resignaram com a decisão governamental a tomarem outro rumo, independentemente da escolha do líder Julião Ramos. A opção desse grupo foi ocupar um espaço que, à época, ficava muito distante do centro urbano de Macapá, pois eles não desejavam ver nem de longe aquele administrador que a cidade recebia. Esse lugar possuía uma mata que o separava da cidade e passou a ser denominado de Favela, pela presença de vegetação homônima em seu entorno. As residências foram sendo erguidas por conta dos moradores, todavia as famílias investiam em suas casas pouco a pouco, por partes, de forma a se alojarem do melhor modo possível.

Essa área sofreu aumento populacional, principalmente com a chegada de migrantes ribeirinhos que se juntaram à comunidade da Favela fazendo crescer o lugar, que posteriormente recebeu o nome de Bairro Santa Rita. E atraiu ribeirinhos que migravam das localidades interioranas do TFA ou das cidades paraenses vizinhas a Macapá. Todos chegavam à busca de melhores condições de vida, sonho que os levava a arriscar tudo pensando na sorte. Esses migrantes, ao aportarem a Macapá, procuravam alojar-se inicialmente em um barracão construído pelo governo para receber temporariamente trabalhadores que chegavam. Quando esses trabalhadores conseguiam um pouco de dinheiro ou quando já possuíam uma reserva, compravam um terreno; do contrário, ocupavam terrenos urbanos devolutos, como as terras da Favela, lugar de todos, e ali construíam moradia e traziam também a família.

Os dois bairros aqui mencionados, Laguinho e Favela, cresceram mesclados pela presença de diversidades étnicas de uma mesma condição social. Entretanto, com o decorrer do tempo, muitos desses moradores conseguiram condições para galgar o direito à cidadania, aplicando seus esforços em conhecimento (educação) e no comércio. Todavia, ambas as localidades vão guardar esse ritual do Marabaixo, um marco da cultura urbana de Macapá, através de famílias afro-amapaenses dos bairros em enfoque. Após a década de 1970 é que esses bairros vieram a sofrer intervenção dos poderes públicos com serviços coletivos urbanos de infraestrutura – água, luz, saneamento básico (MARTINS, 2012).

O interesse do governador Janary por uma cidade moderna levou-o ao desejo de fazê-la tão visível quanto as capitais modernizadas do Sudeste brasileiro, ideal que se transformou na ‘mística do Amapá’. No esteio desse ideal, caberia cumprir o compromisso de garantir as condições sociais e assegurar a permanência de migrantes graduados, acostumados a outro padrão de urbanidade e de serviços, na nova capital que se erguia. Portanto, a implantação dessa infraestrutura foi um dos meios para recebê-los e fixá-los.

As experiências acumuladas por Janary Nunes e cultivadas ao longo de sua vida nos centros urbanos mais desenvolvidos do país, e com proximidade direta com os padrões da elite do Sul e Sudeste, conduziram-no a alimentar o desejo de levar para o Território Federal do Amapá as experiências de progresso de acordo com as normalidades das regiões economicamente mais ricas do Brasil. Projeto audacioso, considerando-se que as diversidades regionais não permitem o uso de fórmula; são resultado da dinâmica humana e social interna, e do modo como seus sujeitos sociais interagem diante das intervenções humanas ou técnicas e das conexões que estas venham a estabelecer.

Para tanto, contou com o apoio de vários membros da família, como o já citado irmão Coaracy. Na aplicabilidade do projeto de enobrecimento do espaço urbano de Macapá, o governador Janary convidou pessoas qualificadas

profissionalmente. Adotando o princípio de escolha, convocou engenheiros, juristas, médicos, professores e técnicos administrativos para fazer parte de seu quadro de funcionários. Foram eles os primeiros migrantes a chegarem à cidade. Parte deles veio de Belém, capital do Pará, outros de cidades do interior do Pará, que, com esforço, iam estudar na capital. Outros estados da Federação, como Minas Gerais, Bahia e Ceará forneceram migrantes para ocuparem os quadros do alto escalão governamental, funcionários que deveriam viabilizar as atividades dos órgãos públicos que iam sendo instituídos.

O espaço físico da cidade de Macapá se modernizava. As casas de taipa, cobertas de palha, foram desaparecendo; as sociabilidades produzidas entre a população dos afrodescendentes, afro-indígenas e a elite local foram se distanciando. A remoção daqueles para os arrabaldes da cidade intensificou a divisão social hierarquizada entre os moradores sociais de baixo poder aquisitivo e os de melhores posses. E à medida que as edificações públicas entravam em funcionamento, mais migrantes iam chegando, como professores para o Ensino Médio – à época, Ensino de Segundo Grau –, para a escola de música e técnicos para os serviços administrativos. Os que tinham o primário ou o ginásio logo conseguiam emprego, bastava recorrerem ao governador. Na área de saúde, a necessidade de enfermeiras qualificadas atraiu também migrantes para Macapá.

A oportunidade de trabalho e o desejo por melhores condições sociais foram razões imediatas que levaram trabalhadores a se tornarem moradores da cidade de Macapá. Dessa forma, uma diversidade de profissionais foi se estabelecendo na cidade e participando politicamente de sua vida, congregando experiências distintas que iam se movendo e se acomodando enquanto multiplicidade urbana. Nesse momento, a cidade pacata incorporava, através de seu cais, novos e múltiplos valores que ela haveria de guisá-los sem poder se desfazer do que acolheu como produto para se tornar mais moderna.

O entrecruzamento das experiências coletivas solidificava-se a partir da mistura dos vários saberes naquele lugar instalados. É nesse contexto da

gestão do governador Janary Nunes que se apresenta a experiência de Benony Ferreira Lima. Sua trajetória encontra-se, como fica aqui demonstrado, entrelaçada ao imã que se tornou a cidade de Macapá quando passou a sofrer as intervenções na sua forma urbana.

Analisando-se esse processo histórico situado na Macapá dos anos 1940 à luz das proposições de Michel de Certeau; Luce Giard e Pierre Mayol (1996, p. 165), pode-se inferir que essa intervenção no urbano tinha a função de “curetagem social”; assim, tal empreendimento urbanístico acabava por reabilitar o patrimônio, porém de um modo que “subtrai a usuários o que apresenta a observadores”.

Esta discussão encontra-se, portanto, afinada com o tema da gentrificação ou enobrecimento do espaço urbano. Debruçando-se sobre este tema, Rogério Proença Leite (2002) entende a gentrificação em áreas urbanas como investimento comumente praticado por governos, materializado em processos de higienização que desalojam ou deslocam grupos ou populações específicas. Tais grupos imprimem seus usos e contra-usos em espaços públicos das cidades os quais, empobrecidos e deteriorados pela ausência de infraestrutura e acesso aos direitos de cidadania, num dado momento passam, todavia, a interessar ao poder público. A especulação imobiliária é mobilizada para dar aos mesmos outros interesses, normalmente com finalidade econômica focada no turismo, excluindo do seu entorno os moradores que de lá são retirados, configurando, assim, o chamado enobrecimento do patrimônio urbanístico e arquitetônico. Embora se contextualize num debate mais recente, compreende-se que o conceito de gentrificação traz aqui um aporte fértil para se problematizar o processo histórico ocorrido em Macapá a partir dos anos 1940, que é parte do material analítico do presente artigo.

Como já se enfatizou, nas circunstâncias em que tal processo ocorreu, a cidade de Macapá converteu-se em um espaço moderno. Para tanto, exigia várias modalidades de trabalhadores, desde engenheiros à escala do trabalhador braçal. Francisco Lima, pai de Benony, sabendo que seu filho havia perdido o

emprego em Belém, manda ordens de que vá para Macapá, pois havia assegurado um emprego para ele.

Nesse ponto em que se encontra a trajetória narrada por Benony, é possível alargar esse tecido analítico em conexão com a Antropologia Urbana. E aqui, as assertivas de Ana Luiza C. da Rocha e Cornelia Eckert sobre o exercício de uma “etnografia da duração” afluem como referência metodológica para estudar a memória coletiva em situações nas quais a cidade configura como plano de fundo a instigar identidades e imagens narrativas, relatos, práticas e saberes.¹³ Nesta perspectiva, o olhar sobre o espaço urbano compreende que

[...] o trabalho do antropólogo, na produção de uma etnografia da duração, tem por desafio acompanhar os deslocamentos (nos espaços vividos, nos tempos lembrados etc.) dos habitantes [...] aos confins das experiências [...] vividas, que ultrapassam até mesmo suas referências históricas e geográficas mais ontológicas, mais concretas e palpáveis (ROCHA; ECKERT, 2013, p. 22).

Esse exercício de pensar a memória como uma identidade narrada e produto de trajetórias que não se tecem na linearidade põe em relevo o tema da migração. Neste sentido, importa destacar que o sonho de Benony era morar em Belém, capital do Pará, mas seu desejo foi interrompido pela ordem paterna, que era incontestável, à semelhança da relação moral estabelecida entre seu avô e seu pai.

Nesse referente empírico, o fenômeno em discussão mantém relação com a categoria família, assertiva corroborada por Fausto Brito (2009), inspirado em Eunice Durhan (1984), ao observar que a migração é predominantemente familiar e definitiva.¹⁴ Para Durhan (*Idem*), o indivíduo

¹³ O instrumental metodológico proposto por Ana Luiza C. da Rocha e Cornelia Eckert (2013) em referência à etnografia da duração remete a outros aportes epistêmicos, notadamente no campo do estudo das memórias: Gaston Bachelard (1988); Henri Bergson (1990); Gilbert Durand (1980; 1988); Michael Pollak (1989); Eclea Bosi (1994); Maurice Halbwachs (1990); Jacques Le Goff (1990).

¹⁴ Não se pretende aqui propor uma noção generalizante de que a migração estaria, em toda e qualquer circunstância, determinada pelo pertencimento familiar. No contexto de uma sociedade mundializada, onde os movimentos de fluxo de pessoas descentram o olhar do fenômeno da fixidez e onde o relacionamento entre gerações não necessariamente se determina

não migra sozinho; nesse deslocamento, normalmente está associado à família ou articulado dentro de uma rede de interações sociais que facilita a sua integração na região urbana. A autora ainda acrescenta que a migração é mais do que necessária do ponto de vista da modernização da sociedade e que o deslocamento humano é parte da cultura brasileira, como caminho para a mobilidade social do indivíduo; de maneira que não é resultante somente da racionalidade econômica na decisão de migrar, mas produto da racionalidade social enraizada na própria cultura brasileira.

O rapaz atendeu a ordem do pai e viajou para Macapá. Em julho de 1945, Benony chegava a Macapá e seus anseios por urbanidade logo captaram a imagem ainda interiorana da cidade:

[...] o lugar era atrasado, tudo parecia difícil, a essas alturas Macapá não possuía água encanada e a população da cidade consumia água de três poços: São José, Abileiro e Samba-ri-ri. Este último ficava por trás do Museu Joaquim Caetano da Silva, o qual, na época, funcionava como prédio da prefeitura municipal e o palácio do governo.

O emprego de serviçal na construção da escola Barão do Rio Branco, que seu pai lhe conseguiu, foi logo recusado por ele, pois consistia em encher dois tambores de água de duzentos litros, todos os dias, pela manhã e na parte da tarde. A água era retirada do rio Amazonas para o local da edificação, num trajeto de mil metros de distância, com várias idas e voltas com latões de 20 litros. Cabe aqui ressaltar que em Macapá não existia água encanada, só poços para as necessidades humanas. Segundo o jovem, parecia-lhe um insulto: “eu que trazia do interior o ódio por tais trabalhos, o de lidar com água e remar, desisti antes de assumir”.

Benony, em referência a seu tempo de juventude, evoca para si a imagem de um rapaz destemido. Na mesma escola em construção, Barão do Rio Branco – a primeira edificação escolar construída por Janary Nunes, ele

pela autoridade familiar, torna-se comum o desejo de migrar como força que mobiliza projetos individuais. Acrescente-se a isso, a intensificação, na cena recente, dos fluxos migratórios que põem em curso massas de refugiados de guerras e conflitos diversos, constituindo um fenômeno que, em inúmeras situações, configura-se como um esgarçamento do tecido familiar.

procurou um mestre de obras de nome Paraíba, e com ele conseguiu trabalho como ajudante de pedreiro. O mestre, a princípio, duvidou de sua capacidade pelo fato de ser muito novo e de não possuir experiência. Mesmo assim, foi aceito na obra e começou sua vida como trabalhador urbano aos 18 anos, ganhando quinze mil cruzeiros, subindo e descendo escada, levando tijolos para os pedreiros. Benony reconhece que era um trabalho pesado, “mas era ainda bem melhor do que aqueles que eu executava no Afuá”. O rapaz não demorou a galgar melhores condições de trabalho. Passou a ajudante de marceneiro (profissão que possuía) e ganhava vinte um mil cruzeiros por mês. Especializou-se em raspagem de piso de madeira e passou a ganhar noventa mil cruzeiros por dia. Benony relata que “esse momento histórico foi bastante propício para quem tinha profissão em Macapá, foi um período áureo para se conseguir trabalho e ganhar bem”, compreendendo que nessa circunstância o governador Janary Nunes tinha pressa na execução das obras.

Na cidade de Macapá, não estavam sendo construídos apenas prédios públicos (escolas, postos de saúde e hospitais), mas também conjuntos residenciais para os funcionários do alto escalão, os diretores e secretários dos órgãos públicos administrativos. O conjunto de casas para moradia dos professores foi feito de madeira, com as paredes internas revestidas por outra camada de tábua e cobertas de telhas. O atendimento segundo as escalas sociais ficava bem explícito, pois as casas dos médicos e outros indivíduos que faziam parte do secretariado do Território eram panejadas por arquiteto e engenheiros, além de construídas com alvenaria, telhas e serem muradas e jardinaadas pelo Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado – IPASE.

Benony, sem demora, mandou buscar seu irmão em Belém, que vivia ganhando pouco com a entrega de pães. Quando o irmão chega, logo começa a trabalhar também. O entrevistado declarou: “nossa vida melhorava a passos largos, pão, carne e outras coisas a mais, que não existia no interior passaram a fazer parte do nosso dia a dia. Nossa Canaã havia chegado”. Posteriormente, apresentou-se para o serviço militar no então criado Tiro de Guerra em

Macapá, e recebeu sua carteira de reservista de 2ª Categoria. Todavia, alega que, no ano de 1948, uma ousadia sua lhe valeu reconhecimento de heroísmo, repercutindo por toda a cidade: a derrubada de quatro torres de madeira (duas de quarenta metros e duas de trinta) que sustentavam as instalações de Transmissão da Companhia Aérea Cruzeiro do Sul, empresa que fazia voos para Macapá.

Ele revelou ter recebido a ordem de funcionários do Território para derrubar as referidas torres, que estavam por cair sobre várias casas. Como um bom marceneiro que dizia ser, deu conta da tarefa em vinte e um dias, sem expor os moradores do entorno a perigo e salvando a si mesmo também. Essa capacidade engenhosa de Benony elevou seu mérito, sendo promovido a carpinteiro de primeira classe e tendo seu salário acrescido.

Na escola um acontecimento deixou Benony muito transtornado. Foi acusado de ‘colar’ na realização das provas. Segundo o interlocutor, “foi uma acusação injusta” e faltando-lhe a paciência, saiu da sala de aula falando palavras que não devia. Foi expulso por quinze dias e perdeu seu emprego, que para ele era muito bom. Sem ter outra saída, retornou a Belém. Continuou estudando, mas vivendo sempre no aperto, visto que seu salário de marceneiro era apenas o suficiente para pagar o aluguel do quarto em que morava, a comida e a escola onde estudava. Passou por vários contratempos, perdeu de fazer suas provas finais de conclusão do Ginásio por estar em débito com o colégio. Posteriormente, realizou trabalho extra e quitou a dívida, fez suas provas e passou para o primeiro ano do ensino científico. Apesar de ser operário da construção civil, Benony manteve um ciclo de amizades que o permitiu aproximação e participação em reuniões de partidos políticos, como o Partido Social Democrático (PSD), do General Magalhães Barata, e do Grêmio Cultural Recreativo Brasil, que funcionava à Rua Presidente Vargas (Belém – PA). Esteve também vinculado ao Partido Integralista Brasileiro, do orador Plínio Salgado, nos altos da Café Carioca, em Belém, como ressalta:

No Grêmio eu era o único operário que integrava ao grupo, os demais eram todos formados: Bonifácio Serra – advogado; Virgílio Lobonate – agrônomo; Rafael Ruper – advogado; Luiz Moura – bancário; Carlos Moura – bancário; Armando Carneiro – empresário; Hector – hoje é juiz de direito e outros que não me vêm à memória.

Certo dia, Benony foi convidado por um primo para ir ao Rio de Janeiro. Como já estava no primeiro grau do ensino científico, tinha certeza que conseguiria um bom emprego e realizaria seu sonho de ser advogado. Resolveu, então, ir a Macapá para se despedir dos pais, mas ao chegar à cidade os encontrou morando em outro bairro, de melhor estrutura social, em uma casa nova e dispendo de boa alimentação. Ele recuou em sua decisão e ficou em Macapá, mas, sua interpretação realizada a partir do presente soou como mágoa de si mesmo, pois acreditava ter jogado fora mais uma vez a oportunidade de ser um homem formado em Direito. O narrador fala como se tivesse a certeza de que sua ida para o Sudeste seria bastante proveitosa, com caminhos favoráveis aos seus planos.

Permaneceu em Macapá como marceneiro e estudante. Em 1955, junto a alguns amigos, adentrou para a política estudantil com a intenção de que o governo trouxesse para Macapá uma universidade, para atender às necessidades dos jovens do Território Federal do Amapá, pois a política de oferta de bolsa para realização dos estudos em Belém tinha por base a amizade, o atendimento a uma clientela. Os estudantes aproveitaram o ensejo da eleição para o Grêmio Estudantil Rui Barbosa, do Colégio Barão do Rio Branco, e se colocaram em defesa de José Maria da Cunha, em oposição à reeleição de Edilson Borges de Oliveira, que representava a situação. O estudante Edilson estava na presidência do Grêmio e representava seu interesse por uma bolsa de estudo, estando, portanto, fiel aos interesses do gestor territorial, motivo pelo qual ignorava qualquer defesa ou interesse de levantar bandeira em favor do ensino superior na cidade, muito menos de defender a continuidade dos estudos para os alunos que não tinham condições de se deslocarem para cursar universidade na capital do Pará, Belém.

Na narrativa, Benony reforça: “Foi aí que eu, com Jackson Alencar, Ulisses, José Maria da Cunha e meu irmão Samuel, levantamos em oposição a Edson, e nosso protesto fazia alusão no que se referia à criação da faculdade do Amapá”. Essa bandeira de luta não se restringia simplesmente aos estudantes. Fazia parte do desejo da classe mais letrada de migrantes, que chegaram à cidade e sentiam a necessidade desse serviço para a garantia do desenvolvimento cultural urbano do Território, como jornalistas, padres, professores, aliados e defensores do conhecimento acadêmico, que se puseram também a defender a implantação do ensino superior. Tal proposta chegou a ser assunto crítico nos jornais da igreja *A Voz Católica* e a *Folha do Povo*, os quais levaram a público os anseios da cidade por educação superior mediando interesses da sociedade e do Território.

A cidade de Macapá já atingia certo grau de urbanidade, mas a ausência do ensino acadêmico limitava os sonhos dos jovens de baixo poder aquisitivo pela continuidade dos estudos, posto que apenas um pequeno e seletivo grupo tivesse condição de deslocar-se da capital do Território para Belém. As dificuldades para a conquista do ensino universitário não eram poucas, uma vez que a região era praticamente ilhada, havendo apenas duas vias de saída: a via aérea, percurso com tempo de 1 hora de viagem Macapá – Belém, e por via fluvial, na qual a viagem para a capital do Pará durava 24 horas nas águas do rio Amazonas. Financeiramente, era impossível para um jovem sem recursos chegar à academia se de antemão não ganhasse uma bolsa de estudos ou não fosse apadrinhado por uma família que o sustentasse em Belém. A crítica elaborada pelo jornal *A Voz Católica*, mencionava que a bolsa de estudos era um paliativo, uma conquista social injusta, visto que só atendia a um número reduzido de alunos, ficando a maioria impossibilitada de ter acesso à educação superior.

A bandeira de luta por uma universidade na cidade de Macapá foi levantada pioneiramente pelo jovem Benony e alguns amigos, mas posteriormente recrudescer como um desejo de toda a sociedade macapaense;

fato que ficou registrado em várias edições do já mencionado jornal *A Voz Católica*. A necessidade urgente por uma instituição de ensino superior enquanto aporte de formação cultural para os jovens da cidade era uma reivindicação que já recebia apoio, inclusive, dos padres, que percebiam nesse empreendimento um meio de construir uma sociedade culturalmente crítica e de múltiplos saberes. Benony retrata a falta de interesse da parte dos poderes públicos, dizendo:

Solicitações anteriores foram tolhidas pelo oficial do gabinete do governador. Macapá havia crescido muito e mudado bastante, porém, já existia uma política ambiciosa, coordenada pelo oficial do gabinete, já falecido, no sentido de preservar a permanência dos interesses do governador Janary Nunes, ao ponto de ser tolhida a criação da faculdade do Amapá [...].

Essa bandeira de luta foi resultado de desejos e de outras experiências de Benony, adquiridas em uma sociedade mais complexa, na qual o controle do exercício político não era tão fácil. Quando estudava e trabalhava em Belém, como já foi dito, passou pela experiência de fazer parte de partido político e de ser membro do Grêmio Cultural Recreativo do Brasil. Tal experiência o levou a ser oposição ao presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Amapaense em Macapá e, posteriormente, a apoiar a chapa presidencial de oposição no Grêmio Estudantil Macapaense, no ano de 1955. As experiências entrecruzadas de Benony pelas várias instituições de que participou, conduziram-no a um campo de luta importante para sua pessoa e também para a construção da vida social de Macapá, mesmo não sendo reconhecida por toda a sociedade local, principalmente pela administração pública territorial.

É possível observar na trajetória de vida de Benony Ferreira que as fronteiras entre campo (ambiente das primeiras experiências de Benony) e cidade não são fixas, mas moventes. Na verdade, são produtos da mobilidade, como compreende Marc Augé (2010), e das relações entre sujeitos de ambos os espaços de produção social da existência. São encontros que modificam o tecido social desses ambientes, pois seus praticantes, ao incorporarem novos comportamentos e aprendizados, os levam consigo e disseminam esses valores

culturais apreendidos. Como sujeitos em fluxo, que se deslocam, eles vão transformando as fronteiras, quase sempre pensadas como fixas, em fronteiras moventes.

A mobilidade do jovem Benony, de ribeirinho para a capital do estado do Pará, de lá para a cidade de Macapá, constitui uma trajetória marcada por implicações e efeitos em ambos os espaços transitados, mesmo que tais efeitos sejam específicos para cada ambiente envolvido. Se em Belém o operário elaborou nova mentalidade em suas relações sociais ao participar do Grêmio Cultural de postura integralista, essa mesma experiência motivou Benony a ser um sujeito a favor da ampliação da cultura de educação superior na cidade de Macapá, a partir da exigência de implantação de uma universidade, pensando no acesso aos equipamentos sociais como direito dos jovens menos abastados da cidade. Sua atuação política ficou marcada em uma determinada temporalidade e suas práticas o fizeram um homem preocupado com as condições de urbanidade de seu tempo.

Na trajetória de Benony Lima, observa-se uma grande contribuição cultural não só manifestada por ele, mas por diversos sujeitos da sociedade macapaense. Era uma rede de desejos sendo evocados através dos estudantes macapaenses no final da década de 1950. É importante enfatizar que essa exigência por uma educação superior foi compartilhada pelo jornal *A Voz Católica*, periódico da igreja local, que se posicionou pela importância da elevação cultural dos jovens e do desenvolvimento da sociedade. Desta feita, os ensaístas do referido jornal reclamavam que a não implantação do ensino superior em Macapá era “falta de interesse do governo”¹⁵.

Benony foi demitido sem demora, após o diretor da Escola Barão do Rio Branco ter comunicado ao governo sua postura de oposição ao Grêmio Estudantil quando, ao mesmo tempo, ele era aluno e trabalhava como marceneiro na instituição. A demissão foi imediata, por sua ação subversiva

¹⁵ *A Voz Católica*, 12 de novembro de 1961. Ano III, nº 107, p. 3.

aos interesses do governo do Território. Indignado, Benony faz campanha contra o candidato a presidente do governador Janary e assim, narra: “fazer oposição ao governo, precisava de muita coragem, eu tive”.

Ele esclarece que resolveu fazer política contrária aos interesses do governador justamente na campanha para Presidente da República, que ocorreu no mesmo ano da eleição para o Grêmio. Naquela época, se enfrentavam na arena política nacional os candidatos Adhemar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP) de São Paulo; Juarez Távora, da União Democrática Nacional (UDN) do Ceará; e Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrático (PSD) de Minas Gerais. Após sua demissão, partiu de “uma vez para a oposição, desta vez contra o governo [Janary Nunes], a minha sorte estava selada, nada mais havia para mim”. Apesar de não ter muita força política, Benony e mais quatro jovens iniciaram uma campanha em favor do candidato populista Adhemar de Barros.

Benony não deixa de expressar em suas práticas políticas a ação de um personagem urbano em favor da cidade. Este ponto da narrativa remete à reflexão elaborada por Carlos Fortuna (2009, p. 86), quando destaca que o interesse que move o ocupante cidadão em relação à urbe “não é mais apenas o direito a ascender e a instalar-se nela, mas a garantia de poder usufruir dos equipamentos, serviços e direitos que a cidade oferece, designadamente, a condição de cidadania política e cultural”.

A presença de Benony no universo da política, como atuante na oposição ao governo e como alvo da perseguição deste remete a discussão que aqui se tece a importantes referências do campo da Sociologia e da Antropologia Política, que podem auxiliar na compreensão do contexto de mandonismo e reprodução de valores e práticas do coronelismo, como forma de poder que, não obstante não tivesse mais uma presença oficial no sistema de governo, ainda respingava fortemente seus traços sobre as relações políticas na sociedade brasileira naqueles anos 1940-50 e por décadas seguintes, associado também ao clientelismo, sendo bases de forte sustentação da trajetória política

de Janary Nunes no Amapá e, especificamente, na capital do TFA, a cidade de Macapá.

Este assunto remete a obras consideradas clássicas, como *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, de Victor Nunes Leal (1948), e *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, de Raimundo Faoro (1958), que permanecem lançando luzes para a compreensão de relações de poder em diferentes regiões do Brasil, não obstante as especificidades de cada contexto. Encontram-se também aportes fecundos em referências mais recentes, a exemplo das reflexões tecidas por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, pesquisadores que empreenderam trabalho etnográfico em comunidades de colonos gaúchos e sitiantes do sertão pernambucano, observando práticas que associam categorias como voto, interesses materiais e relações políticas, tomadas como referentes analíticos para o ensaio intitulado *Os Comícios e As Políticas de Facções* (1995).¹⁶

A oposição de Benony e seus aliados nas eleições para o Grêmio estudantil e no que se refere a alianças formadas em torno do governador Janary e de candidaturas com as quais ele fez aliança mobilizou, da parte deste e de seus apoios políticos, reações de controle, perseguição e cerceamento de acesso a empregos. Assim, o grupo político instituído agia contra forças instituintes, manipulando relações, interesses e trocas que eram oportunas no esforço de sustentar a hegemonia de seu projeto para o Amapá, configurando um poder também legitimado como poder simbólico¹⁷, ancorado em seu discurso e nos investimentos em prol da modernização do Território,

¹⁶ É importante notar que a exploração do assunto em foco não se esgota com a alusão às obras citadas, havendo diversas contribuições de peso no campo da Sociologia e Antropologia da Política, não menos importantes que estas. Dado o espaço disponível para a escrita deste artigo, não seria possível ampliar aqui a chamada de referências.

¹⁷ O conceito de poder simbólico é apropriado aqui da obra Pierre Bourdieu (1994), entendido como um poder que se exerce com propriedades simbólicas, não condicionadas ao exercício da força física, mas não necessariamente independentes desta, capazes de agir como suporte atrativo e legitimador, fomentando adesão, pertencimento e persuasão. Tal poder atua, no entanto, de modo tácito, produzindo e reproduzindo sentimentos duradouros em relação a pessoas, lideranças, sistemas de crenças e posições sociais.

revestindo o ideal de desenvolvimento com a força simbólica de uma ‘mística do Amapá’; ambiente de riquezas e promessa, a receber a sua intervenção ‘heroica’.

O imaginário mítico do poder fica implícito nesse quadro histórico e político do Amapá também quando se tenta compreender o cenário da cidade de Macapá à época aqui estudada, no que concerne aos jogos de interesses que mobilizavam governo e aliados contra seus opositores e estes contra aqueles. Não por acaso, esse quadro evoca o raciocínio de Raoul Girardet (1987) em sua caracterização de constelações mitológicas do poder que, não obstante originalmente contextualizadas no cenário europeu, lançam luzes para a leitura de situações políticas em outros ambientes.

A imagem do ‘herói’ zelador da ‘mística do Amapá’ atrai para si o *mito da salvação*, desenhando a figura de um ser potente, empreendedor, capaz de fazer o Território transpor a condição do atraso, como portador de um tempo novo, materializando, naquele tempo, o *mito da idade de ouro*. Contra os que criticassem ou se opusessem a esse empreendimento que, como já fora descrito, concretizou-se via processos de higienização social e acirramento de desigualdades sociais, a ação revestia-se da força simbólica do *mito do complô* ou *conspiração*, que por sua vez, atrai o *mito da unidade*; legitimação para fazer crer que aplicar toda a força contra a oposição se justificaria, em defesa de uma suposta união a fomentar o progresso do Território Federal do Amapá e de sua capital, a cidade de Macapá.

Como o *mito da unidade* não se projetava com força capaz de homogeneizar consciências e sentimentos, a oposição, apesar de seu poder frágil e pouco aparamentado – em seu movimento para chegar ao poder no grêmio estudantil, na articulação com jornais que denunciavam o quadro de uma cidade que se modernizava para as elites deixando à margem a pobreza de seus arrabaldes e na articulação em partido político contrário ao governo –, também acionava, assim como o fazia o poder hegemônico, o esforço de atrair para a si mais adesões. Punha-se em cena, como diria Clifford Geertz (1989:

206-222), uma “política do significado”, entendida como disputa pela elaboração e significação da realidade. Todavia, como se verá mais adiante, nem sempre uma oposição é definitiva. Pode arrefecer, em função de determinadas circunstâncias.

Naquele contexto, a atitude oposicionista de Benony emergiu porque ele sabia que não tinha mais vez em Macapá, onde todo emprego dependia do governo; porém, não imaginava que a perseguição política iria extrapolar o espaço público e adentrar ao privado. Benony conseguiu um emprego com um empreiteiro que estava construindo um depósito de material de construção, na baixada do Elesbão, hoje bairro Santa Inês, mas assim que o governador tomou conhecimento, ordenou ao construtor que o funcionário deveria ser demitido. O estudante/trabalhador só via uma saída para sua situação: ir para o Rio de Janeiro, pois estando fechadas as portas para Benony no direito de produzir a cidade e de ser produzido por ela, o jovem planejou sair de Macapá e ir para o Sudeste em busca de trabalho.

A decisão do governador Janary era uma ordem na cidade e deveria ser cumprida. Benony estava de malas prontas para viajar com destino ao Rio de Janeiro, pois, de fato, parecia que todas as marés estavam em baixa para ele naquele lugar, impedindo-o de ali permanecer. O fato se inverte a partir de uma curta conversa com seu primo Jorge, com o qual, por coincidência, se encontrou. Seu primo revelou nesse encontro que recebeu um convite para trabalhar como escriturário na Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês – ICOMI, mas não aceitou porque já trabalhava no governo e o aconselhou a tentar conseguir essa vaga na empresa. Tudo ocorreu de forma positiva e Benony conseguiu o emprego. Como agia com muita responsabilidade em seus compromissos, logo foi promovido e passou a ganhar bem. Com a eleição presidencial favorável ao candidato Juscelino Kubitschek, a estrutura política da cidade de Macapá mudou. O presidente Juscelino, ao assumir o poder, nomeou o governador Janary Nunes para a presidência da Petrobras e, dessa forma, o trabalhador ficou livre das perseguições por muito

tempo. Benony lembra que, alguns anos depois, Janary esteve em visita à empresa ICOMI e, ao entrar na sala onde ele trabalhava, olhou-o com ar de surpresa. Naquele momento, Benony pensou que o político Janary fosse intervir junto à diretoria da empresa e pedir sua saída do cargo, mas, conforme sua narrativa, vários dias se passaram e nada aconteceu.

Benony já estava mais maduro, já havia casado. Passou então a investir e ampliar seus bens construindo várias casas para ganhar com os aluguéis. Segundo o interlocutor, possuiu mais de vinte casas de madeira, as quais foram vendidas posteriormente. Com o decorrer do tempo, se tornou funcionário do Território Federal do Amapá, tendo que, para isso, apoiar a candidatura de Janary Nunes a Deputado Federal. A ação de prática oposicionista foi rompida para se configurar em prática aliada e a serviço do governo.

Sua trajetória foi percorrida com algumas dificuldades, segundo sua narrativa, devido às divergências entre interesses pessoais e políticos, entre um grupo e outro de dirigentes em uma cidade pequena. Independentemente dos caminhos trilhados pelo interlocutor, sua presença na cidade de Macapá foi perpassada por uma prática atuante, melhor dizendo: uma ação política que foi além do desejo individual, tornando-se um apelo coletivo, à medida que seus anseios tiveram consonância nos jornais locais, tornando-se mais atento à construção de uma sociedade, a partir do acesso ao conhecimento como desenvolvimento cultural.

Pensando o trajeto de Benony, observa-se como natural que a migração ocorria quase sempre objetivando a procura por melhores condições de vida, tendo em vista que o trabalho foi o principal fator motivador para o êxodo. Entretanto, nem sempre essas migrações são provocadas por causas materiais. A necessidade e o desejo não se limitam a fatores econômicos. São perpassados também por valores religiosos, psicológicos, morais, amorosos. O medo, o correr risco, é uma dessas emoções.

Num trecho desse percurso – como já foi assinalado aqui –, sabendo que não tinha a mínima condição de permanecer em Macapá, Benony, pensa em voltar para Belém ou ir para o Rio de Janeiro, pois seu sonho era se tornar advogado, porém, um convite interromperia de vez seu desejo de formar-se em um curso superior. O jovem Benony é convidado para trabalhar na contabilidade da empresa de manganês ICOMI – indústria de capital estrangeiro implantada no seio da floresta, em Serra do Navio, à época pertencente ao município de Macapá. Ficou satisfeito pela conquista social que alcançou, especialmente em relação à qualidade do trabalho, visto que deixava a labuta de fazer e polir assoalho de madeira para exercer o ofício de escriturário, menos penoso, como assim relata: “A minha vida mudou para melhor, substituí o martelo e o serrote pela caneta, deixava de ser um operário para ser um escriturário. [...] Na ICOMI, possuía bom salário, veja que em quatro anos fiz quatro casas de madeira e uma de alvenaria inacabada”.

Várias vezes mencionou que sua vida mudara para melhor. Depois de sair da ICOMI, tornou-se funcionário federal, ocupou vários cargos de importância, pela responsabilidade com que gerenciava a função que lhe era atribuída, tanto no governo do Território como no governo do município. Após aposentadoria compulsória, Benony quis realizar seu sonho de morar na capital do estado do Pará. Mudou-se para Belém, mas permaneceu pouco tempo, pois a cidade então já não era a mesma; era muito agitada e não correspondia aos seus desejos de um lugar mais pacífico, mais tranquilo no seu cotidiano. Recorda Benony: “impressionante, um dos maiores sonhos de minha vida era terminar os meus dias em Belém, entretanto, com o passar do tempo, não me adaptei mais”.

Retornou definitivamente para a cidade de Macapá, diante da qual, em seu relato, manifesta um sentimento intenso, definindo-a como a “terra que mais amo, a ponto de fazer dela meu torrão natal”. Morou na cidade de Macapá até seus últimos dias. Seu único sonho que não se cumpriu foi o de se tornar advogado, porém viu nascer a Universidade Federal do Amapá para servir aos

estudantes, mesmo que não mais atendesse a ele e seus filhos, porém supriria as necessidades de continuação de estudos para seus netos.

Considerações finais

A pesquisa que embasa as reflexões tecidas neste artigo acessou outros interlocutores. Importa considerar que entre esses narradores, elementos específicos e pontos em comum foram identificados no conhecimento da trajetória que cada um percorreu na cidade de Macapá. Poderia ficar aqui uma pergunta: por que Benony e não outro sujeito social foi trazido a estas páginas para se pensar sobre as principais categorias aqui abordadas? Por que ele e não outros?

Como primeira justificativa, assinala-se aqui o limite de espaço destinado à escrita de um artigo. Dada a diversidade de categorias aqui tratadas, não seria possível referenciar e aprofundar diversas trajetórias. Em segundo lugar, a figura de Benony aporta a esta reflexão como um narrador emblemático, pioneiro na luta à qual se associaram outros sujeitos, em defesa da instalação de uma instituição de ensino superior em Macapá, movimento que lhe colocou em linhas de cruzamento com a política e outros agenciamentos, dando alguma visibilidade a outras facetas de uma cidade desigual, tornando visíveis distâncias que se alargavam entre a cidade das elites e a cidade dos arrabaldes empobrecidos.

Ademais, Benony, como contador de suas idas e vindas ao cais de Macapá, revestiu-se com muita propriedade da imagem viva do narrador, a retratar personagens que, como ensina Walter Benjamin, o mundo da técnica e da reprodutibilidade põe em vias de desaparecimento. Escutar e ler a fala transcrita de Benony e dos demais narradores, ouvidos ou lidos através de autobiografias acessadas na pesquisa – dentre eles, Zaide da Silva, Alfredo Gonsalves, Leonel Nascimento e Deusolina Farias –, foi assim um exercício de compreensão da narrativa como “uma forma artesanal de comunicação” (BENJAMIN, 1996, p. 205).

No percurso da pesquisa que fez chegar aos resultados dos quais aqui se traz uma amostra sintetizada nestas breves páginas, ficou um enorme aprendizado, sobretudo do contato com interlocutores e autobiografias que permitiram imprimir intensidade à premissa de que a narrativa “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório”, mas como movimento que “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (*Idem, ibidem*).

Assim, a construção da imagem da cidade de Macapá fica aqui entendida com referência a contextos distintos, nos quais vários processos de migração entrecruzam-se. Porém, foi nas circunstâncias de um processo de gentrificação, enquanto investimento administrativo para fins de modernização, que muitos de seus atores sociais, na condição de migrantes, emergiram também como produtores dessa cidade, apropriada como lugar de símbolos e práticas, como espaço em construção, ainda que, no mais das vezes, situados à margem da racionalidade planejada do poder público.

Ressalta-se, portanto, a necessidade de visibilizar e valorizar a pluralidade de práticas experimentadas no espaço urbano, problematizando a lógica que delega aos poderes públicos a tarefa de consagrar as versões sobre a constituição e organização do espaço; lógica que implica relegar e tratar as práticas populares como de segunda categoria ou com pouco potencial de informação aos pesquisadores, muitas vezes negando-lhes atenção quando se trata de pesquisa sobre a cidade. A trajetória de Benony Ferreira Lima, construída como expressão de uma intersubjetividade, mostra sujeitos plurais em cena, na feitura da vida social da cidade de Macapá, implicando na produção de uma sociedade culturalmente híbrida.

Bibliografia

- AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.
- BACHELARD, Gastón. *A Dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988.
- BARBOSA, Coaracy Sobreira. *Personagens Ilustres do Amapá*. Amapá: Departamento de Imprensa Oficial. V. I, 1997.
- _____. *Personagens Ilustres do Amapá*. Amapá: Departamento de Imprensa Oficial. V. II, 1998.
- BECKER, Olga Maria Schild. “Mobilidade Espacial da População: conceitos, tipologia, contextos”. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César (Orgs.). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Pp. 319-367.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I. Magia e técnica – Arte e política*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOLSA de estudo. *A Voz Católica*, 12 de novembro de 1961. Ano III, nº 107, p. 3.
- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1994.
- _____. “A Ilusão Biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Pp. 183-192.
- BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Vol. 1: Artes de fazer. 19ª ed. [Tradução de Ephraim Ferreira Alves]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do cotidiano*. Vol. 2: Morar, cozinhar. 5ª ed. [Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth]. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- DURAND, Gilbert. *As Estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1980.
- _____. *A Imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1988.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo Editora, 1958.

FORTUNA, Carlos. "Cidade e Urbanidade". In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. Pp. 83-97.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

KOFES, Suely. "Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser". In: KOFES, Suely; MANICA, Daniela (Orgs.). *Vidas e grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia*. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2015. Pp. 20-39.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição Revista Forense, 1948.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LEITE, Rogério Proença. *Contrausos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002a.

_____. "Contrausos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na manguetown". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, junho de 2002b.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir*. *Estudos Avançados* 16 (45), 2002.

LUNA, Verônica Xavier. *Um cais que abriga histórias de vida: homens e máquinas construindo o social na cidade de Macapá (1943-1970)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2017.

MARTINS, Benedito Rostan Costa. *Marabaixo, ladrão, gengibirra e rádio: traduções de linguagens e o rádio regional*.

Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MATTOS NETO, Cel. Bernardino C. de Bandeirantismo da Amazônia. In: Janary Gentil Nunes. *Confiança no Amapá: Impressões sobre o Território*. Brasília. 2. ed. Editora do Senado Federal, 2012.

MIRANDA, Antônio (Padre). *Padre Júlio Maria: sua história e sua missão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1957.

MONT'ALVERNE. Aracy. *Luzes da Madrugada*. Macapá: Secretaria de Educação e Cultura do Território Federal do Amapá – Departamento de Ação complementar, 1986.

NODA, Sandra do N. *et alii*. “Utilização e Apropriação das Terras por Agricultura Familiar Amazonense de Várzeas”. In: DIEGUES, Antonio Carlos; e MOREIRA, André de C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

NUNES, Janary Gentil. *Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

_____. *Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*. 2ª. ed. Brasília: Editora do Senado Federal, 2012.

PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz. “Os Comícios e as políticas de facções”. In: *Anuário Antropológico, n. 94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. 3, Memória, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

SMITH, Neil. “A Gentrificação Generalizada”. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 1996.

WIRTH, Louis. *O urbanismo como modo de vida*. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O Fenômeno Urbano*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Palavras-**Chave:**

trajetória,
migração,
cidade,
gentrificação,
política

Resumo: Este artigo é um breve recorte da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, intitulada Um cais que abriga histórias de vida: homens e máquinas construindo o social na cidade de Macapá (1943-1970). O tema central do artigo trata da trajetória de um migrante que entrecruza campo e cidade, com destaque para suas ações políticas no decurso da gentrificação de áreas do espaço urbano de Macapá. Ocupa-se, portanto, em interface com a História e a Sociologia, da narrativa de uma trajetória construída a partir das ações de um ribeirinho em seu cais (lugar), depois deslocada para o cais da cidade de Macapá. Toma-se por referente o deslocamento do migrante como caminho de ressocialização no percurso de sua trajetória na cidade de Macapá. A pesquisa desenvolveu-se em torno de três eixos principais de análise: trajetória de deslocamento campo-cidade, projeto de gentrificação urbana de Macapá e trajetória política e profissional do ribeirinho. Os resultados apontam para a compreensão de que a cidade é uma virtualidade sempre se fazendo e refazendo, portanto, construído de sujeitos singulares e plurais em ação.

Keywords:

trajectory,
migration,
city,
gentrification,
policy.

ABSTRACT: This article is a brief cut of the doctoral thesis defended in the Postgraduate Program in Sociology of the Federal University of Ceará (UFC) entitled A quay that shelters life stories: men and machines building social in the city of Macapá (1943-1970). The central theme of the article is the trajectory of a migrant that crosses the countryside and city, with emphasis on his political actions during the gentrification of areas of the urban space of Macapá. It occupies, therefore, in interface with History and Sociology, of the narrative of a trajectory constructed from the actions of a riverbank in its quay (place), later displaced to the pier of the city of Macapá. The displacement of the migrant as a path of resocialization in the course of his trajectory in the city of Macapá is taken as referent. The research was developed around three main axes of analysis: trajectory of field-city displacement, urban gentrification project of Macapá and political and professional trajectory of the riverine. The results point to the understanding that the city is a virtuality always being made and reworking, therefore, construct of singular and plural subjects in action.

Recebido para publicação abril/2017

Aceito para publicação em julho/2017

Experiências de perda e ressignificação da moradia: sobre sofrimento social de mulheres macapaenses no contexto de uma tragédia urbana

Roberta Scheibe

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Leonardo Damasceno de Sá

Universidade Federal do Ceará (BRA)

Introdução

Este artigo descreve e analisa a situação social de mulheres cujo lugar de moradia foi atingido por um incêndio de proporções trágicas, que assolou vidas e laços sociais, no bairro Perpétuo Socorro, na cidade de Macapá-AP. A partir das práticas narrativas destas mulheres – que tiveram que ressignificar suas trajetórias de vida nesse contexto de destruição de vínculos de relações sociais, justamente os que garantiam as condições da própria narrativa de suas

vidas compartilhadas nas redes familiares, vicinais e cidadinas – busca-se elaborar, numa perspectiva etnobiográfica inspirada em Gonçalves, Marques e Cardoso (2012), uma interpretação sobre como o evento crítico em questão exigiu das mulheres um exercício de reconstrução de si. Este esforço reativou a capacidade de criar um novo contexto de ação sociocultural para si mesmas (DAS, 1995). Nesse processo, houve deslocamentos das mulheres e suas famílias no tecido urbano para novos lugares de moradia, mas não sem terem experienciado formas diversas de perda, dor e sofrimento social, com muitas instabilidades e incertezas. Fatos e circunstâncias que atacam o senso de reconhecimento social que já era anteriormente marcado pelos estigmas dirigidos contra áreas de moradia popular.

Ocorrido em outubro de 2013, o incêndio fez nascer, no universo das mulheres, refletido neste texto, o desejo de elaborar novos percursos e de buscar a reconstrução de um cotidiano significativo. O anseio passou a ser a reterritorialização das expectativas de vida; uma vez que foram perdidos os sentidos de vidas partilhadas há décadas em um mesmo lugar de moradia popular. Baseado em trabalho de campo realizado de 2013 até início de 2016, o texto propõe uma reflexão sobre as práticas socioculturais e as condições existenciais implicadas na reconfiguração do cotidiano de quatro mulheres, cujos nomes fictícios, escolhidos por elas, para lhes preservar a memória do sofrimento, são Maria de Jesus, Fernandes, Vitória e Maria. Todas vivenciaram violências difusas ao longo da vida e têm em comum o incêndio acidental de suas residências como ponto de partida para uma saga de reconstrução das formas da experiência subjetiva no contexto de suas relações sociais tanto das redes de parentesco, familiares e vicinais, quanto das relações com o campo governamental do Estado e das arenas públicas de luta por reconhecimento com ele tecidas, o que as envolve com a difícil tarefa da construção da cidadania em situações de subalternidade, impostas, inclusive, do ponto de vista das segregações socioespaciais que envolvem o lugar de moradia.

As novas formas da segregação espacial a que nossas interlocutoras são submetidas após o incêndio não são apenas marcadas, como propõe Irllys Barreira (2010), pelas desigualdades num sentido estrutural, pois estas se inserem no âmbito dos conflitos simbólicos, que põem em questão as rearticulações entre lugares de pertencimento e memórias a eles associados. No caso específico do nosso estudo, as conexões entre lugar de moradia na ordem simbólica da cidade e memórias compartilhadas de pertencimentos sociais estão atreladas a um tipo de conhecer pelo sofrimento que envolve violência sofrida que foi calada (DAS, 1999). A dimensão global da configuração socioespacial da cidade do Macapá afeta a vida dessas mulheres de modo entrecruzado com o local, mediado pela história local do bairro em que viviam antes do incêndio e que orientava a construção complexa entre efeitos das interações sociais, memória do lugar de moradia, redes familiares e expectativas de cidadania, conforme as sugestões metodológicas de Maurice Godelier (1993) nos fizeram perceber.

O novo lugar de moradia se desloca em torno de 15 km em relação ao que foi destruído. Trata-se do conjunto habitacional Mestre Oscar Santos. Este, considerado distante das áreas centrais da cidade, inflige novas advertências e novos anseios diante dos quais as agências das mulheres são provocadas a se reinventar. O evento crítico, que lhes conferiu humilhações, sofrimentos e dores, também incentivou novos procedimentos de reflexão e a imersão em suas narrativas biográficas. As mulheres não são apenas situadas na periferia, são agentes de “um conjunto polifônico de representações nativas” (FRÚGOLI Jr., 2005, p.148), cujas narrativas possuem capacidade de constituir novos laços sociais frente às adversidades. Destarte, a argumentação deste artigo interpreta narrativas de sujeitos subjetivados (FOUCAULT, 2010), com seus agenciamentos de dores que esmagam a subjetividade, influenciando lutas que precisam ser ainda vencidas, colocando o problema da agência das mulheres no centro do debate. Mas não apenas de dores se faz a agência das mulheres, há

também sonhos, expectativas e outras miradas imaginárias com força de realização de um novo estar no mundo.

Ao refletir sobre práticas subjetivas e seus agenciamentos socioculturais, aliadas a condições existenciais engajadas na reconfiguração do cotidiano das quatro mulheres em tela, com seus contextos de relações sociais, familiares, mas também em conexão com dispositivos governamentais e de políticas públicas de moradia, o trabalho procura compreender de que modo estas mulheres se colocam como sujeitos subjetivados e como a realidade sociocultural do novo lugar de moradia das interlocutoras, o conjunto habitacional Mestre Oscar Santos, é apreendido pela experiência e pelo testemunho destas pessoas-personagens que constroem narrativas como práticas de si (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012).

O conjunto habitacional Mestre Oscar Santos é um lugar de canções, pois leva o nome de Mestre Oscar Santos, maestro paraense que dedicou a sua vida à música no Amapá. Na entrada do conjunto há uma escultura em tamanho real do Mestre Oscar. Todas as ruas e alamedas do conjunto têm nomes de músicas de cantores da Música Popular Amapaense (MPA). Nas esquinas, cada rua recebe uma placa, com trechos de músicas e partituras. Partituras também estão desenhadas pelas ruas e alamedas asfaltadas do conjunto habitacional.

Marias que lavam a esperança perdida e lavarão o que ainda vier¹

A vida cotidiana é paradoxal. De um lado, é constituída pela força inercial dos hábitos e pelas resistências do mundo social objetivado às

¹ A frase é oriunda da canção Igarapé das Mulheres do cantor e compositor amapaense Osmar Junior (1992), que estudou música com Oscar Santos, maestro que dá nome ao conjunto habitacional localizado no bairro Ipê. A canção Igarapé das Mulheres – que dá nome a uma das alamedas do conjunto – é muito conhecida no Amapá por contar a história do lugar de mesmo nome, que se localizava no Rio Amazonas, na orla do bairro Perpétuo Socorro – o antigo lugar de moradia das interlocutoras do trabalho – onde as mulheres lavavam roupas no rio.

mudanças. De outro, o cotidiano é a própria profundidade da vida e o sentido para a existência nele enraizado. É o mundo da vida, portanto, um cotidiano que se faz entre enigmas e revelações (PAIS, 2003). O senso narrativo de Maria de Jesus, Fernandes, Vitória e Maria, interlocutoras e personagens, são os respiros deste trabalho e resultam em experiências e testemunhos das suas subjetividades e de seus corpos. O ponto em comum entre estas quatro mulheres são tragédias e canções. O que as liga é a dor da perda de suas casas, a partir do evento crítico (DAS, 1995) que incendiou 250 grandes moradias na Baixada Perpétuo Socorro, uma área de ressaca habitada² situada no bairro de mesmo nome em Macapá, capital do Amapá.

Ali viviam famílias em casas sobre a água, em palafitas de madeiras rudes, num lugar sem saneamento básico e considerado impróprio para moradia. Em uma mesma casa, chegavam a morar dezesseis pessoas, com dois ou três núcleos familiares. Uma casa era, na verdade, até três casas, com o “parlamento de fios” (INGOLD, 2012) dos puxadinhos, que se criavam e se reinventavam em novos quartos, diferentes salas e espaços que geravam vida, nova roupagem e sentido de tempos no tempo social da comunidade local e da cidade.

O incêndio – a tragédia – foi acidental, e estas famílias submeteram-se a abrigos ofertados pelo governo e ao acolhimento em casas de parentes até o recebimento de R\$350,00 de aluguel social por pequeno núcleo familiar³, para que encontrassem nova moradia por um período. Posteriormente, com prazo inicial estipulado em seis meses de espera, receberiam suas casas próprias em

² Área de ressaca são espécies de mangues ou banhados, localizados em áreas centrais de Macapá, que influenciam na geografia das águas do Amapá e são áreas de proteção ambiental. No entanto, na década de 1960, iniciou-se o povoamento irregular destes lugares. Moradores precarizados passaram a construir casas sobre as águas, na arquitetura das palafitas, muito comuns no norte do Brasil.

³ Nas casas da Baixada Perpétuo Socorro moravam dois ou três núcleos familiares em uma única casa: pais, filhos, netos e até bisnetos. Com o aluguel social, cada núcleo (pais e filhos pequenos) recebia o valor do auxílio. Justamente em função das extensas famílias, moradores afirmam que as 250 casas totalizavam mais de 500, em função dos “puxadinhos”. Por isso os órgãos governamentais doaram 502 residências.

três condomínios habitacionais da cidade: Mestre Oscar Santos (100 moradias), Macapaba I (80 moradias), Macapaba II (182 moradias) e São José (140 moradias). No entanto, em junho de 2017, 182 famílias ainda aguardam suas casas no conjunto habitacional Macapaba II – com estimativa da finalização das obras para dezembro de 2017 – e permanecem presas às cinzas de memória de um lugar agora desconstruído. Resistem habitando em lugares insalubres, perto do antigo local de residência. A baixada foi o lugar de vidas que se cruzaram e ali se consolidaram. Mas o incêndio foi o ponto de partida de experiências interceptadas e sentidas como formas de desrealização social, como pequenas misérias do mundo social (BOURDIEU, 2008). De dores lembradas e revividas. De vidas e cotidianos que precisam, de todos os modos, se reconstruir.

Músicas são outro ponto em comum entre as mulheres. Canções que marcam uma vida de baixada, e uma nova vida de conjunto. “O tempo leva tudo/ O tempo leva a vida/ Lá fora as margaridas fazem cor”⁴ (JUNIOR, 1992). As noites de brega da baixada foram tomadas por noites escuras, longe de quem se ama, distantes do antigo local de moradia; noites quentes acalentadas pela música popular amapaense que teima em tatuar a vida no conjunto habitacional. “Eu lembro a alegria,/ boiar naquelas águas/ E ver as lavadeiras lavando a dor”. O caminho destas mulheres, de passagem neste mundão de Deus, como elas o expressam simbolicamente, é margeado pelo maior rio do mundo, o Amazonas, testemunha ocular de pequenas alegrias e dores em forma de buracos negros. Pois ao rio é atribuído, de um modo mágico, a capacidade de agir como sujeito. “E lavavam a minha esperança perdida,/ de crescer lá no igarapé/ E lavavam o medo que tinha da vida/ E agora o meu medo o que é? (...)”. Dentro da casa nova no conjunto, elas se olham e se calam. Depois acostumam, mas um acostumar cheio de incômodos silêncios. E agenciam no

⁴ Todas as frases entre aspas, neste parágrafo, são extraídas da canção “Igarapé das Mulheres” do cantor e compositor amapaense Osmar Junior, composta e lançada em 1992, em álbum intitulado Revoada.

tempo as dores, as alegrias, os amores, os infortúnios. Constroem novas subjetividades em si e atribuem novas formas de sujeito aos seus parentes: “E lavavam a minha paixão corrompida/ As mulheres do igarapé/ As Joanas, Marias, Creusas, Margaridas,/ Lavarão o que ainda vier”.

Parece vida de cinema, devido ao caráter ficcional das narrativas socioculturais: o amor e o afeto de Maria, Maria de Jesus, Fernandes e Vitória estão voltados a um lugar que não existe mais, que é um espaço simbólico, abstrato, sideral. A casa-vida da baixada, casa de palafita, onde no início também tudo era composto por dor e insatisfação, com o tempo virou amor. “Eu não me esqueço daquele lugar. Eu cheguei chorando e eu saí chorando”, frase dita e recriada inúmeras vezes por uma das Marias, a de Jesus, de quem voltaremos a falar adiante. No início, um lugar que era lodo, esgoto, se transformou em moradia pertencida, querida, espaço físico e social, espaço físico apropriado (BOURDIEU, 2013). Foi pela perda de parte do seu cotidiano e pelo medo do outro que elas se encontraram.

Maria de Jesus, 74 anos, Fernandes de 57 anos, Maria de 44 e Vitória de 42. Todas têm o sofrimento social marcado expressivamente no rosto. Mãos suadas, calejadas, apertando seus pertences nos abrigos da cidade e nas filas da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (SEMAST). Ninguém tinha mais nada, em sentido material, após o incêndio. Salvaram poucas coisas pessoais. Sentiam-se “um ninguém, um nada”. E, dali, do desespero, brotavam novas narrativas, criadas, recriadas, cujos sentimentos novos e discrepantes apareciam e reapareciam. Elas se desconstruíram e teceram um novo cotidiano, trazendo sempre como cicatriz as violências sofridas ao longo da vida. O tempo buliu com elas. E só os seus agenciamentos no tempo são capazes de incitar o futuro. Um futuro que amenize lembranças das dores de outrora, que ressurgem a cada nova tragédia pessoal e familiar. Dores de abandono, dores de trabalho infantil. Dores de mães, dores de perdas de pessoas amadas. Dores revividas no conjunto habitacional como um violino cismado em estragar o *tecnomelody* da baixada, esse subgênero da música

brega, tão relevante para a constituição da sensibilidade cultural das pessoas das camadas populares, à semelhança do que Roberto Marques (2014) discute e analisa como produção de diferença na cena do forró eletrônico, reinventando o nordeste contemporâneo. E, na nova casa, novas partituras surgem para dar outro sentido a muitos cotidianos, os atuais e os que permanecem como virtualidades minoritárias (GOLDMAN, 1999).

Maria de Jesus, a mais velha de nossas interlocutoras, mora na última alameda do conjunto, a contar da primeira, das três entradas do conjunto, de quem vem do centro da cidade. Ou pode ser a primeira alameda, dependendo do ponto de vista. A primeira alameda para quem tem como vista o horizonte. “Aqui, esta vista é maravilhosa, vejo este descampado. No futuro isso aqui vai ser tudo prédio”, diz dona Maria de Jesus, de braços abertos para o amanhã em sua imaginação, encenando para si e para sua família prospecções de um futuro melhor. “Abençoou quem parte quem chega/ na beira do rio o vento norte/ Assanha os cabelos de quem passeia” (BEBETO NANDES, 2005). Esta é a letra da alameda Minha Cidade, da nova casa desta matriarca, mas que lembra com louvor o antigo lugar de afetos.

Maria de Jesus nasceu no Afuá, ilha do Pará, a oito horas de barco de Macapá. Lá viveu, brincou, cresceu, casou, teve seis filhos, foi parteira. “Fiz muito parto... uma vez... menina, eu tava numa festa e a mulher ia ter... na festa, menina”, conta orgulhosa. O ofício de parteira lhe rendeu grandes alegrias e admirações “nesta vida”. Na prática de “botar menino no mundo”, no Afuá, Maria de Jesus fez mais de “vinte e tantos partos”, número que dobra ao vir morar em Macapá. Mas o Afuá também é lugar da lembrança de um filho bebê morto por malária e da morte do primeiro marido falecido aos 35 anos, com infarto fulminante. “Foi o coração que matou ele. Um ataque”. Duas tragédias em sequência lhe fazem colocar cinco crianças em um barco e atravessar as águas do Pará ao Amapá. Aos 35 anos, ela reiniciava uma nova vida, no bairro do Muca, na casa de parentes em Macapá.

Enquanto os filhos estudavam, Maria de Jesus encontrou um novo amor e casou-se pela segunda vez. O marido lhe levou para morar na Baixada Perpétuo Socorro, um lugar de palafitas sob uma água enlameada e suja. “Quando eu vi aquilo, eu chorei, era um fedor, tudo apertado..., mas com o tempo, eu passei a amar aquele lugar”. E neste lugar de amor, Jesus teve mais cinco filhos. Para ajudar a sustentá-los, “puxava barriga de grávida, pra ir ajeitando o bebê pra nascer”, fazia partos em casa e lavava roupa “pra fora”, como ela mesma diz. “Lavava roupas pra enfermeiro, policial, eles me traziam as roupas, eu lavava e entregava elas passadinhas”. Com os passar dos anos, novas marcas de dor em sua vida. Uma de suas filhas do primeiro casamento, aos 22 anos, também morreu de problemas do coração. Anos depois, dentro da baixada, um filho seu foi assassinado pelo padrasto da namorada, num crime passionai: “E foi assim, criei todos os meus filhos, graças a Deus. Nunca se meteram em gangue, nunca se meteram em bandidagem... esse um morreu porque foi o próprio sogro dele que matou ele... Eu acho que era ciúme que ele tinha, né... ela (a namorada do filho) era enteada dele... então isso eu não sei...”. Esta é a maior dor de sua vida. E como mecanismo de autodefesa, ela praticamente não fala sobre isso, resiste a contar casos que a façam lembrar a dor.

Essa dor lancinante lhe corroeu por dentro, mas teve que se manter de pé para ajudar seus filhos em outra tragédia. Com o tempo ela se separou do segundo marido, porém continuavam amigos, se visitando e convivendo. E a dor foi grande ao saber que o ex-marido havia tomado veneno para acabar com a própria vida, arrasado com o assassinato do filho: “Aí infelizmente ele foi pra UTI e ainda ficou nove dias antes de morrer. Ele tomou veneno. Porque ele era demais apegado nesse filho que morreu”.

A memória de Maria de Jesus passeia por todos os labirintos de amores e dores. Ela cria, recria e ressignifica fatos que lhe são simbólicos de uma vida familiar, da baixada, da casa, do trabalho. E, todas as vezes em que conversamos com ela, Maria de Jesus volta a um lugar em que sua memória e

seu coração parecem estar presos: A Baixada Perpétuo Socorro. “Eu não esqueço aquele lugar”, disse ela, pela primeira vez, em uma casa alugada, depois de voltar do hospital com crise renal e de asma. O incêndio iniciou no lado oposto à casa de Maria de Jesus, e ela achava que o fogo não chegaria em sua residência. Ficava paradinha, do alto de seu um metro e meio de altura, encostada na porta e reiterando para si e para quem quisesse ouvir: “o fogo não chegará aqui”. Mas quando viu, estava sendo carregada para fora de casa por um bombeiro. Então viu que “era sério” e pediu para que tirassem seus móveis de casa. Salvou algumas coisas, mas muitos outros pertences lhe foram furtados por pessoas que também moravam na baixada e que ela “conhecia de vista”. Ela narra: “Eu sempre gostei dali (Baixada Perpétuo Socorro), não esqueço aquele lugar. Tô saindo dali, mas eu não esqueço esse lugar... Eu fico com saudade do lugar, saudade da minha casa, saudade do meu quarto”. Depois de perder quase tudo, Maria de Jesus recomeçou, mais uma vez: morou alugado, esperneou até conseguir sua casa própria, e ajuda os filhos na melhor recompensa que uma matriarca pode lhes dar: reiterações e reverberações de pensamentos positivos de um futuro melhor. “Aqui vai ser muito melhor. Não quero mais saber daquela vida velha. Agora nós moramos no chão!”, ao dizer isso, ela sempre bate o pé no chão, para o riso carinhoso dos seus filhos, noras e genros que lhe veneram como a máxima autoridade da família.

A parteira tem uma identidade mutante, móvel, que se transforma de acordo com os sistemas culturais (HALL, 2006) que lhe são impostos ou necessários para absorver, num jogo de negociações com o outro, com instituições, com a vida. Como narradora, ela encena, dramatiza, seleciona trechos fabulosos de seu discurso, argumenta, explica. Mas em alguns momentos, ao tecer comentários sobre a casa, o quarto, o lugar de moradia, ela exacerba o tamanho de sua dor, a saudade daquilo que hoje são cinzas. Mas, a partir de suas práticas discursivas, de sua relação com o tempo, Maria de Jesus inventa um mundo próprio, para si e sua família, plantado em pensamentos positivos, mundo de pertencimentos radicado em narrativas de lugares,

emoções, anseios, devaneios, frustrações e desejos. Ela luta em cada lugar por onde passa, inventando mil vezes, se necessário, o seu cotidiano, tal é a expressão de sua pertinácia.

Fernandes, a segunda interlocutora mais velha, reside na alameda Pedra Negra, nome oriundo da canção do Grupo Pilão, composta por Fernando Canto. “Acima um sol quente/ o céu que me lambe” (CANTO, 1975). Música inventiva, poética, como as falas de Fernandes. Uma casa no Oscar Santos era tudo o que ela queria e precisava: “eu só quero a minha casinha... porque lá eu vou ser o rei”, sempre dizia Fernandes. Primeiro, deitada nos colchões finos do abrigo Avertino Ramos, depois, morando em um lugar insalubre, e mais tarde, residindo “de favor” na casa da irmã. Foi a última das interlocutoras a ingressar no conjunto habitacional. “Só você sabe o que eu passei pra conseguir minha casa”, dizia Fernandes.

A alegria da vida desta senhora, mãe de quatro filhos, são práticas de discurso, falar, discorrer, revelar as suas opiniões sobre diferentes fatos da vida local e do Brasil, especialmente sobre a temática “política”. O problema é que nem sempre ela encontra alguém disposto a escutá-la. Fernandes também passou por “poucas e boas”, teve uma infância pobre, casou-se cedo, não conseguia engravidar, “fiz tratamento e aí eles vieram tudo em escadinha. E foi bem nesse período que tinha um escândalo de pílula de farinha, e eu tomei essa daí”, fala, querendo justificar a sequência de quatro filhos, com um ano de diferença de um para o outro. Depois, separou-se do marido, trabalhou anos no setor de limpeza do principal hospital de Macapá, estudou até terminar o Ensino Médio. Então, caiu da escada de sua casa – na baixada a maioria das casas eram de dois pisos – e quebrou perna, braço e bacia; e nunca mais pode trabalhar. Ficou “encostada”. Hoje, além de sentir dores nestes membros do corpo, tem catarata. Já foi operada de um olho, e há mais de três, espera fazer a operação de outro olho pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Para ela, foi uma dor terrível perder sua casa na baixada. Uma casa grande, com todos os eletrodomésticos. Só restou a Fernandes uma sacola preta, com roupas doadas.

Mas há duas dores que a laceram mais: dor de amor e de solidão. Não necessariamente nesta ordem. As narrativas dela se entremeiam e exploram tal ambivalência do existir.

Há alguns anos, Fernandes conheceu Hipólito, seu segundo marido. A quem, de acordo com ela e seu modo enfático de falar, “amou, amou, amou” e “ensinou tudo”. Ensinou a falar, comer “com modos” e a trabalhar. Mas descobriu que Hipólito estava lhe usando. Ouviu ele dizer a um irmão que estava só “passando um tempo” com ela. Aquilo arrasou o coração de Fernandes: “ah, aquilo me doeu por dentro”. Fernandes então, para testar seu amor, deu poder a ele: arrumou-lhe um emprego, e em pouco tempo, o amado Hipólito tinha outra mulher. “Eu me virei e fiz dele fiscal da fazenda em dois dias... sabe que fiscal da fazenda ganha dois salários. Mana, quando ele se viu com esse dinheiro... ele já sabia ler, já sabia escrever, fazer conta, tudo... A primeira coisa que ele fez foi arrumar uma mulher pra lá pro interior. Mas também... eu chorei por dentro e engoli”, conta. E, neste dia, ela “chorou, chorou, chorou”, e nunca mais “amou, amou, amou”. Fernandes incorporou um cuidado de si (FOUCAULT, 2010) por meio do qual a forma de subjetivação passou a condená-la a agir com “a cabeça”, ou ainda, como ela diz, com o “cérebro”, corruptela de cérebro, e adotou a postura de resistir ao amor, mesmo que lá no fundo de si ela ainda almeje este afeto. A partir deste dia, Fernandes criou uma proteção para si, colocando-se num caixinha aparentemente intocável, onde só permite que vejam a encenação da própria vida. E, depois que Fernandes deu poder a Hipólito, ele voltou querendo seus braços, arrependido. “Com cinco anos ele apareceu, parece um mendigo!” Fernandes, ao amor, tornou-se aparentemente indiferente, porque hoje o amor representa para ela a traição, a dor, o sentimento ainda não superado de descarte. O amor, para Fernandes, é negócio; não sentimento. Ela amofinou para o amor, numa prática de afinidade consigo e com o outro, o que passa por suas retóricas sobre si mesma e sua condição existencial, afinal, a subjetivação passa por estratégias retóricas com a qual se habita uma matriz cultural com suas diglossias e

heteroglossias (HERZFELD, 1987), bem como com suas sociopoéticas (HERZFELD, 1985). Noções que nos inspiram a ressaltar a dimensão enfática das falas de nossas interlocutoras na construção do sentido de seus pertencimentos.

Enquanto aparentemente Fernandes não amava mais, na Baixada Perpétuo Socorro, ela vivia uma vida de cafés da tarde, passeios com amigos, feijoada e cerveja aos domingos. “Sou independente, ninguém me segura. Rasgo para onde eu quiser com meus amigos, tomar uma geladinha”. No entanto, depois de migrar ao seu lugar de desejos, o conjunto habitacional, a vida de cafés, amigos, balneários e passeios se esvaeceu: “Aqui é muito longe. Ninguém tem como vir me pegar (mesmo que para ir ao Curiaú – onde passeava antes com os amigos – se passe pela BR, cuja lateral é o conjunto Oscar Santos). Minhas amigas não vêm aqui. Aqui é tudo longe. É bem melhor que lá (a casa) ... mas é tudo longe”. E o conjunto Mestre Oscar Santos passou a lhe ser sinônimo de solidão, sofrendo pelo distanciamento e abandono social que lhe foi imposto pela condição de moradia. Agora o objeto de sonho é uma casa “em outro bairro”, ou “no Centro”. Enquanto o modo de investimento ainda é desejo, seu presente é de dor pela solidão, por não lhe visitarem, não lhe ligarem. Ela, como não enxerga bem, não consegue pegar ônibus e a filha trabalha o dia inteiro. Em épocas de dificuldades financeiras dos filhos, eles enviam as netas de Fernandes para morar com ela. E aí, do seu jeito, falando e gesticulando – “Amandinha! Já não lhe disse para parar de comer bolacha?! Daqui a pouco vou fritar a galinha!” –, ela parece exercitar o mais intenso modo de amar, mesmo se negando a este sentimento. E quando os netos estão na aula ou brincando na vizinhança, resta-lhe assistir televisão e algumas vezes reunir-se à família de Maria de Jesus, a quem dedica muito carinho e apreço social.

As práticas cotidianas do café da tarde, que antes envolviam a família toda residente na baixada, com fartura de pães feitos na hora, macaxeira cozida, café preto e muita conversa, agora, em função da falta de companhia e

de padarias e supermercados perto de casa, se resumem a biscoito e café preto. Sozinha ou, algumas vezes, com as netas. O abandono social e a solidão mostram um vazio no modo de afeto de sua subjetividade, que acabam sendo sufocados nas práticas cotidianas de representação simbólica e de performance que envolve o corpo e as práticas verbais. Percebemos isso ao observarmos as atitudes discursivas em tecer comentários sobre cenários políticos, assunto que entende e é muito admirada por isso, sobre construções narrativas sobre seu passado, e também discursos repletos de silêncios, olhares e gestos. A luta contra a solidão e o abandono social tomam corpo na erisipela cada vez mais grave, no ganho de peso, nas constantes dores de cabeça.

Pessoas em zonas de abandono social, para recorrer a uma categoria analítica elaborada por João Biehl (2005) em outro contexto, ajudam-nos a pensar a condição das mulheres que em períodos consideráveis da vida são marcadas por formas de desrealização social, deixando suas marcas na produção social da corporalidade delas. Aliás, o ganho de peso foi constante na casa nova do conjunto habitacional. “Oh, tô gorda, mulher”, dissera-nos uma vez Maria, a outra Maria, agente de saúde. Lá, como era tudo distante, as famílias não saiam mais para passear, como ocorria na morada no bairro central da cidade, o Perpétuo Socorro. Além do mais, segundo as interlocutoras, descontava-se “a ansiedade na comida”. Querer ser alguém na vida é uma expectativa social que atravessa o universo intersubjetivo das redes de mulheres com as quais estamos dialogando neste trabalho.

Maria é amapaense, “nascida e criada, graças a Deus”, como ela diz. É casada a vida toda, há mais de 20 anos, com Décio, que tem “o dom da marcenaria”. Tem três filhos e uma neta. No conjunto habitacional mora na rua principal, a Sentinela Nortente. “O sol brilha forte no horizonte/ No fim do Brasil.../ E clareei nossa condição/ Nossa miscigenação” (CAVALCANTE, 1989). Mas era na miscigenação de sua casa, na Baixada Perpétuo Socorro, a sensação de pertencimento. Ali havia vínculos com família, instituições, amigos, vizinhos. Suas práticas cotidianas envolviam fazer cafés da tarde para

as crianças pobres da vizinhança, ir e vir do posto de saúde onde trabalhava, fazer pequenos trajetos entre casa, supermercado, padaria e igreja Universal, sempre acompanhada da neta. Neste período, seu último filho, Decinho, ainda não havia nascido. Ela foi “parar na baixada” porque sua mãe faleceu, seu pai caiu de moto e “ficou perturbado da cabeça”, então vendeu a “casona linda que o governador Barcellos deu pra mamãe no bairro do Perpétuo Socorro”⁵. Com o dinheiro, ele comprou um barco para si, e duas pequenas casas em áreas de ressaca, uma para cada filha. Maria e a irmã moravam uma defronte à outra.

Nesse ínterim, Maria conheceu Décio que, para seu orgulho, era louco por ela. “Mas eu não queria nada com ele, trabalhava de doméstica. Queria era estar solteira, bebendo, fumando, saindo com outros homens”. Décio investiu seu amor; casou-se com Maria. “Mas eu era muito péssima. Eu traía ele, eu bebia, queria só saber de festas”. E Décio – que não bebia – começou a beber e a bater em Maria. “Eu apanhei muito. Apanhava!”. O marido passava o dia bebendo, ouvindo som muito alto e, volta e meia, espancando Maria. “Mas depois eu me converti, faz mais de dez anos já, e graças a Deus eu parei de apanhar. Aprendi que tenho que cuidar de minha família”. Segundo ela, nunca mais bebeu, fumou, traiu, saiu para festas. Nem o marido a espancou ou traiu mais. “Agora estou na luta para que ele deixe de beber”, conta.

Maria elucida o fato de que, para sua família, ainda permanece a ordem social e cultural vigente da mulher como objeto, como uma subalterna no contexto da dominação masculina; uma vez que no âmbito de suas relações sociais e familiares, bem como em valores morais impostos e introjetados nesse universo de dominação, a mulher teria o dever de servir ao marido e tomar conta da casa. E mulheres que têm outras noções de valores morais, como a individualidade e liberdade (de beber, fumar e não querer casar, ter vários parceiros...), são descartadas como imorais, um mecanismo clássico de reprodução da desigualdade de gênero; e que continua impulsionada por

⁵ Barcellos foi o primeiro governador a distribuir casas populares, na década de 40 em Macapá.

introjeções moralistas feitas nos ambientes religiosos, uma vez que para Maria, ao “tornar-se evangélica”, sua vida “muda”, ela aprende a ser família. Ela abraça valores morais impostos e fomentados por estes lugares, que lhe incutem o pensamento de que agora, ao “aceitar Jesus”, é uma pessoa “melhor, que cuida de sua família”. Mas é provável que Maria possa ter trancafiado em algum recinto inóspito de sua subjetividade os anseios de uma vida de práticas que antes apreciava e se ponderava livre.

Quando as agressões cessaram, Maria viveu outra trama em sua vida. Ela tinha um pequeno comércio em casa, uma lojinha de roupas chamada Pedacinho do Céu, um grande orgulho para ela. Mas “tudo perdeu a importância para mim depois do acontecido... tudo me lembrava aquilo”. Uma certa noite, o marido da irmã, “um bêbado”, chegou em casa e começou a espancar a irmã, como muitas outras vezes já havia feito. Eles todos saíram correndo para acudir a irmã de Maria. Seu filho Pierre, então com 17 anos, correu para ajudar. O homem estava no chão batendo na tia dele. Pierre pegou a primeira coisa que encontrou na frente, um pedaço de madeira, e bateu no homem. Por infelicidade acertou-o na cabeça. A paulada o matou na hora. “Ele salvou minha irmã, mas matou o homem. Tive que entregar ele pra polícia, porque senão a família do homem iria matar Pierre”. Pierre então ficou 40 dias detido para sua segurança. Era menor de idade e o crime enquadrado como legítima defesa. E desde então, Maria perdeu seu filho para o ambiente: “eu perdi meu filho para aquele lugar... quando eu vi, eu não tinha mais controle sobre o meu filho, e ele já estava convivendo com más companhias”. Aos 18 anos Pierre foi preso por tráfico de drogas.

Maria então dividia suas tragédias pessoais entre chorar suas dores na igreja e visitas ao filho na prisão, onde sentia-se violentada a cada ida ao presídio, “de levar a comida com todo o cuidado e eles quebravam toda a comida da gente. Mandam a gente se abaixar... eu sou gorda, né... tenho que levantar seio, abrir boca... É constrangedor a penitenciária”. Ela relata que ia para a igreja deixar toda a sua tristeza: “e eu ia pra igreja e orava... todo o

domingo era a visita. Eu ia pra igreja e aliviava minha alma. Chorava muito na igreja. Vinha leve (da igreja), mas quando eu voltava de lá (penitenciária) eu vinha pesada, porque era muita humilhação”, diz.

Depois de quatro anos preso, Pierre saiu da prisão, em condicional. Voltou para a casa dos pais, agora no conjunto habitacional. Um dia saiu pelo conjunto para procurar emprego, e algum vizinho denunciou Pierre, dizendo que ele havia “fugido da cadeia”. Ele tem a violência tatuada no corpo e na alma. Maria também: “Olha... quando eu vi, o Bope⁶ não chegou mana? Deu-lhe um soco na boca dele, rachou a boca dele. Eu fui lá com o papel, só que já tinham dado um soco nele. Eu falei ‘não, ele não tá foragido, olha aqui o papel dele’, aí olharam tudinho, mas já tinham dado o soco”, conta triste.

Percebemos que Maria se sente humilhada e desonrada pela alteridade e pelo Estado: o fato do filho ter sido espancado, a forma com que foi tratada no abrigo após perder sua casa no incêndio, os sofrimentos no conjunto habitacional até a doação da casa e a sensação de aviltamento nas casas alugadas no período em que recebeu o aluguel social – muitas vezes, inclusive, o recebimento do valor lhe chegava atrasado. “Eu chorava lá (no quarto alugado)! Já pensou a minha neta, que eu amo ela? Ela ia lá brincar com as filha da mulher que tinha alugado o quarto e ela voltava chorando de lá: ‘Vovó, a mulher me enxotou de lá’... Ai! E tu não tinha pra onde ir? Tu já ‘pensasse’? Isso daí que era a pior humilhação pra mim”, diz. “Tu é doido, eu chorava lá, eu dizia ‘meu Deus, me tira daqui’”.

Sem dúvidas, para Maria, a dor da perda de sua casa lhe feriu o peito, o coração. Sempre se fazendo de “durona”, com pensamentos positivos e ajudando a vizinhança. Mas, sempre ao falar da casa, Maria voltava no tempo,

⁶ Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do estado do Amapá.

mergulhava num passado agora distante, e revivia em dor e lágrimas um período de sua vida. “Não foram dez meses, foram 20 anos ali... A minha casa quando eu vi pegar fogo... era um pedaço de mim! Parece que era uma criança que tava gritando pra mim ajudar. Agora, como é que eu vou ajudar? Como eu vou ajudar a minha casa...? (fica triste)”. Ela nunca havia desabafado assim. “Durante vinte anos que eu construí... poxa era importante pra mim a minha casa. Eu amava ela! (vai se emocionando) Todo dia eu cuidava dela. Eu amava a minha casa! São coisas importantes assim que vem... [...] as fotos. As fotos ficaram tudo... Queimaram! Tudinho!!! (olhos cheios de lágrimas)”. Tudo está em silêncio. Em outro cômodo da casa nova, a neta brinca com a gata Mia, que também sobreviveu ao fogo: “Coisas... Coisas que têm muito valor sentimental! (as lágrimas escorrem pelo rosto de Maria... mas na sua voz ela permanece firme). Não material, mas espiritual, né! As fotos dos meus fiiiilhos (Fala com carinho), a foto do meu casamento, quando eu casei... tudo queimou lá... que tem importância pra gente (enxuga as lágrimas e sorri)”. Além das palavras cortantes, as lágrimas que correm pelo rosto de Maria também expressam a intensidade da dor. É quando o corpo fala e o silêncio ressoa (DAS, 2011).

E assim, do mesmo modo que acontecia com Maria, Maria de Jesus e Fernandes, Vitória também guardava suas expiações. A vida de Vitória não é cinema, é novela, é trama... No conjunto Oscar Santos mora na alameda Pérola Azulada, nome de uma das músicas mais ouvidas e conhecidas no Amapá: “Já aprendi voar/ Dentro de você/ Ancorar no espaço ao sentir cansaço/ Ossos da Jornada” (MIGUEL; GOMES, 2002).

“Ah, se eu te contar a minha história...”. Ela nasceu em Alenquer no Pará. Teve uma infância pobre e sofrida. “Como eu disse pros meus filhos né, ‘hoje vocês acordam 10h, tem café, tem tudo’... eu não, eu criança vendia coisa na rua... cheguei a vender pamonha, cheiro verde, devia ter uns 8 anos pra 10”. Tem 7 irmãos. Quando todos eram pequenos, o pai abandonou a mãe, que precisou da colaboração de todos os filhos para o sustento da família. Os sete

filhos vendiam alguma coisa nas ruas de Alenquer. “Ixi... Cheguei a passar fome assim de não ter nada, nada o que comer. De passar o dia de fome mesmo, só água pra beber”. Vender maços de cheiro verde da horta da mãe era uma solução. Assim como a pamonha. O tom confessional utilizado nas narrativas de Vitória circunda o cuidado de si e as práticas de subjetivação. Ou seja, confessar-se é falar de si (FOUCAULT, 2010). Ela desnuda seu eu, detalha sua vida, cria e recria sua narrativa acreditando nas histórias centradas em si e nas suas práticas subjetivas. Nada nem ninguém – nem mesmo o filho querendo dinheiro para comprar pão, pois havia um senhor vendendo pão, de carro, no conjunto – era capaz de tirar Vitória de seu transe. Ela estava narrando sua trajetória, sentada em uma cadeira de balanço. Olhar para o céu azul de Macapá, embrenhada em lembranças, era olhar para o passado.

Depois da infância sofrida, o pai voltou para casa. E Vitória começou a estudar já adolescente. Com 14 anos, na primeira vez que saiu com o namorado, engravidou. Outra sina começava. Seu pai a mandou embora de casa. Sem eira nem beira, uma tia a acolheu. Seus pais não lhe dirigiam mais a palavra. Ela decidiu ter a filha. “A menina ia nascer e eu não tinha uma fralda... eu chorava”. Quando a criança nasceu, uma outra tia prometeu levar a menina para casa, em outra cidade, e assim que ela pudesse sair, iria morar com a filha e a tia: “Só que a minha tia, irmã dele (pai), disse que ia pegar ela pra criar. Quando nasceu, nasceu... e no outro dia ela foi buscar... (me olhou bem no fundo dos olhos) eu chorava demais... (a voz fica mais baixa)”. Esta narrativa de dor exala a violência brutal de arrancarem-lhe a filha. “Eu amamenteei ela só no primeiro dia. Eu chorava. Olha, a senhora acredita que até no lojo dela, onde ela alojou, eu passava a mão assim, ô meu Deus”. Quando ela enfim conseguiu chegar à casa de sua tia, “não era mais nada daquilo que tinham me prometido”, e seus tios adotaram a menina como filha deles. Vitória teria que ficar longe da filha. Sem nenhum contato.

Desesperada, sem dinheiro, sem trabalho e abandonada pelos pais, pegou um barco e foi morar em Macapá. De imediato começou a trabalhar. Sua

vida resumia-se a chorar, trabalhar, chorar, estudar. Fez muitos cursos como cozinheira. Tornou-se uma cozinheira requisitada entre as casas dos “barões” de Macapá. No início trabalhou em restaurantes na orla, em casas de família. Nunca mais lhe deixaram ver sua filha. Os tios sumiram e ela não soube notícias da família. Casou-se. Teve o segundo filho. E então o marido começou a lhe agredir. Ela separou-se do marido. Este passou a assediá-la, pedindo perdão e jurando ter se tornado um outro homem. Ela voltou para ele e, tão logo engravidou do terceiro filho, recomeçou a dor, a agressão, o espancamento. De uma vez por todas largou o marido. Seus pais vieram a Macapá lhe implorar perdão. No porto de Santana, ao descer do barco, seu pai já chorava.

Passaram-se anos, ela se casou de novo e engravidou do quarto filho, Paulinho. Vive há mais de nove anos com o marido, que trabalha em um atacado da cidade. Mas as inscrições de violência permaneciam marcadas em Vitória. E, há quatro anos, uma mãe sem a filha, com a dor de uma maternidade que lhe abortaram, expulsa de casa, sem dinheiro, humilhada pela família, retorna a Santarém, no Pará, em busca da maternidade que lhe pertence. Ouviu dizer que a filha estava nesta cidade. “Era uma tarde assim como hoje. Era numa ladeira. Aí eu cheguei lá e perguntei e eles disseram ‘não, eles não moram mais aqui...’”. Ela não desanimou, perguntou para toda a vizinhança do bairro, e então lhe disseram que a casa era ali próxima. “E eu fui lá! Quando eu dobro eu vi a casa. E aí o meu coração (faz sinal de que ele disparou e sorri). Eu pensei ‘Meu Deus, o que ela vai fazer?’”. Em narrativa envolvente, mas repleta de consternação, que ainda hoje lhe toma, ela continua, frisando mais uma vez a trama dramática de sua vida: “Aí eu fiquei lá esperando e era umas seis e meia ela chegou. Chegou um carro ela, o pai dela, a mãe dela tudinho (os pais adotivos). Aí quando a tia me viu ela disse ‘Oi... olha quem tá aqui...’. Aí eu tomei a bênção dela, né... abracei, e aí a Cristiane (nome que deram à filha de Vitória) disse assim: ‘Quem é mamãe?’ (numa voz fininha)?”, Vitória respira, e solta o texto mais aguardado do roteiro de sua

vida: “Aí a minha tia disse: ‘Pegue ela... é a tua mãe’. Quando ela disse ‘é a tua mãe’ ela (Cristiane) começou a chorar e eu comecei a chorar também. Ela chorava e pegava assim em mim (passava a mão no rosto). A tia escondeu primeiro. Mas depois ela descobriu. E ela sempre dizia que o sonho dela era conhecer a mãe dela. Só que eles sempre diziam que não sabiam onde eu tava nem o meu endereço. Mas na verdade eles sabiam”, conta.

Vitória reitera intensas formas de subjetivação, no sentido de lutar por sonhos e desejos e de resistir às intempéries. São sonhos de mãe e filha em se conhecer, se abraçar, se beijar, se afagar. Um sonho do que lhe foi um direito negado. O carinho é o gesto máximo de resistência frente a uma violência que lhe impuseram. Vitória sorri ao longo da narrativa, já acostumada com a dor. São as “formas de vida”, conceito que Das (2011) toma emprestado de Wittgenstein, num sentido de uma teoria de atuação para sobreviver à dor, ao desgosto, à aflição. A resistência para Das é de aguentar o que lhe é imposto, de uma condição de “enfrentamento”.

Depois de encontrar a filha, Vitória reformou toda a sua casa na baixada Perpétuo Socorro. “Aterrei tudinho. Era tudo lago, eu coloquei terra, arrumei tudo. Fiz até um pátio na minha casa”. Ela guardou dinheiro, pediu outro tanto emprestado, parcelou o restante. Tudo para receber a visita da filha e para ser a sede da célula de sua igreja evangélica. Alguns dias depois que a casa ficou pronta, o fogo levou tudo que foi feito. “Um dia eu chorei tanto lá (no abrigo), por causa da minha casa... eu fui trabalhar e a Clarice (amiga que mora com a família de Vitória. Na época do incêndio ela estava grávida) ficou lá no abrigo com os meninos. Aí quando eu cheguei, eles falaram que a gente tinha que procurar kitnet”. A narrativa de Vitória, a partir da lembrança viva e movediça da memória, traz o que Das (2011), refletindo por intermédio de Lacan, batiza de criminalidade da ordem social. No sentido de a violência estar presente no cotidiano (DAS, 1995, 2011), ou seja, é permanente, e Vitória já a vive calada – até o momento em que a linguagem do corpo fala – que a remete a um sentimento de inferioridade. “Aí nós rodemo até umas 8 horas da noite eu

e meu marido. Depois eu cheguei tão cansada, nós tomemo um banho (no abrigo), e não tinha mais janta. E tinha uns guardas que ficavam lá. Aí a gente foi atrás de comida lá e eles barraram nós. Aí eu disse que eu tinha saído e o cara disse ‘eu não quero saber, a lei agora é não sair. Agora a senhora não pode sair!’”, disse. Vitória revive a dor de não ter mais lar, a humilhação, a aflição da falta de consideração: “Eu chorei tanto nesse dia, eu chorei tanto... [...] Aí eles perguntaram se eu queria um copo de leite... eu fiquei tão triste nesse dia, sabe... eu chorei muito mesmo! E eu disse: ‘Eu sou pobre sim, mas eu chegava em casa e eu tinha as minhas coisas. Eu nunca passei por essa humilhação como eu tô passando agora’”. O discurso emitido pela voz e pelo corpo de Vitória trazem práticas de dores crônicas, de lembrar para poder esquecer. Ou, de lembrar para recuperar sua dignidade: “Quando foi no domingo a gente passou o diiiiia sem comer (diz rindo), não foi Clarice? (Clarice concorda com um sorriso triste). Pobre quando acontece essas coisas fica sem nada né! A gente não tinha nada... nem dinheiro. E a gente ficou esperando pela comida, e a prefeitura atrasou. Foi umas 4 h da tarde quando trouxeram uma marmita lá pra gente. Aí de madrugada ela (Clarice) me diz... ‘Vitória, Vitória, já tá me dando as dor’...”, e, além de tudo, chegava a hora de Clarice parir “Foguinho”, um menino simpático e alegre, chamado assim por seus amigos e familiares, por motivos óbvios.

Quando se pensa que terminaram as violências constantes na vida de Vitória, ela relata o modo como é tratada ao visitar o irmão na penitenciária do Pará, frisa as agressões sofridas pelo irmão como apenado e em como se sentiu humilhada quando seus patrões lhe disseram que ela estava “trazendo maldição para dentro de casa”, porque “tudo de ruim acontece com ela”. A sina de Vitória é longa, mas, nestas narrativas que urram por socorro, pela transcendência à dor e à busca pela dignidade, os discursos buscam reconstruir práticas de vida, de identidades e de memórias. Vitória se assenta no cerne do espaço de sofrimento social de sua família. Como narradora, ao descrever sua história selecionada, sugere uma perspectiva para direcioná-la. Uma esperança.

A perspectiva de Vitória é de transcendência à dor e humilhação. As narrativas de Vitória são uma catarse. Narrar-se é prática para renascer.

Um pedacinho do céu? Produzindo outras subjetividades

Na reconfiguração do cotidiano e das práticas sociais e subjetivas, estas mulheres, que produzem agenciamentos e subjetividades, compõem um novo modo de fazer, de viver, de existir, sob o rege do Maestro Oscar Santos. E, no Bairro Ipê, longe de seus pertencimentos, criam uma micropolítica de apropriação do espaço e um modo de investimento em si mesmas.

“Aqui, agora é um pedacinho do céu”, disse Maria. “Quando que no meio daquele lago eu ia ter a minha horta”?, “Ah, no início eu gostava daqui, mas aqui é tudo longe”, diz desanimada Fernandes, cabelo desgrenhado e agora completamente grisalho, tomando café na sala mormacenta, sob o sol forte que entra pela porta. “Aqui ó, nós estamos no chão. Aqui, no futuro vai ser tudo prédio, nós estamos seguros”, diz dona Maria de Jesus. “Ah, eu espero no futuro fazer um puxadinho, aumentar minha casa pra receber a célula da igreja”, deseja Vitória. A apropriação micropolítica do espaço no conjunto habitacional tem a ver com práticas familiares e de fé, que condicionam a consolidação de existência.

O conjunto habitacional Mestre Oscar Santos localiza-se no Bairro Ipê, na Zona Norte de Macapá, na AP-70, que liga o Centro à Rodovia do Curiaú, uma área quilombola e de proteção ambiental. Há 528 casas no Oscar Santos. Todas seguem um padrão, com arquitetura e três tipos de cores que se repetem. As ruas e alamedas têm nomes de músicas e partituras estão espalhadas pelo lugar, nas esquinas e até pintadas no asfalto das ruas e alamedas. O bairro é repleto de pequenos comércios, embora perto do conjunto ainda exista escassez de serviços de higiene e alimentação. No entanto, a proximidade dos equipamentos que davam assistência às pessoas na Baixada Perpétuo Socorro não se compara a deste novo lugar de moradia. Lá, ao sair da

área de moradia das palafitas, ao atravessar a rua, já se visualizava escolas, supermercados, pequenos mercantis e padarias. Agora, no conjunto habitacional, às vezes é preciso caminhar alguns quilômetros ou pegar um ônibus. E assim começam as mudanças de práticas sociais dos moradores.

A distância; a necessidade de pegar ônibus para ir à escola, trabalhar, fazer um bico; a formalidade de pagar água e luz, contra a informalidade destes serviços obtidos, na maioria das casas da baixada, por meio de ilegalidades; casas no chão, longe do lago com forte odor; porém, casa pequena, de um piso, contra casas grandes e de dois pisos da baixada; falta de dinheiro para recomeçar a vida, mesmo tendo recebido a casa e uma ajuda financeira do governo; entre outras mudanças, são as novas práticas cotidianas mais visíveis. Há outras, como o campo de futebol, o centro comunitário, os bares internos – que algumas pessoas abriram na frente de sua casa, e a prática de comprar um pão quentinho – quando o “homem do pão” passa de carro vendendo pão e pregando a palavra de Deus, como se fosse um apóstolo que traz esperança aos moradores.

Na casa nova fervem baladas que endoidariam mestre Oscar Santos, no sacolejar do brega tradicional, do *tecnomelody*, nas variantes mais contemporâneas de brega que se consiga inventar. O cotidiano é todo dia igual, pra não citar aquela música, de quem acorda cedo, prepara o café, beija na boca, sai pra trabalhar (Cf. BUARQUE, 1971). Alguns passam o dia fora, outros no conjunto, cuidando da casa ou “dos seus”. Nossas interlocutoras mais velhas, Maria de Jesus e Fernandes, ficam em casa e cuidam dos netos, vez ou outra. Vitória e Maria dividem-se entre casa e filhos, e seus trabalhos e os filhos dos outros. À tardinha todos voltam cansados, e querem comida, amor e paz. No fim de semana as festas, entre agenciamentos femininos e masculinos, são animadas por músicas altas, equipamentos potentes de som, churrasco, cerveja e comidas típicas do Amapá. Claro que, no conjunto, muito mais comedidos do que na baixada. “Lá era uma loucura, final de semana de festa, excesso, todo mundo louco”, diz Maria, rindo. Já Maria de Jesus reitera: “É,

mas aqui já falaram pra gente que, como o nome diz, é um ‘conjunto habitacional’, então tem que respeitar o outro, nada de som muito alto, senão a polícia aparece”, diz. O fim de semana é movimentado porque ninguém sai do conjunto, todos ficam para “reparar suas casas da bandidagem”. O conjunto habitacional é praticado por trabalhadores precarizados, alguns assalariados, outros não; muitos vivem de bicos, outros trabalham em serviços gerais, são pedreiros, carpinteiros, empregadas domésticas, agentes de saúde, professores, garçons, manicures, lavadeiras, cozinheiras, diaristas, técnicos de enfermagem, aposentados. É um espaço pulsante de pessoas que tecem sua própria vida em um tempo social. Vida e obra. Partitura.

Há no conjunto habitacional práticas de agenciamentos de cuidado de si que giram em torno de táticas (cf. DE CERTEAU, 2014) frente ao governo e aos “ricos”, cujo agenciamento de resistência se refere a comportamentos, atitudes, boicotes. Exemplos destas atitudes são a não adesão a determinados candidatos, se estes não auxiliam nas necessidades dos moradores; ameaças de “fazer escândalo” em visitas de políticos importantes ao Estado; boicotes em relação à distância física da localização da igreja católica, aderindo, como modo de investimento, à igreja evangélica; participando de cultos dentro do conjunto e pregações no centro comunitário. Também há as táticas de “brabeza” frente ao outro, que acusa moradores da área da “queimada” de “malacos”, e “arruaceiros”, direcionando aos moradores da Baixada Perpétuo Socorro rótulos e alcunhas que os fazem usar um discurso mais ácido para mostrar aos demais moradores a sua honestidade.

Residir no conjunto Oscar Santos é ordenar uma prática do espaço-tempo com inovações nas “maneiras de morar” (DE CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2013), em criatividade mil que dão o tom das práticas de espaço dentro de casa, numa combinação para a disposição dos móveis na nova-apertada casa e na inventividade em arrumar espaço para todos da família dormirem da maneira mais confortável possível, mesmo que isso envolva a tessitura de redes espalhadas pelos cômodos da casa.

Novos acordes são dedilhados nas formas de subjetivação de cada um e cada uma, em práticas de imaginação: um dó maior para introduzir a vida cotidiana e um intérprete que imagine o futuro promissor para o lugar praticado. Quem vive, produz subjetividades no lugar, compõe o ir e vir, os pensamentos positivos para o momento vivido, as esperanças de um lugar promissor no futuro. Conduzem expectativas de um conjunto inserido na globalização, tecnologia, nas modernas engenharias em prédios e acessórios para suas casas; já em constante prática de ocupação e remanejamento de puxadinhos, portões, construções de calçadas, instalações de grades. Como argumenta Vitória: “Eu penso que aqui no futuro vai melhorar. Hoje não tem nada, mas em alguns anos aqui vai se tornar um bairro onde tenha tudo”. “Ter tudo” significa não viver na ansiedade de sentir-se longe da vida pulsante da cidade.

Desta forma, a comunidade do Oscar Santos quer estar inserida e ser aceita em Macapá e em suas áreas centrais, tendo pleno direito à cidade. Agora o foco da letra da canção alternativa que os moradores do Mestre Oscar impetram, de enfrentamento e de resistência, são exigências de postos de saúde, postos policiais e escolas mais perto ou dentro do conjunto. A padaria está no rol daquelas canções de brega que falam de amor. Há uma carência de padarias, uma prática saudosa do café da tarde vivida por muitos moradores por mais de vinte anos. Logo, na presente moradia, há expectativas e desejos como esse, na ordem da subjetividade. Nesta ordem também estão possibilidades de futuro, de não sentir mais abandono e sofrimento social. Para muitos, este é o lugar do futuro; para outros, parece ser um lugar de passagem: “Aqui não tem nada. Não quero muito papo aqui. Preciso educar minha filha e minhas netas. Preciso murar a casa. Fiz a besteira de comprar um rack em vez de murar a casa. Quero uma televisão dessas finas (LCD), mas se não mudar a casa (gradear para a segurança) amanheço sem a televisão”, diz Fernandes, fatalista, em discurso de palavras e gestos. Ela, um dia, almeja ir embora dali; mesmo sem ter muita esperança sobre esse desejo. Viver no “Mestre Oscar”,

como os “chegados” discorrem, é penetrar em um enredo de sentidos constituídos, de resistência cultural, social e econômica frente às imposições da ordem social que destroça partituras alternativas, contamina ritmos, letras e passos de danças. Aliás, o cotidiano no “Mestre Oscar” é a resistência de colocar no som um brega pra abafar a MPA (Música Popular Amapaense), cujas canções deste estilo dão denominação às alamedas do conjunto.

Nas práticas cotidianas das interlocutoras, como se fossem canções, a vida seria um brega, que toma espaço como ação micropolítica (SÁ, 2009, 2010), depois de uma sucessão de violências ao longo da vida. Maria, depois de uma trajetória de vinte anos no bairro Perpétuo Socorro, agora cuida da casa, lava, limpa. Às vezes ajuda vizinhos com dicas de saúde. Transmite afeto ao filho e à neta ainda crianças, tem um filho que voltou para casa ao sair do presídio, um marido que quer a reabilitação. “Aceitou Jesus”, trocou “o inferno pelo céu” e, “fora a distância para o Centro e as facilidades com comércio, aqui é um pedacinho do céu”, entoa Maria, em práticas gestuais de abrir e fechar os braços no quintal de sua casa. Maria queima lixo em frente à residência, planta legumes e verduras na parte de trás de casa. Há até uma plantação de melancia. “Já estão nascendo aqui! Ali, começaram a crescer. Todo dia cuido para molhar bem. Quando na baixada eu ia ter uma plantação? Aqui é um pedacinho do céu. Eu amo esta minha casa, cuido dela, limpo ela e vivo para minha família”. E continua: “A Maçã (apelido da neta) sempre quis ter uma piscina! Agora ela tem! Lá na baixada era só piscina natural né, toda suja, só esgoto (risos)! Agora ela é tão feliz com essa piscininha”. Todos os dias, às 19h, Maria pega Decinho e Adriane, a Maçã, e vai até a igreja Universal mais próxima do bairro. Lá, vibra em suas práticas de fé, adoração a Deus e salvação de si própria, como todas as outras interlocutoras.

O sonho da outra Maria, a de Jesus, é ter seu próprio quarto, que agora divide com a neta de 18 anos. “Ah, quero ouvir os meus hinos evangélicos. Sinto muita falta disso”, confessa. Estas, ao que tudo indica, são práticas cotidianas do espaço habitado, e do que Jesus pretende voltar a praticar. Ela

concentra seus sonhos, vontades e desejos nas práticas subjetivas de ter seu próprio quarto para que enfim possa “morrer feliz”, num sujeito que se agencia cheio de ações de vontade, afrontando um mundo de gentrificação e segregação, que ela se recusa a achar que é vítima. Vitória, ao ser perguntada sobre seu maior sonho, demonstra a força das formas de violências difusas (DAS, 1999; BARREIRA, 2008) de que foi vítima: “Como assim, sonho?”, mais tarde ela diz: “Ah, eu sonho.... eu desejo reformar minha casa para receber aqui uma célula, em nome do Senhor Jesus!”. E, como as demais, Fernandes também tem no aprendizado espiritual a delimitação de seu modo de investimento (FOUCAULT, 1984), quando diz: “Tudo que eu peço pra Ele, Ele me dá. Se Ele me tirou de lá é porque ele tem um lugar melhor pra mim. Onde me botarem eu tô satisfeita... Eu só quero que ele me permita acordar de manhã pra estender a minha roupa que eu gosto! Estender a roupa com as minhas pernas no chão! Só isso”. Deus é seu porto seguro, mesmo sem ser “daquelas evangélicas fervorosas, que vivem na igreja”.

O testemunho, como sugere Veena Das (1999), é a forma que Vitória, Maria, Fernandes e Maria de Jesus têm para praticar o luto e o “esquecimento” do sofrimento. O testemunho é basilar para a construção e a produção de outro cotidiano, reconfigurado, onde esperam a cicatrização das dores, esperam a agência do tempo (DAS, 2011) para apaziguar sensações e sentimentos e para reparar relações. Ao contrário de DAS (1995), aqui elas reparam distanciamentos e relações sociais. Enfrentam e resistem às intempéries do mundo – tal como orquestra sinfônica – e mediante coragem, experiência e testemunho, por meio de práticas gestuais, de ações e discursos, em rodas de conversas nas casas e nas ruas do conjunto, procuram resgatar dignidade e honra. Valor este que sentem ter lhes sido arrancado à unha pelo sistema, instituições, governo, sociedade. A maior resistência delas é não permitir que aconteça aos filhos o que lhes aconteceu, a eles não caberá violência cotidiana e distanciamento social em canto nenhum, muito menos nos espaços de moradia.

O incêndio gerou experiência de dor e humilhação, faz com que um cotidiano coletivo precise ser reconstruído, criando novas experiências, principalmente as subjetivas, que estão emaranhadas num contexto de relacionamentos com filhos, maridos, netos, vizinhos, amigos, governo e Deus. Humilhações foram testemunhadas em abrigos após o incêndio, lutas foram travadas com governo estadual e municipal para a agilização do aluguel social, para a entrega das casas, posteriormente para a doação das habitações – que inicialmente, por um erro, estavam sendo cobradas dos moradores afetados pela tragédia. Foram sofrimentos de saudade do lugar pertencido, sofrimento social de sentir-se indigno. “Eu não sei no futuro, mas hoje eu não ainda não sou feliz aqui. Dentro de mim eu ainda não tô feliz”, diz Diomira, nora de Maria de Jesus. “Aqui minha casa é bem melhor, mas eu ainda preferia lá. Aqui parece que me falta dignidade”. Dignidade, respeito, honra. Que lhes foi “enxotado” no período pós-incêndio.

A reinvenção desta nova morada perpassa fundamentalmente por experiências e testemunhos ressignificados em práticas de si. No sujeito que se reinventa e recorre à identificação com entidades que o capacitam a imaginar outras configurações para sua pessoa. E esta principal prática se dá em encontrar a paz em Deus, como forma de delimitação dos modos de investimento das formas de subjetivação (GOLDMAN, 1999) das agentes em trânsito; desvendando na vida espiritual sua prosperidade, sua noção de pessoa, seus apegos, bravuras e modos de vida. Elas se consolidam em agentes que experienciam, se produzem enquanto sujeitos na igreja, nos cânticos que alegam alma, na escuta atenta da palavra do Senhor e também na do pastor, acomodando o pensamento de acordo com a igreja. Ali elas pranteiam e consentem suas consternações, aflições, sofrimentos. “No meio dos louvores Deus habita/ É seu prazer cumprir o que nos diz/ Então é só cantar e a Cristo exaltar/ E sua glória encherá este lugar” (GRUPO ÁGUAS, 1984).

Nas práticas de louvar a Deus elas se sentem fortalecidas para as práticas cotidianas de limpar a casa, fazer compras, pegar ônibus, enfrentar o

mercado de trabalho, instruir os filhos a lutar contra as intempéries da vida, nas operações e nos usos da casa, na relação com os parceiros, em encontrar a calma para os “aperreios” financeiros de chegar no meio do mês e não ter mais dinheiro. “A gente vive aperreado. Às vezes no meio do mês tenho que pedir comida na casa de meus patrões”, sussurra, triste, Vitória. Mesmo assim, para ela, sua vida é uma vitória. “Eu já passei por poucas e boas e eu sobrevivi”, diz.

Das conversas com Deus – nem sempre na igreja – tiram forças para a violência da vida, os sofrimentos sentidos. Dali, daquela conversa, aprendem, com Deus – e com as inculcações do Pastor – a vigiar a própria vida, a existir para a família e os afazeres domésticos e do trabalho, a oferecer ofícios para a comunidade e acudir os vizinhos e a suprir necessidades básicas e de saúde. De Deus tiram forças para ser mulher ideal, mãe ideal, impulsionadas pela ordem social e pentecostal da atualidade. No conjunto habitacional, o número de católicos ultrapassa em pouco o número de evangélicos, contudo, os católicos não são praticantes “porque não tem igreja perto”. Já as igrejas evangélicas pelo bairro são muitas e voltam suas práticas de discurso para o sofrimento alheio, abrigando sujeitos marginalizados (MACHADO, 2014) ou classificados como vulneráveis, alcançando intensas performances religiosas e estimulando práticas, como a realização de cultos no centro comunitário ou na casa de alguns fiéis dentro do “Mestre Oscar”.

No conjunto habitacional, este ambiente religioso, designadamente o evangélico, é espaço de agenciamento feminino. Nas redes de relacionamento familiar, o marido muitas vezes é católico não praticante, ou não tem religião definida. E as mulheres aderem a esta prática de frequentar igrejas pentecostais e neopentecostais, em função de buscar uma amenização para o sofrimento social. Normalmente, elas levam os filhos menores para junto de si, nestas práticas de louvação a Deus. As pessoas delas, enquanto agentes, se formam neste lugar, escolhendo para si uma moralidade (GOLDMAN, 1999) e uma configuração de ser bem-aventurada cuidando de si (FOUCAULT, 2010). Aperfeiçoar-se enquanto pessoa está diretamente vinculado às escolhas

inseridas para fazer parte da identidade deste sujeito de agenciamentos, como mulheres, mães, trabalhadoras, fiéis, amigas e vizinhas. E este agenciamento identitário é construído com base na ordem social e política vigente pela maioria; questões estas incorporadas nas redes de relacionamentos como valores culturais e sociais. A igreja se sanciona num ambiente de pertencimentos para Maria, Vitória, Maria de Jesus e também para Fernandes devido a consolidar-se como um lugar de prática de afetos.

Inserida na prática de afetos reinventa-se a subjetividade construída na Baixada Perpétuo Socorro, no sentido de dignidade, felicidade e plenitude, que se atrela ao que elas pensam como noção de pessoa, de tornar-se mulher, mãe, evangélica, e de ter uma trajetória que até então era respeitada dentro do seu lugar de moradia e sentimento de direito à cidade, ratificado, na baixada, no direito ao “centro da cidade”, que ainda é o lugar de prestígio presente no imaginário do amapaense.

Para elas, no conjunto habitacional, resistir e transgredir a ordem imposta não pela religião, mas sim pelo governo e pela alteridade, que figura no imaginário delas como “ricos”, faz parte da reconstrução do cotidiano como forma de recuperar a honra. Morar no conjunto habitacional é um gesto de luto na procura pela dignidade (DAS, 2011) confirmada no reconhecimento (HONNETH, 2007), na consideração que adotam corpo na justiça para com os moradores que vivenciaram o incêndio. Notar-se digno é ter posse de esperança, ter perspectivas morais, éticas, que brotam na impressão de valorização, de afeição; de sentir-se acolhido e respeitado pela alteridade.

Ser respeitado e respeitada, para nossas interlocutoras, “é ser uma pessoa nesse mundo”. A indignidade lhes acarreta dor. Estas mulheres, figuras do agenciamento feminino no conjunto habitacional, derivam das configurações de violência que suportaram, das agonias, dos apegos; resultam das agências em distintas posições, de “vítimas”, “agressores”, “testemunhas”. Para elas, o tempo consolida relações. As relações em Maria, Maria de Jesus,

Vitória e Fernandes, são fundamentadas em zonas de afetos com sua rede familiar e Deus; e daí deriva uma prática de si (FOUCAULT, 2010), salvando aos outros e a si mesmas. Elas são o que as experiências fizeram delas. E o testemunho é a forma de resistir e colocar a agência do tempo (DAS, 2010) ao seu favor, no sentido de partilhar e recriar memórias subjetivas; por meio da maturação das trajetórias, marinando as dores advindas de violências difusas (DAS, 1999; BARREIRA, 2008).

Considerações finais

Ao longo do artigo, priorizamos a inscrição de várias falas representativas dos códigos de sentimento e pensamento das mulheres que foram nossas interlocutoras. Afinal, estamos lidando com vidas marcadas por uma série de exclusões relacionais. A dor e o sofrimento social, que lhes estão impetrados ao longo de suas trajetórias, encontraram as quatro mulheres no evento crítico do incêndio de suas casas. Isso gerou adoecimento e morte, mas também reflexões e novas perspectivas sobre o social. A tragédia as une, mas não antes de tê-las dilacerado. Sujeitos fissurados, mas que não perdem a capacidade de criar novos contextos. Elas vivenciaram humilhação pública e se subjetivaram como sujeitos na micropolítica de afetos; com a família e nos grupos de relações sociais, na fé em Deus e na resistência aos poderes coercitivos.

Nesta problematização da agência das mulheres, indo além das violências sofridas e das interpretações acerca dos próprios sofrimentos, toma corpo uma realidade sociocultural de abandono social e da sensação de indignidade que lhe acompanha. Formulados na linguagem de pessoas situadas nas camadas populares de uma população que vive em zonas de incerteza social. Elementos apreendidos pela experiência e pelas pessoas-personagens que se criam em práticas de si com o objetivo de transcender sentimentos de humilhação e vergonha social. A elaboração do discurso popular sobre o orgulho de existir, na luta em se conquistar algum orgulho de si, apesar das

adversidades, gira em torno da oscilação entre silenciar ou falar sobre as agruras e as esperanças de ser alguém.

O ingresso na nova morada reconfigurou outra prática silenciosa, ainda não dita neste texto, o que pretendemos discutir em outra ocasião. A resistência cotidiana lhes envolve em ações de práticas subjetivas de paciência, num trabalho diário de reparação da violência sofrida. Uma difícil e árdua tarefa de sublimação. Prática esta evidenciada na família, em rodas de conversas, em práticas em que a linguagem do corpo fala – no ganho de peso, nas dores de cabeça, nos diagnósticos de depressão e ansiedade –, nas práticas caseiras no espaço privado, nas práticas de cuidar de si e dos filhos, e na prática da religiosidade. A experiência do sagrado, para elas, parece uma terapêutica importante para contornar o sofrimento social, devolvendo-lhes capacidades agentivas. Mediante práticas culturais religiosas, na leitura bíblica, as interlocutoras encontram sentido para situações que envolvem as suas representações e seus processos significantes, de um lado, mas também suas afecções e sensibilidades morais, de outro. É por intermédio destas práticas agenciadas que elas relatam e revivem histórias de violências e se constroem como sujeitos, reconfigurando o cotidiano e entrelaçando experiências ambivalentes e paradoxais.

A agência das mulheres funciona entre memórias, crenças e desejos, numa busca pela reconfiguração do presente, num trabalho de elaboração das perdas, de agenciamento dos fluxos cotidianos experienciados e testemunhados, que envolvem a prática do olhar sobre si mesma, num espaço e num tempo que parece fugir ao controle do que é socialmente humano.

Bibliografia

BANDA LOUVOR E GLÓRIA. *Hoje é tempo de louvar a Deus*. In: ÁGUAS, Grupo. Rio de Janeiro: s/gravadora, 1984.

BARREIRA, César. *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*. Fortaleza: Edições UFC: Funcap: CNPq-Pronex: Campinas: Pontes Ed., 2008.

BARREIRA, Irllys. Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. *Caderno CRH*, Salvador, v.23, p.255-266, maio/agosto, 2010.

BIEHL, João. *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment*. Berkeley: University of California Press, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, 27 (79), p.133-144, 2013.

_____. (org.). *A miséria do mundo*, 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CANTO, Fernando. Pedra Negra. In: Grupo Pilão. *Na maré dos tempos*. S/ Gravadora. Macapá, 1975.

CAVALCANTE, Amadeu. *Sentinela Nortente*. Sentinela Nortente. Belém, 1989.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

_____. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, n.37, julho-dezembro de 2011, p.9-41.

_____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *RBCS*. Vol.14, n.40, junho de 1999.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 2014.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. 3ª. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FRÚGOLI Jr., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.48, n.1, 2005.

GODELIER, Maurice. *Anthropologie sociale et histoire locale. Gradhiva*, 20, p.83-94, 1993.

GOLDMAN, Marcio. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da política, 1999.

GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. (orgs.). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HERZFELD, Michael. *Anthropology Through the Looking-Glass: Critical Ethnography in Margins of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. *The Poetics of Manhood: Contest and Identity in a Cretan Mountain Village*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

HOLANDA, Chico Buarque de. Cotidiano. In: *Cotidiano*. Música e álbum. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1971.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé *et al. Teoria Crítica no século XXI*. São Paulo: Anablume, 2007.

INGOLD; Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Revista Horizontes Antropológicos*. Vol.18, n.37. Porto Alegre: Jan-Jun de 2012.

JUNIOR, Osmar. Igarapé das mulheres. Música. In: *Revoada*. Álbum. Macapá: s/gravadora. 1992.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARQUES, Roberto. Quem "se garante" no forró eletrônico? - Produzindo diferenças em contextos de fronteira e ebulição social. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 43, p. 347-383, Dec., 2014.

MIGUEL, Zé; GOMES, Joãozinho. Pérola Azulada. In: *Trilogia Bar do Parque*. Intérpretes: Nilson Chaves e Marco Monteiro. Gravadora Nilson Chaves. Belém, 2014.

NANDES, Beбето. Minha Cidade. In: *Especial Música Popular do Amapá*. Macapá, 2005.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

SÁ, Leonardo Damasceno de. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento Micropolítico. In: MENDONÇA FILHO *et al.* *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa* [online]. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. 368 p. ISBN 978-85-232-0624-6.

_____. *Guerra, mundão e consideração: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-graduação em Sociologia. – PPGS. Fortaleza: 2010.

Palavras-**Chave:**

Agência das
mulheres;
Testemunho;
Experiência;
Moradia
popular;
Sofrimento
Social.

Resumo: Este artigo descreve e analisa, numa perspectiva etnobiográfica, a situação social de mulheres moradoras do bairro Perpétuo Socorro, em Macapá, após um incêndio de proporções trágicas que destruiu suas casas, vidas e laços sociais. A partir deste evento crítico, ocorrido em outubro de 2013, a pesquisa deteve-se nos percursos das mulheres em busca da reconstrução do cotidiano e dos sentidos de vida que foram impactados pela tragédia. O texto propõe uma reflexão sobre as práticas socioculturais e condições existenciais imbricadas na reconfiguração do cotidiano de quatro mulheres que vivenciaram violências difusas ao longo da vida. E discute o modo como os sujeitos foram redimensionados no contexto da perda e da ressignificação da realidade social por meio dos relatos das mulheres, obtidos em campo pela escuta socioanalítica de falas e silêncios.

Keywords:

Women's
Agency;
Testimony;
Experience;
Popular
Housing; Social
Suffering.

ABSTRACT: This article describes and analyzes, through an ethnobiographic perspective, the social situation of four women living in Macapá's Perpétuo Socorro neighborhood after a fire of tragic proportions destroyed their homes, lives, and social ties. This research focused on how they tried to reestablish their everyday living and other aspects of their lives impacted by the catastrophic event that occurred in October 2013. The text presents an analysis of the existential conditions and sociocultural practices carried while these individuals, who experienced extensive violence throughout their lives, attempted to reestablish their daily routine. It also examines the way in which these women were reassessed through the framework of their losses and the redefining of their social reality through their own oral reports obtained in the field by socio-analytic listening of what was said and what was not.

Recebido para publicação abril/2017

Aceito para publicação em julho/2017

O *pathos* docente em narrativas: relações entre trabalho, subjetividades docentes e adoecimento psíquico

Selma Gomes da Silva

Universidade Federal do Amapá (BRA)

Antonio Cristian Saraiva Paiva

Universidade Federal do Ceará (BRA)

Introdução

Este artigo baseia-se em pesquisa realizada para o doutoramento em Sociologia (SILVA, 2017), que apresenta uma discussão sobre trabalho docente e suas possíveis conexões com o sofrimento e adoecimento psíquico de docentes da rede pública do estado do Amapá. A tese apresenta narrativas e histórias clínicas de professoras e professores que vivenciam experiências de adoecimento buscando compreender as consequências das atuais configurações da gestão do trabalho a partir da lógica do neoliberalismo e suas consequências

para a afetação da saúde psíquica de docentes. Neste artigo, apresentamos um recorte da pesquisa, discutindo uma construção analítica central para o trabalho: a ideia do *pathos* docente expresso em narrativas. Antes de tratar do *pathos* docente, cabe uma palavra sobre a Casa do Professor.

A Casa do Professor, aparelho de atenção à saúde de docentes, vinculado à Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED-AP), constituiu-se inicialmente como *locus* empírico da pesquisa por ser um centro de acolhimento e acompanhamento dos docentes da rede estadual que manifestam quadros de sofrimento e adoecimento psicológico. Conseguimos ali acesso a documentos e registros clínicos¹ de professores usuários dos serviços de saúde ofertados por esse dispositivo, que nos permitiram conhecer, em um primeiro momento, as queixas e histórias clínicas, bem como acompanhar as trajetórias dos professores atendidos nos diversos serviços e ações realizadas pela Casa, durante e após o tratamento. Foi a partir daí que, numa segunda etapa da pesquisa, passamos a trabalhar com entrevistas em profundidade com nossos interlocutores.

A Casa do Professor estabeleceu-se a partir da reconstrução e ressignificação de um projeto já existente, criado também pela SEED/AP, denominado Serviço de Apoio Psicossocial (SAPS), conhecido no ambiente docente como “Psicossocial da SEED”. O Psicossocial foi um dispositivo institucional concebido também pela SEED-AP, com o objetivo de atender servidores estaduais lotados nessa Secretaria. Esse aparelho de atenção psicossocial iniciou em setembro de 2005 e permaneceu até final de dezembro de 2013.

¹Salientamos que foi realizado um mapeamento dos usuários atendidos por este serviço como o objetivo de conhecer os docentes atendidos pela Casa. Não havendo tempo para analisar esses dados quantitativos no espaço deste artigo, remetemos à leitura do capítulo 5 da Tese de Doutorado de Silva (2017).

O Psicossocial da SEED foi criado para atender o alto índice de afastamentos de servidores, que apresentavam quadros de saúde mental comprometida, em decorrência de transtornos psíquicos: depressão, estresse, fobias, tentativas de suicídios e suicídios efetivados, uso e abuso de substâncias psicoativas, dentre outros. (Edileia-Psicóloga da Casa).

No fim de 2013, foi pensada a ampliação desse projeto pela gestora da SEED, à época, e em 06 de maio de 2014 foi realizada a inauguração da atual Casa do Professor, com a expansão de serviços de atenção à saúde dos professores e professoras estaduais, para além da atenção psicossocial. Foram, assim, disponibilizados profissionais de outras áreas da saúde, nutricionistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, educador físico e financeiro; além de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos que já atuavam no projeto anterior.

Assim, a Casa do Professor foi criada por meio do Decreto nº. 1283, de 24 de março de 2014, com o objetivo de “oferecer serviços de prevenção e acompanhamento biopsicossocial aos professores da educação do Estado, visando à melhoria da saúde física e mental” (AMAPÁ, 2014, p. 5).

A Casa do Professor, portanto, revelou-se como espaço fecundo para acessar modos de existência em que se entrecruzam as relações entre adoecimento e trabalho docente. O seu funcionamento nos remete ao termo foucaultiano ‘dispositivo’, discutido por Agaben (2005, p.5-6):

chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. [...]. Na raiz de cada dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo em uma esfera separada constituem a potência específica do dispositivo.

Enquanto instituição do estado, a Casa realiza ações análogas às descritas por Agamben na condução do amparo aos docentes adoecidos, ao interceptar e modelar as subjetividades docentes, induzindo modos de subjetivação permeados por processos de regulação estatal e biomédica, modelando reaprendizagens sobre a vida dos seus “usuários”, com o objetivo

de assegurar o humaníssimo desejo de “bem-estar”, “qualidade de vida” e “felicidade” daqueles sujeitos.

Após essa breve caracterização do *locus* da pesquisa e de suas funções enquanto dispositivo estadual de atenção de saúde, específico para servidores da SEED-AP, discutiremos a noção de trabalho e a produção de subjetividades no mundo contemporâneo para situar o trabalho docente e suas possíveis consequências para o adoecimento de professores e professoras da rede estadual de ensino.

No âmbito da pesquisa foi importante discutir a categoria *trabalho* para pensar algumas de suas configurações atuais enquanto forma de gestão e produção de subjetivações, assim como suas repercussões para a saúde do trabalhador e, especificamente, para a saúde dos profissionais docentes. Desta forma, no tópico a seguir, resumiremos a discussão sobre essa categoria analítica, analisando também como o sistema de gestão capitalista funciona na ‘captura da subjetividade’ no que diz respeito ao trabalho docente, num diálogo com intercessores teóricos que foram centrais para entender o trabalho docente e suas implicações para o adoecimento, conforme a perspectiva analítica aqui ensaiada.

Trabalho e produção de subjetividades no mundo contemporâneo

Em relação ao trabalho e às subjetividades no mundo contemporâneo, Peter Pál Pelbart (2010) declara que “o poder tomou de assalto a vida”, e cita, como formas de poder, a ciência, o capital, o estado e a mídia. Para o autor, esses mecanismos de poder não somente sequestram a vida humana, mas penetram “em todas as esferas da existência”, movimentando-as para trabalhar em benefício próprio:

O poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou, e as pôs para trabalhar em proveito próprio. Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade, tudo isso foi violado e invadido, mobilizado e colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes.

(PELBART, 2010, p. 25).

Segundo esse teórico, esses mecanismos de poder “investem cada vez mais na vitalidade social [e na existência] de cabo a rabo. Intensificando-a, otimizando-a, pilotando-a, monitorando-a e integrando os seus elementos”. (PELBART, 2010, p. 25).

Nessa perspectiva, diz o autor, “não é mais um poder que reprime, propriamente, mas que intensifica e excita”; que “opera de maneira imanente – não mais de fora, nem de cima, mas como que por dentro, incorporando, integralizando, monitorando, investindo de maneira antecipatória até mesmo os possíveis que se vão engendrando, colonizando o futuro” (PELBART, 2010, p. 25).

Os trabalhadores que usavam seus corpos, seus músculos, sua força bruta e realizavam rotinas mecanizadas de trabalho no modo de produção industrial fordista, hoje, no atual contexto do mundo do trabalho, exige-se deles a produção de processos cognitivos, na forma de “trabalho imaterial”, categoria que, na visão de Pelbart (2013):

[...] produz imagens, informações e serviços. Esse tipo de trabalho, ou melhor, a produção desses bens, requer dos trabalhadores de hoje, não mais a sua força bruta, não os seus músculos, mas a sua inteligência, a sua imaginação, a sua criatividade, a sua afetividade, a sua conectividade. Em suma, é a sua alma, é a sua vida que é requisitada no trabalho. Se antes essas dimensões vitais e essa inventividade pertenciam a uma esfera subjetiva e privada, no máximo ao campo das artes. Elas são hoje o elemento essencial da produção e até mesmo a principal fonte de valor.

Por sua vez, Lazzarato e Negri (2013, p. 61) discutem e analisam as transformações no mundo do trabalho no contexto pós-fordista e afirmam que “os conceitos de trabalho imaterial e de ‘intelectualidade e massa’ definem não somente uma nova qualidade do trabalho e do prazer, mas também “novas relações de poder e, em consequência, novos processos de subjetivação”.

Esses autores explicam que o trabalho imaterial é produto de capacidades humanas mais profundas — da subjetividade dos trabalhadores: inteligência, emoções, criatividade, linguagem, entre outros processos cognitivos. Através dessas disposições mentais, o modo de produção gerencialista explora as subjetividades dos trabalhadores, tendo como objetivo principal o resultado em bens e serviços. Esses bens e serviços, portanto, devem possuir características inovadoras e sedutoras com a finalidade de ativar a sensibilidade do consumidor, produzindo, por essa interface (produção/consumo), um valor econômico, fundamental no mundo do capital:

O trabalho imaterial se encontra no cruzamento (é a interface) dessa nova produção/consumo. É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção/consumo. A ativação, seja cooperação produtiva, seja da relação social com consumidor, é materializada e inova continuamente as formas e as condições da comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). Dá forma e materializa as necessidades, o imaginário e os gostos do consumidor. E esses produtos devem, por sua vez, ser potentes produtores de necessidades, do imaginário, de gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (pois o seu valor de uso consiste essencialmente no seu conteúdo informativo e cultural) está no fato de que ela [a mercadoria] não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma o seu utilizador. (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p. 66).

Ainda de acordo com Lazzarato e Negri (2013), o trabalho imaterial produz, acima de tudo, uma relação social – uma relação de inovação, de produção e de consumo –, que passam a ter um valor econômico. Esse valor econômico é produzido a partir de “processos de exploração, do monopólio e do espólio da subjetividade”. Retomando as análises de Pelbart (2013), o estudioso expõe suas críticas sobre a expropriação da subjetividade e da vida do trabalhador, no século XXI, relacionando-as à produção imaterial e ao consumo:

Ao mesmo tempo, o que nós consumimos hoje em dia mais do que sapatos e geladeiras, são estilos de ser, maneiras de viver, formas de vida, sentidos, subjetividade. Assim, de uma ponta a outra do

circuito econômico, isto é, da produção até o consumo, o que nos é extorquido e sequestrado, ora investido e intensificado, ora reformatado e revendido, é a vida. Não há de se deixar surpreender com isso, a vampirização e a comercialização dessas formas de vida talvez explique uma parte da nossa claustrofobia contemporânea. Se antes ainda tínhamos espaços preservados da ingerência direta dos poderes hoje estamos inteiramente submetidos. Se antes o inconsciente e a natureza ainda pareciam domínios invioláveis. Foram invadidos pelo capital, hoje mesmo eles foram incorporados e postos para trabalhar. (PELBART, 2013).

Essa “captura da subjetividade” é abordada também por Alves (2013), ao dizer que a captura e a manipulação da pessoa humana pelo poder midiático e pelo capital ocorrem não apenas na “instância da consciência, mas também nas instâncias da pré-consciência e do inconsciente” (ALVES, 2013, p. 129), pois:

Controlar atitudes comportamentais tornou-se a meta dos treinamentos empresariais, mobilizando valores-fetice, expectativas e utopias de mercado que atuam nas frequências intrapsíquicas do inconsciente e do pré-consciente [...]. Na verdade, a subjetividade humana imersa no metabolismo social do capital é uma “subjetividade em desefetivação”, estressada pelas teias da manipulação social. (ALVES, 2013, p. 130).

Para Alves (2011, p. 152), a “subjetividade em desefetivação”, no plano epidemiológico, se expressaria pelo surto de estresse que atinge a civilização do capital. A “captura da subjetividade” aqui abordada está diretamente relacionada à noção “trabalho imaterial”, amplamente discutida por Lazzarato (2006), Lazzarato e Negri (2013) e Antunes (2013). No entendimento de Antunes (2013, p. 127), “o trabalho imaterial no interior da grande indústria possui uma interseção clara entre a esfera da subjetividade do trabalhador (seu traço mais propriamente intelectual e cognitivo) e o processo produtivo”.

A captura da subjetividade associada ao trabalho material, no que diz respeito ao trabalho docente, é citada por Tardif e Lessard (2014, p. 268) quando dizem: “na docência, a pessoa que é o trabalhador constitui-se o meio

fundamental pelo qual se realiza o trabalho em si mesmo”. Esses autores consideram que “a personalidade do trabalhador se torna, ela mesma, uma tecnologia do trabalho, ou seja, um meio em vista dos fins”. Dessa forma, “componentes como o calor, a empatia, a compreensão, abertura de espírito, o senso de humor, etc., constituem, assim, trunfos inegáveis do professor enquanto trabalho interativo” (idem, *ibidem*).

O professor, além de ensinar, deve participar da gestão e do planejamento escolar, o que significa maior dedicação e cobrança, aumentando não somente a carga material de trabalho, mas também, de acordo com Laurell e Noriega (1989, p. 112), cargas psíquicas que geram desgastes psicofísicos dos sujeitos:

As cargas psíquicas, finalmente, têm o mesmo caráter que as fisiológicas à medida que adquirem materialidade através da corporeidade humana [...] e podem provisoriamente ser agrupadas em dois grandes grupos: um, que abrange tudo aquilo que provoca uma sobrecarga psíquica, ou seja, situações de tensão prolongada, e outro, que se refere à subcarga psíquica, ou seja, a impossibilidade de desenvolver e fazer uso da capacidade psíquica. Exemplos das primeiras características do processo de trabalho capitalista podem ser a atenção permanente, a supervisão com pressão, a consciência da periculosidade do trabalho, os altos ritmos de trabalho, etc. Pertencem ao segundo grupo de questões a perda do controle sobre o trabalho ao estar o trabalhador subordinado ao movimento da máquina; a desqualificação do trabalho, resultado da separação entre sua concepção e execução; a parcialização do trabalho, que redundava em monotonia e repetitividade.

As circunstâncias sob as quais os trabalhadores docentes mobilizam suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para alcançar os objetivos da produção escolar continuamente implicam a geração de “mais-valia”, na forma de produção de “mais-trabalho” material e imaterial por parte dos (as) professores (as), gerando sobrecarga dessas capacidades (ALVES, 2011; DANTAS, 2012; SOUZA, 2013).

Dessa forma, entende-se que esses processos de desgaste das

capacidades físicas e subjetivas podem ocasionar consequências para a saúde do trabalhador docente, considerando-se que as dimensões físicas, cognitivas e afetivas não estão isoladas, mas imbricadas e entrelaçadas com as situações socioambientais e estruturais de trabalho, formando um conjunto complexo de fatores que podem agir simultaneamente para a intensificação do desgaste da saúde do professor.

A respeito da saúde do profissional docente, a literatura indica a depressão, a ansiedade, o estresse e o *burnout*, como as formas mais comuns de adoecimento psíquico dessa categoria de trabalhadores, conforme Codo (1999) e D’Oria (2010). Esses autores afirmam que essas doenças promovem maior baixa laboral entre os trabalhadores docentes.

Para discutir a relação trabalho docente e adoecimento enfrenta-se, então, um grande desafio: investigar as diversas dimensões envolvidas, tanto do ponto de vista da subjetividade do docente quanto das reais condições de trabalho e fatores sociais relacionados e outros específicos da profissão. Chama-se a atenção para o entendimento sobre as conexões entre trabalho e sofrimento psíquico de forma dinâmica, considerando a doença não uma categoria estática, mas um processo de construção sociocultural, ratificando que o episódio da doença visto sob este prisma é resultado das interações e negociações sociais e das subjetividades das pessoas envolvidas. Aguiar e Almeida (2011, p. 15) também se manifestam a esse respeito:

O sofrimento psíquico do professor não pode ser entendido como sendo um fenômeno somente de ordem biológica, de ordem psíquica, subjetiva e relacional. O professor adocece em seu ambiente de trabalho e mescla sua história pessoal com acontecimentos da vida profissional ao vivenciar o exercício do magistério como lugar de sofrimento.

Nessa perspectiva, há a necessidade de analisar o trabalho e suas possíveis relações com as manifestações de sofrimento e adoecimento, em um sentido holístico, compreendendo, assim, as expressões de dor e de sentimentos negativos como manifestações coletivas de um grupo que vive e sente a sua

dor, dentro de uma mesma realidade sociocultural (MAUSS, 1981).

Nesse sentido, a intenção, aqui, é de abordar a articulação analítica: trabalho e sofrimento psíquico, pensando sobre as ambiguidades e as expectativas que se mostram frustradas ao longo da trajetória do docente. E, nesse momento, indagamos: de que modo uma profissão altamente necessária por sua função social de instruir e formar o ser humano, podendo ser potencialmente fonte de satisfação não somente profissional, mas pessoal e emocional, pode, ao mesmo tempo, provocar tanto sofrimento? Essa indagação sugere que se reflita sobre o que dizem Tardif e Lassard (2014, p. 43): “a docência comporta diversas ambiguidades, diversos elementos ‘informais’, indeterminações, incertezas, imprevistos”.

Se o professor fosse mais valorizado e fortalecido através das políticas educacionais e trabalhistas, talvez, assim, estivesse menos suscetível a problemas relacionados aos contextos de alienação, mecanização do trabalho, adoecimento, precarização da carreira, desvalorização social, entre outros, pois estes aspectos contribuem para desfigurar e expandir o *rosto* dos professores, conduzindo-o às distintas formas de sofrimento e adoecimento. Reportamo-nos a Butler (2011, p. 32) quando afirma: “seria preciso escutar o rosto à medida que ele fala em uma outra forma que a linguagem para entender a precariedade da vida que está em jogo”.

Essas reflexões nos remetem à noção de *anomia*, entendida como o resultado da ruptura entre os objetivos individuais culturalmente estabelecidos e os meios socialmente instituídos para alcançar essas metas, conforme o seu entendimento mais contemporâneo, segundo Merton (1970).

Introduzido na sociologia por Durkheim², o conceito ajuda a produzir

²São clássicas as referências ao conceito de anomia em *Da divisão do trabalho social* (1893) e, posteriormente, reformulado na obra *O suicídio* (1897) (DURKHEIM, 2005, 2010). Lembramos, ainda, que, depois de Durkheim, houve uma série de sociólogos que trabalharam com o conceito de anomia, especialmente Maurice Halbwachs (*Les causes du suicide*. Avant-propos de Marcel Mauss. Paris: Félix Alcan, 1930), Roger Bastide (*Sociologie de Maladies*

um diagnóstico das crises e dos paradoxos existentes na sociedade industrial, cujo modelo seria a sociedade francesa de sua época. Para esse autor, a velocidade com que ocorriam as mudanças econômicas levaria à fragmentação social de uma sociedade fundada única e exclusivamente na absoluta liberdade de contrato de trabalho; outras consequências seriam a exacerbação e o desvirtuamento do individualismo, as crises existenciais, o descontrole dos desejos e as permanentes insatisfações, mesmo em situação de êxito (MEIRELES, 2012).

Na atualidade, o conceito ocupa bastante importância na obra de Robert Merton. Inspirado em Durkheim, fez, no entanto uma reformulação da noção de anomia, enfatizando que algumas estruturas sociais exercem pressão definida sobre certas pessoas na sociedade, gerando uma distância, um paradoxo entre as metas estabelecidas culturalmente e as condições reais para alcançá-las: “a cultura pode ser tal que induza os indivíduos a centrar suas convicções emocionais sobre o complexo de fins culturalmente proclamados, com muito menos apoio emocional para os métodos prescritos para tais fins!” (MERTON, 1970, p. 204).

A narrativa a seguir parece expressar alguns desses paradoxos entre as metas institucionais preestabelecidas e exigidas do trabalhador docente e suas condições reais de trabalho:

Sobre as condições de trabalho, nas escolas é tudo sucateado, tudo sucateado, se um juiz entra numa sala, um advogado entra na sala dele e se o ar condicionado não estiver prestando, ele vai embora pra casa, até consertar o ar condicionado, na própria Secretaria de Educação, se tem uma sala em que o ar condicionado não está funcionando, eles vão embora, ou eles vão para outro setor e não vão fazer nada, o professor não, se falta energia, ele repõe o horário, se for diurno, ele tem que ficar na sala de aula, no calor, dando aula, se falta, se disser, ah, mas você não tem pincel, mas inventa outra coisa, entendeu? É tudo assim, é tudo sucateado, a gente não tem o mínimo de conforto, aliás, o mínimo de condições, porque você sentar numa cadeira que não é feita para o seu tamanho e você pegar uma mesa de aluno, para destrinchar

Mentales. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations, 1967) e Jean Duvignaud (*Hérésie et subversion*. Essai sur l'anomie. Paris: La Découverte, 1986), dentre outros.

vários cadernos, livros, para você dar aulas, mas se você não der a aula, você está sendo preguiçoso. E se você reclamar disso, você está sendo mais preguiçoso ainda, você é o preguiçoso, chato. (Profa. Juliana)³.

Esse relato denuncia, de maneira clara, algumas ambivalências entre as exigências postas, e muitas vezes impostas perante as condições objetivas do ambiente de trabalho, considerando-se as estruturas oferecidas para efetivar metas definidas e exigidas dos professores no desempenho de suas atividades. A verbalização de Emanuela é muito expressiva nesse sentido, quando denuncia as condições “desconfortáveis” de trabalho onde tem atuado ao longo da sua trajetória docente:

[...] o ambiente de trabalho, não só para o bem-estar do professor como do aluno, que é o conjunto todo que se beneficia de uma estrutura perfeita, não só o professor! Mas, ao longo da minha carreira eu tenho trabalhado em escolas desconfortáveis, ambientes sujos, escolas feias, mal projetadas, quentes, quebradas, sem espaços adequados para desenvolver atividades didáticas adequadas, então, essas constatações, que não é só de uma escola ou duas, a maioria das escolas tem passado por reformas. Atualmente, a minha está em reforma, porque, o ambiente estava insustentável. A gente não aguentava mais trabalhar naquela escola. Então, eles colaboram de forma negativa, tanto para o desempenho do trabalho como para o aspecto psíquico. [...]. Então, a frustração é tremenda. O reflexo disso ao longo do tempo é notório. Você adocece. Você se sente mal. A autoestima também do professor por trabalhar em um ambiente tão feio, tão insalubre ela é prejudicada. Muito! Quando você diz: Ah eu trabalho num lugar lindo! Você diz: Puxa! Minha escola é horrível. Isso reflete terrivelmente, não só no professor como no aluno. Percebo isso ao longo dessa caminhada de trabalho. Dessas lutas [...]. (Profa. Emanuela)⁴.

O trabalho do profissional docente é exercido para além do seu espaço de atuação específica, a sala de aula. Na maioria das vezes, pode ser considerado “um trabalho fora do trabalho” (WEBER, 2009), devido às atividades de planejamento das aulas, correções de atividades, produção de

³Natural do estado do Pará, mora em Macapá há 25 anos, 40 anos de idade, graduada em Letras. É professora efetiva do Governo do Estado do Amapá (GEA) há 22 anos, trabalha com o Ensino Fundamental nos anos iniciais. Natural do Pará, mora em Macapá há 25 anos.

⁴Natural do estado do Maranhão, 40 anos de idade, graduada em Letras, professora efetiva estadual há vinte anos. Atualmente, está afastada da sala de aula e desenvolve suas atividades na sala de leitura, através de projetos de leitura para alunos do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Macapá.

materiais didáticos e pedagógicos, etc. O trabalho do professor não termina quando termina com o seu horário formal na escola. Na maioria das vezes o professor leva para casa a maior parte de suas atividades, quando se compromete com o desempenho de seus alunos. Assim, sua jornada é intensa e extensa. Nem sempre esse trabalho suplementar do professor é reconhecido e ainda poderá ser considerado negativo, dependendo do seu resultado, como assegura Nóvoa (1999, p. 105):

O trabalho do professor é sempre apreciado em um sentido negativo. Se o professor faz um trabalho de boa qualidade, dedicando-lhe um maior número de horas, para além das que figuram em seu horário de trabalho, é raro que se valorize esse esforço suplementar; no entanto, quando o ensino fracassa, por vezes devido a um acumular de circunstâncias incontroláveis, o fracasso personaliza-se imediatamente no professor. Se tudo corre bem, os pais pensam que os filhos são bons estudantes. Se as coisas correm mal, pensam que os professores são maus profissionais.

Desse modo, diz Nóvoa (1999), não é atribuído ao professor o devido reconhecimento pelo seu trabalho e nem são consideradas as horas de trabalho para além de seu horário formal em sala. A esse propósito, alguns professores entrevistados manifestam suas queixas e insatisfações reais. Para alguns deles, essas horas a mais, dedicadas à realização de suas atividades, causam muita fadiga e podem ser fatores que se somam em suas histórias de adoecimento, como expõe claramente o professor Amadeus:

A labuta é muito grande. Sempre fui de sacrificar o meu final de semana, ou as minhas noites, para chegar às vezes só sete horas em casa, chegar e só comer alguma coisa, tomar um banho e fazer planejamento para o outro dia. [...]. Aí eu tinha que fazer, eu sacrificava né? Todas as minhas noites ou finais de semana. Sempre assim, se eu não sacrificasse as noites até meia noite, uma hora, eu era obrigado a sacrificar o final de semana, porque eu sempre fui assim, não perfeccionista, mas sempre eu buscava fazer o melhor, sempre eu gostei de produzir muito material e no ensino básico exige muito de ti isso sabe? Eu não gostava muito dessa coisa de quadro, ainda mais com crianças especiais [...]. Até hoje gosto de construir materiais. (Prof. Amadeus)⁵.

⁵Natural do estado do Amapá, 33 anos de idade, casado, graduado em Pedagogia. Esse docente tem dois vínculos de trabalho: professor no GEA, de Educação Especial, desde 2005, nove anos de docência; professor, do Município, do Ensino Fundamental I, de tempo equivalente ao

Os relatos de Amadeus e vários outros docentes expressam a necessidade de dedicação de tempo suplementar ao desempenho da profissão como compromisso para a melhor execução.

Competências e afetação emocional no trabalho docente

O trabalho sobre e com os outros seres humanos, mediado pelas relações intersubjetivas, requer sutilezas específicas: negociação, controle, persuasão, sedução, promessa entre outras habilidades relacionais. Além dessas particularidades necessárias, Tardif e Lessard (2014, p. 33) ressaltam que “este trabalho sobre o ser humano evoca atividades como: instruir, supervisionar, servir, ajudar, entreter, divertir, curar, controlar, etc.” No entendimento desses autores, “essas atividades desdobram-se em modalidades complexas em que intervêm a linguagem, a afetividade, a personalidade” (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 33). E acrescentam: “componentes como o calor, a empatia, a compreensão, a abertura de espírito, etc., constituem os triunfos inegáveis do trabalho interativo” (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 33).

Ainda segundo Tardif e Lessard (2014, p. 34-35), os trabalhadores docentes “se dirigem a pessoas cuja presença na organização com o fim de receber um serviço é obrigatória, visto que os alunos são obrigados a ir para a escola até a idade prevista por lei”. Isto é, para esses autores, em muitos casos os professores realizam um trabalho para clientes (alunos) que não têm o desejo de obter tais serviços. Nessas situações, “os clientes involuntários podem neutralizar a ação dos trabalhadores, porque esses têm a necessidade da participação deles para conseguir fazer seu serviço” (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 34-35).

do Estado. Está afastado da sala de aula de ambos os vínculos. No Estado desenvolve atividades administrativas na Secretaria de Estado da Educação e no Município atua na sala de projetos, auxiliando outros docentes. É diagnosticado com Transtorno Doloroso Somatoforme Persistente (CID10 F45.4). Esse transtorno é um subtipo do transtorno Somatoforme. A queixa recorrente é de dor persistente, grave e angustiante, a qual não pode ser plenamente explicada por um processo fisiológico ou por um transtorno físico.

Portanto, considerando-se que, em alguns casos, os alunos são “clientes forçados”, obrigados a irem à escola, dos professores serão exigidos maiores esforços para motivar os alunos, persuadi-los e convencê-los sobre a importância do serviço que estão recebendo. Sobre esse confronto de interesses assim se manifestam Tardif e Lessard (2014, p. 35):

A centralidade da disciplina e da ordem no trabalho docente, que os professores se confrontam com o problema da participação do seu objeto de trabalho – os alunos – no trabalho do ensino e aprendizagem. Eles precisam convencer os alunos que a “escola é boa para eles”, ou imprimir às suas atividades uma ordem tal que os recalcitrantes não atrapalhem o desenvolvimento normal das rotinas do trabalho.

Em relação à dificuldade que os professores têm em obter a participação dos alunos, esta parece ser um motivo de provável desgaste emocional, conforme se percebe nas seguintes narrativas dos docentes entrevistados:

É que eu não estou atingindo o objetivo. Eu não estou conseguindo me realizar. Aquele plano que eu queria chegar de aprendizagem, de relacionamento com o ser humano. Aí eu fico muito. Me dói [...]. Assim, eu fico muito envergonhado de mim mesmo. Culpo a mim mesmo, porque [...] É porque eu queria que você aprendesse [...] Que você tivesse “sede” de aprendizagem, que você fosse uma pessoa que aprendesse [...] Que você se interessasse por aquilo, que não fosse ao grito como eu estou lhe conduzindo, como se fosse um animal. Batendo e tal pra fazer aquilo ali. Eu queria que você viesse de livre e espontânea vontade pelo amor ao conhecimento, pela aprendizagem, aí é esse lado que me dói. (Prof. Paulo)⁶.

Comportamentos inadequados, falta de respeito e alunos apáticos! Não querem saber de nada! Em decorrência disso, o professor se sente desmotivado [...] desvalorizado e sofre [...] começa um processo de sofrimento, também, por isso [...] fica estressado, fica desanimado, o que eu estou fazendo da minha vida? (Prof. Luciano)⁷.

Porque é o seguinte, a gente atende os alunos, lá na escola, são crianças da periferia, então são crianças que já não têm uma estrutura familiar, vamos dizer assim, que lhe impõe respeito, então eles já não respeitam pai e mãe, imagine o professor na sala

⁶Natural do estado do Amapá, viúvo, 55 anos de idade, graduado em Geografia, professor efetivo do GEA há 24 anos, leciona no Ensino Fundamental, possui diagnóstico de depressão.

⁷ Natural do estado do Amapá, divorciado, 45 anos de idade, graduado em História, professor efetivo do GEA há 18 anos, atua no Ensino Fundamental.

de aula [...]. Então ali é uma luta diária, sabe? De aconselhamento, de chamar a atenção, de tentar mostrar pra ele que ele precisa estudar e que ele não pode enveredar pelo caminho do crime. (Profa. Mariana)⁸.

A partir dessas falas é possível apreender que o trabalho docente requer afetação emocional, no sentido de mediar e ativar interesses cognitivos e aspectos motivacionais mais profundos para a aprendizagem, uma vez que a razão não se separa da experiência afetiva e não há oposição entre razão e afetos, conforme aprendemos com Spinoza (2007). O professor lida com múltiplas emoções, comportamentos e sentimentos (hostilidades, raiva, medo, amor, violência, entre outros) e, conseqüentemente, essas emoções, muitas vezes ambivalentes, poderão conduzi-lo a alguma forma de sofrimento ou adoecimento, como fica claro nos relatos anteriores, principalmente, na fala do professor Luciano: “Em decorrência disso o professor se sente desmotivado [...] desvalorizado e sofre [...] começa um processo de sofrimento, também, por isso [...] fica estressado, fica desanimado, o que eu estou fazendo da minha vida?”

Como é possível perceber, o trabalho com afetação emocional requer um esforço que vai além das capacidades físicas e mentais, pois exige forte investimento do trabalhador. Como asseguram Tardif e Lessard (2014, p. 269),

[...] nesse tipo de atividade, a personalidade do trabalhador, suas emoções, sua afetividade, são parte integrante do processo de trabalho; a própria pessoa com suas qualidades, seus defeitos, sua sensibilidade, em suma, com tudo que ela é, torna-se de certo modo um instrumento de trabalho.

Esse esforço maior investido é inegável, sobretudo porque “ensinar é lidar com um objeto humano” (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 67), exigindo do profissional docente recursos cognitivos e emocionais, como expressam as narrativas a seguir:

O professor tem que se virar nos trinta, sem preparação para

⁸Natural do estado do Amapá, casada, 41 anos de idade, graduação em Artes (incompleta) e Letras, docente estadual há 23 anos, trabalha com o Ensino Fundamental nas séries iniciais. Possui diagnóstico de depressão.

trabalhar esses alunos, resulta em estresse para o professor. (Profa. Fátima)⁹.

E a gente tendo que estar todo o tempo batendo na mesma tecla, falando a mesma coisa e chamando atenção. Aí gera um estresse, porque quando você chega em casa e você verificar que aquele seu dia não foi nada produtivo, ou pouquíssimo produtivo, gera um estresse muito grande. Então, o professor que se preocupa, que tem compromisso, isso afeta muito, que foi o caso que aconteceu comigo: eu ficava altamente estressada de ver que eles não estavam rendendo, não estavam querendo né? E tentava fazer outras coisas, vídeos, aulas, levava para o LIED, tentava fazer, não sei, mas assim, eles não queriam. (Profa. Juliana).

Nós professores temos que ser psicólogos, nós temos que identificar se a criança tem alguma síndrome. Eu nunca fiz isso. Eu sempre disse para as coordenadoras, 'não me peçam pra fazer isso porque eu não sou profissional qualificada para identificar, não sou'. Então querem que a gente faça isso, às vezes querem que a gente interfira na família, né? 'Ah porque eu estou separada do meu marido, porque ele não quer que eu fique com a filha', coisas assim que não é mais da escola e aí às vezes a gente que tem que bancar tudo, ser até mãe, trazer material pra aluno, comprar material. (Profa. Lurdes)¹⁰.

O trabalho docente é, portanto, um trabalho emocional, por ser também um trabalho interativo com outros seres humanos, pelo fato de ultrapassar as capacidades físicas e mentais, requerendo forte investimento afetivo, no qual:

A personalidade do trabalhador, suas emoções, sua afetividade, são parte integrante do processo de trabalho; a própria pessoa com suas qualidades, seus defeitos, sua sensibilidade, em suma, com tudo que ela é, torna-se de certo modo um instrumento de trabalho. (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 269).

Esses autores denominam essa habilidade emocional de “tecnologia emocional” e consideram que essa competência se traduz em posturas físicas e maneiras de ser com os alunos, no cotidiano da sala de aula e no conjunto das

⁹Natural do estado do estado do Amapá, divorciada, 48 anos de idade, graduada em Letras, docente do GEA há 24 anos, trabalha na mesma escola há 19 anos com a 3ª etapa da EJA, atualmente está afastada de sala de aula, atua na biblioteca da escola e possui o diagnóstico de Depressão, Síndrome do Pânico e *Burnout*.

¹⁰Natural do estado do Amapá, 44 anos de idade, casada, trabalha no GEA há 21 anos. Faz tratamento para Síndrome do Pânico e Depressão com o psiquiatra e acompanhamento psicológico na Casa do Professor há quase dois anos. Professora do Ensino Fundamental dos anos iniciais desde a sua entrada no GEA, atualmente, afastada da sala de aula, está lotada na sala de leitura (sala ambiente).

interações sociais no interior da instituição de ensino.

Compreendendo a noção de *pathos*

Após essas considerações sobre captura da subjetividade dos trabalhadores no atual mundo do trabalho e suas consequências para a saúde dos profissionais docentes, propomos, a seguir, uma breve exposição sobre o conceito de *pathos* e sobre o homem enquanto um ser *páthico*, para adentrar nas narrativas de sofrimento dos nossos interlocutores.

Ceccarelli (2005), a partir da palavra *psicopatologia*, apresenta as possíveis representações desse termo que compõem elementos fundamentais para o entendimento da noção de *pathos*.

“*Psico-pato-logia*” é composta de três palavras gregas: “*psychê*”, que produziu “*psique*”, “*psiquismo*”, “*psíquico*”, “*alma*”; “*pathos*”, que resultou em “*paixão*”, “*excesso*”, “*passagem*”, “*passividade*”, “*sofrimento*”, “*assujeitamento*”, “*patológico*” e “*logos*”, que resultou em “*lógica*”, “*discurso*”, “*narrativa*”, “*conhecimento*”. Então a *Psico-patologia* seria, então, um discurso, um saber (*logos*) sobre a paixão (*pathos*) da mente, da alma (*psiquê*). Ou seja, um discurso representativo a respeito do *pathos* psíquico; um discurso sobre o sofrimento psíquico; sobre o padecer psíquico. A *psychê* é alada; mas a direção que ela toma lhe é dada pelo *pathos*, pelas paixões. (CECCARELLI, 2005, p. 471).

Assim, pode-se afirmar que a noção de *pathos* enquanto “*paixão*” e “*sofrimento*” é uma dimensão do humano, associada ao patológico, como pensa (VERGELY, 2000, p. 162): “o sofrimento é um fenômeno humano. E, além disso, um fenômeno vivo. Para resumi-lo numa palavra, um fenômeno humano vivo”. Logo, captar e analisar o *pathos* docente e o sofrimento psíquico, através de experiências e trajetórias docentes e de relatos de adoecimento, bem como seus diferentes modos de expressão, parece-nos “um empreendimento difícil ou ilusório”, haja vista a sua complexidade, como considera Dantas (2012, p. 29):

[...] pois parece haver na noção de sofrimento uma ambiguidade de uso, em função de sua característica eclética e polissêmica, que revela a complexidade oriunda das diversas tradições culturais de interpretação e simbolização que se faz sobre o humano e a vida

interrompida.

Ainda sobre o conceito de *pathos*, Martins (2016) faz um estudo sobre suas diferentes origens etimológicas, significações e ressignificações desse termo ao longo do tempo. O autor assinala que a noção de *pathos* está associada à própria essência da natureza humana e não somente relacionada à doença. Ele se empenha para demonstrar os diversos sentidos do conceito de *pathos*, como expõe:

O conceito de *pathos* traz consigo possibilidades e problemas mais amplos que o sentido de doença, não fazendo parte de um só campo de estudos como a palavra “patologia” indica. Investigando-se com mais cuidado percebe-se que se trata de uma dimensão essencial humana. O *pathos* seria compreendido como uma disposição (*Stimmung*) originária do sujeito que está na base do que é próprio do humano. Assim, o *pathos* atravessa toda e qualquer dimensão humana, permeando todo o universo do ser. (MARTINS, 2016, p. 66).

Questionando a associação do termo com o de enfermidade, a autor nos convida a retomar a significação do *pathos* como uma disposição fundamental do ser humano, a partir de Heidegger, em *Conferências e escritos filosóficos*, de 1955. Para ele, o filósofo Heidegger foi o pensador que melhor esclareceu o que seria o *pathos*, retomando o conceito como parte da dimensão filosófica do homem (MARTINS, 2016).

Assim, acrescenta Martins (2016, p. 67), “*pathos* é essencialmente dis-posição fundamental”, e a “ideia de sentimento, afecção, sofrimento, mal, nada ou pouco se encontra ligada ao conceito originário de *pathos*”. O autor indica que essa noção possui um sentido mais amplo, como explica: “o *pathos* se espalha na cotidianidade cultural em setores mais amplos que o da doença entendida de forma restrita”. Ainda segundo a sua opinião, Heidegger indica que “*pathos* remonta a *páskhein*, [que significa] sofrer, aguentar, suportar, tolerar, deixar-se levar por, deixar-se convocar por” (MARTINS, 2016, p. 68).

Nesse sentido, para o autor, o *pathos* contém esta possibilidade de perda de harmonia na evolução e nos destinos diferentes dos seres humanos,

especialmente dos chamados doentes mentais, mas também, contém as formas mais *sublimadas* de existência. Dessa forma, possibilita uma rearticulação essencial para a psicopatologia moderna (MARTINS, 2016), sendo assim: “O *pathos* diz respeito não somente às alterações e aberrações desequilibrantes da harmonia do sujeito. Ele está presente na cotidianidade cultural e nas formas de existência mais exemplares e caras da história da humanidade” (MARTINS, 2016, p. 70).

A noção de *pathos*, compreendida como uma dimensão do humano, nos direciona a Gadamer (2008, p. 363 *apud* NUNES; PELIZZOLI, 2011, p. 33):

Os limites, a finitude e a dor de perceber que o ser é impotente diante da vida [...] em um instante somos vontade de potência, temos nossa vida nas mãos, donos de nosso destino, donos da verdade, e, de repente, tudo muda, como uma brincadeira da existência, aparece a dor, a rejeição, a doença, a invalidez ou a morte – finitude suprema.

Com efeito, na perspectiva de Martins (2016, p. 75), o homem é um animal *páthico*: “tudo o que possa ser descrito como sendo *pathos* pertence ao ser humano, sendo o adoecer uma das possibilidades de destino possível deste mesmo Ser”. Dessa forma, o autor adverte: “os limites do *patho-lógico* devem ser estendidos para além dos conceitos tradicionais, da medicina objetiva atual, que delimitam a noção de patológico”. Ele observa e enfatiza, ainda:

Essa não é a vocação das ciências positivas. Também a oposição entre objetivismo e subjetivismo é ultrapassada, porquanto não permite uma articulação mais frutuosa. Assim o desafio é reavivar esta inter-relação, qualificando a questão do sujeito, em virtude do seu esquecimento. O homem é, no sentido pleno da palavra, suscetível de *pathos*, na medida em que este determina sua existência. É também do *pathos* que ela é colocada em provação com relação aos seus sucessos e fracassos parciais, ensinando-nos o que é verdadeiramente o solo comum e possível no qual o sujeito se move para construir a sua humanidade. (MARTINS, 2016, p. 78-79).

Como conclusão, o autor ressalta a dificuldade e a necessidade das

ciências médicas positivas superarem o dualismo entre objetivismo e subjetivismo, para melhor compreenderem a natureza humana e sua capacidade de agência, enquanto ser social ativo, para a construção da própria existência.

As narrativas biográficas e a dimensão *páthica* dos docentes: algumas questões metodológicas

Em nossa pesquisa, como afirmado anteriormente, optamos por uma abordagem teórico-metodológica de cunho qualitativo, com a perspectiva de analisar trabalho, sofrimento e adoecimento psíquico e subjetividades docentes. De acordo com Gaulejac (2012), ao propor uma abordagem qualitativa para a pesquisa, as ciências sociais introduzem de forma positiva a importância do "subjetivo" em qualquer abordagem do social, oferecendo instrumentos para sua apreensão. Portanto, lançamos mão de narrativas, biografias e trajetórias sociais, dialogando – a despeito da heterogeneidade dos autores e de suas posições teóricas – com Ferrarotti (2013), Bertaux (2010), Bourdieu (2003), Dosse (2009), Lahire (2004), Sahlins (2007), Schütze (2014), Velho (1994) e Kofes (2001).

Concernente à relevância do uso das narrativas na pesquisa social, Ferrarotti (2013) nos fala com eloquência sobre a pesquisa que opta pelos relatos biográficos e sobre o papel do pesquisador na coleta dessas vivências de seus interlocutores. Para ele a entrevista para a obtenção de relatos autobiográficos não é um monólogo, mas uma prática humana em interação complexa, que envolve subjetividades, como ele deixa bem claro em suas palavras:

Cada entrevista biográfica constitui uma interação complexa, um sistema de papéis, um sistema de expectativas, ordens, normas e valores implícitos, e, por vezes, também de sanções. Cada entrevista biográfica esconde tensões, conflitos e hierarquias de poder apelando ao carisma e ao poder social das instituições científicas no que se refere às classes subalternas e evocando a sua reação defensiva espontânea. Elas não contam as suas vidas e a sua

Erlebnisse a um gravador, mas, sim, a um indivíduo. [...] O entrevistador nunca está ausente mesmo que simule essa ausência. (FERRAROTTI, 2013, p. 59).

Assim, para Ferraroti cada narrativa autobiográfica relata uma prática humana, que envolve vidas “[...] Cada vida humana manifesta-se através dos seus aspectos menos generalizáveis como síntese vertical de uma história social” (FERRAROTTI, 2013, p. 57).

Ressaltamos que, para discutir sofrimento psíquico dos docentes através de suas narrativas de adoecimento, é necessário dedicar atenção às suas expressões de dor não somente restritas ao trabalho e vivências no cotidiano do ambiente escolar, mas pensando a dor como uma questão mais ampla, isto é, não somente relacionada ao homem com seu corpo e sua individualidade, mas com o mundo social e cultural que o cerca, numa perspectiva mais geral. Seguimos aqui as formulações de Le Breton (2013, p. 15): “dor e o sofrimento não se localizam apenas no corpo, mas na cidade em seu declínio que atravessa o espaço público e privado, afetando a arquitetura, a vida e a atividade ritual que lhe dá sentido”.

Portanto, o sofrimento e o adoecimento psíquico não devem ser entendidos como fenômenos puramente subjetivos, mas que poderão ser produzidos por meio das condições estruturais, da ambiência estrutural do trabalho e de tanto outros fatores; já que cada vez mais os professores são submetidos a cobranças e exigências para um resultado exitoso, porém sem os recursos necessários e em condições objetivas precárias, como evidenciam suas múltiplas e frequentes queixas.

Sob essa perspectiva analítica e metodológica, na pesquisa realizada pretendemos “apreender” a dimensão *páthica* do ser professor da rede estadual do Amapá, através de narrativas autobiográficas, de trajetórias docentes e de relatos de adoecimento, a partir de suas experiências docentes, das queixas, dos diagnósticos, das relações intersubjetivas (alunos, pares e gestores) em suas práticas no contexto escolar.

Para tentar compreender as subjetividades docentes e conhecer suas trajetórias docentes, foram realizadas entrevistas em profundidade, a partir de um roteiro constituído de pontos pré-formulados e flexíveis. As entrevistas constituíram-se parte fundamental para este estudo, em que houve o “encontro real com o *pathos* docente” e o “contato *face a face*” com as trajetórias docentes e as experiências de trabalho, as queixas clínicas, os relatos de dor e sofrimento psíquico através das narrativas de adoecimento dos docentes ouvidos.

Nesta pesquisa, a escuta das narrativas teve como foco principal as trajetórias de professores e professoras, porém, também foram ouvidos profissionais que compõem a equipe técnica multidisciplinar da Casa do Professor e outros atores sociais envolvidos na ação educativa, com o objetivo de alargar a compreensão do objeto de investigação. Além disso, utilizamos o recurso da busca documental, através da exploração dos prontuários clínicos, para a construção de dados quantitativos e indicadores complementares à aproximação com as subjetividades docentes e suas narrativas de sofrimento e adoecimento, que não serão expostos neste artigo¹¹.

Resultados e discussões: rastreando os vínculos entre trabalho docente e adoecimento psíquico

A leitura e análise dos prontuários clínicos permitiram um contato muito significativo com as subjetividades docentes e seus relatos de sofrimento psíquico. Na sequência do texto, narramos como os docentes chegam à Casa e se inserem nos procedimentos médicos-administrativos para a realização do tratamento.

¹¹ Ver esclarecimento prestado na nota 1, acima.

A ida para a Casa do Professor: a travessia para o consultório

Os docentes chegam à Casa por diferentes formas de encaminhamento, em grande parte através de demandas “espontâneas”. A espontaneidade é entendida quando a adesão ao tratamento ocorre sem nenhum procedimento oficial de encaminhamento. Outros docentes são encaminhados por intermédio de setores da SEED e das próprias escolas onde desenvolvem suas atividades. Alguns são encaminhados por meio de médicos psiquiatras, com os quais já desenvolvem tratamento clínico. Alguns também chegam através de outros dispositivos estaduais: Amapá Previdência (AMPREV), Junta Médica Pericial do Estado, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros.

Com base nas entrevistas com os profissionais da Casa e com os docentes, muitos dos casos chegam à Casa motivados por familiares e colegas de trabalho. A adesão ao tratamento quase sempre é caracterizada por resistências devido à preocupação da preservação da imagem pessoal ou para *salvar a fachada* (GOFFMAN, 2004). Esses professores temem os estereótipos de “doente mental”, “perturbado”, “louco”, entre outras denominações, como expõem em suas narrativas:

Alguém, um colega me indicou um que também já fazia tratamento lá, aí ele pediu para que eu fosse lá, deixa eu ver se eu lembro. Eu não queria ir. Porque meu irmão dizia, “mana, quem vai lá é só doido, eles tratam de doido”, aí eu disse, mas eu não estou doida, eu só estou precisando de um norteamto, eu não estou sabendo lidar com o que eu estou sentindo, eu não sei o que é que eu tenho. (Profa. Fátima).

O ponto chave, né? Aconteceu isso aí, as [...] lá na escola, eu conheci essa professora e ela ficou grávida. E eu nunca aceitei essa relação de estar casado, eu queria estar por fora com as meninas aí [...]. Aí foi [...]. Eu encontrei um professor. O professor disse: “Moleque tu estás com muitos problemas aí [...] A Secretaria tem um setor lá que cuida de gente que tá meio perturbado assim [...]Tal de “Psicossocial” É mesmo, moleque [...] E onde é? Me deu o lugar e eu vim conhecer [...] pô, eu quero um acompanhamento [...] (Prof. Luciano).

Os rótulos utilizados para nomear os professores adoecidos, confirmados pelos relatos expostos, nos reporta ao que Goffman (2004) nomeia

de “estigmatização” ou “deterioração do eu”. Nesta obra Goffman diz que, “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (p. 5). Goffman refere que essas formas de categorizações podem se tornar negativas e contribuir para a pessoa sentir-se, em casos extremos, “menos desejável, má, perigosa ou fraca [...]. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída”. Tal caracterização de cunho pejorativo, atribuído a pessoas, o autor denomina de estigma, e segundo Goffman, o estigma, constitui um atributo usado com referência a uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real”, constituindo um atributo. O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo (p. 6).

Os docentes, preocupados com possíveis representações negativas, resistem ao adoecimento e ir à Casa do Professor e à procura de suporte psicológico, provavelmente por receio às diferentes formas de estigmatizações. Observamos que alguns usuários, enquanto aguardam a sua vez, na sala de espera, sentem-se visivelmente incomodados (a sala de espera é um espaço reduzido e local obrigatório de trânsito para todas as pessoas que entram e circulam na Casa) e, geralmente, permanecem em silêncio e desviam o olhar, evitando o contato visual com outros usuários, expressando uma performance que denota aparente constrangimento. Essas estratégias corporais podem ser compreendidas como uma forma de não serem percebidos e/ou reconhecidos como “frequentadores” da Casa do Professor, ou para proteger sua *face*, de acordo com Goffman (2007), que discute as representações do *self* nos processos de interações sociais.

Em tais ocasiões o indivíduo cuja representação tenha sido desacreditada pode se sentir constrangido enquanto os outros presentes podem tornar-se hostis e tanto um quanto os outros podem se sentir pouco à vontade, confusos, envergonhados, embaraçados, experimentando o tipo de anomia gerado quando o minúsculo sistema social da interação face a face entra em colapso. (GOFFMAN, 2007, p. 21).

Goffman também chama atenção para o direito de tratamento moral adequado às pessoas com certas características sociais: “a sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada” (2007, p. 21).

Observamos, a partir das narrativas dos docentes em tratamento na Casa, que o diagnóstico clínico concedido pelo psiquiatra fornece ao docente adoecido um certo “poder” que o legitima para garantir alguns direitos, inclusive o respaldo para o afastamento da sala de aula, conforme se observa no relato a seguir:

Fui dar aula, eu tinha uma turma só. Eu pedi, porque eu estava me sentindo mal, né? Aí ele [diretor] me chama que eu tinha sido devolvida [...] Aí ele disse “não, então, amanhã tu providencias um documento, que eu não posso fazer nada por ti”. Nada, no outro dia eu fui ao psiquiatra e relatei o que aconteceu. Ele disse [o psiquiatra]: “agora ele vai ter que te engolir lá na escola. Tu vais fazer teu tratamento fora da sala de aula”, eu queria ficar com uma turma só. “Você vai ficar tomando esses remédios”. (Profa. Fátima).

Essa narrativa refere-se à história de uma professora com diagnóstico de depressão, que foi comunicada na presença dos alunos que seria “devolvida” (à SEED) por decisão do diretor, devido ao seu adoecimento. O atestado fornecido pelo médico-psiquiatra garante o afastamento de sala de aula, dando, assim, proteção frente às ameaças do poder exercido pelos gestores. O atestado médico dá segurança, funcionando como uma espécie de escudo contra as ameaças de devolução, empoderando a docente de seus direitos na condição de doente.

Eu disse, eu vou porque eu tenho que ser respaldada na escola e é lá que eu vou ser respaldada, eu achava que era lá, mas é o psiquiatra, porque eles lá [referindo-se à Casa do Professor] não dão o respaldo de nada, eles fazem o “acompanhamento” [entre aspas], e quem dá o laudo é o psiquiatra, só ele que podia. Aí eu fui, comecei meu tratamento com ele, aí ele disse assim, “olha, se você quiser, você tem que também ir ao psicólogo, é muito bom que tu tenhas um psicólogo, aí eu fui na Casa do Professor, que ainda era ali na Floriano Peixoto. (Profa. Fátima).

Outros professores recebem o diagnóstico com tristeza, porque isso os coloca em contato com a consciência de certa fragilidade frente à doença.

A gente sempre se imagina forte o suficiente para encarar os fatos né? Ultrapassar aquilo que não está de acordo com o que você idealiza, mas quando você se percebe que já adoeceu, é frustrante também pra você, quando você se percebe que não é um super-herói, que não é um todo-poderoso. Então esse acompanhamento médico que eu tenho tido ao longo desses quatros anos, tem me feito refletir que a gente tem que se deparar com os obstáculos, mas não se expor tanto a eles, então tem sido um aprendizado muito lento pra mim, eu ainda sinto muito, ainda me choco muito com as coisas que não estão de acordo com aquilo que eu idealizo, mas eu já reflito. (Profa. Isabela).

Aí quando ela [a médica da emergência] olhou pra mim e disse, você não tem problema na voz, na garganta, sua dicção tá ótima, ela disse assim, “mas a tua aparência me diz, de acordo com a minha experiência, que você está com uma depressão muito forte, muito forte”, aí ela começou a falar e eu comecei a chorar, eu chorei, chorei, chorei, imagina assim, parece que eu não chorava há séculos, chorei, chorei, chorei e ela continuou conversando comigo e eu chorando, [...], ela disse assim, “eu vou te mandar para um médico, um psiquiatra” ela disse, “eu não estou dizendo que tu és doida”, ela me preparou lá, “eu vou te encaminhar para um psiquiatra, para ele te avaliar, aí ele vai verificar a possibilidade de tu tomar um remédio, mas eu tenho certeza que ele vai diagnosticar que você está com depressão e muito profunda, Eu nunca me imaginei com depressão, nunca, porque eu era uma pessoa alegre, brincava, eu vivia brincando, cantando, dançando, fazendo, me envolvendo em tudo, então tanto é que meus amigos não acreditaram. (Profa. Fátima).

Para muitos professores, as percepções sobre o diagnóstico do adoecimento funcionam como uma forma de “desposseção de si”; “fadiga de si”; “esvaziamento da subjetividade”. Essas expressões são utilizadas por Birman (2012), quando articula os modos de existir, vazio existencial e depressão na contemporaneidade com o “desmapeamento do mercado de trabalho”, característica própria do processo de mundialização, em que, segundo o autor, “as pessoas são obrigadas a uma flexibilização extrema da forma de ser para se adaptarem às flutuações do mercado de trabalho” (BIRMAN, 2012, p. 122). Nesse sentido, o referido autor afirma que é nesse contexto que

O sujeito começa a se esgotar de maneira trágica, se esvaindo de seu desejo de ser, de viver e de agir. Sua potência se perde,

obviamente, assim como suas certezas. Se o caráter, como variante que é da subjetividade, se dilui e mesmo desaparece, o sujeito não possui mais qualquer projeto de existência. [...] com isso, acaba por ser tragado pela fadiga de si mesmo (BIRMAN, 2012, p. 123).

Birman (2012) concorda com Ehrenberg (2008) quando diz que Ehrenberg procurou interpretar a disseminação da depressão na contemporaneidade por esse viés. Para Birman (IDEM, p. 123), “seria essa fadiga de si uma figura crucial para falar do vazio e da desposseção de si na contemporaneidade”. As narrativas seguintes ilustram “a fadiga de si” como consequência de prováveis formas de adoecimentos associadas ao mundo do trabalho:

É uma tristeza muito grande é um sentimento de bloqueio, de certa derrota, sabe? (Prof. Tobias).

Eu não tinha vontade pra nada [...] Eu não saia [...] Eu não ia cortar o cabelo [...] Eu não me preocupava com nada [...] Eu saia de qualquer jeito [...] Eu não arrumava meu quarto, se você entrasse no meu quarto era um quarto de doido mesmo. Eu não arrumava nada, nada mesmo! [...]. Eu não tive apoio no meu trabalho. Eu só tive discriminação, eu só tive assim “te vira” Eu fui tratada como um lixo. Eu me senti um lixo! Sim, pelo diretor. (Profa. Fátima).

Olha eu percebo assim, [...] como se uma parte de mim não vai mais voltar. Uma parte de mim não vai mais voltar. Assim, eu era mais forte, era mais forte, mais determinada, sem medo, eu não tinha assim, o medo, a gente sempre tem, mas o medo de enfrentar certas coisas, às vezes quando eu tinha que falar em reuniões, eu não tremia, agora eu já tremo, a minha letra já não é mais a mesma, sai uma letra tremida, qualquer circunstância que venha me afetar eu fico com os meus nervos à flor da pele, de uma tal forma que aí, eu choro. O que eu me vejo, chorando, chorando, chorando, chorando de virar uma dor de cabeça, de se eu tiver comido alguma coisa, eu vomito, eu fico prostrada né? (Profa. Lurdes).

Analisando esses relatos, estamos de acordo com Birman (2012, p. 115) quando afirma: “a resultante disso é que a subjetividade fica diante de algo que a ultrapassa e que não pode dar conta. Diante disso, a posição do sujeito é de impotência, defrontando que está com algo muito maior do que ele”. Dessa forma, conclui o autor: “enfim, uma das consequências-limite desse processo é a paralisia psíquica” (BIRMAN, 2012, p. 115). Associamos às palavras do autor os sentimentos revelados nas narrativas acima, onde os

docentes identificam-se com sentimentos de bloqueio, de medo e de impotência que parecem paralisar suas ações físicas e psíquicas.

O *pathos* docente objetivado nas queixas clínicas

De acordo com o serviço de acolhimento, os docentes apresentam-se “emocionalmente fragilizados” no atendimento inicial, e quase sempre em crise. Entre a diversidade de relatos de adoecimentos, os mais comuns são: insônia, cansaço, irritabilidade, choros frequentes, dores generalizadas, perdas (luto) de familiares, conflitos na família e na escola, dores de cabeça e em diversas partes do corpo, isolamento social, tentativas de suicídio, desânimo e, nos casos mais graves, apresentam sintomas de surtos psicóticos – alucinações auditivas e visuais.

Assim, além desses sinais de sofrimento e adoecimento, os docentes referem outras queixas mais claramente associadas ao trabalho: conflitos com gestores escolares e colegas de trabalho; falta de entusiasmo pela profissão; indisciplina e comportamentos agressivos dos alunos; falta de apoio e reconhecimento pelo trabalho; insuficiência de recursos e estruturas inapropriadas para o trabalho docente; turmas numerosas, entre outras. De acordo com o relato de uma psicóloga entrevistada, alguns docentes demoram muito para buscar ajuda e, às vezes, chegam a desenvolver crises psicóticas dentro da sala de aula.

Aí chega o momento em que eles surtam dentro da sala de aula, como já tivemos vários casos do professor surtar dentro da sala de aula e sair correndo, jogar o apagador na parede e sair correndo. E muitos já foram até internados, saíram de lá direto para o Pronto Socorro e do Pronto Socorro para a psiquiatria e foram internados. Então, a queixa maior é essa dificuldade. Hoje, os alunos são muito indisciplinados e não respeitam mais o professor. (Edileia – Psicóloga da Casa).

Ainda de acordo com os relatos da profissional entrevistada, a fala dos docentes é marcada por sentimentos que expressam a intensidade do mal-estar

vivenciado em suas diversas modalidades.

Muita fragilidade. Eles choram muito. Eles desabam. Homens chorando.... Eles não suportam mais essa carga de trabalho. E não é só do trabalho, tem os problemas da família e também as dívidas. Quando eles chegam aqui totalmente comprometidos. Eles vêm com a vida dele bastante fragilizada. A questão financeira totalmente comprometida, essa questão de relacionamento com os alunos e também em casa, porque tudo isso vai gerar problemas em casa também. Aí ele fica agressivo em casa, ele não se controla, porque em casa a gente tira a máscara, a gente é o que é. E eles não se controlam em casa e quebram as coisas, liberam-se. Então, são esses os aspectos mais agravantes. (Edileia – Psicóloga da Casa).

Esse breve relato expressa um complexo de fatores e múltiplas formas representativas do adoecimento, do sofrimento psíquico docente como consequência de ambivalências sociais associadas ao trabalho docente, ao desgaste físico e mental e dos processos de captura da subjetividade docente, conforme analisam os autores Merton (1976), Seligmann-Silva (2011), Sennett (2006, 2012), Gaulejac (2007), entre outros.

Afastamento e retorno à sala de aula após o tratamento

Ao consultar os prontuários e analisar as entrevistas, pudemos constatar que quando os professores ingressam no tratamento, muitos deles são afastados da sala de aula devido à sua condição de adoecimento. Alguns deles ficam “de atestado” por um prazo mais curto, outros ficam de licença médica por tempo mais prolongado, dependendo do caso. Algumas vezes, mesmo após o encerramento da licença, não retornam à sala de aula.

Esses docentes são encaminhados para desenvolver suas atividades laborais em salas ambientes¹² da escola, por determinado tempo, até apresentarem condições psíquicas “adequadas” para o retorno à sala de aula.

¹² Salas ambientes, são salas reservadas no interior das escolas, onde são dispostos recursos didático-pedagógicos para atender um fim educacional específico.

Segundo a psicóloga entrevistada, “o docente poderá apresentar riscos para si mesmo ou para a comunidade escolar” [...]. “O afastamento para salas ambiente representa uma forma de preservar a integridade física e emocional do professor e dos alunos”, conforme suas declarações, e essa decisão de deslocamento é fundamentada nas orientações do Conselho Federal de Psicologia e nas práticas realizadas, como ela informa:

O afastamento do professor de sala de aula se dá quando ele está em crise, não apresentando condições de se manter em sala de aula. O psicólogo pode afastá-lo, imediatamente, quando percebe que o docente não apresenta condições de exercer suas atividades laborais, por 15 dias. Dependendo do caso, o servidor é encaminhado para consulta psiquiátrica e após a avaliação do especialista com atestado médico é conduzido para a Junta Médica do Estado. O atestado do médico especialista da Junta Médica é regra fundamental para o devido afastamento para tratamento e saúde, por um período de 15 dias. A Junta Médica tem autonomia para afastar o servidor somente por 15 dias. Se a solicitação de afastamento for mais de 15 dias, o servidor é encaminhado para a Amapá Previdência (AMPREV). Na AMPREV, a Junta Médica procede a uma perícia e conforme a necessidade, o usuário será licenciado para tratamento de saúde. O tempo de afastamento dependerá da avaliação psicológica e psiquiátrica, com possíveis renovações se for necessário. Após dois anos de licenciamento, se o seu estado psíquico e emocional não se restabelecer, o servidor será aposentado. (Edileia – Psicóloga da Casa).

Ainda, segundo a interlocutora, o professor, “após o processo de tratamento e cura, poderá retornar às suas atividades laborais”. O retorno à sala de aula nem sempre é possível, depende muito do tipo de comprometimento da saúde física e mental do docente. Com base nas narrativas dos entrevistados, às vezes passa a ser impossível retornar. Para alguns deles, diante do fato de pensar em retornar, desenvolve-se um processo de ansiedade e medo que a “doença volte”. Além desses temores, existem as decepções com a gestão escolar e falta de apoio que reforçam a ausência de desejo para reingresso na sala de aula, como se percebe na fala a seguir:

Eu não aguento mais estar em sala de aula. Eu não tenho um “pingo” de vontade de estar na sala de aula. Eu tenho medo até de ir para a escola. Eu disse ontem. Eu estava comentando com a merendeira. Eu não tenho vontade mais de vim pra escola. Se eu pudesse arrumar alguma outra coisa pra fazer eu faria. [...] eu estou com medo de ir pra escola, e isso está me prejudicando mais ainda. Eu venho de lá pior do que eu vou daqui de casa. [...]. Eu não tenho vontade mais [...] E referente a isso eu não quero nem saber.

Eu não quero nada que seja com relação à educação. Eu não quero mais. Eu não quero. Eu estou decepcionada com tudo. Eu não sinto vontade. [...]. Eu doava a minha alma para a educação. Sempre fui uma professora pontual. Era difícil eu faltar [...]. Eu só faltava quando meus filhos estavam doentes. Até doente eu fui trabalhar. E aí no momento em que eu me vi sozinha. Tipo assim: “A gente se sente só [...]” buscando apoio, buscando respostas [...] E as pessoas que tu mais precisavas no momento te viram as costas, então, isso me fez criar um abuso da minha própria profissão, sabe? Eu disse: “Eu não quero mais ser professora! Eu quero fazer outras coisas na minha vida, menos ser professora”. Eu estou sendo sincera contigo. Eu não gosto nem de passar na porta da sala de aula. Eu vou direto para sala de leitura, ou então, eu fico na sala dos professores. (Profa. Fátima).

É inegável a atitude aversiva dessa professora quanto ao retorno à sala de aula. Além da ausência de desejo de retomada das atividades docentes, notam-se sentimentos de decepção e desilusão com o sistema educacional. Essa “indisposição” aparece em narrativas de outros professores, como é o caso da docente Mariana.

Eu sempre gostei de ser professora, eu lembro que eu brincava desde criança de ser professora. Eu dava aula em casa, o meu pai fez uma lousa pra mim, vinham meus primos estudar e eu ensinava pra eles a ler tudo, desde criança mesmo aquela coisa muito forte, então, eu sempre gostei da sala de aula, muito. Infelizmente aconteceu tudo isso e eu tive que ficar afastada, mas eu sempre me senti um peixe fora da água. Porque o que eu sabia fazer era aquilo. É muito complicado você chegar a outro setor, na situação que eu cheguei que as pessoas te veem como quem não tem condições de realizar uma atividade. É muito difícil. No município eu ainda tentei voltar, eu fiquei eu acho um mês numa sala de aula, mas eu não consegui. No início ainda foi assim. Eu já tinha tido uma melhora, eu acho que tá com um ano. Vai fazer dois anos agora em agosto/2013 que eu quis voltar. Aí logo nas primeiras semanas foi muito bom. Nossa! Eu estava assim muito feliz “caramba eu estou aqui de novo”, mas quando começou a passar uns dias assim, as crianças parecem que mudaram, sei lá, sabe? Antes a gente falava elas pareciam ouvir. Parecem que não ouvem mais a gente e aquilo começou a me irritar. “Meu Deus será que eu ainda não estou preparada pra voltar?” Eu já não tinha mais aquela paciência que eu tinha antes. Tudo já me deixava nervosa. “Como é que eu vou conseguir controlar esse menino, que ele não quer fazer...”. Eu ficava pensando naquilo e eu não conseguia dormir. Em 2012 que eu tentei voltar. Aí eu peguei, e já não conseguia mais dormir direito, eu acordava de madrugada e não conseguia dormir só pensando naqueles meninos. O que eu ia fazer para aqueles meninos prestarem atenção, fazer atividade, e aquela confusão toda. Aí chegou o final do mês de agosto e já começou a dor de cabeça e eu chamei a coordenadora e disse: “ainda não dá”. Eu entreguei a turma que eu estava e não consegui ficar. (Profa. Mariana).

Nesse caso, nota-se que a professora, motivada pela paixão à profissão, exerceu a tentativa de retorno às atividades em sala de aula, porém, confessa que “não dá conta”, por causa do reaparecimento dos sintomas inerentes ao adoecimento e por receio de retrocesso no seu tratamento.

Informações fornecidas pelos profissionais da psicologia afirmam que quando os docentes recebem alta e são reencaminhados às suas escolas, e quase sempre devido à contratação de “professores substitutos” durante o período de tratamento dos docentes adoecidos, os diretores escolares preferem ficar com os “substitutos” do que recolocar “o professor doente” em sala. Essa atitude me remete às formas de como os professores vitimados por algumas formas de adoecimento psíquico são representados por alguns de seus pares e componentes da comunidade escolar.

Em uma enquete que realizamos com um grupo de professores do Ensino Modular¹³, na ocasião de um encontro pedagógico, indaguei sobre as percepções a respeito dos professores que adoecem mentalmente. Emergiram

¹³O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), conhecido por – “Modular” ou “SOME” - surgiu como projeto alternativo de educação, com o ensejo de possibilitar e garantir direitos ao acesso ao conhecimento às diversas localidades do estado do Amapá, nas quais não era possível implantar o ensino regular por motivo do conjunto de dificuldades, à época e atualmente, da educação do Estado. Inicialmente, em 1982, o Modular foi instituído para atender a clientela de segundo grau, nos municípios de Amapá, Calçoene, Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque e Porto Grande, de forma experimental. Em 1995, para atender as necessidades do Ensino Médio no interior do Estado, o Modular foi inserido em três municípios: Amapá, Oiapoque e Tartarugalzinho, e na localidade de São Joaquim do Pacuí, município de Macapá. No ano de 1997 o Modular foi ampliado para os municípios de Ferreira Gomes, Itaubal do Piririm, Laranjal do Jari, Vitória do Jari e, diante da contínua demanda, para outros municípios, implantando-se, a partir de então, as modalidades Ensino Fundamental (5ª a 8ª anos) e de Educação Indígena através do Modular. Atualmente, este sistema de ensino funciona em todos os 16 municípios do Amapá. atende 576 comunidades, distribuídas nos 16 municípios, onde são atendidas 70 escolas e dois anexos; há 4.800 alunos. O Modular estabelece o ano escolar em 200 dias letivos, com 800 horas/aula em cada série/ano, em quatro módulos de 50 dias letivos. Os docentes que atuam nesta modalidade de ensino enfrentam diversas dificuldades em suas trajetórias, como: precariedade das condições de ensino, distâncias e acesso às comunidades (ribeirinhas, quilombolas, indígenas, entre outras) onde atuam. Além destas, o tipo de alimentação, o afastamento familiar e isolamento social, dentre outras adversidades vividas por eles. São histórias e experiências docentes marcadas por abnegação, insuficiências e sofrimento. Todos esses aspectos aparecem como prováveis fatores que contribuem para o adoecimento de docentes que desenvolvem suas funções nas diversas localidades rurais no interior do Amapá, e que representa um possível grupo de risco para o adoecimento em suas distintas formas.

as seguintes representações: “doentes”, “malucos”, “doidos”, “enrolões”, “problemáticos”, “fracos que não querem trabalhar, por isso inventam doenças”, “pobres coitados que não sabem dar aulas”, “fraudentos”, “preguiçosos e fazem corpo mole”. Outros responderam que os professores doentes são “ignorados”, “invisíveis e até mesmo não são vistos por ninguém”. Uma professora que sofre de transtorno bipolar disse que seus colegas a consideram “aluada, esquisita e louca”.

Esses profissionais são maculados social e culturalmente por marcas estigmatizantes que afetam profundamente a sua identidade pessoal e profissional, podendo ser percebidos, para além dos rótulos citados, como “impuros” e “perigosos” dentro de seus contextos de convívio. E como destaca Mary Douglas (1966, p. 9), em relação ao poder da cultura no registro dessas marcas, poder-se-ia pensar “que, numa cultura profundamente impregnada de noções de contágio e de purificação, o indivíduo se encontra oprimido por categorias rígidas de pensamento cuja manutenção depende do auxílio de punições e de regras de evitamento”. O pensamento de Mary Douglas e a noção de estigma utilizada por Goffman (2004) nos permitem compreender as caracterizações negativas e estereótipos sofridos por alguns professores com experiências de sofrimento e adoecimento psíquico.

Considerações finais

Compreendemos, após este estudo, que o sofrimento e o adoecimento psíquico de docentes no Amapá não podem permanecer sendo impostos somente ao professor, atribuindo-lhe a responsabilização subjetiva do mal-estar, como se existisse um *pathos* do ser professor em si, um adoecer por razões somente subjetivas. Entendemos que as distintas formas de sofrimento e adoecimento envolvem não somente as subjetividades docentes, mas, também, os modos dos professores e professoras se relacionarem com os eventos do cotidiano. Porém, são inegáveis as dimensões sociais, estruturais, econômicas e culturais implicadas no processo do adoecer, como o defendem as diversas

áreas e autores das ciências sociais discutidos no percurso deste estudo.

Dessa forma, o adoecimento dos trabalhadores do magistério deve ser abordado como um fenômeno que reúne muitos significados, de natureza simultaneamente micro e macro, em que muitas configurações podem estar relacionadas, inclusive, às transformações sociais, estruturais e econômicas que ocorrem no mundo atual. Assim, existência desse fenômeno realiza-se por meio das suas múltiplas dimensões, experiências e sentidos, com entrelaçamentos de simultâneas e concomitantes experiências subjetivas, intersubjetivas, sociais, culturais, de sentidos, linguagens, numa complexa polifonia de sentidos.

Mediante os achados e descobertas neste estudo ratificam-se a representatividade e a relevância de professores e professoras na paisagem das mudanças macrossociais, culturais, políticas e econômicas de um povo. O professor é agente fundamental no processo desse conjunto de transformações socioeconômicas, mas também pode ser afetado por essas transformações, pois as fluídas e rápidas interconexões no mundo global com o cenário local findam por alcançar e influenciar os fazeres individuais, por mais simples que o sejam.

Percebe-se, portanto, que as ações dos trabalhadores e suas subjetividades no mundo contemporâneo, incluídos aí os trabalhadores docentes, sejam dirigidas por essas racionalidades atreladas ao sistema de gestão atual no mundo do trabalho, caracterizado por uma cultura de exigência e cobrança de resultados por meio da exploração dos processos cognitivos e subjetivos, conforme os autores com que dialogamos na pesquisa¹⁴. Segundo a perspectiva de compreensão aqui proposta, entende-se que, para se sentir aceito como profissional produtivo, o trabalhador é convocado pelo sistema a dar tudo de si, mesmo em situações de trabalho de profundas ambivalências e

¹⁴ Dentre importantes interlocutores teóricos, citamos: Giovanni Alves (2011, 2013), Antunes (2006), Bourdieu (2003), Ehrenberg (2010), Enriquez (2006), Lazarrato (2006), Perbalt (2010), Sennett (2012) e Han (2015).

contradições. Para alguns dos teóricos citados, essa forma de gestão coroe e captura as subjetividades dos trabalhadores, conduzindo-os a profundos processos de desgastes emocionais e físicos na saúde.

Nesse cenário de trabalho e contradições, os docentes operam em realidades de notáveis paradoxos no sentido estrutural. Às vezes sem recursos e condições para a realização de suas atividades e, ainda assim, imbuídos da responsabilidade para a produção de “cidadãos” “preparados” e “competentes” para alimentar e manter a engrenagem que nutre e prospera o sistema de produção capitalista, através de um ideário de “educação”, como é assim proclamado por algumas instituições de ensino: “educação para formar cidadão para o mercado de trabalho”.

Atualmente, o sofrimento dos professores parece estar também associado à ausência e à expectativa de alguns valores: respeito, autoridade, valorização, cooperação e reconhecimento, discutidos por Sennett (2001, 2004). Grande parte das narrativas docentes fazem recorrentes denúncias sobre a ausência de reconhecimento do trabalho docente, de valorização profissional e de respeito à sua autoridade moral; em muitos casos, citam o medo da violência e de agressão de alunos.

Para alguns professores e professoras, a escola tornou-se um tipo de “monstro”¹⁵. “Monstro” que pode ser representado por comportamentos ditos “desrespeitosos”, “agressivos”, “indisciplinados”, entre outros. Essa forma de representação não é somente atribuída aos alunos, mas também é associada à figura de alguns gestores escolares que administram fundamentados pelo “terror” e “autoritarismo” que deslegitimam o adoecimento docente e, em muitos casos, não reconhecem o adoecimento docente e os ameaçam de devolução à SEED, fazendo-lhes sentir “descartáveis”; “inúteis”; “sem valor

¹⁵ Metáfora usada por uma professora para definir o poder da gestão e o pavor atribuído ao comportamento agressivo e desrespeitoso de alguns alunos.

para a escola”; “desconsiderados”; “frustrados” e sem apoio.

Segundo as narrativas de alguns professores, determinados dirigentes escolares tornam-se “verdadeiros carrascos”, “perseguem”, “cobram”, “não respeitam a doença do professor” e, em alguns momentos, “os descartam”, fazendo-os se sentir profissionalmente e socialmente inúteis e rejeitados após anos de dedicação ao trabalho na mesma instituição escolar. Entendemos que, em meio às transformações, incertezas e crises de valores no momento contemporâneo, o professor continua sendo uma figura central nas diversas dimensões da sociedade; dele continua sendo cobrado e atribuído um papel social, educacional e moral de grande relevância.

Nas narrativas analisadas, muitos docentes conectam a história de adoecimento aos eventos familiares desgastantes – conflitos conjugais, histórias de separação, doenças e perdas de parentes, traumas decorrentes de acidentes, furtos, roubos, motivos financeiros, e muitos outros. Percebemos que esses professores que sentem dificuldade de relacionar o sofrimento e o adoecimento pessoal ao trabalho, na maior parte são professores “apaixonados pela profissão”, dedicados, muitos deles viveram sua trajetória docente de docência em uma só escola e até “confundiam a escola com a própria casa”.

O mal-estar docente manifesta-se tanto no “corpo como na alma do professor”. Foi possível percebê-lo tanto no material construído através da análise dos prontuários quanto nas narrativas docentes, em modos semelhantes: o adoecimento é percebido, inicialmente, como vazio, cansaço, perda do gosto e do prazer de ser professor, “abuso de ser professor”, intolerância aos alunos, aos ruídos, intensificação dos conflitos familiares e no ambiente de trabalho, ansiedade, irritabilidade, estresse, dores corporais, doenças cardíacas, alterações no comportamento pessoal, do sono e do apetite, e muitas outras formas de expressões, inclusive os transtornos mentais mais severos – depressão, síndrome do pânico e muitos outros.

Para alguns professores entrevistados, o adoecimento é considerado resultado de situações de estresse que eles vivem no meio familiar e que se agregam aos problemas do trabalho de tal forma que alguns deles não conseguem suportar. Esse conjunto de “estressores” os afeta desencadeando distintas formas de sintomatologia que podem irromper em processos de adoecimentos mais complexos, como foi visto no mapeamento realizado e mais amplamente nas narrativas docentes e nas histórias de adoecimentos.

Concluimos este artigo com muitas questões abertas para pensar. Não foi nosso objetivo elaborar um “perfil” social dos docentes com expressões de sofrimento e adoecimento psíquico em escolas amapaenses, mas fazer uma aproximação de suas subjetividades, de suas queixas, frustrações, idealizações e de experiências de trabalho, densas de sentido. Este rico material continua a desafiar a potência de nossas categorias sociológicas, especialmente aquelas com viés explicativo dualista e/ou reducionista. Portanto, este estudo se posiciona como uma possível contribuição para pensar sobre as condições de trabalho docentes, as histórias de sofrimento e adoecimento psíquico, as lágrimas derramadas, a exaustão de professores e professoras – desejando que não sejam silenciadas.

Por fim, neste estudo foi possível depreender, entre outras formas de reconstrução do prestígio social da profissão docente, a necessidade da sua reconstrução e sua ressignificação valorativa, um dos fatores fundamentais para a superação do sentimento decepcionante com a profissão presente em muitas narrativas docentes. Ações nesse sentido são possíveis mediante a implicação concreta de todos os envolvidos no projeto educacional.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Tradução de: Nilceia Valdati. Ilha de Santa Catarina - 2º semestre de 2005. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/12576/11743>>. Acesso em nov. 2014.

AGUIAR, Rosana Márcia Rolando; ALMEIDA, Sandra F. Conte de. *Mal-estar na educação: o sofrimento psíquico de professores*. Curitiba: Juruá, 2011.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Praxis, 2013.

_____. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. Secretaria de Estado de Educação. *Projeto – Casa do Professor*. Macapá, 2014.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Tradução de Zuleide Alves Cardoso Cavalcante e Denise Maria Gurgel Lavallée. São Paulo: Paulus, 2010.

BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2003.

BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea: revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, n.1, p. 3-33, 2011.

CECCARELLI, Paulo. O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 471-477, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a14.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

CODO, Wanderley. *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DANTAS, Marília Antunes. *Sofrimento psíquico: modalidades contemporâneas de representação e expressão*. Curitiba: Juruá, 2012.

D'ORIO, Vittorio Lodolo. *Pazzi per la scuola: il burnout degli insegnanti a 360°: prevenzione e gestione in 125 casi*. Roma: Alpes Italia Srl, 2010.

DOSSE, Francois. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da USP, 2009.

DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *O suicídio*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

EHRENBERG, Alain. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Tradução Pedro F. Bendassolli. Aparecida: Ideias & Letras, 2010. (Coleção Management, 7).

ENRIQUEZ, Eugène. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. *RAE-eletrônica*, v. 5, n. 1, Art. 10, jan./jun. 2006. Disponível em: < [HYPERLINK "http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n1/29568.pdf"](http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n1/29568.pdf) <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n1/29568.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

FERRAROTTI, Franco. *Sobre a ciência da incerteza: o método biográfico na investigação em ciências sociais*. Lisboa: Pedago, 2013.

GAULEJAC, Vicente. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Tradução Ivo Stormniolo. Aparecida: Ideias & Letras, 2007. (Coleção Management, 4).

_____. *L'histoire em héritage: roman familial et trajectoire sociale*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2012.

GOFFMAN Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Guanabara, 2004. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/guimaraespamela/livro-completo-estigma-erving-goffman>>. Acesso em: 25 set. 2014.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAUREL, Asa C.; NORIEGA, Mariano. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Tradução Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (A Política no Império).

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Tradução de Monica de Jesus Cesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LE BRETON, David. *Antropologia da dor*. Tradução Iraci D. Poleti. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

MARTINS, Francisco. O que é phatos? *Rev. Latinoam. Psicop. Fund.*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 62-80, 2016. Disponível em: <HYPERLINK "http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v2n4/1415-4714-rlpf-2-4-0062.pdf" http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v2n4/1415-4714-rlpf-2-4-0062.pdf">. Acesso em: 12 mar. 2016.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos: rituais orais funerários australianos. In: _____. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 325-335.

MEIRELES, Marilucia Melo. *Anomia: ruptura civilizatória e sofrimento psíquico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. (Coleção Clínica Psicanalítica).

MERTON, Robert K. *Sociologia, teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

_____. *Sociological ambivalence and other essays*. New York: The Free Press, 1976.

NÓVOA, Antônio (Org.). *Profissão professor*. Lisboa: Porto, 1999.

NUNES, Jarbas; PELIZZOLI, Marcelo L. O fenômeno da saúde: o cuidado à luz da hermenêutica filosófica. In: PELIZZOLI, Marcelo L. (Org.). *Saúde: em novo paradigma – alternativas ao modelo da doença*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2011. p. 33.

PELBART, Peter Pál. Do niilismo à microfísica. In: LIMA, Elizabeth Araújo; FERREIRA NETO, João L.; ARAGON, Luís Eduardo (Org.). *Subjetividade contemporânea: desafios teóricos e metodológicos*. Curitiba: CRV, 2010.

_____. Viver não é sobreviver: para além da vida aprisionada. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – A EDUCAÇÃO MEDICALIZADA: RECONHECER E ACOLHER AS DIFERENÇAS, 3., 2013, São Paulo. [Anais...]. São Paulo, 2013. 1 vídeo. Disponível em: <http://www.redehumanizaus.net/63611-viver-nao-e-sobreviver-para-alem-da-vida-aprisionada-peter-pal-pelbart-primeira-parte">. Acesso em: maio 2016.

SAHLINS, Marshall David. *Cultura na prática*. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (Coleção Etnologia).

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. Tradução Denilson Werle. revisão Wivian Wellenl. *Neue Praxis*, Lahnstein, v. 1, p. 283-293, 2014.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e desgaste mental: o direito de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*. Tradução Marcos Santarita. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2012.

_____. *A cultura do novo capitalismo*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. *Autoridade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Tradução Rytá Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Selma Gomes. *Travessias entre a sala de aula e o consultório: trajetórias docentes, adoecimento e narrativas de sofrimento psíquico de professores*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Fortaleza, 483p., 2017.

SOUZA, Aparecida Neri. Professores, modernização e precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SPINOZA, Benedictus Baruch de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (Org.). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Tradução João Batista Kreuch. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: autobiografia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VERGELY, Bertrand. *O sofrimento*. Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2000. (Coleção Filosofia e Política).

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Tradução de Roberta Ceva. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Palavras-**Chave:**

Trabalho docente.
Subjetividade e *pathos* docente.
Adoecimento psíquico.
Narrativas e trajetórias.

Resumo: Este artigo compõe parte de pesquisa de doutoramento em Sociologia e tem como objetivo discutir trabalho, subjetividade e *pathos* docente, suas manifestações e possíveis conexões. Para o desenvolvimento desse estudo optou-se por uma investigação de cunho qualitativo, com uso de narrativas e análise de trajetórias de trabalho e histórias de adoecimento com o intuito de compreender relações entre trabalho, sofrimento e adoecimento psíquico de docentes em tratamento na Casa do Professor/SEED-AP. A partir do material produzido por meio da pesquisa, lançamos mão da noção de *pathos* docente para exprimir modos de subjetivação acionados para lidar com o entrelaçamento de múltiplas situações adversas vivenciadas pelos professores no contexto existencial, familiar e de trabalho. Entrelaçam-se, nas histórias contadas, experiências de precarização, assédio de modos de gestão objetivistas, desprestígio e desidealização do ofício de ensinar. O sofrimento e o adoecimento aparecem como formas de resistência e sobrevivência das subjetividades docentes.

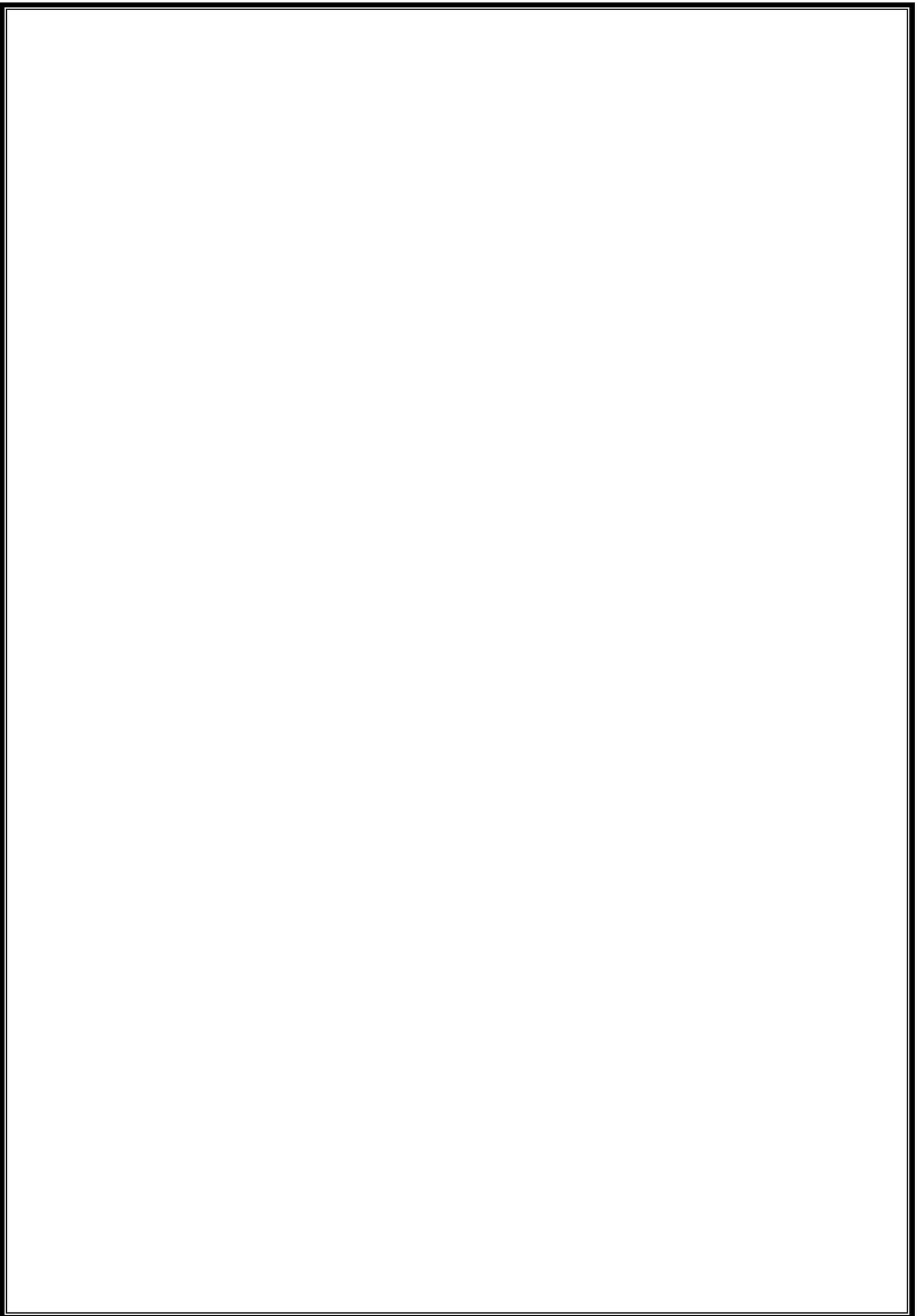
Keywords:

Teaching work.
Subjectivity and teacher pathos.
Psychic deafness.
Narratives and trajectories.

ABSTRACT: This paper compiles part of PhD research in Sociology and aims to discuss work, subjectivity and teaching pathos, their manifestations and possible connections. For the development of this study we opted for a qualitative investigation, using narratives and analysis of work trajectories and stories of illness with the aim of understanding the relationships between work, suffering and psychic illness of teachers undergoing treatment in the Teacher's House/SEED-AP. From the material produced through the research, we use the notion of teacher pathos to express modes of subjectivation driven to deal with the interweaving of multiple adverse situations experienced by teachers in the existential, family and work contexts. In the stories told, experiences of precariousness, harassment of objectivist management modes, desprestígio and desidealización of the office of teaching are intertwined. Suffering and illness appear as forms of resistance and survival of teaching subjectivities.

Recebido para publicação abril/2017

Aceito para publicação em julho/2017



// Resenhas

A Democracia na Periferia: uma análise
de *La difícil democracia: una mirada*
desde la periferia europea, de Boaventura
de Sousa Santos

Marcos Antonio da Silva

Universidade Federal da Grande Dourados
(BRA)

SANTOS, Boaventura de Sousa. "La difícil democracia: una mirada desde la periferia europea". Madrid: Ediciones AKAL, 2016, 352 pgs¹.

A democracia e, conseqüentemente, todo o ordenamento político e social – incluindo as instituições e valores políticos – sempre foram temas dos mais instigantes e controversos do pensamento político. No mundo contemporâneo, a persistente crise multidimensional (política, econômica,

¹ Esta e outras obras podem ser encontradas em: <http://www.akal.com>. A edição brasileira é denominada de "A difícil democracia: reinventar a esquerda" (Boitempo, 2016), no entanto, é menor e enfatiza uma dimensão da obra

ambiental, civilizatória, dentre outras) e a dificuldade de alternativas ao pensamento hegemônico e à prática neoliberal têm lançado a democracia a uma encruzilhada – embora sobre diferentes bases e perspectivas –, acentuando o déficit democrático.

Na América Latina, tal crise está associada à persistente dívida social com os cidadãos, à crise econômica e seus efeitos no bem-estar da população e à violência e seus efeitos político-institucionais – incluídos os recentes (e duvidosos) processos de afastamento de presidentes, bem como a ascensão de uma nova direita que refuta o Estado e a política como construção do bem-comum. Na periferia europeia (Grécia, Portugal e Espanha), tal crise se manifesta no ajuste econômico e na tentativa de desconstrução do já frágil Estado de Bem-Estar Social (‘Welfare State’) e de retrocesso no processo de integração regional – o que, até o momento, somente tem acentuado a desigualdade e o pessimismo.

Dessa forma, a obra mencionada, conforme aponta Boaventura Santos, parte de uma constatação inevitável sobre o mundo atual: “Vivemos em sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas”.

Sendo assim, o livro procura captar como a dinâmica social, política e econômica da periferia, europeia e mundial é determinada pelo contexto global, discutindo se a “condição periférica” é uma situação provisória (um momento) ou permanente (uma finalidade), pois segundo o autor:

Portugal, España y Grecia pasan hoy por transformaciones políticas muy turbulentas. Son procesos muy diferentes, pero tienen en común el hecho de producirse en países europeos considerados periféricos en relación a un centro que tiene poder para condicionar de manera decisiva sus opciones y aspiraciones políticas y sociales. Y todo ello dentro de un contexto histórico de larga duración en el que siempre se ha producido, de diferentes maneras, la subordinación de las periferias al centro. (...) En el fondo, se trata de saber si los países periféricos no están condenados a transitar de transición en transición en tanto dura su condición periférica, y si esas sucesivas transiciones no son, al final, el instrumento utilizado por el centro para reproducir su condición periférica (SANTOS, 2016, pgs. 5-6).

Nesse sentido, a obra de Boaventura Santos torna-se essencial para compreender e intervir nesse contexto e, ainda para reconstruir alternativas ao pensamento liberal, ao fazer um profundo inventário da sociedade e da política portuguesa contemporânea e do ideário socialista (e da esquerda, em geral), reafirmando a necessidade de atualização e aprimoramento do diagnóstico e compreensão dos fenômenos globais e locais para que a intervenção política alternativa tenha viabilidade e eficácia.

O autor pode ser considerado um clássico do pensamento social contemporâneo e tem se dedicado a um conjunto variado de temas que partem da sociologia ao direito, da filosofia à ciência política, da antropologia à educação, da história à economia, da epistemologia à cultura, dentre outras. Dessa forma, a partir de sua atuação à frente do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, tornou-se um autor muito influente no Brasil, com laços que remontam a Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso e, também, com parcerias com inúmeros outros pesquisadores de importantes centros de pesquisa do país, em atividades de pesquisa e de produção do conhecimento recentes.

Tal influência é impulsionada pela qualidade e diversidade de sua obra, bem como pelo caráter prolífico de sua produção, dentre as quais se destacam: *As bifurcações da ordem. Revolução, cidade, campo e indignação* (Editora Cortez, 2016), *O direito dos oprimidos* (Editora Cortez, 2014), *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social* (Boitempo Editorial, 2007), *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política* (Editora Cortez, 2006, 2ª edição), *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade* (Editora Cortez Editora, 2004, 3ª edição), *Um Discurso sobre as Ciências* (Cortez, 2003), *Globalização e as Ciências Sociais* (Cortez, 2002), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência* (Cortez, 2000, 7ª edição), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade* (Cortez, 1995, 12ª edição), e organizador de *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*

(Cortez Editora, 2013) com Marilena Chauí, *Epistemologias do Sul* (Editora Cortez, 2010) com Maria Paula Menezes, e organizador da importante coleção Reinventar a Emancipação Social que até o momento publicou, dentre outros, os seguintes volumes – *As vozes do Mundo: reinventar a emancipação social para novos manifestos* (Civilização Brasileira, 2009), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário* (Civilização Brasileira, 2005), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais* (Civilização Brasileira, 2005), *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural* (Civilização Brasileira, 2003), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (Civilização Brasileira, 2002) e *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa* (Civilização Brasileira, 2002), com Leonardo Avritzer.

Assim, pode-se afirmar que Boaventura de Sousa Santos tornou-se uma das principais referências do pensamento crítico e emancipador da atualidade.

A obra tem como pano de fundo a análise da democracia e seu desenvolvimento no século XX, procurando demonstrar que, atualmente, vivenciamos uma democracia de tão baixa intensidade (em termos de participação, mobilização e poder de influenciar o jogo político) que se aquela parece com uma antidemocracia, fruto de uma época sem alternativas ou desiludida; por outro lado, também se fundamenta numa análise da esquerda (europeia e mundial), demonstrando suas metamorfoses (e fracassos) ao longo do último século, apontando que sua reinvenção é necessária e possível na medida em que a herança maldita do socialismo real seja superada, sua capacidade de análise seja atualizada e as sociedades em prol de uma real e efetiva democratização sejam mobilizadas, pois, segundo ele, “Não questiono que haja um futuro para as esquerdas, mas seu futuro não vai ser uma continuação linear de seu passado”.

A obra está organizada em quatro partes:

A primeira, intitulada “La transición de la Revolución del 25 de Abril de 1974 a la Integración Europea”, analisa a história e a dinâmica política contemporânea de Portugal, mas tem repercussões mais amplas. Nesse sentido, aponta a Revolução de Abril como um evento fundamental da história portuguesa, fruto de uma crise de hegemonia que, no entanto, contribuiu para a emergência de forças políticas que desenvolveram políticas redistributivas limitadas, amparadas pela União Europeia e pela manutenção de políticas repressivas. Além disso, discute a dupla transição portuguesa (à democracia e à integração regional) a partir de sua constatação das condições do Estado e da Sociedade na “semiperiferia do sistema mundial”, apontando que a orientação periférica perspassa tal sociedade, pois:

En cada uno de los ámbitos de vida de la sociedad portuguesa, el Estado asumió diferentes formas políticas parceladas: en el campo de las relaciones de intercambio y de las relaciones salariales, la forma de Estado paralelo, seguida da forma de Estado heterógeno; en lo referente al bienestar social, la forma de semi-Estado de bienestar; en el ámbito de la integración europea y de los valores que le son inherentes, la forma de Estado como imaginación del centro. Estas formas, todas ellas transitorias, son el testimonio de las tensiones existentes entre una orientación central y una orientación periférica, entre la promoción o la relegación internacional, entre la integración o la exclusión social. Representam la manera portuguesa de vivir la transformación dinámica del sistema mundial en los últimos veinte años. Esta transición aún está lejos de su fin (SANTOS, 2016, 80).

Finalmente, analisa os impasses do socialismo português, depois de 1974, discutindo a importância de uma análise efetiva da realidade do país e da cultura como componente constitutivo de toda a prática social e como elemento fundamental de transformação social, pois: “una concepción amputada del marxismo nos llevó a pensar que aquí abajo está la economía y allí arriba la cultura. La sociedad no es un ascensor: no dejemos que nuestras luchas lo sean” (SANTOS, 2016, 102).

A segunda parte, intitulada “La transición de la integración europea a la desintegración europea”, analisa a inserção portuguesa na União Europeia (sua dinâmica e consequências) e os dilemas contemporâneos de tal inserção e da própria integração regional que tem se tornado cada vez mais evidentes,

inclusive com a saída de alguns de seus membros. Nesse sentido, aponta como o passado (em Portugal e em qualquer sociedade periférica) é fundamental para o distanciamento em relação aos centros e às dificuldades de desenvolvimento e superação da desigualdade. Além disso, demonstra que o processo de integração foi incorporado de duas formas pela sociedade portuguesa: a primeira, chamada de “momento europeu de aceitação”, entre 1974 e 2011, foi marcada por uma atuação neocolonial pela adesão incondicional à dinâmica europeia e pela ilusão de modernização, uma efetiva revolução burguesa em Portugal e inúmeras transformações; a segunda, o “momento europeu da tolerância”, a partir de 2011, é mais ambígua e demonstra o rechaço – disfarçado de aceitação (ou impotência?) – da sociedade portuguesa em relação à União Europeia, reafirmando seu estatuto de país semiperiférico devido às dificuldades de influenciar as principais políticas do bloco e, ainda, aos impactos desmedidos das políticas de austeridade (mais intensas na periferia europeia, como também demonstram Grécia e Espanha) ou de redistribuição mais equitativa dos benefícios da integração. Finalmente, analisa os efeitos da atual crise econômica na Europa e em Portugal, demonstrando que os seus principais efeitos foram a ampliação da desigualdade social, a ruptura com os padrões mínimos de bem-estar e a emergência do “fascismo social”, baseado no apatheid social, na insegurança e no predomínio de uma visão financeira (o cálculo econômico) da economia e da sociedade. Apesar disso, procura demonstrar que há alternativas à crise e à visão financista, ou seja, outra Europa seria possível com a adoção de medidas associadas a três imperativos fundamentais: Democratizar, Descolonizar e Desmercantilizar. Por isso, o autor conclui que:

“Con el tempo y alguna agitación social y política, Europa verificará que ya no es el centro cultural del mundo y que el vacío q ela arrogância colonial creó a su alrededor acabó por volverse en su contra, vaciándola de recursos preciosos para afrontar los nuevos tempos. La descolonización de Europa es decisiva para que Europa se reconcilie con el mundo, pero es todavía aún más decisiva para que Europa se reconcilie consigo misma” (SANTOS, 2016, 196).

A terceira parte, intitulada “Democratizar la democracia”, é composta de duas entrevistas que analisam a Democracia e o Populismo na política contemporânea. Na primeira, é realizado um diagnóstico das características e limites das democracias contemporâneas, demonstrando a necessidade de combinar elementos da democracia representativa com a democracia participativa como forma de superar a desigualdade, a exclusão social e concepções reducionistas de Estado, Poder Político e Revolução Social. Além disso, Boaventura discute o desenvolvimento de uma globalização contra-hegemônica como contraposição ao horizonte neoliberal, debatendo a necessidade de – respeitando a diversidade e a heterogeneidade humanas – resgatar e atualizar o ideário socialista (definido como “democracia sem fim”), que deve incorporar uma concepção ampliada de justiça social, de interculturalidade, de plurinacionalidade e póscolonialidade, dentre outros elementos. Sobre isso, o autor afirma: “La utopia concreta no se deja formular en abstracto. Está emergiendo de la gran creatividad moral y política de aquellos de los que nada creativo, moral o político se espera” (SANTOS, 2016, 255). Já a segunda entrevista analisa as formas contemporâneas de desenvolvimento da Política, discutindo o populismo, a democracia e a insurgência como algumas de suas manifestações mais importantes.

Finalmente, a quarta e última parte – intitulada “Reinventar as esquerdas” – constitui-se no ápice da obra e apresenta uma análise instigante, necessária e polêmica sobre a esquerda na atualidade. Inicia com uma análise da Revolução Cubana e seus dilemas atuais, partindo da ideia de que toda revolução é um resultado de um processo em que se combinam a *Resistência* (que acabou predominando no caso cubano) e a *Alternativa* (que foi se esgotando). Além disso, discute os efeitos da liderança de Fidel (o carisma revolucionário) e o atual processo de reformas e atualização do modelo, apontando suas características, limites e impasses diante dos novos desafios do ideário socialista no século XXI.

Em seguida, apresenta quatorze cartas às esquerdas, em que procura atualizar e sintetizar um programa político para renovação e atualização das esquerdas, apontando, entre outros os seguintes elementos e propostas: retomar e atualizar algumas ideias básicas para seu recomeço (diversidade, democracia de alta intensidade, dignidade humana, cooperativismo, bens comuns e não mercantilizáveis – água e ar –, espírito igualitário...); leitura rigorosa, profunda e ampla do contexto atual, diante do neoliberalismo; defender a máxima “Melhor Estado, sempre; menos Estado, nunca”; desenvolver uma esquerda reflexiva, redefinir colonialismo e democracia sob o lema “Democratizar, Descolonizar e Desmercantilizar”; redefinir visão e práticas relacionadas às questões de gênero, racial e patriarcal; “estar sempre a esquerda do possível” (para superar a dicotomia da política possível ou impossível); defender os direitos humanos, a ecologia e a dignidade humana; incorporar a “sociologia das emergências” e a “sociologia das ausências”; desenvolver uma postura intercultural, pós-colonial e plurinacional e, finalmente; refundar a política e o poder. Além disso, como aponta o autor

en el plan teórico, el marxismo, que continúa siendo tan importante para analizar las sociedades de nuestro tiempo, tendrá que ser descolonizado y despratiarcalizado para poder ayudarnos a imaginar y a desear una sociedad más justa y más digna que la sociedad que nos ha tocado vivir en este tiempo (SANTOS, 2016, pg. 326).

Por fim, há um post scriptum em que – partindo da afirmação de Espinoza segundo a qual as duas emoções básicas dos seres humanos são o medo e a esperança – Boaventura procura discutir como as sociedades contemporâneas foram dominadas pelo medo e pela insegurança a partir das incertezas que as caracterizam (incerteza em relação ao conhecimento, à democracia, à dignidade e à natureza) e, principalmente, como reconstruir a esperança, pois:

(...) Debe llevarnos a pensar que, en las condiciones actuales, la rebelión y la lucha contra la injusticia que produce, difunde y profundiza la incertidumbre descendente, sobre todo la incertidumbre abismal, tienen que llevarse a cabo una mezcla compleja de mucho miedo y mucha esperanza contra el destino

autoinfligido de los oprimidos y la misión arbitraria de los opresores. La lucha tendrá más éxito y la rebelión ganará más adeptos en la medida en que cada vez más personas se vayan dando cuenta de que el destino sin esperanza de las mayorías sin poder es causado por la esperanza sin miedo de las minorías del poder (SANTOS, 2016, 337).

Em suma, trata-se de uma obra fundamental e instigante para compreendermos a sociedade contemporânea – principalmente as periféricas – e a necessidade de renovação e atualização do ideário e da prática socialista, demonstrando um intelectual maduro e refinado, comprometido com as causas de nossa época e com a reconstrução da esperança e da utopia (um “outro mundo” é possível’), pois: “(...) finalmente, porque muchos de nuestros sueños fueron reducidos a lo que existe y lo que existe es muchas veces una pesadilla, ser utópico es la manera más consistente de ser realista a comienzos del siglo XXI” (SANTOS, 2016, 207).

A democracia impedida

Clayton Cunha Mendonça Filho

Universidade Federal do Ceará (BRA)

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Wanderley Guilherme dos Santos [WGS] centra seu novo livro, *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*, na provocativa hipótese de que o golpe parlamentar experimentado pelo país em 2016 representaria não um ponto fora da curva das democracias representativas, mas sim um possível exemplo paradigmático dos novos desafios e tensões a que estariam expostos os regimes democráticos na fase atual das sociedades de massa pós-crise capitalista de 2008/2009. Segundo WGS, assim, para compreender adequadamente o fenômeno que ele julga estar a surgir, seria preciso buscar as explicações no encadeamento dos princípios operativos inerentes às próprias democracias representativas com as tensões distributivas entre capital e

trabalho em sua forma contemporânea, em vez de na ação de atores antidemocráticos externos ao modelo.

Para isso, WGS dedica boa parte do livro a diferenciar o regime político que conhecemos por *democracia representativa*¹ dos regimes oligárquicos que lhe precederam – que, em geral, são erroneamente tratados como já democráticos ou como espécie de democracia em gérmen ou subdesenvolvida. Para o autor, esse seria um erro analítico importante (ainda que extensamente difundido) que impediria perceber as importantes diferenças nas consequências e implicações sociais de um e do outro regime, em geral obscurecidas pela passagem histórica gradual e, muitas vezes, quase imperceptível entre um regime e outro, sobretudo nos centros capitalistas detentores das chamadas *democracias consolidadas* (ou de alta qualidade) contemporâneas. WGS se vale do conceito de equilíbrio descontínuo da biologia evolutiva para sustentar que, ainda que processadas gradualmente e sem maiores rupturas bruscas, a partir de determinado patamar de modificação, o acúmulo de pequenas mudanças provocaria uma alteração qualitativamente substantiva entre um regime e outro. Assim, tal qual entre espécimes biológicos a mutação genética gradualmente conduz à geração de uma nova espécie, ele sustenta que a gradual expansão do eleitorado dos regimes representativos oligárquicos para novos grupos anteriormente excluídos conformaria, a partir de determinado ponto crítico, um novo regime qualitativamente distinto – a democracia representativa.

O autor discorre ainda longamente acerca da Revolução Industrial, processo que ocorreu em paralelo à mutação das oligarquias e que operou profundas transformações sociais, pela primeira vez libertando a humanidade dos limites do malthusianismo e reorientando os sistemas políticos à busca eterna pelo crescimento econômico cumulativo e supostamente desacoplado de

¹ Definido minimalistamente por ele como um regime que engloba a competição eleitoral pelos espaços de poder com prazos e regras pré-determinados e aceitos pelos contendentes e no qual a participação da comunidade se dá por sufrágio universal, admitindo como qualificação restritiva apenas a imposição de uma determinada idade legal mínima.

obrigações sociais. Simultaneamente, essa transformação da economia como um fim em si mesmo teria dado à própria política maiores graus (e aparências) de autonomia relativa, ambos considerados por WGS como condição necessária às democracias representativas, mais adaptadas à “instabilidade produtiva” do capitalismo industrial que as anteriores oligarquias de economia orgânica ou natural.

Como sabemos, entretanto, o processo de expansão do eleitorado que conduziria à democracia foi duramente resistido por importantes intelectuais e pelas elites de então, temerosos da conformação de uma maioria incontornável de despossuídos a buscar radical redistribuição. Mas sabemos também que tal não foi o ocorrido posteriormente, e WGS nos brinda com ricas explicações fornecidas pelo cânon acumulado da Ciência Política sobre os efeitos da engenharia eleitoral na conformação de maiorias, da indivisibilidade dos bens públicos sobre os paradoxos da satisfação coletiva combinada a insatisfações individuais e das multiplicações de interesses e demandas sobre a instabilidade do sistema – tanto para mostrar as razões do não cumprimento dessa profecia, quanto para explicar os efeitos estruturais por eles trazidos ao funcionamento das democracias representativas em sua tendência inerente à instabilidade.

No relato do autor, democracia representativa de sufrágio universal não agrega temíveis maiorias com um objetivo homogêneo unificado, mas sim combinações potencialmente infinitas de demandas diversificadas advindas da massa heterogênea dos cidadãos e que serão sempre, em alguma medida, parcialmente frustradas pelo poder público. Segundo WGS (p.128), a:

multiplicidade de efeitos do processo de competição entre grupos de interesse difere da singela expectativa de Tocqueville de que só um grupo seria privilegiado pelas decisões públicas. Os efeitos atingem mais de um grupo e, o que é igualmente relevante, ferem mais de um grupo. [...] Paralelo ao processo toqueviliano de aceleração nas demandas instala-se o efeito reverso da prática democrática, a saber, a geração de descontentes, não porque ela não funcione, mas porque ela não pode [...] atender equitativamente a todos.

O resultado seria uma propensão às crises políticas inerentes ao próprio regime democrático e que o deixariam exposto a conspirações internas em situações de conflito distributivo mais acerbado, outrora conduzidas pelas forças armadas e, hoje, hipotetiza WGS, depuradas em procedimentos de aparência institucional-legal e conduzidas eminentemente por elites parlamentares com o auxílio do Judiciário e sistemas midiáticos.

O livro constrói seu argumento através de seis capítulos, escritos de maneira não-linear, com a escrita extremamente densa (e, por essa mesma razão, por vezes difícil) característica do autor, o que pode prejudicar a recepção da obra por um público mais amplo (para além da academia) – recepção esta extremamente desejável diante da importância do tema e da hipótese expostas. Mas mesmo para o público acadêmico, talvez fosse desejável um último capítulo ou seção sintetizando o argumento e a caracterização dos golpes parlamentares, que acabam ficando, de certo modo, diluídos entre vários outros temas conexos abordados ao longo do livro. Por exemplo: embora não afirme explicitamente, WGS parece sugerir que as democracias representativas estejam sofrendo mutações e pressões evolutivas a conduzi-las por caminhos des-democratizantes que, por equilíbrio descontínuo, gerarão regimes políticos de outra natureza – e teria sido interessante ver esse argumento desenvolvido em mais detalhes. A ausência de uma caracterização mais sintética do fenômeno também dificulta, por exemplo, as possibilidades de comparação com outras caracterizações alternativas sobre o tema, como as de Aníbal Pérez-Liñán, que discorda da caracterização de golpes parlamentares para casos como os do Brasil, de Dilma, ou do Paraguai, de Fernando Lugo pela não utilização explícita de violência na intentona².

A lacuna, entretanto, é plenamente compreensível dada a natureza de ensaio escrito a quente da obra e pela própria proximidade temporal com a possível originalidade do fenômeno sob análise. Sem sombra de dúvidas, o

² Mesa Redonda “Quedas Presidenciais na América Latina: golpe institucional ou normalidade democrática?”, 9º Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), Montevideú, 27 de julho de 2017.

novo livro de WGS constitui um inestimável aporte a seu estudo e à compreensão de suas possíveis consequências. Além disso, considero ainda como mérito do livro sua busca por trazer de volta fatores de ordem sociológica e estrutural à análise do funcionamento da democracia. Nisso, o livro também muito aportará se, graças ao exemplo do mestre, vier a contribuir para uma reaproximação da Ciência Política com explicações dessa natureza – após ter se voltado nas últimas décadas, quase exclusivamente, a explicações de ordem puramente institucional. Não promover essa reaproximação, inclusive – se a bem sustentada hipótese de WGS sobre o novo momento das democracias representativas estiver correta (e há bons motivos para temer que esteja) –, poderia mesmo tornar estéreis quaisquer análises sobre essas explicações no mundo contemporâneo.

Para além do objeto: método etnográfico em pesquisa sociológica de torcidas organizadas de futebol

Marcílio Dantas Brandão

Universidade Federal de Pernambuco (BRA)

RIBEIRO, Josiane Maria de Castro. *Experiência e sentido nas torcidas organizadas Cearamor e M.O.F.I.* Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.

Publicado há alguns anos (2011), o livro resultante da Tese de Doutorado em Sociologia de Josiane Ribeiro caiu em minhas mãos no fim de 2016. Chegou como um presente, um regalo às festas de fim de ano que celebram a vida de um menino que sobrevive na memória de muitos que se reconhecem como cristãos. Não poderia haver melhor momento para que esse presente chegasse até mim. Trata-se de uma época em que somos, por efeito da difusão da cultura cristã, instigados a repensar nossas próprias ações, planejar eventuais mudanças de rumo e apertar os laços que nos unem a quem amamos. Na impossibilidade de retribuir à altura, resta-me apenas agradecer à

autora e registrar que estarei sempre disposto a manter nosso laço, mesmo que nem sempre eu tenha presentes para retribuir.

Além do objeto tangível, fui agraciado com um convite a dizer algo sobre ele e me senti constrangido ao aceitar, pois estou longe de manejar as palavras com o rigor e a desenvoltura da autora. Mesmo assim, estas linhas são uma resposta ao convite que ela me fez.

Desde a partida, há ousadia na obra de Josiane Ribeiro. Em suas primeiras páginas, ela atesta que não apenas fará uma bela narrativa literária embasada em saberes e métodos científicos, mas também nos anuncia uma densa análise das experiências que lhe permitiram questionar e “enfrentar” as noções de “violência gratuita”, “pobreza” e “vandalismo” (p. 30), comumente associadas às práticas das torcidas organizadas do futebol cearense. Trata-se, portanto, de um livro belo, cientificamente rigoroso e politicamente corajoso, fundamentado em uma pesquisa etnográfica empreendida pela autora ao fim da primeira década dos anos 2000. Seu objeto de estudo são torcidas organizadas de times de futebol, mas – além disso – ela nos apresenta torcedores e um pouco mais dos jogos a que assistem, das arenas em que se apresentam, dos times que admiram. A autora nos fala ainda de importantes análises sociológicas acerca desses temas – notadamente Bourdieu, mas também alguns debates caros a Simmel, Sennett, Hall, Harvey, Wacquant e outros. Porém, como o título desta pequena resenha já indica, o que me interessa aqui é apontar duas balizas que me parecem centrais à referida obra. Em apoio à sua reflexão e como uma espécie de marcos das fronteiras científicas em que transita, encontrei os dois aspectos que destacarei doravante.

Primeiramente, há a dimensão teórica de uma história social *à la* Thompson, capaz de animar qualquer pesquisador motivado a encontrar o que a experiência encerra além do que lhe torna conhecida; Thompson (1971 e 1998) estudou os “motins da fome” na Inglaterra setecentista, reconhecendo a fome não como causa da experiência que analisou, mas apenas como ponto de partida. Assim, as manifestações de torcidas e torcedores organizados que Josiane ricamente nos apresenta são certamente um valor importante de seu trabalho, mas estão longe de representar todo o seu potencial de contribuição. Trilhando um caminho de formação em sociologia

durante toda a minha própria trajetória acadêmica, não me recordo de ter sido algum dia instigado por um de meus formadores a estudar aspectos da obra de Thompson – dívida que, muito tardiamente, tentei saldar com a leitura de muitos de seus artigos e livros, que me ajudaram a compreender meu próprio objeto de estudo. Assim, a obra de Josiane Ribeiro, que goza de reconhecimento sociológico e tem como um de seus pilares a teoria que se depreende de Thompson, parece-me um fértil instrumento de formação de novos sociólogos, que têm muito a ganhar com essa influência.

Em segundo lugar, o método como “forma de um conteúdo” (para falar como Feyerabend) é a segunda dimensão que se destaca na interpretação de alguém que, como eu, está às voltas com a conclusão da sua própria Tese de Doutorado em Sociologia. Nesse aspecto, o trabalho de Josiane Ribeiro é uma rica demonstração de como é possível aprofundar o conhecimento de uma experiência social a partir de uma posição que a própria autora descreve como sendo “de perto e de dentro” (por extensão ao importante artigo de MAGNANI, 2002). E aqui, justamente nesse ponto da riqueza metodológica do trabalho, parecem-me estar lançadas diretrizes muito produtivas de continuidade da ação da pesquisadora-professora.

Senti por não encontrar, ao longo da obra, uma reflexão mais aprofundada sobre o próprio fazer etnográfico que dá forma ao conteúdo da pesquisa apresentada, mas – longe de ser um demérito – isso me parece apenas uma das possibilidades de desenvolvimento científico que a obra anuncia para a autora em novas e futuras aventuras. A distância em relação ao demérito se deve ao fato de o livro já nos ensinar muito do método etnográfico pelo exemplo prático que ele próprio constitui, mas destaco que a autora demonstra também muita capacidade de ensinar pela síntese reflexiva – o que ela faz em relação à teoria e ao objeto, mas deixa para uma nova oportunidade no que tange ao método.

No profícuo sentido de pensar acerca de métodos, ressalto que a autora, em mais um ato de coragem, assume seu lugar de torcedora (p. 48s) e demonstra o quanto produtiva pode ser uma pesquisa que reconheça o trânsito do pesquisador pelos múltiplos papéis que, para Gold (1958), trafegam da “plena observação” à “plena participação” e vice-versa. Esse “jogo de papéis” – em que o pesquisador da ação

social contemporânea é necessariamente envolvido – nem sempre é tematizado nos relatos de pesquisa, mas a reflexão sobre ele é um gesto humilde e muito produtivo para quem se propõe a ensinar a fazer pesquisa. Assim, uma importante contribuição do livro de Josiane Ribeiro está muito além de seu objeto e aponta para um método que é a concretização de um trabalho que integra múltiplas referências paradigmáticas e aprofunda um modo de relatar a pesquisa – que é também seu conteúdo. Sem a pieguice quase religiosa de muitos de nossos pares que se arvoram “pluri”, “inter” e/ou “trans” disciplinares, o que a autora nos apresenta, na obra, é o resultado de um exercício de pesquisa complexa que fecunda simultaneamente saberes e práticas oriundas das ciências históricas, sociológicas e antropológicas, demonstrando a riqueza do pluralismo para a produção do conhecimento científico.

Espero que a autora possa, em breve, voltar à sua pesquisa doutoral para ajudar a esclarecer o que, em sua experiência, constitui o cerne do fazer etnográfico: a alteridade ou sua superação rumo a uma pós-antropologia – como a que vem sendo praticada por cientistas e filósofos da África contemporânea, segundo Borges (2015). Enfim, espero também que Josiane Ribeiro volte ao campo de pesquisa, de jogo, de futebol e de torcidas, para nos dizer de onde vem seu próprio “engajamento” (para falar como CEFAI, 2010) ou, em outras palavras, disponha-se a contar sua própria “ego-história” (CHARTIER, 2002), não apenas capaz de narrar a experiência e o sentido da torcida do outro, mas rica de possibilidades para que compreendamos o que a faz mulher, torcedora, pesquisadora. Com isso, poderemos entender um pouco mais das possibilidades de torcida incorporadas na prática de uma mulher bela, inteligente, feminina e notável, que, muito provavelmente, não se fez torcedora para responder apelos da mídia e do mercado.

Para terminar, vale dizer que, até pra quem não gosta de futebol (como eu), o livro é um presente rico de beleza e carregado de conhecimentos importantes ao trabalho de pesquisa em humanidades. Lancei algumas de minhas expectativas em relação ao trabalho de Josiane Ribeiro porque sou ambicioso e conheço o potencial e a generosidade da autora, mas reconheço que, em seu livro, já abundam muitas possibilidades. Parabéns pela obra e obrigado pelo presente!

Bibliografia

BORGES, Antonádia et al. Pós-antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. *Sociedade e Estado*, vol. 30, n. 2, p. 347-369, maio-agosto 2015.

CEFAÏ, Daniel. (dir.). *L'engagement ethnographique*. Paris: Ed. EHESS, 2010.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

GOLD, Raymond. *Jeux de rôles sur le terrain: observation et participation dans l'enquête sociologique*. In: CEFAÏ, D. (dir.). *Enquête de Terrain*. Paris: La Découverte (Coll. Recherches, série Bibliothèque du M.A.U.S.S.), 2003 [1958].

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, n. 49, p. 11-30, junho 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, 1998 [1971]. p. 150-202.

_____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Gênero e Sexualidade para iniciantes

Gislene Oliveira Rodrigues

Universidade Federal de São Carlos (BRA)

Wagner Xavier de Camargo

Universidade Federal de São Carlos (BRA)

GARBACIK, Jaimee. *Gender & Sexuality for beginners*. Danbury: For Beginners LLC. 2013. 217 pp.

Gender & Sexuality for beginners é um livro comum a outros no formato, porém apresentado de modo distinto: é didático, traz incontáveis ilustrações e desenhos esquemáticos, é informativo e tem como objetivo ser uma introdução aos estudos de gênero e sexualidade para iniciantes na temática. Divide-se em 8 capítulos¹ e mais 3 anexos, denominados *looking forward* (olhando adiante), *resources* (recursos) e *timeline* (linha do tempo), além de uma bibliografia de apoio final.

¹ Os capítulos são assim apresentados: 1. A biologia do sexo e do gênero, 2. A construção histórica do gênero, 3. Feminismo, 4. Entendimento contemporâneo acerca do gênero, 5. Orientação sexual, 6. Ativismo gay e lésbico, 7. Teoria Queer, 8. Contexto e questões de pessoas trans [em tradução livre].

A leitura se torna muito fácil ao longo dos capítulos, particularmente para estudantes de graduação, pelo fato de a autora destacar, em quadros explicativos e decodificadores, os que, para ela, são os termos mais difíceis da temática, chamando a atenção de leitoras/es desavisadas/os. Os conceitos ali sistematizados pontuam um debate antropológico sobre gênero e sexualidade, além de focarem nas discussões em torno da criação de dado pensamento, de uma teoria ou categoria, da origem das discussões sobre a(s) mesma(s) e acerca de quem foi a/o autor/a. Esses quadros apresentados em *boxes* (caixas) funcionam quase como uma nota de rodapé, mas num formato longe daquele tradicional de pé de página – particularmente alguns foram importantes na leitura, como o que definiu *pessoas cisgêneras* (p. 13), o que explicou a lógica da linguagem neutra de gênero (p. 153) e o que esclareceu haver também a *transfobia* (aversão a pessoas transexuais), em curso na sociedade contemporânea – além da já generalizada e conhecida *homofobia* (p. 173).

Além disso, os desenhos e gravuras são detalhes interessantes, contribuindo bastante para o entendimento de temáticas complexas. Tais recursos destacam fatos, locais, pensadoras/es ou teóricas/os e mesmo gráficos e tabelas, que detalham, ironizam e contextualizam dados trazidos no corpo do texto. No capítulo 4, é interessante analisar vários desses gráficos e tabelas que explicam a desigualdade de gênero no mundo do trabalho e mostram como, mesmo em locais privilegiados para mulheres atuarem (a exemplo de Hollywood, como a autora cita), elas ainda ganham menos que os homens e têm menor destaque.

Ao fim de cada capítulo, há também uma página de história em quadrinhos, que dá o tom do que está por vir e ajuda leitoras/es a se conectarem com a temática em andamento. Esses elementos fazem com que a leitura fique ilustrada, aproximando-nos do conteúdo. Os quadrinhos contêm humor irônico e tom instrutivo – uma estratégia simples e que faz toda a diferença, pois atrai a atenção de jovens. Um exemplo importante no livro ocorre quando, no fim do capítulo de “orientação sexual”, a autora apresenta uma tirinha resumindo, em

poucos quadros e com balões, o movimento de liberação sexual ocorrido em Nova Iorque em 27 de junho de 1969. O seguinte capítulo, em consonância, recontará o percurso histórico e legal do “ativismo gay e lésbico” nos Estados Unidos.

Garbacik faz uso de uma vasta bibliografia, na qual autoras/es são citadas/os e algumas/ns serão destacadas/os pela importância de seus posicionamentos, como o conceito de *heterossexualidade compulsória* (RICH, 1999). Mas além de teóricas/os, ela se apoia em três eixos para construir seu argumento principal: *pensadoras/es e intelectuais, correntes do movimento feminista e correntes do movimento LGBT*. Seus argumentos não são abordados em ordem cronológica de acontecimentos históricos, mas, sim, seguindo a linha de um tema específico que vai ser contextualizado e historicizado, sustentado não somente pela teoria da época, mas igualmente pelo que ocorria no plano dos movimentos sociais e da militância feminista e/ou LGBT.

O livro chega a ter um tom de militância, mas diz muito do lugar de fala de alguém incomodada com pensamentos hegemônicos, binários, assentados em universais estabelecidos. Ela propõe pensar gênero e sexualidade em confluência com a corrente pós-estruturalista contemporânea, que problematiza a “identidade” e se atenta para as construções discursivas em torno do sexo e do gênero – aqui, nominalmente, destaca-se Judith Butler (2003) – afastando-se, assim, do debate datado até os anos 1980, no qual teóricas/os atrelavam os domínios do sexo biológico à natureza do ser, bem como o gênero à cultura que o envolvia².

Garbacik questiona nossos posicionamentos desde que começamos a pensar em gênero, algo que já se impõe antes mesmo do nascimento. A questão “é menino ou é menina?”, apesar de aparentemente simples, nos “encaixa” em

² Aqui vale uma nota destacando a importância do debate trazido em meados dos anos 1990 por Thomas Laqueur (2001), que argumentou que a própria categoria sexo foi uma construção elaborada/criada no século XVIII – referência que não aparece no livro.

apenas duas categorias possíveis e aloca universais sobre o que nos cerca: de brinquedos a roupas – passando por cores e adjetivações – e chegando a órgãos sexuais. A questão, para a autora, é que a biologia sempre nos impôs respostas e explicações generalizantes e totalizantes, que resumem esses fenômenos à genética dos cromossomos ou hormônios, elementos que entendemos, por motivos diversos, como intrínsecos ao nosso corpo.

Embora elabore bons argumentos sobre como “identidades” não estão ligadas a cromossomos (mas a dimensões políticas, econômicas, culturais, artísticas, científicas, etc., fatores que as constroem cultural e coletivamente), a autora, vez ou outra, volta a recorrer durante o livro às pautas biológicas, que nos mostram como podemos cair em armadilhas deterministas – na obra, por exemplo, são ressaltados os tamanhos de “cérebros femininos” e “cérebros masculinos” – num lapso reiterativo da antropologia física – e a “desordem médica de gênero” que afeta pessoas intersex (p. 162). Esse seria um ponto de crítica à sua narrativa, pois – se tomarmos em conta o fato de a identidade de gênero ser uma construção histórica de poder (FOUCAULT, 1985) – não é necessário recorrer a estudos biologicistas, que nos mostram frequentemente como o darwinismo, a ciência e a medicina corroboraram para nos fazer pensar anatômica e taxonomicamente, sustentando o patriarcado heterossexual e reforçando o binarismo de gênero.

Entretanto, ao problematizar o “mito biológico determinista”, Garbacik se fundamenta em muitas autoras feministas, como Simone de Beauvoir, Anne Fausto-Sterling, Sandra Harding, Margaret Mead, Judith Butler e outras, o que demonstra um amplo conhecimento teórico em pauta. E uma grande chave interpretativa que nos ajuda a desmobilizar nosso pensamento ocidental é o constructo de “matriz heterossexual”, que aparece no capítulo 7, que introduz Butler e apresenta a teoria *queer*. Apenas lembrando: Butler (2003) já argumentara que sempre fomos “lidos” com olhares de leitores masculinos, e esse é o modo que fomos construídos dentro de uma *matriz*

heterossexual masculinista, em que esse poder – sempre masculino – opera na construção de gênero e na separação em binários³.

A mulher constantemente é estudada em contraste com o homem a partir do que “falta” para alcançar o universal masculino, tomado como primeiro e inquestionável. Isso nos leva a pensar em um binarismo que traz o homem como *absoluto* e a mulher como *obsoleta*, que se estende a outro binário, a chave “heterossexual vs homossexual”, na qual a segunda parte desse binômio também é inferiorizada, pois o foco está sempre no hegemônico. É o que argumenta Foucault (1997) ao dizer que o saber é resultado de relações de poder, é um conhecimento construído e intencionado. Portanto, a matriz heterossexual seria uma imagem das instituições, das práticas, dos discursos de pessoas com poder, que aloca nas categorias “feminino” e “homossexual” uma posição de objetos e não de sujeitos.

Voltando à obra, a autora critica a arbitrariedade na escolha de “homem” e “mulher” para dividir as pessoas, pois defende que as categorias masculino e feminino são ultrapassadas para representar a pluralidade de outras experiências como a *queer*, dos transgêneros, intersex e andróginos – ela toca nesse ponto também no capítulo 7, com Butler explicando seus principais argumentos sobre a subversão da “identidade”. Para Garbacik, é uma crítica muito simplista dizer que as categorias masculino e feminino são inadequadas e que são falhas para nos descrever. O que ocorre é algo muito mais perverso, pois tais categorias não só marginalizam certos corpos, mas os colocam no que ela chama de “*in the cold*” (no gelo, tradução livre) – o que, na nossa visão, remeteria a mesma noção de corpos abjetos de Butler (2008), ou seja: corpos

³ Sobre esse aspecto a autora salientou em *Problemas de Gênero*: “uso o termo matriz heterossexual ao longo de todo o texto para designar a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (BUTLER, 2003, p. 216). Ela ainda aponta que usou das noções de “contrato heterossexual”, de Monique Wittig, e de “heterossexualidade compulsória”, de Adrienne Rich, para construir o termo citado anteriormente. A ideia geral, segundo ela, é que para o modelo discursivo hegemônico de entendimento do gênero parte do pressuposto de que é preciso haver um sexo estável, um gênero estável e uma prática compulsória da heterossexualidade. Isso sustenta e torna “natural” a matriz heterossexual.

que não importam, que são ininteligíveis para a maioria da sociedade e não têm uma existência legítima; uma figura indistinta e sem conteúdo, algo que não se tornou real. Para Tanieli Rui (2012), a abjeção estaria muito além de não se enquadrar nos padrões sexuais e heteronormativos de uma sociedade, mas se alocaria no limiar do que não é descente, que causa estranhezas, constrangimentos e violências, que não devem se materializar.

É por essa razão que Garbacik se fundamenta bastante na luta dos movimentos sociais, lembrando sempre às/aos leitoras/es quais foram suas contribuições, pois eles tiveram que lidar com vários dos problemas que a autora contextualiza no livro (identidade, gênero, feminismo, sexualidade, machismo, patriarcado e outros). E se, em alguns momentos, a produção acadêmica é confluyente com a da militância; em outros, ela se choca com esta, e o mesmo ocorre dentro do próprio movimento social – como ocorre, por exemplo, com o movimento feminista quando a questão é concordar em trazer para a sua luta pautas de uma trans-mulher, ou M2F, *male to female* (HALBERSTAM, 2008), seja por medo de perda de conquistas ou por questionar objetivos primordiais. De outra parte, o mesmo acontece com o movimento LGBT, que muitas vezes é controverso em adotar pautas das políticas *queer*, visto que enxerga a questão do gênero como performance de um esvaziamento político⁴.

Talvez a autora pudesse trazer outros pensamentos importantes para o debate, como a metáfora do ciborgue de Donna Haraway (1991). Essa autora argumenta que, muitas vezes, é necessário fazer alianças (mesmo que precárias) para construir um ciborgue, um ser híbrido – portanto, também seria preciso confundir as fronteiras entre os movimentos feminista e LGBT e a produção acadêmica, a fim de formar bases sólidas para uma luta política engajada. A metáfora do ciborgue poderia ter sido um forte ponto de apoio no

⁴ Para uma discussão bastante interessante e atualizada sobre questões do movimento LGBT e as pautas ativistas *queer*, ver recente publicação de Leandro Colling (2015).

livro de Garbacik, já que – para ela – a sigla LGBTQIA (que engloba as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, *queers*, intersex e assexuais) é o que melhor funciona como um guarda-chuva para abranger grupos minoritários e oprimidos – mesmo havendo aí pessoas que não se sentem representadas pelo temor político de inviabilizar ou desempoderar conquistas ou dar força para movimentos sociais contrários. Seria a sigla uma síntese do ciborgue, pois construiria, por meio de conexões parciais (com cada “letra” da sigla), um argumento político que daria forças para todos os lados conectados.

Embora, como Garbacik referencia, os movimentos sociais e as lutas históricas militantes sejam muito importantes, a autora deixa de lado, por vezes, discussões como raça e classe social – lacuna que exhibe o quanto essas categorias pesam no que se refere à exclusão de sujeitos. Talvez Garbacik, apesar da omissão, dê conta das angústias referentes a gênero e sexualidade de uma jovem estadunidense branca de classe média, mas não alcançará experiências de sujeitos como latinas/os e negras/os, em diferentes realidades sociais. Segundo Avtar Brah (2006), temos que tratar as categorias raça/classe como variáveis dependentes uma da outra, principalmente quando se trata de questões de opressão e ostracismo sociais. Os movimentos sociais muitas vezes divergem entre si e acabam excluindo pautas políticas importantes de seus debates por estarem calcados em um conhecimento branco, hegemônico e classicista. Em alguns momentos no texto, Garbacik deixou-se seguir pelo mesmo padrão que embasa o senso comum (norte-americano).

Apesar dessas pontuações, acreditamos que o livro cumpre sua proposta inicial: ser uma ferramenta ilustrada e inovadora para jovens estudantes (principalmente das Ciências Humanas) que estão se politizando e que não esperam (tampouco aceitam) regras impostas socialmente sobre o que é “ser homem” ou “ser mulher” – até mesmo propondo debates que contestam a normatividade de uma sociedade hegemonicamente branca, cisgênero, masculina e heterossexual (no caso, a sociedade americana, foco do livro). A obra pode ser usada sim como um instrumental político de informação, que dê

suporte para uma vasta discussão antropológica de gênero e sexualidade, mesmo (e particularmente) para estudantes brasileiras/os. Além de trazer dados históricos importantíssimos (como uma linha do tempo com as conquistas de direitos do movimento feminista e do LGBTQIA nos Estados Unidos, p. 185-192), o livro é escrito num inglês acessível, claro e sem muitos rebuscamentos.

Bibliografia

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Caderno Pagu*, Campinas, n. 26, jun., 2006: 329-376.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del 'sexo'*. 2. edición. Buenos Aires: Paidós. 2008.

_____. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal. Tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber I*. 8ª edição brasileira. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

_____. A Vontade de Saber. In: FOUCALT, Michel. *Resumos dos cursos no Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997. p. 09-16.

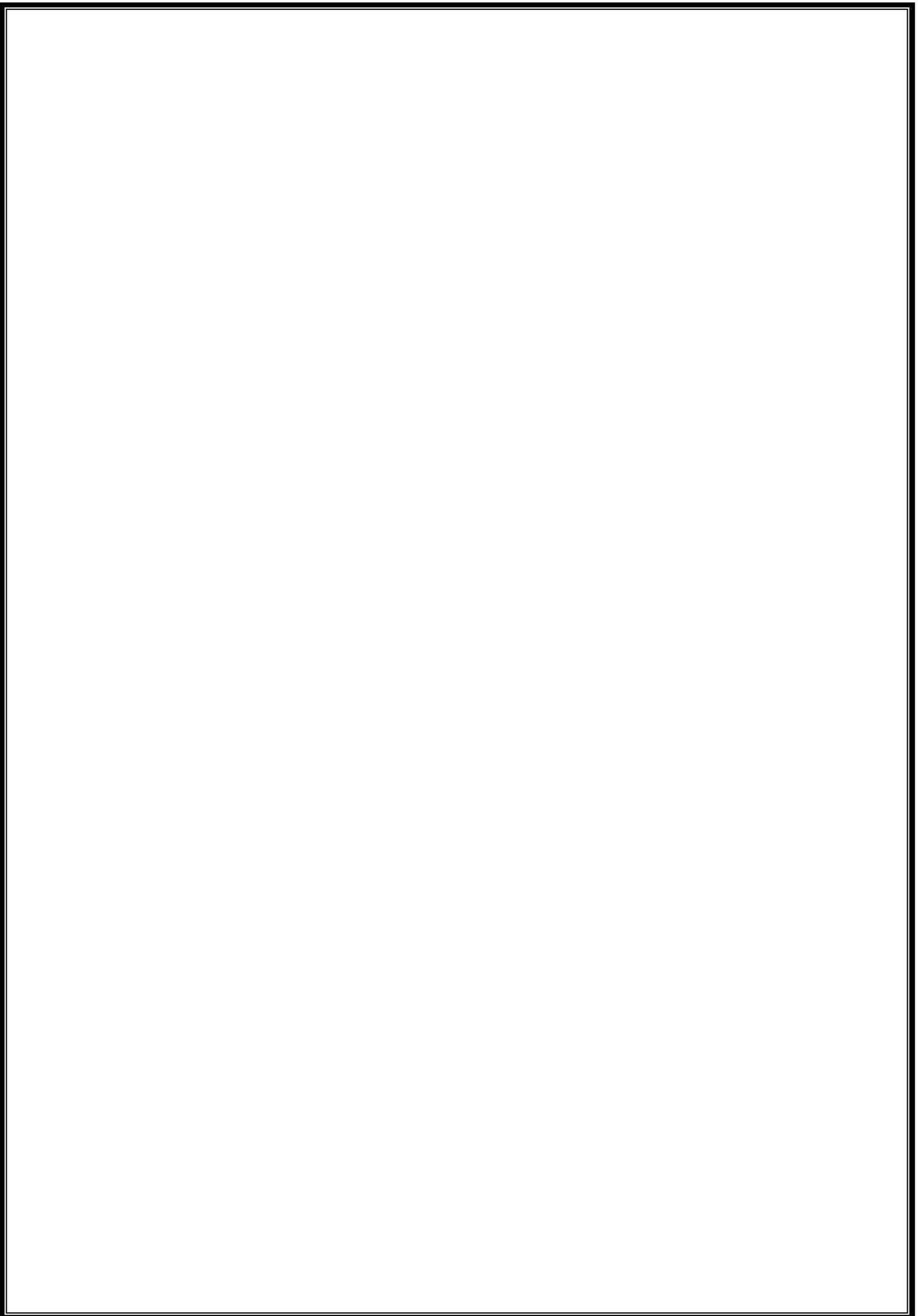
HALBERSTAM, Judith. Una introducción a la masculinidad femenina. Masculinidad sin hombres, in: HALBERSTAM, Judith. *Masculinidad femenina*. Trad. Javier Sáez. Madrid: Egales, 2008. p. 23-66.

HARAWAY, Donna. A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century. In: HARAWAY, D. *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991. p.149-181.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará. 2001.

RICH, Adrienne. La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana. In: NAVARRO, M. STIMPSON, C. R. (Ed.). *Sexualidad, género y roles sexuales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 159-211.

RUI, Taniele. *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. 2012.



// Instruções aos autores

A REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFC ESTÁ ABERTA A

CONTRIBUIÇÕES NA FORMA DE:

Artigos de demanda livre – ao receber os trabalhos, a Comissão Editorial verifica se estão de acordo com as normas exigidas para publicação (o não-cumprimento das orientações implicará a interrupção desse processo); analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial da Revista, e delibera sobre encaminhamentos. Posteriormente, os textos são remetidos para avaliação de pareceristas, garantido o anonimato de autores e consultores.

Dossiê temático – a Comissão Editorial solicita aos autores que encaminhem artigos originais, relativos à temática previamente definida, conforme o planejamento da Revista e delibera sobre a sua publicação com base em pareceres. A mesma comissão faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da Revista. Eventualmente, a organização do Dossiê temático pode ficar sob a responsabilidade de um editor convidado. Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela editora, mas essas serão previamente acordadas com os autores. Uma

vez iniciado o processo de composição final da edição, a Revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores.

Resenhas – podem ser encaminhadas à Revista como demanda livre ou por convite. Considerando a temática, a qualidade da redação e a atualidade do texto, a Comissão Editorial decide quanto à sua publicação. Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou da Comissão às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e, somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final, será indicado em que número cada um será publicado. Cada autor receberá dois exemplares da respectiva edição.

Situações que possam estabelecer conflito de interesses de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar proveito direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de coautorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesses relativos ao texto em análise. Todos os direitos autorais dos artigos publicados são reservados à Revista, sendo permitida, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

NORMAS EDITORIAIS

Os textos poderão ter até 30 laudas em espaço um e meio (1,5), incluindo notas e referências bibliográficas. Os autores devem se cadastrar no portal da Revista de Ciências Sociais na internet (periodicos.ufc.br/index.php/revcienso) e fazer o cadastro necessário para

enviar o documento. Os trabalhos devem ser formatados em Word, fonte Times New Roman, corpo 12, inclusive para os títulos e subtítulos. As resenhas devem ter, no máximo, 06 laudas. A página inicial deve indicar: título do artigo; título do artigo em inglês, nome do(s) autor(es); resumo (até dez linhas), ABSTRACT, palavras-chave e keywords (no máximo 5). A ausência de qualquer um desses itens resultará na devolução do artigo.

O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões. Na identificação dos autores, além de sinopse curricular (dados sobre a formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras), devem constar também endereço postal para correspondência e endereço eletrônico. Os títulos das seções devem ser ressaltados por meio de dois espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los. As notas (numeradas) e a bibliografia, em ordem alfabética, deverão aparecer no final do texto. O autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas. Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc deverão ser escritos em itálico.

FORMAS DE CITAÇÃO

As citações que não ultrapassarem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem apresentar recuo da margem esquerda de 4cm, espaçamento simples, sem a utilização de aspas, justificado e com fonte menor que a do corpo do texto. As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, ano) ou (Autor, ano, página) quando a citação for literal (neste caso, usam-se aspas): (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963, p. 35-36). Quando a citação imediatamente posterior se referir ao mesmo autor e/ou obra, devem-se utilizar entre parênteses as fórmulas (Idem, p. tal) ou (Idem, ibidem quando a página for a mesma). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), (CORREIA, 1993b). Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959, p.

33-37) afirma que... Citações que venham acompanhadas de comentários e informações complementares devem ser colocadas como nota.

FORMATO DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas (ou bibliografia) seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor. Devem conter todas as obras citadas, obedecer às normas da ABNT (NBR 6023/ 2002), orientando-se pelos seguintes critérios:

Livro: sobrenome em maiúsculas, nome. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano. Exemplo: HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987. Livro de vários autores (acima de 3): sobrenome em maiúsculas, nome et al. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano. Exemplo: QUINTANEIRO, Tania et al. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990. Obs: até três autores deve-se fazer a referência com os nomes dos três.

Artigo em coletânea organizada por outro autor: sobrenome do autor do artigo em maiúsculas, nome. Título do artigo, seguido da expressão In: e da referência completa da coletânea, após o nome do organizador, ao final da mesma deve-se informar o número das páginas do artigo. Exemplo: MATOS, Olgária. *Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin*, in: NOVAES, A. (org.). *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 157-287.

Artigo em periódico: sobrenome do autor em maiúsculas, nome. Título do artigo sem destaque. Nome do periódico em negrito, local de publicação, número da edição (volume da edição e /ou ano), 1ª e última numeração das páginas, mês abreviado, seguido de ponto final e do ano em que o exemplar foi publicado. Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. *Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos*

50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 32, ano 2, p.125-149, jun.1996.

Obras online: sobrenome do autor (se houver) em maiúsculas, seguido de Nome. Título da obra (reportagem, artigo) destacado. Logo após virá o endereço eletrônico entre os sinais < >, precedido pela expressão “Disponível em”. Após o endereço eletrônico (site) deverá vir a expressão “Acesso em”: dia do acesso, mês abreviado. Ano.

EXEMPLOS

Livro

BALZAC, Honoré. A mulher de trinta anos. Disponível em: <<http://www.terra.com.br.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

Periódico em meio eletrônico

GUIMARÃES, Nadeja. Por uma sociologia do desemprego. Rev. Bras. Ci. Soc*., São Paulo, v. 25, n. 74, out. 2010. Disponível em: <<http://www.Scielo.br/scielo.php?script>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

Jornal em meio eletrônico

* **Sem o nome do autor.** Quando a matéria não informa o autor, iniciamos pelo título.

TSUNAMI no Japão. O Povo online, Fortaleza, 11mar. 2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011. * Com o autor BRÁS, Janaína. Fraternidade: campanha discute proteção à natureza. O povo online, 11mar.2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011.

ÉTICA EM PESQUISA E PUBLICAÇÃO E POLÍTICA ANTIPLÁGIO

A Revista de Ciências Sociais (RCS) acredita que o bom fazer científico se baseia em preceitos éticos e normas de conduta visando à transparência e integridade dos resultados atingidos como forma de melhor avançar e socializar de forma pública o conhecimento científico gerado.

Por se preocupar com a Integridade em Pesquisa, Ética na Ciência e em Publicações, RCS recomenda aos autores, pareceristas e editores de dossiês a leitura dos seguintes documentos e diretrizes básicas aos quais subscrevemos:

- a) a Declaração de Cingapura sobre Integridade em Pesquisa, 2010, <http://www.singaporestatement.org/translations.html>;
- b) as Diretivas para a Integridade da Pesquisa do CNPq, 2011 <http://cnpq.br/diretrizes>;
- c) o Código de Boas Práticas em Pesquisa da FAPESP, 2014 <http://www.fapesp.br/boaspraticas/>;
- d) a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 07 de abril de 2016 - Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>)
- e) o documento de Cooperação entre Instituições de Pesquisa e Periódicos em Casos de Integridade em Pesquisa: Orientação do Comitê [Internacional] de Ética em Publicações - COPE (<http://publicationethics.org/>);.

Além disso, acreditamos que praticar plágio, ou autoplágio, em todas as suas formas, é inadmissível. Os autores devem garantir a originalidade dos manuscritos e quando utilizem artigos ou fontes de outros autores, os mesmos devem ser obrigatoriamente citados. Casos suspeitos poderão ser

submetidos à verificação por meio de software antiplágio e é possível que os autores recebam eventuais questionamentos referentes a eventuais indicações apontadas pelo software utilizado durante o processo avaliativo. Em caso de plágio comprovado, os manuscritos serão devolvidos aos autores.

DEFINIÇÃO DE COAUTORIA

Para o envio de submissões com mais de um autor, a Comissão Editorial de RCS precisa ser informada sobre a contribuição específica de cada autor(a) nas distintas etapas de elaboração do mesmo.

Entendemos que a atribuição de coautoria deve se dar apenas a quem deu alguma contribuição intelectual significativa para a pesquisa e redação. Seguindo a boa prática da área de Ciências Sociais, são aceitos pela revista como coautores somente aqueles que deram uma contribuição acadêmica substancial e direta em pelo menos dois dos componentes típicos de uma pesquisa:

- a) Concepção e desenho;
- b) Coleta e processamento dos dados;
- c) Análise e interpretação dos dados.

Além disso, é imprescindível que cada coautor tenha participado diretamente da redação de partes do texto.

Cada pessoa listada como autor deve, além disso, ter lido as sucessivas versões do texto e aprovar a versão final, sendo assim solidária, ética e academicamente, com a integralidade do seu conteúdo e por ele respondendo para todos os efeitos.

DECLARAÇÃO DE COAUTORIA (OBRIGATÓRIO PARA TEXTOS COM MAIS DE UM AUTOR)

Para a submissão de manuscritos com mais de um autor, cada participante deverá preencher uma declaração contendo:

- a) Identificação do texto:** Título do texto; nome dos coautores;
- b) Identificação do coautor:** Nome, nacionalidade, documento de identidade, endereço completo;
- c) Descrição da participação específica em:**
 - 1) concepção e desenho da pesquisa;
 - 2) coleta e processamento dos dados;
 - 3) análise e interpretação dos dados;
 - 4) detalhamento da colaboração na elaboração do texto final;
- d) Declaração** de que aprova a versão final e assume a corresponsabilidade ética e acadêmica pela integralidade do conteúdo.
- f) Local, data e assinatura.**

O documento deverá ser anexado, em formato PDF, como documento suplementar, deixando desmarcada a opção “Habilitar documento aos avaliadores”.

A Comissão Editorial de RCS se reserva o direito de aceitar ou não a atribuição de coautoria para os respectivos participantes assim declarados.

OBSERVAÇÕES

Edição de imagens: A completa edição da imagem, tal como o autor deseja que seja publicada, é de inteira responsabilidade do próprio autor. A RCS-UFC se reserva o direito de fazer apenas alterações simples, convenientes à formatação da edição. Artigos com imagens inadequadas à publicação serão devolvidos. As imagens devem ainda ser legendadas com fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples.

Tabela: As tabelas devem obedecer às regras de formatação do corpo do texto e, ainda, devem ser legendadas, com fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples. A forma da tabela deve ser simples e editável. Não serão aceitas tabelas em PDF ou em qualquer outro formato que não possa ser editado pela RCS-UFC.